UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MÉRCIA CARMELITA CHAGAS ALVES SANTOS

A Mercantilização da Paisagem Natural nos Parques Nacionais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SÃO CRISTÓVÃO
2014

MÉRCIA CARMELITA CHAGAS ALVES SANTOS

A Mercantilização da Paisagem Natural nos Parques Nacionais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Celso Donizete Locatel

SÃO CRISTÓVÃO

2014

MÉRCIA CARMELITA CHAGAS ALVES SANTOS

A Mercantilização da Paisagem Natural nos Parques Nacionais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Aprovada em _____/_____/_____

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Orientador: Prof. Dr. Celso Donizete Locatel
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

_____

Prof. Dr. José Eloízio da Costa
Universidade Federal de Sergipe

_____

Profª Drª Nubia Dias dos Santos
Universidade Federal de Sergipe

_____

Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

_____

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas
Universidade Federal do Ceará

À Maria Carmem e José Alves, meus pais; seres dos mais sensatos, bondosos e fortes.

A Robson, companheiro de todas as horas.

À Brenda e Tom, filhos preciosos.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem a colaboração de muitas pessoas e de entidades e órgãos, aos quais gostaria de expressar meus mais sinceros agradecimentos. Entre eles estão:

A Universidade Federal de Sergipe e o seu Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, os quais me oportunizaram cursar o Doutorado em Geografia, a partir do qual foi possível desenvolver este trabalho.

O professor Celso Donizete Locatel, em especial, por atender gentilmente ao convite para assumir a orientação deste trabalho quando este já se encontrava em andamento e por sua contribuição essencial prestada durante o desenvolvimento das atividades de pesquisa e escrita, e ainda pela amizade e confiança construídas ao longo de um breve e enriquecedor tempo de convivência.

A professora Alexandrina Luz Conceição, que, com a sua orientação durante os primeiros anos do Doutorado, contribuiu para a produção deste trabalho e ainda pelas estimuladoras leituras sugeridas e ricas discussões realizadas durante as ocasiões em que partilhou seus conhecimentos com seus alunos e amigos do grupo Spartakus.

O professor José Eloízio da Costa, cujo estímulo durante o Mestrado foi decisivo para a continuidade da pesquisa iniciada ainda sob a sua orientação e ainda por atender ao convite para participar da Qualificação e da Banca Examinadora deste trabalho.

Os professores Nubia Dias dos Santos, da Universidade Federal de Sergipe; Lício Valério Lima Vieira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe; e Eustógio Wanderley Correia Dantas, da Universidade Federal do Ceará, que atenderam ao convite para participar da Banca Examinadora deste trabalho, os quais devem contribuir com as suas sugestões.

Todos os professores do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, que, através das atividades por eles desenvolvidas e das suas indicações de leituras durante os cursos de Mestrado e de Doutorado, contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento deste trabalho.

Os funcionários da Universidade Federal de Sergipe, especialmente os do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, pela atenção e presteza demonstradas quando solicitados seus serviços.

O SISBIO/ICMBIO, pela viabilização da pesquisa de campo junto aos Parques Nacionais, após a aprovação do Projeto: O desenvolvimento da atividade turística nos Parques Nacionais do SNUC.

ASCOM/ICMBIO, na pessoa de Sandra Tavares, pela atenção à solicitação de cessão de parte dos seus arquivos.

Os Chefes, analistas ambientais e demais funcionários dos Parques Nacionais, que contribuíram para este trabalho respondendo ao questionário de pesquisa e prestando informações em entrevistas ou conversas informais.

Todos os sujeitos sociais envolvidos de diversas formas com o processo analisado neste trabalho, que, durante o enriquecedor trabalho de campo, com generosidade, interromperam suas atividades e concederam entrevistas ou ofereceram informações relevantes, contribuindo para que questões importantes fossem levantadas.

Edson Magalhães Bastos Júnior, por seu trabalho cartográfico, produzido com competência, paciência e responsabilidade, o que enriquece este trabalho.

Os colegas do doutorado, com os quais foi possível construir, além de conhecimentos, amizades, partilhando os momentos de angústia, os desafios e as alegrias vividas nos últimos anos.

A história pode ser considerada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. No entanto, estes dois aspectos não se podem separar; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens condicionam-se mutuamente.

Karl Marx

A necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares.

Karl Marx e Friedrich Engels

Muito estranhamente, o direito à natureza (ao campo e à 'natureza pura') entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo 'concentracionista' das cidades (enquanto a cidade apodrece ou explode). Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa 'naturalidade' da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A 'natureza', ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da 'criatividade'. [...] [Pelos urbanos] colonizado, o campo perde as qualidades, propriedades e encantos da vida camponesa.

Lefebvre

RESUMO

Este trabalho, contendo reflexões em torno da relação homem-natureza, na perspectiva do processo de acumulação capitalista e à luz da ciência geográfica e da teoria marxista, objetiva analisar as relações entre o Estado e o capital, subentendidas no processo que define a mercantilização da paisagem natural a partir da atividade do ecoturismo nos Parques Nacionais que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Nota-se, deste modo, que o Estado, atendendo à necessidade contínua de expansão do capital e respondendo às mudanças dos novos tempos, propõe que seja implementado nos Parques Nacionais e em seus entornos, o ecoturismo como uma atividade econômica capaz de promover o "desenvolvimento sustentável". Entretanto, esta atividade é a modalidade de turismo na qual a natureza, em si, é a mercadoria que deve ser consumida. A interferência da mercantilização das paisagens naturais na produção do espaço dessas Unidades de Conservação e dos seus entornos, com a territorialização do capital turístico, exige dos geógrafos refletir a propósito das particularidades, dos desencadeamentos e das contradições desse processo que transforma esses espaços de acumulação em territórios do ecoturismo, diante do regime de acumulação flexível do sistema do capital, mas também impõe questionar o que o define. E, neste sentido, é mister observar que a análise da realidade, sem desconsiderar as mudanças observadas com a ascensão de formas culturais pós-modernas, sustenta o argumento central de que são as relações entre o Estado e o capital que definem esse processo. Além do crescimento da visitação aos Parques Nacionais, algumas iniciativas observadas nos últimos anos, relacionadas à política pública, a exemplo dos investimentos realizados em decorrência do Programa Turismo nos Parques, bem como relacionadas à iniciativa privada, como os investimentos efetuados em algumas dessas Unidades de Conservações por empresas que têm a concessão de serviços de apoio à visitação, sustentam a perspectiva de continuidade desse processo. Todavia, nada garante que este evolua a ponto de no futuro ser significativo para a reestruturação do espaço do conjunto dos Parques Nacionais e de seus entornos, os quais, de modo geral, constituem tradicionais territórios de atividades produtivas diversas e/ou de lazer, haja vista serem os capitalistas que, seguindo a lógica do capital, fazem as escolhas dos espaços em que irão realizar os seus investimentos. A análise da realidade evidencia que as ações do Estado, em prol do desenvolvimento do ecoturismo nas Unidades de Conservação dessa categoria, não foram seguidas em muitas destas por investimentos expressivos de capital. Mas deve-se observar que, mesmo antes de ser percebida qualquer interferência significativa da territorialização do capital com o ecoturismo em muitos Parques Nacionais, nestes, são observados conflitos de interesses relacionados a esse processo, a exemplo dos conflitos decorrentes das desapropriações de áreas com paisagens naturais de grande beleza cênica, que devem ser transformadas em atrativos turísticos. Assim sendo, é importante atentar para a mistificação em torno do ecoturismo, bem como para a necessidade de avaliar os resultados dessa territorialização na produção do espaço com base no interesse social. E, visto que o processo em análise neste trabalho encontra-se em curso, ou mesmo apenas se inicia, não se tem a pretensão de lançar conclusões definitivas sobre o mesmo, fazendo-se necessário indicar o prosseguimento da sua análise.

Palavras-chave: Mercantilização da paisagem natural; Parques Nacionais; Ecoturismo; Estado; Capital.

ABSTRACT

This work, containing reflections on human-nature relationship, the perspective of the process of capitalist accumulation and in the light of geographical science and of Marxist theory , aims to analyze the relations between the state and capital , implied in the process that defines the commodification of landscape from the natural activity of ecotourism in the National Parks that are part of the National System of Conservation Units . It is noted therefore that the State, in view of the continuing need for capital expansion and responding to changes of modern times, proposed to be implemented in the National Parks and its environs, ecotourism as an economic activity capable of promoting " sustainable development . " However, this activity is the type of tourism in which nature itself is a commodity that should be consumed. The interference of the commodification of natural landscapes in the production of space these protected areas and their surroundings, with the territorial capital of the tourism demands geographers reflect the purpose of the particularities of results and contradictions of this process that transforms these spaces of accumulation territories of ecotourism, before the regime of flexible accumulation of the capital system, but also imposes question what defines it. And in this sense, it is necessary to note that the analysis of reality, without disregarding the changes observed with the rise of postmodern cultural forms, maintains the central argument is that the relationship between the state and capital that define this process. Besides the growth of visitation to National Parks, some observed in recent years related to public policy, such as a result of investments made in the Parks Program Guide , as well as related to private initiative , as investments made in some of these initiatives Conservations Units by companies that have the issue of support visitation services , supporting the continuum of this process . However, nothing guarantees that this will evolve in the future to the point of being mean to restructure the space of all the National Parks and its environs, which generally constitute the traditional territories of several and / or productive leisure activities, there view are the capitalists who, following the logic of capital, make the choices of the spaces in which they will realize their investments. The analysis highlights the fact that the actions of the State, for the development of ecotourism in protected areas that category were not followed in many of these by significant capital expenditures. But it should be noted that even before being perceived any significant interference with the territorial capital ecotourism in many National Parks, these conflicts of interests related to this process are observed, like the conflicts arising from the expropriation of areas with natural landscapes of great scenic beauty that must be turned into tourist attractions. Therefore, it is important to pay attention to the mystification around ecotourism, as well as the need to evaluate the results of this territorialization in the production of space based on social interest. And since the process being analyzed in this work, is ongoing, or even just begins, there is no pretense to launch definitive conclusions about the same, making it necessary to indicate its further analysis.

Keywords: Commodification of the natural landscape; National Parks; Ecotourism; State; Capital.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAI	Associação dos Amigos do Itatiaia
ABAV	Associação Brasileira de Agentes de Viagem
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ACVCV	Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros
AI	Área de Influência
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CGEUP	Coordenação Geral de Uso Público e Negócios
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CONATUS	Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ESEC	Estação Ecológica
FISET	Fundo de Investimento Setorial de Turismo
FLONA	Floresta Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility)
GIT	Grupo Interministerial de Trabalho
GRU	Guia de Recolhimento da União
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IEB	Instituto de Ecoturismo do Brasil
IN	Instrução Normativa
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MICT	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Monumento Natural

MTUR	Ministério do Turismo
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PARNA	Parque Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Plano de Manejo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional do Turismo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPP	Parcerias Público-Privadas
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
PROECOTUR	Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PRT	Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
REFAU	Reserva de Fauna
RESEX	Reserva Extrativista
REVIS	Refúgio da Vida Silvestre
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SISTUR	Sistema Nacional de Turismo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UC	Unidade de Conservação
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Brasil. Unidades de Conservação do SNUC: distribuição por bioma 100

Figura 02 Total de Visitas nas Unidades de Conservação Federais (2006 – 2011)..... 117

Figura 03 Brasil. Parques Nacionais do SNUC: Distribuição por Bioma e Unidades da Federação..... 120

Figura 04 Parques Nacionais do SNUC: visitação entre os anos de 2006 e 2011..... 125

Figura 05 Parques Nacionais: divulgação da visitação pelo ICMBIO..... 127

Figura 06 Parque Nacional da Chapada Diamantina: visitação no Pati……..……..... 182

Figura 07 Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: portaria e estrada de acesso tomada para estacionamento……..……... 187

Figura 08 Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e entornos: Semana Santa de 2011……..……. 188

Figura 09 Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: trabalho de condutores de visitantes……..……. 189

Figura 10 Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: de condutores de visitantes da ACVCV..... 191

Figura 11 Parque Nacional do Itatiaia..... 198

Figura 12 Parque Nacional do Itatiaia: limites em 1937 e 1982 e atrativos e estruturas da UC na área do ex-núcleo colonial de Itatiaia..... 206

Figura 13 Parque Nacional do Itatiaia: divulgação de paisagens naturais em sítios da Internet……..... 214

Figura 14 Parque Nacional do Itatiaia: divulgação de pacotes turísticos da Empresa de Turismo de Aventura RioXtreme……...……... 215

Figura 15 Parque Nacional do Itatiaia: capacitação de funcionários da Secretaria de Turismo de Itatiaia..... 218

Figura 16 Parque Nacional do Iguaçu: uso do título de Patrimônio Natural da Humanidade no Centro de Visitantes……...……. 220

Figura 17 Parque Nacional do Iguaçu..... 221

Figura 18 Parque Nacional do Iguaçu: as Cataratas do Iguaçu no mapa turístico…...….. 223

Figura 19 Parque Nacional do Iguaçu: observação das Cataratas do Iguaçu por turista em 2012……..……... 222

Figura 20 Parque Nacional do Iguaçu: antigos registros fotográficos da visitação às Cataratas do Iguaçu e seus entornos……..... 224
Figura 21 Parque Nacional do Iguaçu: Municípios da Área de Influência..... 226
Figura 22 Foz do Iguaçu: feições de ontem e de hoje do caminho que leva às Cataratas……..…….. 230
Figura 23 Foz do Iguaçu: comercialização de produtos às margens da BR 469……... 231
Figura 24 Foz do Iguaçu: concentração de novos empreendimentos ligados ao setor turístico na BR-469…….……..... 232
Figura 25 Parque Nacional do Iguaçu: uso do título dado às Cataratas do Iguaçu como uma das novas sete maravilhas da natureza no Centro de Visitante……. 233
Figura 26 Parque Nacional do Iguaçu: algumas das antigas estruturas e equipamentos utilizados por visitante…….. 235
Figura 27 Parque Nacional do Iguaçu: Cataratas do Iguaçu S.A……... 236
Figura 28 Parque Nacional do Iguaçu: Macuco Safári…….…..... 238
Figura 29 Parque Nacional do Iguaçu: Macuco EcoAventura……..…… 238
Figura 30 Parque Nacional do Iguaçu: Cânion Iguaçu…….……. 239
Figura 31 Parque Nacional do Iguaçu: Helisul Táxi Aéreo Ltda…….…..... 240
Figura 32 Parque Nacional do Iguaçu: Hotel das Cataratas……..... 240
Figura 33 Parque Nacional do Iguaçu: trabalho de guia de turismo……...…..... 242
Figura 34 Parque Nacional do Iguaçu: bilheterias…….…… 243
Figura 35 Parque Nacional do Iguaçu: protesto na BR 469 em 16/08/2012……. 244

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 Unidades de Conservação do SNUC: distribuição por jurisdição..... 100
Tabela 02 Fontes federais de receita do SNUC (2008)..... 103
Tabela 03 Unidades de Conservação do SNUC: distribuição por categorias..... 105
Tabela 04 Avaliação de aspectos relacionados ao turismo em ambientes naturais... 114
Tabela 05 Totais anuais de visitantes por Parque Nacional (2000 – 2011)..... 135
Tabela 06 Características da atividade turística realizada nos Parques Nacionais.... 138
Tabela 07 Modalidades de turismo e frequência de prática nos Parques Nacionais. 139
Tabela 08 Atividades praticadas pelos visitantes dos Parques Nacionais..... 140
Tabela 09 Disponibilidade de equipamentos para os visitantes nos Parques Nacionais..... 141
Tabela 10 Principais obstáculos para o crescimento da atividade turística nos Parques Nacionais..... 146
Tabela 11 Existência de serviços prestados por empresas concessionárias relacionados à atividade turística nos Parques Nacionais..... 148
Tabela 12 Parque Nacional do Itatiaia: número de visitantes do período 2000-2012……..… 217
.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Unidades de Conservação dos SNUC: usos permitidos e principais tipos de uso..... 107
Quadro 02 Brasil. Parques Nacionais do SNUC – Informações Gerais..... 121
Quadro 03 *Ranking* da visitação aos Parques Nacionais oficialmente abertos em 2011..... 126
Quadro 04 Parques Nacionais: notícias que abordam problemas e conflitos relacionados à atividade turística entre 2008 e março de 2013..... 128
Quadro 05 Impactos da atividade turística para o Parque Nacional e para o seu entorno..... 154
Quadro 06 Parque Nacional da Tijuca: notícias publicadas pelo ICMBIO diretamente relacionadas à UC entre os anos de 2008 e 2012..... 171
Quadro 07 Parque Nacional do Itatiaia: notícias publicadas pelo ICMBIO diretamente relacionadas à UC entre os anos de 2008 e 2012..... 202
Quadro 08 Parques Nacionais: contratos em vigor de concessão de serviços de apoio à visitação para a iniciativa privada..... 283
Quadro 09 Parques Nacionais: delegações de serviços de apoio à visitação previstas..... 284

SUMÁRIO

RESUMO
ABSTRACT
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS
LISTA DE FIGURAS
LISTA DE TABELAS
LISTA DE QUADROS

1 **INTRODUÇÃO**..... 16

2 **O DIREITO À NATUREZA COM O ECOTURISMO NO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL**..... 27
2.1 A FALHA METABÓLICA NA RELAÇÃO HOMEM NATUREZA..... 27
2.1.1 **A "unidade" e a "separação" entre o homem e a natureza**..... 28
2.1.2 **A produção da falha metabólica**..... 31
2.2 A DEGRADAÇÃO DAS CONDIÇÕES NATURAIS..... 39
2.2.1 **A natureza e a mediação do capital no processo metabólico**..... 40
2.2.2 **A produção da raridade da natureza**..... 47
2.3 O DIREITO À NATUREZA COM O ECOTURISMO..... 52
2.3.1 **A essência das necessidades no sistema do capital**..... 53
2.3.2 **O regime de acumulação flexível do capital**..... 58
2.3.3 **A necessidade da prática do ecoturismo**..... 63
2.3.4 **A mercantilização da paisagem natural nos Parques Nacionais**..... 66

3 **A ASCENSÃO DO ECOTURISMO NA ESTEIRA DO AMBIENTALISMO**..... 71
3.1 AS RAÍZES OCIDENTAIS DA SENSIBILIDADE PARA COM A NATUREZA.. 71
3.1.1 **O domínio do homem sobre o mundo natural**..... 72
3.1.2 **A nova atitude do homem ante a natureza**..... 75
3.2 A EMERGÊNCIA DO TURISMO E DO TURISMO ALTERNATIVO..... 80
3.3 O MOVIMENTO AMBIENTALISTA 85
3.4 A ASCENSÃO DO ECOTURISMO..... 91
3.5 O ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO SNUC..... 97
3.5.1 **As Unidades de Conservação do SNUC**..... 97
3.5.2 **O ecoturismo nas Unidades de Conservação**..... 108

4 **PARQUES NACIONAIS DO SNUC: TERRITÓRIOS DO ECOTURISMO**..... 119
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE OS PARQUES NACIONAIS..... 119
4.2 UM PANORAMA DO ECOTURISMO NOS PARQUES NACIONAIS..... 129
4.3 DESVENDANDO O PROCESSO IMPLEMENTADO PELO ESTADO NOS PARQUES NACIONAIS..... 160
4.3.1 **A sujeição dos diferentes usos nos/dos Parques Nacionais** 160
4.3.2 **A centralidade da atividade turística nos discursos relativos aos Parques Nacionais**..... 164
4.3.3 **A superação dos impedimentos para o desenvolvimento do ecoturismo nos Parques Nacionais**..... 173
4.3.4 **A propósito da regularização fundiária dos Parques Nacionais**..... 178
4.3.5 **A que serve a política implementada pelo Estado nos Parques Nacionais**..... 183
.

5 **OS PARQUES NACIONAIS DO ITATIAIA E DO IGUAÇU**..... 197
5.1 ITATIAIA: O PRIMEIRO DOS PARQUES NACIONAIS..... 197
5.1.1. **Origens, condições e valorização no contexto regional de um território do ecoturismo**..... 197
5.1.2 **Particularidades de um conflito fundiário que persiste**..... 204
5.1.3 **Caracterização da atividade turística**..... 212
5.2 IGUAÇU: UM MODELO DE VISITAÇÃO PARA OS PARQUES NACIONAIS DO SNUC..... 219
5.2.1 **Considerações iniciais**..... 219
5.2.2 **O processo de ocupação de uma região de fronteira**..... 225
5.2.3 **A Concessão de serviços para a mercantilização da paisagem natural**..... 233

6 **A MEDIAÇÃO DO ESTADO E A MERCANTILIZAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL NOS PARQUES NACIONAIS E SEUS ENTORNOS**..... 245
6.1 A POLÍTICA PÚBLICA COM VISTA À IMPLEMENTAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NOS PARQUES NACIONAIS..... 245
6.1.1 **Apontamentos acerca do crescimento da atividade turística**..... 246
6.1.2. **Uma abordagem histórica das políticas públicas de turismo e ecoturismo**..... 251
6.1.3 **Notas a propósito do discurso do desenvolvimento sustentável**..... 267
6.2 O PROGRAMA TURISMO NOS PARQUES..... 272
6.2.1 **Os investimentos previstos para a primeira etapa**..... 273
6.2.2 **Ações adotadas por meio de portarias interministeriais e instrução normativa**..... 276
6.2.3 **As concessões de serviços turísticos para a iniciativa privada**..... 279
6.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL COM O TURÍSMO NOS PARQUES NACIONAIS..... 285
6.3.1 **O Estado provedor de estratégias de acumulação do capital**..... 285
6.3.2 **A funcionalidade do Estado diante da configuração de territórios do ecoturismo.**..... 288

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 294

REFERÊNCIAS..... 299

APÊNDICES..... 320

ANEXO..... 342

1 INTRODUÇÃO

Enquanto nas condições presentes é atribuído um novo valor à natureza em si, a qual no passado era ora temida ora adorada e hoje se encontra ameaçada e é objeto de preocupação devido ao alto grau de fragilidade que a intervenção humana lhe impôs, comprometendo, inclusive, a própria manutenção do atual modelo de sociedade, o homem, que também é parte da natureza, mas que fora alienado da natureza que lhe é exterior e com essa raridade, de modo geral, poucas vezes se depara, faz uso das paisagens apresentadas como naturais sob a forma de mercadoria. Nessa perspectiva, o Estado, por meio das suas instituições, e desconsiderando a inexistência de paisagens totalmente naturais no presente, participa decisivamente para a realização do processo de mercantilização das paisagens naturais nos Parques Nacionais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

Note-se, desse modo, que esses Parques Nacionais, como as demais categorias de Unidades de Conservação – UCs federais que integram o SNUC, com exceção das UCs definidas como Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, são gerenciados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, que é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, cuja fundação foi oficializada pela Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007.

As implicações para a produção do espaço observadas a partir desse processo que é fomentado pelo Estado, no qual a relação homem-natureza é mediada pelo capital como em tantos outros processos socioespaciais observados no sistema do capital, foram significativas para despertar a pretensão de analisá-lo, o que é realizado nesta tese. Mas não cabe, seguramente, na análise desse processo, elaborar um exame minucioso a propósito das transformações produzidas durante a história na relação homem-natureza, as quais, do ponto de vista defendido, permitem contemporaneamente a emergência do referido processo nos Parques Nacionais. A sua análise já foi há muito conseguida por autores que se dedicaram, mesmo que indiretamente, a refletir a seu respeito. Oportunamente, algumas das suas contribuições em torno da questão serão apresentadas. Entretanto, cabe tentar oferecer uma contribuição a propósito dessa matéria, ao tempo em que se analisa o processo em tela.

Em suas reflexões, Carlos (2009), fazendo referência a Henri Lefebvre, que, por sua vez, tomou como base a obra de Karl Marx, evidencia o processo de produção do espaço. No tocante a essa questão, a autora observa que, com o seu trabalho, o homem produz a si próprio e o seu mundo; produz o espaço. E essa noção de produção do espaço contém em si a

análise dos processos que a constituem, seus sujeitos, as mediações que a tornam real e a distribuição dos seus produtos. Com a mesma é possível entender a produção para além de seu aspecto econômico e da produção de mercadorias, levar em conta a prática sócio-espacial, deixando visível a condição da vida alienada e perceber a contradição entre a produção social do espaço e apropriação privada desse espaço[1]. Tal noção apresenta a capacidade de esclarecer o conteúdo social do processo, mudando o ponto de vista segundo o qual a natureza é artificializada pela sociedade. "A sociedade, ao contrário, produz 'um mundo' a sua imagem e semelhança: desigual e contraditório, impondo a necessidades de desvendar o conteúdo das relações sociais a partir das práticas espaciais em conflito" (CARLOS, 2009, p. 86).

A natureza, nesse processo de produção do espaço, que abrange elementos criados na atividade produtora do homem e ainda na sua vontade e disposição, acasos e determinações, é transformada em uma realidade social. Assim sendo, a natureza é o pressuposto da produção do espaço, um processo que lhe impõe uma dinâmica social e histórica, enquanto a produção do espaço é pressuposto, condição e produto da reprodução social. E contemporaneamente, com a extensão do capitalismo, o papel do espaço é central no processo de reprodução da sociedade capitalista (CARLOS, 2009).

> Não restam dúvidas, por exemplo, de que a acumulação passa pelo espaço, realizando-se através dele tanto quanto condição, quanto como produto desse processo, neste sentido se explica as atividades do turismo – com a correlata transformação da cultura em indústria cultural –, do narcotráfico, bem como o modo como o capital financeiro se associa ao setor imobiliário, em busca constante do lucro. Significa que o processo de reprodução econômica passa agora pela produção de um novo espaço (Op. cit., p.83).

Carlos (2009) adverte que é necessário não perder de vista a propósito da sociedade capitalista e da reprodução social, as seguintes questões: (1) esta sociedade capitalista é fundada na necessidade de ampliação das formas de valorização do capital e no presente é urbana em sua essência e modo de vida; e (2) esta reprodução social, por sua vez, é coordenada no presente por processos globais com o estabelecimento de uma mundialização da sociedade, que impõe, neste período de acelerada transformação que deixa sinais na paisagem e na consciência, novos padrões culturais, que dominam o cotidiano, transformando valores que resistiam, com a aceitação de novos signos e estabelecendo comportamentos novos, dando nova definição às relações sociais.

[1] Assim, é possível ir além da noção de meio, cujo "[...] sentido se fundaria na idéia da existência de um espaço anterior e exterior à prática sócio-espacial, uma natureza, portanto" (CARLOS, 2009, p. 80).

Ainda que as atividades agrícolas, em face da produção capitalista do espaço, permaneçam no centro das atenções da produção no campo, é inegável o aumento de novas atividades econômicas desenvolvidas no mesmo. E neste, muitas paisagens são transformadas em mercadorias, a serem consumidas por uma parcela da população das cidades, pois, neste regime de acumulação flexível, em que o capital, que segue movido por determinações impostas pela economia política global, é cada vez mais desterritorializado e alcança todos os espaços da vida, é uma necessidade o homem praticar, nos seus momentos de lazer e de férias, o ecoturismo, que cresce em todo o mundo.

E ao tempo em que o capital turístico alcança esse espaço de acumulação e apropria-se dele com a expansão da mercantilização das suas paisagens naturais, o espaço é transformado mais uma vez e são reveladas novas territorialidades. Mesmo porque, como Marx e Engels (2004c, p. 15) ressaltaram, a "[...] necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares."

Em face desse cenário, não surpreende o fato de que, atendendo à necessidade contínua de expansão do capital e respondendo às mudanças dos novos tempos, o Estado, com um discurso que promete o desenvolvimento local sustentável e a satisfação dos mais diversos interesses dos sujeitos sociais, planeje e implemente ações relacionadas ao crescimento dessa modalidade de turismo nos Parques Nacionais. Neste sentido, cita-se a política pública de turismo voltada para os Parques Nacionais, e com ela, por exemplo, o Programa Turismo nos Parques lançado pelo Governo Federal, em setembro de 2008, através do Ministério do Turismo – MTUR e do MMA.

Ressalta-se, comumente, a propósito do ecoturismo e dos Parques Nacionais, além da grande quantidade e beleza cênica dos recursos naturais destes para a exploração com tal atividade econômica e, ainda, a possibilidade de transformá-los em polos de desenvolvimento regional ou em atrativos para fomentar o surgimento desses polos nas suas proximidades a partir da implementação dessa atividade, o fato de que, o crescimento do ecoturismo nessas UCs está subordinado à realização de um trabalho que as transforme em importantes produtos turísticos.

Nesse sentido, o Estado é chamado a promover, através das suas instituições, um planejamento, objetivando o desenvolvimento da atividade no conjunto dos Parques Nacionais. Esse planejamento ocorre com a participação dos representantes dos poderes públicos municipal, estadual e federal e dos diversos órgãos oficiais relacionados a tais UCs

ou ao turismo, além dos representantes das comunidades dos entornos dessas UCs, das Organizações Não Governamentais – ONGs e dos setores da iniciativa privada envolvidos com a atividade. Cabe ressaltar, entretanto, que os agentes com menor capacidade de influenciar o direcionamento das ações derivadas de tal planejamento são os representantes das referidas comunidades, prevalecendo, assim, os interesses dos grupos hegemônicos. O Estado também é chamado a realizar investimentos na infraestrutura dos Parques Nacionais e em seus entornos, no intuito de prover as condições necessárias aos investimentos da iniciativa privada ligada à atividade turística e no intuito de satisfazer as necessidades dos seus visitantes, bem como ainda lhe é requerido que promova uma ampla divulgação desses novos espaços de acumulação.

E, tendo em vista que o ecoturismo constitui, de modo geral, uma atividade econômica considerada capaz de promover o "desenvolvimento sustentável", inclusive em áreas reservadas à proteção da natureza e em seus entornos, também não é de se admirar que, cada vez mais, trabalhem no sentido da sua implementação nos Parques Nacionais mesmo aqueles sujeitos que apresentam uma preocupação notória com a preservação dos seus ecossistemas, a exemplo dos gestores diretos dessas UCs e demais funcionários destas.

Cabe atentar, não obstante a análise das relações entre o Estado e o capital subentendidas no processo que define a mercantilização da paisagem natural com o ecoturismo nos Parques Nacionais do SNUC, que a observação da realidade a propósito do processo em tela já indica, com a presente exploração econômica da atividade nessas UCs e a mercantilização das suas paisagens naturais – que, à primeira vista, parecem resistir ao processo de apropriação do espaço pela sociedade no decorrer da história – a transformação de alguns Parques Nacionais e seus entornos em territórios do ecoturismo.

De tal modo, é pertinente observar, conforme foi ressaltado por Santos (1998), que a vida das coisas não é dada para todo o sempre. Quando mudam as determinações e estas mudam os objetos, as ações revivificam as coisas e as transformam. Dessa forma, embora possam permanecer com as mesmas feições, os objetos, ao longo do tempo, sofrem alteração no conteúdo, na função, na significação e na obediência perante a ação. E, uma vez que a apropriação do espaço pela sociedade permanece desigual, é necessário, como é enfatizado por Moysés Rodrigues (2009), entender a complexidade da produção, distribuição e consumo do espaço. A autora explica que, entre os alicerces do modo de produção capitalista, está a propriedade dos meios de produção. Assim, os elementos da natureza são transformados em mercadorias e apropriados desigualmente. Todavia, mesmo sendo o bem comum contraditório com a propriedade e com o capitalismo, os elementos da natureza, ou seja, o território onde se

encontram as riquezas e as riquezas em si, são apresentados como bens comuns da humanidade. E, assim, as abordagens ambientais privam de luz as formas de apropriação das riquezas naturais.

Face ao exposto, faz-se necessário observar que a interferência na produção do espaço observada nos Parques Nacionais e em seus entornos com a mercantilização das paisagens naturais raras a partir do desenvolvimento do ecoturismo, exige dos geógrafos uma maior reflexão a propósito desse processo, na tentativa de contribuir para um debate, que se faz necessário, quanto as suas particularidades, os seus desencadeamentos e as suas contradições.

Surge diante desta necessidade que a realidade impõe o seguinte questionamento: O que define a mercantilização da paisagem natural com o ecoturismo, observada de modo crescente no interior e no entorno dos Parques Nacionais do SNUC? E, de tal modo, é mister salientar que, sem desconsiderar as mudanças observadas com a ascensão de formas culturais pós-modernas, o presente estudo sustenta a hipótese de que são as relações entre o Estado e o capital que definem esse processo. Nestes termos, as reflexões engendradas nos demais capítulos que constituem o corpo deste trabalho objetivam analisar as relações entre o Estado e o capital subentendidas no processo que define a mercantilização da paisagem natural com o ecoturismo nos Parques Nacionais que integram o SNUC, na perspectiva do processo de acumulação capitalista e à luz da ciência geográfica e da teoria marxista.

A fim de tentar alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os objetivos específicos; a saber: (1) trazer para o debate a proposição quanto a difundindo-se o que é planejado pelo Estado para ser realizado nos Parques Nacionais, o homem, cada vez mais, somente estar em condições de exercer o seu direito à natureza nessas UCs quando mediado pelo capital e satisfazendo a necessidade de reprodução deste; (2) evidenciar a relação entre a emergência e a evolução do ambientalismo e a ascensão do ecoturismo, com o qual se dá a mercantilização da paisagem natural nos Parques Nacionais; (3) analisar os diferentes aspectos relacionados ao desenvolvimento da atividade turística nos Parques Nacionais e em seus entornos, dando mostras dos impactos socio-espaciais que se estabelecem nesses espaços de acumulação como resultado da mercantilização das suas paisagens naturais.; (4) analisar as implicações do processo de mercantilização da paisagem natural nos Parques Nacionais do Itatiaia e do Iguaçu e oferecer tanto uma visão dos aspectos mais comuns que marcam o processo de territorialização do capital turístico em diversos Parques Nacionais, como uma mostra do que é planejado para ser realizado nessas UCs com vistas ao crescimento do

turismo nestas; (5) por fim, analisar aspectos da mediação do Estado relacionados ao processo de mercantilização da paisagem natural nos Parques Nacionais e seus entornos.

A inquietude em versar a propósito do processo de mercantilização da paisagem natural com o ecoturismo nos Parques Nacionais, o qual envolve a necessidade imperativa e não contraditória neste sistema do capital, de expansão deste sobre as UCs, problematizando-o e trazendo-o para um debate, não tem, de modo algum, a pretensão de lançar conclusões definitivas. Mesmo porque, a sua análise indica que se trata de um processo que apenas se inicia. E desse modo, faz-se necessário o prosseguimento da análise crítica desse processo, acompanhando os seus desdobramentos, inclusive com estudos de caso.

Diante do desafio que a análise do espaço em produção apresenta, realizou-se, a fim de tentar alcançar o objetivo proposto, um levantamento bibliográfico e um trabalho de campo, a partir dos quais foi possível a análise dos processos que envolvem a mercantilização da paisagem natural no espaço em epígrafe e a produção do material cartográfico e fotográfico apresentados neste trabalho.

O levantamento bibliográfico deu-se junto aos acervos pessoal e de universidades e a sítios na internet de órgãos públicos e instituições privadas, tais como ICMBIO, MMA, MTUR, prefeituras municipais e empresas de turismo. Faz-se necessário obervar que, com a criação de um novo sítio na internet para o ICMBIO em abril de 2011, as notícias publicadas até então por este Instituto, as quais constituíram uma importante fonte de pesquisa para a análise realizada e são reproduzidas por outros sítios, foram retirados da rede. A seleção e a análise das suas notícias eram realizadas a cada ano desde 2007, quando teve início a divulgação destas no sítio do Instituto, com o objetivo de ter para análise aquela importante fonte de pesquisa. No entanto, em decorrência dessa perda de arquivos, o trabalho de seleção e a análise das suas notícias foram, em grande parte, inviabilizados entre 23 de fevereiro de 2010 e 16 de março de 2011. Convém salientar que o acesso a algumas notícias desse período, de aproximadamente um ano, deveu-se a pesquisas realizadas em datas esporádicas e com objetivos específicos ou deveu-se à obtenção de alguns arquivos cedidos pela ASCOM/ICMBIO, após solicitação. E, ainda, se faz necessário observar que em virtude do grande número de informações oferecidas no presente trabalho produzidas a partir dessas notícias optou-se por fazer referência destas apenas nos casos em que elas foram apresentadas em citações diretas.

O trabalho de campo, por sua vez, foi realizado a partir de três atividades, a saber: (1) aplicação de questionário enviado aos chefes dos Parques Nacionais, o qual foi respondido entre os anos de 2012 e 2013 – dos 68 questionários enviados, foram respondidos 54, o que

corresponde a 79,41% do total de questionários enviados; (2) observação e registro fotográfico de aspectos da produção do espaço decorrentes do processo de mercantilização da paisagem natural, nos Parques Nacionais da Tijuca, em fevereiro de 2010; de Aparados da Serra, em julho de 2010; da Chapada dos Veadeiros, em abril de 2011; do Iguaçu, em agosto de 2012, e da Chapada Diamantina, em abril de 2013, bem como nos seus entornos; (3) e entrevistas a diversos sujeitos envolvidos com o processo analisado, a exemplo de moradores, chefes e visitantes dos mencionados Parques Nacionais, bem como autoridades municipais, trabalhadores e empresários envolvidos com o turismo nessas UCs.

Do mesmo modo como aos demais fenômenos sociais observados no espaço, é imprescindível analisar o processo em tela como parte de um fenômeno mundial. Nesse sentido, sem perder de vista suas especificidades e buscando as origens do objeto tratado e as contradições daí originadas, a sua análise será realizada por meio de uma abordagem que proporciona uma visão da totalidade que o envolve, conforme propõem Moraes e Costa (1999) e Moraes (2002a).

A realidade, desse modo, é concebida como movimento contínuo, no qual os fenômenos somente são apreendidos como processo, devendo o conhecimento capturar um sentido lógico e histórico em meio à multiplicidade das formas e das relações. E o estudo da relação entre a sociedade e seu espaço deve partir da totalidade através da relação entre a universalidade e a singularidade – qualidades da realidade – dos objetos tratados, numa ação particularizadora (MORAES, 2002a). Essa totalização se estabelece na construção de um conjunto de mediações que objetivam fazer entender a questão tratada, aí incidindo as determinações alcançadas e esgotando-a em suas manifestações históricas. Afinal, é necessário conhecer as características basais do movimento da totalidade social, no intuito de apreender seus aspectos particulares, conhecer a totalidade para apreender a parte (MORAES e COSTA, 1999)[2].

E, já que se estudam os processos, a historicidade é o caminho para compreender a realidade; e à geografia humana cabe analisar o processo de apropriação do espaço natural e a constituição de um espaço social pelas distintas sociedades no decorrer da história, ou seja, compreender o processo de produção do espaço e seu resultado em diferentes momentos. Contudo, neste processo, que é guiado por determinações do modo de produção vigente, a

[2] Entretanto, não é proposta do materialismo histórico e dialético abordar de uma só vez todo o existente e produzir uma caótica visão da totalidade. Desse modo, tal método trabalha "[...] com sucessivos e interpenetrantes procedimentos de abstração e concreção. Isto é, caminha da experiência para o abstrato (identificando e isolando problemas), e deste ascende para o concreto (pela inserção dos problemas tratados em processos mais amplos)" (MORAES e COSTA, 1999, p. 47).

singularidade do espaço se impõe. Esta, então, é a perspectiva geográfica quando analisa a totalidade. Desse modo, espacializar é de imediato particularizar, visto que as determinações provenientes das características do meio, seja ele natural ou construído, dão às relações de um modo de produção tonalidades locais específicas do lugar (MORAES, 2002a).

Feitas essas considerações em torno do método desta pesquisa, aponta-se como conceito geográfico-chave da mesma o espaço, o conceito mais abrangente da Geografia. Já o território e a paisagem, não obstante a importância que apresentam para tal análise, são utilizados de forma secundária. Isto, compreendendo que as razões da escolha do conceito geográfico-chave e dos conceitos geográficos secundários deste trabalho encontram-se subentendidas na própria concepção que estes conceitos de espaço, território e paisagem apresentam quando da análise geográfica na perspectiva crítica e dialética.

Para Lefebvre, o espaço é condição, meio e produto do processo de reprodução da sociedade. Transformando a natureza e transformando-se ao longo da história, o homem, na sua relação com os outros homens e com a natureza, ao produzir, também produziu a si próprio e ao espaço (CARLOS, 2009). Entendendo o espaço, que é sempre singular, visto que é desigual tanto em relação aos seus quadros naturais como em relação ao acúmulo de trabalho nele agregado, e relativamente escasso, uma vez que é finito, como uma condição da existência humana e da produção, depositário da história que apresenta a sobreposição dos resultados dos processos naturais e sociais, admite-se na relação sociedade-espaço, um processo de valorização, a possibilidade de transformações (MORAES e COSTA, 1999).

O processo de apropriação do espaço natural e de constituição de um espaço social, que se manifesta com determinações específicas e atua como elemento particularizador, resulta do trabalho humano, que valoriza o espaço. Essa valorização do espaço ocorre a partir de uma progressiva apropriação e transformação do planeta pela sociedade ao criar suas formas, que atendem ao ordenamento sociopolítico do grupo que as estabelece e que agem funcionalmente a sociabilidade que vigora, a qual ainda regula o uso do espaço e dos seus recursos, estabelecendo os seus modos de apropriação da natureza. Mas, tal valorização do espaço pode ser compreendida como um processo de formação de um território. E a escolha dessa categoria, que tem como elemento definidor o uso social e considera a inexistência de territórios totalmente naturais, é uma vantagem, por impedir o retorno das concepções naturalistas e por direcionar a análise geográfica para uma visão social da relação sociedade-espaço em si. Desta feita, o território ainda retoma a unidade dialética entre forma e processo, essencial à ótica geográfica desejada (MORAES, 2002a).

Faz-se necessário observar acerca da apropriação em questão, ou seja, a apropriação do espaço natural, que hoje a paisagem natural praticamente não existe mais. Mesmo que o homem, como parte dessa sociedade que está continuamente espacializando-se com a inserção territorial dos processos sociais, não entre em contato com um lugar, este lugar é objeto de sua atenção e de suas aspirações econômicas ou políticas, sendo o valor imputado às paisagens que possibilita a seletividade da espacialização. Já a respeito das formas criadas pelos homens, é necessário observar que estas formas não surgem exclusivamente das possibilidades técnicas existentes em uma época. Tais formas, que se tornam partes da paisagem, ao mesmo tempo em que estão sujeitas à técnica vigente, também estão sujeitas às condições econômicas, políticas, culturais etc., o que torna necessário relacionar a paisagem a tais condições (SANTOS, 1988).

Enquanto o espaço consiste no resultado da soma e da síntese, refeita perpetuamente, da paisagem com a sociedade por meio da espacialidade, ou seja, no conjunto das formas geográficas e do contexto social, do trabalho morto e do trabalho vivo, a paisagem, o domínio do visível, pode ser definida como um tipo de fragmento da história do trabalho, das técnicas, uma fração de um tempo histórico que representa um modo de construir o espaço, um conjunto de formas heterogêneas naturais e artificiais e de diversas idades, consistindo nas formas geográficas ou parcialmente em trabalho morto[3]. Há, neste sentido, uma relação entre a produção e a paisagem (Op. cit.).

Cada forma produtiva precisa de um determinado tipo de instrumento de trabalho. Estes instrumentos de trabalho, que no passado constituíam uma extensão do homem, são acrescidos à natureza. As estradas, os edifícios e outros tantos instrumentos de trabalho imóveis necessários à produção, até mesmo a cidade que explica mais satisfatoriamente tais adições à natureza, inclinam-se a prevalecer sobre os instrumentos de trabalho móveis e a consistir em condição de uso destes. Mas além de vinculados ao processo de produção propriamente dito, os instrumentos de trabalho estão vinculados à circulação, à distribuição e ao consumo. Segundo os níveis destas quatro etapas, a paisagem se organiza e, seguindo à lógica da produção nestas mesmas etapas, os instrumento de trabalho apresentam uma localização própria (Op. cit.).

Torna-se mister salientar, além do fato de que há uma permanente revivificação das formas herdadas lhes conferindo uma funcionalidade diante da organização social em

[3] Santos (1997, p. 68) ainda observa: "A natureza natural não é trabalho. Já o seu oposto, a natureza artificial, resulta de trabalho vivo sobre trabalho morto."

vigor, que, considerando que a valorização do espaço e a formação territorial fazem parte de um só processo, sua produção deve ser vista como fruto de decisões políticas, que, transformadas em projetos, refletem as concepções dos atores sociais hegemônicos instituindo as condições necessárias aos processos econômicos. Salienta-se que o Estado, entre esses atores sociais hegemônicos, ao surgir na história, inclina-se a tomar exclusivamente para si as ações que servem de base do processo de formação territorial. E, desse modo, faz-se necessário observar o jogo político e as determinações político-culturais, a fim de compreender o processo de valorização do espaço (MORAES, 2002a).

Por certo, é adotando como referência conceitual tais concepções de espaço, território e paisagem sob a perspectiva da produção capitalista do espaço, que se deve evidenciar no decorrer deste trabalho, como foi antes proposto, as relações entre o Estado e o capital subentendidas no processo que define a mercantilização da paisagem natural com o ecoturismo nos Parques Nacionais. Mas ainda se deve evidenciar a forma como se dá a reprodução das relações sociais capitalistas com a evolução desse processo.

O presente capítulo dá início a este trabalho, que foi estruturado em sete capítulos. Deste modo, neste capítulo 1, são apresentadas, entre estas breves considerações em torno do processo de mercantilização das paisagens naturais dos Parques Nacionais, as razões que a justificam e o objetivo que a motivou, como também os caminhos percorridos com vistas a alcançar esse objetivo. E se ressalta a necessidade de abordar a questão em tela, nos demais capítulos que se seguem, a partir do seu entendimento como um processo que é parte de uma totalidade.

Nesse sentido, o capítulo 2, intitulado "O Direito à Natureza com o Ecoturismo no Regime de Acumulação Flexível do Capital", oferece uma abordagem crítica da falha metabólica na relação homem-natureza e da degradação das condições naturais. E, ao final, desenvolve uma reflexão em torno do direito à natureza com o ecoturismo.

Em contrapartida, no capítulo 3, intitulado "A Ascensão do Ecoturismo na Esteira do Ambientalismo", são apresentadas, entre as breves considerações em torno da ascensão do ecoturismo na esteira do ambientalismo, as raízes ocidentais da sensibilidade para com a natureza. Em seguida são expostas algumas considerações que dizem respeito à emergência do turismo e do turismo alternativo, ao movimento ambientalista e à ascensão do ecoturismo. E posteriormente são abordadas questões relativas ao desenvolvimento do ecoturismo nas UCs do SNUC.

A apresentação de algumas considerações sobre os Parques Nacionais e sobre o ecoturismo nessas UCs antecede, no capítulo 4, intitulado "Parques Nacionais do SNUC:

Territórios do Ecoturismo", a exposição de alguns subsídios que, dando mostras dos impactos socio-espaciais que se estabelecem nesses espaços de acumulação em decorrência da mercantilização das suas paisagens naturais, devem contribuir para se desvendar o processo implementado pelo Estado nos Parques Nacionais.

Intitulado "Os Parques Nacionais do Itatiaia e do Iguaçu", o capítulo 5 inicia com algumas considerações quanto às origens, condições e valorização no contexto regional do Parque Nacional do Itatiaia, quanto a particularidades de um conflito fundiário que persiste na UC e ainda quanto à caracterização da sua atividade turística. Posteriormente, o capítulo traz algumas considerações iniciais sobre o Parque Nacional do Iguaçu, faz referência a aspectos das condições naturais da UC e ao processo de ocupação da região onde essa UCs está inserida e, ao final, trata da concessão de serviços turísticos para a iniciativa privada nos seus limites.

Já o capítulo 6, intitulado "A Mediação do Estado e a Mercantilização da Paisagem Natural nos Parques Nacionais e seus Entornos", apresenta as políticas públicas que fomentam a atividade turística nos Parques Nacionais e traz reflexões acerca do uso do discurso do desenvolvimento sustentável. Na continuidade, apresenta uma dessas políticas – o Programa Turismo nos Parques – e outras ações da política pública de turismo que colaboram para a evolução do processo em tela, a exemplo das concessões de serviços turísticos para a iniciativa privada nessas UCs. E em seguida traz uma discussão acerca da acumulação do capital turístico nos Parques Nacionais, apresentando considerações a propósito de o Estado configurar-se provedor de estratégias de acumulação do capital e sobre a funcionalidade do Estado para a configuração de territórios do ecoturismo.

Finaliza este trabalho o capítulo 7 – "Considerações Finais" –, que consiste em breves apontamentos a respeito das particularidades, dos desencadeamentos e das contradições observadas com a análise do processo de mercantilização da paisagem natural nos Parques Nacionais do SNUC.

2 O DIREITO À NATUREZA COM O ECOTURISMO NO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL DO CAPITAL

Este capítulo visa trazer para o debate a proposição quanto a difundindo-se, neste regime de acumulação flexível, o que é planejado pelo Estado para ser realizado nos Parques Nacionais do SNUC, tendo sido produzidas no decorrer da história a falha metabólica na relação homem-natureza e a degradação das condições naturais, o homem, cada vez mais, somente estar em condições de exercer o seu direito à natureza nessas UCs quando mediado pelo capital. Neste sentido, este capítulo traz uma abordagem tanto da falha metabólica na relação homem-natureza como da degradação das condições naturais. E, na sua continuidade, desenvolve uma reflexão em torno do direito à natureza com o ecoturismo.

2.1 A Falha Metabólica na Relação Homem-Natureza

Karl Marx, que desenvolveu a mais profunda obra sobre o modo de produção capitalista, expôs a falha metabólica produzida na relação homem-natureza, sendo que, ao fazê-lo, declarou a propósito desta:

> A grande propriedade fundiária reduz a população agrícola a um mínimo sempre declinante e a confronta com uma sempre crescente população industrial amontoada nas grandes cidades; deste modo, ela produz condições que provocam uma falha irreparável no processo interdependente do metabolismo social, um metabolismo prescrito pelas leis naturais da própria vida (MARX, 1981? apud FOSTER, 2005, p. 219).

E é pertinente observar, ao abordar a questão da falha metabólica, que, para ele:

> Não é a *unidade* da humanidade viva e ativa com as condições naturais, inorgânicas da sua troca metabólica com a natureza, e daí a sua apropriação da natureza, que requer explicação ou é o resultado de um processo histórico, mas a *separação* entre estas condições inorgânicas da existência humana e esta existência ativa, uma separação que só é completamente postulada na relação do trabalho assalariado com o capital (MARX, 1973 apud FOSTER, 2005, p. 13).

A reflexão a propósito da mercantilização da paisagem natural observada nos Parques Nacionais com a implementação do ecoturismo indica que essa falha metabólica é umas das condições para o desenvolvimento desse processo. Haja vista o suposto retorno do homem à natureza que é promovido no presente por essa atividade econômica, de modo

mediado pelo capital, nessas UCs, exigir que antes o homem tenha sido "separado" da natureza e que a população tenha sido "amontoada nas grandes cidades". E diante disso, a falha metabólica será trazida para a análise do processo em tela.

2.1.1 A "unidade" e a "separação" entre o homem e a natureza

Ao desenvolver a análise do modo de produção capitalista, Marx (1974, 1988, 2002, 2004a, 2004b, 2007), além de ressaltar que, no processo de produção em vigor tanto o homem como a natureza que está no seu exterior são transformados em mercadorias, enfatiza que o homem é, antes de tudo, parte da natureza e que é uma necessidade a relação metabólica entre os homens e a natureza. Entretanto, o referido autor deixa evidente que, quando ainda era gerado esse modo de produção, o homem foi dissociado dos seus meios de produção com a expropriação da terra no processo de acumulação primitiva do capital e uma falha nessa relação metabólica foi produzida. A partir de então, o homem, aquele produtor direto transformado em trabalhador assalariado, seria forçado, desta feita como um homem livre dos seus meios de produção, a vender-se para tentar obter as coisas que produzia a partir da natureza; destarte, sendo alienado de si mesmo, do seu trabalho e da natureza. E, ao tempo em que o intercâmbio material entre os seres humanos e a terra foi perturbado com a redução da população do campo, as terras onde o homem vivia produzindo a partir da natureza foram transformadas em propriedades privadas e incorporadas ao capital.

Quando analisadas as questões da relação metabólica entre o homem e a natureza e da falha metabólica nesta relação, compreende-se o porquê de nas reflexões de Marx, mesmo a ecologia nunca ocupando o papel central em sua obra, ressaltar-se a necessidade da interação entre o homem e a natureza e se chamar atenção para a questão da degradação desta. Bem como compreender-se o porquê de Marx (1974) advertir que, mesmo todas as sociedades de uma época conjuntamente não são proprietárias da terra, elas são apenas suas usufrutuárias e precisam deixá-la melhorada para as próximas gerações. E, desse modo, é possível concluir que a interpretação que aponta a dominação da natureza e o produtivismo como seus ideais é um equívoco e uma simplificação de toda a sua extensa e complexa construção teórica.

Todavia, mesmo entre os marxistas, segundo Dantas (2010), vários autores fazem uma leitura parcial de Marx, colaborando para que o mesmo seja mal compreendido. Desse modo, aproximam-se dos intelectuais liberais ou reformistas e ecléticos que o acusam de ser produtivista e prometeico. Contudo, outros teóricos vêm resgatando a relação ecologia e marxismo. Há entre esses autores a convicção de que um processo de degradação da natureza

que compromete até a própria sobrevivência humana está instalado no planeta, e de que para uma crítica mais profunda a essa situação é o marxismo que está capacitado.

Mészáros (2002, 2007), entre os autores que perceberam as preocupações ecológicas de Marx, ressalta que este foi o primeiro a abordar os problemas da ecologia sob o domínio do capital e seus perigos para a sobrevivência humana. E, deixando claro que a questão ecológica é real e que em razão da necessidade do crescimento capitalista pouca atenção lhe foi dispensada, afirma que Marx tratou a questão ecológica dentro das dimensões de seu verdadeiro significado socioeconômico. Marx, de acordo com esse autor, negava a alegação de que as formas de desenvolvimento dominantes eram inerentes à essência humana e que, por conseguinte, a questão consistia em saber como nos adaptar a elas. Nesses termos, para ele, uma reestruturação do modo dominante de intercâmbio e controle humano era o pré-requisito para um controle efetivo das forças da natureza, postas em movimento de forma autodestrutiva em razão desse modo dominante de intercâmbio e controle humanos.

Altvater (2006) entende que as asseverações de Marx em torno das relações sociais do homem com a natureza, ajudando a desvendar a dinâmica e as contradições dessas relações no capitalismo, podem ser empregadas para a compreensão dos problemas ecológicos atuais. Marx, segundo esse autor, compreendia a prática humana como parte de um metabolismo entre o homem e a natureza. Ele via o homem como alguém que transforma a natureza e encontra-se incluído em um metabolismo que obedece às leis da natureza, como também está regulado pela dinâmica da formação social capitalista. E, as categorias básicas da crítica marxista da economia política com respeito à relação da sociedade com a natureza – ou seja, o papel das necessidades humanas, o caráter dual do trabalho e da produção, a dinâmica das crises econômicas e sociais, a valorização do capital, a acumulação e a expansão, a entropia e a irreversibilidade – estão orientadas para a compreensão do metabolismo.

Foster (2005) afirma que é impossível compreender os grandes problemas ecológicos da atualidade de outra forma que não seja relacionando-os ao processo de acumulação do capital, como fez Marx. A análise de Marx do metabolismo entre o homem e a natureza, conforme esse autor, assumia tanto um significado ecológico específico como um significado social mais amplo, enquanto a sua perspectiva ecológica derivava do materialismo prático que marca sua obra. Desse modo, além de destacar no materialismo e na visão de mundo ecológica de Marx a influência do epicurismo, enfatiza as contribuições dos seus

estudos em torno da obra do químico agrícola Justus von Liebig e da sua crítica à teoria de Malthus naquele pensamento ecológico e na formulação do conceito de falha metabólica[4].

Dantas (2010) conclui que é cada vez maior a falha metabólica exposta por Marx, para quem, enquanto não predominar a cooperação entre os homens, não existe chance de harmonizar a relação sociedade-natureza. Marx, de acordo com o autor, parte do ponto de vista de que a relação com a natureza sofre uma ruptura com o capitalismo. Com essa ruptura a relação homem-natureza, através do trabalho, se refaz. O objetivo da produção não é mais o de satisfazer as necessidades dos homens por meio da produção de valores de uso. Desta feita, a produção objetiva a acumulação de capital. A natureza, desse modo, encontra-se subsumida ao reino das mercadorias. E, a partir da crítica ao modo de produção capitalista, Marx e Engels expõem a falha metabólica como a ruptura na relação homem-natureza.

Foster (2005) e Smith (1988) esclarecem, em torno do conceito de metabolismo, que Marx utilizou em um novo contexto um conceito já existente. Originalmente, de acordo com Foster (2005), o conceito foi adotado para referir-se a trocas materiais relacionadas com a respiração dentro do organismo, sofrendo diversas influências e ampliações antes de ser usado por Marx para explicar a relação do trabalho humano com a natureza. Para Marx, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, uma condição da interação metabólica entre o homem e a natureza e uma condição da existência humana imposta pela natureza. Para Marx, de acordo com Smith (1988), esse processo de trabalho é a força motivadora da interação metabólica entre o homem e a natureza, sendo este metabolismo do homem com a natureza o processo pelo qual os homens se apropriam dos meios para satisfazer suas necessidades e desenvolver outros valores-de-uso para a natureza.

Foster (2005) e Smith (1988), ao analisarem o trabalho de Alfred Schmidt, que abordou o metabolismo entre o homem e a natureza em "The Concept of Nature in Marx", julgam-no equivocado. Smith (1988), além de ressaltar que o conceito de natureza naquele trabalho não retrata o pensamento de Marx, observa que Schmidt não compreendeu a

[4] Foster (Op. cit.) argumenta que o interesse de Marx em torno do materialismo de Epicuro, um filósofo da Grécia antiga para quem toda a existência material era interdependente, é evidenciado nas suas obras. Para Marx, segundo esse autor, Epicuro havia descoberto a alienação dos homens do mundo através da religião e a necessidade de a ciência contrapor-se a isto com base numa concepção materialista de natureza, como também que ele teria sido o primeiro a perceber a aparência como alienação da essência e a reconhecer a autoconsciência humana como a divindade suprema. Ele explica que a filosofia materialista de Epicuro foi a base comum para o materialismo anglo-francês de Bacon, Hobbes, Locke, Hume, La Mettrie, Diderot e Holbach, tendo sofrido da Inquisição uma repressão implacável. Isto se deu haja vista que nas proposições iniciais da sua filosofia natural nada vir do nada e jamais a natureza reduzir qualquer coisa a nada, e, na sua ética ele defender a satisfação das necessidades, em termos de uma existência global e não em termos míopes ou hedonistas. E esclarece também que, ela ficou conhecida principalmente através da obra "Da natureza das coisas", do poeta romano Lucrécio, que evidenciou sua visão ecológica de mundo.

importância do valor-de-troca na determinação da relação com a natureza. E explica que, na história, quando esses valores-de-uso são produzidos para a troca, esta passa a ser o objetivo da produção. Então, nessa economia de troca que, via de regra, leva à produção capitalista, as instituições sociais e as firmas regulam a apropriação da natureza cada vez mais. E com a expansão do capitalismo e do trabalho assalariado, a relação que se estabelece ente o homem e a natureza é a generalização do valor de troca. Foster (2005), por sua vez, julga equivocado aquele trabalho de Schmidt, tendo em vista o fato de este não compreender o conceito de metabolismo de Marx e concluir que Marx se tornou presa do seu materialismo, e assim de uma visão prometeica, enfatizando a dominação da natureza[5]. E explica que Marx não defendia que a natureza devesse ser mantida intocada, nem ele tinha a ilusão de que a natureza estivesse intacta nem que pudesse ser mantida assim. Todavia, para Marx, era necessária uma relação sustentável entre o homem e a natureza por meio da organização da produção, de modo que levassem em consideração a relação metabólica entre os seres humanos e a terra.

As observações antes apresentadas evidenciam o caráter essencial no pensamento de Marx, das suas reflexões em torno da relação homem-natureza. Nesses termos, é compreensível o fato de Marx, na construção teórica que desenvolveu em torno do modo de produção capitalista, ter dedicado atenção à questão da unidade e da separação entre o homem e a natureza, bem como que esse autor tenha refletido a propósito da transformação, ocorrida no decorrer da história, nessa relação. E, ainda, que ele tenha elaborado proposições em torno da produção de uma ruptura na relação entre os seres humanos e a natureza. De tal modo, tem-se o porquê de a abordagem a propósito da falha metabólica, que é trazida para a análise da mercantilização da paisagem natural nos Parques Nacionais como uma das condições para o desenvolvimento desse processo, ser realizada com base nesse autor e com base em outros autores que refletiram a respeito da questão, tendo como fundamento o seu pensamento.

2.1.2 A produção da falha metabólica

As transformações evidenciadas na relação homem-natureza que levaram Marx a perceber a produção da falha metabólica foram originadas enquanto se davam alguns dos mais

[5] Antes disso, porém, Foster (1999b) apresenta argumentos que se contrapõem às críticas de ecologistas ao pensamento de Marx. E entre as críticas apresentadas, destaca como a mais importante a mesma falsa acusação de prometéica feita por Schmidt. Desse modo, ele faz ver que o semideus da mitologia grega da obra "Prometeu acorrentado", do trágico Ésquilo, que, preso por toda a eternidade por trazer dos céus o fogo para a humanidade, luta para libertar-se, representa, mais do que a tecnologia na cultura ocidental, a criatividade, a revolução e a revolta contra os deuses. E que Marx refere-se a Prometeu com mais frequência como símbolo de revolução que da tecnologia, ao contrário do que afirmam os críticos do marxismo, que transformaram o sentido histórico e cultural do mito em um símbolo do produtivismo e do domínio da natureza.

significativos acontecimentos que marcaram o processo de acumulação primitiva do capital. Essa acumulação primitiva, Marx (1988) explica, é o processo histórico cuja base é a expropriação do camponês, com a qual se desfez a associação entre o trabalhador e seus meios de produção. Ela é tida como primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. Portanto, uma acumulação que não decorreu do modo de produção capitalista, embora tenha sido o seu ponto de partida.

A falha metabólica, desse modo, evidencia uma contradição na relação homem-natureza cuja raiz está em um processo que se manifesta durante um longo período da história que antecede o advento do capitalismo. E no sentido de evidenciar nos desdobramentos dos acontecimentos que marcaram esse processo de acumulação primitiva do capital, a produção da falha metabólica, tais acontecimentos são sucintamente revisitados a seguir.

Marx (1988) afirma que o modo capitalista de produção e de acumulação e a propriedade privada capitalista impõem como condição para existirem o fim da propriedade privada baseada no trabalho próprio. Era uma exigência além de capital, grande quantidade de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. E nesse sentido, durante a acumulação primitiva, o trabalhador foi dissociado dos meios de produção. Entretanto, Marx (2004b) ainda assevera que, com a instituição da propriedade privada, a produção capitalista perturbou o intercâmbio material entre o homem e a terra. Haja vista, à proporção que a população agrícola foi sendo reduzida e foi sendo concentrada nas cidades, foi alterado o retorno à terra dos elementos do solo consumidos pelo homem, por exemplo sob a forma de alimentos, desobedecendo à permanente condição natural da fertilidade estável do solo.

Fazendo uso do exemplo clássico da Inglaterra do século XV ao XIX para explicar a história da expropriação do camponês da terra e ressaltando que este processo apresenta diferenças em cada país e percorre diversas fases em sequência variada e em diferentes épocas, esse autor explica que terras de uso comum que eram ocupadas por lavoura, pasto ou floresta, onde o camponês podia, com o seu trabalho livre e consciente, produzir seu mundo, foram cercadas. Esse cercamento das terras comuns e a posterior transformação dessas terras em propriedades privadas participaram do processo que criou o sistema capitalista a partir da estrutura econômica feudal. Mas além da expropriação do camponês com o cercamento das terras comuns, o roubo das terras da Igreja e do Estado e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna participaram do processo que conquistou o campo para a agricultura capitalista, incorporou as terras ao capital e concedeu à indústria a força de trabalho sem a qual ela não existiria (MARX, 1988).

O trabalhador que, segundo Marx (1988, 2004b), deve ser encontrado no mercado pelo possuidor de dinheiro como condição para a transformação de dinheiro em capital, deve ser livre em dois sentidos. No sentido de dispor de sua força de trabalho como sua mercadoria; ou seja, livre por não ser parte direta dos meios de produção, como escravo ou servo, e no sentido de não possuir outra mercadoria para vender, além de sua força de trabalho; ou seja, livre por não ser dono dos meios de produção, como o camponês autônomo. Como indivíduos abstratos, dos quais foram arrancadas as forças produtivas e, desse modo, foram roubados do conteúdo real da vida, a "[...] única conexão em que ainda se encontram com as forças produtivas e com a sua própria existência, o trabalho, perdeu no seu caso toda a aparência de auto-ocupação [...] e apenas mantém a sua vida na medida em que a atrofia." (MARX, 2002, p. 96).

A necessidade de força de trabalho, por si só, dava todo o sentido de ser ao processo de alienação desvendado por Marx. Este processo transformou o produtor direto em trabalhador, alienando-o de si mesmo. Isso porque, a partir de então, esse homem passa a ser um objeto, uma coisa, uma mercadoria unicamente possuidora de força de trabalho, o que lhe obriga a vender essa força de trabalho para tentar obter aquilo que produz a partir da natureza.

Mészáros (2007) observa em torno da questão que, não se reconhecendo os ônus materiais e sociais da nova ordem do capital, o termo liberdade sofre uma redução em seu interior alienado. Ele é saudado como a conquista do poder do homem de vender-se livremente, através do hipotético contrato entre iguais. Isto, em oposição às restrições políticas da ordem feudal. E reconhecendo que a razão de ser da liberdade do homem e de sua mobilidade no capitalismo já era analisada por Marx, Gaudemar (1977) expõe a tese de que a mobilidade do trabalho participa na determinação específica da economia capitalista em relação à economia mercantil em geral. Então, em suas reflexões sobre o fato de a mobilidade do trabalho estar na origem da produção da mais-valia e consequentemente da acumulação do capital, ele também aborda a questão do trabalho livre.

A liberdade que se requer do homem no capitalismo, para esse autor, é explicada pelo fato de só ele possuir uma mercadoria cujo valor de uso é fonte de valor: a força de trabalho. Porém, para realizar-se a transformação do dinheiro em capital, o trabalhador deve estar livre para sujeitar-se a ele. Como condição para que esse trabalhador venda sua força de trabalho, esta deve ser móvel. Ou melhor, ela deve ser apta para as deslocações e modificações do seu emprego. No limite, ela deve ser tão indiferente ao teor do seu emprego, como o capital o é em relação ao lugar em que é investido, contanto que o lucro extraído seja satisfatório. A produção da força de trabalho é o momento da aquisição da sua mobilidade, o

que, para Marx, é o momento da acumulação primitiva, da transformação do dinheiro em capital, e assim, da formação do proletariado. E, enquanto a expropriação do camponês transforma-o em proletário numa mobilidade social, no plano espacial, prefigura-se a separação entre o campo e a cidade e a divisão territorial pela especialização dos territórios, originando formas espaciais de mobilidade do trabalho correspondentes.

Na base do processo da acumulação primitiva, ponto de partida da acumulação capitalista, segundo Marx (1988), está a expropriação de grandes massas de camponeses, de forma repentina e violenta, privadas de seus meios de subsistência e atiradas no mercado de trabalho como uma leva de proletários desprovidos de direitos. Mesmo porque, para ele, estava claro que o modo capitalista de produção e de acumulação e, por conseguinte, a propriedade privada capitalista, impõem, como condição para existirem, o fim da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, impõem a expropriação do trabalhador.

Todavia, Marx (2004a, 2004b) explica, o homem vive da natureza. A natureza é seu corpo inorgânico. Sua vida física e mental está interconectada com a natureza, ou seja, ela está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. Esta natureza oferece ao homem seus meios de vida, pois, no sentido imediato, ela é o meio de vida para sua subsistência física. Mas também ela é seu meio de vida, como a matéria a partir e por meio da qual o homem produz com seu trabalho. O trabalho do homem transforma os objetos com um determinado fim, incorpora-se neles e concretiza-se. O produto desse trabalho é um material da natureza adaptado às necessidades dos seres humanos por meio da alteração da forma. São necessários apenas o homem e seu trabalho e a natureza e seus elementos materiais para que se dê o processo de trabalho. Esse "[...] é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana [...]" (MARX, 2004b, p. 218). Nesse sentido, o processo do trabalho é a mediação entre o homem e a natureza.

Contudo, mais tarde, o capitalista compra no mercado os elementos necessários ao processo de trabalho e, como detentor deles, os consome com o seu trabalho, como mercadorias e meios de produção. E no processo de trabalho que ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, tanto o trabalho do trabalhador como o produto desse trabalho são propriedades do capitalista, não mais do trabalhador (MARX, 2004b).

> Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. O capitalista

> compra a força de trabalho e incorpora o trabalho [...] aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou, a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem (Op.cit., p. 219).

Os eventos que transformam o produtor direto em trabalhador assalariado e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, segundo Marx (1988, 2004b), ao mesmo tempo criam para este capital o mercado interno[6]. Afinal, mesmo deixando de ser o produtor direto dos seus meios de subsistência a partir da natureza, o homem continua a apresentar necessidades que precisam ser satisfeitas. No mercado, além de vender sua mercadoria-força de trabalho, o homem também começa a participar do processo de reprodução do capital como consumidor. Entretanto, ao vender a sua força de trabalho e produzir uma quantidade e uma variedade cada vez maior de mercadorias, aquele homem não garantiu que ele pudesse fazer uso delas. E embora a mercadoria que o trabalhador possui e é forçado a vender, a sua força de trabalho, por sua natureza, imponha limites ao consumo, ele se submete a ter todo o seu tempo expropriado em favor de um trabalho estranhado, numa tentativa de satisfazer as suas necessidades. Isto, enquanto o capitalista procura prolongar a sua jornada de trabalho, mesmo porque constitui o conteúdo e o objetivo específicos da produção capitalista a produção da mais-valia, ou seja, a extração de trabalho excedente.

Quando, desse modo, o trabalho do homem pertence a outro homem a quem também pertence o objeto que produz a partir da natureza, Marx (2004a) observa, ele extirpa do homem a sua vida genérica. Essa vida, que lhe é arrancada pelo trabalho alienado, consiste em ele viver da natureza através da sua atividade vital, livre e consciente[7]. E, se esse trabalho, que é a sua atividade vital e sua essência, torna-se um objeto independente e estranho do qual ele só se apossa com esforços e interrupções, um trabalho estranhado que lhe rouba o objeto estranho que produz a partir da natureza, ele então estranha do homem a natureza[8].

Nesse processo de alienação imposto aos seres humanos, a alienação do homem em relação a si mesmo – produzida enquanto o produtor direto, dissociado dos seus meios de

[6] Contudo, Marx (Op.cit.) explica, somente a indústria moderna consegue se apoderar do mercado interno para o capital industrial por inteiro. Com suas máquinas, ela fornece à agricultura capitalista uma base sólida, expropria a maioria da população do campo e completa a dissociação entre a agricultura e a indústria doméstica rural.

[7] Nesta condição o produtor direto "[...] não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira [...]" (MARX, 2004b, p. 212).

[8] Marx (Op. cit.) observa que a consequência desse trabalho exteriorizado é, em sua origem, a propriedade privada. Mas também observa que, no decorrer do processo histórico, a propriedade privada configura-se como a razão e o produto do trabalho alienado, que aliena do homem a natureza.

produção, foi transformado em trabalhador, uma mercadoria unicamente possuidora de força de trabalho – e a sua alienação em relação ao trabalho – produzida quando o trabalho do homem lhe é um objeto estranho que pertence a outro homem – sempre estiveram conectadas à alienação dos seres humanos em relação à natureza. Esta alienação exprime a falha na relação metabólica entre o homem e a natureza. Não obstante, é necessário observar que Marx deixou evidente, analisando o processo da expropriação do produtor direto, que a alienação da natureza não foi imposta a todos os homens igualmente.

Referindo-se à legislação da Renânia, na Prússia, atual Alemanha, Marx (2007) observou que, com a transformação em crime da retirada de madeira seca e da caça nas florestas colocava-se em jogo o direito dos camponeses às terras comuns. Esses direitos vinham sendo suprimidos pela propriedade privada e pela industrialização. O direito fundado no costume de recolhimento de madeira caída no chão das florestas não poderia ser caracterizado como furto através de uma nova legislação. Analisando as contradições entre os interesses das diferentes classes sociais, o autor reclamava para os pobres aquele direito. As árvores das florestas, o autor observa, afastam de si aquela madeira ao lançarem-na ao chão. As massas de pobres, lançadas à margem da sociedade de classes, sentem o traço comum entre elas e as coisas derrubadas ao chão. Daí, deduzem seu direito de apropriação sobre ela. Entretanto, esse direito opõe-se ao direito dos proprietários das florestas. Comportando-se em oposição com o direito costumeiro dos pobres, os proprietários das florestas, fundamentados, por sua vez, na concepção de uma fictícia desigualdade natural-estamental dos seres humanos, reclamam na forma da lei o direito exclusivo aos recursos das florestas das suas propriedades. E, a partir de então, ao pobre é possível imprimir, com a garantia do Estado, a cobrança de uma indenização pelo "roubo" por ele cometido.

O autor percebia que em benefício dos proprietários das florestas o Estado transformava os pobres e até seus filhos, que colhiam frutas nessas florestas, em criminosos. Mesmo porque, aquilo que antes não era vendido, os proprietários das florestas transformavam em fonte de riqueza privada. E acaba por concluir que seus argumentos sobre a lei racional e o direito costumeiro em favor dos camponeses são derrotados. De tal modo, mesmo que fosse necessária para a sobrevivência daqueles camponeses pobres, era-lhes negada qualquer relação com a natureza não mediada pela propriedade privada[9].

[9] Deste modo, ele somente poderia propor uma transformação revolucionária, na qual se daria a abolição da propriedade privada e construção de uma sociedade de produtores associados. Com essa associação, Marx (2004a) explica, se restaura o vínculo dos homens com a terra de uma maneira racional e não mais mediada pela servidão ou pela propriedade privada. A terra deixa de ser um objeto de pechincha e, mais uma vez, passa a ser uma propriedade verdadeira e pessoal dos seres humanos por intermédio do trabalho livre e da livre fruição.

Quando, mais tarde, Marx (1988) se refere à expropriação do camponês nas terras altas da Escócia, a questão de a alienação da natureza não ter sido imposta a todos os homens igualmente é percebida mais uma vez. Desta feita, ele analisa um processo, marcado pelo uso direto da violência, que consistiu na "limpeza" das terras de clãs transformadas em propriedades privadas, destas varrendo aqueles seres humanos ali dispensáveis a partir de então. Uma massa de camponeses que, no final, só poderia pôr-se em direção às cidades.

Em tais propriedades, o autor faz ver, as terras que eram ocupadas pelas lavouras são transformadas em pastagens de ovelhas. Afinal, este consistia em um meio conveniente para o proprietário obter rendimentos com pouco dispêndio. A essa transformação se segue uma ampla redução da população de camponeses, das terras férteis expulsos. Mas a tirania contra os camponeses segue seu curso e, mais tarde, com o aumento das florestas de caça, os animais silvestres começam a substituir as ovelhas, enquanto os camponeses são obrigados a uma miséria maior. Como o lucro proporcionado com a caça era, na maior parte das vezes, mais elevado que com as pastagens de ovelhas, parte das terras privatizadas, inicialmente transformadas em pastagens, é transformada em florestas reservadas à caça. Afinal, como foi observado por Somers (1848, apud MARX, op. cit. p. 848), o "[...] entusiasta que procura um campo de caça só tem um limite para a sua oferta, o tamanho de sua bôlsa...". Aquelas florestas – que na verdade eram campos – e os lavradores ou criadores não deviam coexistir. Assim sendo, nelas passam a habitar somente os cervos e outros animais. Nestes termos, Somers (Op. cit., p. 849) também observou que os "[...] cervos dispõem de espaços livres, enquanto os sêres humanos são acossados para um círculo cada vez mais estreito..."

Deste modo, nas imensas terras férteis transformadas em campos de caça onde apenas podiam habitar os animais silvestres, as mesmas terras em que, com o processo de expropriação, inicialmente foram enxotados milhares de lavradores que produziam para viver e mais tarde também foi enxotada uma porção menor de camponeses que criavam as ovelhas dos proprietários daquelas terras, alguns poucos homens tinham garantido momentos de puro prazer e de aventura junto à natureza.

Foster (2005), que compreendeu que para Marx cabia ao capitalismo o ônus da falha metabólica, observa que as questões levantadas por ele explicam, em sua obra, a ênfase de a análise da natureza residir no metabolismo da humanidade com a natureza através da produção. Mas, também explicam suas críticas à propriedade fundiária e sua ênfase na

necessidade de resolver o conflito entre os homens e entre os homens e a natureza, restaurando os vínculos do homem com a terra através da associação[10].

Admitindo-se como fator desencadeador da produção da falha metabólica, mais precisamente, a expropriação do camponês durante o processo de acumulação primitiva do capital, a falha metabólica configura-se uma transformação fundamental na relação homem-natureza manifestada enquanto ainda se davam os acontecimentos que marcaram um longo período da história que antecede a acumulação capitalista. E desse modo, na totalidade das relações, ainda é possível admitir que a expropriação do produtor direto, além de responsável pela produção da falha metabólica, também foi condição para o desenvolvimento do capitalismo. Nesses termos, o que se compreende é que os dois processos, ou seja, a produção da falha metabólica e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, foram determinados pelas mesmas forças na longa história da acumulação primitiva.

Feitas essas considerações em torno da produção da falha metabólica, ainda devem ser observadas outras considerações fundamentais ao propósito deste texto, concernentes ao homem e à natureza. Essas breves considerações limitar-se-ão a apontar alguns processos que transformaram, ou estão transformando, a relação homem-natureza. Perceber-se-á, todavia, que, além de guardarem relação entre si, eles guardam relação tanto com a falha metabólica como também com o desenvolvimento do capitalismo, visto que dizem respeito a transformações na relação homem-natureza, no final, deles decorrentes.

Inicialmente, essas considerações dizem respeito ao fato de que, enquanto a produção da falha metabólica e o desenvolvimento do capitalismo vão sendo operados, concomitantemente, outros importantes processos estão em curso. Um desses processos é a transformação da natureza em mercadoria. A natureza passa a ser um objeto de escambo. Ela não é mais uma propriedade de usufruto comum dos homens, muito menos dos homens e dos outros seres. A natureza e tudo que nela há são propriedades capitalistas que, tal qual a mercadoria-força de trabalho, devem ser exploradas no mercado. Outro processo é a transformação do homem em consumidor. O homem também passa a participar do mercado como consumidor. E este é um processo que dá todo o sentido de ser a referida transformação

[10] Ciente disso, Foster (2005) observa que o metabolismo entre o homem e a natureza assume um papel central para uma sociedade futura de produtores associados na análise de Marx. Contudo, esclarece que não há nenhuma indicação, na obra de Marx, que ele acreditasse que com a transição para o socialismo, ocorreria automaticamente uma relação sustentável com a terra. Marx teria indicado que as medidas necessárias para reverter a falha metabólica, ou seja, o fim do antagonismo entre a cidade e o campo através da integração entre a agricultura e a indústria, a dispersão da população e uma consequente melhoria do solo, dependiam de uma transformação nessa relação para alcançar uma síntese superior. Então ressalta que Marx afirma reiteradamente que, nessa sociedade pós-revolucionária, o problema mais importante a ser enfrentado seria o da relação metabólica entre o homem e a natureza.

de tudo que há na natureza em mercadoria. Por fim, uma última consideração diz respeito ao fato de que, a partir do estabelecimento da falha metabólica, que teve início com a acumulação primitiva, efetivou-se concretamente com o advento do capitalismo e gerou na "unidade" entre o homem e a sua natureza exterior uma "separação", a forçosa relação metabólica entre o homem e a natureza é mediada pelo capital. Neste sentido, são pertinentes a propósito do capital, as observações a seguir de Mészáros (2007, p. 68):

> Cumpre pensarmos o capital como um modo historicamente determinado de controle da reprodução sóciometabólica Esse é o seu significado fundamental [...]. Com certeza, o capital é também uma entidade material [...]. Mas, muito além disso, o capital também penetra no mundo da arte, no mundo da religião e das igrejas, governando as instituições culturais da sociedade. Não é possível pensar em nenhum aspecto de nossa vida que não seja, nesse sentido, controlado pelo capital sob as circunstâncias presentes.

Na fase atual do modo de produção capitalista, a falha metabólica, evidentemente de uma forma não imaginada por aquele que a expôs, continua a servir aos propósitos do capital. Haja vista, vivenciando-se um momento no qual é requerida uma interação do homem com a natureza, é imposto como mais uma necessidade ao homem, entre tantas outras necessidades que somente poderiam ser criadas a partir do estabelecimento dessa falha na relação homem-natureza, o consumo do seu tempo livre junto à paisagem natural através do ecoturismo. Mesmo porque, a unidade do homem com a natureza que agora esta atividade econômica é capaz de promover gerando lucro também é uma necessidade do capital. E nesses termos, efetivam-se o planejamento e o desenvolvimento das ações do Estado, que permitem o suposto retorno do homem à natureza, da qual ele foi alienado com a produção da falha metabólica e que foi tornada rara neste sistema do capital, por meio do ecoturismo.

2.2 A Degradação das Condições Naturais

Sob as atuais condições do domínio do sistema do capital, no qual teve início o longo, e sem precedentes na história, processo de degradação da natureza, hoje é requerido um retorno do homem à natureza.

Não se pode perder de vista, entretanto, que a relação estabelecida entre o homem e a natureza a partir do domínio do sistema do capital é completamente diferente daquela que existia antes da falha metabólica na imperativa relação homem-natureza. Na medida em que esta foi estabelecida e os valores-de-uso foram produzidos para a troca, esta, em razão da

necessidade da reprodução do capital, passa a ser o verdadeiro objetivo da produção. Então, a relação que se estabelece entre o homem e a natureza com o sistema do capital é a generalização do valor de troca.

E nesses novos tempos, quando se chama atenção para a degradação da natureza, é possível observar nos Parques Nacionais, bem como em muitos outros espaços de acumulação do Brasil e do mundo, as paisagens naturais, como tudo o que há, transformadas em mercadorias que devem ser consumidas pelo homem. Desta feita, tais paisagens são consumidas por meio do ecoturismo que é impulsionado com a concepção de uma consciência ecológica em um sistema que produz a degradação da natureza. Nesses termos, a degradação das condições naturais, ao produzir a raridade da paisagem natural, também se configura uma condição para o desenvolvimento do processo de mercantilização das paisagens naturais nos Parques Nacionais com a implementação do ecoturismo.

2.2.1 A natureza e a mediação do capital no processo metabólico

Uma análise do processo de degradação do ambiente natural planetário produzido nesta "ordem da reprodução sociometabólica do capital" é apresentada entremeada na obra de Mészáros. Um autor que, compactuando com o pensamento e a *práxis* de Marx, defende a necessidade de uma mudança estrutural na ordem sociometabólica estabelecida.

O controle do metabolismo social pelo capital na fase de ascensão do sistema, conforme Mészáros (2006), resultou em uma ampliação, nunca antes imaginada, das forças de produção. A ameaçadora multiplicação das forças destrutivas é a outra face desse aumento das forças de produção, o que torna forçoso o controle consciente desse processo, de modo a permitir um "projeto humano positivo". Todavia, não importando as consequências devastadoras da imposição de seu projeto fetichista, o capital não pode coexistir com um modo alternativo de controle.

Mesmo à custa da devastação do ambiente natural e da consequente destruição da humanidade, a expansão ampliada é a verdadeira preocupação do capital. Dessa forma, o sistema do capital segue a qualquer preço sua lógica e a expansão do capital não reprime a si mesma em benefício de qualquer consideração humana. A lógica do capital, ao contrário, é marcada pela destrutividade autovantajosa, e qualquer coisa que se ache no caminho do impulso expansivo do sistema precisa ser superada. Não fosse assim, a expansão do capital seria interrompida e o capital desapareceria como modo de controle

sociometabólico. Nesse sentido, o sistema do capital – um sistema no qual cada uma das suas partes sustenta e reforça as demais, fundado na dominação do trabalho pelo capital, baseado no antagonismo social e que é concorrencial e contraditório – tem um caráter histórico, tendo o modo de produção capitalista representado um avanço sobre os modos de produção anteriores. Entretanto, no intuito de perpetuar tal modo de controle sócio-reprodutivo, suas personificações não admitem esse caráter histórico do sistema do capital, não obstante os seus riscos com relação à destruição da natureza e a despeito das consequências dessa destruição para a vida humana (MÉSZÁROS, 2007). Mesmo porque, em tal sistema desperdiçador, destrutivo, expansionista e incontrolável, Mészáros (2002, p. 223) adverte:

> Causalidade e tempo devem ser tratados como brinquedos dos interesses capitalistas dominantes, não importando a gravidade dos riscos implícitos. O futuro está implacável e irresponsavelmente confinado ao horizonte muito estreito das expectativas de lucro imediato. Ao mesmo tempo, a dimensão causal das condições mais essenciais da sobrevivência humana é perigosamente desconsiderada.

No empenho de eternizar o presente, para esse autor há uma tendência, ao abrigo do mando do capital impossibilitado de solucionar as suas contradições, à representação enganosa do tempo histórico, seja ele passado ou futuro[11]. E o fruto dos interesses que se encontram na origem da relação do capital com o tempo é o capital ser incapaz de uma perspectiva de longo prazo, como também ser incapaz de um entendimento de urgência, mesmo diante do prenúncio de uma explosão. Além do enfrentamento dos problemas do desemprego estrutural e dos conflitos econômicos, políticos e militares internacionais é exigência o enfrentamento da destruição ecológica generalizada. No entanto, a escala temporal de tal obra não será medida em séculos; ela talvez só possa ser medida em décadas (MÉSZÁROS, 2003). E, percebendo que o tempo está se esgotando, o autor compreende que "[...] seria suicídio encarar a realidade destrutiva do capital como o pressuposto do novo e absolutamente necessário modo de reproduzir as condições sustentáveis da existência humana" (Op.cit., p. 21).

Desse modo, Mészáros (2007) observa que, quando o capital surgiu na história com sua vitalidade que tudo usurpa, a margem de segurança de seu impacto sobre a natureza, independentemente da amplitude da destruição causada por sua

[11] Entre as principais contradições observadas no sistema do capital que Mészáros (Op.cit.) julga ser necessário superar está a contradição entre o crescimento da produção a qualquer preço e a simultânea destruição ambiental. Uma contradição que é, cada vez mais, do conhecimento de todos, embora de uma forma alienada.

intervenção no processo metabólico, era tão ampla que as implicações pareciam não fazer diferença. E mesmo hoje, quando já é evidente que os recursos naturais não são infinitos, o capital não admite limitações a seu modo de reprodução sociometabólica. São-lhe inadmissíveis considerações sobre o tempo, caso exijam a restrição de seu imperativo de expansão. Nem mesmo quando as consequências devastadoras já são evidentes no que se refere à produção e à ecologia, não pode haver nada isento desse imperativo. E, com o triunfo da tendência de vendabilidade universal, até o que ameaça a vida da humanidade parece natural, imutável e admissível. Entretanto, o metabolismo social abrange o intercâmbio entre os homens e entre a totalidade dos homens e a natureza. E a relação entre os indivíduos e a humanidade depende do modo como a interação entre os seres humanos e a natureza é mediada por um conjunto de relações sociais historicamente determinadas.

Antunes (2000) observa sobre essa questão que, neste sistema de metabolismo social do capital, produzido quando na história a divisão social subordinou o trabalho ao capital, as mediações de primeira ordem ou mediações primárias básicas, em que os indivíduos dotados de certa autodeterminação e objetivando a preservação da vida individual e social relacionavam-se e mantinham-se em constante intercâmbio com a natureza, são sobrepostas e conduzidas pelo sistema de mediações de segunda ordem. Então, conforme Mészáros (2002), o sistema do capital das mediações de segunda ordem – mediações componentes deste modo estabelecido de controle sociometabólico, as quais se sustentam reciprocamente num círculo vicioso destrutivo da mediação primária entre os seres humanos e a natureza –, controla os homens com base nos imperativos objetivos da expansão do capital.

O problema, em princípio insuperável para o sistema do capital, Mészáros (2007) assevera, é que ele sobrepõe às inevitáveis mediações de primeira ordem entre a humanidade e a natureza um conjunto de mediações alienantes de segunda ordem, criando um círculo vicioso. E, desse modo, as mediações de segunda ordem do capital são assumidas como mediações de primeira ordem da interação sociometabólica.

Se comparadas as mediações de primeira ordem com as determinações das mediações de segunda ordem do capital, segundo o autor, percebe-se que tudo se altera com o surgimento do capitalismo, pois todas as demandas mediadoras primárias devem ser modificadas de modo a adequar-se às necessidades autoexpansivas de um sistema de controle reprodutivo social fetichista e alienante, que subordina tudo ao imperativo da acumulação de capital. Como consequência, o valor de uso, correspondente à necessidade, só adquire o direito à existência se estiver em consonância com os imperativos do valor de

troca, e o interesse pela utilidade não-lucrativa é eliminado e substituído pela mercantilização universal dos objetos e das relações humanas.

Desse modo, de acordo com Mészáros (2002), no sistema do capital, que ilude os homens com relação às suas motivações como agentes livres e ainda em relação à margem perceptível de suas ações, a lógica da sociedade é invertida. Ao tempo em que o valor de uso das coisas é subordinado totalmente ao seu valor de troca, aprofunda-se a separação entre a produção para o atendimento das necessidades humanas e a produção voltada essencialmente à acumulação do capital. A natureza, todavia, não deixa de ser o substrato da existência humana nesse sistema do capital, em que nada está isento do imperativo de sua expansão e em que suas leis, produzidas pelos homens, participam do processo destrutivo geral. No entanto, Marx, que percebia a necessidade imprescindível da relação metabólica entre o homem e a natureza, já antecipava a sua degradação.

Segundo Altvater (2006), para Marx esse metabolismo entre o homem e a natureza, ao tempo em que obedece às leis desta, encontra-se regulado pela dinâmica da formação social capitalista. Todavia, a reprodução da natureza obedece às leis naturais. E como essas leis naturais somente podem ser utilizadas pelos homens, elas não podem ser por estes modificadas, elas precisam ser respeitadas. Mas, com o desenvolvimento contraditório da economia, a integridade da natureza é violada a partir da sua degradação ou, até mesmo, da sua destruição.

O cumprimento da lei da relação da humanidade com a natureza é, conforme Mészáros (2007), uma exigência vital. Entretanto, essa relação é transgredida pelo capital de todos os modos. Mesmo ao preço da destruição da natureza, as leis do capital, em razão do seu domínio, são baseadas na falsa prioridade da inversão da relação entre a natureza e o capital. Este, sempre operou com base na inversão referente à relação entre o absoluto, a natureza, e o relativo historicamente criado, o capital. O capital se definiu como *o absoluto* e tudo o mais em relação a essa autodeterminação como o *relativo* subordinado e dispensável. Tal modo de atuar foi a chave de seu dinamismo e do seu sucesso. A ampla margem de segurança original desapareceu; a subversão pelo capital da relação entre o absoluto e o relativo está conduzindo, com a destruição da natureza, ao fim da vida humana como tal. Caso o processo de reprodução sociometabólica do capital não seja levado a um fim, a absolutização do relativo e a relativização do absoluto carregam a certeza da autodestruição humana.

Nenhum modo anterior de reprodução societária, o autor explica elucidando essa sua tese, apresentou um impacto comparável ao da ordem sociometabólica do

capital sobre as condições vitais de existência. Afinal, a dimensão histórica a longo prazo não está presente na visão desse modo de controle sociometabólico. Esse sistema apresenta como um defeito estrutural a ausência da dimensão da racionalidade geral, o que elimina a possibilidade da consciência histórica. Quando são introduzidos, em uma situação crítica, elementos de uma racionalidade mais abrangente, isto é fundamentado em um entendimento de que as medidas acatadas serão eliminadas logo que seja possível. E com o fim da emergência, o mercado que é anunciado como a solução de todos os problemas, retorna com mais força. Nesse sentido, deveria ser uma exigência o planejamento abrangente das condições de reprodução sociometabólica da humanidade. O desperdício voltado ao lucro põe em risco a própria sobrevivência da humanidade. No entanto, o desperdício encontra-se em toda parte. Os imperativos destrutivos, que são explicados nos termos da lógica do capital, aplicam-se à questão da economia. O significado verdadeiro desta somente pode ser considerá-la a longo prazo. Mas o significado original de economia como economizar foi perdido com o desenvolvimento histórico do capital, pelo imperativo do processo de autorreprodução expansivo do sistema. Sob o domínio do capital, a expansão foi subordinada ao imperativo da acumulação, para a qual não se poderia aceitar limites.

No passado, de acordo com Mészáros (2002), os advogados do sistema do capital, com um ponto de vista alinhado ao avanço da escala de intervenção do capital, podiam exaltar com alguma justificativa sua capacidade de destruição produtiva, inerente à dinâmica positiva do progresso.

> A invasão pelo capital de tudo o que poderia ser invadido ou usurpado [...] deu sustentação à idéia da ‘destruição produtiva’, ainda que sempre mais problemática conforme aumentava a escala. A destruição envolvida poderia ser generosamente lançada como parte inevitável dos ‘custos da produção’ e da reprodução ampliada, se a constante ampliação da escala das operações do capital trouxesse o benefício adicional do deslocamento das contradições do sistema. No entanto, as coisas ficaram muito piores com a consumação da ascensão histórica do capital e a ativação dos limites absolutos do sistema. Sem outras possibilidades de invasão na escala requerida, o fator *destrutivo* dos ‘custos totais da produção’ [...] torna-se cada vez mais *desproporcional* e em última análise *proibitivo.* Historicamente passamos da prática de ‘destruição *produtiva*’ da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção *destrutiva* [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 267).

Para esse autor, mesmo absolutamente vital, devido às restrições imprescindíveis aos processos de produção reclamadas para a sua realização, a imperativa

proteção ambiental, que, como "questão única", suscita a articulação dos programas de reforma de diferentes grupos do movimento verde como estratégia de adentrar na estrutura de poder e nos processos decisórios, mostrou-se "inadministrável" ao sistema do capital. Este, de tal modo, revelou-se insensível à reforma até de sua face mais destrutiva.

Na falta da indispensável restrição produtiva, Mészáros (2007) observa, uma grande força positiva do desenvolvimento econômico é convertida em uma negatividade destruidora. A ideia da admissão de restrições reguladoras à acumulação de capital no empenho do desenvolvimento verdadeiramente sustentável foi eliminada. Ela não seria apoiada pelas determinações sistêmicas do capital. Desse modo, independentemente das consequências humanas e ambientais, a economia se torna idêntica a tudo o que conduza à expansão e à acumulação.

Em um mundo de recursos finitos, segundo o autor, o desperdício do modo de controle sociometabólico vigente se torna pior a cada dia, sem que se observem sinais de abordagem das determinações subjacentes na escala necessária. Porém, a necessidade imperiosa da supressão do desperdício surge no horizonte, como um dos requisitos fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Nesses termos, sustentabilidade significa os homens controlarem os processos sociais, econômicos e culturais essenciais, pelos quais eles, além de sobreviverem, encontram realização, de acordo com os fins que colocaram para si mesmos, em vez de permanecerem à mercê de forças naturais e determinações socioeconômicas. Em outras palavras,

> [...] equivale ao *controle consciente* do processo de reprodução metabólica social por parte de 'produtores livremente associados', em contraste com a insustentável e estruturalmente estabelecida conflitualidade/adversidade e a destrutividade fundamental da ordem reprodutiva do capital (MÉSZÁROS, 2007, p. 220).

De acordo com Chesnais (2009, n.p.):

> Num dos últimos capítulos de *O Capital*, Marx abre 'aos homens socializados, que se tornaram produtores associados', a perspectiva de 'combinar racionalmente e de controlar suas trocas materiais com a natureza, de forma a realizá-las com o mínimo dispêndio de força e nas condições mais dignas e mais conformes à natureza humana'. Marx escreve que a proteção da natureza contra a mercantilização capitalista é inseparável do homem enquanto parte da natureza. Em outros termos, toda política que encarar firmemente a questão ecológica combaterá também a alienação [...], e isso com uma eficácia superior à das campanhas de 'defesa do emprego' nas quais os sindicatos aliam-se com os empregadores acerca de medidas como as normas em matéria de poluição! Em suma, trata-se de fazer com

> que o indivíduo ‘individual’ [...] possa se tornar um produtor associado, capaz de administrar suas relações com o seu meio ambiente natural de acordo com uma racionalidade coletiva.

Caso o desenvolvimento futuro não seja verdadeiramente sustentável, Mészáros (2007) adverte, não haverá desenvolvimento significativo. A condição da busca por desenvolvimento sustentável é a efetivação da igualdade substantiva. Entretanto, a ideia de “Igualdade”, proclamada na época da Revolução Francesa, foi rejeitada no curso do desenvolvimento da história. Ignorando-se que se vive em um mundo finito, não se vincula o crescimento aos objetivos sustentáveis relativos à necessidade humana. A determinação do sistema que estabelece a submissão dessa necessidade humana à necessidade da expansão do capital, e que tem consequências destrutivas, elimina dessa ordem produtiva a possibilidade de controle racional geral.

Ao violar a relação entre o uso e a produção humana e ao substituí-la pela relação de mercadoria, o autor explica, o capital abriu as possibilidades da expansão. Essa, do ponto de vista do sistema do capital e das personificações do capital, que, estando no comando desse sistema, tem de agir sob os seus objetivos, não poderia admitir limites. Outrora, esses limites podiam ser ignorados com relativa segurança. Contudo, afirmados tais limites, nenhum sistema produtivo não racional e desperdiçador é capaz de fugir das consequências destrutivas, por mais dinâmico que ele seja. Livre de qualquer dependência relacionada ao impacto do modo de reprodução sociometabólica do capital sobre a natureza, uma produção sem limites deve ser perseguida a todo custo. Sob a vigência do capital, essa busca é forçosa, ainda que não haja segurança de que no mercado ocorrerá a comercialização das mercadorias, e de que poderão ser garantidas no futuro as condições materiais para produzi-las. E, desse modo, pondo em risco as condições da existência humana, o caráter destrutivo do controle sociometabólico do capital promove a devastação do ambiente natural.

Mas o autor ainda chama atenção para outra questão que constata hoje, relacionada a essa realidade, em que é manifesto o risco que representa para o amanhã dos seres humanos os excessos empreendidos pelo capital a natureza no curso da história. Nesse sistema do capital verificam-se “[...] tentativas de explorar capitalisticamente cada aspecto possível da deterioração das condições ecológicas pela suposta apresentação de ‘soluções ecológicas’ – por certo, comercialmente lucrativas” (MÉSZÁROS, 2007, p. 372).

A partir dessa proposição em torno da presente exploração econômica da degradação da natureza e em função das características que o ecoturismo apresenta,

conclui-se que essa atividade econômica, que cresce em todo o mundo nas últimas décadas, representa uma dessas "soluções ecológicas" lucrativas. Uma solução ecológica que, neste sistema do capital que se desdobra dinamicamente, atualmente é proposta pelos capitalistas bem como pelo Estado como uma forma de contribuir com a conservação da natureza nos Parques Nacionais.

E nestes termos, convém ressaltar que reside sobretudo no atributo do sistema do capital se desdobrar dinamicamente, o entendimento de o ecoturismo poder ser percebido, no limite, como uma dessas "soluções ecológicas" lucrativas. Ou seja, essa atividade econômica constituir uma entre as inúmeras criações que o sistema do capital utiliza para explorar o resultado de todo o descomedimento que ele próprio comete em relação à natureza, um modo de explorar as implicações para a natureza da mediação do capital no processo metabólico, ou uma forma singular de explorar a degradação da natureza.

2.2.2 A produção da raridade da natureza

Evidenciada com mais força a cada dia, a degradação da natureza começa a ser reconhecida como reflexo das implicações para a natureza da mediação do capital no processo metabólico. Esse reconhecimento, no entanto, ocorre de modo alienado. Supõe-se, desse modo, que é possível alterar os rumos da degradação da natureza seguindo a mesma lógica que é a responsável por esse processo no sistema do capital. Ou, quando muito, tentando introduzir nesta lógica, mudanças parciais.

No intuito de compreender o porquê da impossibilidade de resolver o problema da produção ininterrupta da degradação da natureza nos marcos da lógica dominante, não se pode perder de vista as questões a seguir em torno do sistema do capital. Uma primeira questão é que o capital, como é ressaltado por Smith (1988), em sua inflexível tendência com vista a acumular sob o seu controle quantidades cada vez maiores de riqueza social, transforma toda a face do mundo. Desse modo, nada permanece no mesmo lugar que se encontrava quando da sua criação, todos os seres vivos são afetados e todas as relações originais com a natureza são alteradas. Com o propósito do lucro, ele põe um preço em todas as coisas, e é a partir desse preço que se decide o destino da natureza. A outra questão é que, no capitalismo, como Altvater (2006) por sua vez ressalta, tudo é visto como matéria-prima para o processo de produção de valor e de mais-valia. E, a menos que esse sistema chegue a um obstáculo insuperável, a valorização ilimitada de todas as partes da natureza que estavam fora da lógica de valorização do capitalismo é, em princípio, um processo sem fim.

Nesse contexto, que não apresenta qualquer transformação essencial na lógica que comanda o problema em questão, são propostas soluções para a degradação da natureza que não levam em conta a impossibilidade de uma resposta de caráter definitivo para esse problema nos marcos da lógica dominante no sistema do capital. O desenvolvimento da atividade ecoturística, que é proposto para promover a conservação da natureza nos lugares onde ela ainda resiste, é um exemplo dessas soluções. E na atualidade, quando a degradação da natureza é explorada e gera lucro, e são criadas diversas necessidades e diversos produtos e serviços especialmente para este fim, o ecoturismo é mais uma das formas que o capital utiliza para se reproduzir explorando o resultado dessa degradação da natureza. Nestes termos, a degradação da natureza, ao guardar uma relação direta com a produção da raridade da natureza e com a produção da raridade da paisagem natural, guarda uma relação direta com o desenvolvimento do ecoturismo. Ao tornar raros os elementos naturais e produzir a raridade da natureza, a degradação da natureza também produz a raridade da paisagem natural. E é esta paisagem natural rara a matéria-prima do ecoturismo. Uma matéria-prima, desse modo, produzida com a degradação da natureza no sistema do capital.

A propósito da questão, Moraes (2005) chama atenção para o fato de que, com o presente nível de antropomorfização do globo, os lugares com "quadros naturais intocados" apresentam-se como residuais e raros. A originalidade natural, desse modo, é transformada no mundo contemporâneo em um importante atributo de valor. E em termos territoriais, os espaços dotados de "primeira natureza" adquirem uma vantagem comparativa. E, por sua vez, as reflexões de Alfredo (2001), Santana (2001) e Scarim (2001), elaboradas sobretudo a partir das análises de Lefebvre, trazem à tona uma análise da produção da raridade da natureza, com a sua privatização e com a ampliação das necessidades humanas, enquanto analisam as contradições do espaço e a questão da urbanização.

Os habitantes das metrópoles, de acordo com esses autores, começam a ser assolados por um pânico causado por uma crise ambiental, sem precedentes na história. Uma crise ambiental, desencadeada por transformações ocorridas com os processos de industrialização e urbanização, produzida pelo esgotamento dos elementos da natureza, os quais, sob uma nova lógica, ganharam condição de recursos naturais. Os bens naturais, que eram elementos livres por serem abundantes, tornaram-se novas raridades, sobretudo nas metrópoles. Desse modo, ou seja, como novas raridades, esses bens naturais ganharam valor de troca e entraram no circuito econômico enquanto novas mercadorias. E, transformadas as novas raridades em novas mercadorias, se

estabelece a propriedade privada dos outrora bens livres. Nesses termos, é quando o problema da perda da abundância dos elementos naturais é absorvido pela lógica capitalista, que a produção da raridade da natureza, que se dá com o aniquilamento dos elementos naturais, se torna elemento realizador do valor. Com isso, as relações capitalistas de produção passam a transformar e a produzir o espaço, que ganha forma de mercadoria, através da lógica do urbano, onde as questões ecológicas e ambientais são preocupações. Mas a raridade da natureza torna-se um negócio lucrativo somente enquanto esta contradição do desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo não atinge o seu limite.

É evidente que a produção da raridade da natureza e a produção da raridade da "paisagem natural", analisadas por esses autores, por decorrerem do processo de degradação das condições naturais, estão relacionadas às implicações para a natureza da mediação do capital no processo metabólico.

De acordo com Scarim (2001), com o novo padrão de desenvolvimento, gestado no século XIX e que atravessou o século XX, o limite do progresso parecia não existir. O homem, passando da contemplação para a dominação da natureza, produz uma nova consciência de si e da natureza. E esta, por olhares econômicos, estratégicos e intervencionistas, passa a ser vista como objeto, enquanto o homem passa a ser visto como o sujeito. A partir daí o segredo da natureza seria o seu limite e a técnica o definiria. Uma região ou país seria definido por sua capacidade técnica de transformar a natureza em objetos. Seu limite não seria a natureza e sim seu nível tecnológico. E, ao tempo em que bens antes raros tornam-se abundantes, a pureza e a qualidade dos elementos livres da natureza se tornam raros.

Reproduzindo e amplificando as contradições, ressalta o autor, as novas raridades se sobrepõem às penúrias antigas. A natureza torna-se finita e com a globalização, as raridades se espacializam. A satisfação das necessidades de bens elementares passa a ser pensada estrategicamente, e são produzidos objetos com vistas à reprodução de relações sociais ampliando a esfera do capital e do privado. A raridade do acesso direto aos elementos livres com qualidade se estende para todo o espaço, e passa a ser possível somente se mediado pelo mercado. Este, então, é visto como consequência e até como solucionador dos problemas, que seriam originados numa esfera externa a ele. Desse modo, enquanto alguns materiais eram extintos, muitas necessidades e uma infinidade de outros materiais foram produzidos, muitos desejos foram estimulados para satisfazer necessidades antigas e foram oferecidos

para satisfação desses desejos objetos e espaços. E a crise ambiental urbana é argumento para a venda desses produtos, que são cada vez mais desejados.

Alfredo (2001) explica que a cidade capitalista, uma centralidade que impõe a descentralização e a concretização das esferas sociais fragmentadas, é um elemento viabilizador do processo produtivo. Ela tem o seu sentido de uso suprimido pela funcionalização da vida cuja estratégia é realizar a troca. Nela, a lógica do mercado impõe o acesso do homem à natureza, a sociedade é inundada de produtos e tem neles a possibilidade de satisfação das suas necessidades.

Conforme Santana (2001), as escolhas expressas pela centralidade, que define a racionalidade a ser disseminada, além de imprimirem ao espaço a tendência à concentração urbana, também ditam os padrões a serem reproduzidos nas áreas naturais. O valor de uso e o valor de troca dos bens naturais começam a ser determinados para o padrão de vida urbana e sob as leis do mercado, de acordo com estratégias imobiliárias. As necessidades induzidas e produzidas em grandes cidades, como a procura por ar puro ou áreas verdes, diferenciam-se a depender da capacidade de pagamento das pessoas para satisfazê-las. E, conforme a preferência manipulada pela ideologia do consumo aliada ao discurso ecológico, o solo urbano é ocupado e as áreas paisagística e ecologicamente privilegiadas são exploradas por atividades como o ecoturismo.

A lógica da reprodução do capital, que é favorecida, conforme a autora, produz uma demanda urbana para aqueles segmentos da população capazes de pagar o valor imposto pelo turismo, o qual, apesar dos segmentos industriais poluentes que incorpora para efetivar-se, é considerado a indústria sem chaminé. Capturados todos os tempos da vida pelo processo de acumulação do capital e se configurado o turismo uma prática para o tempo do não-trabalho que se realiza com a ação de consumir, a consciência ecológica induz um gosto e uma preferência de consumo. E o ecoturismo, que não se faz sem a ideia de relação entre campo e cidade, surge como produto e nova atividade econômica que tem como mediação a propaganda e o discurso ecológico.

Com essa atividade econômica, ainda de acordo com a autora, o consumo da natureza é visto através da valorização da "paisagem natural" intocada, a qual subentende a existência de um espaço não transformado e é definida por um interesse biocêntrico estabelecido pela ecologia profunda. Essa, todavia, valorizando a natureza e pondo em questão seu valor de utilidade, não enfrenta as relações de

propriedade privada mediadora da relação homem e natureza, como é o caso do ecoturismo. Como mercadoria ecoturística é atribuído à natureza, além de valor de uso, valor de troca. Isso, supostamente sem que se insira trabalho, já que lhe é dado valor devido à sua preservação com o ecoturismo. O que era área de preservação passa a estar na base da constituição do valor de troca, enquanto que o espaço onde a natureza é encontrada é transformado com essa atividade para ganhar outro uso e ser consumido como extensão do urbano. E hoje, quando os bens naturais, que eram abundantes, são raridades, é possível fomentar a ideia de produzir um espaço para a percepção do ecoturista. Desse modo, a paisagem natural intocada é produzida para o ecoturismo através da propaganda e disseminada pela mídia, agências de viagens, organizações não governamentais – ONGs, etc.

Nesses termos, cabem as observações de Scarim (2001), nas quais ressalta que, neste capitalismo que não só incorpora áreas como produz seu próprio espaço, suscitadas por essa extensão do capitalismo no espaço, desenvolvem-se novas representações produzindo novas contradições. Entretanto, essas novas representações, que podem ser as antigas com novo discurso e roupagem, mascaram as contradições do espaço, conservando as relações de produção e fazendo aparecer como positivos os lados negativos da situação.

O ecoturismo, Santana (2001) observa, aparece como a atividade potencial para o desenvolvimento das áreas onde os bens naturais ainda são abundantes. Seus defensores, que têm como vínculo a proposta de desenvolvimento sustentável, são os partidários do discurso ecológico e ambientalista e os partidários do discurso empresarial verde. No entanto, essa modalidade de turismo apresenta a contradição de originar-se de um discurso ecológico que critica a modernidade se contrapondo ao mundo urbano industrial, e ser uma prática turística inserida na lógica dos mercados. E desse modo, com o ecoturismo tomando a perspectiva da natureza poética e lúdica, do romantismo e da visão estética que almeja salvar os exemplares restantes da natureza como uma obra de vaidade ou desculpas perante o seu aniquilamento, a preservação se presta à venda da natureza com ecoturismo.

Dessa feita, examinada a questão da produção da raridade da natureza e da paisagem natural e a sua relação com a atividade ecoturística, poder-se-ia concluir que, tal como ocorre com a água e os demais elementos naturais, é como uma raridade que a paisagem natural é transformada em uma mercadoria, um valor. É somente assim que a paisagem natural configura-se a matéria-prima do ecoturismo. E no presente, tal como

ocorre cada vez mais nos Parques Nacionais do SNUC, as paisagens naturais, que foram praticamente suprimidas das grandes cidades, que são cada vez mais raras no campo e que por vezes são protegidas onde ainda resistem, servem ao lazer dos habitantes das cidades que podem pagar pelo seu uso como consumidores com o ecoturismo.

Mas, ao mesmo tempo, poder-se-ia concluir que, a degradação das condições naturais, a qual ocorre com a mediação do capital no processo metabólico, ao produzir a raridade da paisagem natural, configura-se, do mesmo modo que a falha metabólica na relação homem-natureza, uma condição para o desenvolvimento do processo de mercantilização da paisagem natural com o ecoturismo.

2.3 O "Direito à Natureza" com o Ecoturismo

Ressaltando que a reivindicação e o anseio dos homens de aproveitar a natureza são desvios do direito à cidade, Lefebvre (2001, p. 116) assevera:

> Muito estranhamente, o direito à natureza (ao campo e à 'natureza pura') entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo 'concentracionista' das cidades (enquanto a cidade apodrece ou explode). Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa 'naturalidade' da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A 'natureza', ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da 'criatividade'. [...] [Pelos urbanos] colonizado, o campo perde as qualidades, propriedades e encantos da vida camponesa.

Embora sob formas diferenciadas, a natureza sempre participou do processo de reprodução do capital. Nestes termos, cabe ressaltar que o capital, como Marx dedica constante atenção a explicar, é um processo de circulação entre produção e realização; ele não é uma coisa, como também não é um conjunto de instituições. "Esse processo deve se expandir, acumular, reformar constantemente o processo de trabalho e os relacionamentos sociais na produção, assim como mudar constantemente as dimensões e as formas da circulação" (HARVEY, 2005, p. 73).

E agora, neste regime de acumulação flexível do capital, após o homem ser alienado dessa natureza com a produção da falha na relação metabólica e essa natureza torna-se rara com a degradação das condições naturais, é imposta como mais uma necessidade ao

homem a prática do ecoturismo, com vistas a um suposto “retorno à natureza” mediado pelo capital.

2.3.1 A essência das necessidades no sistema do capital

No passado, o homem, conforme suas “forças, necessidades e desejos”, selecionava da natureza imediata o que lhe era vital. E enquanto produzia a partir da natureza, satisfazendo as suas necessidades e desejos, ele produzia o espaço. Com as trocas entre grupos humanos longínquos, que se tornam paulatinamente frequentes, ampliam-se com um nexo distinto a produção das necessidades e a produção do espaço. E com o capital, uma nova lógica, que produziria um sem-número de desejos e necessidades para o homem tendo em vista a satisfação da sua própria necessidade imperativa de se reproduzir, vem ao mundo. A partir desse momento da história, a produção do espaço se faria cada vez mais segundo critérios que não estariam mais relacionados às necessidades próprias dos homens.

Abordando a mudança das formas de intercâmbio entre os homens com o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, com o desenvolvimento da capacidade de produzir os meios materiais para a satisfação das necessidades, Marx (2002, p. 89) afirmou: “A diferente forma dada à vida material depende sempre, naturalmente, das necessidades já desenvolvidas, e tanto a criação como a satisfação destas necessidades são, elas próprias, um processo histórico que não se encontra nem no carneiro nem no cão [...].”

Sob as condições da tendência de expansão do capital, o capitalismo cria um sistema no qual todos os atributos, sejam eles naturais ou humanos, são explorados; um sistema no qual a natureza é vista apenas como a matéria de utilidade para os homens e pela primeira vez ela é um simples objeto. Nesse sistema, enquanto a criação da mais-valia absoluta depende da expansão constante da esfera da circulação, a produção de consumo novo é a exigência para a produção da mais-valia relativa. De tal modo, dá-se primeiramente a expansão da quantidade do consumo que existe, depois, a criação de necessidades novas, disseminando em um círculo mais amplo as necessidades existentes e, em seguida, a produção de novas necessidades bem como a descoberta e a concepção de novos valores de uso (MARX 1973 apud HARVEY, 2005).

E, conforme a tendência de expansão,

> [...] o capital se impulsiona além das barreiras nacionais, e prejudica a adoração da natureza, assim como todas satisfações tradicionais, limitadas, incrustadas das necessidades ao alcance, e as reproduções dos antigos estilos

> de vida. É destrutivo em relação a tudo isso, e, constantemente, revoluciona tudo isso, derrubando todas as barreiras que cercam o desenvolvimento das forças de produção, a expansão das necessidades, o desenvolvimento multifacetado da produção, e a exploração e a troca das forças naturais e mentais [...] (Op. cit., p. 72).

Ao desenvolver sua teoria em torno da acumulação do capital e analisar o modo de produção capitalista, Marx, que percebia a incessante produção das necessidades muito antes dos meios mais modernos de comunicação, expôs o real significado dessas necessidades no capitalismo. E sendo assim, se por um lado foi da fonte poética de Shakespeare, em *Timão de Atenas*, que ele bebeu para apresentar a essência do dinheiro, desta feita é sobretudo por intermédio das suas reflexões que se busca abordar a essência das necessidades impostas ao homem no sistema do capital[12].

Antes, porém, há de se observar que não basta perceber que determinadas necessidades são, na realidade, "pseudonecessidades" gestadas ininterruptamente num longo processo histórico para possibilitar a reprodução do capital. É preciso perceber que tais necessidades, como Marx (2002) adverte, resultam das ideias dos capitalistas, que detêm, além dos meios para a "produção material", os meios para a "produção espiritual". E que, como o conjunto das suas demais ideias, que são as ideias dominantes, as ideias que impõem determinadas necessidades também servem ao propósito de mantê-los existindo como classe dominante[13].

Na análise de Marx (2004a), a ampliação dos produtos e das carências no interior da propriedade privada transforma o homem em um escravo criador de desejos não humanos e não naturais. No intuito de atrair dos outros homens para si o dinheiro, a "essência humana comunitária", o produtor da indústria torna-se um "alcoviteiro" entre eles e as suas carências e trapaceia-os ao tempo em que lhes propicia uma fruição[14].

Tomando-se de empréstimo as suas palavras:

---

[12] Marx (2004a) avalia que a essência do dinheiro a propósito do qual Shakespeare enfatiza as propriedades de ser a divindade visível e a prostituta universal é por ele, em "Timão de Atenas", exposta de forma correta. Para compreendê-lo, todavia, faz uso de uma passagem do "Fausto", de Goethe. E, é após apresentar trechos desses escritos clássicos, que ele oferece sua análise da essência do dinheiro.

[13] Sobre esta questão, Marx (Op. cit., p. 56) assevera: "As idéias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as idéias do seu domínio."

[14] Não obstante a diferença entre dinheiro e capital, quando se aborda neste excerto a essência das necessidades no sistema capitalista, as reflexões a propósito do dinheiro podem, sem prejuízo algum, ser entendidas como reflexões em torno do capital.

> Cada homem especula sobre como criar no outro uma *nova* carência, a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo *de fruição* e, por isso, de ruína econômica. Cada qual procura criar uma força essencial *estranha* sobre o outro, para encontrar aí a satisfação de sua própria carência egoísta. Com a massa dos objetos cresce, por isso, o império [...] do ser estranho ao qual o homem está submetido e cada novo produto é uma nova *potência* da recíproca fraude e da recíproca pilhagem (Op. cit., p. 139).

Todo produto é um chamariz com o qual o homem cobiça trazer para si a essência do outro homem, o seu dinheiro; e todas as suas carências, reais ou possíveis, são pontos fracos que proporcionarão a armadilha à presa. O homem, esta presa mais pobre a cada dia na qualidade de homem, para apossar-se dos produtos que devem satisfazê-lo necessita cada vez mais de *dinheiro*, e à medida que cresce o domínio desse, também cresce a sua desgraça. De tal modo, a soma de dinheiro do homem se torna seu predicado exclusivo, e a necessidade de dinheiro é a verdadeira e exclusiva carência produzida pela economia (MARX, 2004a).

Na medida em que apresenta o predicado de obter a propriedade ou o uso de tudo, o dinheiro é o objeto na qualidade de possessão iminente. Ele é o intermediário entre a necessidade e o objeto, o alcoviteiro entre a vida do homem e o seu meio de vida. E, o que medeia a vida do homem para ele próprio, ao mesmo tempo medeia para ele o outro homem. Assim, a universalidade desse predicado de tudo comprar equivale à onipotência de seu ser. Entretanto, considerando o homem na qualidade de homem e seu comportamento com o mundo como uma maneira humana de proceder, ele somente pode permutar, por exemplo, "amor por amor". Todas as suas relações com os outros homens e com a natureza devem ser uma "externação" de sua existência adequada ao objeto da sua aspiração (Op. cit.). E, desse modo, Marx lembra ao homem:

> Se tu amas sem despertar amor recíproco, isto é, se teu amar, enquanto amar, não produz o amor recíproco, se mediante tua *externação de vida* [...] como homem amante não te tornas *homem amado,* então teu amor é impotente, é uma infelicidade (Op. cit., p. 161).

O dinheiro é "a *confusão* e a *troca* universal de todas as coisas". Seus atributos são os atributos de seu detentor, o que este é e alcança, neste sentido, não é determinado por sua individualidade. Desse modo, o possuidor do dinheiro é o que ele tem a faculdade de comprar. Como obtém tudo o que deseja por meio do dinheiro, ele é

dono de todas as capacidades humanas. Seu dinheiro, por conseguinte, transforma todas as suas inaptidões no seu avesso. Torna belo o desprovido de beleza e se ele é manco lhe proporciona quantos pés almejar. Isenta-o do trabalho de ser desonesto e se esse não possui escrúpulos, o torna honrado. Transforma o covarde em valente, e mesmo que ele seja tedioso transforma-o em rico de espírito (MARX, 2004a).

Ao seu possuidor o dinheiro proporciona a satisfação dos desejos, transforma-os em realidade, e como tal mediação, ele é "a força verdadeiramente criadora". O que todas as suas forças essenciais individuais não alcançam, ele obtém pela mediação do dinheiro, sua "capacidade exteriorizada". Entretanto, quando a busca da satisfação dos desejos existe para aquele que não tem dinheiro, ela não é transformada em realidade (Op. cit.).

E, desse modo, Marx faz ver que:

> Eu, se não tenho dinheiro para viajar, não tenho *necessidade* alguma, isto é, nenhuma necessidade efetiva e efetivando-se de viajar. Eu, se tenho *vocação* para estudar, mas não tenho dinheiro algum para isso, não tenho *nenhuma* vocação para estudar, isto é, nenhuma vocação efetiva, *verdadeira.* Se eu, ao contrário, não tenho realmente *nenhuma* vocação para estudar, mas tenho a vontade *e* o dinheiro, tenho para isso uma vocação efetiva (Op. cit., p. 160).

Não importa, nesses termos, se a necessidade do homem é manter-se aquecido e cozer seu alimento com a queima da madeira caída nas florestas, sob a pena de sofrer de frio e de fome, ou se é praticar a caça de animais silvestres em terras de antigas lavouras e pastagens, de onde os homens que viviam do seu trabalho foram banidos[15]. E, nesta condição, também não importa se a sua necessidade é realizar uma viagem ou é outra necessidade qualquer, real ou criada.

E de tal modo, para o homem que não é possuidor do capital, um sem-número de necessidades somente pode se reverter na sua infelicidade; uma infelicidade como aquela que é sentida pelo homem que ama, mas, como não recebe amor recíproco, não se torna um homem amado. Ou ainda, uma infelicidade como a que deve ser sentida por um sujeito que, por não possuir dinheiro, deixa de realizar uma viagem, embora tenha a necessidade e/ou o desejo de efetivá-la.

Algumas necessidades e desejos do homem, a exemplo das suas viagens, estão relacionadas ao seu lazer. A propósito da questão, Debord (1997) explica que, na fase

[15] Referindo-se, nesses dois casos, a necessidades de diferentes sujeitos apresentadas em meio a questões tratadas por Marx (1988, 2007).

primitiva da acumulação capitalista, os lazeres e a humanidade do trabalhador não eram considerados pela economia política. Mesmo porque, o proletário somente era percebido como operário, só precisando ganhar o mínimo necessário para manter a sua força de trabalho. Contudo, tão logo o nível de abundância conseguido na produção das mercadorias estabelece a necessidade de uma colaboração a mais por parte do trabalhador, aquele ponto de vista da classe dominante, de só perceber o proletário como o operário, é modificado.

Como consumidor, o trabalhador é movido do total desprezo com que é tratado em todas as formas de organização e controle da produção e continua a existir no exterior desta. A partir de então, a economia política se incumbe dos seus lazeres e da sua humanidade, porque agora essas esferas podem e devem ser dominadas por ela. O seu tempo, nesta condição, é uma mercadoria consumível e é visto como matéria-prima de novos produtos que se impõem no mercado como empregos socialmente organizados do tempo. Mas é somente a partir da expropriação do tempo que se torna possível seu retorno como "tempo espetacular" (DEBORD, 1997).

E, desse modo, os momentos de lazer e de férias, nos quais é o espetáculo – modelo presente da vida dominante na sociedade e produção concreta da alienação – que se manifesta e se reproduz e que é quando o tempo é consumido pela sociedade, são oferecidos explicitamente como momentos atribuídos à vida e momentos de vida real. E, então, são desejados, tais quais as demais mercadorias, nesta economia dos serviços em expansão (Op. cit.).

Nesse sentido é pertinente observar que, para o autor, nesta sociedade do espetáculo, o setor terciário, ou de serviços, "[...] é a imensa extensão das linhas do exército que distribui e promove as mercadorias atuais; o imperativo de organização desse trabalho de suporte, com a mobilização dessas forças supletivas, decorre da própria artificialidade das necessidades relacionadas a tais mercadorias." (Op. cit., p. 32).

Um olhar mais atento à realidade denuncia que as atividades econômicas que promovem esses momentos de lazer e de férias, a exemplo do ecoturismo que se pretende implementar no conjunto dos Parques Nacionais, são, em grande medida, influenciadas pela mídia.

É preciso levar em conta que "os meios de comunicação digital, ampliam e potencializam de maneira nunca antes vista o poder do capital sobre o espaço, o tempo, o corpo e psique humana." (MOYSÉS RODRIGUES, 2009, p. 173). Ressalta-se, dessa forma, entre os veículos de comunicação de massa o papel da televisão. A propósito dessa, observa-se que, como ela é um produto do capitalismo avançado, precisa ser analisada no contexto da

promoção de uma cultura do consumismo. Desse modo, é necessário considerar a sua importância para a produção de necessidades e desejos, para a mobilização do desejo e da fantasia e para a política da distração como parte do impulso para manter nos mercados de consumo uma demanda capaz de conservar a lucratividade da produção capitalista (HARVEY, 2002.). E neste sentido faz-se necessário observar que, se o espetáculo, tomado sob o aspecto limitado dos meios de comunicação de massa, produz a impressão de envolver a sociedade como simples instrumentação, essa nada apresenta de neutra. Nesta sociedade do espetáculo, que exalta as mercadorias em lugar dos homens e fabrica pseudonecessidades ininterruptamente, os meios de comunicação propagam o entusiasmo por determinados produtos, sendo que um desses produtos pode, inclusive, ser um lugar, que, a partir de então, deverá vir a ser um lugar da moda (DEBORD, 1997).

Então, enquanto trata da modernização no contexto da modernidade e aborda o fetichismo da mercadoria desvendado por Marx, Harvey (HARVEY, 2002, p. 99), citando-o, escreve:

> O produtor capitalista tem cada vez mais ‘o papel de alcoviteiro’ entre os consumidores e seu sentido de necessidade, excitando neles ‘apetites mórbidos, à espreita de cada uma de suas fraquezas – tudo isso para que possa exigir o numerário pelo seu serviço de amor’. O prazer, o lazer, a sedução e a vida erótica são trazidos para o âmbito do poder do dinheiro e da produção de mercadorias.

Nesses termos, desconstruindo o discurso da pós-modernidade e abordando-a como uma “condição histórica” e uma “fase” da própria modernidade, Harvey somente poderia afirmar que existe mais continuidade do que diferença entre a longa história do modernismo e o pós-modernismo, haja vista os predicados desse encontrarem-se na modernidade.

2.3.2 O regime de acumulação flexível do capital

Harvey (2002), entendendo que o capitalismo, revolucionando incessantemente a história e reformulando perpetuamente o mundo, dá origem a novas e impensadas configurações, admite a ascensão de formas culturais pós-modernas, que, iguais às mudanças político-econômicas, respondem agora diferentemente aos ciclos passados de compressão do tempo-espaço, bem como defende a existência de uma vinculação necessária entre essa ascensão de formas culturais pós-modernas, um novo ciclo de compressão do tempo-espaço

observado a partir dos anos 1960 na organização do capitalismo e a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital – no limite, marcada pelo gigantismo do capital financeiro/especulativo. Desse modo, Harvey estabelece uma relação entre a condição pós-moderna, uma nova experiência do tempo e do espaço e um novo regime de acumulação do capital. Então, ele observa que, situando a condição pós-moderna em seu contexto histórico, ela pode ser levada à condição compreensível à análise e explicação materialista histórica. E, de tal modo, pode até ser teorizada fundamentando-se na metanarrativa do desenvolvimento capitalista formulada por Marx.

A ironia do pós-modernismo é que, ao tempo em que afirma ter transcendido a modernidade, abdica da perspectiva de transcender o capitalismo e de adentrar em uma era pós-capitalista. Desse modo, a teoria pós-modernista, preferindo a abordagem descentralizada da sociedade e no tocante a esta apresentando uma tendência antitotalizante, é absorvida na estrutura cultural dominante no presente e dá origem a escritos, tais como o *Postmodern Marketing*, os quais se servem das percepções de seus teóricos com o intuito de comerciar bens (FOSTER,1999a), E, neste sentido: "Talvez esse seja o destino final da teoria pós-modernista – sua absorção pela imensa máquina de marketing da economia capitalista, adicionando ironia e cor a uma ordem comercial que terá constantemente que encontrar novas maneiras de insinuar-se na vida diária da população" (Op. cit., p. 205).

Por suas características, a pós-modernidade se dirige pelo caminho de uma cultura empreendimentista que é o marco do neoconservadorismo. Desta forma, justifica-se sua retórica que evita confrontar as realidades da economia política e as circunstâncias do poder global, e é evidente o porquê de ela negar a metateoria, capaz de apreender os processos político-econômicos que estão se tornando cada vez mais universalizantes (HARVEY, 2002). A recusa às grandes narrativas, como a crítica marxista ao capitalismo, e a aversão por abstrações sociológicas, tais como classe, capitalismo e sociedade, são suas características. E tal ceticismo é convertido em rejeição da teleologia. Deste modo, indicações de um futuro diferente do "presente eterno" são julgadas ilusórias, ou mesmo perigosas, sendo típico das suas interpretações da sociedade retirar a significação de qualquer estrutura de poder exterior ao discurso (FOSTER, 1999a). Nestes termos, é necessário observar que:

> A negação, na teoria pós-modernista, da validade da crítica histórica esconde o que está realmente em jogo: a negação da crítica histórica ao capitalismo, levando a uma convergência do pensamento esquerdista contaminado por Nietzsche com a concepção liberal dominante de 'fim da história'. O perigo dessas idéias a-históricas ou anti-históricas, conforme observou E.P. Thompson, é que se perde de vista não a 'razão na história'

> em algum sentido abstrato, mas sim ‘as razões do poder e as razões do dinheiro’ (Op. cit, p. 203).

Sobre as grandes mudanças nas práticas culturais e político-econômicas observadas nas três últimas décadas do século XX, Harvey (2002) afirma que, “[...] quando confrontadas com as regras básicas da acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova” (Op. cit., p. 07). E, desse modo, apresenta algumas considerações que são esclarecedoras para entender o real alcance das mudanças observadas com o pós-modernismo e o regime de acumulação flexível do capital.

Nesse sentido, o autor explica inicialmente que a transição no modo de funcionamento do capitalismo do regime fordista para o regime de acumulação flexível, que está se processando desde 1970 aproximadamente, acarretou uma série de dilemas teóricos. Um deles, inclusive, foi se seria possível apreender teoricamente a sua lógica[16]. Todavia, para compreender os mecanismos e a lógica das transições, é necessário o tratamento da lógica do capitalismo em geral; e sendo assim é indispensável retornar aos "elementos e relações invariantes" do capitalismo propostos por Marx, para ver até que ponto eles estão presentes no interior da atual economia política.

Enquanto afirma que com a acumulação flexível algumas proposições básicas se mantêm, Harvey (2002) destaca três características essenciais do modo capitalista de produção. Se apenas o crescimento pode garantir os lucros e a acumulação do capital, a primeira característica é que o capitalismo é orientado para o crescimento. Neste sentido, é preciso “preparar o terreno” para a expansão do capital, pouco importando as implicações. Já que o capitalismo está fundado numa relação de classe entre capital e trabalho e exercer poder absoluto sobre este é vital para o lucro e a perpetuação do sistema, a segunda característica é que o crescimento em valores reais sustenta-se na exploração do trabalho vivo na produção. E, em parte, devido às leis que conduzem a inovações em busca do lucro, a terceira característica é que o capitalismo é, necessariamente, dinâmico tecnológica e organizacionalmente.

A mudança organizacional e tecnológica, conforme explicado por esse autor, também é importante na alteração da luta de classes pelo domínio do mercado de trabalho e do controle do trabalho. E, se este é vital para produzir lucro e torna-se uma questão mais

[16] Esses desafios que surgiram para a teoria, Harvey (Op. cit.) ressalta, muitas vezes fizeram-na ser deixada de lado e com que se apelasse a dados para explicar as mudanças.

ampla para o modo de regulamentação, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório, do qual é parte o aparelho do Estado, passa a ser decisiva para eternizar o capitalismo.

Na análise de Marx, conforme Harvey (2002), como aquelas três características são inconsistentes e contraditórias, a dinâmica do capitalismo é propensa a crises que apresentam a tendência de produzir fases periódicas de superacumulação. E, como essa é inerente ao capitalismo e não pode ser eliminada, ela é administrada para não ameaçar a ordem social. Para buscar controlar a superacumulação realiza-se a desvalorização ou destruição de mercadorias, capacidade produtiva, valor do dinheiro e força de trabalho. Esta medida alcança vastos segmentos sociais, tendo um elevado preço político, e mostra o sentido irracional da racionalidade capitalista. Com a mesma finalidade, realiza-se o controle macroeconômico através da institucionalização de um sistema de regulação. Afinal, a ascensão de um regime particular de acumulação é resultado de todo um conjunto de decisões econômicas e políticas. E ainda se realizam nesse intuito a absorção da superacumulação por meio do deslocamento temporal, que abrange o desvio de recursos para exploração futura ou a aceleração do tempo de giro para que a aceleração de um ano assimile a capacidade excedente do ano anterior, bem como a absorção da superacumulação por meio do deslocamento espacial, que envolve a absorção do capital e do trabalho excedentes através da expansão geográfica.

Com o deslocamento temporal, por exemplo, o excedente de capital e de trabalho pode ser investido em infraestruturas, absorvendo superávits atuais para devolver seu equivalente em valor no futuro. Porém, como esta transição está sujeita à disponibilidade de crédito e à formação de capital fictício, posteriormente convertido em capital real, esse deslocamento é apenas um paliativo para a superacumulação. A não ser que ocorra um ininterrupto deslocamento por meio da constante aceleração das taxas de formação do capital fictício e da expansão quantitativa de investimento de prazo mais longo, o que depende do crescimento do endividamento, contínuo e sustentado pelo Estado. Já com o deslocamento espacial, produzem-se novos espaços nos quais a produção capitalista pode avançar, mas é possível que o modo de ocupação precedente neles e os níveis da resistência encontrada apresentem implicações. Também neste caso são exemplos os investimentos em infraestruturas; e o sistema de crédito e a formação de capital fictício sustentados pelo Estado são influências mediadoras. Poderia existir solução para a superacumulação se fosse possível uma constante expansão geográfica do capitalismo, mas como essa estende o espaço no qual é possível a superacumulação também é um paliativo (HARVEY, 2002).

Criar um novo regime de produção capitalista capaz de assegurar o alicerce para uma maior acumulação apresentava-se como a única alternativa de lidar com a superacumulação, a não ser pelo regresso da desvalorização. O capitalismo carecia de um aparato regulatório antes de 1945, o que, muitas vezes, obrigava a desvalorização. Com uma estratégia de acumulação baseada no controle dessa e na absorção da superacumulação pelos deslocamentos, a desvalorização foi submetida ao controle e foi instituído o controle macroeconômico, mas foi sobretudo com os deslocamentos que no pós-guerra o fordismo solucionou a superacumulação. Porém, a capacidade de resolver tal problema com os deslocamentos se exaure. E, até certo ponto, a crise do regime fordista é explicada pelo fim das alternativas de combate à superacumulação (Op. cit.).

No entanto, segundo Harvey (2002), o regime de acumulação flexível do capital dá a impressão de ser uma nova combinação das duas estratégias de produção de lucro expostas por Marx, uma nova combinação da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa. A mais-valia absoluta sustenta-se no aumento da jornada de trabalho. Esse aumento aliado à diminuição do padrão de vida por meio da erosão do salário ou da transferência do capital de regiões de altos salários para regiões de baixos salários consiste um aspecto do novo regime de acumulação. Quanto à mais-valia relativa, a mudança organizacional e tecnológica opera gerando lucros provisórios para empresas inovadoras e lucros mais generalizados diminuindo os custos do trabalho. Isso exigiu uma força de trabalho intelectual capaz de gerir os novos padrões, mais flexíveis, de inovação tecnológica e orientação do mercado. Também nesse caso, o abuso dos investimentos que cortou empregos e custos do trabalho consiste num aspecto do novo regime de acumulação. Mas o importante é o caráter particular de combinação e de alimentação recíproca dessas estratégias.

Nessa história “supostamente progressista do capitalismo”, ainda conforme o autor, até no centro, as novas tecnologias criaram excedentes de força de trabalho que viabilizaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia. Sistemas alternativos de trabalho coexistem possibilitando aos capitalistas uma escolha, e é observado o retorno da superexploração, do trabalho em casa, do teletransporte e do aumento do trabalho informal. E, em condições de acumulação flexível, é por meio da ajuda dada pelas políticas de Estado que o capital implementa, com sua mundialização, o desmantelamento das conquistas que possibilitam as mínimas condições de proteção social aos trabalhadores, resultando daí o aprofundamento do trabalho precário.

Quanto ao trabalho humano como atividade produtiva, Mészáros (2007) esclarece que, mesmo ele consistindo na condição absoluta do processo de reprodução, a

sua flexibilidade e a sua desregulamentação, lemas dos mais valorizados pelas personificações do capital atualmente, são verdadeiros obstáculos confrontados por ele. Ressalta-se que a flexibilidade com relação às práticas do trabalho, facilitada e aplicada por meio de vários tipos de desregulamentação, equivale à precarização da força de trabalho. E lembra que, apesar de hoje se lançar uma parcela cada vez maior da humanidade na categoria de trabalho supérfluo, ela não é supérflua como consumidora.

De tal modo, ao abordar a transição do fordismo para a acumulação flexível, Harvey (2002) enfatiza a relevância da exposição que Marx apresenta sobre a lógica da organização e da acumulação do capitalismo. Mesmo porque, a despeito da diferença do contexto, do seu ponto de vista o que Marx expõe sobre a questão, em diversos aspectos, é familiar ao que agora é observado. Reconhecendo que permanecem na acumulação flexível os elementos e relações invariantes definidos por Marx como fundamentais no capitalismo, esse autor ressalta que esse regime de acumulação se apresenta, no mínimo, como uma nova configuração desse modo de produção. E, assim, adverte que o regime de acumulação flexível do capital, na condição de uma nova configuração do capitalismo, requer que sejam submetidas a um exame minucioso as suas manifestações, se valendo para tanto dos instrumentos teóricos que Marx indicou.

É imprescindível, neste sentido, ao analisar o processo de mercantilização da paisagem natural nos Parques Nacionais a partir do desenvolvimento do ecoturismo, o qual é observado com mais evidência com a acessão do regime de acumulação flexível do capital e o qual é implementado pelo Estado em favor da reprodução do capital, ressaltar a respeito desse novo regime de acumulação que ele se sustenta na flexibilidade dos processos e mercados de trabalho, como também na flexibilidade dos produtos e padrões de consumo, bem como que esse novo regime de acumulação apresenta, entre suas características, o surgimento de novos setores de produção e de novos mercados, principalmente setores de produção e mercados relacionados aos serviços.

2.3.3 A necessidade da prática do ecoturismo

Permanecendo neste regime de acumulação flexível do capital, os elementos e relações invariantes fundamentais do capitalismo, o lucro, definitivamente, é a necessidade que deve satisfazer-se nessa nova configuração desse modo de produção. Nestes termos, não surpreende que na atualidade não haja nenhum aspecto da vida que não seja controlado pelo capital, bem como que todos os campos da vida social sejam submetidos à sua

valorização. Ressalte-se que, segundo Mészáros (2002, 2007), o capital, para o qual o capitalismo é uma das formas de sua realização, não é apenas um conjunto de mecanismos econômicos. Ele é uma forma incontrolável de controle sociometabólico. Ou seja, o seu significado fundamental é que ele é um modo, historicamente determinado, de controle da reprodução sociometabólica que afeta todos os aspectos da vida.

Sob as circunstâncias do regime de acumulação flexível do capital, continuamente e com mais intensidade a cada dia, são criadas necessidades, em princípio unicamente com o propósito de permitir a imperativa reprodução do capital, e, também com esta finalidade, têm origem novos produtos e novas atividades. E na trilha das mudanças estabelecidas com esse novo regime de acumulação ganha destaque, como tantas outras atividades econômicas atualmente influenciadas pela mídia, o ecoturismo. Este é uma atividade econômica que oferece o consumo da paisagem natural tal qual o consumo do tempo livre pela população das cidades nos momentos de lazer e de férias, e que é uma atividade na qual, como nas demais atividades econômicas, também se realiza a apropriação da mais-valia e a reprodução do capital.

Faz-se necessário observar, desse modo, que o que ocorre no sentido do aprofundamento do trabalho precário com o regime de acumulação flexível do capital nas diversas atividades produtivas também ocorre nos espaços de acumulação onde as diferentes modalidades de turismo, entre elas o ecoturismo, são implementadas. Mas é evidente que isto em nada prejudica o inegável crescimento da atividade.

Nesses termos, a mercantilização da paisagem natural com o ecoturismo que hoje cresce em diversas partes do mundo, a exemplo do que ocorre com outras tantas atividades econômicas observadas no presente, é reflexo do "fluxo perpétuo" das necessidades criadas com o regime de acumulação flexível do capital. E desse modo, até onde os olhos alcançam, nesse novo regime de acumulação que se vivencia no sistema do capital, o retorno à natureza da população das grandes cidades com o ecoturismo configura-se sobretudo como a resposta que é planejada a mais uma necessidade criada para os homens nestes novos tempos.

Desse ponto de vista, a criação por parte do Estado das condições necessárias ao processo de mercantilização da paisagem natural com o ecoturismo nos Parques Nacionais do SNUC, onde a natureza é preservada e transformada em mercadoria – "produto turístico", na linguagem do mercado –, é entendida como uma das suas respostas ao capital diante da ascensão de formas culturais pós-modernas e, sobretudo, diante da emergência de modos mais flexíveis de acumulação.

Tal resposta por parte do Estado em benefício da reprodução do capital é observada com o planejamento e o desenvolvimento de ações, muitas vezes produzindo investimentos em infraestruturas, que visam ao crescimento do ecoturismo. Poder-se-ia citar como exemplo neste caso o lançamento do Programa Turismo nos Parques, através do MTUR e MMA.

E, desse modo, em grande medida, a partir da "ajuda externa" do Estado ao capital, é possível observar cada vez mais, tal como em outras tantas áreas de preservação da natureza criadas no mundo, o homem exercendo no presente o seu direito à natureza mediado pelo capital com a prática do ecoturismo nos Parques Nacionais do SNUC. Afinal, neste sistema do capital, esse homem, com a falha metabólica, alienado da natureza que foi tornada rara com a degradação das condições naturais, é transformado nesse regime de acumulação flexível em ecoturista e também deve consumir a paisagem natural.

Não obstante inserir nas reflexões primeiras para a análise da mercantilização da paisagem natural nos Parques Nacionais a temática em torno da criação de novas necessidades no regime de acumulação flexível na tentativa de compreender o processo como parte de uma totalidade com as especificidades que os novos tempos apresentam, antes de tudo é necessário considerar que a condição pós-moderna contemporânea, na qual os capitalistas devem explorar todas as possibilidades, na essência nada muda.

A despeito do debate em torno da questão de ser a prática do ecoturismo, neste regime de acumulação flexível do capital, uma pseudonecessidade, não se pode perder de vista que, no sistema do capital, este age na qualidade de mediador entre os homens, entre o homem e a sua própria vida e, deste modo, ele também atua enquanto mediador entre o homem e a natureza. Nessa condição, a satisfação das necessidades do homem, dos seus desejos e das suas carências, encontra-se subordinada a sua condição de ser ou não possuidor de capital. E tendo em vista que o ecoturismo configura-se numa relação entre os homens e entre estes e a natureza determinada pela busca do lucro, como as demais atividades capitalistas, ele apresenta contradições.

Quando se reflete sobre o direito à natureza com o ecoturismo, cabe não esquecer, nesse sentido, que a relação com a natureza segue o desenvolvimento das relações sociais, e na medida em que essas relações são contraditórias, a relação com a natureza também o é. Sendo assim, é evidente que, ainda que as metrópoles não sejam o habitat humano mais apropriado para a saúde mental e física dos homens e nem sejam fruto da aspiração coletiva deles, com o advento das classes sociais o acesso à natureza não é equânime (SMITH, 1988; MORAES e COSTA, 1999).

Nestes termos, faz-se necessário observar, para compreender o porquê de tais considerações e não permanecer confundindo a imagem com a coisa, que, neste sistema do capital, a prática do ecoturismo não é simplesmente um sinal da necessidade por parte das pessoas que habitam as metrópoles de momentos de lazer, contato ou aventura junto à natureza, como em geral ela é apresentada. E, nessa condição, o crescimento dessa atividade econômica não se configura meramente um reflexo de uma necessidade genuína dos homens em se manterem numa relação de interação com a natureza. Mesmo porque, definitivamente, quando o capital é aplicado no ecoturismo, sob as condições da tendência de expansão neste regime de acumulação flexível, ele não se furta na sua lógica da busca incessante do lucro, de satisfazer esta sua necessidade.

2.3.4 A mercantilização da paisagem natural nos Parques Nacionais

O homem é parte da natureza. Juntos eles formam uma unidade. Mas, com a transformação ocorrida na relação homem-natureza no decorrer da história, a natureza deixa de ser o todo que continha em si o homem para ser uma coisa que deve ser por ele dominada e que deve servi-lo. Estabelecida a falha metabólica e os valores-de-uso passando a ser produzidos para a troca, esta, em razão da necessidade da reprodução do capital, passa a ser o objetivo da produção. Desse modo, com o sistema do capital a relação que se funda entre o homem e a natureza é, em lugar do domínio do valor de uso, a generalização do valor de troca.

No decorrer desse processo estabelece-se e solidifica-se a percepção dicotômica segundo a qual o homem e a natureza são separados. E, quando reconstrói o conceito de natureza analisando o desenvolvimento desigual como o resultado da unidade do capital, Smith (1988), para quem à medida que a natureza é posta no contexto histórico, o desenvolvimento da paisagem material se apresenta como um processo de produção da natureza e seus resultados refletem o desenvolvimento desigual, reconstitui este mundo dualístico da ideologia burguesa como um conjunto integrado.

A natureza, segundo esse autor, é vista frequentemente como aquilo que não se produz e a paisagem natural como o *substratum* material da vida e o domínio dos valores-de-uso. Como tal, a paisagem natural é diferenciada; porém, com o avanço da acumulação de capital e a expansão do desenvolvimento econômico, ela se torna, cada vez mais, o produto social, e os eixos dominantes de diferenciação são crescentemente sociais (SMITH, 1988).

O homem, que vem ao mundo com necessidades, apropria-se e modifica as formas das matérias naturais, com o propósito de torná-las úteis, pelo trabalho. Este, que é uma necessidade permanente imposta pela natureza, produz no trabalhador uma implicação concomitante. Desse modo, pelo trabalho, tanto a forma da natureza como a natureza do homem são transformadas. A relação do homem com a natureza, nesta condição, é uma relação de valor-de-uso (Op. cit.).

À medida que o homem começa a produzir o excedente para a troca, a sua relação com a natureza deixa de ser exclusivamente a de valor-de-uso. Com o excedente permanente, que leva a sociedade a dar início ao processo de emancipação da natureza e que se torna o alicerce da divisão da sociedade em classes, uma parcela da população vem a ter lazer à custa da população que trabalha. E, com a divisão da sociedade em classes, o Estado surge como meio de controle político (Op. cit.).

O desenvolvimento social, de tal modo, desfaz o equilíbrio da natureza, e a relação social com a natureza é alterada. Requerem-se, com o intuito de acelerar a produção e distribuição do excedente, instituições sociais e formas de organização específicas, e a apropriação da natureza na economia de troca é cada vez mais regulada por firmas e instituições. O homem, que é um ser natural, não mais se ajusta meramente ao "meio ambiente igualmente natural"; a partir de então, é através das instituições sociais que é "midiatizada" a relação do homem com a natureza (Op. cit.).

A separação entre a cidade e o campo alicerça a divisão do trabalho manual e mental. A relação entre as classes dominante e trabalhadora e a natureza é alterada quando a classe dominante se apropria do trabalho excedente da classe trabalhadora. A classe trabalhadora, mesmo frontalmente unida à natureza pelo trabalho, é alienada de seu produto, enquanto a classe dominante, proprietária do produto do trabalho alheio e privada de seu próprio trabalho, é alienada de qualquer conexão direta prática com a natureza. Não obstante, determinadas classes que não trabalham podem ter acesso à natureza por meio da contemplação (Op. cit.).

Uma ruptura entre a natureza e a sociedade, do ponto de vista de Smith (1988), foi criada com a intervenção do homem, e a unidade que marcava a sua relação com a natureza passa a ser reproduzida em "forma mais avançada". Agora os homens estão ligados por instituições sociais criadas para facilitar e regulamentar as trocas. Então, a produção para a troca leva à produção capitalista.

No capitalismo, que depende da expansão contínua, que implica a ascensão de uma classe que domina os meios de produção mesmo que não produza trabalho, que produz uma classe que domina apenas sua própria força de trabalho, cujo caráter específico é obtido a partir das relações sociais que lhe são próprias e cuja estrutura de classe torna a acumulação de capital uma condição para a reprodução da vida material, o Estado estrutura-se para a expansão do sistema. O controle em benefício da classe dominante ainda é sua função, mas ele se torna o controlador do capital privado sem competência de se fazer por si. Surge uma nova relação do homem com a natureza, determinada

socialmente tal qual em modos de produção precedentes, porém distinta no teor dessa determinação e na complexidade de relação com a natureza (SMITH, 1988).

> A lógica da determinação social não é a simples racionalização, que emerge imediatamente da necessidade de produção e consumo de valores de uso, nem mesmo a racionalização da produção para troca. Ao contrário, é uma abstração lógica que se junta à criação e a acumulação do valor social, o qual determina a relação com a natureza no capitalismo. Então, o movimento do abstrato para o concreto não é simplesmente uma idealização conceitual sonhada por Marx, mas é uma contínua e real transferência obtida na relação com a natureza no capitalismo; determinações abstratas no grau do valor são continuamente transferidas para a atividade social concreta na relação com a natureza. Esta leva a uma única, mas muito complexa, determinação de relação com a natureza [...] (Op. cit., p. 87).

Para o autor, a contradição da relação do homem com a natureza e sua complexidade vem à tona mais concretamente. O homem colocou-se no centro da natureza, e tal centralidade impele o esforço do capital no sentido de controlar a natureza. A relação com a natureza é antes de qualquer coisa uma relação de valor de troca, e nenhuma porção da natureza está livre da transformação pelo capital. De tal modo, Smith (1988, p. 97) faz ver que, "[...] dos salões de beleza aos restaurantes, e do parque de acampamento ao cartão postal de Yogi Bear, Yosemite e Yellowstone, são primorosas experiências culturais do ambiente, cujos lucros substanciais são recolhidos cada ano."

Do mesmo modo que nos Parques Nacionais de Yosemite e de Yellowstone localizados nos Estados Unidos e em tantas outras áreas de preservação da natureza criadas em diferentes países, nos Parques Nacionais do SNUC, que são criados e mantidos pelo Estado, as paisagens naturais, que foram tornadas raras e valorizadas enquanto era alterada a relação homem-natureza no decorrer da história, são mercantilizadas. Mesmo porque, conforme o que está posto em lei, enquanto esses Parques Nacionais devem ser mantidos livres da ocupação humana e das suas atividades produtivas tradicionais com o propósito de contribuir para a preservação da natureza, neles as atividades turísticas são permitidas.

Vale observar, diante dessa questão, que, de acordo com Moraes (2005), a depender da ideologia que norteia a avaliação de uma forma de exploração do meio natural, a mesma pode ser tida como positiva ou negativa. Segundo as diferentes épocas ou sociedades, muda-se o valor conferido à natureza e aos meios naturais. Muda também a inclinação em conservar ou preservar a natureza e os meios naturais. Segundo o autor,

> a valorização dos recursos naturais, e a própria elaboração da idéia de "natureza", são construções sociais e históricas, que por isso transitam pelo universo das mentalidades e das ideologias. Assim, ao conteúdo eminentemente econômico e **material** da noção de "valor", há que se

> associar essa ótica de apreendê-lo também enquanto **valor simbólico**. Isto é, entende-se que a própria atribuição de um valor contábil à materialidade natural da superfície terrestre objetiva-se por processos que ultrapassam a avaliação estritamente econômica (MORAES, 2005, p. 109).

O fato é que nos Parques Nacionais, cada vez mais, parcelas da população das cidades, sobretudo das metrópoles, garantem o seu direito à natureza por meio do ecoturismo. Esta, a atividade econômica que é a modalidade de turismo considerada sustentável e que promove a mercantilização da paisagem natural; e a atividade econômica cuja implementação nas UCs dessa categoria é planejada nos últimos anos pelo Estado, para ser desenvolvida pela iniciativa privada.

É sabido que, com a produção da falha metabólica entre o homem e a natureza, ao tempo em que os homens foram transformados em força de trabalhado e consumidores, a natureza, tal qual o homem, foi transformada em mercadoria e, nessa condição, passou a ser explorada no mercado. Mas, também é notório, que a atenção dada à conservação da natureza e a atribuição de valor à natureza em si, que hoje são observadas nos Parques Nacionais, e, de forma geral, em todo o mundo, constituem fenômenos relativamente novos na história.

Na fase atual do modo de produção capitalista, mais precisamente a partir das últimas décadas do século XX, a questão ambiental tornou-se parte da agenda política internacional. Sendo a relação metabólica entre o homem e a natureza mediada pelo capital, os impactos da produção capitalista sobre a natureza se intensificam, ampliando os problemas ambientais, e, desse modo, a racionalidade dominante do crescimento econômico a todo custo foi posta em discussão. Propõe-se, com a anuência das instituições, das empresas e das ONGs, o desenvolvimento sustentável. Este, a despeito da discussão que vem à tona, passa a ser levado em conta em grande parte dos projetos, sejam estes implementados pelo Estado ou pelo capital. E, neste intuito, entre outras mudanças observadas na realidade relacionadas a ideia de um desenvolvimento sustentável, multiplicam-se projetos de desenvolvimento do ecoturismo em áreas de preservação da natureza, sejam elas públicas ou privadas, nas mais diversas regiões do mundo, mas, sobretudo nos países periféricos.

Permanecendo a ser o lucro a necessidade que deve ser, sem nenhuma outra possibilidade, satisfeita no presente regime de acumulação flexível, vivencia-se um momento no qual é uma necessidade do capital a interação do homem com a natureza. Sendo, de tal modo, imposto como mais uma necessidade ao homem no presente, o consumo do seu tempo livre junto à natureza, da qual ele foi alienado no decorrer da história, por meio do ecoturismo. E é possível observar, cada vez mais, com a afirmação do valor de troca

mediando a relação homem-natureza e a consequente degradação das condições naturais, em diversos Parques Nacionais do SNUC, do mesmo modo que em diversas UCs que são criadas em outros países do mundo, as paisagens que ainda guardam alguma relação com a natureza que precedeu a história humana transformadas em mercadorias. Paisagens naturais que foram tornadas raras e valorizadas, e que transformadas em mercadorias devem ser consumidas pelo homem por meio do ecoturismo.

Com essa nova atividade econômica, sobre a qual já foi ressaltado ter surgido como resultado da concepção de uma consciência ecológica, se dá a mercantilização da paisagem natural. E, neste regime de acumulação flexível do capital, essa mercantilização da paisagem natural, que já interfere no processo de produção do espaço nos Parques Nacionais e em seus entornos, é uma forma particular de acumulação. A natureza, como uma raridade, é transformada em uma mercadoria que é desejada, e a paisagem natural, ou o que dela resiste, é mercantilizada, servindo crescentemente ao lazer de citadinos da natureza muito antes alienados, que são impelidos a pagar pelo seu uso. E neste sentido, como a análise da realidade deixa evidente, a preservação da natureza nos Parques Nacionais, não obstante os inegáveis benefícios dessas UCs relacionados à manutenção das condições naturais, com a implementação do ecoturismo, também serve à reprodução do capital.

Não surpreende, desse modo, que, neste sistema do capital, que produz continuamente a degradação do homem e da natureza e que no presente é marcado pelo regime de acumulação flexível, nos Parques Nacionais, que constituem UCs criadas e administradas pelo Estado e que devem estar sob o seu domínio e posse, o homem, cada vez mais, somente possa exercer o seu direito à natureza a depender das condições da sua classe social. E que, assim, se observe em alguns desses Parques Nacionais, bem como em seus entornos, o que também ocorre em outras áreas de proteção da natureza disseminadas pelo mundo. Enquanto alguns homens, exercendo o seu direito à natureza, podem tomar parte da crescente mercantilização das suas paisagens naturais como consumidores ou como empreendedores, outros homens somente podem tomar parte dessa forma particular de acumulação como trabalhadores.

3 A ASCENSÃO DO ECOTURISMO NA ESTEIRA DO AMBIENTALISMO

Tem-se com a apresentação deste capítulo o objetivo de evidenciar a relação entre a emergência e a evolução do ambientalismo e a ascensão do ecoturismo, com o qual se dá a mercantilização das paisagens naturais nos Parques Nacionais do SNUC. Desse modo, neste capítulo, são apresentadas inicialmente as raízes ocidentais da sensibilidade para com a natureza. Em seguida são expostas algumas considerações que dizem respeito à emergência do turismo e do turismo alternativo, ao movimento ambientalista e à ascensão do ecoturismo. E, por fim, são abordadas questões relativas ao desenvolvimento do ecoturismo nas Unidades de Conservação do SNUC.

3.1 As Raízes Ocidentais da Sensibilidade para com a Natureza

Ganham atenção especial neste excerto, sendo brevemente apresentadas a seguir, algumas das reflexões de Keith Thomas (2010) a propósito das mudanças na relação homem-natureza observadas nos três séculos, que, segundo seu ponto de vista, introduzem a modernidade.

Observando as mudanças na relação homem-natureza percebidas na Inglaterra entre os séculos XVI e XVIII, e ressaltando que tais mudanças podem encontrar paralelo em outros países, esse autor expõe as origens da sensibilidade para com a natureza no mundo ocidental. Do seu ponto de vista, com o afastamento entre o campo e a cidade e a ruína da natureza, surge uma nova atitude diante desta. A natureza começa a ser admirada pelo homem e passa a ser vista como manancial de riqueza espiritual e refúgio em face da agitação das cidades. O anseio pelos prazeres do campo e a imaginação dos seus encantos são despertados e é concebido um novo gosto pela vida rural. Observa-se uma profunda transformação na preferência de parcelas da população urbana pelas paisagens. A partir de então as paisagens naturais são contempladas, é-lhes conferido um valor sem precedentes e por vezes elas são transformadas em atrações turísticas. Já no final do século XVIII os protestos contra a degradação do mundo natural manifestava força, sendo demonstrado no século seguinte um crescente interesse em preservar a natureza com a criação de reservas. Mas este interesse não seria concebível, sem a profunda modificação das sensibilidades

que ocorreu entre os anos de 1500 e 1800. Isto, em virtude de que tais mudanças na relação homem-natureza serão expressas nas ideias preservacionistas.

Faz-se necessário lembrar, neste sentido, que foram essas as ideias que possibilitaram a criação em 1872 do primeiro Parque Nacional nos Estados Unidos, iniciativa esta que foi reproduzida em muitos países, inclusive no Brasil. Também é necessário notar que nestas UCs é possível perceber, cada vez mais, a ampliação da reprodução do capital a partir da mercantilização da paisagem natural. Algo que no Brasil é planejado pelo Estado, para ser efetivado com a implementação do ecoturismo nos Parques Nacionais do SNUC.

3.1.1 O domínio do homem sobre o mundo natural

Para Thomas (2010), o pressuposto segundo o qual a natureza existia apenas para servir os interesses humanos predominou na Inglaterra dos séculos XVI e XVII. Teólogos e intelectuais daquele período justificavam essa visão recorrendo aos filósofos clássicos e à Bíblia[17]. A expressão civilização humana era sinônima de conquista da natureza na Europa, que, quando comparada a outras regiões do mundo da mesma época, caracterizava-se por sua alta dependência dos recursos naturais, e o propósito de estudar o mundo natural se resumia a utilizar a natureza a serviço da vida humana. Assim, o ideal anunciado dos primeiros cientistas modernos era o controle do homem sobre a natureza.

[17] Segundo Thomas (2010), embora o legado judaico-cristão admitisse interpretações diferentes, uma vez que tanto era enfatizado o direito do homem a explorar as espécies consideradas inferiores, como também era destacado o seu papel de responsável perante a "criação divina", os teólogos ingleses inclinavam-se a não considerar os trechos do Antigo Testamento que indicavam o dever do homem de proceder de modo responsável diante desta. A tradição religiosa que dominava não cultivava vínculo algum com a veneração da natureza, algo que era observado em diferentes religiões orientais. A igreja cristã na Inglaterra se pôs contra o culto aos elementos da natureza, e as divindades pagãs desta foram banidas. O mundo desencantado estava pronto para ser "formado, moldado e dominado". No início do período moderno, desse modo, a teologia provia os alicerces morais para a dominação do homem sobre a natureza. O antropocentrismo, contudo, não caracterizou apenas o cristianismo. No mundo pré-cristão os recursos naturais eram por vezes explorados de modo mais eficaz que no período medieval cristão. E no período moderno o culto à natureza não impediu o aparecimento dos problemas ecológicos em regiões do mundo onde o cristianismo não teve influência. A despeito de o cristianismo ser ou não antropocêntrico, o fato é que seus principais expoentes ingleses do início do período moderno o foram. O cristianismo ocidental foi descrito como a mais antropocêntrica entre as religiões e a exploração da natureza no Ocidente foi considerada um legado da religião da Europa. Deste ponto de vista apenas a religião é colocada como determinante das ações humanas. Mas é preciso observar que, conforme explicou Karl Marx, foi "a grande influência civilizadora do capital" que pôs fim à "deificação da natureza", e que em outro momento as doutrinas cristãs seriam retomadas e reforçariam uma visão diferente desta, que justifica o domínio do homem sobre os outros seres.

A despeito do discurso de posse, conquista e domínio da natureza, aqueles cientistas encaravam a sua tarefa como algo puro do ponto de vista moral. A ideia de que existia uma diferença essencial entre o homem e as demais formas de vida removia os escrúpulos quanto ao tratamento dado às demais espécies. Mas a justificativa para esse pensamento tem origem ainda com os gregos, antes do cristianismo. O homem possuiria, conforme Aristóteles, além da alma nutritiva que também era comum aos vegetais e da alma sensível que também era comum aos animais, a alma racional ou intelectual, o que foi recuperado por escolásticos medievais e casado com o pensamento de que o homem foi feito à imagem de Deus; o homem estaria entre os animais e os anjos e não seria somente um animal superior (THOMAS, 2010).

O objetivo central dos pensadores do começo do período moderno ao estabelecer uma divisão entre o homem e os animais era justificar o tratamento que era dado a esses. Todavia, essa divisão teve consequências para as relações entre os homens. Como a essência da humanidade era identificada como equivalendo a alguma característica especial, seria considerado sub-humano o homem que não apresentasse tal atributo. Enquanto os animais eram colocados à parte da preocupação do homem por uma ética de dominação humana, também se admitia como justificável os maus-tratos aos homens que hipoteticamente viviam como animais. Para muitos, determinados povos, como os índios americanos, como também as crianças, os jovens, as mulheres e os loucos estavam perto do estado animal, e "mais bestiais eram os pobres" (Op. cit.).

Era debatido, de acordo com Thomas (2010), se toda a humanidade ou exclusivamente um grupo privilegiado de homens deveria ter o domínio sobre as demais criaturas. E o clamor para que todos tivessem o direito a dividir os frutos da dominação sobre "a criação inferior que Deus concedera à espécie humana" constituía razão de protestos populares. Os homens pobres, desse modo, reivindicavam o direito de caçar e eram contra a lei florestal que proibia o seu acesso às reservas de caça reais destinadas aos mais ricos. Mas não havia dúvidas, seja entre os mais pobres ou entre os mais afortunados, a respeito do direito humano de caçar animais[18].

[18] "[...] as classes baixas estavam tão comprometidas com a idéia da dominação quanto as outras camadas. [...] Os animais de criação eram uma espécie de classe inferior, que assegurava ao mais humilde proletário do campo que ele não estava na parte mais inferior da escala social, um consolo que seu sucessor das indústrias iria perder (THOMAS, 2010, p. 68).

Ocorre que, a visão de dominação do homem sobre a natureza não era unânime. Ainda que o predomínio do homem sobre o mundo da natureza fosse um objetivo perseguido firmemente, por volta de 1800 esta meta não estava mais livre de contestações. O lugar do homem na natureza e a sua relação com as demais espécies foram alvo de opiniões distintas, e diversas percepções antropocêntricas perderam o sentido com o estudo da história natural. Ao tempo em que a dor dos animais passa a existir como uma nova preocupação, o extermínio da vegetação sem valor prático também passa a ser uma preocupação, e cultivar árvores e flores para "pura satisfação emocional" se torna um hábito cada vez mais comum. Esses processos, no entanto, eram somente aspectos de uma modificação bem maior na relação dos ingleses junto à natureza (THOMAS, 2010). "Faziam parte de todo um complexo de mudanças que, em fins do século XVIII, contribuíram para destronar muitas concepções estabelecidas e criar novas sensibilidades, de um tipo que desde então foi-se tornando mais e mais intenso" (Op. cit., p. 344-45).

Segundo Tavolaro (2001), Thomas demonstra que a racionalização traz o resgate do mundo natural, algo considerado um paradoxo. Seus argumentos demonstram que, à medida que a urbanização, a industrialização e a secularização afastavam o homem do mundo natural, alguns animais e plantas eram dotados de grande valor. Havia, em certa medida, desalento e aversão na aceitação da nova realidade, cada vez mais urbana e industrial. E, como reflexo, observou-se uma mudança no sentimento do homem em relação à natureza.

> [...] é próprio do senso comum acreditar que o desenvolvimento científico, a industrialização, a urbanização, a secularização das visões de mundo, fenômenos que estão na base do mundo moderno, constituem a base a partir da qual os homens [...] romperam seus últimos laços com um mundo natural [...]. Esse senso comum não é completamente leviano, na medida em que encontra reflexos numa tradição de pensamento crítico devidamente fundamentado, mas que não consegue escapar de uma concepção estreita das conseqüências do processo de racionalização. [...] Contudo, é surpreendente o que Keith Thomas revela: foi exatamente no desenrolar da modernidade que os ingleses foram deixando de ter 'atitudes rudes' em relação à natureza (TAVOLARO, 2001, p.39-40).

E compreendendo que é um equívoco a ideia de que o processo de racionalização suscitou exclusivamente no homem a postura de domínio da natureza, esse autor explica que Thomas apresenta a sua sugestão quanto ao que estaria na base da

mudança de comportamento do homem em relação à natureza observada no início dos tempos modernos. Na sua concepção, não basta afirmar que o novo comportamento desenvolveu-se a partir de elementos morais potenciais. A sua resposta para essa condição surgir com vigor somente no período moderno é que, os processos genuinamente intelectuais necessitaram do estímulo da transformação social externa. O sucesso da nova atitude do homem em relação à natureza, desse modo, se encontrava ligado fortemente ao crescimento das cidades e ao surgimento de uma nova ordem industrial.

3.1.2 A nova atitude do homem ante a natureza

Ao analisar as raízes ocidentais da sensibilidade para com a natureza, Keith Thomas (2010), para o qual essa sensibilidade é atendida com a criação das reservas naturais, como os Parques Nacionais, e para o qual foi com o afastamento entre o campo e a cidade e a ruína da natureza que surgiu uma nova atitude do homem perante o mundo natural, observa que não se abre um jornal no presente sem se deparar com alguma notícia relacionada à necessidade da preservação da natureza. E afirma que é preciso retroceder ao começo do período moderno para entender os sentimentos atuais do homem diante da natureza.

De acordo com esse autor:

> Com efeito, foi entre 1500 e 1800 que ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres [...] percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor. Alguns dogmas desde muito estabelecidos sobre o lugar do homem na natureza foram descartados nesse processo. Surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem. O relacionamento do homem com outras espécies foi redefinido; e o seu direito de explorar essas espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado (THOMAS, 2010, p. 19).

Com o crescimento das cidades, segundo Thomas (2010), a separação entre vida urbana e rural tornou-se mais rígida. Outrora a cidade era símbolo de civilidade, mas bem antes do início do século XIX já era comum afirmar-se que o campo era mais belo que a cidade; uma opinião cuja causa era, em parte, a degradação do ambiente urbano. São registrados graves problemas de poluição na Inglaterra desde o século XVI. A superpopulação tornou diversas cidades insalubres e a peste provocava uma mortalidade

maior nas cidades que no campo. Não era de se admirar que os habitantes das cidades desejassem deslocar-se para o campo. No entanto, a oposição à vida na cidade referia-se sobretudo ao comportamento de seus habitantes. Os moradores do campo eram considerados, além de mais saudáveis, mais admiráveis moralmente. Isso, contudo, era algo pouco revelado pela realidade vivenciada pela população rural. A opressão também predominava no campo e a agricultura se desenvolvia de modo desumano, o trabalho assalariado se difundia e o número de pequenos agricultores diminuía.

Além de proporcionar uma fuga de todos os tipos de problemas sentidos nas cidades, o campo era visto cada vez mais como lugar de descanso. Já a partir do século XVI, a construção de uma segunda residência no campo tornou-se comum entre os mais ricos. E no final do século XVIII muitas pessoas ricas iriam passar finais de semana em cabanas, que apresentavam um luxo nunca experimentado pelo morador comum do campo, na maioria das vezes edificadas com esta finalidade. Desse modo, não surpreende o fato de que: "Em 1667, Samuel Pepys e sua mulher prenunciaram muitas discussões domésticas dos séculos seguintes quando decidiram não comprar uma casa no campo [...]; em vez disso, comprariam um coche para ir a um lugar diferente em cada fim de semana" (THOMAS, 2010, p. 352).

Era comum, conforme Thomas (2010), já na segunda metade do século XVI e durante o século XVII, os habitantes das cidades, mesmo aqueles impedidos de aproveitar o luxo de um fim de semana no campo devido à pobreza, reservarem algum tempo para descanso em excursões campestres nas proximidades das cidades. Assim, uma das razões das muitas tentativas de proibir novas edificações nos subúrbios de Londres foi a vontade de preservar seus campos para recreação. E, na segunda metade do século XVIII, os proprietários de hospedarias, cervejarias e estalagens de localidades do entorno desta cidade tinham um próspero negócio alimentando excursionistas nos finais de semana.

A concepção do novo gosto pela vida rural teve a participação da religião. Era afirmado por muitos escritores do século XVII que, enquanto o campo foi criado por Deus, o homem fizera cidade. Mas, o que estimulou a aspiração pelos prazeres do campo e a imaginação dos seus encantos foi o afastamento entre o campo e a cidade. Enquanto viviam cotidianamente no campo, os homens não o desejavam. O culto ao campo era "mistificador e escapista". A errônea interpretação das relações sociais rurais fundamentava a tendência de ver o campo como signo de inocência. Aqueles que nutriam o

novo gosto pelo campo, como os poetas e artistas, calavam-se diante dos problemas da sua realidade. O campo era apresentado por eles como livre dos conflitos sociais e não eram levadas em conta as razões econômicas de a nobreza se manter no campo. Entretanto, o crescimento das cidades e a expansão da indústria fizeram crescer um sentimento de anseio pelo campo (THOMAS, 2010).

> Por volta do século XVIII [...] uma combinação de voga literária e fatos sociais criara genuína tensão entre o [...] progresso da urbanização e o anseio rural a que um número crescente de pessoas estava sujeito. Tais anelos indicavam [...] que não eram poucos os que entendiam que, embora o mundo da natureza devesse ser domesticado, não devia ser completamente dominado e suprimido. Esse antigo ideário [...] sobreviveu [...]. Pode ser visto nas imagens do campo tão utilizadas para anunciar bens de consumo; e no vago desejo de tantas pessoas de findar seus dias numa cabana no campo. Por sentimentais que sejam, tais sensibilidades refletem o desconforto gerado pelo progresso da civilização humana; e uma relutância a aceitar a realidade urbana e industrial que caracteriza a vida moderna (Op. cit, p. 359).

Thomas (2010) explica que uma crescente reação ao avanço das fronteiras agrícolas traz mudanças ao que ocorria na primeira fase dos tempos modernos, quando todos os esforços eram realizados no sentido de ampliar a área agricultável. Era a paisagem fértil cultivada, com suas formas regulares, que, nos séculos XVI e XVII, os viajantes apreciavam. Enquanto a paisagem dos antigos campos de uso comum era considerada feia, a paisagem das terras divididas pelos cercamentos era apreciada. A simetria sempre caracterizou o modo humano de indicar a separação entre cultura e natureza, porém tudo sugere que no início do período moderno, acompanhando a mudança do estilo gótico para o clássico na preferência arquitetônica, o cultivo uniforme foi ampliado. E mesmo no século XVIII, enquanto as imensidões não produtivas, a exemplo das altas montanhas, eram lastimadas e vistas como desprovidas de beleza, as paisagens cultivadas e uniformes ainda eram enaltecidas e descritas como belas.

Entretanto, em fins do século XVIII observou-se uma alteração na preferência das pessoas quanto às paisagens e surgiu uma nova atitude diante da natureza. Desenvolveu-se no lugar do jardim formal um estilo de jardinagem que poderia ser confundido com o campo natural. A paisagem não cultivada em vez de ser vista como objeto de repugnância se tornou fonte de renovação espiritual, e a admiração pela natureza foi transformada em uma espécie de ato religioso (THOMAS, 2010).

Apesar de comumente se explicar o novo gosto pela natureza a partir do desenvolvimento dos transportes, que tornou os lugares mais acessíveis aos turistas, tal desenvolvimento não explica a preferência pela natureza em si. O progresso da agricultura explica de modo mais razoável tal mudança. Grandes porções de terra foram incorporadas às áreas produtivas e a expansão sem controle da agricultura foi reconhecida como responsável pela destruição da natureza. Tal como os agricultores que distinguiam as espécies a cultivar e as ervas daninhas a extirpar, os jardinistas admiravam os exemplares cultivados e desprezavam as flores silvestres. Mas, à medida que no campo predominava uma paisagem com cultivos simétricos, os jardins formais saíam de moda e o gosto pela paisagem natural era intensificado (Op.cit.).

> A capacidade de extrair prazer de cenas de relativa desolação representou uma importante mudança na percepção humana. Inevitavelmente, ela se encontra com maior probabilidade entre aqueles que, devido a sua posição social e econômica, podiam contemplar sem problemas a perspectiva de deixar inculta uma terra que, normalmente, produziria alimento. Essa atitude só podia tornar-se dominante não havendo a ameaça de passar fome. [...] Na própria Inglaterra, o gosto pelo agreste e pelo irregular seduzia mais os abastados que os pobres, que lutavam pela subsistência, ou os agricultores, que ainda batalhavam com a terra (Op. cit., p. 373).
>
> É compreensível que os que precisavam trabalhar arduamente para ganhar a vida relutassem em adotar uma atitude mística face às terras selvagens e incultas. O homem que vivia no campo 'romântico' [...] tendia a vê-lo segundo uma luz diferente da que servia ao turista em sua breve visita (Op. cit.).

Conforme Thomas (2010), embora desde os tempos imemoriais o homem sentisse atração por paisagens vastas, a apreciação da natureza que se desenvolveu no século XVIII apareceu como algo requintado. Do ponto de vista dos românticos, a natureza dominada era uma natureza aniquilada. O apreço novo pela natureza dependia do conhecimento das pinturas de paisagens europeias, as quais "moldavam os gostos das classes educadas". A "cena" era chamada de paisagem e era pitoresca por lembrar uma pintura, e a reprodução de aquarelas seria responsável por algumas de essas paisagens pitorescas serem transformadas em atrações turísticas populares.

Quando principia o século XIX a atração pela natureza já tinha ultrapassado a dependência inicial em relação às obras de arte. Antes, porém, houve quem afirmasse que, como a aptidão para apreciar o "cenário romântico" não era inerente ao homem, a

deformidade na educação ou a situação social das "classes baixas urbanas" as impediam de apreciar a natureza. Tal população não reconheceria nenhum benefício no acesso às paisagens naturais sem um curso de educação estética, o qual devia iniciar com excursões aos campos das vizinhanças. Mas projetos que poderiam resultar em um grande aumento do acesso de pessoas a determinadas áreas com paisagens naturais consideradas privilegiadas encontravam oposição (THOMAS, 2010).

O fato é que, ao final do século XVIII, a preferência por uma paisagem dominada pelo homem apresentava uma contestação radical. Uma parcela da população urbana, constituída por uma classe social "educada" que não participava diretamente da produção agrícola e para a qual viajar seria essencial, conferiu valor sem precedentes à apreciação da paisagem natural. "Contudo, a ironia estava em que os gostos educados dos estetas [ou especialistas em estética] tinham sido pagos pelos mesmos processos que eles afetavam deplorar. [...] Esses homens raramente permitiam que suas sensibilidades estéticas estorvassem o processo produtivo" (Op. cit., p. 405).

No lugar dos campos férteis e produtivos, de acordo com Thomas (2010), a paisagem contemplada a partir de então era aquela "selvagem e romântica". A natureza seria considerada imprescindível como fonte de riqueza espiritual e refúgio contra o crescente tumulto das metrópoles. A força dos protestos do fim do século XVIII, a propósito da degradação do mundo natural, era sem precedentes; embora tais protestos não fossem unânimes, com o decorrer do tempo eles se generalizaram. E, já no século XIX, é manifestado um crescente interesse em preservar essa natureza com a criação de reservas.

Com a influências de artistas e naturalistas, no século XVII muitas das plantas antes desprezadas começaram a ser apreciadas pela população urbana e no século XVIII a botânica passou a ser um entretenimento da classe média, a qual observava os campos e as matas à procura de novas espécies. Os animais selvagens passavam a ter admiradores. Muitas gerações combateu esses animais, prestes à extinção entre os séculos XVIII e XIX, para sobreviver ou por prazer, porém contribuíram mais para tal extinção as mudanças no uso da terra. A conservação de espécies exóticas de animais para fins de distração ou exposição não era uma novidade. Entretanto, a restrição à extinção de qualquer espécie animal constituía uma novidade (THOMAS, 2010).

A maioria dos cientistas e teólogos, Thomas (2010) lembra, sustentava no século XVIII que todas as espécies apresentavam um importante papel a cumprir na

natureza. A confiança na excelência do "desígnio divino", cuja argumentação tinha uma consequência conservacionista visto que ensinava que todas as espécies serviam a uma finalidade humana, amparou o conceito da cadeia ecológica. Assim, antes de apresentar base científica, a ideia de conservação e equilíbrio da natureza apresentou fundamentos teológicos.

A influência da moda em relação ao interesse pelo mundo natural foi persistente. E, desse modo, o século XVIII assistiu ao surgimento de clubes e sociedades que tinham por objetivo o estudo de história natural e botânica de campo, bem como o crescimento da busca por certas mercadorias, como livros e pinturas, que comprovava que a natureza se tornara um tema de grande interesse (THOMAS, 2010).

O conflito entre as novas sensibilidades e os fundamentos materiais da sociedade humana aumentava com o crescimento das cidades e o progresso da lavoura, que conduziram a um novo anseio pelo campo e pela natureza. Não era mais possível ver o mundo como algo feito apenas para os homens. Todavia, mesmo lastimando as implicações do progresso material sobre a natureza, a maioria das pessoas conservava a ideia do primado dos interesses humanos (Op. cit.).

E Thomas (2010) então ressalta que, para o bem-estar do homem e não apenas em benefício do cenário natural e da vida selvagem, seriam criados santuários e parques, sendo no início do período moderno que a sensibilidade em relação à natureza foi gerada. Uma sensibilidade que posteriormente resultaria na legislação de fins do século XIX e de todo o século XX no sentido da preservação da natureza. E uma sensibilidade que seria atendida com a criação de "oásis artificiais ou vislumbres de um mundo idealizado", que ressaltavam sua oposição aos valores da sociedade, sob a forma de reservas naturais.

3.2 A Emergência do Turismo e do Turismo Alternativo

A história é marcada por inúmeras iniciativas que afirmam, de modo absoluto, o interesse dos homens pela natureza. Esse interesse com relação à natureza, entretanto, não é observado somente no que se refere a sua exploração, mas também no intuito do seu desfrute pelo homem. Para tanto, este homem deve se defrontar com a natureza, ou com o que dela resiste, de modo a considerá-la preservada.

O anseio da sociedade por um lazer junto à natureza já era indicado por acontecimentos observados a partir da segunda metade do século XIX, com a recém-urbanização e a industrialização. Assim, fruto das aspirações de apreciadores da natureza e do advento das ideias preservacionistas, no ano de 1872, nos Estados Unidos, deu-se a criação do *Yellowstone National Park*, a primeira área natural protegida legalmente.

O grande número de pessoas que visitam há mais de um século esse Parque Nacional nos Estados Unidos, além de outras reservas naturais neste e em outros países como o Brasil, não deixa dúvidas sobre o fato de que as viagens para ter contato com a natureza preservada não constituem uma novidade. Esta atividade já conquista adeptos há séculos. O ecoturismo, com o qual hoje se promove viagens de contemplação da natureza, assim, não inaugura tais viagens à natureza. No entanto, no presente, tal atividade econômica é anunciada como importante alternativa para gerar o desenvolvimento sustentável de regiões atrasadas do ponto de vista econômico e privilegiadas ecologicamente. E, de tal modo, no Brasil é promovida a implementação do ecoturismo em UCs que integram o SNUC, sobretudo nos Parques Nacionais.

Mas note-se que, da mesma forma que ocorreria tempos depois com esses Parques Nacionais, com a instituição daquela que foi a primeira área natural protegida legalmente, o Estado já acatava, naquele contexto, o princípio da incompatibilidade da ocupação humana com a preservação da natureza, ao tempo em que admitia o seu uso por visitantes para fins de lazer, que, no cotidiano, não se apresentava mais entrelaçado ao trabalho.

Segundo Decca (2002), sob a perspectiva da obra de E. P. Thompson, com a criação de uma nova concepção de tempo desvinculada dos ciclos de reprodução da vida do mundo rural, desenvolvida em ambiente urbano com o uso dos relógios na Europa do século XIV ao século XVI e ligada à origem das fábricas e do trabalho assalariado, concretizou-se a cisão entre trabalho e tempo livre, entre tempo de trabalho e de não-trabalho. Este, percebido pela nova sociedade industrial como tempo do lazer e do descanso, ou como tempo do ócio e do desperdício. Surge, assim, a noção de perda e desperdício do tempo, que não existia nas sociedades que precederam a sociedade capitalista, sendo que o lazer das classes trabalhadoras pode ser percebido, tanto pelo ponto de vista da adequação à imposição dos modos de vida instituídos pelo "sistema de fábrica", como pelo ponto de vista da resistência a esta imposição.

O vínculo entre trabalho e lazer, conforme Santos Filho (2002, 2005) observa, existia enquanto a propriedade da terra era coletiva, correspondendo a um direito natural. Entretanto, na sociedade mercantil se dá a separação entre o trabalho e o lazer, este passa a ser comercializado, e cada classe social pratica lazeres diferentes. Então, na sociedade do capital completa-se a separação entre o trabalho e o lazer. E, com a generalização do capital por todos os setores da vida social sob o atual regime, as atividades de lazer, Vieitez (2002) esclarece, foram transformadas em objetos de exploração econômica.

Com a separação entre o trabalho e o lazer, de acordo com Santos Filho (2002, 2005), os lazeres e o turismo, que, sob diferentes designações, já era percebido na história quando a palavra viagem aparecia agregada ao ócio, lazer e tempo livre, são globalizados. Há indicações, conforme Salgado (2007), de que o nascimento do turismo data do século VIII a. C., na Grécia, uma vez que as pessoas viajavam a cada quatro anos com o propósito de assistir aos jogos olímpicos. Mas também há quem sugira que, por terem inventado a moeda e a expansão marítima comercial no mar Mediterrâneo, seus criadores foram os fenícios.

Entretanto, segundo Pires (2002), somente quando o desenvolvimento econômico observado com o fim da Segunda Guerra Mundial, o progresso tecnológico nas comunicações e nos transportes da época e as conquistas trabalhistas desse período proporcionaram a vastos segmentos da sociedade um maior acesso aos bens de consumo, verificou-se um importante aumento do acesso de parcelas da sociedade às viagens e um significativo crescimento do turismo.

Foi nesse contexto, explica esse autor, que a ação do Estado contribuiu para a massificação do turismo nos países centrais, algo que se repetiu em relação às classes sociais dominantes nos países da periferia. Contando, por vezes, com um planejamento do Estado, o turismo, que até então se configurava privilégio das elites e de determinadas pessoas interessadas em aventuras e pesquisas, tornou-se em pouco tempo um fenômeno de impacto social e econômico irrefutável. E, a partir dos anos 1960, esse processo se difundiu por países e regiões nos quais se enxergasse a possibilidade de grandes negócios.

Diversos mitos, segundo Gastón e Cañada (2007), são criados em relação ao turismo. Entre estes é possível citar que a atividade gera trabalho, impulsiona outras atividades, moderniza infraestruturas, dá mais valor aos recursos locais, equilibra a balança

de pagamentos, é benéfica para o meio ambiente, favorece o intercâmbio cultural, é a chave do desenvolvimento e reduz a pobreza.

Mas, não se observando limites para o seu crescimento, Pires (2002) ressalta que com o início dos anos 1970 tem-se um processo mais agudo de aumento da atividade e um turismo de massa. E, a partir desse momento, evidenciam-se problemas desencadeados por esse modelo de turismo, tanto sobre a estrutura social e econômica das populações anfitriãs, como sobre a qualidade ambiental dos destinos turísticos.

Assim sendo, além do fato de que o desenvolvimento da atividade turística, do mesmo modo como ocorre com outras atividades econômicas, é realizado com investimentos do Estado em benefício do capital, diversas problemas, suscitando debates, passam a ser levantados a respeito da atividade. E algumas dessas questões, mais precisamente aquelas levantadas por Pires (2002) e por Gastón e Cañada (2007), são resumidamente apresentadas nas observações que se seguem.

O turista, que por vezes apresenta condutas grosseiras e insensíveis nos destinos turísticos estrangeiros, tem ideias pré-concebidas dos costumes e das pessoas do lugar que vão visitar. De tal modo, tanto a população como as operadoras locais, manipulando a memória e a herança coletiva, adaptam-se a essas ideias para assegurar o seu fluxo. E o que ocorre é o rompimento dos valores culturais e a deterioração de culturas tradicionais, inclusive com a violação de lugares sagrados ou mesmo o aumento da prostituição. A modernização em infraestruturas que ocorre com o desenvolvimento do turismo se realiza segundo suas prioridades e não buscando o desenvolvimento equilibrado com outras atividades. E a criação de empregos na atividade, empregos que devido à dependência externa do turismo, além de apresentar diversas singularidades em prejuízo dos trabalhadores, é instável, por vezes passa pelo abandono de setores tradicionais, em geral de atividades rurais, um processo que pode provocar um desequilíbrio geográfico, com o abandono da zona rural e o crescimento das periferias dos núcleos turísticos. Onde se desenvolve, o turismo provoca o aumento de preços de bens e de serviços. Com a especulação imobiliária e da terra, ocorrem a expulsão e a marginalização de populações locais, com a formação de guetos turísticos e até com a segregação étnica. E, quando a atividade é o motor do desenvolvimento há uma forte dependência dos preços flutuantes do mercado internacional, estabelecidos nos lugares de origem dos turistas e sobre os quais o lugar visitado não tem controle. Grande parte da riqueza obtida com o turismo beneficia os

países ricos. É possível verificar desde a evasão de divisas para o exterior, até o imperialismo econômico de corporações transnacionais e a expropriação e a ocupação dos territórios por forças e agentes turísticos. Um fato acentuado por políticas neoliberais como o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços, estabelecido pela Organização Mundial do Comércio – OMC, que busca o fim de políticas protecionistas que permitiam a alguns países manter certo controle sobre seu setor turístico. E, apesar de os destinos turísticos terem um ciclo de vida, a especialização impede a reação aos desequilíbrios da economia local com a atividade. Por fim, quando o turismo é uma atividade de massa, provocando poluição e destruição de ecossistemas, ele agride a natureza. A relação entre o desenvolvimento da atividade turística e a redução da pobreza, desse modo, é uma questão complexa. E ela deve ser entendida como um espaço de conflito social (PIRES, 2002; GASTÓN e CAÑADA, 2007).

São concebidas, a partir da observação desses e de outros problemas, novas ideias e princípios no intuito de reorientar a atividade turística. E começam a surgir, em oposição ao modelo de turismo de massa, ao qual eram atribuídas as causas desses problemas, pontos de vista que defendem outro tipo de turismo. Ou seja, propõe-se que se planeje e se desenvolva um turismo "diferente" ou "alternativo".

Nesse período, de acordo com Pires (2002), são criadas diversas denominações para designar o turismo praticado em ambientes naturais, como opção alternativa ao turismo convencional e de massa que é hegemônico. Denominações tais como turismo suave, turismo de aventura, turismo responsável, turismo verde e turismo ecológico.

E enquanto em destinos tradicionais do turismo, especialmente da Europa, investia-se no reordenamento da atividade, projetos turísticos com características alternativas começaram a surgir, nos anos 1970 e início dos anos 1980, em lugares considerados exóticos, como África, Ásia e América Central. A atitude de muitas comunidades de regiões turísticas de reprovação ao turismo de massa não negava a importância da atividade como fator de desenvolvimento. Assim, existiam por parte delas, manifestações pela realização de um "desenvolvimento turístico saudável e benéfico", sendo que as novas formas de turismo abrangiam operações de pequena escala, ênfase para os recursos locais, pequena modificação na paisagem e ampla participação da população local (PIRES, 2002).

As condições que inspiraram a busca por uma nova ética no turismo, o autor explica, deram-se com as manifestações de contracultura, observadas sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, entre os anos 1960 e 1970. Tais manifestações, que despontaram contestando a sociedade tecnológico-industrial e consumista, que constituíram movimentos de libertação político-ideológicos e que tinham entre suas bandeiras de luta as questões ecológicas e ambientalistas, puseram à disposição seu caráter contestatório aos anseios por um turismo alternativo (Op. cit.).

3.3 O Movimento Ambientalista

A temática ambiental, de acordo com Tavolaro (2001) e Pires (2002), constituir-se-ía uma questão de grande interesse na segunda metade do século XX. O movimento ambientalista, entretanto, tem origem na sociedade ocidental ainda no final do século XIX.

O processo de construção do mundo moderno, de acordo com Tavolaro (2001), tinha alcançado, em certo sentido, um estágio adiantado em meados do século XIX. A partir de então, na Europa e nos Estados Unidos, setores da sociedade se reuniram com vistas a promover a proteção da natureza, que, frente às transformações da modernidade, já se apresentava bastante degradada. E, precisamente no final daquele século, surgiram muitas das primeiras legislações ambientais e o planejamento do uso da terra.

Cabe observar que no século XIX, conforme Diegues, havia mitos nos Estados Unidos que orientavam de modo determinante as relações da população indígena com a natureza. O universo aparecia povoado de espíritos, gênios e deuses naqueles mitos, fazendo com que o homem se sentisse da mesma natureza que as plantas e os animais. E embora na sociedade moderna sejam a ciência e a tecnologia que tomam o lugar central, a imagem de um mundo inteiramente dessacralizado não é própria da maior parte da população dessa sociedade. Assim, em muitas reflexões com preocupações ecológicas abrolham antigos mitos com conteúdo religioso e até apocalíptico. Um desses neomitos, que parecem realizar uma simbiose entre o pensamento racional e o mitológico, é a concepção de áreas naturais protegidas enquanto natureza selvagem, sendo que em tais representações existem elementos próprios ao pensamento empírico-racional, como o

entendimento de que há funções ecológicas e sociais da natureza, e elementos que remetem à ideia de paraíso perdido (TAVOLARO, 2001).

Três hipóteses para a origem do movimento ambientalista são apresentadas por Tavolaro (2001). A primeira é a de que este movimento surge em decorrência das novas condições de risco que a modernidade avançada faz emergir. A segunda é a de que o movimento, buscando fundar uma normatividade que obtenha ganhos com o caráter reflexivo dos novos tempos, nasce como resposta aos déficits de integração social que caracterizam a modernidade avançada. E a terceira, que tal movimento surge e se dinamiza na construção de uma moral que concede privilégio à natureza como elemento basilar no delineamento do comportamento humano.

Quanto ao surgimento de organizações ambientalistas, também no final do século XIX, conforme John Mc Cormick, o primeiro organismo de preservação da vida selvagem reconhecido institucionalmente foi, provavelmente, a East Riding Association for the Protection of the Sea Birds. Trata-se de uma associação, cuja fundação ocorreu em 1867, com o propósito de combater a caça ao Flamborough Head realizada em temporadas anuais. Mas, para instigar o ambientalismo britânico, a oposição às péssimas condições de vida observadas nas cidades industriais se uniu ao "desejo de uma compensação" sob a forma "espaços abertos e natureza". Convém frisar que o primeiro grupo ambientalista privado constituído no mundo, Common Open Spaces and Footpaths Preservation Society, criado em 1865, foi responsável por campanhas em prol da integridade de áreas verdes urbanas. "Espaços para amenidades" que comumente constituíam o "ambiente campestre" a que os trabalhadores das cidades podiam ter acesso (TAVOLARO, 2001).

Desse modo, o resgate da natureza por organizações ambientalistas que surgiram a partir de meados do século XX não é um fenômeno sem precedentes. No entanto, John Mc Cormick afirma que ocorreu uma mudança de direção no movimento ambientalista entre as décadas de 1950 e 1960 que valida diferenciá-lo como novo ambientalismo. O movimento, na sua visão, antes caracterizado pela oposição preservacionismo-conservacionismo e preocupado com a natureza intocada e os recursos racionalmente utilizados, volta sua atenção às ameaças ambientais a que estão sujeitas as dimensões da vida humana em decorrência do padrão de vida da sociedade industrial. Ao tempo que Diegues assevera que as concepções com perfil preservacionista, cujas origens estão nos Estados Unidos do século XIX, ainda permanecem nas associações que visam

proteger áreas naturais. E essa tendência é dominante em entidades que desempenham grande influência em diversas instituições responsáveis pela criação e administração das UCs do Brasil (Op. cit.).

De acordo com Prost (2009), os objetivos que se têm em vista no preservacionismo, que é exemplificado pela concepção de áreas de proteção da natureza reproduzidas de forma generalizada em muitos países a partir do modelo do Parque Nacional de *Yellowstone*, consistem na salvaguarda de atributos cênicos, no valor histórico e potencial para o lazer, mas principalmente em "símbolo novo" onde não há as características de outras áreas milenarmente ocupadas. Desconsiderando as diferenças entre as ações e as culturas dos povos e as divisões de classes sociais, a ideia do homem como predador da natureza está por trás da criação dessas áreas de preservação. Todavia, conforme Diegues, tais ilhas de preservação da "natureza selvagem", construídas segundo uma perspectiva citadina, destinavam-se ao lazer da população urbana dos Estados Unidos, em detrimento de suas antigas populações indígenas marginalizadas.

Com o avanço da intervenção descomedida nos processos naturais, segundo Tavolaro (2001), a questão da sobrevivência da espécie humana ganhou projetação no debate ambiental nos anos 1970, acompanhando a publicação de obras que tratavam da problemática.

Havia antes desse momento organizações preocupadas em promover uma reaproximação do homem com a natureza. Todavia, os resultados danosos da intervenção humana na natureza provocaram uma mudança de perfil dessas organizações.

> Lester Milbrath (1984), por exemplo, defende que o antigo movimento conservacionista norte-americano tinha a preservação da vida natural como seu objetivo mais proeminente, lutando, pois, pelo estabelecimento de parques nacionais que pusessem termo à compra e exploração privada de áreas naturais. Também na Inglaterra, na última metade do século XIX, havia, de acordo com o autor, 12 organizações cujo objetivo era a preservação da natureza, de espaços comuns, pássaros, florestas, prédios antigos e monumentos. Contudo, segundo o próprio Milbrath, no momento em que a degradação humana sobre o meio ambiente avançou até o ponto em que muitos começaram a defini-lo como uma 'situação limite, as organizações começaram a se transformar, de um perfil preservacionista em relação à vida selvagem, para um perfil centrado na proteção generalizada do meio ambiente (TAVOLARO, 2001, p. 95-96).

Apenas no pós-guerra, Pires (2002), por sua vez, afirma, o ambientalismo passa a ter influência na formação de um senso comum pela defesa e valorização da natureza. Mas o paradigma do progresso, como alicerce do desenvolvimento, permaneceu estável até o final da década de 1960, sendo os custos ambientais do intenso uso dos recursos naturais e da degradação da natureza avaliados como necessários ao desenvolvimento.

Gradativamente são divulgadas pelos meios de comunicação informações científicas que provocam alarme a respeito de diferentes problemas ambientais. Como resposta ao sistema econômico, cuja lógica não considerava o custo social e ambiental do processo produtivo, nos anos 1970 organizam-se movimentos ambientalistas. Estes, fundados no mesmo período em que diferentes movimentos de caráter político-ideológico e contracultural agem, por vezes apresentam uma identificação com as causas de outros movimentos sociais.

Tavolaro (2001) esclarece que no início dos anos 1970, os ambientalistas não tinham nenhum impacto nos setores populares brasileiros, já que não atrelavam suas lutas concernentes à problemática ambiental com as crises sociais. Até que, entre 1971 e 1986, o movimento ambientalista do país passa por uma importante mudança e, em 1986, são realizados pelos ativistas ambientalistas os elos que os vinculam aos setores populares brasileiros.

Tem início, do ponto de vista de Pires (2002), um novo exame do conceito de desenvolvimento. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, ao tratar a temática ambiental em escala mundial pela primeira vez, torna-se um marco do ambientalismo contemporâneo. Meses antes, todavia, são publicados os relatórios *Founex*, elaborado na Suíça, e *Os limites do crescimento*, elaborado pelo Clube de Roma, pontos de partida para o evento. E tratados ambientais internacionais, concernentes a temas ambientais e ecológicos e que já na década de 1950 eram registrados, foram estabelecidos após o mesmo.

O movimento ambientalista, estruturado em ONGs, promove a conscientização da sociedade em relação aos problemas ambientais e viabiliza financiamentos para projetos de proteção à natureza. Diversos desses projetos envolvem a aquisição de extensas áreas de terras nos países subdesenvolvidos. E, para realizar tais ações, parcelas da sociedade dos países desenvolvidos foram mobilizadas pelo movimento ambientalista e colaboraram com

recursos financeiros. Mas, o que resulta de muitos desses casos são os inevitáveis conflitos de interesse com as populações que residiam nas áreas adquiridas por essas ONGs, ou que delas dependiam para sobreviver (PIRES, 2002).

Sobrepondo as questões ecológicas aos interesses antrópicos, o caráter radical de proteção dos recursos naturais, que foi inspirado na ideia das áreas naturais protegidas dos Estados Unidos, privadas da ocupação humana, e que teve a ecologia profunda e a ecologia social como escolas do pensamento ecológico que deram sustentação a sua concepção, fez do movimento ambientalista, nessa fase, um movimento preservacionista, ou biocêntrico. Conforme este, independentemente da utilidade para o homem, a natureza possui um valor intrínseco, e, para ser preservada, ela necessita estar intocada, pois de modo geral as atividades humanas não são compatíveis com a manutenção da biodiversidade e o equilíbrio ecológico (Op. cit).

Nos anos 1980 a comunidade científica alertava para o perigo do agravamento dos problemas ambientais. No entanto, o encolhimento da economia mundial produziu um recuo dos fundos e financiamentos direcionados às causas ambientalistas. E o movimento ambientalista, compelido a buscar alternativas de atuação, incorpora novas tendências do pensamento ecológico, e ganham destaque diferentes concepções da relação homem-natureza (Op. cit).

Em tal conjuntura, é exposto em 1980 o documento "Estratégia Mundial para a Conservação", que foi elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN, com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e do Fundo Mundial para a Natureza – WWF. E este documento utiliza pela primeira vez o termo desenvolvimento sustentável e lança o conceito de conservação (DIEGUES, 1989; PIRES, 2002; MADUREIRA, 2005).

A dualidade das correntes preservacionista e conservacionista, conforme Prost (2009), revela-se na legislação ambiental do Brasil com a publicação da Lei do SNUC, que dispõe sobre áreas de preservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral. E, sabedores da importância dos conhecimentos das populações tradicionais para a proteção da natureza e para o desenvolvimento de diversas atividades econômicas, tanto as instituições oficiais como as empresas privadas incluem, cada vez mais, as populações tradicionais nos seus projetos.

A concepção conservacionista, ou antropocêntrica, Pires (2002) lembra, admitindo o uso equilibrado dos recursos naturais pelo homem, divide, com a concepção preservacionista, a orientação do movimento ambientalista, sendo o ecossocialismo/marxismo a escola do pensamento ecológico que norteou a princípio essa concepção. De acordo com a nova concepção, a natureza constitui reserva de recursos do homem e não apresenta valor em si. E como é seu princípio a ideia de que as atividades desenvolvidas pelos homens na natureza são legítimas e benéficas, o antropocentrismo aponta para uma relação homem-natureza conservacionista.

Ressalvando que, ao lado, por exemplo, da paz, dos direitos humanos, da superação da pobreza ou da política demográfica, a conservação dos recursos vivos é uma das diversas condições para a sobrevivência e o bem-estar da humanidade, o documento "Estratégia Mundial para a Conservação" põe a conservação em um patamar superior no interior da estratégia de desenvolvimento. E define desenvolvimento sustentado como o processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais se dirigem à satisfação das necessidades das gerações presentes, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas (DIEGUES, 1989; PIRES, 2002; MADUREIRA, 2005).

Partindo desse documento, no "Relatório *Brundtland*" ou "Nosso futuro comum", apresentado em 1987**,** o conceito de desenvolvimento sustentável é adotado de modo definitivo pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD. Esse conceito, que é difundido e aplicado generalizadamente por diversos segmentos da sociedade e que até hoje é objeto de debate, passou a conduzir o movimento ambientalista (Op. cit).

Segundo Prost (2009, p. 186), o desenvolvimento sustentável, que se torna uma expressão polissêmica,

> [...] tem por mérito considerar os efeitos futuros das ações presentes, em uma visão diacrônica, mas não ressalta as desigualdades sincrônicas no espaço, nem discute as raízes estruturais das causas dos problemas, ou seja, o modo de produção e de consumo vigente, que conduz a uma sociedade da poluição e do desperdício. Na crença da resolução dos problemas ambientais pela ciência e a tecnologia, propõe-se, e principalmente adotam-se, medidas que podem ser benéficas para o sacro-santo mercado.

O autor ressalta que, embora os problemas ambientais sejam produtos das contradições do modelo desenvolvimentista, negligenciando a divisão da humanidade em classes sociais e seu modo de consumo e de produção do espaço desigual e combinado, o desenvolvimento sustentável simula reconsiderar o modo como esta sociedade produz para salvar a humanidade. O discurso político e do capital toma para si a variável ecológica e serve aos interesses das elites. Estas, em uma situação política na qual os problemas ambientais constituem uma significativa parcela dos debates, não estão mais em condições de desconsiderar nos seus discursos tal variável.

> Contudo, nas suas ações, predominam as soluções anunciadas na lógica do desenvolvimento sustentável que atendem aos interesses do mercado, em uma lógica do lucro extraído da natureza e/ou da ocupação do espaço em benefício de poucos e em detrimento de uma parcela majoritária e crescente da população, ou seja, sem reverter a lógica capitalista (PROST, 2009, p. 198).

E cabe observar que, na mesma década em que o conceito de desenvolvimento sustentável foi adotado de modo definitivo pela CMMAD e passou a conduzir o movimento ambientalista, ou seja, na década de 1980, surgiu o termo ecoturismo, como mais uma entre as várias denominações criadas para designar o turismo praticado em ambientes naturais.

3.4 A Ascensão do Ecoturismo

O ecoturismo surge como uma modalidade alternativa de turismo compatível com a preservação da natureza. Neste sentido, podendo ser desenvolvida, diferentemente de outras atividades econômicas, inclusive em áreas de reservas naturais. E hoje, se ressalta a propósito do ecoturismo, o fato de este ser uma atividade econômica capaz de promover o desenvolvimento sustentável, sendo, deste modo, conceituado como um

> Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (BRASIL, 1994, p.19).

O primeiro artigo discutindo a possibilidade de integrar turismo e conservação foi escrito por Budowski, sendo lançado em 1976. Já o termo ecoturismo foi empregado pela primeira vez no início da década de 1980, mais precisamente em 1983, por Ceballos-Lascuráin. No entanto, somente seria assimilado na década de 1990 (KINKER, 2002; PIRES, 2002).

No desenvolvimento inicial do ecoturismo, segundo Pires (2002), antes de a atividade ser oferecida por operadoras de turismo e se consolidar nos países precursores, destacou-se o pioneirismo dos mochileiros, na maioria das vezes, jovens viajantes oriundos dos países desenvolvidos, um pioneirismo importante para criar um interesse crescente por áreas naturais e uma demanda cada vez maior por novos destinos de viagem. Também se destacou o pioneirismo de segmentos do movimento ambientalista, os quais criaram as primeiras ONGs que promoviam o ecoturismo. Todavia, não se pode perder de vista que, muito antes da influência daqueles mochileiros e do trabalho desses ambientalistas promovendo o ecoturismo no século XX, os visitantes do Parque Nacional de Yellowstone já tinham garantidos o "contato com a natureza selvagem" e a "contemplação de paisagens naturais singulares", como possibilidades de fuga da urbanização então crescente. E nesse sentido, esses visitantes são apontados como precursores dos ecoturistas contemporâneos

Inicialmente, de acordo com o autor, o ecoturismo é aceito e proposto como alternativa de desenvolvimento, por organismos conservacionistas. No entanto, traçando uma relação entre as ONGs, que, com as suas atividades, tiveram e ainda têm uma importância fundamental para a proteção de muitas áreas naturais em diversas partes do mundo, e o desenvolvimento do ecoturismo, para o qual muitas dessas ONGs também contribuíram de forma efetiva, ele faz a seguinte ressalva:

> Na trajetória que levou ao atual envolvimento das ONGs com o ecoturismo, consta desde o início um traço identificador de sua índole 'preservacionista', claramente exposto na atuação voltada para a proteção de áreas naturais consideradas valiosas como detentoras de elevada biodiversidade, de processos ecológicos essenciais ou, ainda, de espécies da fauna e da flora ameaçadas, sem que, no entanto, a presença de comunidades tradicionais dentro ou no seu entorno fossem necessariamente levadas em consideração (PIRES, 2002, p. 71).

Mais tarde o termo ecoturismo é aceito e proposto por governantes de vários países subdesenvolvidos. As ideias, a princípio restritas, sobre um turismo alternativo, que deveria preservar os valores culturais e conservar os recursos naturais das localidades receptoras e integrar turistas e comunidades visitadas através de experiências benéficas reciprocamente, foram se difundindo na década de 1980 e auferindo expressão entre representantes de instituições com atuação na atividade turística. A partir daí, o ecoturismo desponta como alternativa para conciliar a proteção das áreas naturais protegidas, tanto sob o controle das ONGs como administradas pelo Estado, com a geração de renda para populações que viviam tradicionalmente da exploração direta dos seus recursos naturais. E governos de diversos países, ressaltando o potencial do ecoturismo para gerar um desenvolvimento sustentável, organizam ações no intuito de promover o crescimento da atividade (PIRES, 2002).

Para organizações civis e instituições governamentais que promovem o ecoturismo, tal atividade é a resposta turística ao paradigma de sustentabilidade, consagrando-se, entre esses, como princípios ecoturísticos a ênfase na natureza e nos valores culturais autênticos, a minimização dos impactos ambientais, a geração de benefícios para a comunidade local, a difusão da consciência ecológica por meio da educação ambiental e o compromisso com a conservação da natureza (Op. cit.).

Com a divulgação, nos meios de comunicação, de princípios ecológicos, conforme Pires (2002), cresce o interesse por serviços e produtos a esses relacionados, e as ideias sobre um turismo alternativo também ganharam expressão entre proprietários e representantes de firmas. E o turismo convencional, que é alvo de críticas quanto aos efeitos ambientais e socioculturais de seu crescimento e que constitui a negação da sustentabilidade em vários aspectos, mesmo sem atender a estes princípios, estende a margem de atuação no mercado explorando lucrativamente a associação entre tais princípios e a atividade, através do ecoturismo.

> A despeito de os conservacionistas terem criado e continuarem alimentando a idealização de uma prática turística capaz de prestar sua contribuição ao ‘desenvolvimento sustentável’, descarregando tal conteúdo ideológico no prefixo ‘eco-’, numa oportuna associação ao termo ‘turismo’, assiste-se a uma semelhante encampação terminológica por parte de outros interesses (empresários dentro e fora do *trade* turístico, instituições e poder público) com atuação na atividade turística. Estes, uma vez não comprometidos necessariamente com as premissas

> ambientalistas ou mesmo com os demais princípios que evocam o verdadeiro ecoturismo, são levados pelo senso de oportunismo, passando a incorporar a ecologização, de forma superficial e não comprometida, como ingrediente 'esverdeante' de seus negócios ou projetos em torno do (eco)turismo (PIRES, 2002, p. 163).

O que se percebe ao observar a realidade do ecoturismo, de acordo com o autor, é que a sustentabilidade dificilmente é alcançada, e, a verificação dos impedimentos que se impõem à completa incorporação do paradigma da sustentabilidade ao desenvolvimento do ecoturismo reflete a incerteza que se tem quanto à capacidade de o desenvolvimento sustentável vir a ser um paradigma exequível. Ocorre, inclusive, que o turismo alternativo sofre a crítica, respaldada na realidade, de ser precursor do turismo de massas ao qual se contrapõe. E como exemplo desse processo, tem-se que o extraordinário aumento apresentado nesse período em relação à visitação aos Parques Nacionais e Estaduais dos Estados Unidos por seus cidadãos criou a necessidade de controlar o acesso dos visitantes ao seu interior.

Note-se que, ao fim da década de 1980, conforme Kinker (2002), o conjunto de áreas protegidas dos Estados Unidos já constituía a sua mais importante atração turística, e em 2001 seus Parques Nacionais, os quais contam anualmente com um orçamento na ordem de US$ l bilhão para o manejo, receberam por volta de 424 milhões de visitantes. Esse movimento de visitantes, que fez surgir cerca de 200 mil empregos no entorno dessas UCs, geraram, em gastos diretos e indiretos, nos Parques Nacionais e nas comunidades do entorno destes, uma renda superior a US$ 10 bilhões. E nestes termos, o benefício econômico proveniente da cobrança de taxa de visitação e outras taxas seria o bastante para o custeio do sistema de Parques do país, que também conta com UCs com apelo turístico insuficiente para atrair visitantes.

De tal modo, cabe observar, em relação ao ecoturismo, que, de acordo com Xavier (2002), entre 1990 e 2000, os ecoturistas passaram de 10% para 40% entre as pessoas que faziam turismo, proporcionando em consequência desse crescimento um aumento na receita dessa modalidade de turismo, de 38 bilhões de dólares para 120 bilhões de dólares.

A despeito das suas especificidades, a origem e a evolução do ecoturismo no Brasil, segundo Pires (2002), ocorrem em um processo equivalente, em diversos aspectos, ao acontecido com o ecoturismo no mundo. E há de se considerar, desse modo, a influência

do movimento ambientalista e das manifestações de contracultura entre os anos 1960 e 1970 na formação dos pioneiros do ecoturismo no país.

Observe-se acerca das manifestações de contracultura que entre os antecedentes do ecoturismo no país está uma experiência do movimento *hippie* a partir do final da década de 1960. E além deste evento, estariam entre os antecedentes do ecoturismo no país duas iniciativas do início da década 1960, sendo uma delas empresarial com a operação de viagens, e outra acadêmica, com viagens de alunos; e já na década de 1970, o excursionismo organizado por estudantes (PIRES, 2002).

Sobre o movimento ambientalista, observe-se que as associações ambientalistas começaram a surgir no Brasil em 1971, influenciadas pelo movimento ambientalista dos Estados Unidos e da Europa (TAVOLARO, 2001). E foi do conjunto de pessoas que participavam das primeiras entidades ambientalistas do Brasil, nascidas nesse período, que nos anos 1980 emergiriam, concentrados principalmente na cidade de São Paulo, os primeiros guias e operadores do ecoturismo, atividade então conhecida como turismo ecológico. Convém frisar que um número significativo desses guias e operadores de ecoturismo, ou turismo ecológico, havia experimentado o excursionismo como mochileiros e aventureiros (PIRES, 2002).

Com a realização da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92 ou Eco 92 e da qual resultou a Agenda 21, como também dos eventos que a antecedem, segundo Pires (2002), cresceu a ação de ONGs ambientalistas com o ecoturismo.

A propósito dessa Conferência e da Agenda 21, observe-se que, conforme Madureira (2005), a Eco 92 vinculou definitivamente os temas do ambiente e do desenvolvimento; e a Agenda 21, um plano de ação para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável, determinou as obrigações dos atores sociais na utilização do princípio de desenvolvimento sustentável. Contudo, esse documento, de acordo com Moysés Rodrigues (2009, p. 170), o qual visa promover o desenvolvimento sustentável, assim como outros estudos e relatórios anteriores com preocupação ambiental, representa "[...] os interesses de Estados, de corporações multinacionais que buscam a permanência de suas condições de produção e consumo, manutenção da divisão territorial do trabalho com o objetivo, não explícito, de garantir sua reprodução ampliada."

Quanto à importância das ONGs para a implantação das políticas ambientais nesse período, Fernandes (2002, p. 255), fazendo referência aos conflitos observados entre ONGs e comunidades locais em áreas de proteção ambiental, esclarece:

> No plano político, depois da própria mobilização dos governos de todas as nações modernas, incluindo aí as pobres e as ricas, e as principais organizações internacionais, quem vai desempenhar papel fundamental neste contexto são as ONGs, na medida em que não apenas se envolvem no gerenciamento direto dos recursos, como também são reprodutoras do projeto ecológico em curso, tanto no meio dos movimentos sociais, quanto entre as comunidades locais, estabelecendo uma fala competente em defesa dos problemas ambientais. Às vezes, a defesa do meio ambiente surge em contraposição às relações de trabalhos desenvolvidas pelas referidas comunidades. Nas áreas de proteção ambiental, conflitos nesse nível são recorrentes. Em alguns casos, em que os gerentes dos projetos têm pouca sensibilidade social, chega-se a situações extremadas, nas quais os conflitos terminam nos tribunais.

Também a partir da Rio 92, segundo Pires (2002), os organismos de governo responsáveis pela política de turismo passam a desenvolver ações visando ao desenvolvimento do ecoturismo. E para o estabelecimento de uma política pública para o setor são chamados a prestar consultoria a estes organismos de governo alguns dos sujeitos responsáveis pelo incremento da atividade no país.

O setor envolvido com o ecoturismo, do qual esses consultores são parte, organiza-se como entidade e, a partir de então, se mobiliza em prol dos seus interesses. A Ecobrasil, uma ONG que atua notadamente como consultora junto a alguns órgãos governamentais responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento do ecoturismo, por exemplo, foi fundada em 1993. Já em 1995 foi criado o Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB), que, além de atuar prestando tais consultorias ao poder público, constitui a principal entidade representativa do *trade* do ecoturismo no Brasil. E, posteriormente, se observam muitas outras iniciativas, mas com menor abrangência, de organização de entidades e grupos com o propósito de desenvolver a atividade (PIRES, 2002).

Hoje, agências e operadoras de ecoturismo espalhadas pelas grandes cidades do Brasil, muitas vezes as mesmas agências e operadoras do turismo convencional, negociam pacotes de "viagem à natureza". Os destinos dessas viagens, para a população de origem urbana consumidora de tais pacotes, vão desde os regionais aos internacionais. Nas proximidades de diversos destinos do ecoturismo do país, fora dos grandes centros

urbanos, além de guias autônomos, agências e operadoras de ecoturismo menos estruturadas que os empreendimentos das grandes cidades atuam no setor, muitas vezes de modo articulado com as agências e operadoras dos grandes centros urbanos. E a exemplo do estado do Amazonas, onde a demanda turística predominantemente é internacional, e da região do Pantanal mato-grossense, onde tanto a demanda turística internacional quanto a nacional se destacam, são constituídos outros importantes polos receptivos do ecoturismo no Brasil (Op. cit).

Mas também são fundadas atividades receptivas voltadas ao ecoturismo a ser desenvolvido em UCs que são instituídas por todas as regiões do país, como é possível observar no entorno de diversos Parques Nacionais do SNUC. E um número crescente de visitantes, sobretudo de origem nacional, embora em alguns casos a demanda internacional seja relativamente importante, aflui para estas UCs (Op. cit).

Após ter se estabelecido por parte do homem uma atitude sensível com relação à natureza e dar-se a emergência e uma evolução do ambientalismo, nas áreas criadas com vistas à preservação da natureza, no Brasil e em muitos países do mundo, observa-se a reprodução do capital a partir da exploração turística da natureza em si. E, desse modo, nos Parques Nacionais do SNUC, assim como em inúmeras áreas de preservação da natureza criadas em muitos países do mundo, observa-se cada vez mais, o desenvolvimento do ecoturismo, com o qual se dá a mercantilização das paisagens naturais.

3.5 O Ecoturismo nas Unidades de Conservação do SNUC

3.5.1 As Unidades de Conservação do SNUC

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece, em seu inciso III, parágrafo 1°, artigo 225, do seu capítulo VI – Do Meio Ambiente, entre as estratégias para garantir o real direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, que é incumbência do Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus elementos a serem de maneira especial protegidos, sendo proibida qualquer utilização que danifique a integridade dos predicados que justifiquem sua proteção.

Até meados do ano 2000, no entanto, as UCs do Brasil, país considerado como aquele que apresenta a maior biodiversidade mundial, eram criadas com base em diversas leis. Os Parques Nacionais, por exemplo, eram criados com base no Art. 5º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal.

Sancionada a Lei 9985, em 18 de julho de 2000, a qual estabelece critérios e normas para a criação, implementação e gestão das UCs do país e foi regulamentada pelo decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Com a Lei do SNUC, dispondo de modo conjunto as normas referentes às UCs no Brasil, foram revogados os artigos das leis com base nos quais eram instituídas as UCs anteriormente. E as 12 categorias de UCs do país, federais, estaduais e municipais, cujos objetivos distinguem-se quanto à forma de proteção e aos usos permitidos, passaram a constituir o SNUC.

De acordo com o MMA (2000?), o SNUC, gerido pelas três esferas de Estado – federal, estadual e municipal – foi criado de modo a tornar eficaz o papel das UCs, de forma que estas sejam planejadas e geridas de maneira integrada, garantindo que "amostras significativas e ecologicamente viáveis" das distintas populações, habitats e ecossistemas sejam, no território nacional e nas águas jurisdicionais, representadas apropriadamente, sendo que

> [...] a visão estratégica que o SNUC oferece aos tomadores de decisão possibilita que as UC, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem renda, emprego, desenvolvimento e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo (MMA, 2000?, n.p.).

Neste sentido, a Lei nº 9.985, nos incisos de I a XIII, artigo 4º, do seu capítulo II, define como objetivos do SNUC: I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; V – promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; VIII – proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; IX – recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; X – proporcionar meios e incentivos para

atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; XII – favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. E, no inciso I, artigo 2º, do seu capítulo I, a Lei nº 9.985 define cada UC que integra o SNUC como um "[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção."

A proteção de áreas naturais data do século XIX, mas foi somente no período que se seguiu a Segunda Guerra Mundial que o número de grandes reservas da natureza cresceu com maior intensidade no mundo. No Brasil, entretanto, a primeira UC, que ganhou o nome de Parque Nacional de Itatiaia, foi criada em 1937, entre os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

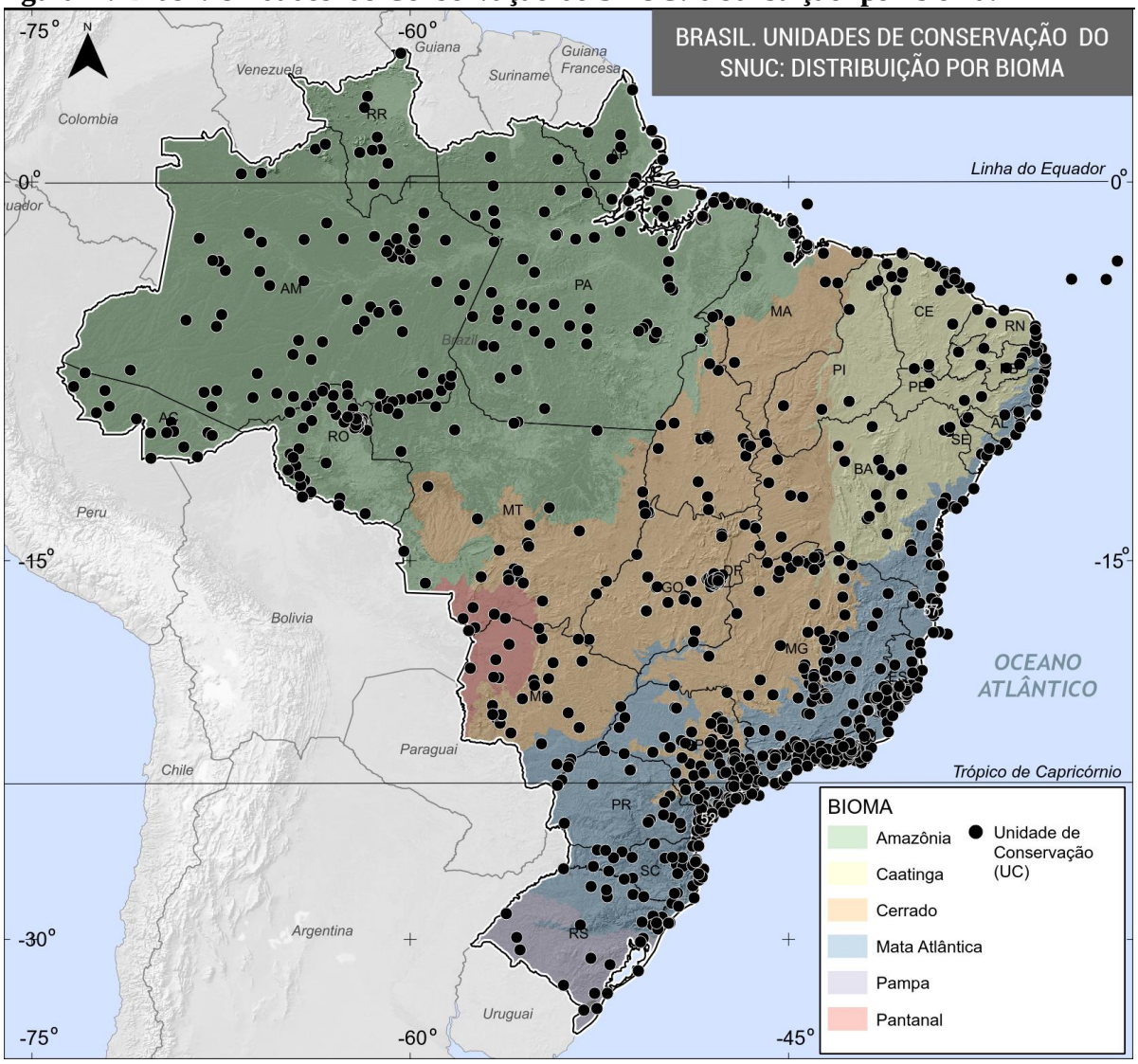
Acompanhando a tendência mundial de criar reservas naturais no intuito da proteção da natureza, o SNUC, constituído pelo conjunto das UCs federais, estaduais e municipais, totaliza 1.762 UCs, distribuídas por todos os diferentes biomas do Brasil, e, juntas, ocupam uma área de 1.527.213 Km² (MMA, 2012)[19], conforme se pode observar na Figura 01. Desse conjunto de UCs que integram o SNUC, conforme disposto na Tabela 01, 886 são UCs federais, as quais ocupam uma área de 755.185 Km²; 729 são UCs estaduais, as quais ocupam uma área de 765.252, e apenas 147 são UCs municipais, que ocupam uma área de 6.776 Km² (MMA, 2012).

Observe-se que, tendo como finalidade principal a administração das UCs federais, a partir da reformulação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, surge o ICMBIO, que é uma autarquia em regime especial, criada em 28 de agosto de 2007 pela Lei 11.516, vinculada ao MMA e que integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Cabe ao ICMBIO, além de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UCs federais, executar as ações do SNUC,

[19] As informações aqui apresentadas acerca do número das UCs do SNUC e da área por elas ocupada foram atualizadas em 12 de dezembro de 2012 pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, que é mantido pelo MMA com a colaboração dos órgãos gestores federal, estaduais e municipais.

podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs que são instituídas pela União[20].

Figura 1: Brasil. Unidades de Conservação do SNUC: distribuição por bioma.



Fonte dos dados: ICMBIO (2012f), IBGE (2005), IBGE (2007), MMA/CNUC (201-?), Natural Earth (201-?), GADM (2012).

Tabela 01: Unidades de Conservação do SNUC: distribuição por jurisdição

ESFERA	Federal	Estadual	Municipal	**TOTAL**
TOTAL DE UNIDADES	866	729	147	**1742**
ÁREA (Km^2)	755.185	765.252	6.776	**1.527.213**

Fonte: Adaptado de: Ministério do Meio Ambiente (2012).

[20] http://www.icmbio.gov.br.

Entre as mudanças no processo de criação de UCs introduzidas com a Lei do SNUC, segundo Mercadante (2010?), tem-se a exigência, com exceção da criação das Reservas Biológicas e das Estações Ecológicas, da realização de consulta pública. Apesar de a medida dividir os ambientalistas, seus benefícios são evidentes. A consulta pública forçou o governo a elaborar melhores estudos sobre a situação fundiária e social, os quais muitas vezes não eram elaborados. Foram feitos muitos ajustes nos limites propostos para as UCs e foi oferecida a muitos proprietários a chance de criarem Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Muitos conflitos foram evitados, embora, de modo geral, a oposição local às UCs não tenha diminuído com esse fato, e as consultas públicas tenham sido transformadas em atos políticos, com a realização das audiências em clima de guerra.

A criação de uma UC demanda estudos sobre a flora, fauna, situação fundiária, ocupação humana e atividades econômicas da área, que exigem tempo, trabalho e recursos expressivos. Todavia, é sobretudo por questões políticas que sua criação é uma tarefa complexa. É evidente a resistência de indivíduos, grupos ou setores que ocupam, exploram ou planejam explorar os recursos naturais, cujos interesses são prejudicados pela criação de UCs. Quando uma parte do território é destinada para uma atividade em detrimento de outras atividades sempre se geram conflitos (MERCADANTE, 2010?).

A criação de hidrelétricas ou rodovias – defendidas por governos, empresários, trabalhadores e pela população local –, por exemplo, geram conflitos, mas a sociedade geralmente não oferece muita oposição por entender melhor as vantagens da criação dessas obras do que os benefícios decorrentes da criação de UCs – somente defendidas por ambientalistas e por uma parte da população com maior conhecimento e sensibilidade com relação aos problemas ambientais. Assim, embora a situação apresente mudanças positivas nas últimas décadas, a criação de UCs, especialmente de proteção integral, gera conflitos e resistências (Op. cit.).

A difusão pela mídia dos graves problemas ambientais, observados no mundo e no país, deve contribuir para alargar o apoio da sociedade para a criação de áreas protegidas, pois, embora, de modo geral, se creia que a conservação deve ser perpetrada na terra do outro, todos geralmente reconhecem a necessidade da conservação da natureza (Op. cit.).

Conforme Medeiros e Young (2011), um dos problemas relacionados à criação de UCs consiste na limitação do uso do solo para certas atividades produtivas, embora tal restrição permita manter outras atividades econômicas e gerar benefícios sociais relacionados a diversos serviços ambientais. Todavia, para compensar o prejuízo econômico direto ocasionado pela criação das UCs e valorizar os benefícios indiretos que estas trazem, foi

criado no Brasil o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS Ecológico ou Verde, o qual permite aos municípios, a partir da fixação, em leis estaduais, de critérios ambientais para a distribuição de uma parcela da quota-parte a que esses municípios têm direito como transferências constitucionais, obter recursos financeiros do ICMS[21].

Os parâmetros que definem o coeficiente do ICMS Ecológico para certos estados não se limitam unicamente às UCs, outros critérios também são considerados no cálculo que define o valor de ICMS Ecológico distribuído aos municípios. Somente 14 estados possuem legislação específica para ICMS Ecológico, definindo para o cálculo deste os critérios, entre os quais se destaca a presença de UCs, e seus respectivos coeficientes. Esses estados são: Acre, Amapá, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Tocantins, sendo que apenas 11 destes implementaram o mecanismo em questão (MEDEIROS e YOUNG, 2011).

Esse mecanismo garantiu para prefeituras, na qualidade de compensação pela presença de UCs em seu território, a transferência anual de mais de R$ 400 milhões, e assim a implantação de UCs desponta para prefeituras como um bom negócio. Seus recursos impulsionam as economias locais e são importantes para a desconcentração regional de renda, porque a maior parte dos municípios favorecidos apresenta baixo grau de atividade, assegurando em regiões pobres a condição de maiores investimentos de importância social. E, enquanto no ano de 2009 o valor de ICMS Ecológico transferido aos municípios foi de R$ 402 milhões, tomando em consideração um percentual de 0,5% para o critério UC na transferência a que os municípios têm direito, a receita potencial para os 12 estados que não possuem essa legislação somou R$ 14,9 milhões (Op.cit.).

A manutenção do SNUC, de acordo com Medeiros e Young (2011) e Medeiros (2011), é importante, no curto e no longo prazo, para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Suas UCs, que protegem recursos estratégicos importantes para o desenvolvimento

[21] "A Constituição Federal de 1988 estabelece que 75% da arrecadação do ICMS [...] constituem receita do Estado e os 25% restantes dos municípios. Da parte que cabe aos municípios, pelo menos 75% devem ser distribuídos em função do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e à prestação de serviços realizados em seu território, ficando a distribuição dos 25% para ser regulamentada por lei estadual. O estado que regulamentar uma lei de ICMS Ecológico, deverá então definir, dentro da cota dos 25% atribuídos aos municípios, que parcela será destinada em função da existência de áreas protegidas ou demais critérios sócio-ambientais. Ou seja, a possibilidade do estado criar o ICMS Ecológico dá-se mediante consideração de critérios ambientais na metodologia de cálculo da participação de cada um dos municípios na repartição dos valores arrecadados. O nome 'ICMS Ecológico' advém, portanto, da possibilidade de estipular critérios ambientais para uma parcela dos 25% a que fazem jus os municípios, conforme previsto na Constituição Federal. O benefício fiscal distribuído aos municípios dependerá do coeficiente determinado pela legislação estadual de ICMS Ecológico, e deve ser calculado em função da cota-parte de ICMS distribuído ao município" (MEDEIROS e YOUNG, 2011, p. 99-100).

nacional, fornecem, direta ou indiretamente, bens e serviços que atendem necessidades da população e de setores econômicos em crescimento. Todavia, como esses bens e serviços são, na maioria das vezes, de natureza pública e prestados de forma difusa, seus usuários, que de forma geral não pagam diretamente pelo seu uso, não percebem o seu valor.

Os benefícios econômicos, diretos e indiretos, da manutenção das UCs no Brasil superam os recursos requeridos pelo SNUC. Quando se avalia, além da conservação da biodiversidade em si e do uso público, os serviços ambientais prestados pelas UCs, como por exemplo, o potencial de extração de produtos florestais, a preservação de estoques de carbono, a conservação dos fluxos hídricos e a estabilização de encostas, atingem-se valores monetários superiores aos valores gastos pelas administrações públicas na manutenção do SNUC. Entretanto, os problemas enfrentados pelo SNUC têm na maior parte das vezes como causa a insuficiência de recursos para sua implementação e manutenção. Esses recursos são insuficientes e não vêm acompanhando a expansão do sistema, sendo que o orçamento federal para as UCs em 2011 foi quase o mesmo orçamento do ano 2000, aproximadamente R$ 300 milhões (MEDEIROS e YOUNG, 2011; MEDEIROS, 2011).

A Tabela 02 evidencia o fato anteriormente explicitado, pois especifica a contribuição das fontes federais que participaram com recursos para a receita do SNUC no ano de 2008, quando o valor do total executado somou pouco mais de R$ 331 milhões.

Tabela 02: Fontes federais de receita do SNUC (2008).

FONTE	TOTAL EXECUTADO (MILHÕES/R$)	PERCENTUAL
ICMBIO	282,6	85,22
MMA	20,5	6,18
IBAMA	8,7	2,62
SFB	3,8	1,15
Compensação ambiental	8	2,41
Cooperação internacional	8	2,41
TOTAIS	**331,6**	**100**

Adaptado de: Ministério do Meio Ambiente (2009).

A área somada das UCs federais apresentou uma expansão de 78,46% entre os anos de 2001 e 2008, exigindo maiores recursos. E a compensação ambiental, que tem origem no artigo 36 da Lei nº 9.985, é a mais promissora entre as fontes de financiamento do SNUC para prover as despesas das UCs (MMA, 2007, 2009). Esse mecanismo da compensação

ambiental, devido a sua importância, passou por uma reestruturação, que a partir de 2005 resultou em incremento de sua execução. Um dos problemas a ser superado pelos órgãos de meio ambiente é o enfrentamento de gargalos que impedem o aumento da sua utilização. Entre as questões reconhecidas como obstáculos à ampliação do uso dos fundos derivados da compensação ambiental estão a indisponibilidade financeira por parte dos proprietários dos empreendimentos e as deficiências por parte dos órgãos gestores concernentes ao planejamento e à execução. Assim, por exemplo, do total de recursos de compensação ambiental atualizado em abril de 2007, que somava cerca de R$ 409 milhões, somente 7,8% foram executados. Quanto ao restante, 46% estavam reservados para execução e 46,2% se encontravam em outras fases de tramitação que precediam a execução propriamente dita (2007). A Lei nº 9.985, em seu artigo 36, define sobre essa questão:

> Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

E, ainda sobre as fontes de financiamento do SNUC faz-se necessário notar que, quando se compara o orçamento destinado às UCs no Brasil e nos demais países, observa-se que diversos países com PIB inferior ao brasileiro aplicam, por hectare de área protegida, cerca de 5 a 25 vezes mais nos seus sistemas de UCs. Além disso, está entre as piores do mundo a relação entre a área protegida por UCs e o número de funcionários que trabalham em sua gestão. Observe-se neste sentido que, enquanto no Brasil essa relação é de um funcionário para 18.600 hectares, na África do Sul, por exemplo, essa relação é de um funcionário para cada 1.176 hectares (MEDEIROS, 2011).

As UCs do SNUC, criadas por ato do poder público, dividem-se em dois grupos com diferentes características e objetivos específicos. Estes dois grupos são designados como Unidades de Uso Sustentável, cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais, sendo admitida a exploração econômica direta de parcela destes, e Unidades de Proteção Integral, que têm como principal objetivo a preservação da natureza, sendo admitida apenas a exploração ou o aproveitamento indireto dos recursos naturais (Tabela 03).

Com base na Lei nº 9.985 e MMA (2012), a Floresta Nacional – FLONA e a Floresta Estadual e Municipal, a Reserva Extrativista – RESEX, a Reserva de

Desenvolvimento Sustentável – RDS, a Reserva de Fauna – REFAU, a Área de Proteção Ambiental – APA, a Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE e a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN copõem o grupo das UCs do SNUC definido como Unidades de Uso Sustentável. Somadas as 747 Unidades de Uso Sustentável federais, que ocupam uma área de 393.378 Km², as 408 Unidades de Uso Sustentável estaduais, que ocupam uma área de 607.341 Km², e as 59 Unidades de Uso Sustentável municipais, que ocupam uma área de 6.471 Km², o SNUC conta com 1.214 Unidades de Uso Sustentável, que, juntas, ocupam uma área total de 1.007.190 Km².

Já a Estação Ecológica – ESEC, o Monumento Natural – MN, o Parque Nacional – PARNA e o Parque Estadual / Municipal, o Refúgio da Vida Silvestre – REVIS e a Reserva Biológica – REBIO compõem o grupo das UCs do SNUC definido como Unidades de Proteção Integral. Somadas as 139 Unidades de Proteção Integral federais, que ocupam uma área de 361.807 Km², as 321 Unidades de Proteção Integral estaduais, que ocupam uma área de 157.911 Km², e as 88 Unidades de Proteção Integral municipais, que ocupam uma área de 305 Km², o SNUC conta com 548 Unidades de Proteção Integral, que, juntas, ocupam uma área de 520.023 Km².

Tabela 03: Unidades de Conservação do SNUC: distribuição por categorias

CATEGORIA	TOTAL DE UNIDADES	ÁREA (Km^2)
Estação Ecológica	95	115.805
Monumento Natural	36	1.354
Parque Nacional/Estadual/Municipal	333	346.527
Refúgio de Vida Silvestre	29	3.731
Reserva Biológica	55	52.606
Floresta Nacional/Estadual/Municipal	103	300.254
Reserva Extrativista	87	143.535
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	31	116.615
Reserva de Fauna	0	0
Área de Proteção Ambiental	265	440.879
Área de Relevante Interesse Ecológico	47	920
RPPN	681	4.987
TOTAIS	**1.762**	**1.527.213**

Adaptado de: Ministério do Meio Ambiente (2012).

Conforme o MMA (2010?), a classificação das UCs criada pelo SNUC para as áreas protegidas do Brasil, proporcionando maior ênfase ao aspecto ecológico, tem por base a necessidade de conservação da biodiversidade para cada área. Mas, tais UCs não são espaços intangíveis. A maior parte dos usos e da exploração de recursos naturais admitidos nessas UCs prediz e torna eficazes atividades que, sem prejuízo à conservação ambiental, colaboram para a geração de renda e de emprego, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento do país.

> As UC e outras áreas protegidas, podem ser entendidas como uma maneira especial de ordenamento territorial, e não como um entrave ao desenvolvimento econômico e socioambiental, reforçando o papel das UC no desenvolvimento econômico e socioambiental local. Os usos e manejo dos recursos naturais permitidos dentro de cada UC variam conforme sua categoria, definida a partir da vocação que aquela área possui. Em outras palavras, é importante que a escolha da categoria de uma UC considere as especificidades e potencialidades de uso que o espaço oferece para que ela seja uma oportunidade de promoção do desenvolvimento local (MMA, 2010?, s.p.).

Sugere-se, desse modo, analisar a classificação das UCs do SNUC a partir de um ponto de vista econômico e socioambiental, conforme as atividades econômicas admitidas em cada categoria de áreas protegidas. É pertinente observar que as UCs da categoria Parque Nacional, onde são permitidas a pesquisa científica, a educação ambiental e a visitação, apresentam como principal tipo de uso contemplado na Lei do SNUC o turismo em contato com a natureza (Quadro 01).

Segundo o MMA (2011?), está comprovado que as UCs colaboram para o desenvolvimento econômico e o arrefecimento da pobreza do país. Em 88,3% da área total protegida por UC são admitidos diversos usos, como turismo, produção florestal, extrativismo, agricultura, agropecuária e atividades industriais de baixo impacto ambiental, capazes de causar à economia regional resultados favoráveis imediatos. E a área restante, apesar de apresentar restrições quanto ao uso econômico imediato, pode contribuir para o desenvolvimento local.

Quanto ao planejamento da gestão das UCs, conforme o MMA (2007), estas, com o objetivo de integrarem-se à vida econômica e social das comunidades dos seus entornos, devem possuir um plano de manejo. Este, um instrumento que deve abarcar a área da UC, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos de que façam parte. Sendo assegurada, por lei, à sociedade a participação na elaboração, implantação e atualização de planos de manejo

Quadro 01: Unidades de Conservação do SNUC: usos permitidos e principais tipos de uso

CLASSE			PRINCIPAIS TIPOS DE USO CONTEMPLADOS NA LEI Nº 9.985/2000
Nº	CATEGORIA DE MANEJO*	USOS PERMITIDOS	
1	Reserva Biológica	Pesquisa científica	Desenvolvimento de pesquisa científica e de educação ambiental
	Estação Ecológica	Educação ambiental	
2	Parques Nacionais e Estaduais	Pesquisa científica	Turismo em contato com a natureza
		Educação ambiental	
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Visitação	
3	Florestas Nacionais e Estaduais	Produção florestal	Produção florestal
		Pesquisa científica	
		Visitação	
4	Reserva Extrativista	Extrativismo	Extrativismo por populações tradicionais
		Pesquisa científica	
		Visitação	
5	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Agricultura de baixo impacto	Áreas públicas e privadas onde as produções agrícola e pecuária são compatibilizadas com os objetivos da UC
		Pesquisa científica	
	Refúgio de Vida Silvestre	Visitação	
	Monumento Natural	Produção florestal	
		Extrativismo	
6	Área de Proteção Ambiental	Agropecuária	Terras públicas e particulares com possibilidade de usos variados visando a um ordenamento territorial sustentável
		Atividade industrial	
	Área de relevante interesse ecológico	Núcleo populacional urbano e rural	
*A Reserva de Fauna, sobre a qual não existem registros da existência, não foi citada entre as categorias apresentadas na fonte dos dados.			

Adaptado de: Ministério do Meio Ambiente (2010?).

de todas as categorias de UCs do SNUC[22].

No entanto, de acordo com Kinker (2002), não há uma integração entre as UCs e a dinâmica socioeconômica local ou regional, e o que ocorre é o avanço da pressão sobre elas e a origem de conflitos e problemas sociais. O isolamento das UCs implica problemas que não permitem sua implantação apropriada, sendo fundamental o estabelecimento de processos participativos entre as UCs, as populações do entorno destas e a sociedade em geral. Como a contribuição das populações do entorno das UCs é fundamental para garantir a proteção dos seus recursos naturais, o manejo das UCs deve garantir que estas operem como núcleos de desenvolvimento socioeconômico das comunidades do seu entorno. Afinal, não se deve esperar que a população, em geral pobre, que vive em áreas a respeito das quais acredita que são detentoras de recursos naturais inesgotáveis, concordará prontamente com a criação de áreas protegidas. Neste sentido, faz-se necessário o Poder Público desenvolver projetos que promovam, além de programas de esclarecimento e educação ambiental, alternativas de geração de renda para tal população.

A crítica principal à concepção tradicional das UCs no Brasil, ainda conforme a autora, é de que estas são criadas e administradas sem que haja consulta à sociedade, notadamente às comunidades que lá vivem ou que residem no seu entorno. Essas comunidades, de modo geral, apresentam baixo poder aquisitivo, habitam no local há gerações e dependem diretamente de formas tradicionais de exploração dos recursos naturais. E, como muitas vezes essas comunidades não têm o título de propriedade das terras nas quais vivem e, quando o possuem, não são adequadamente indenizadas, a criação de UCs pode resultar no aumento do contingente de marginalizados das cidades.

3.5.2 O Ecoturismo nas Unidades de Conservação

A análise do conjunto dos 13 objetivos do SNUC, apresentados no artigo 4º do capítulo II da Lei nº 9.985, deixa evidente que a conservação da natureza é a principal

[22] Em seu artigo 25, a Lei do SNUC estabelece que as UCs, com exceção das APAs e das RPPNs, devem apresentar em seus entornos uma zona de amortecimento e, caso sejam apropriados, corredores ecológicos. E nos parágrafos 1º e 2º desse artigo é observado que as normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e corredores ecológicos de uma UC serão estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, sendo que as respectivas normas, bem como os limites da zona de amortecimento e corredores ecológicos, podem ter a sua definição quando de criação da UC ou posteriormente.

finalidade da criação e manutenção das UCs no Brasil[23]. Assim, manifesta-se com alguns daqueles objetivos o reconhecimento, sobretudo, do processo de destruição das condições naturais, o qual foi imposto pelo sistema econômico vigente, e a necessidade de proteger o que restou da natureza tornada rara. Também são observadas nos objetivos em questão, além do reconhecimento do processo de aniquilamento de tradicionais expressões culturais, menções relacionadas, direta ou indiretamente, à necessidade de promover o desenvolvimento sustentável nas UCs do SNUC.

Mas faz-se necessário notar que a Lei nº 9.985, em seu capítulo II, artigo 4º, incisos VI e XII, ainda cita, respectivamente, entre os objetivos do SNUC, "proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica" e "favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico". E é possível observar em muitas das UCs do SNUC, sobretudo nos seus Parques Nacionais, a implementação e o crescimento do ecoturismo, ao qual é atribuída à capacidade de promover o desenvolvimento sustentável e com o qual é mercantilizada a paisagem natural.

Segundo o MMA (2007), a lei do SNUC estabelece que todas as categorias de UCs, embora com diferentes graus de restrições, admitem visitação pública. As duas categorias mais restritivas no que se refere à presença humana são as Estações Ecológicas e as Reservas Biológicas, nas quais a visitação pública só é admitida com fins educacionais, de acordo com o que dispuser o plano de manejo da UC ou regulamentação específica. Nas demais categorias, inclusive nas esferas estaduais e municipais, a visitação pública é permitida, seguindo o que for colocado no plano de manejo da unidade, no regulamento de cada categoria e, ainda, nas normas estabelecidas pelo órgão que administra as UCs.

> A partir do SNUC, os órgãos responsáveis pela política do setor passam a formular programas e projetos visando estruturar a visitação pública em unidades de conservação, superando gradativamente os receios de que o incremento da visitação comprometa os objetivos de conservação. A necessidade de planejamento, de investimentos em capacitação e infraestrutura, de controle e gestão adequados, de participação da comunidade local e regional nos benefícios econômicos desse mercado passa a ser encarada como questões essenciais para o setor (MMA, 2007, p. 93).

[23] Esses objetivos do SNUC encontram-se expostos em 3.5.1.

A concepção de uso público das UCs no Brasil evoluiu ao tempo em que se davam mudanças na própria concepção de como planejar e gerir a conservação da natureza. O Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, que aprovou o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros e definiu as condições e restrições básicas de uso público, foi o primeiro texto legal a versar sobre a visitação em UCs federais. As primeiras ações objetivando ordenar o "turismo ecológico" foram adotadas entre os anos de 1985 e 1994, quando ocorreu a publicação das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo que passou a ser referência para outras iniciativas normativas. E em 1997 o Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil, em que cada categoria de UC admite múltiplos tipos de uso, é publicado pelo IBAMA (MMA, 2007).

> A publicação afirma o objetivo de promover a participação das comunidades locais nas atividades de ecoturismo, de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida mediante a criação de mecanismos que levem à utilização da mão-de-obra local, ao desenvolvimento das potencialidades das comunidades, o apoio à criação de pequenas empresas de serviços ligados ao ecoturismo e incentivo à produção de artesanato. Ao mesmo tempo, aborda a necessidade de que as unidades de conservação adotem programas para prevenir e monitorar os impactos decorrentes do ecoturismo; que os planos de manejo estabeleçam as zonas, as atividades mais apropriadas e as condições para seu desenvolvimento; que as atividades decorrentes da visitação incentivem a interpretação da natureza, o despertar para o patrimônio natural e cultural, a educação ambiental e a valorização das unidades de conservação. Estabelece, ainda, os centros de visitantes ou de vivência como espaços difusores e dispersores de todas as atividades de uso público nas unidades de conservação (Op. cit., p. 93).

Para o MMA (2009), a prestação de serviços que se associa à visitação de UCs tem um resultado multiplicador nas economias locais. Sendo o turismo a maior fonte de recursos estrangeiros e de geração de empregos no hemisfério Sul, bem como uma das atividades econômicas que exigem menos investimentos para criar empregos e foi uma das que mais contribuiu para gerar postos de trabalho e reaproveitar mão de obra de outros setores no país nos últimos anos, associá-lo à conservação da biodiversidade pode criar alternativas econômicas sustentáveis para muitas comunidades no Brasil. Além disso:

> Estimular o turismo em UC também fortalece o apoio público a essas áreas e aumenta a possibilidade de arrecadação de recursos para manutenção do SNUC com: venda de ingressos; taxas para realização de atividades recreativas e para uso de instalações, como pontos de camping,

> estacionamento e abrigos; cobrança para concessão de serviços; venda de alimentos e outras mercadorias (MMA, 2009, p.26).

Não surpreende, desse modo, que, nas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, colocando em destaque o papel dos Parques Nacionais entre as demais UCs do SNUC, já fosse afirmado:

> O conjunto de Unidades de Conservação sob jurisdição federal, à exceção das reservas biológicas e estações ecológicas, somado às áreas protegidas estaduais e municipais e às propriedades particulares adaptadas para fins turísticos, oferecem, juntamente com a rica diversidade cultural, condições excepcionais para o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil (BRASIL, 1994, p. 17)

A visitação às UCs é vista como uma das mais importantes estratégias de sensibilização da sociedade para a importância da conservação da natureza. É complexo para os gestores de áreas protegidas, de acordo com Kinker (2002), esclarecer a sociedade a propósito da importância que essas áreas possuem. A preservação das florestas, almejada com pouca frequência pela sociedade em razão do desconhecimento sobre sua importância, e a ampliação das opções de locais para o lazer já justificam a criação e manutenção de áreas protegidas nos países desenvolvidos. Em países como o Brasil, todavia, o que se observa é uma propensão por parte das populações que residem nas áreas a serem afetadas com a criação de áreas protegidas a preferir outros tipos de uso da terra, que apresentam vantagens econômicas consideradas palpáveis.

E, do mesmo modo que diversos autores que tratam de questões relacionadas ao ecoturismo e/ou às UCs, a autora observa que uma das possibilidades pelas quais essas áreas podem optar para alcançar tais vantagens econômicas é o desenvolvimento do ecoturismo. É mais fácil, do seu ponto de vista, a população do entorno das UCs compreender que é possível obter proveitos com essa atividade econômica do que entender os benefícios que a conservação da natureza produz. E mais tarde, quando aquela população entender que o crescimento do ecoturismo está subordinado à condição apresentada pelo meio natural, ela dará valor à natureza conservada.

A apropriação das UCs pela sociedade, conforme o MMA (2011?), constitui importante elemento para a sustentabilidade das mesmas, uma vez que a sua aprovação legitima o mérito da existência dessas UCs e influencia diretamente na admissão de condutas e políticas relacionadas ao meio ambiente. Desse modo, observa-se que a

visitação em UCs aproxima a sociedade e acende o seu interesse para a conservação da natureza. Para o ICMBIO (2007?), as pessoas que conhecem as belezas naturais das UCs se tornam seus potenciais aliados na proteção do patrimônio natural, que pertence ao conjunto dos brasileiros. E ressalta-se acerca do turismo que se pretende para as UCs que:

> Esse tipo de turismo é capaz de dinamizar as economias locais e incrementar os recursos financeiros para a manutenção de unidades de conservação. O grande desafio, no entanto, é desenvolver um turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade (MMA, 2011?, p. 8).

Reconhecendo que a atividade turística já era desenvolvida em diversas UCs, no ano de 2002 o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR apresentou os resultados de um trabalho, denominado Estudo sobre o Turismo Praticado em Ambientes Naturais, cujo objetivo foi caracterizar e dimensionar o segmento do mercado nacional de turismo representado pela demanda aos "ambientes naturais conservados. Além das cidades de Manaus (AM) e Brotas (SP) e do Parque Estadual do Jalapão (TO), entre as dez áreas selecionadas para a pesquisa, constavam sete Parques Nacionais: do Itatiaia (RJ), de Aparados da Serra (RS/SC), Marinho de Fernando de Noronha (PE), do Caparaó (MG/ES), do Pantanal Matogrossense (MT), do Iguaçu (PR), e da Chapada dos Veadeiros (GO). Com aquele propósito foram realizadas 6.247 entrevistas com visitantes dessas áreas. Como também foram realizadas entrevistas em 31 agências de turismo nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. Estas, consideradas importantes centros emissores de turistas para os "ambientes naturais conservados" previamente selecionados.

Os operadores de turismo indicaram como necessidades para o desenvolvimento do turismo nas áreas naturais os investimentos em divulgação, infraestrutura receptiva, melhorias nos acessos, na sinalização e nas instalações sanitárias, um maior número de guias e de guardas parques, um maior controle do número de visitantes nos atrativos para evitar grandes aglomerações e, de forma unânime, a cobrança de taxa de ingresso nos Parques. Contudo, foi verificado que as visitas a UCs faziam parte de todos os roteiros turísticos oferecidos pelas empresas, sendo os Parques Nacionais do Itatiaia, Marinho de Fernando de Noronha, da Chapada dos Veadeiros, da Serra dos Órgãos e do Iguaçu os mais visitados nesses pacotes (EMBRATUR, 2002).

Quanto ao resultado das entrevistas realizadas nos locais visitados pelos turistas, o que ocorreu seguindo a proporcionalidade de visitações de acordo com os dados

disponíveis naquele momento, constataram-se, entre muitas outras questões investigadas, as particularidades apresentadas a seguir.

Ao menos 70% dos visitantes entrevistados apresentavam nível de renda superior a quase 15 salários mínimos e renda média estimada de 26,5 salários mínimos, considerando que este era de R$ 200,00 no ano da publicação da pesquisa. A proporção dos visitantes com maior nível de renda era superior nas áreas onde predominavam os visitantes de outros países ou nas áreas mais distantes dos principais centros de consumo do País, a exemplo de Manaus, Fernando de Noronha e Jalapão, onde, respectivamente, 40,1%, 30,2% e 22,8% dos visitantes apresentavam renda superior a 50 salários mínimos. E entre esses visitantes 57,3% apresentavam escolaridade em nível superior completo e 17,3% em nível superior incompleto. Vale salientar que os locais com percentuais de visitantes com nível superior completo acima de 50% foram, além Manaus, com 76,0%, e Jalapão, com 70,6%, os Parques Nacionais Marinho de Fernando de Noronha, com 77,7%; do Pantanal Matogrossense, com 61,5%; do Itatiaia, com 61,3%; de Aparados da Serra, com 59,9%; do Iguaçu, com 53,5%, e da Chapada dos Veadeiros, com 50,7% (Op. cit.).

Por certo, esses números, referentes à renda e à escolaridade dos visitantes entrevistados, de modo algum representam a realidade socioeconômica da maioria da população do Brasil, onde aquelas áreas visitadas encontram-se localizadas, do mesmo modo que não representam a realidade socioeconômica da população da maior parte dos países do mundo. E, assim sendo, evidencia-se mais uma vez neste sistema do capital, a despeito de uma necessidade ou de um desejo do homem de estar em contato com a natureza, a desigualdade social, desta feita relacionada ao acesso da população aos atrativos turísticos naturais.

Diversos aspectos, considerados importantes, das áreas selecionadas para a pesquisa em tela também foram avaliados por seus visitantes. Utilizou-se, para tanto, dos seguintes critérios: ótimo, bom, regular, ruim, péssimo e não sabe avaliar, sendo que, quanto ao estado geral de conservação do conjunto dessas áreas, a avaliação foi considerada positiva, pois os critérios ótimo ou bom alcançaram 87,8% (Tabela 4).

Em relação aos acessos às áreas, cuja avaliação muda conforme a motivação dos turistas, do total de entrevistados 76,1% avaliaram como sendo ótimo ou bom. No que se refere às vias de circulação no interior das áreas, 73,5% dos entrevistados as considerou boas ou ótimas. Em relação ao transporte interno das áreas, como a maioria delas não o possuía, 53,2% dos entrevistados não souberam avaliar, mas nos Parques Nacionais do

Iguaçu e Marinho de Fernando de Noronha e em Manaus a avaliação foi positiva, e no Jalapão, onde o serviço era prestado apenas por agências de turismo, a avaliação foi a mais negativa. Quanto à sinalização e comunicação interna das áreas, 59.3% dos visitantes entrevistados avaliaram entre boa e ótima. A respeito da segurança no local, 73,4% do total das avaliações dos visitantes foram ótimas ou boas (EMBRATUR, 2002).

Tabela 4: Avaliação de aspectos relacionados ao turismo em ambientes naturais

NÍVEL DE AVALIAÇÃO / ASPECTO AVALIADO[1](%)	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO	NSA[2]	TOTAL[3]
Estado geral de conservação	39,7	48,1	9,3	1,8	0,4	0,8	100
Acessos às áreas	27,6	48,5	14,7	5,4	2,4	1,3	100
Vias de circulação no interior das áreas	27,7	45,8	16,5	6,1	2,1	1,8	100
Transporte interno	19,4	18,2	6,2	1,8	1,1	53,2	100
Sinalização e comunicação interna	21,1	38,2	19,9	9,0	4,0	7,7	100
Segurança no local	29,5	43,9	10,5	3,1	1,0	11,9	100
Valores estéticos das paisagens	85,1	11,8	1,5	0,2	0,1	1,4	100
Atrativos culturais	12,2	16,2	5,7	1,8	0,7	63,3	100
Centro de recepção dos turistas	22,7	25,5	8,1	2,4	0,9	40,4	100
Atendimento dos funcionários	38,9	40,9	6,9	1,7	0,8	10,9	100
Atendimento dos guias ou monitores dos Parques ou atrativos visitados	28,2	16,4	2,8	0,4	0,4	51,7	100
Quantidade de equipamentos disponíveis para o aluguel	9,9	9,9	2,2	0,5	0,2	77,3	100
Qualidade dos equipamentos	7,7	9,4	2,2	0,3	0,1	80,2	100
Sanitários públicos	16,1	22,3	11,2	5,0	2,8	42,6	100
Condições de limpeza e higiene	38,2	46,7	11,3	2,1	0,6	1,1	100
Preços internos em geral	9,6	36,0	27,6	13,1	6,8	7,0	100

1. A avaliação foi realizada nas seguintes localidades: Manaus (AM), Brotas (SP), Parque Estadual do Jalapão (TO) e nos Parques Nacionais do Itatiaia (RJ), de Aparados da Serra (RS e SC), Marinho de Fernando de Noronha (PE), do Caparaó (MG e ES), do Pantanal Mato-grossense (MG), do Iguaçu (PR) e da Chapada dos Veadeiros (GO).
2. Não soube avaliar
3. Foi detectado um erro de fechamento percentual para alguns aspectos avaliados, da ordem de 0,1% para menos (99,9%) e para mais (100,1%). Considerando a indisponibilidade dos dados brutos referentes aos questionários aplicados na pesquisa, o que inviabiliza um novo cálculo para retificação, optou-se pela manutenção da apresentação dos percentuais totais, conforme consta no documento original.

Adaptado de: EMBRATUR (2002).

Quanto aos valores estéticos das paisagens, 96,9% dos visitantes as consideravam ótimas ou boas. No que se refere aos atrativos culturais, observou-se que o elevado percentual de visitantes que responderam não saber avaliar, 63,3%, significava possivelmente a sua ausência ou a ineficiência de sua promoção e divulgação. A respeito do centro de recepção dos turistas, aproximadamente 48,2% dos entrevistados avaliaram como ótimo ou bom, observando-se que um grande número respondeu não saber avaliar devido à inexistência do equipamento em três áreas, e que a melhor avaliação foi a do Parque Nacional do Iguaçu onde o receptivo de turistas já estava terceirizado (Op. cit.).

No tocante ao atendimento dos funcionários, a avaliação foi positiva em todas as áreas, sendo que 79,8% dos visitantes o consideraram ótimo ou bom, e no Jalapão o maior percentual de entrevistados que não sabiam avaliar, 41,2%, seria resultado da inexistência de funcionários, visto que a área não se encontrava delimitada para visitação. Em relação ao atendimento dos guias ou monitores dos Parques ou atrativos visitados, a avaliação dos entrevistados que fizeram uso dos seus serviços foi considerada positiva, tendo 44,6% dos visitantes o considerado ótimo ou bom, contudo 51,7 dos entrevistados responderam não saber avaliar porque não utilizaram os seus serviços (Op. cit.).

No que se refere à quantidade de equipamentos disponíveis para o aluguel, 77,3% responderam não saber avaliar, explicando-se que ou não existiam equipamentos para aluguel ou os turistas desconheciam a existência deles. Quanto à qualidade dos equipamentos alugados, esta foi avaliada apenas nos casos em que havia a possibilidade dessa locação, sendo que, enquanto 80,2% do total de entrevistados responderam não saber avaliar, nos casos de Fernando de Noronha e Brotas, onde havia tal aluguel, os critérios bom e ótimo alcançaram, respectivamente, 68,6% e 44,2%. Em relação aos sanitários públicos, 42,6% de entrevistados não souberam responder, e observou-se que isto ocorreu porque em algumas áreas pesquisadas este equipamento não existia. Quanto às condições de limpeza e higiene, a avaliação ótima ou boa dos turistas entrevistados totalizou 84,9%, sendo positiva em todas as áreas (Op. cit.).

Por fim, em relação aos preços internos em geral, enquanto 45,6% dos entrevistados os avaliaram como ótimos ou bons, 19,9% avaliaram como ruins ou péssimos, sendo este o aspecto considerado de avaliação mais negativa (Op. cit.)[24]. Chama-se atenção que esse constituía o aspecto considerado de avaliação mais negativa. Isto,

[24] Como foram verificadas em EMBRATUR (2002), entre as suas páginas 129 e 144, diferenças entre alguns números expostos em tabelas e apresentados nas análises elaboradas a partir destas, optou-se, em relação a todos esses quesitos avaliados, por apresentar os resultados totalizados a partir da observação das tabelas.

sobretudo, devido às características do nível de renda apresentado pelos visitantes entrevistados na pesquisa. E ainda devido às diversas afirmações de pesquisadores da questão, sobre a disposição das pessoas em pagar valores mais altos no intuito de colaborar para a preservação das UCs visitadas.

Em relação à atuação das agências de turismo, por fim, somente 10,4% dos visitantes entrevistados participavam de grupos de excursões organizadas por estas. Entretanto, em algumas UCs a visitação através dessas excursões apresentou percentuais mais significativos, como nos Parques Nacionais de Aparados da Serra, com 27,7%; do Iguaçu, com 21,6%; e do Caparaó, com 20,1% (EMBRATUR, 2002).

Tal resultado pode ter sido avaliado, naquele momento, como insatisfatório por aqueles que planejavam o desenvolvimento do turismo. No entanto, ele também poderia significar para estes uma ampla margem de possibilidade de crescimento futuro dessa atividade econômica em áreas apresentadas como naturais. Têm-se exemplos de ações desenvolvidas no sentido de se confirmar tal possibilidade. E nas ações expostas a seguir, como forma de evidenciar, notar-se-ão tanto os seus objetivos explícitos de estimular o desenvolvimento da atividade turística nas UCs, como também o fato de as mesmas constituírem-se esforços realizados por órgãos governamentais.

Em outubro de 2009 o ICMBIO anunciou que as UCs devem se encontrar preparadas para as demandas nacionais e internacionais. E que, assim, estavam sendo realizados por suas equipes, com financiamento da Secretaria de Turismo do Piauí, através de recursos do MTUR, seus parceiros no projeto, os estudos para a elaboração do Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba, que integra, junto aos Parques Nacionais de Jericoacoara (CE) e de Lençóis Maranhenses (MA), a "Rota das Emoções". Esta, se observa, constitui um roteiro turístico vendido pelo EMBRATUR no exterior.

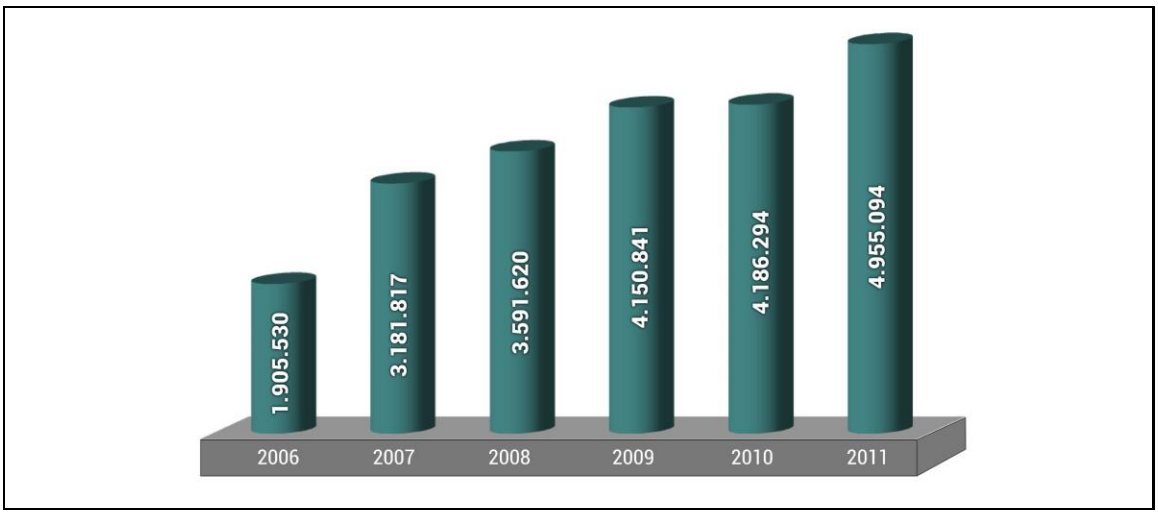
Já em novembro de 2011, o ICMBIO participou da segunda edição do Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade – CONATUS, quando lançou o Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais, desenvolvido por uma consultora contratada, técnicos da Coordenação Geral de Uso Público e Negócios do ICMBIO – CGEUP e a participação de analistas de UCs. Durante a sua realização, também promoveu, em uma programação paralela, palestras e mesas-redondas visando tratar da diversificação de atividades de uso púbico e delegação de serviços de apoio à visitação nas UCs. E ainda realizou a Oficina de Ordenamento de Visitação na Chapada dos Guimarães,

na qual se discutiu sobre as diretrizes para o ordenamento da visitação e a abertura das UCs (ICMBIO, 2011b), sendo afirmado por Ricardo Soavinski, diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, que,

> o interessante destes eventos é a possibilidade de ampliar o escopo de unidades trabalhando o uso público, saindo do grupo restrito de parques que histórica e culturalmente se trabalha. 'Muitas unidades de conservação recebem visitantes, mas se consideravam fechadas à visitação. O objetivo é definir normas claras e oficializar que estas unidades estão abertas avançando no ordenamento e na estruturação da visitação' [...] (Op.cit., s.p.).

Observem-se, desse modo, os resultados apresentados pelo crescimento da visitação às UCs federais nos últimos anos (Figura 02). Nestas UCs, de acordo com o ICMBIO (2012?b), o número de visitantes passou de 1.905.530 no ano de 2006, para 4.955.094 em 2011, o que representa um crescimento de aproximadamente 160,04%, em um período de apenas seis anos.

Figura 02. Total de Visitas nas Unidades de Conservação Federais (2006 – 2011)



Adaptado de: ICMBIO (2012?b)

A consolidação das UCs, de acordo com Medeiros e Young (2011), tende a intensificar o fluxo de visitantes e o impacto econômico da visitação nas suas áreas de influência. Além disso, a visitação ainda pode aumentar os recursos para a manutenção e a gestão das UCs, inclusive servindo para complementar os recursos necessários à manutenção dos serviços de apoio à atividade e o monitoramento dos seus impactos, sendo que a arrecadação desses recursos pode ser realizada através de ingressos e taxas

relacionadas ao uso público, a exemplo de taxas para realização de atividades recreativas, utilização de instalações e equipamentos, venda de alimentos e mercadorias e concessão de serviços.

Entretanto, a análise da visitação pública nas UCs, conforme Medeiros et. al. (2011), demonstra a desproporção entre os recursos empregados na gestão das UCs e os benefícios que elas podem originar. Considerando a tendência de crescimento da visitação às UCs, os investimentos dirigidos a estas nos últimos anos e as perspectivas de investimentos, até mesmo aqueles decorrentes da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016, a visitação nas 310 UCs federais existentes em 2011 têm o potencial de atrair aproximadamente 17,5 milhões de pessoas no ano de 2016. E, garantindo recursos para a manutenção dessas UCs e dinamizando as economias locais, nas regiões onde estão localizadas tais UCs, o impacto econômico estimado em virtude desse turismo é de, aproximadamente, entre R$1,8 bilhão e R$ 2 bilhões. Contudo, para que esse impacto econômico se concretize, fazem-se necessários investimentos na consolidação das UCs.

A despeito de confirmarem-se ou não, no futuro próximo, as estimativas de aumento da atividade turística nas UCs, os números que são apresentados a propósito do crescimento da visitação a estas indicam que nas UCs do SNUC, e porque não em outros "ambientes naturais conservados", há um processo contínuo de crescimento da visitação nos últimos anos. A história recente de muitos lugares, situados tanto no Brasil como em outros países, já comprova que essa ampliação da atividade turística, que por certo não é planejada pelo Estado tendo por objetivo somente a satisfação de interesses verdadeiramente humanos, inevitavelmente deve ser acompanhada de transformações na produção do espaço. E, faz-se necessário notar que, ao passo que são produzidas tais transformações, são observados conflitos de interesses diversos relacionados às mesmas.

4 PARQUES NACIONAIS DO SNUC: TERRITÓRIOS DO ECOTURISMO

Este capítulo tem como objetivo analisar os diferentes aspectos relacionados ao desenvolvimento da atividade turística nos Parques Nacionais do SNUC e em seus entornos, dando mostras dos impactos socio-espaciais que se estabelecem nesses espaços de acumulação como resultado da mercantilização das suas paisagens naturais. Neste sentido, algumas considerações sobre os Parques Nacionais e sobre o ecoturismo nessas UCs são apresentadas neste capítulo, antes da exposição de alguns subsídios que, colocando em evidência as ações e os pontos de vistas que norteiam o desenvolvimento da atividade turística nas mesmas, devem colaborar para se desvendar o processo em tela.

4.1 Considerações Iniciais sobre os Parques Nacionais

Em extensas áreas do Brasil a imperativa proteção de ecossistemas naturais, ou seja, a proteção de muitas espécies da fauna e da flora e a conservação de seus *habitats* ameaçados por diferentes formas de uso da terra, encontra-se subordinada à proteção dos Parques Nacionais do SNUC. De acordo com as informações do ICMBIO (2012h) e do MMA (2012), o país conta com 68 UCs desta categoria, distribuídas por todas as Unidades da Federação, bem como por todos os biomas brasileiros, perfazendo uma área de 25.261.854,32 hectares, ou 252.653 Km² (Figura 3 e Quadro 2).

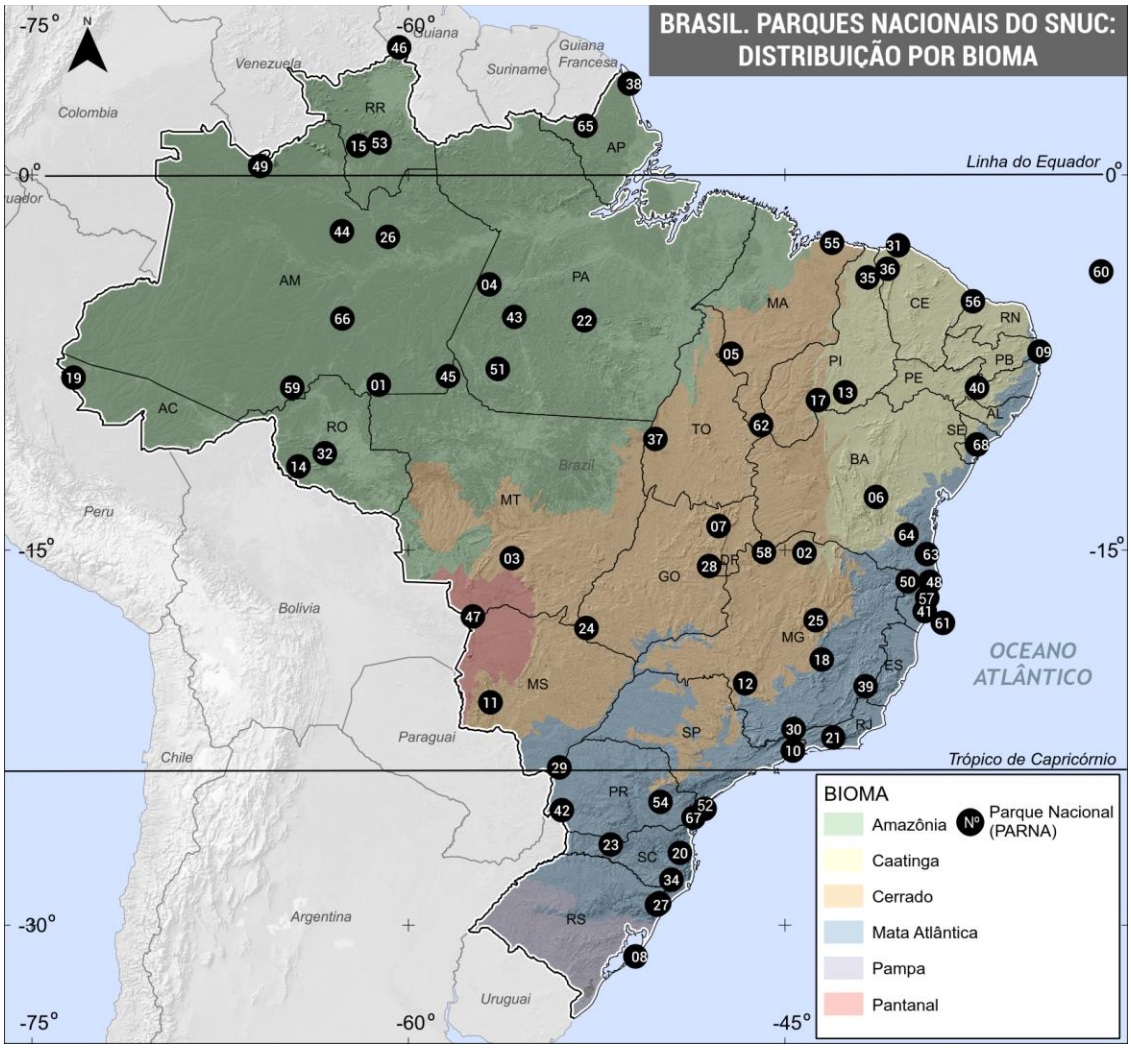
Uma vez que foi estabelecido que nos Parques Nacionais é proibida a ocupação e a exploração direta dos seus recursos naturais e que nas suas zonas de amortecimento o uso dos recursos naturais apresenta restrições, o Estado, através das suas instituições, trabalha no sentido do desenvolvimento do ecoturismo nessas UCs. A justificativa para as suas ações, nessa direção, é que essa atividade econômica pode promover o desenvolvimento sustentável nos Parques Nacionais e nos seus entornos. Seria possível, desse ponto de vista, gerar recursos para essas UCs e emprego e renda para a população das suas imediações, com a proteção da natureza e o crescimento econômico local e regional. Mesmo porque, por vezes é ressaltado, devem ser criadas infraestruturas receptivas para os visitantes dos Parques Nacionais nos municípios localizados nas suas proximidades.

Kinker (2002) observa que, na medida em que se proíbe o acesso à área e aos seus recursos naturais, a criação de um Parque Nacional, ao menos inicialmente, resulta em perda, sobretudo para as populações que residem no seu entorno. Essas populações, excluídas do processo de concepção e administração das UCs, colocam-se como suas inimigas, enquanto

veem o órgão do Estado responsável pelos Parques Nacionais como aquele que as sujeita à opressão. Assim, do seu ponto de vista, cabe ao Poder Público se responsabilizar por projetos com vistas a

> compensar a população local por eventuais perdas econômicas causadas pela criação da área protegida e propor alternativas para as atividades e os recursos aos quais o acesso se tornou proibido, como, por exemplo, a caça da fauna silvestre, a exploração da madeira e a utilização da terra para pastagem ou agricultura de subsistência. A população local não tem que fazer sacrifícios econômicos para proteger uma área destinada a trazer benefícios globais. Portanto, é necessário providenciar compensações ou substitutos que desestimulem a exploração ilegal dos recursos naturais da área (KINKER, 2002, p.46).

Figura 3: Brasil. Parques Nacionais do SNUC: Distribuição por Bioma e Unidades da Federação.



Fonte dos dados: ICMBIO (2012f), IBGE (2005), IBGE (2007), MMA/CNUC (201-?), Natural Earth (201-?), GADM (2012).

Quadro 02: Brasil. Parques Nacionais do SNUC – Informações Gerais (Continua)

Nº	PARQUE NACIONAL	UF	DIPLOMA LEGAL DE CRIAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha)
01	CAMPOS AMAZÔNICOS	RO/MT	Decreto s/nº de 21/06/06, MP 542 de 12/08/11	21/06/2006	961.317,77
02	CAVERNAS DO PERUAÇU	MG	Decreto s/nº de 21/09/99	21/09/1999	56.448,32
03	DA CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	Decreto nº 97.656 de 12/04/89	12/04/1989	32.769,55
04	DA AMAZÔNIA	AM/PA	Decretos nº 73.683 de 19/02/74, nº 90.823 de 18/01/85, s/nº de 13/02/06 e MP nº 542 de 12/08/11	19/02/1974	1.084.895,62
05	DA CHAPADA DAS MESAS	MA	Decretos s/nº de 12/12/05 e s/nº de 31/01/06	12/12/2005	159.951,62
06	DA CHAPADA DIAMANTINA	BA	Decretos nº 91.655 de 17/09/1985	17/09/1985	152.141,87
07	DA CHAPADA DOS VEADEIROS	GO	Decretos nº 49.875 de 11/01/61, nº 70.492 de 11/05/72, nº 86.596 de 17/11/81 e s/nº 27/09/01	11/01/1961	64.795,37
08	DA LAGOA DO PEIXE	RS	Decreto nº 93.546, de 06/11/86	06/11/1986	36.721,71
09	DA RESTINGA DE JURUBATIBA	RJ	Decreto s/nº de 29/04/98	09/04/1998	14.867,28
10	DA SERRA DA BOCAÍNA	RJ/SP	Decretos nº 68.172 de 04/02/71 e nº 70.694 de 08/06/72	04/02/1971	104.044,89
11	DA SERRA DA BODOQUENA	MS	Decreto s/nº de 21/09/00	21/09/2000	77.021,58
12	DA SERRA DA CANASTRA	MG	Decreto nº 70.355 de 03/04/72	03/04/1972	197.809,78
13	DA SERRA DA CAPIVARA	PI	Decreto nº 83.548 de 05/06/79	05/06/1979	91.848,88
14	DA SERRA DA CUTIA	RO	Decreto s/nº de 01/04/01	01/04/2001	283.501,38
15	DA SERRA DA MOCIDADE	AM/RR	Decreto s/nº de 29/04/98	29/04/1998	376.812,61
16	DA SERRA DO PARDO	PA	Decreto s/nº de 17/02/05	17/02/2005	445.407,99
17	DA SERRA DAS CONFUSÕES	PI	Decreto s/nº de 02/10/98	02/10/1998	823.843,08
18	DA SERRA DO CIPÓ	MG	Decretos nº 90.223 de 25/09/84 e nº 94.984 de 30/09/87	25/09/1984	31.639,18
19	DA SERRA DO DIVISOR	AC	Decreto nº 97.839 de 16/06/89	16/06/1989	837.555,19
20	DA SERRA DO ITAJAÍ	SC	Decretos s/nº de 04/06/04 e s/nº de 20/02/06	04/06/2004	57.374,71
21	DA SERRA DOS ÓRGÃOS	RJ	Decretos nº 1.822 de 30/11/39, nº 90.023 de 20/09/84 e s/nº de 13/09/08	30/11/1939	20.020,54
22	DA TIJUCA	RJ	Decretos nº 50.923 de 06/07/61, nº 60.183 de 28/02/67 e nº 70.186 de 23/02/72	06/07/1961	3.958,47

Quadro 02: Brasil. Parques Nacionais do SNUC – Informações Gerais (Continua)

Nº	PARQUE NACIONAL	UF	DIPLOMA LEGAL DE CRIAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha)
23	DA ARAUCÁRIAS	SC	Decreto s/nº de 19/10/05	19/10/2005	12.089,50
24	DAS EMAS	MS/GO	Decretos nº 49.874 de 11/01/61 e nº 70.375 de 06/04/72	11/01/1961	132.642,07
25	DAS SEMPRE-VIVAS	MG	Decreto s/nº de 13/12/02	13/12/2002	124.154,47
26	DE ANAVILHANAS	AM	Decreto nº 86.061 de 02/06/81 e Lei nº 11.799 de 29/10/08	02/06/1981	340.831,53
27	DE APARADOS DA SERRA	SC/RS	Decreto nº 47.446 de 17/12/59 e nº 70.296 de 17/03/72	17/12/1959	13.148,05
28	DE BRASÍLIA	DF	Decreto nº 241 de 29/11/61	29/11/1961	40.398,90
29	DE ILHA GRANDE	PR/MS	Decreto s/nº de 30/09/97	30/09/1997	76.033,12
30	DE ITATIAIA	MG/RJ	Decretos nº 1.713 de 14/06/37 e nº 87.586 de 20/09/82	14/06/1937	28.084,10
31	DE JERICOACOARA	CE	Decreto s/nº de 04/02/02	04/02/2002	8.862,89
32	DE PACAÁS NOVOS	RO	Decreto nº 84.019 de 21/09/79	21/09/1979	708.664,30
33	DE SERRA GERAL	SC/RS	Decreto nº 531 de 20/05/92	20/05/1992	17.301,89
34	DE SÃO JOAQUIM	SC	Decreto nº 50.922 de 06/07/61	06/07/1961	42.774,72
35	DE SETE CIDADES	PI	Decreto nº 50.744 de 08/06/61	05/06/1961	6.303,64
36	DE UBAJARA	CE	Decretos nº 45.954 de 30/04/59, nº 72.144 de 26/04/73 e s/nº de 12/12/02	03/04/1959	6.271,23
37	DO ARAGUAIA	TO	Decretos nº 47.570 de 31/12/59, nº 68.873 de 05/07/71, nº 71.879 01/03/73 e nº 84.844 de 24/06/80	31/12/1959	555.517,83
38	DO CABO ORANGE	AP	Decreto nº 84.913 de 15/07/80	15/07/1980	657.318,06
39	DO CAPARAÓ	ES/MG	Decretos nº 50.646 de 24/05/61 e s/nº de 20/11/97	24/05/1961	31.762,93
40	DO CATIMBAU	PE	Decreto s/nº de 13/12/02	13/12/2002	62.294,14
41	DO DESCOBRIMENTO	BA	Decretos s/nº de 20/04/99 e s/nº de 05/06/12	20/04/1999	22.693,97
42	DO IGUAÇU	PR	Decreto Lei nº 1.035 10/01/39 e Decreto nº 86.676 de 01/12/81	10/01/1939	169.695,88
43	DO JAMANXIM	PA	Decreto s/nº de 13/02/06	13/02/2006	859.797,04
44	DO JAÚ	AM/RR	Decreto nº 85.200 de 24/09/80	24/09/1980	2.367.333,44
45	DO JURUENA	AM/MT	Decreto s/nº de 05/06/06	05/06/2006	1.958.203,56
46	DO MONTE RORAIMA	RR	Decreto nº 97.887 de 28/06/89	28/09/1989	116.747,80

Quadro 02: Brasil. Parques Nacionais do SNUC – Informações Gerais (Fim)

Nº	PARQUE NACIONAL	UF	DIPLOMA LEGAL DE CRIAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	ÁREA (ha)
47	DO PANTANAL MATOGROSSENSE	MS/MT	Decreto nº 86.392 de 24/09/81	24/09/1981	135.606,47
48	DO PAU BRASIL	BA	Decretos s/nº de 20/04/99 e s/nº de 11/06/10	20/04/1999	18.934,30
49	DO PICO DA NEBLINA	AM	Decreto nº 83.550 de 05/06/79	05/06/1979	2.252.616,84
50	DO ALTO CARIRI	BA	Decreto s/nº de 11/06/10	11/06/2010	19.238,02
51	DO RIO NOVO	PA	Decreto s/nº de 13/02/06	13/02/2006	538.151,33
52	DO SUPERAGUI	SP/PR	Decretos nº 97.688 de 25/04/89 e nº 9.513 de 20/11/97	25/04/1989	33.860,36
53	DO VIRUÁ	RR	Decreto s/nº de 29/04/98	29/04/1998	214.948,07
54	DOS CAMPOS GERAIS	PR	Decreto s/nº de 23/03/06	23/03/2006	21.298,91
55	DOS LENÇOIS MARANHENSES	MA	Decreto nº 86.060 de 02/06/81	02/06/1981	156.605,72
56	DA FURNA FEIA	RN	Decreto s/nº de 05/06/12	05/06/2012	8.517,49
57	E HISTÓRICO DO MONTE PASCOAL	BA	Decretos nº 242 de 29/11/61 e nº 3.421 de 20/04/00	29/11/1961	22.331,91
58	GRANDE SERTÃO VEREDAS	BA/MG	Decretos nº 97.658 de 12/04/89 e s/nº de 21/05/04	12/04/1989	230.853,42
59	MAPINGUARI	AM	Decreto s/nº de 05/06/08, Lei nº 12.249 de 11/06/10 e MP 542 de 12/08/11	05/06/2008	1.776.914,18
60	MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA	PE	Decreto nº 96.693 de 14/09/88	14/09/1988	10.927,64
61	MARINHO DOS ABROLHOS	BA	Decreto nº 88.218 de 06/04/83	06/04/1983	87.942,03
62	NASCENTES DO RIO PARNAÍBA	MA/PI/BA	Decreto s/nº de 16/07/02	16/07/2002	724.324,61
63	DA SERRA DAS LONTRAS	BA	Decreto s/nº de 11/06/10	11/06/2010	11.343,69
64	DE BOA NOVA	BA	Decreto s/nº de 11/06/10	11/06/2010	12.065,31
65	MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE	AP	Decreto s/nº de 22/08/02	22/08/2002	3.865.118,53
66	NASCENTES DO LAGO JARI	AM	Decreto s/nº de 08/05/08	08/05/2008	812.745,18
67	SAINT-HILARE/LANGE	PR	Lei nº 10.227 de 23/05/01	23/05/2001	25.118,90
68	SERRA DE ITABAIANA	SE	Decreto s/nº de 15/06/05	15/06/2005	7.998,99

Fonte dos dados: ICMBIO (2012h).

Mas o propósito de pôr em prática o ecoturismo ou promover o seu crescimento nos Parques Nacionais já constitui uma realidade em algumas dessas UCs, de modo que estas foram transformadas em territórios dessa atividade econômica. E, ao tratar os Parques Nacionais como territórios do ecoturismo, é mister observar inicialmente que, a despeito da problemática relativa ao seu uso público, quando a Lei nº 9.985 refere-se a tal categoria de UC, em seu capítulo III, artigo 11, se estabelece:

> O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Ainda é estabelecido, no mesmo capítulo, que nos Parques Nacionais, a visitação pública está sujeita às normas e restrições colocadas no seu Plano de Manejo, bem como às normas instituídas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento. Também é estabelecido que, nessa categoria de UC, a pesquisa científica necessita de autorização do órgão responsável por sua administração e está sujeita às condições e restrições estabelecidas por este e àquelas prognosticadas em regulamento. E, além disso, é estabelecido que as UCs dessa categoria instituídas pelo Estado e Município serão designadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

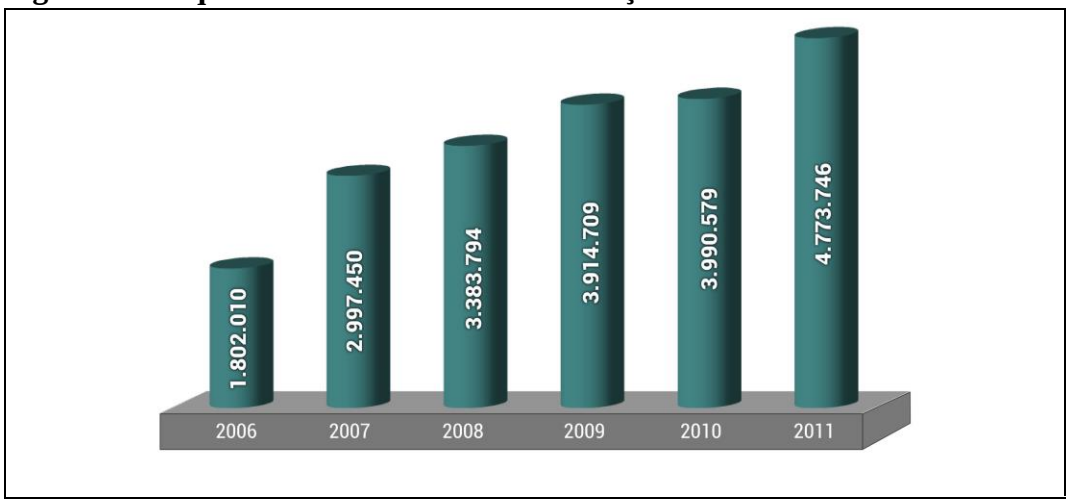
Para o ICMBIO (2012i), registrar o número de visitantes dos Parques Nacionais demonstra a importância destes para a economia local e regional, e, além disso, torna evidente que essas UCs desempenham o seu objetivo de promover o turismo ecológico. E, desse modo, pode-se observar sobre a questão supracitada:

> Os esforços para consolidação da visitação nos últimos anos resultaram em forte tendência de crescimento. Em cinco anos, o número de visitantes registrados cresceu 52%, na comparação de 2011 com 2007. Os números do ano passado superaram a meta estabelecida no planejamento estratégico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), de 10% de crescimento (ICMBIO, 2012i, s.n.).

Na Figura 4 observam-se os dados fornecidos por esse Instituto concernentes à visitação aos Parques Nacionais do SNUC, entre os anos de 2006 e 2011. Com as suas informações, é possível verificar que o crescimento do número de visitantes a essas UCs manteve-se constante no período analisado. Enquanto 1.802.010 pessoas visitaram os Parques Nacionais no ano de 2006, em 2011 o número de visitantes dessas UCs totalizou 4.773.746.

E, desse modo, há razões para o órgão gestor dos Parques Nacionais ter indicado uma tendência de crescimento da visitação a essas UCs para os anos seguintes.

Figura 4: Parques Nacionais do SNUC: visitação entre os anos de 2006 e 2011



Fonte dos dados: ICMBIO (2012b).

Em 2011, segundo o ICMBIO (2012i, 2012?d), o número de visitantes nas UCs federais cresceu 17% em relação a 2010. E os recordes da visitação aos Parques Nacionais mais visitados, ou seja, da Tijuca, com 2.274.498 visitantes, e Iguaçu, com 1.394.187 visitantes, e de outras UCs dessa categoria, apresentaram uma importante participação para esse crescimento.

Naquele ano, alguns Parques Nacionais, como os Parques Nacionais de Ilha Grande e Lençóis Maranhenses, começaram a registrar o número de visitantes. Contudo, outros Parques Nacionais que também apresentam uma visitação expressiva, como os Parques Nacionais da Chapada Diamantina e de Jericoacoara, ainda não realizam esse controle. O número de pessoas que visitam os Parques Nacionais do SNUC, desse modo, pode ser superior aos números apresentados por seu órgão gestor. No entanto, mesmo ante esse fato, são recorrentes as afirmações sobre o baixo número de visitantes dessas UCs. Mesmo porque, entre os 26 Parques Nacionais abertos oficialmente à visitação em 2011, os quais totalizaram nesse ano 4.771.270 visitantes, apenas os Parques Nacionais da Tijuca e do Iguaçu, os quais no mesmo ano receberam juntos 3.668.685 visitantes, concentraram aproximadamente 76,89% do fluxo de visitantes (Quadro 03).

A receita oriunda de atividades relacionadas à visitação em UCs federais encontra-se em 4º lugar no quadro geral de arrecadação do ICMBIO, sendo que a cobrança de ingressos e o repasse de recursos dos serviços concessionados colaboraram com aproximadamente R$ 27 milhões em 2012, o que correspondeu a 37% do total arrecadado.

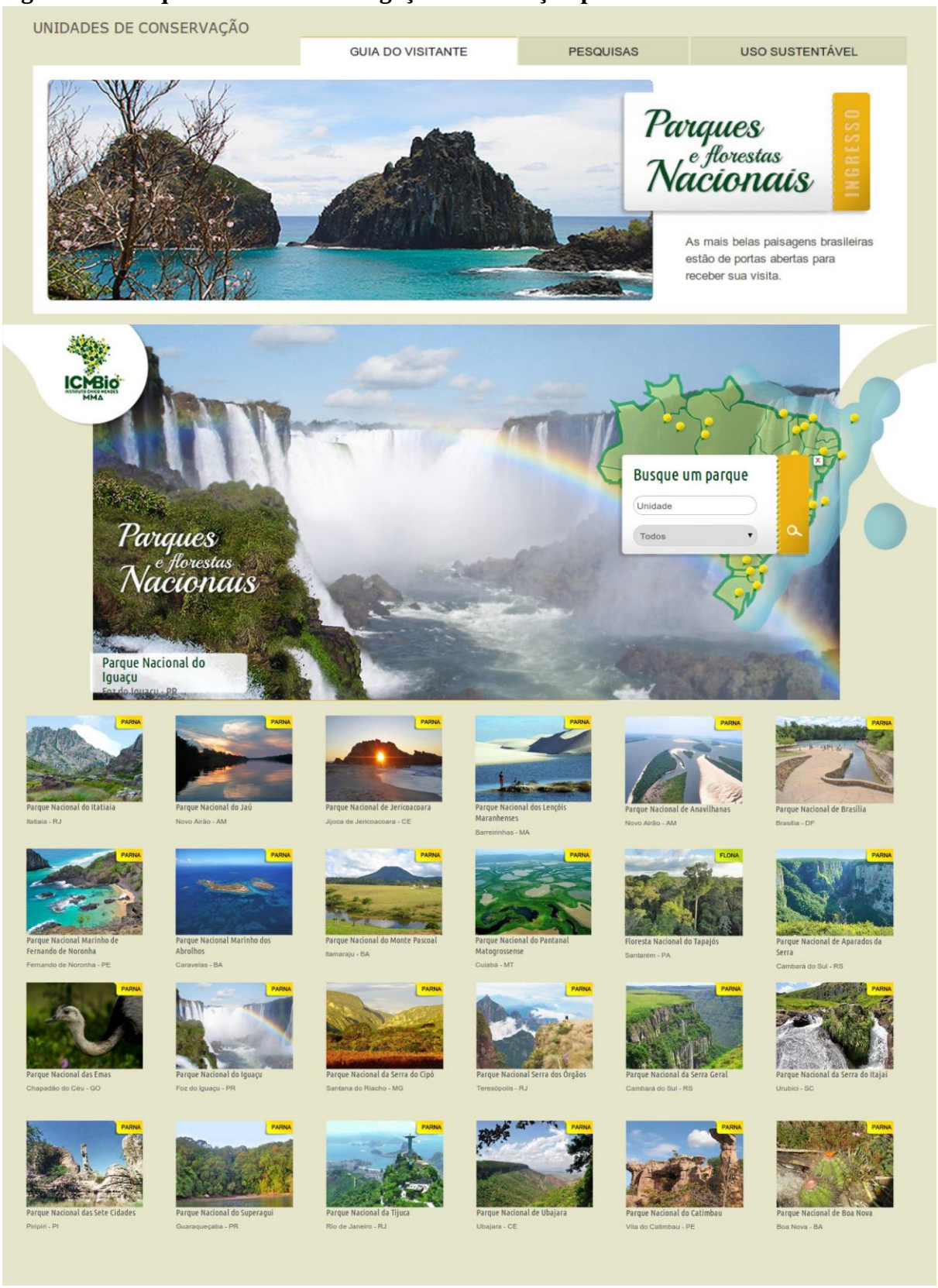
Quadro 03: *Ranking* da visitação aos Parques Nacionais oficialmente abertos em 2011

POSIÇÃO NO RANKING	PARQUE NACIONAL	Nº DE VISITANTES
1º	Parque Nacional da Tijuca	2.274.498
2º	Parque Nacional do Iguaçu	1.394.187
3º	Parque Nacional de Brasília	280.792
4º	Parque Nacional da Serra dos Órgãos	95.568
5º	Parque Nacional da Serra da Bocaina	94.661
6º	Parque Nacional de Ubajara	87.413
7º	Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	77.693
8º	Parque Nacional de Itatiaia	77.686
9º	Parque Nacional de São Joaquim	71.320
10º	Parque Nacional de Aparados da Serra	52.800
11º	Parque Nacional dos Lençois Maranhenses	39.190
12º	Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	36.780
13º	Parque Nacional da Serra da Canastra	35.390
14º	Parque Nacional de Serra Geral	31.612
15º	Parque Nacional de Sete Cidades	29.002
16º	Parque Nacional do Caparaó	28.933
17º	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	20.607
18º	Parque Nacional da Serra do Cipó	14.728
19º	Parque Nacional da Serra da Capivara	14.163
20º	Parque Nacional de Ilha Grande	3.405
21º	Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	4.545
22º	Parque Nacional do Superagui	2.086
23º	Parque Nacional das Emas	1.367
24º	Parque Nacional do Jaú	1.112
25º	Parque Nacional da Amazônia	1.111
26º	Parque Nacional da Serra do Itajaí	621
Total		4.771.270

Fonte dos dados: ICMBIO (2012?d).

Promovendo o crescimento da visitação aos Parques Nacionais, bem como a outras categorias de UCs nas quais a visitação também é permitida, o sítio na internet do ICMBIO traz em destaque um *link* que permite ao internauta ter acesso a informações sobre UCs oficialmente abertas ao público para visitação. Esse *link* sugere, sobretudo, a aquisição do ingresso que permitirá a visita a esses territórios do ecoturismo (Figura 05).

Figura 05: Parques Nacionais: divulgação da visitação pelo ICMBIO



Fonte dos dados: ICMBIO (201-?).

Diante da tendência de crescimento da visitação aos Parques Nacionais, é preciso observar que diversas notícias divulgadas pelo ICMBIO dão mostras de que nessas UCs problemas e conflitos relacionados diretamente ao desenvolvimento da atividade turística são uma realidade, bem como que esses problemas e conflitos são de conhecimento dos seus gestores e, ainda, que são movidas por estes gestores ações relacionadas aos mesmos. O Quadro 04, desse modo, apresenta uma lista dessas notícias.

Quadro 04: Parques Nacionais: notícias que abordam problemas e conflitos relacionados à atividade turística entre 2008 e março de 2013

DATA	NOTÍCIA
24.04.2008	Acidente leva a fechamento do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães
02.02.2009	Fiscais do ICMBio aplicam multa de R$ 1,8 milhão e embargam transatlântico em Fernando de Noronha
25.05.2009	Parque de Foz do Iguaçu estuda proposta para reduzir tráfego de carros no interior da unidade
17.06.2011	ICMBio terá que ser consultado para liberação de cruzeiros em Noronha
10.07.2011	Kitsurfe está proibido em lagoas internas do Parque Nacional de Jericoacoara
14.08.2011	Proibida prática de windsurf no Parque Nacional de Jericoacoara
06.10.2011	Uso de quadriciclos no Parque Nacional Lençóis Maranhenses está sob restrições
16.04.2012	Sinalização de trilha desobriga visitante de contratar guia
28.05.2012	ICMBio diz que interdição de heliponto está "equacionada"
12.07.2012	ICMBio luta para ordenar uso de praia no Parque da Bocaina
17.10.2012	Jericoacoara já planeja operação réveillon
23.10.2012	PM vai reforçar ações de proteção das UC no Maranhão
21.12.2012	Parque da Serra da Bocaina fará operação réveillon
08.01.2013	Jericoacoara encerra operação réveillon 2012/2013
01.03.2013	ICMBio mantém normas para veículos no Parque do Iguaçu
04.03.2013	Abrolhos avalia impacto de mergulho recreativo em corais
OBSERVAÇÃO: A seleção e a análise das notícias listadas teve início com a produção e divulgação destas na segunda metade de 2007, após a criação do ICMBIO, e foi encerrada no final de março de 2013, sendo que este trabalho em grande parte foi inviabilizado entre 23/02/2010 e 16/03/2011 em razão da criação de seu novo sítio na internet e que pode ocorrer a diferença de um dia na data de algumas das notícias listadas.	

Fonte dos dados: ICMBIO (2008-2013).

Mesmo que muitos Parques Nacionais do SNUC sejam pouco visitados, diferentemente da maior parte das UCs mencionadas nas matérias listadas no Quadro 04, é

preciso observar – sobretudo porque são desenvolvidas diversas ações visando aumentar a atividade turística em tais espaços de acumulação – que já existem atrativos naturais nesses Parques Nacionais nos quais se observa uma grande concentração de visitantes.

É um fato corriqueiro a queixa a respeito da falta de condições para realizar o controle da visitação aos Parques Nacionais, sobretudo por parte dos seus gestores e demais trabalhadores. E, ao analisar o processo de transformação dessas UCs em territórios do ecoturismo com a mercantilização das suas paisagens naturais, é preciso atentar para os resultados adversos observados em tantos outros espaços de acumulação a partir do comprometimento das suas condições naturais decorrentes do crescimento da atividade turística, inclusive com prejuízos à própria continuidade da atividade nos mesmos e em seus entornos.

4.2 Um Panorama do Ecoturismo nos Parques Nacionais

Com a imperativa e permanente necessidade de reprodução e expansão do capital, e, por conseguinte, com o domínio do capital sobre todos os aspectos da vida, o lazer, cada vez mais, encontra-se ao alcance do tempo da produção. Neste sentido, em seus momentos de lazer, transformados no decorrer da história em tempo de produção, o homem também deve exercer o seu papel de consumidor e permanecer contribuindo para a valorização do capital. E hoje vê-se multiplicar a produção, em um ritmo jamais observado, de produtos e de lugares para o seu lazer.

Perpetuando neste regime de acumulação flexível o sistema do capital, lhe são oferecidas para o consumo nos momentos que são concedidos ao seu lazer e as suas férias, entre as mais variadas mercadorias produzidas com esse fim, as paisagens naturais dos Parques Nacionais do SNUC. E, diante da realidade observada, não se permitem equívocos quanto à atribuição do Estado no sentido da mercantilização da paisagem natural com o desenvolvimento do ecoturismo nessas UCs, sobretudo por meio de instituições como o ICMBIO, o MMA e o MTUR, sendo afirmado no sítio na internet do ICMBIO, desse modo, que o mesmo se empenha para diversificar as atividades de ecoturismo e de recreação postas à disposição nos Parques Nacionais, bem como nas demais UCs sob sua gestão. E ainda que, continuamente, se busca assegurar melhores condições e estrutura aos “visitantes/turistas” das UCs dessa categoria que se encontram abertas à visitação.

No sentido de oferecer um panorama do ecoturismo nos Parques Nacionais, de modo a colocar em evidência sobretudo as ações e os pontos de vistas que norteiam o

desenvolvimento da atividade turística nos mesmos, foi solicitado as chefias das 68 UCs dessa categoria o preenchimento de um questionário sobre a questão[25]. Do total de 68 questionários enviados aos chefes dos Parques Nacionais foram respondidos 54, o que corresponde a 79,41% do total de questionários enviados[26]. E, na maior parte dos casos, os questionários foram respondidos durante o primeiro semestre do ano de 2013.

Responderam ao questionário os representantes dos seguintes Parques Nacionais: dos Campos Amazônicos, Caverna do Peruaçu, da Chapada dos Guimarães, da Amazônia, da Chapada das Mesas, da Chapada Diamantina, Chapada dos Veadeiros, da Lagoa do Peixe, da Restinga de Jurubatiba, da Serra da Bocaina, da Serra da Bodoquena, da Serra da Canastra, da Serra da Capivara, Serra da Cutia, Serra da Mocidade, da Serra do Pardo, da Serra das Confusões, da Serra do Cipó, Serra do Divisor, da Serra do Itajaí, da Serra dos Órgãos, da Tijuca, das Araucárias, das Sempre-Vivas, Anavilhanas, de Aparados da Serra, de Ilha Grande, do Itatiaia, de Jericoacoara, de Pacaás Novos, da Serra Geral, de São Joaquim, de Ubajara, do Cabo Orange, do Descobrimento, do Iguaçu, do Jaú, do Juruena, do Pico da Neblina, do Alto Cariri, do Rio Novo, do Superagui, dos Campos Gerais, dos Lençóis Maranhenses, e Histórico do Monte Pascoal, Marinho de Fernando de Noronha, Marinho dos Abrolhos, das Nascentes do Rio Parnaíba, da Serra das Lontras, de Boa Nova, Montanhas de Tumucumaque, Nascente do Lago Jari, de Saint-Hilaire /Lange e Serra de Itabaiana (Figura 3 e Quadro 2)[27].

Portanto, os resultados ora apresentados decorrem da análise dos questionários respondidos por representantes de 54 Parques Nacionais. Antes de apresentá-los, porém, é necessário fazer alguns esclarecimentos. Encontra-se no Apêndice A o conjunto de perguntas que formam esse questionário, e no Apêndice B, o nome dos chefes dessas UCs na ocasião da aplicação dos mesmos. Os questionários dos Parques Nacionais foram respondidos por seus

[25] A aplicação do mesmo exigiu a submissão de um projeto de pesquisa no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO, a qual foi efetuada em setembro de 2012 e aprovada no mês subsequente. Esse Projeto de Pesquisa encaminhado ao SISBIO, intitulado "O Desenvolvimento da Atividade Turística nos Parques Nacionais do SNUC", e posteriormente aprovado, sob o número 36278-1, deixou claro que o trabalho de campo propriamente dito seria realizado apenas nos Parques Nacionais do Iguaçu e da Chapada dos Veadeiros, bem como que seria solicitado o preenchimento do questionário em questão a todos os Parques Nacionais. No entanto, atendendo a exigências pertinentes de alguns dos seus gestores, se fez necessário solicitar mais duas autorizações para a pesquisa, as quais foram concedidas.

[26] As informações com os números de telefones e os e-mails de algumas UCs, ao que tudo indica, se acham desatualizadas nos cadastros e em outros materiais divulgados pelo ICMBIO. Assim, não foi possível entrar em contado com uma parte dos Parques Nacionais, que não respondeu ao questionário. Em outros casos o contato com os responsáveis pelas UCs foi realizado, mas a solicitação para responder ao questionário não foi atendida. E ainda foram verificados casos nos quais os responsáveis pelas UCs se encontravam impossibilitados de atender à solicitação de responder ao questionário, devido a mudanças da chefia ou em razão da sua criação recente.

[27] Não responderam ao questionário os representantes dos Parques Nacionais: das Emas, de Brasília, de Sete Cidades, do Araguaia, do Caparaó, do Catinbau, Jamanxim, do Monte Roraima, do Pantanal Matogrossense, do Pau Brasil, do Viruá, da Furna Feia, Grande Sertão Veredas e Mapinguari (Figura 3 e Quadro 2).

chefes, por estes juntamente a outros funcionários das UCs, ou mesmo unicamente por outros funcionários destas[28]. E é pertinente ressaltar que chamou atenção o número relativamente elevado de questionários que, como será observado, não apresentou respostas para algumas questões que o compuseram[29].

Entre esses Parques Nacionais, verificou-se que um total de 33 UCs, o equivalente a 61,11%, possuem Plano de Manejo, ao passo que 21 UCs, ou 38,89%, não possuem. Entretanto, o representante do Parque Nacional da Serra da Bodoquena informou que o Plano de Manejo da UC está finalizado, porém este ainda não foi publicado. E o representante do Parque Nacional da Serra da Capivara, por sua vez, informou que, como o Plano de Manejo da UC, elaborado em 1994, não foi aprovado, a UC dispõe somente de um Plano de Ação Emergencial.

Os Planos de Manejo dessas 33 UCs estabelecem, de forma geral, que a visitação deve ser realizada de modo a não prejudicar os seus ecossistemas naturais. Neste sentido, os referidos documentos de alguns Parques Nacionais trazem uma ordenação da visitação, por exemplo, com a definição das atividades permitidas aos visitantes e os locais onde estas podem ser realizadas, ou explicam que o uso público deve ser tratado em um documento a ser elaborado. A depender da UC, também se abordam, a propósito da visitação, em seus Planos de Manejo, entre outras, as questões a seguir: a falta tanto de estrutura física, como de pessoal, para que a visitação seja realizada sem prejuízos à conservação dos ecossistemas; a preocupação com o surgimento de novas demandas para os gestores em razão do crescimento da visitação; a necessidade da terceirização dos serviços de atendimento aos visitantes; o condicionamento da abertura de áreas a visitação à regularização fundiária das mesmas; a redução das ameaças e pressões sobre as UCs, a partir da assimilação da importância da conservação da natureza, propiciada pela visitação; a importância da participação das comunidades locais nas atividades relacionadas ao uso público; e a indicação da atividade turística como a base do desenvolvimento local.

As afirmações a seguir apresentadas, acerca do que é estabelecido nos Planos de Manejo sobre a visitação ou atividade turística, são de representantes de diferentes UCs dessa categoria.

---

[28] O questionário do Parque Nacional da Amazônia, por sua vez, foi respondido por Maria Lucia Carvalho. Quando esta respondeu ao questionário, em 14 de agosto 2013, havia deixado a UC, da qual foi chefe por quatro anos, há aproximadamente um ano. Na ocasião ela solicitou que as suas respostas fossem encaminhadas para o novo chefe do Parque Nacional, no intuito de serem avaliadas e complementadas. O encaminhamento foi realizado por e-mail, após contato por telefone, todavia não foi obtida nenhuma resposta.

[29] As informações a respeito do Parque Nacional Serra da Cutia foram prestadas de forma breve, apenas observando-se que a resposta é negativa para todas as perguntas do questionário.

> O Plano de Manejo do Parque (2009) contempla a VISITAÇÃO de forma muito incipiente, relacionando apenas as áreas próximas à cidade de Campo Novo como atrativas ao Uso Público. De certa forma isso é compreensível, porque quando da sua elaboração houve muita interferência de ONGs e de alguns segmentos da Funai contrários a essa atividade no Parque. Mas essa é uma das UCs mais interessantes da Amazônia, com uma enorme variedade de paisagens, carecendo apenas de mais percepção e vontade política por parte das entidades envolvidas. Por isso mesmo, o Uso Público está limitado a alunos de escolas do município onde está sua sede e outros visitantes e convidados esporádicos (Gestor do Parque Nacional de Pacaás Novos).

> O PM estabelece que a visitação é permitida e deve ser estimulada. Ele estabelece também inúmeras atividades para a ampliação e qualificação da estrutura de visitação na unidade e diversas outras atividades visando à melhoria da qualidade e da experiência da visitação pública. A visitação acontece nas três sedes [...], bem como em áreas com acesso difuso ao longo do perímetro da unidade (Representante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos).

A primeira afirmação é referente ao Parque Nacional de Pacaás Novos, o qual recebeu 820 visitantes entre os anos de 2009 e 2011, sendo estes os únicos anos com o número de visitantes informados. Já a segunda afirmação se refere ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o qual recebeu 354.512 visitantes no mesmo período. No entanto, apesar das diferenças apresentadas pela visitação dessas UCs, as quais, evidentemente, não se restringem a esses números, e a despeito de ser sabido que a visitação gera novas demandas para os gestores das UCs, as duas afirmações expõem que nesses Parques Nacionais o crescimento da visitação é almejado.

De acordo com os seus representantes, 33 Parques Nacionais, o que corresponde a 61,11%, estão oficialmente abertos à visitação, enquanto existem 19 UCs, o que equivale a 35,19%, que não se encontram abertas à visitação pública. Além disso, os representantes de outros dois Parques Nacionais, o que corresponde a 3,70% destes, não informaram a situação deles em relação a esta questão.

Quanto a esta questão, foi observado que o Parque Nacional da Serra do Pardo não possui Plano de Manejo nem Plano de Uso Público, e que, desse modo, ainda não está aberto à visitação pública.[30] Também foi explicado que, em virtude do difícil acesso ao

[30] Esta observação, inclusive, fez com que o Parque Nacional da Serra do Pardo fosse considerado uma das UCs que responderam não à terceira pergunta do questionário (O Parna está oficialmente aberto para visitação?), mesmo tendo sido deixado em branco o espaço para a sua resposta. Algo que também aconteceu com as observações de representantes de outros Parques Nacionais em relação a outras questões. A chefe do referido Parque Nacional, observando que a UC não possui Plano de Manejo, nem Plano de Uso Público e que ainda não está aberta ao turismo, também esclareceu que o que foi preenchido no questionário foram esses dados, em razão de não ser possível responder às demais questões que versam exclusivamente sobre turismo e uso publico. É pertinente, usando como exemplo este caso, no entanto, esclarecer que qualquer pergunta deixada sem resposta

Parque Nacional Serra da Cutia, este não se encontra aberto à visitação e ao turismo. Já sobre o Parque Nacional dos Campos Amazônicos, a exemplo de outras UCs, foi esclarecido que, de acordo com informações da Diretoria de Uso Público do ICMBIO, está aberto à visitação todos os Parques Nacionais, assim como outras categorias de UCs que tenham entre os seus objetivos o turismo. Conforme o representante do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, o ICMBIO não trabalha mais com a situação hipotética de Parque Nacional aberto ou fechado oficialmente, e sim, lida com a situação real da presença ou não de visitantes nos mesmos e a elaboração, na ausência do Plano de Manejo, de portarias de ordenamento da visitação, como forma de minimizar os seus impactos e proteger os recursos ambientais da UC. Sobre o Parque Nacional do Pico da Neblina, foi explicado que essa UC se encontra sobreposta a quatro terras indígenas e está fechada para visitação, tendo sido exposto um breve histórico, que se encontra transcrito a seguir, dos fatos que levaram a essa situação:

> Em dezembro de 2002, após denúncia feita ao MPF, por uma antropóloga que estava realizando estudos na região de Maturacá, tramitação e análise do processo nº 1.13.000.000.686/2003-86, o Ministério Público Federal recomendou que o Parque fosse fechado para a visitação devido à presença de turistas e à falta de regras de comportamento dentro de um Parque que possui população indígena residente, pois o mesmo é sobreposto a quatro Terras Indígenas. Em agosto de 2003 o Ministério Público Federal reafirmou a necessidade de manter o Parque Nacional do Pico da Neblina fechado até que fosse elaborado o Plano de Manejo da unidade, bem como da necessidade da elaboração de um Estudo de Impacto quanto ao impacto da atividade turística para a cultura *yanomami*. A partir de 2009 o ICMBio vem reunindo os atores envolvidos no processo que são os *Yanomami* através de suas lideranças e associação AYRCA, FUNAI para que o Parque possa ser reaberto de forma ordenada e através de uma portaria. O MPF fez uma visita às comunidades envolvidas para elaborar um laudo antropológico e fazer suas recomendações (Gestor do Parque Nacional do Pico da Neblina).

Ainda a propósito dessa UC, foi esclarecido que, embora, provavelmente, a visitação já ocorresse antes, segundo registro de autorizações arquivadas em sua sede, as visitas turísticas, direcionadas na maior parte ao cume do Pico da Neblina, ocorrem desde 1988. E com o seu fechamento em 2002, mesmo sem a autorização dos seus órgãos gestores, o ICMBIO e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, as visitas continuam a ocorrer.

---

nos questionários dos 54 Parques Nacionais que contribuíram para essa pesquisa, bem como sem uma observação expressa quanto ao que é indagado, foi computada, como deve ser para fins estatísticos, como uma questão não respondida.

Cabe observar que o número de Parques Nacionais que recebem visitantes é superior ao número das UCs sobre as quais foi declarado, por seus representantes, estarem abertas oficialmente à visitação.

São 44 os Parques Nacionais, o que equivale a 81,49, que recebem visitantes, ao passo que somente nove UCs, o equivalente a 16,66, não recebem visitantes. Além destas, o representante de apenas um Parque Nacional, o que corresponde a 1,85%, não respondeu a essa questão. No entanto, somente 29 Parques Nacionais, o que equivale a 53,70%, realizam o controle de visitação, enquanto 21 UCs, ou 38,90, não realizam esse controle. Além destas, os representantes de quatro UCs não responderam à questão, o que corresponde a 7,40% das mesmas. Esclarece-se a respeito do Parque Nacional do Cabo Orange que nele é realizado o controle da visitação relacionada ao Projeto Tartaruga Imbricata.

A despeito do número de Parques Nacionais que realizam o controle de visitação, apenas 22 Parques Nacionais tiveram os números da sua visitação entre os anos 2000 e 2011 apresentados por seus representantes nos questionários. Verificou-se neste período, em que o número total de visitantes das referidas UCs passou de 1.592.723 para 4.213.930, um incremento no número de visitantes na ordem de 264,6%. E quanto aos números da visitação aos Parques Nacionais, informados por seus representantes nos questionários e apresentados na Tabela 05, foram prestados os esclarecimentos que se seguem.

Com relação aos números da visitação em anos específicos: o número de visitantes do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, no ano de 2001, refere-se apenas ao período de janeiro a junho; o número dos visitantes do Parque Nacional da Serra da Capivara, no ano de 2002, refere-se somente ao período de agosto a dezembro; e o número de visitantesdo Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no ano de 2011, foi bem inferior aos anos anteriores, em decorrência das fortes chuvas em períodos de grande visitação.

Sobre o controle da visitação: o controle da visitação ao Parque Nacional do Superagui é realizado através da estimativa de entrada-ocupação das pousadas da comunidade da Barra do Superagui; no Parque Nacional de Ilha Grande o controle total da visitação jamais será possível porque a UC é formada por um arquipélago com mais de 180 ilhas. O controle que existe é precário e é realizado por parceiros, a exemplo da Secretaria de Turismo de Guairá, no Paraná, que faz um controle dos visitantes que passam pelo município e permite o controle parcial da entrada pelo mesmo; o número da visitação ao Parque Nacional de São Joaquim em 2009 foi estimado a partir da amostragem realizada aos finais de semana e feriados no Morro da Igreja, o qual apresenta a maior visitação da UC, mas nos meses de junho, julho e agosto desse ano o número de visitantes não foi corretamente mensurado, em

Tabela 05 – Totais anuais de visitantes por Parque Nacional (2000 – 2011)

PARNA/ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Chapada dos Veadeiros	10.125	5.502	20.380	24.598	19.677	14.589	17.441	20.173	17.407	23.104	20.617	20.518
da Serra da Bocaina	8.454	8.672	6.232	6.728	5.838	3.876	4.274	5.151	3.479	3.820	3.525	3.004
da Serra da Canastra	19.507	25.129	28.805	33.128	25.173	22.153	32.585	41.430	35.763	41.741	43.090	34.821
da Serra da Capivara	7.389	5.174	1.383	3.903	7.107	7.350	9.505	9.256	8.464	13.504	15.742	18.286
da Serra do Cipó	-	-	11.918	14.691	13.020	13.011	14.961	14.263	13.873	-	-	-
Serra do Divisor	-	-	12	98	90	59	89	74	44	53	69	109
da Serra do Itajaí	-	-	968	2.394	2.126	2.535	4.322	5.856	2.463	-	-	621
da Serra dos Órgãos	38.519	51.818	54.106	59.897	46.821	74.463	97.333	113.122	79.735	123.419	132.140	98.953
da Tijuca	555.895	608.525	497.838	415.537	-	443.558	301.421	764.388	1.285.882	1.913.617	1.696.210	2.274.498
de Aparados da Serra	30.600	32.085	37.844	56.478	56.311	58.879	55.701	54.984	60.434	62.612	62.535	65.505
de Ilha Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.745
do Itatiaia	96.963	128.223	119.729	125.678	132.082	78.004	79.458	72.703	85.017	100.454	84.140	77.700
de Pacaás Novos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250	220	350
da Serra Geral	-	-	-	-	31.112	31.944	29.286	29.234	32.605	34.283	31.777	31.612
de São Joaquim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.579	66.309	71.320
de Ubajara	44.757	43.076	41.777	48.297	47.852	42.089	51.440	43.796	72.310	78.214	96.667	87.616
do Descobrimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	48
do Iguaçu	767.157	735.775	645.832	764.709	980.937	1.084.239	954.039	1.055.433	1.154.046	1.070.072	1.265.765	1.394.187
do Jaú	672	234	508	594	372	551	536	410	216	369	490	216
do Superagui	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.328	2.080
Marinho dos Abrolhos	12.685	12.788	8.879	8.626	8.747	7.594	5.449	4.733	4.465	4.276	3.133	3.661
Serra de Itabaiana	-	-	-	-	-	-	19.995	20.080	12.710	28.101	26.683	25.080
Total	1.592.723	1.657.001	1.476.211	1.565.356	1.377.265	1.884.894	1.677.835	2.255.086	2.868.913	3.569.468	3.552.475	4.213.930

Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012-2013.

virtude do desmoronamento da estrada de acesso ao local; o número de visitantes do Parque Nacional do Jaú, no ano de 2000, o qual se encontra registrado no seu Plano de Uso Público, além dos turistas, inclui outros visitantes, a exemplo de pesquisadores e prestadores de serviços públicos. Quanto aos anos de 2001 e 2002 esse número foi baseado nos dados do Núcleo de Unidades de Conservação (NUC/IBAMA/AM), a partir de 2003, porém os números da visitação baseiam-se nos levantamentos anuais da UC; e quanto aos números do Parque Nacional da Serra da Bocaina, esses são referentes apenas à visitação da sua parte alta, todavia é a sua parte baixa que recebe a maior visitação. A estimativa é de um total de 200 mil visitantes ao ano, uma vez que, em um único feriado prolongado, chegam a ser contadas aproximadamente 20 mil pessoas na sua parte baixa.

A propósito dos números de visitantes pagantes e não pagantes: os números da visitação ao Parque Nacional da Serra da Canastra foram fornecidos especificando-se dados de pagantes e não pagantes a partir de 2007, ano no qual teve início o controle dos visitantes isentos, e foi explicado que em 2007 foram 38.827 pagantes e 2.603 isentos, em 2008 foram 32.824 pagantes e 2.939 isentos, em 2009 foram 39.901 pagantes e 1.840 isentos, em 2010 foram 33.848 pagantes e 4.242 isentos e em 2011 foram 29.085 pagantes e 5736 isentos; e os dados da visitação ao Parque Nacional de Aparados da Serra a partir de 2004 também especificaram os números de visitantes pagantes e não pagantes, sendo que em 2004 foram 48.503 pagantes e 7.808 isentos, em 2005 foram 49.970 pagantes e 8.909 isentos, em 2006 foram 47.676 pagantes e 8.025 isentos, em 2007 foram 46.318 pagantes e 8.666 isentos, em 2008 foram 51.004 pagantes e 9.430 isentos, em 2009 foram 54.098 pagantes e 8.514 isentos, em 2010 foram 52.622 pagantes e 9.913 isentos, e em 2011 foram 52.800 pagantes e 12.705 isentos. A tabela, contudo, apresenta a soma dos seus visitantes pagantes e isentos.

Sobre os números da visitação complementados por dados do ano de 2012 e por dados parciais de 2013: em 2012 o Parque Nacional da Tijuca recebeu 2.536.549 visitantes, o Parque Nacional do Itatiaia recebeu 96.039 visitantes e o Parque Nacional do Descobrimento recebeu 64 visitantes; até outubro de 2012 o Parque Nacional de São Joaquim recebeu 94.223 visitantes e o Parque Nacional do Superagui recebeu 4.258 visitantes; em 2012 o Parque Nacional de Aparados da Serra recebeu 89.492 visitantes (sendo 72.274 pagantes e 17.218 não pagantes) e até julho de 2013 recebeu 57.192 visitantes (sendo 45.739 pagantes e 11.453 não pagantes), enquanto em 2012 o Parque Nacional da Serra Geral recebeu 49.913 visitantes e até julho de 2013 recebeu 33.026 visitantes.

Por fim, quanto aos números da visitação nas UCs relacionadas na Tabela 5 foi esclarecido por seus representantes: os números da visitação ao Parque Nacional da Tijuca

após o ano de 2007 são mais confiáveis, com relação aos dados dos anos anteriores, em decorrência dos desdobramentos da operação Euterpe realizada pela Polícia Federal, que desmontou um esquema de desvio de recursos provenientes da visitação do Corcovado; e os principais motivos da queda da visitação ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, conforme os atuais operadores da atividade, estão relacionados à dificuldade de acesso ao município de Caravelas, distante de grandes centros urbanos, a falta de infraestrutura desse município, cujo aeroporto está interditado há alguns anos – estando o aeroporto mais próximo, a cerca de 270 km, no município de Porto Seguro, que, além de distante, possui poucas opções de transporte para Caravelas – e a imagem negativa da qualidade dos passeios de bate-volta, que no passado eram oferecidos por um grande número de operadores.

Os dados oferecidos nos questionários sobre os números da visitação aos Parques Nacionais a seguir, por sua vez, não constam da Tabela 5, em virtude de serem referentes somente a um período que não faz parte da mesma. O Parque Nacional da Amazônia realiza o controle da visitação, ou realizava até meados do ano 2012, sendo de 500 pessoas o número médio anual de seus visitantes. Por sua vez, somente em 2012 o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba foi aberto à visitação, tendo recebido nesse ano 7.165 visitantes. E o controle da visitação no Parque Nacional de Boa Nova também teve início no ano de 2012, quando a UC recebeu 638 visitantes.

É necessário salientar que, entre os Parques Nacionais sobre os quais foi afirmado no questionário da pesquisa que neles é realizado o controle da visitação, cinco UCs não declararam o número dos seus visitantes. Entre elas estão: o Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha e o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, os quais estão entre os Parques Nacionais mais visitados do país (Quadro 03); o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, a respeito do qual foi afirmado que se encontra em fase de implantação da área de uso público; o Parque Nacional do Juruena, sobre o qual foi observado que duas vezes ao ano, desde 2008, a National Outdoor Leadership School desenvolve atividades sobretudo de técnicas de canoagem com grupos de cerca de 10 alunos; e ainda o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, a respeito do qual foi esclarecido que em setembro de 2012, na comemoração de seus 10 anos de criação, a UC recebeu o primeiro grupo de visitantes.

Tendo realizado ou não o controle da visitação, como características que se destacam na atividade turística desenvolvida nos Parques Nacionais, foi assinalada por seus representantes a presença de visitantes locais por 34 UCs, o que corresponde a 62,96%; a presença de visitantes de outros estados por 29 UCs, ou por 53,70%; a presença de visitante de outros países por 24 UCs, o que equivale a 44,44%; a presença de visitação sem

acompanhamento de condutores ou guias por 26 UCs, ou por 48,15%; o trabalho de guias autônomos por 15 UCs, o que corresponde a 27,77%; o trabalho de condutores treinados para atuar no Parque Nacional por 18 UCs, ou por 33,33%; o trabalho de guias vinculados a empresas por 15 UCs, o que equivale a 27,77%; a atuação de empresas turísticas locais por 25 UCs, ou por 46,29%; a atuação de empresas turísticas de outros estados por 07 UCs, o que corresponde a 12,96%; bem como a atuação de empresas turísticas de outros países por seis UCs, ou por 11,11% (Tabela 06).

Tabela 06: Características da atividade turística realizada nos Parques Nacionais

CARACTERÍSTICAS	Nº	%
Presença de visitantes locais	34	62,96
Presença de visitantes de outros estados	29	53,70
Presença de visitante de outros países	24	44,44
Presença de visitação sem acompanhamento de condutores ou guias	26	48,15
Trabalho de guias autônomos	15	27,77
Trabalho de condutores treinados para atuar no Parna	18	33,33
Trabalho de guias vinculados a empresas	15	27,77
Atuação de empresas turísticas locais	25	46,29
Atuação de empresas turísticas de outros estados	07	12,96
Atuação de empresas turísticas de outros países	06	11,11

Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012-2013.

Ainda a propósito das características que se destacam na atividade turística das UCs que participaram da pesquisa, foram feitas as seguintes observações: no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque a visitação, incipiente e não regular, ocorre com o acompanhamento de representantes da equipe gestora ou de colaboradores da UC; por constituir um Patrimônio Cultural da Humanidade na visitação ao Parque Nacional da Serra da Capivara é obrigatório o acompanhamento de condutor credenciado; no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães apenas um atrativo aberto à visitação pode ser visitado de forma autoguiada, nos demais atrativos é necessária a contratação de guia/condutor, mas está prevista a abertura de outros atrativos autoguiados a partir da cobrança de entrada na UC; no Parque Nacional Serra das Confusões esses condutores são oriundos da região, integram uma associação e não fizeram cursos específicos para exercer a atividade; no Parque Nacional do Juruena a visitação ocorre mediante solicitação, que deve ser autorizada, e o interessado deve apresentar um plano de atividades para análise da adequação das mesmas aos objetivos da UC; no Parque Nacional do Cabo Orange a comunidade de Cunani recebe visitantes locais, e

com o Projeto Tartaruga Imbricata, a UC recebeu, por intermédio de uma empresa da Guiana Francesa, visitantes estrangeiros, principalmente franceses; os itens assinalados como características que se destacam na atividade turística do Parque Nacional do Pico da Neblina referiram-se aos atributos observados quando o mesmo estava aberto à visitação, antes de 2002; no Parque Nacional Serra da Mocidade não há atividade turística, mas no seu entorno ocorre a pesca esportiva, que é praticada por turistas brasileiros e estrangeiros.

Nos Parques Nacionais, segundo os seus representantes, as modalidades de turismo praticadas com maior frequência são o ecoturismo em 27 UCs, ou em 50%; o turismo ecológico em 24 UCs, ou em 44,44%; o turismo convencional em 15 UCs, ou em 27,78%, e o turismo de aventura em 13 UCs, ou em 24,07%. Além dessas modalidades de turismo, ainda foram citadas outras modalidades da atividade em 12 UCs, ou em 22,22% (Tabela 07). Estas outras modalidades correspondem ao turismo de base comunitária, turismo religioso, turismo de sol e praia, turismo gastronômico e cultural, além da competição de maratona e da prática de *Kitesurf*, *Windsurf*, *mountain bike*, observação de aves e mergulho em cavernas.

Tabela 07: Modalidades de turismo e frequência de prática nos Parques Nacionais

MODALIDADE	Nº	%
Ecoturismo	27	50,00
Turismo ecológico	24	44,44
Turismo convencional	15	27,78
Turismo de aventura	13	24,07
Outros	12	22,22

Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012-2013.

Seja ou não o ecoturismo a modalidade de turismo desenvolvida nos Parques Nacionais, as atividades praticadas com maior frequência pelos visitantes dos mesmos, de acordo com os seus representantes, são a observação da natureza em 41 UCs, ou em 75,92%; as caminhadas em trilhas em 39 UCs, ou em 72,22%, e os banhos de rios, poços ou cachoeiras em 32 UCs, ou em 59,26% (Tabela 08). E, além das atividades listadas na Tabela 08, ainda foram citadas entre as outras atividades praticadas por visitantes de 14 Parques Nacionais, o que corresponde a 26,92% UCs, o canionismo, a pesca esportiva, a fotografia, as trilhas aquáticas, os esportes náuticos, o *slackline* (esporte de equilíbrio sobre fita elástica), o sobrevoo de hidroavião, o passeio de bugre por praias e de barco por canal histórico, bem como a observação de sítios arqueológicos e da fauna (botos, jacarés, aves etc.).

Tabela 08: Atividades praticadas pelos visitantes dos Parques Nacionais

ATIVIDADE	Nº	%
Observação da natureza	41	75,92
Caminhadas em trilhas	39	72,22
Banhos em rios, poços ou cachoeiras	32	59,26
Ciclismo	16	29,62
Caminhadas em trilhas com pernoite	09	16,66
Escaladas	08	14,81
Rapel	07	12,96
Exploração de cavernas	07	12,96
Cavalgada	04	7,40
Canoagem	03	5,55
Rafting	03	5,55
Flutuação	03	5,55
Mergulho com uso de máscara e *snorkel*	03	5,55
Mergulho com uso de cilindro de ar	03	5,55
Arvorismo	01	1,85
Tirolesa	01	1,85
Boia *cross*	01	1,85
Voo livre (parapente ou asa delta)	01	1,85
Balonismo	-	-
Outros	14	26,92

Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012-2013.

Para que seja possível a realização nos Parques Nacionais, das atividades listadas na Tabela 08, por parte dos seus visitantes, é requerida a criação de um conjunto de equipamentos turísticos nos mesmos. E, desse modo, são observados nessas UCs equipamentos voltados aos seus visitantes. Entre esses equipamentos, se observam: estacionamento em 19 UCs, o que corresponde a 35,18%; mirante em 18 UCs, ou em 33,33%; trilha sinalizada em 15 UCs, o que equivale a 27,77%; centro de visitantes em 13 UCs, ou em 24,07%; bilheteria em 10 UCs, o que corresponde a 18,52%; lanchonete em oito UCs, ou em 14,81%; abrigo para pernoite de visitantes em sete UCs, o que equivale a 12,96%; restaurante em seis UCs, ou em 11,11%; pousada em seis UCs, o que corresponde a 11,11%; *camping* em seis UCs, ou em 11,11%; loja de conveniências em quatro UCs, o que equivale a 7,40%; e hotel em três UCs, ou em 5,55% (Tabela 09).

Quanto aos equipamentos voltados aos visitantes dos Parques Nacionais foram feitas diversas observações por parte dos representantes dos mesmos, cabendo apresentá-las.

Tabela 09: Disponibilidade de equipamentos para os visitantes nos Parques Nacionais

EQUIPAMENTOS	Nº	%
Estacionamento	19	35,18
Mirante	18	33,33
Trilha sinalizada	15	27,77
Centro de visitantes	13	24,07
Bilheteria	10	18,52
Lanchonete	08	14,81
Abrigo para pernoite de visitantes	07	12,96
Restaurante	06	11,11
Pousada	06	11,11
Camping	06	11,11
Loja de conveniências	04	7,40
Hotel	03	5,55
Outros	09	16,66

Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012-2013.

Além de algumas das estruturas antes citadas, o Parque Nacional da Serra da Capivara também apresenta 173 sítios arqueológicos preparados para visitação, sendo possível a visitação noturna no Boqueirão da Pedra Furada, que conta com iluminação. Já o Parque Nacional do Itatiaia também conta com auditório, biblioteca, sítios históricos e alojamentos. O Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha, por sua vez, também oferece trilha suspensa. Enquanto isto, o Parque Nacional do Iguaçu também possui sistema de transporte. E o Parque Nacional da Serra Geral também tem guarita de controle com vigilante.

Em 2013 deviam ser implantadas trilhas sinalizadas e um centro de informações ao visitante no Parque Nacional de Boa Nova. Enquanto no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba a construção de duas estruturas deviam contribuir para a consolidação do seu uso público: o centro de visitantes que estava sendo construído em Macaé, com recursos da Petrobras e apoio do Ministério Público Federal no valor de aproximadamente quinze milhões de reais, e um mirante em Quissamã, cuja construção, com recursos de compensação ambiental estadual no valor de cerca de um milhão e meio de reais, estava prevista para o referido ano.

No Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange não existem estruturas físicas de apoio à visitação, sendo que a sinalização de trilhas começa a ser efetuada por sua equipe, por meio da Câmara Técnica de Montanhismo e Visitação, com apoio de instituições parceiras. Já no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque o abrigo para pernoite de visitantes existe

sob forma de acampamento rústico, e encontra-se em fase de instalação e ampliação uma trilha sinalizada.

Os equipamentos que servem aos visitantes no Parque Nacional dos Campos Amazônicos são as bases avançadas das pousadas do seu entorno e as trilhas não sinalizadas, criadas antes da UC. No Parque Nacional da Chapada das Mesas não há estruturas voltadas para a visitação, sendo esta realizada, de forma precária, pelos proprietários das terras nas quais estão os atrativos procurados. Já o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu possui apenas a sede administrativa.

A presença nos Parques Nacionais de alguns dos equipamentos turísticos listados na Tabela 09 é, por sua vez, uma exigência para que se proceda à cobrança de ingressos aos seus visitantes, tendo sido verificado que, enquanto em 11 Parques Nacionais, o que corresponde a 20,38%, há cobrança de ingressos para os seus visitantes, em 37 UCs, o que equivale a 68,51%, essa cobrança de ingressos não ocorre. Todavia, os representantes de seis Parques Nacionais, ou 11,11%, não responderam a esta questão.

Nas UCs a seguir não são cobrados ingressos para a visitação, mas os seus representantes fizeram algumas observações a respeito da questão. No Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba ocorre a cobrança de ingresso, no valor de R$ 5,50, apenas para os visitantes que fazem os passeios de bugre ou carro tracionado e de barco, os quais podem ser particulares ou de propriedade de prestadores de serviços. Enquanto isto, no Parque Nacional dos Campos Gerais os visitantes pagam apenas pela entrada em alguns dos seus atrativos aos proprietários da área na qual os mesmos estão localizados. Quanto ao Parque Nacional de Ubajara, embora tenha sido respondido no questionário que neste é cobrado ingresso para os visitantes, também é observado que a entrada no mesmo é gratuita, sendo explicado que a Cooperativa de Trabalho, Assistência ao Turismo e Prestação de Serviços Gerais cobra uma taxa de R$ 5,00 por pessoa para a visita à Gruta de Ubajara, uma taxa de R$ 5,00 por pessoa para a visita ao Mirante/Cachoeira Cafundó e uma taxa de R$ 10,00 por pessoa para a visita à Gruta de Ubajara via trilha Ubajara/Araticum, e ainda que a Secretaria de Turismo do Ceará cobra uma taxa de R$ 4,00 por pessoa no teleférico (somente subida) e uma taxa de R$ 8,00 por pessoa para a visita à Gruta de Ubajara via teleférico.

A partir de 20 de setembro de 2013 o ingresso para visitar os Parques Nacionais do SNUC, os quais apresentam valores diferenciados, teve o seu último reajuste. Esse reajuste de 21,21% foi autorizado pelo ICMBIO por meio da Portaria nº 211, de 10 de julho, que foi publicada no Diário Oficial da União em 22 de julho de 2013. Os valores dos ingressos apresentados nos questionários relativos a 10 UCs, desse modo, já não eram mais válidos.

Assim, optou-se por apresentar a seguir os valores dos ingressos, dessas mesmas UCs, obtidos a partir do sítio na internet do ICMBIO[32].

O ingresso custa R$ 6,00/pessoa no Parque Nacional de Aparados da Serra; no entanto menores de 12 e maiores de 60 anos são isentos desse pagamento. E para os veículos que entram na UC é cobrada a taxa de R$ 5,00 para automóveis de passeio, de R$ 10,00 para ônibus e de R$3,00 para motos.

No Parque Nacional da Serra da Canastra os ingressos custam R$ 15,00 para estrangeiros e R$ 7,50 para brasileiros. Já no Parque Nacional da Serra da Capivara os ingressos custam R$ 25,00 para estrangeiros e R$ 12,50 para os brasileiros. A guiagem é obrigatória e é paga a parte para os condutores locais que são cadastrados e treinados pelo ICMBIO e pela Fundação Museu do Homem Americano. Por sua vez, no Parque Nacional do Jaú cada visitante paga uma taxa diária de R$5,00, acrescida de uma taxa única para a embarcação. Para barcos de até nove metros essa taxa é de R$ 16,00; para barcos de até 18 metros essa taxa é de R$ 32,00 e para barco acima de 18 metros essa taxa é de R$ 64,00[33]. E no Parque Nacional do Itatiaia o valor do ingresso é de R$ 25,00 para estrangeiros e de R$ 12,50 para brasileiros. Há desconto de 90% para os moradores de quatro municípios do entorno. O visitante que permanece na UC por mais de um dia tem direito, a partir do segundo dia, a um desconto sobre os valores do ingresso integral de 50% nos finais de semana e feriados e de 90% nos demais dias. Visitantes menores até 12 anos de idade e maiores a partir de 60 anos são isentos do pagamento das taxas. A cobrança da taxa de estacionamento está temporariamente suspensa. E a propósito do destino dos recursos arrecadados com os ingressos pagos por visitantes nessas quatro UCs, foi explicado por todos os seus representantes que esses recursos são destinados ao Tesouro Nacional, por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU.

O valor dos ingressos no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos é de R$ 65,00 para estrangeiros e de R$ 32,50 para brasileiros. Os ingressos são adquiridos junto às operadoras de turismo, sendo necessária a formação de um grupo mínimo para que os barcos saiam, tendo sido explicado por seu representante que o destino dos recursos arrecadados com os ingressos pagos por visitantes nessa UC é o Tesouro Nacional e que o processo é realizado pelos próprios operadores de turismo.

---

[32] Os valores dos ingressos para os Parques Nacionais a seguir, e para outras UCs, encontram-se em: http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/parques.html.

[33] Os valores das taxas cobradas no Parque Nacional do Jaú informados no questionário diferem-se apenas parcialmente dos valores informados no sítio na internet do ICMBIO.

Já no Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha os valores dos ingressos, válidos por 10 dias, são de R$ 150,00 para estrangeiros e de R$ 75,00 para brasileiros. Os serviços terceirizados são contratados à parte. E é cobrada e arrecadada pelo Governo de Pernambuco, que administra o Distrito de Fernando de Noronha, uma taxa diária de 20 UFIRs, algo em torno de R$ 38,00 denominada Taxa de Preservação Ambiental. E a respeito do destino dos recursos arrecadados com os ingressos pagos por visitantes foi esclarecido por seu representante que 14 % são destinados à União, 16% são destinados à remuneração da empresa concessionária e 70% são destinados a investimentos diversos na UC.

Os ingressos custam R$ 25,00 para estrangeiros e R$ 12,50 para brasileiros no Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Visitantes que são brasileiros e moradores de quatro municípios do entorno têm 80% de desconto sobre essa taxa e pagam R$ 2,50. Visitantes maiores de 60 anos e menores de 12 anos são isentos do pagamento de ingresso. Para a utilização de trilhas de montanha o ingresso custa R$ 40,00 para estrangeiros e R$ 20,00 para brasileiros, mas os brasileiros membros de clubes excursionistas têm desconto de 50% sobre essa taxa e pagam R$ 10,00. Os dias adicionais nessas trilhas aos sábados, domingos e feriados custam R$ 20,00 para estrangeiros e R$ 10,00 para brasileiros e os dias adicionais de segunda-feira a sexta-feira custam R$ 4,00 para estrangeiros e R$ 2,00 para brasileiros. A taxa diária do estacionamento é de R$ 5,00 para carros e de R$ 3,00 para motos. E no *camping* são cobrados R$ 6,00 do pernoite por pessoa. E sobre os recursos arrecadados com os ingressos pagos por visitantes, foi esclarecido por seu representante que 85% são destinados à empresa concessionária que opera a sua cobrança e 15% são destinados à União.

No Parque Nacional da Tijuca os ingressos para visitar o Corcovado para quem usa condução própria ou vai a pé custam R$ 31,36 na alta temporada, finais de semana e feriados, e R$ 21,36 na baixa temporada. A entrada para a estátua do Cristo Redentor fica nas Paineiras onde há estacionamento para carros e motos, a partir daí vans transportam os visitantes até o monumento. Estão isentos de pagamento as crianças com até 12 anos de idade incompletos, desde que acompanhadas de um adulto. Os visitantes com idade igual ou superior a 60 anos, brasileiros e estrangeiros, estes, desde que demonstrem possuir residência permanente no Brasil, e os guias de turismo mediante apresentação da carteira da EMBRATUR atualizada. Os ingressos para quem vai de trem (Cosme Velho) custam R$ 46,00 para adultos e R$ 23,00 para crianças entre 6 e 12 anos, entretanto crianças menores de 6 anos e brasileiros maiores de 60 são isentos do pagamento. Os ingressos para quem vai de Van (Largo do Machado) custam R$ 49,00 na alta temporada e R$ 39,00 na baixa temporada para pessoas a partir de 12 anos e R$ 17,64 para crianças entre 6 e 11 anos e brasileiros

maiores de 60 anos, sendo isentas do pagamento as crianças menores de 5 anos. E quanto ao destino dos recursos arrecadados com os ingressos pagos por visitantes foi explicado por seu representante que no ano seguinte os recursos retornam ao orçamento do ICMBIO, que por sua vez destina cerca de 50% do valor para aplicação na UC.

E no Parque Nacional do Iguaçu o valor do ingresso integral é de R$ 40,00, acrescidos de R$ 7,50 do transporte e de R$ 1,10 do Fundo Iguaçu, totalizando R$ 48,60[34]. Para os brasileiros, esse ingresso é de R$ 20,00, acrescidos de R$ 7,50 do transporte e de R$ 1,10 do Fundo Iguaçu, totalizando R$ 28,60. Os visitantes dos países do Mercosul pagam pelo ingresso R$ 30,00, acrescidos de R$ 7,50 do transporte e de R$ 1,10 do Fundo Iguaçu, totalizando R$ 38,60. Já aos visitantes dos municípios do entorno da UC com o passe comunidade cobra-se o valor de R$ 4,00 pelo ingresso, acrescidos de R$ 5,00 do transporte, totalizando R$ 9,00. Todas as crianças com até 11 anos e os idosos brasileiros a partir de 60 anos são isentos do pagamento do ingresso de visitação e do Fundo Iguaçu, sendo cobrada dos mesmos R$ 7,50 da taxa de transporte, a qual é de R$ 5,00 para quem tem o passe comunidade. Quanto aos valores cobrados pelo estacionamento após o último reajuste de preços, esses são de R$ 15,00 para os visitantes em geral e de R$ 7,50 para os moradores dos municípios do entorno da UC. E em relação ao destino dos recursos arrecadados com os ingressos pagos por visitantes desta, apenas foi esclarecido por seu representante que um percentual desses recursos é da concessionária que administra a cobrança de ingressos e o transporte dos visitantes dentro da UC e que a outra parte é destinada aos cofres da "União-ICMBIO".

Os representantes dos Parques Nacionais assinalam, sobretudo, entre os principais obstáculos para o crescimento da atividade turística em cada um dos mesmos a deficiência da infraestrutura física da UC, apontada por 37 deles ou por 68,52%, e a carência de recursos humanos na UC, apontada por 35 deles, ou por 64,81%. Não foi apontado por nenhum desses representantes, como obstáculo para o crescimento da atividade turística nos Parques Nacionais, o valor do ingresso pago por seu visitante e a falta de interesse da administração destes pelo desenvolvimento da atividade (Tabela 10).

Todavia, foram mencionados por 15 representantes das UCs, ou por 27,77%, outros obstáculos para o crescimento da atividade turística nas mesmas. Quanto a estes, além da ausência da regularização fundiária e do Plano de Manejo dos Parques Nacionais, os quais

[34] Fundo Iguaçu, ou Fundo de Desenvolvimento e Promoção Turística do Iguaçu, é uma instituição gerida por entidades do turismo local, cujo principal objetivo é o desenvolvimento de ações que atraiam turistas e eventos para o município de Foz do Iguaçu.

foram os obstáculos mais citados, também foi mencionada a falta de um planejamento específico voltado para o crescimento da atividade turística, de uma cultura de aproveitamento do potencial turístico, de *know-how* para o desenvolvimento da atividade turística, de operadores de turismo na cidade próxima, de oferta de atividades na UC por parte dos operadores de turismo, de estrutura para atendimento da crescente demanda de visitantes, de manutenção nas estradas de acesso, de transporte público; a sobreposição de terras indígenas, a ampla distância de um grande centro urbano e de um aeroporto e, ainda, o fato de a autorização e o pagamento de ingresso serem realizados apenas em horário de expediente do ICMBIO e dos estabelecimentos bancários.

Tabela 10: Principais obstáculos para o crescimento da atividade turística nos Parques Nacionais

CATEGORIAS	Nº	%
Deficiência da infraestrutura física do Parna	37	68,52
Carência de recursos humanos no Parna	35	64,81
Dificuldade de acesso ao Parna	20	37,03
Ausência de infraestrutura turística no entorno do Parna	20	37,03
Ausência de divulgação do Parna	12	22,22
Valor total das despesas do visitante do Parna, incluindo gastos como transporte, hospedagem, alimentação, ingresso, guia, etc.	12	22,22
Falta de oferta de pacotes turístico nos centros emissores com destino ao Parna	08	14,81
Falta de interesse dos administradores municipais do entorno do Parna pela atividade	07	12,96
Insuficiência da demanda turística para o Parna	04	7,40
Inexistência ou insuficiência de atrativos no Parna	02	3,70
Falta de interesse da administração do Parque Nacional pelo desenvolvimento da atividade	-	-
Valor do ingresso pago pelo visitante do Parque Nacional	-	-
Outros	15	27,77

Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012-2013.

As escolhas dos fatos apontados como obstáculos para o crescimento da atividade turística nos Parques Nacionais, deixando de fora, entre estes obstáculos, tanto o valor do ingresso pago por seus visitantes como a falta de interesse da administração destes pelo desenvolvimento da atividade turística, reforça a ideia de que os gestores dessas UCs, ou outros representantes das mesmas que responderam ao questionário da pesquisa, agem – ou ao

menos estão cientes de que devem agir – de modo a contribuir, cada vez mais, para o desenvolvimento da sua atividade turística.

De acordo com as informações oferecidas por esses representantes dos Parques Nacionais, enquanto cinco UCs, ou 9,26% das mesmas, apresentam serviços relacionados à visitação prestados por empresas concessionárias, 42 UCs, ou 77,78%, não possuem. Deve-se observar que, além destas, sete UCs, ou 12,96%, não responderam se apresentam ou não tais serviços, bem como que foi observado, a respeito do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, que o processo de concessão desses serviços para a iniciativa privada está em andamento.

As UCs sobre as quais foi afirmado por seus representantes que apresentam serviços relacionados à visitação prestados por empresas concessionárias consistiram nos Parques Nacionais da Serra da Canastra, da Serra dos Órgãos, de Ubajara, do Iguaçu e Marinho Fernando de Noronha. Vale observar, desse modo, que quanto ao Parque Nacional da Serra da Canastra foram citadas as empresas Lince, Esparta, Imperial e Serv San. Sobre o Parque Nacional da Serra dos Órgãos foi citada a empresa concessionária Hope Recursos Humanos e ainda a empresa Nau Sports, que atua com empresa permissionária e os condutores de visitantes que atuam como pessoas físicas autorizadas. A respeito do Parque Nacional de Ubajara foi citada a concessionária Empresa Francisco de Assis – ME, responsável pelo uso da lanchonete. Quanto ao Parque Nacional do Iguaçu, foram citadas as empresas concessionárias Cataratas do Iguaçu S.A., Cânion Iguaçu, Helisul Táxi Aéreo Ltda., Hotel das Cataratas, Macuco Safári e Macuco Ecoaventura. E sobre o Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha foi citada a empresa Econoronha, responsável pela cobrança de ingresso e apoio à visitação (sanitários, monitores, manutenção, etc.), e foi informada a existência de três empresas de mergulho autônomo, 12 empresas de passeio de barco, quatro empresas de fotografia e filmagem submarina e de uma empresa de *rapel*.

Os Parques Nacionais da Tijuca e Histórico do Monte Pascoal são algumas das UCs que não responderam se apresentam ou não serviços relacionados à visitação prestados por empresas concessionárias. No entanto, sobre elas foram feitas as observações a seguir. No Parque Nacional da Tijuca 41 empresas cadastradas, a exemplo da Jeep Tour, Jungle Me, Crux EcoAventura e Corcovado Car Service, prestam serviços aos turistas interessados em visitá-lo. E no Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, embora não exista "ainda" uma concessão formal, a visitação é realizada pela Associação de Guias Pataxó.

Já o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos não apresenta serviços relacionados à visitação prestados por empresas concessionárias. Todavia, a respeito da questão, foi

esclarecido que existe um indicativo para a concessão dos serviços de visitação na UC desde a elaboração do seu Plano de Uso Público. Em 2010 foi lançado um edital nesse sentido, o qual foi impugnado e assim continuou a vigorar somente o credenciamento das embarcações que atuam no turismo da UC. E em 26 de dezembro de 2012 foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria do ICMBIO nº 138, que estabelece normas e procedimentos para o credenciamento e a autorização de uso do Parque Nacional para prática da atividade comercial de visitação embarcada, sendo possível a inclusão de atividades de mergulho livre e autônomo, observação de fauna e flora e caminhada monitorada em trilha.

São prestados nos Parques Nacionais os seguintes serviços ligados ao turismo por empresas concessionárias: a venda de ingressos para visitantes e a comercialização de alimentos no Parque Nacional em cinco UCs, ou em 9,25%; o estacionamento para visitantes e atividades praticadas por visitantes no Parque Nacional em quatro UCs, ou em 7,40%; a comercialização de suvenires e o transporte de visitantes no interior do Parque Nacional em três UCs, ou em 5,55%; o registro de imagens do visitante no Parque Nacional em uma UC, ou em 1,85%; e outros serviços ligados ao turismo prestados por empresas concessionárias ainda foram citados por quatro UCs, ou por 7,40% (Tabela 11).

Tabela 11: Existência de serviços prestados por empresas concessionárias relacionados à atividade turística nos Parques Nacionais

CATEGORIAS	Nº	%
Venda de ingressos para visitantes	05	9,26
Comercialização de alimentos no Parna	05	9,25
Estacionamento para visitantes	04	7,40
Atividades praticadas por visitantes no Parna	04	7,40
Comercialização de suvenires	03	5,55
Transporte de visitantes no interior do Parna	03	5,55
Registro de imagens do visitante no Parna	01	1,85
Outros	04	7,40

Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012-2013.

Quanto às atividades praticadas por visitantes nas UCs por meio dos serviços de empresas concessionárias foram citadas, por seus representantes: no Parque Nacional do Iguaçu as atividades de caminhadas, contemplação em trilhas, mirantes e elevador panorâmico, sobrevoo, arvorismo, batismo de escalada, muro de escalada, escalada em rocha, rapel, rafting, canoagem, passeio de barco a motor, floating e ciclismo; no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, as atividades de mergulho livre e mergulho autônomo, com

acompanhamento de condutor de ecoturismo subaquático credenciado pela UC; no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, atividades acompanhadas por condutor de visitantes (sem especificação); e no Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha as atividades de mergulho autônomo, plana sub, passeio de barco e *rapel*.

E ainda foram citados como outros serviços ligados ao turismo prestados nas UCs por empresas concessionárias: no Parque Nacional da Serra da Canastra os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; no Parque Nacional da Serra dos Órgãos os serviços de operação de áreas de camping e de operação de abrigos de montanha; no Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal o serviço de guiagem; e foi observado que no Parque Nacional da Tijuca já se encontram concessionados, mas em fase de implementação, os serviços de estacionamento na base do Hotel Paineiras, um Centro de Convenções, Restaurante e Lanchonete.

Diversos benefícios, diretos ou indiretos, decorrentes da concessão de serviços turísticos nos Parques Nacionais para empresas privadas foram citados por seus representantes.

A propósito do Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha foi explicado que os seus servidores obtêm a condição de desenvolver as atividades típicas de Estado, as quais consistem em fiscalização, proteção, pesquisa, educação ambiental, atendimento de uso de imagem (documentários, filmes, fotos, etc), além da gestão do uso público e da fiscalização das concessionárias. Sobre o Parque Nacional da Serra dos Órgãos foram destacados: a melhoria da qualidade da visitação, notadamente relacionada aos abrigos de montanha, o aumento do número de funcionários do setor de manutenção e a melhoria no sítio da internet de venda de ingressos. A respeito do Parque Nacional de Ubajara foi assinalada como o único benefício a manutenção das condições de uso da lanchonete, sendo o valor pago pela concessão desta depositado diretamente para União. Quanto ao Parque Nacional da Tijuca foram listados o oferecimento de serviços de alimentação, souvenires, transporte, limpeza, manutenção de estruturas de apoio, orientação e segurança ao visitante. A propósito do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal foi feita referência à geração de renda para os Pataxós e a inclusão destes no funcionamento da UC, observando-se que os mesmos cobrem a falta de funcionários do ICMBIO no atendimento dos visitantes e que a sua cultura constitui um atrativo a mais para os visitantes. Sobre o Parque Nacional de Boa Nova foram mencionados o aumento da capacidade operacional por acréscimo de mão de obra e recursos logísticos e o aumento da arrecadação para a manutenção das atividades da UC. E a respeito do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos foi esclarecido que a Portaria do ICMBIO nº 138/2012

observa que as empresas autorizadas a realizar a visitação na UC devem auxiliar na manutenção do sistema de poitas (objetos que fazem as vezes de âncora) e no transporte de pesquisadores e pessoas da comunidade conforme os projetos realizados na UC, bem como contribuir com a sua divulgação através da produção de material gráfico.

Por sua vez, foi observado quanto ao Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, que, diante da grave situação quanto ao quadro de servidores do ICMBIO, e considerando que não é papel destes prestar os serviços básicos para a visitação da UC, a terceirização de serviços, que pode ocorrer na forma de concessão, é a única alternativa para atender à atual e à futura demanda turística. E foi observado a propósito do Parque Nacional do Juruena, que o mesmo não possui um Plano de Uso Público, do qual fariam parte os resultados de estudos realizados com o intuito de determinar a viabilidade e os benefícios da atuação de empresas concessionárias.

Já quanto ao Parque Nacional do Iguaçu foram apresentadas as observações transcritas a seguir:

> As concessões de Atividades e Serviços em Parques Nacionais, tem como objetivo aprimorar os padrões de uso destas unidades de conservação [...], de forma a viabilizar o cumprimento das suas finalidades básicas de preservação dos ecossistemas naturais, buscando em paralelo intensificar o aproveitamento do patrimônio natural e cultural do país. Ao mesmo tempo, reconhecendo as mudanças dos valores sociais ligados ao meio ambiente nas últimas décadas, refletidas de modo marcante nas formas de lazer e viagens voltadas para atividades que têm a natureza como cenário e objetivo, procura-se dar uma resposta à demanda, proporcionando à sociedade o contato direto com a natureza nos Parques.
> A implantação da concessão reverterá em inúmeros benefícios para a sociedade como um todo, não só em termos de uma melhor conservação e melhor aproveitamento do potencial de visitação do Parque Nacional, como também em termos de geração de empregos, qualificação dos serviços, incremento dos recursos para a gestão da UC, e criação de condições para a retomada da educação e pesquisa ambiental, alçando-o a uma posição de destaque, em função de suas potencialidades e localização estratégica, em especial com relação à grandiosidade da beleza cênica, conclamando todos os setores da sociedade a um trabalho conjunto para a consecução de suas metas.
> A concessão de Serviços e Atividades busca soluções inovadoras, com visão estratégica, para viabilizar investimentos privados na consolidação de um sistema de atendimento ao visitante, que representa um papel de fundamental importância à conservação do ecossistema ali existente.
> As metas a serem alcançadas com a Concessão de Atividades e Serviços em Parques Nacionais, de uma forma geral são: a. Proteção da biodiversidade, do patrimônio cultural e histórico e das belezas cênicas; b. Utilização das UCs como áreas de recreação e lazer ao ar livre para a sociedade; c. Conscientização da sociedade acerca da importância e da necessidade das UCs, bem como de sua relevância para o desenvolvimento econômico e

> social regional; d. Inserção das UCs no desenvolvimento regional e nacional como opção de investimento pelo setor privado, obedecendo às leis de mercado; e. Participação da sociedade, por meio de seus diversos segmentos, contribuindo para que as UCs possam exercer seu papel na melhoria da qualidade de vida das populações, como elemento de fortalecimento do SNUC; f. Fortalecimento do MMA e do ICMBio, pelo reconhecimento do real papel das UCs no Brasil e no mundo, como garantia de uma melhor qualidade de vida para as gerações atuais e futuras (Representante do Parque Nacional do Iguaçu).

Quanto à avaliação desse sistema de concessão de serviços relacionados à visitação dos Parques Nacionais para empresas privadas, enquanto o representante do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal observa que desconhece detalhes da referida concessão, o representante do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque afirma que a terceirização de serviços é mais um instrumento para envolver determinados setores da sociedade na gestão da UC, sendo esse envolvimento uma condição básica para seu bom funcionamento e garantia de que a mesma cumpra os objetivos pelos quais foi criada.

Se for bem estruturada, segundo o representante do Parque Nacional de Boa Nova, a concessão de serviços relacionados à visitação para empresas privadas pode representar um ganho para as partes envolvidas e uma importante evolução na prestação de serviços para os cidadãos. Os resultados tendem a ser positivos, de acordo com o representante do Parque Nacional do Juruena, considerando que as empresas operem em conformidade com a legislação e tenham em foco desenvolver atividades que coadunem com os objetivos de criação de uma UC de Proteção Integral.

Esse tipo de concessão, conforme o representante do Parque Nacional da Tijuca, tem se mostrado o caminho mais viável para a implementação da visitação em UCs, uma vez que combina as funções da administração pública, a qual é responsável pela delegação e monitoramento dos serviços, as funções dos empresários, os quais devem atender às condições dos editais, e assim às necessidades dos visitantes. O representante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos afirma que este apoia as concessões e alerta para o fato de que a implementação dos seus contratos é difícil, em virtude de fatores como a pouca experiência quanto às mesmas no país e o pouco conhecimento da intervenção em UCs por parte das empresas. E segundo o representante do Parque Nacional de Ubajara, os serviços lá prestados, embora apresentem alguns problemas de gerenciamento, são fundamentais, pois oferecem algum conforto para o visitante e permite uma imagem de bom serviço prestado pela UC.

Levando em conta a insuficiência de servidores da UC e de carreiras no serviço público que supram essa demanda, para o representante do Parque Nacional da Serra da

Canastra tal concessão de serviços é natural e necessária. De acordo com o representante do Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha, auxiliando em grande medida o manejo de uso público, as concessões liberam funcionários para outras atividades, mas é preciso investir em recursos humanos para que as concessões atendam aos objetivos da UC.

Pretende-se ampliar esse sistema de concessões de serviços relacionados à visitação dos Parques Nacionais para a iniciativa privada, o qual também é parte da política pública empreendida pelo Estado visando ao desenvolvimento da atividade turística nessas UCs, com o lançamento do Programa Turismo nos Parques[35].

De acordo com as informações dos representantes dos Parques Nacionais, oito UCs, o que corresponde a 14,81%, foram beneficiadas por algum investimento ou ação deste, enquanto 38 UCs, o que equivale a 70,37%, não foram beneficiadas. No entanto, os representantes de oito UCs, ou 14,82%, não responderam se estas foram ou não beneficiadas por algum investimento ou ação do referido programa.

Segundo os seus representantes, o Parque Nacional do Iguaçu foi beneficiado com a criação do sub *site* Parques da Copa. Em proveito dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral o seu benefício foi o Programa do SEBRAE de fomento ao turismo. O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães foi beneficiado com recurso do MTUR, captado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento ao Turismo, para a revitalização da UC e construção de uma nova guarita. Seus benefícios para o Parque Nacional do Jaú foram o Proecotur e o Programa Parques da Copa. O Parque Nacional Anavilhanas fez parte do Programa Piloto de Turismo em Parques e Entorno, do MTUR, ICMBIO, SEBRAE e ABETA, de dois diagnósticos da oferta turística e da cadeia produtiva e obteve um mapa turístico e diversas ações de *Upgrade Gerencial* envolvendo o conjunto de equipamentos turísticos do município de Novo Airão, um projeto capitaneado pelo SEBRAE que continuará até 2015. No Parque Nacional da Serra dos Órgãos foram realizadas a implantação das exposições interpretativas nos centros de visitantes dos municípios de Teresópolis e Petrópolis, a ampliação da trilha suspensa de Teresópolis, a restauração do centro de visitantes da sede do município de Guapimirim, a construção do abrigo de montanha do Açu e de banheiros secos, a impermeabilização da piscina natural da sede Teresópolis, a substituição de sistemas sanitários e a implantação da nova sinalização bilíngue. E o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses recebeu R$ 2,3 milhões para a construção do centro de visitantes e do portal de entrada da UC, ao qual a Secretaria de Estado do Meio Ambiente acrescentou mais

[35] O capítulo 07 versa, entre outras questões, sobre o Programa Turismo nos Parques e sobre as concessões de serviços turísticos nos Parques Nacionais para a iniciativa privada.

R$ 400.000,00, observando-se que o processo de licitação para as obras, que foram aprovadas pela Caixa Econômica Federal, está em andamento a cargo da SEMA – MA.

Já no Parque Nacional da Tijuca, para o qual, conforme o seu representante, existiram projetos emanados do referido programa, não foram aplicados recursos dessa fonte. E, também conforme os seus representantes, havia previsão do repasse de 1,5 milhão no ano de 2013 para o Parque Nacional de Jericoacoara, através de convênio firmado entre MTUR e ICMBIO, em virtude do Programa Parques da Copa, do qual também são aguardados benefícios para o Parque Nacional da Serra do Cipó.

A respeito dos impactos da atividade turística para os Parques Nacionais e para os entornos destes, por sua vez, foram oferecidos por seus representantes os subsídios apresentados no Quadro 05. A análise do conjunto das informações oferecidas pelos representantes dessas UCs por meio do questionário da pesquisa, confirmando o que foi observado em outras etapas do trabalho de campo e na pesquisa bibliográfica desenvolvidas, permitiu verificar o apoio majoritário por parte dos mesmos ao processo de desenvolvimento da atividade turística nos Parques Nacionais. No entanto, não obstante esse fato, é possível observar com o exame dos impactos elencados que, do ponto de vista dos representantes dessas UCs, existe um relativo equilíbrio entre o número de impactos positivos e o número de impactos negativos para os Parques Nacionais e para seus entornos relacionados ao desenvolvimento da atividade turística.

Por fim, também a despeito do referido fato, de acordo com os representantes dos Parques Nacionais, existem conflitos de interesse envolvendo o desenvolvimento da atividade turística em 24 UCs, o que corresponde a 44,44%, e esses conflitos não são observados em 21 UCs, o que equivale a 38,88%. Além destas, porém, os representantes de nove UCs, ou 16,66%, não se posicionaram em relação à ocorrência ou não desses conflitos.

São observados nos Parques Nacionais da Chapada dos Guimarães, Chapada dos Veadeiros, da Serra da Bodoquena, do Itatiaia e da Serra da Capivara conflitos relacionados à exploração da atividade turística envolvendo, a depender do caso, seus gestores, condutores de visitantes, guias de turismo ou agências de turismo. No Parque Nacional da Chapada dos Guimarães a expectativa de abertura da visitação autoguiada de alguns atrativos por parte da sua administração é questionada por agências e guias de turismo e condutores de visitantes, com o argumento de que a medida provocará queda no mercado. No Parque Nacional Chapada dos Veadeiros observa-se a oposição dos condutores de visitantes à liberação, por parte da sua administração, da visitação autoguiada, no intuito de manter a reserva de mercado dos mesmos, bem como o antagonismo entre empresas que aspiram desenvolver no

Quadro 05: Impactos da atividade turística para o Parque Nacional e para o seu Entorno (Continua)

PARNA	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS	OBSERVAÇÕES
DO SUPERAGUI	Constituir uma alternativa econômica para pescadores artesanais; e divulgação e conservação da cultura local.	Aumento de resíduos sólidos urbanos.	
DA TIJUCA		Poluição e atropelamento de animais com o trânsito excessivo de veículos; excesso de caminhantes nas trilhas; e lixo deixado de maneira inadequada.	
SERRA DAS CONFUSÕES	Criação de trabalho e renda através do acompanhamento nas visitações.	Maior rigidez no combate à caça de subsistência.	
DA SERRA DA CAPIVARA	Geração de renda; melhoria de infraestruturas no entorno; e conscientização ambiental.		
DA SERRA DA CANASTRA		Geração de lixo; perturbação da fauna; contaminação com sementes exóticas; predação de sítios arqueológicos; erosão e outros.	
DE BOA NOVA	Incremento na renda local; aumento da autoestima da população local; e aumento na vigilância das áreas visitadas.	Lixo deixado nos atrativos; incêndios provocados por fogueiras; e invasão de propriedade privada.	
MARINHO FERNANDO DE NORONHA	Em relação à UC: conscientização ambiental; sentimento de pertencimento para a sociedade; recursos para gestão; e redução de ilícitos ambientais. Em relação ao seu entorno: recursos financeiros; conscientização ambiental mais próxima; mais atenção do governo; possibilidade de lazer, recreação e intercambio cultural.	Em relação à UC: aumento das atribuições para os poucos servidores; e danos à fauna e à flora. Em relação ao seu entorno: maior restrição a atividades potencialmente poluidoras; e menor potencial de conversão de terras para outras atividades.	É do turismo na UC que vive 90% do seu entorno.
E HISTÓRICO DO MONTE PASCOAL	Conhecimento da biodiversidade local e da cultura indígena por parte da população; geração de renda para os indígenas; satisfação dos turistas por conhecerem um local histórico; divulgação da figura de Parna.		
MARINHO DOS ABROLHOS	Criação de centenas de empregos em empreendimentos ligados ao setor turístico.		Segundo o PRODETUR, o turismo representa 20% do PIB dos municípios da Costa das Baleias, e conforme a BAHIATURSA, mais de 90% dos seus turistas têm como principal motivação os atrativos naturais, sendo a UC o seu principal atrativo natural.
DO CABO ORANGE	A visitação, seja esta relacionada à vila de Cunani ou ao Projeto Tartaruga Imbricata, é voltada para as comunidades, sendo o incentivo à organização comunitária o seu maior impacto para o entorno.	Impacto reduzido.	A visitação à comunidade Cunani ocorre nas festas realizadas por seus moradores e parentes de Calçoene. E da visitação com o Projeto Tartaruga Imbricata participam moradores da Vila Velha do Cassiporé.

Quadro 05: Impactos da atividade turística para o Parque Nacional e para o seu Entorno (Continua)

PARNA	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS	OBSERVAÇÕES
DA SERRA DA BOCAINA		Parte alta: erosão e afundamento do leito da Trilha do Ouro. Parte baixa: deterioração da qualidade da visitação; aumento da pressão em ambientes frágeis; e ocupação irregular para a instalação de quiosques, estacionamentos, campings, etc.	Os impactos na Trilha do Ouro derivam sobretudo do uso de mulas que transportam bagagens, enquanto na parte baixa decorrem da superlotação da praia nos feriados prolongados, sendo a ocupação irregular incentivada pela alta visitação.
DE JERICOACOARA		Danos em virtude do grande número de visitantes e das precárias condições das estradas de acesso à vila de Jericoacoara.	A vila de Jericoacoara é envolvida pela UC, e o seu acesso se dá apenas pelo interior desta.
DE APARADOS DA SERRA	Aumento da atividade econômica das cidades com pousadas, restaurantes, agências de turismo; e geração de emprego e renda.	Desgaste de trilhas e lixo nas mesmas.	
DA SERRA GERAL	Aumento da atividade econômica das cidades com pousadas, restaurantes, agências de turismo; e geração de emprego e renda.	Desgaste de trilhas e lixo nas mesmas.	
DOS LENÇÓIS MARANHENSES	Impactos reduzidos na UC e no seu entorno.	Saturação da exploração econômica de serviços ao turista.	O transporte é feito por trilhas fixadas por operadores de turismo e a partir do ponto de chegada a visitação é feita a pé, somente nas lagoas que margeiam a UC.
DA CHAPADA DOS GUIMARÃES	Contribuição para a economia local com restaurantes, hotéis, agências e guias/condutores.	Vandalismo e falta de respeito com os limites colocados para a atividade na UC por parte do visitante.	
DA RESTINGA DE JURUBATIBA	Melhoria na proteção da UC, a qual representa uma grande opção de turismo e lazer para as comunidades do entorno.		O bom uso da UC espanta o seu mau uso.
DA SERRA DOS ÓRGÃOS	Seu impacto econômico considerável.	Atalhos em trilhas que geram erosão; lixo deixado por visitantes e usado por elementos da fauna como alimento; pisoteio em trilhas; depredação e pichação de rochas; retirada de espécimes ornamentais da flora e outros.	Não há estimativa precisa do seu impacto econômico, mas a UC é um dos principais atrativos da região serrana do Rio de Janeiro, especialmente da cidade de Teresópolis, da qual é o principal atrativo.
ANAVILHANAS	Geração de renda para população do entorno; diminuição da pressão por recursos naturais; envolvimento dos visitantes com a UC, conservação da UC, etc.	Sem ordenamento e monitoramento a atividade turística compromete tanto a si própria, como a conservação da UC.	
DA SERRA DO CIPÓ	Grande relevância para UC e para as comunidades do seu entorno.		O risco de impactos para a UC se deve à evolução da expansão imobiliária.
DA SERRA DO ITAJAÍ			Não há estudos que identifiquem os impactos. A visitação à UC está em fase de organização.

Quadro 05: Impactos da atividade turística para o Parque Nacional e para o seu Entorno (Fim)

PARNA	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS	OBSERVAÇÕES
DO JAÚ	Em Novo Airão formaram-se duas associações de canoeiros que realizam passeios aos Parnas do Jaú e Anavilhanas.		A atividade turística ainda é muito incipiente para se observarem os impactos.
DE PACAÁS NOVOS			A comunidade do entorno espera pela abertura da UC, já que isso traria desenvolvimento.
DA AMAZÔNIA			Nenhum impacto, tendo em vista a baixa visitação.
DAS ARAUCÁRIAS			Nenhum impacto, por ser a atividade inexistente.
DA CHAPADA DAS MESAS			Desconhecida, pois não existe controle e acompanhamento desse uso.
DO PICO DA NEBLINA			A atividade não está sendo realizada e não é possível mencionar os seus impactos. Este é um dos fatores considerados no ordenamento da UC, para que com a sua reabertura a mesma possua indicadores para monitorá-los.
DE SAINT-HILAIRE/LANGE	O impacto atualmente é pequeno.	O impacto da falta de ordenamento da visitação é pequeno e restrito a poucos quilômetros de trilhas que necessitam de correção, questão que vem sendo trabalhada por meio da Câmara Técnica de Montanhismo e Ordenamento da Visitação, seguindo as diretrizes do ICMBIO e contando com apoio de instituições parceiras.	Há demanda do Conselho da UC, a qual está localizada em uma região com turismo de sol e praia e veraneio, pela implantação de estruturas turísticas e estímulo à visitação, para que esta se estenda por todo o ano com benefícios econômicos para os municípios do entorno.
DO IGUAÇU	Identificação e divulgação das potencialidades turísticas e de uso público da UC; análise e conhecimento da viabilidade econômica das atividades de ecoturismo e uso público da UC; valorização dos ambientes naturais e das manifestações culturais locais; oferta de infraestrutura física na UC e dos serviços necessários ao desenvolvimento do turismo e do uso público; inserção da UC no desenvolvimento regional; integração das ações de ecoturismo e uso público na UC com outros programas governamentais; aproximação da UC com a sociedade, em especial com as comunidades do entorno, com ênfase na sua conscientização sobre a relevância das áreas naturais protegidas; e fortalecimento da terceirização como viabilização do ecoturismo e do uso público na UC.		

Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012-2013.

local o turismo de aventura e aqueles que defendem a sua preservação sem nenhum tipo de uso. No Parque Nacional da Serra da Bodoquena, além do desejo dos guias de turismo em obter a obrigatoriedade dos seus serviços junto aos turistas durante a visitação, há o interesse de mais de um grupo em desenvolver no futuro as mesmas atividades, bem como o interesse de mais de um grupo em desenvolver atividades diferentes em um mesmo local. No Parque Nacional do Itatiaia observam-se a disputa entre operadores e guias de turismo e o turismo clandestino em áreas não abertas à visitação pública. E no Parque Nacional da Serra da Capivara a sua administração questiona os valores cobrados pelo serviço de guiagem.

Nos Parques Nacionais da Serra dos Órgãos, Marinho Fernando de Noronha, de Jericoacoara e da Serra da Bocaina, somam-se aos conflitos com esse caráter conflitos relacionados a diferentes questões. No Parque Nacional da Serra dos Órgãos condutores de visitantes de origem local pleiteiam facilidades adicionais em relação aos operadores de turismo de outra origem. Além disso, parte dos usuários advoga ingressos mais baratos ou a não cobrança destes e, ainda, existem divergências quanto à possibilidade de aumentar o limite do número de pessoas que acessam as áreas de montanha, bem como de aumentar a sua infraestrutura e os seus equipamentos. No Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha os conflitos estão relacionados às empresas e prestadores de serviço autônomos, cujas origens são outras regiões, bem como a formação de preços, a qualidade de serviços oferecidos, a prática de atividades incompatíveis, como pesca e mergulho e, ainda, conflitos de autoridade e normas. No Parque Nacional de Jericoacoara, os conflitos estão relacionados ao desconhecimento/descompromisso de alguns operadores de turismo e trabalhadores locais das regras de conduta impostas pelo seu Plano de Manejo, assim como a limitação física para o crescimento da Vila de Jericoacoara, ao trânsito intenso e desordenado entre esta e a sede municipal, a especulação imobiliária e, também, ao desrespeito ao meio ambiente pela ausência de conhecimento das suas consequências por parte dos moradores do entorno, os quais apresentam precárias condições sociais. E no Parque Nacional da Serra da Bocaina os conflitos da sua parte alta ocorrem principalmente em função de intervenções realizadas em trilhas por operadores de turismo, e na sua parte baixa, mais especificamente em Trindade, estes estão relacionados à ocupação de áreas nas quais foram instalados quiosques, estacionamento, camping, etc..

Quanto aos Parques Nacionais da Serra da Canastra, da Tijuca e da Chapada Diamantina, embora não tenha ficado explícito nos questionários respondidos por seus representantes, os conflitos relacionados à exploração da atividade turística também devem envolver, a depender do caso, seus gestores, condutores de visitantes, guias de turismo ou

agências de turismo. No Parque Nacional da Serra da Canastra são realizados esportes radicais e *off Road*, com o uso de jipes e motos, não autorizados e em área não regularizada. No Parque Nacional da Tijuca são observados conflitos principalmente em relação ao transporte até a base do Hotel Paineiras e em relação ao controle do acesso ao corcovado, que é o seu ponto de maior visitação. E no Parque Nacional da Chapada Diamantina os esforços para normatização das atividades desenvolvidas tendem a ter resistência de alguns setores, mas a falta de estrutura para o controle da visitação impede que haja um controle da entrada dos visitantes, das atividades desenvolvidas e dos impactos gerados.

A situação fundiária está no centro dos conflitos observados nos Parques Nacionais da Chapada das Mesas, das Araucárias, do Jaú e do Alto Cariri. No Parque Nacional da Chapada das Mesas os atrativos estão em propriedades particulares e são explorados sem a devida regulamentação. No Parque Nacional das Araucárias, o fato de toda a sua área ser constituída de propriedades privadas não indenizadas impede a ocorrência da visitação. No Parque Nacional do Jaú existem comunidades residentes e há insegurança jurídica quanto a sua inserção na execução de atividades turísticas. E no Parque Nacional do Alto Cariri, como não ocorreu a regularização fundiária das terras, que são ocupadas por agricultores, a implementação da UC é impedida.

Nos Parques Nacionais do Pico da Neblina e de Pacaás Novos os conflitos estão relacionados, mais precisamente, ao fato de essas UCs estarem sobrepostas a terras indígenas. No Parque Nacional do Pico da Neblina vivem os *Yanomami*, e enquanto parte destes preocupa-se com o impacto do ecoturismo sobre o seu modo de vida e a sua cultura e teme pela reabertura imediata do UC, sendo sua pretensão informar-se sobre a atividade através de cursos e oficinas antes dessa reabertura para decidir sobre a questão, outra parte, sobretudo seus jovens e lideranças que têm maior contato com a sociedade que os envolve, almeja a abertura da UC com mais celeridade. Além disso, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e o ICMBIO, seus órgãos gestores, têm competências, legislação e preceitos distintos, bem como recursos humanos e financeiros reduzidos que podem dificultar a celeridade do processo. Por sua vez, no Parque Nacional de Pacaás Novos a sobreposição total da sua área com a terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau dificultou as tentativas de abertura oficial à visitação, apesar do seu potencial para o turismo. Mas espera-se que a FUNAI passe a ver esse uso da área como uma possibilidade de melhoria de vida para os índios, como principais beneficiários, e para a sociedade do seu entorno. O Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal também se encontra sobreposto a uma terra indígena. O conflito em questão, no entanto, não existe, em razão de no presente a atividade turística ser realizada por sua população indígena. Todavia,

caso essa situação sofra mudanças e seja retirada desses indígenas a possibilidade de desenvolver essa atividade haverá conflito.

Os conflitos decorrentes do uso de uma mesma área para atividades turísticas e para exploração de recursos naturais marcam os Parques Nacionais dos Campos Amazônicos, Serra da Mocidade, Anavilhanas e da Amazônia. No Parque Nacional dos Campos Amazônicos o principal conflito está relacionado à pesca esportiva, pois na mesma área existe a exploração dessa atividade por parte de pousadas e o uso do recurso pesqueiro por parte de populações tradicionais. Quanto ao Parque Nacional Serra da Mocidade, o conflito envolvendo operadores de pesca esportiva e pescadores artesanais ocorre em seu entorno. No Parque Nacional Anavilhanas é observado o conflito de uso de áreas para atividades turísticas e para a exploração de recursos naturais, com a prática da pesca, da extração de madeira, da caça, etc. Enquanto no Parque Nacional da Amazônia são outros os projetos de interesse de políticos locais e do governo federal, a exemplo da construção de uma hidrelétrica que o alagará em parte e da sua recategorização para permitir a exploração mineral.

Quanto aos Parques Nacionais de São Joaquim e do Superagui ainda foram apresentadas outras observações a respeito dos conflitos de interesse envolvendo o desenvolvimento da atividade turística. Sobre o Parque Nacional de São Joaquim foi mencionado que se sente, além de um pequeno conflito com relação a uma base da aeronáutica que está presente no seu interior, a falta de apoio e de investimento em infraestrutura por parte da União para o desenvolvimento do turismo. E com relação ao Parque Nacional do Superagui foi ressaltado o fato de se desenvolver turismo de base comunitária em uma UC de proteção integral.

O conjunto dessas observações não deixa dúvidas de que o desenvolvimento da atividade turística nos Parques Nacionais, do mesmo modo que ocorre com as demais atividades econômicas, apresenta conflitos. E expõe por si só, ou juntamente a outras observações, a exemplo daquelas relativas aos impactos do turismo nessas UCs, a complexidade que envolve o desenvolvimento de tal atividade nos Parques Nacionais.

De certo que a exposição dos conflitos de interesse envolvendo o desenvolvimento da atividade turística nos Parques Nacionais evidencia a preponderância dos conflitos relacionados à exploração da atividade turística envolvendo os gestores das UCs e/ou operadores da atividade, os quais, a depender do caso, são condutores de visitantes, guias de turismo e agências de turismo, seguidos dos conflitos que envolvem questões fundiárias, incluídas aí as questões de sobreposições de Parques Nacionais e terras indígenas, e ainda dos conflitos que envolvem o uso de uma mesma área para atividades turísticas e para exploração

de recursos naturais. Mas note-se que a parte destes que foram os conflitos mais aludidos nos questionários, as duas últimas observações apresentadas nos mesmos são exemplos de que a reflexão em torno do desenvolvimento da atividade turística nos Parques Nacionais levanta muitas outras questões.

De qualquer modo, porém, os conflitos observados nos Parques Nacionais concernentes ao desenvolvimento da atividade turística sempre guardam relação com a questão de como compatibilizar ao objetivo de proteção dos ecossistemas naturais encontrados nos limites dessas UCs os interesses dos diversos sujeitos sociais a eles vinculados mais diretamente. Entre estes se acham os seus gestores, as comunidades que vivem no seu interior e nos seus entornos, os seus visitantes, representantes das várias escalas do governo e os operadores das diversas atividades ligadas ao setor turístico. E nesses termos é necessário perceber, que quanto ao planejamento ou a ações que visam ao desenvolvimento da atividade turística nos Parques Nacionais, hora alguns desses sujeitos assumem posições antagônicas, hora assumem posições convergentes.

4.3 Desvendando o Processo Implementado pelo Estado nos Parques Nacionais

Após terem-se apresentado algumas considerações sobre os Parques Nacionais do SNUC e um panorama do ecoturismo nessas UCs, devem ser expostos e analisados neste excerto do trabalho, a partir da pesquisa bibliográfica e do trabalho de campo desenvolvidos no decorrer da pesquisa, diferentes aspectos relacionados ao processo de desenvolvimento da atividade turística observado nos Parques Nacionais e em seus entornos. E, desse modo, poder-se-á dar mostras dos impactos socio-espaciais que se estabelecem nesses espaços de acumulação em decorrência da mercantilização das suas paisagens naturais.

4.3.1 A sujeição dos diferentes usos nos/dos Parques Nacionais

É sabido que, reproduzindo o que ocorre com outras áreas de conservação da natureza criadas em todo o mundo, assiste-se nos limites dos Parques Nacionais do SNUC e nos seus entornos, paralelamente a inúmeros conflitos relacionados aos diferentes usos das suas terras, à implementação de ações que induzem ou que já promovem a mercantilização das suas paisagens naturais e a territorialização do capital com o ecoturismo.

Inicialmente criados, segundo Lima (2003), por razões utilitárias, os Parques Nacionais tinham a recreação, ou o turismo, em vez da conservação da natureza, como a sua principal função. E embora, por um tempo, tenha ocorrido uma mudança de foco importante para os objetivos preservacionistas, a política de áreas protegidas retornou para um "enfoque mais antropocêntrico". Inclusive pelo ato fundador do primeiro entre os muitos Parques Nacionais criados por todo o mundo, o Parque Nacional de *Yellowstone* nos Estados Unidos, é possível tomar consciência, de acordo com Serrano (1997, p. 105), de que

> a própria idéia da proteção ambiental surge associada à idéia da contemplação, do lazer e, por extensão, do turismo. Contudo, esse fato não deixa de se colocar como um paradoxo que virá marcar a instituição e a vida desse novo tipo de lugar: o afastamento de qualquer atividade humana, visando à conservação da natureza num estado 'primitivo' e, ao mesmo tempo, o usufruto do homem pelo lazer.

Os Parques Nacionais foram criados seguindo o modelo de Parques Nacionais dos Estados Unidos, o qual se expandiu por um grande número de países do mundo. Desse modo, nas UCs do país dessa categoria não deve existir, sem distinções, população residindo e uso direto dos recursos naturais. Mas, ocorre que muitos Parques Nacionais são habitados. E, de modo geral, essas UCs constituem para a sua população, bem como para as populações dos seus entornos, tradicionais territórios de diversas práticas produtivas e culturais, inclusive de práticas de lazer junto à natureza.

Conforme Diegues (1997), a implantação de tal modelo de UC está na base de conflitos e de uma visão indevida de áreas protegidas. E o resultado da sua transposição para os países do Terceiro Mundo foi devastador para as populações tradicionais. No entanto, muitas dessas populações, com o seu modo de vida, são importantes para a conservação dos recursos das áreas de preservação da natureza. Levando em consideração a interação "homem-ciclos naturais" dessas populações, a noção de áreas naturais protegidas que as excluem é incompreensível para as mesmas. A separação forçada pelo Estado entre a natureza e a cultura tradicional representa a imposição, sobre os mitos próprios das sociedades tradicionais, do mito moderno da natureza intocada e intocável da sociedade urbano-industrial. De acordo com o autor:

> Nesse contexto, situa-se a percepção que as populações tradicionais têm da presença dos turistas nas áreas naturais protegidas, de onde os ribeirinhos da Amazônia e os caiçaras da mata Atlântica são, por força da lei, excluídos. Para eles, é incompreensível que se permita a entrada de turistas e se negue a permanência de moradores que vivem na área há muitas gerações e que, pelo

> seu modo de vida, são em grande parte responsáveis pela conservação dos rios, das florestas e das espécies vegetais e animais que nela vivem. Nessa linha de pensamento, o chamado *turismo ecológico,* realizado em parques e reservas, está também imbuído desse neomito de natureza intocada e selvagem (DIEGUES, op. cit., p. 92-3).

Além da presença das populações tradicionais, várias dessas áreas apresentam residências de veraneio. Estas residências teriam sido construídas antes da criação das UCs, ou até mesmo depois, sendo observados conflitos entre os veranistas e os seus gestores, como também entre os veranistas e as suas populações tradicionais (DIEGUES, 1997).

No Parque Nacional da Ilha Grande (PR/MS), por exemplo, existem diversos tipos de ocupações privadas, sendo observadas nessa UC tanto residências de proprietários ou posseiros ribeirinhos, como também casas de veraneio. Conforme o ICMBIO (2012e), as construções edificadas ou mantidas em lotes privados naquela UC somente para fins de lazer ou veraneio começaram a ser retiradas do seu interior depois da indenização dos seus proprietários. Pedindo a demolição e retirada dessas construções, bem como a remoção das espécies exóticas introduzidas nas propriedades, o Ministério Público Federal entrou com ações civis públicas na Justiça Federal. E nas audiências de conciliação realizadas até 03 de dezembro de 2012 houve acordo para retirada pelos proprietários, nos prazos determinados pelos juízes, das construções e das espécies exóticas.

Nessas situações as ações foram arquivadas sem ônus para os réus. Mas, nos casos em que não existe acordo, os proprietários ficam suscetíveis a responder a processo judicial e, ainda, a arcar com a responsabilidade pelos prejuízos ambientais ocasionados à UC e com as despesas da demolição e da remoção dos entulhos, caso seja determinado ao ICMBIO realizá-las. Já as casas de proprietários ou posseiros ribeirinhos dessa UC que firmaram termos de compromisso com o Instituto não seriam demolidas, sendo necessário proceder a uma análise socioeconômica e jurídica, de acordo com a Instrução Normativa – IN que rege esse procedimento (ICMBIO 2012e). Vale observar, desse modo, que:

> A IN dá permissão temporária para que a família permaneça no local apenas nos casos em que a casa esteja sendo usada pelas pessoas e seja a única opção de habitação para elas. No entanto, os ocupantes terão que respeitar normas de conduta que garantam a proteção ambiental da UC (Op. cit.).

O uso dos recursos naturais dessa UC e, de forma geral, dos demais Parques Nacionais do SNUC, apesar de ilegal, ainda persiste. E este é um fato considerado por seus gestores como danoso para a preservação dos seus ecossistemas naturais. Tradicionalmente, os seus recursos naturais são explorados para a subsistência ou comercialização em pequena

escala por parte da população que reside em seus limites e nos seus entornos, muitas vezes por meio da pesca, da caça ou da extração de produtos vegetais e minerais. Mas também ocorre a exploração dos seus recursos naturais em larga escala por parte de outros sujeitos, como aqueles que extraem madeiras nobres e minérios visando a um lucrativo comércio.

No Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (AP), o ICMBIO (2009b) anunciou, por exemplo, que foi apreendido, no dia 23 de janeiro de 2009, durante uma operação que fazia parte de ações de fiscalização realizadas na região desde 2007 com o intuito de impedir o garimpo ilegal de ouro, um gerador de eletricidade clandestino. A apreensão do equipamento teria ocorrido, mais precisamente, em uma ocupação ilegal localizada no interior da UC, surgida à margem do rio Oiapoque e conhecida como Ilha Bela, e teve a participação de equipes desse Instituto e do IBAMA, com a colaboração de equipes do Exército, da Polícia Federal e da Polícia Militar do estado do Amapá.

Seu proprietário, que recebia semanalmente de cada imóvel da localidade, erguida para dar suporte ao garimpo, entre 1 e 2,5 gramas de ouro como pagamento pelo fornecimento de energia, teria sido notificado em novembro do ano anterior, quando lhe foi dado um prazo de 60 dias para retirar o gerador e suspender a comercialização de energia elétrica. Vencido o prazo, o proprietário não havia cumprido a determinação, sendo multado, em R$ 873.158,40, pela manutenção do gerador e de um motor, bem como, em R$ 2.011,89 diários, pela instalação de rede elétrica no local (ICMBIO, 2009b).

Conforme a chefe substituta da UC na época, Marcela de Marins, que destacou a ação da Polícia Militar para a realização da operação, o número de imóveis na área, usado como base para cerca de dez mil garimpeiros que atuavam ilegalmente na Guiana Francesa, passou de 124, em 2005, para 215 construções, em 2008. Apesar dos avisos de que o local era parte de uma UC de proteção integral, na qual é proibida ocupação humana, bem como da notificação que determinava a retirada do gerador de energia elétrica e dos barracos, seus ocupantes permaneciam no local. Na operação em questão, aproximadamente 70 pessoas impediam a retirada do equipamento. Concentradas inicialmente ao redor do imóvel no qual se encontrava o gerador, elas teriam desafiado as equipes do Exército e das Polícias Federal e Militar, sendo dispersadas quando esta lançou uma granada de gás lacrimogêneo para quebrar a resistência do grupo. E, logo após, armadas de paus e pedras, atacaram uma embarcação do Exército, sendo impedidas de destruí-la pela detonação de mais uma granada (Op. cit.).

A análise da realidade faz ver, desse modo, que é comum no interior dessas UCs a observação de conflitos relacionados ao debate, que marca cada vez mais os tempos atuais, entre a imperativa proteção da natureza e a ocupação das áreas protegidas e exploração dos

seus recursos naturais. E não surpreende que, por vezes, esses conflitos apresentem, como foi mencionado no caso exposto anteriormente, até mesmo o confronto armado entre forças policiais e/ou do exército e indivíduos ou grupos que, por diferentes razões, descumprem a lei.

Desde a sua criação, o ICMBIO, que admite a questão, divulga diariamente em seu sítio na internet notícias a respeito do conjunto das UCs do SNUC. Assim, em meio a um imenso número de matérias desse Instituto, foram divulgadas inúmeras notícias sobre os Parques Nacionais. Muitas dessas notícias dão ideia da grande proporção dessa problemática. Assim, uma parte importante dessa pode ser analisada a partir, entre outras fontes, das próprias matérias divulgadas diretamente a propósito de diferentes usos nos/dos Parques Nacionais por esse Instituto. E no Apêndice C essas notícias se encontram listadas.

Mas ao considerá-las, deve-se levar em conta que, não obstante as escolhas dos espaços para investimentos presentes e futuros de capitais por parte do mercado e a despeito da interferência das atividades turísticas na produção do espaço, a manutenção das condições naturais dos Parques Nacionais, com as suas paisagens naturais raras, é recorrentemente citada por gestores dessas UCs, planejadores do MMA e do MTUR, representantes do setor turístico e pesquisadores, entre outros sujeitos, como fator primordial para o desenvolvimento do ecoturismo nos Parques Nacionais e nos seus entornos.

4.3.2 A centralidade da atividade turística nos discursos relativos aos Parques Nacionais

A defesa da implantação ou do crescimento do ecoturismo nos Parques Nacionais constitui uma ideia predominante nos discursos de diferentes sujeitos. Ela está presente, desse modo, em grande parte dos discursos de pessoas envolvidas com a criação e a manutenção dessas áreas de preservação da natureza, tais como planejadores de diferentes órgãos oficiais e de seus gestores, mas também é observada em muitos discursos de representantes de entidades ambientalistas, de ONGs e de agências financiadoras, bem como é observada nos discursos de pessoas das comunidades dos entornos das UCs, e, ainda, nos discursos de representantes das atividades ligadas ao setor turístico.

Kinker (2002), que defende o desenvolvimento do ecoturismo nessa categoria de UC, afirma que, sendo a visitação a única atividade geradora de renda admitida nos Parques Nacionais e o ecoturismo a modalidade de turismo que deve ser norteada pelos princípios da conservação, o ecoturismo é a atividade econômica adequada para ser implementada nessas UCs. Nesse sentido, a autora assevera que é essencial o desenvolvimento de políticas de incentivo ao ecoturismo nos Parques Nacionais. Devem ser direcionados para estas UCs os

recursos adquiridos com o ecoturismo, para reforçar os benefícios da atividade e para minimizar as chances de advirem impactos negativos da mesma. A comunidade do entorno do Parque Nacional que é envolvida no desenvolvimento do seu turismo obtém benefícios, deixa de fazer uso direto dos recursos naturais da UC com o transcorrer do tempo e se transforma na mais importante aliada da sua proteção. E quanto maior o número de visitantes de uma UC, mais justificativas podem ser apresentas à classe política, para que esta elabore leis que lhes deem apoio e que permitam a aquisição de financiamentos do Poder Público, de agências internacionais ou mesmo de particulares.

A visitação aos Parques Nacionais, que é prevista na Lei do SNUC bem como nos Planos de Manejo dessas UCs, é considerada, desse modo, uma importante aliada da conservação da natureza nessas UCs, enquanto o ecoturismo é citado como a atividade econômica capaz de promover o desenvolvimento sustentável nos seus entornos, sendo comuns afirmações do ICMBIO, seu órgão gestor, nesse sentido, assim como acontece por parte dos diversos sujeitos sociais envolvidos direta e indiretamente com a exploração turística dos Parques Nacionais.

Entre as inúmeras notícias divulgadas pelo ICMBIO tratando especificamente dessa categoria de UC, uma parte expressiva abordou o seu uso público com a visitação. É evidente no conjunto dessas matérias a importância que a atividade turística assume quando se trata da gestão dos Parques Nacionais. E, apresentando-as, o Apêndice D traz uma lista dessas notícias.

Por vezes tais matérias destacaram, entre outras questões relacionadas ao turismo nessas UCs, as ações e os investimentos planejados ou realizados nos Parques Nacionais visando ao desenvolvimento do turismo. Outras vezes as matérias abordaram a relação entre a visitação e a preservação da natureza nessas UCs. Também houve matérias que ressaltaram a relação entre essa visitação e essa preservação da natureza nos Parques Nacionais e o desenvolvimento local e/ou regional. Mas também houve matérias que apenas promoveram a visitação às UCs. E entre as inúmeras notícias que poderiam ilustrar cada um desses quatro casos, respectivamente, foram selecionados os exemplos que a seguir são apresentados[36].

Na matéria "Parque que abriga o Dedo de Deus celebra 70 anos com várias novidades", de 26 de novembro de 2009, que é apresentada como um exemplo das notícias que destacaram as ações e os investimentos planejados ou realizados nos Parques Nacionais visando ao desenvolvimento do turismo, foi afirmado pelo ICMBIO (2009d, n.p.):

[36] Tentou-se selecionar notícias que, além de servirem ao propósito aqui determinado, fossem sucintas.

> O Parque Nacional da Serra dos Órgãos [...], famoso por abrigar o Dedo de Deus [...], completa 70 anos nesta segunda-feira (30).
> Para marcar a data, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [...], Rômulo Mello, inauguram [...] duas exposições interativas e uma série de obras de melhoria da infraestrutura da unidade.
> Entre as melhorias, estão os novos centros de visitantes de Teresópolis e Petrópolis; a nova sinalização bilíngue; a trilha suspensa com 1.300m de percurso em meio à copa das árvores, com bela visão das cachoeiras e montanhas; e o novo abrigo de montanha do Açu, um chalé para 30 pessoas com cozinha e banho quente a 2.100 metros de altitude no meio da travessia Petrópolis-Teresópolis, considerada a trilha mais bonita do Brasil.
> O abrigo é semelhante ao da Pedra do Sino e vai reduzir os impactos do acampamento na parte mais alta da montanha. Com isso, as pessoas poderão fazer a travessia Petrópolis-Teresópolis sem as pesadas mochilas cargueiras, evitando as barracas, fogareiros e panelas.
> PISCINA NATURAL - Além disso, foram restaurados a piscina natural e o casarão histórico que abriga o Museu Von Martius, em Guapimirim; revitalizados os banheiros para visitantes, as áreas de camping e as vias internas; e construídos novos espaços para a administração, como escritórios e garagens.
> [...]
> O atendimento ao visitante também foi modernizado com contratação de guias bilíngues e a implantação do sistema de reservas pela internet chamado de Parnaso online. O novo sistema é semelhante ao da Trilha Inca de Macchú Picchú e permite que se façam reservas, pagamento antecipado por meio de cartão de crédito/débito para as trilhas de montanha e preenchimento do termo de conhecimento de riscos.
> Todas essas melhorias na infraestrutura do parque são resultado de investimentos do Programa Turismo nos Parques, parceria dos ministérios do Meio Ambiente e do Turismo, e de recursos orçamentários do ICMBio e da compensação ambiental.

Na matéria "Dos 68 parques nacionais, 26 estão oficialmente abertos ao turismo", de 06 de setembro de 2012, que é apresentada como um exemplo das notícias que abordam a relação entre a visitação e a preservação da natureza nos Parques Nacionais, foi afirmado pelo ICMBIO (2012b, n.p.):

> Dos 68 parques nacionais, 26 estão abertos oficialmente à visitação, com controle de entrada e cobrança de ingresso. O campeão de visitantes é o Parque Nacional da Tijuca, no Rio [...]. Os demais – com exceção do Pico da Neblina (AM) e do Araguaia (TO), fechados por conta de questões jurídicas [...] – recebem algum fluxo de pessoas, embora em níveis diferentes de planejamento, normas e controle.
> Além de oferecer às pessoas contato direto com a natureza, com direito a caminhadas, trilhas, banhos de cachoeira, prática de esportes de aventura, entre outros prazeres, a visitação ordenada nos parques nacionais traz também seus ganhos para a unidade de conservação. Ela passa a ter maior visibilidade e prestígio junto às pessoas, que, por sua vez, tornam-se aliadas na conservação do local. É aquela velha máxima: a gente só preserva o que conhece.

> Além disso, há os ganhos financeiros com a cobrança de ingressos e com as concessões de serviços de uso público. Somente no ano passado, foram recolhidos aos cofres do Instituto R$ 24,3 milhões oriundos de ingressos e serviços nos parques. Esses recursos são fundamentais porque voltam para a unidade em forma de novos investimentos, formando um círculo virtuoso.

Na matéria "Em entrevista, analista do ICMBIO fala sobre o recém-criado Parque Nacional de Furna Feia", de 31 de julho de 2012, que é apresentada como um exemplo das notícias que ressaltaram a relação entre a visitação e a preservação da natureza nos Parques Nacionais e o desenvolvimento local e/ou regional, foi afirmado pelo ICMBIO (2012c, s.n.):

> Furna Feia (RN) é o mais novo parque do país [...]. Não tem nem dois meses de criação. O decreto que oficializa a unidade de conservação (UC) foi assinado no dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, pela presidenta Dilma Roussef. A notícia foi comemorada por toda a área ambiental, mas, principalmente, pelos servidores da base avançada do Centro Nacional de Conservação e Pesquisa de Cavernas (Cecav) em Natal (RN).
> [...]
> Em recente entrevista à imprensa do Rio Grande do Norte, o analista ambiental Diego de Medeiros Bento, chefe da base avançada do Cecav no Rio Grande do Norte, falou sobre a importância da criação do parque nacional [...], os planos para a sua estruturação, a riqueza biológica e espeleológica do local, as belezas da Furna Feia que dá nome à unidade [...] e os ganhos que a UC trará para o meio ambiente e os moradores da região.
> "Com a criação do Parque Nacional da Furna Feia, temos a oportunidade única de conciliar conservação da natureza com utilização sustentável do patrimônio natural, por meio do uso indireto – turismo nas mais diversas formas: ecológico, rural, de aventura", diz Diego, ao acrescentar que a iniciativa vai "melhorar a vida da comunidade e, até mesmo, mudar a percepção, enraizada em nossa cultura, de que o meio ambiente é um entrave ao desenvolvimento." Com um detalhe: "Tudo isso numa das regiões mais pobres do país ", destaca ele.

Na matéria "UBAJARA: Grutas, cachoeiras e teleférico em plena caatinga", de 26 de março de 2010, que é apresentada como um exemplo das notícias que promoveram a visitação aos Parques Nacionais, foi afirmado pelo ICMBIO (2010b, n.p.):

> O Parque Nacional […] Ubajara, no Ceará, conta com atrativos como trilhas, grutas e cachoeiras. Mas o mais legal é o passeio de teleférico. O bondinho suspenso por cabos de aço leva os visitantes ao alto do mirante, de onde se pode apreciar uma das paisagens mais bonitas da caatinga.
> O teleférico leva também à entrada da Gruta de Ubajara, uma das maiores do Brasil, repleta de formações rochosas esculpidas pela água que escorre das paredes há milhões de anos. O acesso ao seu interior é limitado a 300 pessoas por dia, com grupos de 12 pessoas de cada vez, em intervalos de 15 minutos entre cada grupo.
> Além de banho nas cachoeiras, o parque oferece ainda caminhadas em três trilhas – a da Samambaia, com extensão de aproximadamente 3 km, que dá

> acesso ao mirante; a do Circuito das Cachoeiras, que passa pelas cachoeiras do Cafundó (permitido banho) e a cachoeira do Gavião; e a Ubajara/Araticum, que passa pela gruta de Ubajara, com percurso de 7 km.
> SERVIÇO:
> Como chegar
> Saindo de Fortaleza, o acesso é pela BR 222 até o município de Tianguá. De Tianguá até a cidade de Ubajara, onde fica a entrada do parque, são 17 km pela Rodovia da Confiança (CE 187). Saindo de Teresina, o melhor caminho é pela BR 343 até o município de Piripiri (PI), de onde se pega a BR 222 até o município de Tianguá.
> Onde ficar
> No entorno do parque, a menos de 100 metros da entrada, ou na zona urbana de Ubajara, que fica a cerca de 5 quilômetros da portaria, há pousadas e hotéis com preços para todos os bolsos.
> Quanto custa
> A entrada é de graça. O visitante paga apenas pelos serviços de guia (R$ 4 por pessoa) e do teleférico (também R$ 4). A visita à gruta e os passeios nas trilhas só são permitidos com o acompanhamento de guias.

Afirmando a implementação das atividades turísticas nos Parques Nacionais, que ocorre no país amparada, sobretudo, nos esforços do Estado, as ideias de alguns ambientalistas contemporâneos, apresentadas a seguir, dão, ou poderiam dar, sustentação ao que é anunciado nessas matérias. E, possivelmente, também dão, ou poderiam dar, sustentação ao que é planejado ou já é realizado nessas UCs, por seu órgão gestor e por outros órgão estatais, em relação ao uso público. Na breve exposição das suas ideias, ver-se-á que os mesmos vão além do velho conflito entre a necessidade da preservação dos ecossistemas versos a ocupação das áreas de proteção da natureza e a exploração dos seus recursos naturais. Ela dá uma mostra do que é pensado por eles em torno da proteção da natureza em Parques Nacionais de países como o Brasil e a sua relação tanto com a ocupação humana e o uso direto dos recursos naturais, como também com o desenvolvimento da atividade turística.

Terborgh e Schaik (2002) sustentam que os parques são essenciais para a perpetuação da biodiversidade, e devido à urgência da conservação da natureza não são admitidas pré-condições. O desenvolvimento sustentável – cuja promoção não resultará na preservação da natureza, que fora dos parques é uma necessidade e que ocorrerá à medida que se estabilize ou decline o crescimento populacional e novas tecnologias e novos padrões de uso de recursos tomem o lugar dos atuais – não pode ser o seu substituto. As vantagens da conservação da natureza são tanto econômicas como intangíveis, sendo que os principais benefícios econômicos resultam do turismo e de serviços prestados pelo ecossistema. Consentir a extração de recursos naturais nos parques está em desacordo com os seus conceitos e seus objetivos. E, com exceção das práticas relacionadas com o ecoturismo, as

práticas de desenvolvimento sustentável são incompatíveis com a preservação estrita da natureza, que deve ocorrer nos Parques Nacionais e categorias de manejo equivalentes.

Terborgh e Peres (2002), por sua vez, afirmam que a presença de residentes humanos no interior dos parques, sobretudo de indígenas, cujos direitos de ocupação das suas terras são reconhecidos pelo Estado, é um dos problemas mais difíceis entre aqueles enfrentados por seus administradores. Conforme diversas pesquisas, com exceção dos lugares onde os humanos apresentam um estilo de vida pré-moderno de baixo impacto e em densidades muito reduzidas, os seres humanos e a natureza são incompatíveis. Qualquer tipo de pessoa cujo meio de vida seja derivado dos recursos de um parque representa uma grande ameaça à sua biodiversidade, sendo o ecoturismo o único modelo de desenvolvimento que não gera impacto expressivo sobre os recursos naturais.

Van Schaik, Terborgh e Davenport (2002) observam que a conservação era responsabilidade apenas do setor público, mas, em uma tendência que ganhará força no futuro, o setor privado, por meio de financiamento, manejo e aquisição de terras, passou a apresentar uma importância cada vez maior nessa área. Se a natureza, que não sobreviverá a um século de ganância ou pobreza com as atuais forças de mercado e tecnologia, tem de ser conservada, os parques precisam funcionar. No futuro, em consequência da prosperidade, urbanização e maior facilidade de acesso, os parques de quase todos os lugares atrairão mais visitantes. O ecoturismo, como a "maior indústria global" e como uma importante fonte de empregos para populações locais, será uma atividade ainda mais relevante do que já é atualmente, sendo exigidos melhores serviços públicos nos parques, que serão favorecidos, se fortalecerão e serão mais bem manejados.

E Kramer, Langholz e Salafsky (2002), que também chamam atenção para a atual tendência de privatização na área da conservação, ressaltam que a privatização da conservação em parques pode adotar a forma de contratos para fornecer serviços para o seu manejo através de parcerias público-privadas ou mesmo a forma de sua completa posse e operação. E os benefícios que podem advir dessa privatização são os seguintes: recursos técnicos e financeiros que não seriam disponibilizados para a conservação nos parques podem ser postos à disposição pelo setor privado e ONGs; as concessões e as taxas agregadas dos usuários podem colaborar para o financiamento das áreas de proteção; e o setor privado pode apresentar melhor resultado que o setor público em dispor dos especialistas imprescindíveis para competir no mercado internacional da "indústria de turismo de natureza".

Fica explícito, com essa síntese de algumas análises elaboradas por ambientalistas a propósito da conservação da natureza nos parques dos países tropicais, o porquê de cada vez

mais também ser defendido, em discursos relacionados ao manejo dos Parques Nacionais do SNUC, mesmo que de modo implícito, o ponto de vista a seguir, defendido por Terborgh e Schaik (2002, p. 28): "Não deveria ser preciso justificar que os parques são um refúgio da natureza e que por isso as pessoas são excluídas, com exceção dos visitantes, do pessoal encarregado e dos concessionários."

O Parque Nacional da Tijuca (RJ), onde as concessões para a iniciativa privada de serviços ligados ao turismo já é uma realidade e está em fase de ampliação, figura como a UC mais visitada do Brasil. Desse modo, essa UC é mencionada, por diferentes sujeitos, em muitos discursos relacionados aos Parques Nacionais. Grande parte desses discursos ao se referir à UC, trata, além de outros assuntos, de questões relacionadas ao desenvolvimento das suas atividades turísticas. E no intuito de tornar evidente a importância das questões relacionadas ao desenvolvimento do turismo no conjunto das notícias divulgadas pelo ICMBIO diretamente a propósito desse Parque Nacional, apresenta-se o Quadro 06.

A análise das notícias listadas no Quadro 06 evidencia que neste o tema predominante é o turismo no Parque Nacional da Tijuca. Porém, também existem notícias que abordam como tema principal questões outras que não o desenvolvimento do turismo nessa UC. Mas é preciso atentar que, mesmo entre essas notícias, do mesmo modo que ocorre com as matérias a propósito de outras UCs dessa categoria, existem aquelas nas quais se observa um discurso que coloca em destaque a atividade turística nesse Parque Nacional.

Relatando os trabalhos de vistoria da área do Parque Nacional da Tijuca realizada em 27 de fevereiro de 2009, por seu chefe, na época Ricardo Calmon, e uma equipe da UC, a matéria "Um dia de muito sol e trabalho no Parque Nacional da Tijuca", divulgada pelo ICMBIO (2009f), é um exemplo dessas notícias.

Foi explicado na matéria, entre outras coisas, que a direção da UC teria mapeado 15 pontos de invasões. A intenção era reduzir esse número a zero. Já havia planos para realizar a desocupação de um trecho da Estrada Velha da Tijuca. E ações conjuntas entre o Parque Nacional da Tijuca, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para, entre outras ações, pôr fim às ocupações no interior da UC, já eram realizadas, sendo parte da política de gestão compartilhada adotada por sua direção. O primeiro local inspecionado naquele dia foi um prédio de um antigo restaurante no seu interior, o qual tinha sido tomado por 21 famílias desocupadas dias antes (ICMBIO, 2009f). E, além de explicar que todas as famílias seriam incluídas no programa municipal de aluguel social, foi observado:

> Os invasores ocupavam o prédio havia mais de dez anos. Moravam na mais completa precariedade. Aos poucos, o local vinha se transformando numa favela. O verde do parque dava lugar a montes de lixo [...] e até valas negras. Para completar, as famílias usavam água de uma captação ilegal [...]. Nas bicas rentes ao chão, faziam higiene pessoal, tomavam banho, lavavam roupas, pratos, cachorros. Toda a sujeira era despejada em meio à vegetação de Mata Atlântica que cerca a área. Um crime ambiental (Op.cit., s.n.).

Quadro 6: Parque Nacional da Tijuca: notícias publicadas pelo ICMBIO diretamente relacionadas à UC entre os anos de 2008 e 2012

DATA	NOTÍCIA
21.01.08	Com o apoio do IBAMA Parque Nacional da Tijuca fecha o cerco às ocupações ilegais
27.03.08	Ministra inaugura novo sistema de acesso ao Corcovado
16.07.08	Parque Nacional da Tijuca recebe hotel
25.08.08	Seminário discutirá o futuro do Hotel das Paineiras
14.11.08	Instituto vistoria propriedades no interior de parque no Rio de Janeiro
03.03.09	Um dia de muito sol e trabalho no Parque Nacional da Tijuca
20.03.09	Conselho consultivo do Parque da Tijuca aprova gestão compartilhada com a prefeitura do Rio
08.04.09	Complexo turístico do Corcovado será revitalizado
22.04.09	Concurso escolherá projeto para revitalização do Parque da Tijuca
11.05.09	Acordo viabiliza gestão compartilhada para o Parque da Tijuca
10.09.09	Frequentadores voltam ao Parque Nacional da Tijuca e elogiam melhorias
24.12.09	Canopy será a mais nova atração do Parque Nacional da Tijuca
08.01.10	O Parna da Tijuca inicia novo modelo de relacionamento com guias, condutores e empresas
20.07.11	ICMBIO renova nesta sexta gestão compartilhada no Parque Nacional da Tijuca
27.07.11	Blog do Parque Nacional da Tijuca atinge marca de 50 mil acessos
05.09.11	Parque Nacional da Tijuca reinaugura a estrada da pedra bonita
19.10.11	Casas irregulares no Parque Nacional da Tijuca deverão ser desocupadas até novembro
13.12.11	Tijuca lança portal na internet
27.12.11	Sai edital de licitação do Complexo das Paineiras
17.01.12	Tijuca realiza cadastro dos guias de turismo
15.02.12	Concessão de serviços do complexo das paineiras revitaliza Parque da Tijuca
14.06.12	Tijuca inaugura domingo maior sistema sinalizado de trilha
15.08.12	Tijuca amplia prazo para cadastramento de guias
11.12.12	ICMBIO promove oficina sobre trilhas
20.12.12	Tijuca começa a sinalizar a trilha transcarioca
28.12.12	Tijuca terá circuito de arvorismo em 2013
OBSERVAÇÃO: A seleção e a análise das notícias teve início com a produção e divulgação destas na segunda metade de 2007, após a criação do ICMBIO, e foi encerrada no final de 2012, sendo que este trabalho em grande parte foi inviabilizado entre 23/02/10 e 16/03/11 em razão da criação de seu novo sítio na internet, e que pode ocorrer uma diferença de um dia na data das notícias.	

Fonte dos dados: ICMBIO (2008-2012).

Ocorre que, como é comum a muitas notícias divulgadas a respeito deste e dos demais Parques Nacionais, nessa mesma matéria em que se expõe a miséria à qual é submetida um sem-número de famílias brasileiras, nesse caso famílias que vivem na "cidade maravilhosa", foi descrito o que era planejado, naquele momento, para o Parque Nacional da Tijuca. E o que se nota é que as transformações pensadas para essa UC, na sua totalidade, contribuem para o crescimento das atividades turísticas lá desenvolvidas, que já faziam de alguns dos seus locais abertos à visitação importantes atrativos no cenário turístico mundial.

Foi esclarecido, entre outras questões relacionadas ao turismo no Parque Nacional da Tijuca, que uma das ideias para o prédio do antigo restaurante desocupado dias antes era fazer no local um centro cultural e ambiental, o qual contaria com salas para exposições sobre a fauna e a flora da região, bem como para cursos de formação de guias mirins e de agentes ambientais. Para o Hotel das Paineiras, inaugurado em 1905, planejava-se uma revitalização com a sua transformação em um centro de lazer, que seria usado para eventos e hospedagem de turistas e moradores da cidade, e o que contaria, por exemplo, com exposições, shows, bar, restaurante, café e lojas de *souvenir*. Já para a estátua do Cristo Redentor, principal atrativo turístico da UC, previa-se a ampliação da área de circulação de pessoas, bem como da infraestrutura de uso público, com lanchonetes, bares e lojas de *souvenir*. Além disso, após um ordenamento, o transporte de turistas até o local já era realizado somente por vans, que se restringiam ao embarque e desembarque de passageiros, o que evitava tumultos. E era pensada a construção de um centro de visitantes na Cascatinha, ao lado da sede administrativa, cuja base seria o prédio no qual estava abrigada a biblioteca (ICMBIO, 2009f).

E, observando que a formação da Floresta da Tijuca é fruto de um reflorestamento promovido durante o Segundo Reinado em terras que pertenciam a pessoas da nobreza, as quais, junto à família do governante do país, reuniam-se em sua parte alta para atividades que fizeram surgir no local um circuito cultural, ainda foi ressaltado na matéria que, de acordo com o gestor do Parque Nacional da Tijuca, o local recebia turistas durante todo o ano. Na época, conforme as suas informações, chegavam ao Cristo Redentor aproximadamente 2.000 turistas por dia pelo acesso rodoviário e 1.800 turistas ao dia pelo acesso ferroviário. Mas também havia outros locais da UC que recebiam visitantes todos os dias, e que eram abertos ao público sem contagem e sem cobrança de ingressos, tais como a Floresta da Tijuca, o Parque Lage, a Pedra da Gávea, a Vista Chinesa, a Pedra Bonita e as Paineiras (Op. cit).

Já na matéria "Ministro derruba barracos na Floresta da Tijuca e anuncia convênio para revitalizar o parque", anunciada em 11 de março de 2009 no Jornal Local, ainda foi afirmado a propósito da questão em tela:

> Com a participação do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, foi realizada no sábado (7) operação de demolição de construções irregulares onde viviam 21 famílias dentro do Parque Nacional da Tijuca [...]. Na ocasião, Minc anunciou a assinatura ainda este mês de convênio com a Prefeitura para reforçar a administração do parque (JORNAL LOCAL, 2009, s.n.).
> Para simbolizar o início de parceria com o governo municipal para não só administrar o parque – onde fica o Corcovado –, mas para contribuir para incentivar o ecoturismo e reforçar a preservação da Floresta da Tijuca, evitando favelização no local, Minc, Paes e os secretários municipais de Meio Ambiente e Habitação, Carlos Alberto Muniz e Jorge Bittar, plantaram mudas de espécies de Mata Atlântica, como ipê e pau-ferro, em clareira aberta na floresta pelos invasores (Op. cit.).

É necessário lembrar, desse modo, que, o modelo de Parques Nacionais instaurado no Brasil definia desde seu início, territórios com paisagens naturais raras para o lazer e a contemplação das populações urbanas. E não é de se admirar nesse sentido que neste regime de acumulação flexível do capital, na elaboração dos Planos de Manejo dessas UCs, que acompanham o que está definido na Lei do SNUC, seja contemplado o uso público por meio da visitação, o que ocorre, cada vez mais, com o ecoturismo que promove a mercantilização das suas paisagens naturais, ao tempo em que se reafirma a proibição da ocupação humana e da continuidade de diversas práticas tradicionais nos seus limites.

4.3.3 A superação dos impedimentos para o desenvolvimento do ecoturismo nos Parques Nacionais

A regularização fundiária dos Parques Nacionais e a elaboração dos seus Planos de Manejo, que de modo geral são realizadas, tal qual ocorre com a criação dessas UCs, em meio a conflitos envolvendo diferentes sujeitos, são apontadas como condições necessárias para a abertura oficial de áreas dessas UCs à visitação. E, desse modo, não obstante as escolhas dos espaços para investimentos presentes e futuros de capitais por parte do mercado, ao discutir a superação dos impedimentos para o desenvolvimento do ecoturismo nessa categoria de UC, faz-se mister atentar para as observações a seguir.

Entendendo-se que a ocupação humana, como em outras categorias de UCs do SNUC, é incompatível com os objetivos dos Parques Nacionais, é estabelecido na Lei nº 9.985, capítulo III, artigo 11, parágrafo 1º, que essas UCs são de posse e domínio públicos. Assim, as áreas particulares abrangidas em seus limites serão desapropriadas conforme o que dispõe a lei. No entanto, a posse e o domínio públicos das terras dos Parques Nacionais

estabelecidos na Lei do SNUC, permanecem somente como uma meta a ser alcançada, visto que, no presente, ainda é comum a muitas UCs dessa categoria a permanência de áreas privadas e/ou ocupadas em seus limites.

E chamando atenção para essa situação, foi explicado o significado da expressão "parques de papel":

> [...] o decreto de criação da unidade existe, estão estabelecidos seus limites, mas a área, embora tenha sido desapropriada, não é de domínio público, porque seus proprietários não receberam a indenização devida. Conseqüentemente, não saem de suas terras e começam a viver precariamente, porque não podem mais explorar os recursos naturais [...], e o Ibama não consegue implantar efetivamente o parque, porque não pode afixar sequer uma placa em área não indenizada (KINKER, 2002, p. 39).

Quanto ao Plano de Manejo, este é considerado o instrumento de planejamento das UCs do SNUC. Esse instrumento de planejamento é definido na Lei nº 9.985, capítulo I, artigo 2º, inciso XVII, como o documento por intermédio do qual, "[...] com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade [...]". Ele deve abranger, conforme o capítulo IV, artigo 27, § 1° da mesma Lei, "[...] a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas [...]".

Cada Parque Nacional, da mesma forma que as demais UCs, deve elaborar seu Plano de Manejo no prazo máximo de cinco anos após a data da sua criação. Mas, como os diferentes processos observados nos seus limites e nos seus entornos apresentam transformações, a UC tem o dever de atualizá-lo a cada cinco anos, sendo esse o documento que delibera, ou que deveria deliberar, acerca do regime de visitação pública.

Desse modo, durante uma solenidade realizada em setembro de 2009, quando foi assinado um Termo de Reciprocidade entre o ICMBIO e a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – ABETA, que deveria estabelecer as bases para o desenvolvimento de projetos em UCs federais, na área de planejamento, estruturação e gestão da visitação, tendo como foco o ecoturismo e o turismo de aventura, o presidente do ICMBIO, na época Rômulo Mello, afirmou que, com os preparativos para a Copa do Mundo no Brasil em 2014, estava sendo formatado um programa para atrair os visitantes de várias partes do mundo para os Parques Nacionais. E, explicando que o ICMBIO estava investido na

elaboração de Planos de Manejo em várias UCs dessa categoria, e que, no intuito de incrementar as atividades turísticas nas UCs federais, estavam sendo elaborados 103 Planos de Manejo, também afirmou que estes são a base para estruturar qualquer projeto de ecoturismo e turismo de aventura.

Ver-se-á com os fatos apresentados a seguir, inicialmente relacionados a dois Parques Nacionais do estado da Bahia, que tanto a regularização fundiária quanto a elaboração dos Planos de Manejo são metas perseguidas para os Parques Nacionais. E, embora seja afirmado que alcançar tais metas é indispensável para garantir a proteção dos seus ecossistemas, isto ocorre ao menos para parte dessas UCs, sobretudo em decorrência de estas constituírem condições para o desenvolvimento da atividade turística nos seus limites.

Em março de 2009 foi anunciado a respeito do Parque Nacional do Pau Brasil (BA) que a UC obteve, ao completar 10 anos, a posse de 100 % da sua área. Com isto, aquele Parque Nacional não apresentaria mais nenhuma ocupação irregular. Sendo afirmado em relação ao seu uso público por seu chefe, na época Luiz Fernando Brutto, que provavelmente no verão seguinte, com a conclusão do Plano de Manejo da UC, já ocorreriam visitas ao Parque Nacional, que está situado em uma região de intenso apelo turístico entre Arraial d´Ajuda e Trancoso. Em contrapartida aos fatos ocorridos nessa UC, no Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA), a primeira desapropriação de terras só ocorreu em 23 de fevereiro de 2012, mesmo a UC já tendo o seu Plano de Manejo concluído em 2008 e mesmo a UC já sendo considerada uma das mais importantes do cenário turístico brasileiro. No entanto, a área desapropriada de 150 hectares, a qual fazia parte de uma propriedade rural situada no distrito de Caeté Açu no Vale do Capão, é exatamente a das terras nas quais se encontra a trilha usada por seus visitantes para alcançar a Cachoeira da Fumaça, que constitui um dos seus principais atrativos turísticos. Convém observar que após a conclusão do seu Plano de Manejo e antes daquela primeira desapropriação em seus limites, como ocorreu com o Parque Nacional do Pau Brasil, também foi estabelecida, como foi transcrito a seguir de ICMBIO (2009e, s.n.), uma relação entre a regularização fundiária e a elaboração do Plano de Manejo da UC com o desenvolvimento da sua atividade turística.

> "O ordenamento territorial é um processo complexo que precisa ser vencido para voltarmos as atenções ao turismo, considerado, hoje, a maior vocação da região", afirma Christian Berlinck [, na época, Chefe do Parque Nacional da Chapada Diamantina].
> A consolidação fundiária, lembra o chefe do PNCD, envolve etapas como a realocação de famílias que habitam a unidade e a transferência de terras devolutas que atualmente estão em poder do estado da Bahia para o ICMBio.

> "Isso representa 60% dos mais de 152 mil hectares do PNCD e boa parte dos cerca de 70 atrativos turísticos, entre cachoeiras, vales, lagoas de águas cristalinas, trilhas e grutas estão nestas terras. Não temos como resolver a questão da noite para o dia, mas o Plano de Manejo facilitará esse processo. O documento, inclusive, já contempla projetos para os pontos mais procurados pelos visitantes", relata o responsável pelo Parna.

É sabido que entre as UCs dessa categoria existem aquelas que passaram por uma recategorização, justificada por vezes pela necessidade de abrir a área à visitação. O caso exposto a seguir, relativo ao Parque Nacional de Anavilhanas (AM), é um exemplo de uma dessas UCs. E se não fosse o fato de tal UC apresentar situação fundiária totalmente regularizada e não se encontrar ocupada, com esse caso também seria evidenciado que, para tais UCs que conseguiram a recategorização que lhes permite planejar o desenvolvimento da atividade turística, os mesmos impedimentos para alcançá-lo devem ser superados.

O Parque Nacional de Anavilhanas foi criado em 29 de outubro de 2008, pela Lei nº 11.799, a partir da Estação Ecológica de Anavilhanas, criada em 2 de junho de 1981 pelo Decreto nº 86.061. A UC constitui, com mais de 400 ilhas, o segundo maior arquipélago fluvial do mundo. E estando em uma região que dispõe de hotéis e pousadas situados na floresta, diversos tipos de embarcações, desde "voadeiras" que partem do município de Novo Airão até navios que partem de Manaus, são usadas em excursões turísticas ao local, tendo sido anunciado em outubro de 2009, transcorrido apenas um ano da sua recategorização, que:

> Mal deu os primeiros passos e o parque já enfrenta forte pressão do turismo nacional e internacional, que cresce a cada ano. Ainda sem Plano de Manejo, que regulamentaria a atividade na região, a solução do [...] ICMBio [...] para ordenar as visitações será estabelecer um Plano Emergencial de Uso Público, que está em elaboração (ICMBIO, 2009a, s.n.).

Quando o ICMBIO divulgou, no ano de 2008, a transformação daquela Estação Ecológica em Parque Nacional, explicou que a lei que regulava a recategorização havia sido aprovada pelo Congresso Nacional. Como Parque Nacional, a UC, de acordo com seus representantes, poderia ser incluída no programa de ecoturismo do MMA e do MTUR, enquanto a região na qual a UC está localizada deveria receber programas e ações governamentais de estímulo à atividade turística. A comunidade ribeirinha, que, com esta, ganharia uma boa alternativa de renda, seria um dos setores mais favorecidos. Já era prevista, desse modo, a redução de práticas ilegais, como a pesca e a caça. E o seu Plano de Manejo, conforme técnicos da Diretoria de Proteção Integral do ICMBIO, seria refeito e regularia as

novas atividades permitidas com a recategorização da UC, como a visitação turística, sendo afirmado sobre essa questão:

> Estação ecológica é uma categoria de [UC] [...] restrita à pesquisa científica e à educação ambiental, modelo conflitante com a realidade da região, mais vocacionada para o turismo ecológico sustentável. Assim, a mudança facilita o planejamento de programas de visitação e o aproveitamento da infra-estrutura já existente na unidade (ICMBIO, 2008a, s.n.).

Porém, mantendo o Plano de Manejo do período em que a UC constituía uma Estação Ecológica na qual é proibida a atividade turística, o ICMBIO publicou no Diário Oficial da União, em 10 de abril de 2012, a portaria nº 47, na qual estabeleceu normas e procedimentos para a sua visitação. Alguns dias depois, o Parque Nacional de Anavilhanas e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AM lançaram o mapa e o painel turístico da UC. E, sendo tal ação resultado do Projeto de Fomento do Turismo em Parques Nacionais e Entorno, foi observado o seguinte[37]:

> Anavilhanas foi um dos cinco parques nacionais pilotos do projeto, que tem como objetivo desenvolver o turismo por meio do fortalecimento do setor empresarial e de ações de integração da cadeia produtiva do turismo com as [UCs] [...]. Capitaneado pelo Sebrae/AM, o projeto que se encerraria neste ano, prosseguirá até 2015, com apoio da Secretaria Municipal de Turismo de Novo Airão e a Amazonastur (ICMBIO, 2012a, s.n.).

Fica evidente, nesses termos, que, do mesmo modo que ocorre com outros Parques Nacionais do SNUC, no Parque Nacional de Anavilhanas, que se encontra distante das maiores metrópoles do Brasil, mas está presente no roteiro de turistas destas e de outras metrópoles do mundo, a mercantilização da paisagem natural com o ecoturismo já é uma realidade[38].

---

[37] O capítulo 6 traz considerações sobre o Projeto de Fomento do Turismo em Parques Nacionais e Entorno.

[38] O caso do Monumento Natural dos Pontões Capixabas (ES) serve como contraponto ao que ocorreu com o Parque Nacional de Anavilhanas. A UC, além de apresentar moradores, constituía o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, que foi recategorizado e transformado em um Monumento Natural. Essa categoria de UC pode ser constituída por áreas particulares, se for possível compatibilizar o uso da terra e dos recursos naturais do local por parte do proprietário com os objetivos da UC, mas deve ser desapropriada em caso de incompatibilidade ou de não aceitação por parte do proprietário das condições propostas pelo órgão responsável por sua administração. Todavia, constituindo uma área privada ou uma área pública, o Monumento Natural apresenta como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, onde é possível a visitação. E não surpreende que a resistência apresentada por seus moradores quando da criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, que é comum a criação de tantas outras UC dessa categoria, não tenha desaparecido com a recategorização da UC para Monumento Natural dos Pontões Capixabas. Mesmo porque, permanecem com essa recategorização limitações as suas atividades e a possibilidade da desapropriação.

Não obstante as particularidades observadas em cada um dos Parques Nacionais do SNUC quanto à regularização fundiária e a elaboração do Plano de Manejo – em parte apresentadas por meio dos casos antes expostos –, o fato é que essas duas condições postas para o desenvolvimento do ecoturismo nessa categoria de UC estão em andamento. Esse processo se dá mesmo sendo a regularização fundiária e a elaboração do Plano de Manejo dos Parques Nacionais realizadas sob demonstrações de insatisfação dos diferentes sujeitos envolvidos com as questões; isto, por exemplo, quanto à legitimidade, à necessidade, à forma e ao ritmo das mesmas.

E, a despeito de se verificar que, transcorridas pouco menos de oito décadas desde a criação do primeiro Parque Nacional, ainda são comuns em várias UCs dessa categoria demonstrações de insatisfação com a realização da regularização fundiária e com a elaboração dos Planos de Manejo destas, é possível afirmar que, ao menos no que se refere às duas condições impostas para a abertura oficial de áreas dos Parques Nacionais à visitação, o processo de desenvolvimento do ecoturismo nos Parques Nacionais e de mercantilização das suas paisagens naturais está paulatinamente superando os seus impedimentos.

4.3.4 A propósito da regularização fundiária dos Parques Nacionais

Para os gestores dos Parques Nacionais do SNUC e planejadores do desenvolvimento do ecoturismo nessas UCs, a sua regularização fundiária, a despeito de toda a problemática social e econômica que esta envolve, é vital para a efetiva implantação dos Parques Nacionais, bem como para a implementação ou crescimento do ecoturismo nos seus limites.

A criação de uma UC, conformo o ICMBIO (2012d), não significa a transferência de domínio da sua área para a União. É necessário, após a criação, regularizar a situação fundiária, com a transferência da posse para o órgão gestor. Para o planejamento e a execução de sua proteção e gestão, a demarcação e sinalização dos seus limites e a regularização da sua situação fundiária são consideradas condições essenciais; assim, as UCs devem ser consolidadas territorialmente.

Em setembro de 2012, nas comemorações dos cinco anos de criação do ICMBIO, foi anunciado o saldo de 138.510 hectares de terras desapropriadas no interior de UCs federais no período de 2009 a 2012, para o qual foi necessária a soma de R$ 132,2 milhões. Entre os exemplos das desapropriações de terras que foram efetuadas naquele período e anunciadas na

ocasião estava a de uma área do primeiro Parque Nacional criado no país, o Parque Nacional do Itatiaia (MG/RJ). E a propósito dessa desapropriação foi ressaltada a sua importância para fins turísticos (ICMBIO, 2012d).

> Uma desapropriação celebrada foi a de um imóvel rural situado no Parque Nacional do Itatiaia, no Rio de Janeiro, numa área de 38 hectares. O imóvel está localizado em uma área de alta pressão antrópica (humana) e engloba as cachoeiras do Escorrega e da Maromba – dois dos principais atrativos turísticos do município de Visconde de Mauá (RJ) (Op.cit., n.p.).

De acordo com o órgão gestor das UCs federais, o passivo de regularização fundiária destas é antigo e muito grande. A ausência dos recursos necessários para a desapropriação das terras e a indenização de benfeitorias das propriedades é um dos principais problemas para a consolidação territorial dessas UCs. Desse modo, o ICMBIO buscou alternativas para custear a regularização fundiária das UCs, como a compensação de reserva legal, que está prevista no artigo 66 da Lei nº 12.651/2012[39]. E empenha-se para viabilizar a transformação de multas aplicadas pelos órgãos ambientais em recursos para desapropriações de terras em UCs, com a alteração do Decreto nº 6.514/2008, como também na proposição de uma lei que permita a "dação em pagamento" de imóveis localizados em UCs federais para a liquidação de dívidas tributárias e não tributárias (ICMBIO, 2012d).

Os Parques Nacionais junto às Estações Ecológicas, Florestas Nacionais, Reservas Biológicas e Reservas Extrativistas, conforme o ICMBIO (2011a), somavam, até 25 de outubro de 2011, um total de 251 UCs, e estas totalizavam 64,6 milhões de hectares, que exigiam o domínio público das suas terras. Não era possível, naquele momento, conforme foi afirmado por sua coordenadora-geral de consolidação territorial, Eliani Maciel, determinar exatamente a situação fundiária dessas UCs federais. A partir das informações oficiais disponíveis, todavia, estimava-se que, com relação às 251 UCs, aproximadamente 31,7 milhões de hectares encontravam-se em terras públicas federais ou bens da União, cerca de 13,4 milhões de hectares situavam-se em terras estaduais e aproximadamente 19,5 milhões de hectares consistiam em terras de provável domínio privado, que devem ser transferidas para o domínio público.

No entanto, ainda de acordo com o Instituto, mesmo que as UCs estejam localizadas em terras de domínio público, isto não significa que elas estejam totalmente

[39] A desoneração ou compensação de reserva legal, segundo o ICMBIO (2011a), não exige recursos. "'Consiste simplesmente na compra de áreas particulares inseridas na [UC] [...] de domínio público que ainda não foram desapropriadas, por proprietários de terras para doação ao órgão ambiental competente (no caso para o ICMBio) objetivando a desoneração da recomposição da reserva legal de sua propriedade' [...]" (Op. cit, s.n.).

regulares quanto à situação fundiária. Isto porque em seus limites podem existir ocupantes irregulares, "de boa fé ou não". A maior parte dessas ocupações é anterior à criação das UCs e o levantamento dos legítimos proprietários é um dos procedimentos para que tenha início o processo de desapropriação. E a propósito da questão, também foi afirmado por sua coordenadora-geral de consolidação territorial que, nos casos de posseiros de "boa fé" que estão em terras públicas a indenização das benfeitorias construídas, também de "boa fé", na UC é a etapa a seguir. No entanto, quando é comprovado que a posse da terra é irregular, como ocorre nos processos de grilagem, são tomadas medidas judiciais para a retomada da área (ICMBIO, 2011a).

Observe-se que, segundo o MMA (2007), a regularização fundiária das UCs federais envolve proprietários privados com títulos de propriedade e pessoas ou comunidades que têm a posse da terra, mas não possuem títulos de propriedade. A regularização fundiária das UCs cujos proprietários possuem títulos de propriedade se dá pela aquisição dos imóveis. Todavia, como ao longo dos anos esse processo tem-se deparado com a insuficiência de recursos financeiros para esse fim, há um amplo passivo para o órgão gestor federal. Já nos casos em que as pessoas ou comunidades têm a posse da terra, mas não possuem títulos de propriedade, a legislação aceita, de forma regulada por termo de compromisso, com restrições ao uso dos recursos e até que o poder público tome medidas, a exemplo do reassentamento por meio de reforma agrária e indenização por benfeitorias, segundo cada caso, a presença temporária no interior da UC de posseiros, populações tradicionais e agricultores familiares.

Mas, além dessa questão, ainda de acordo com o MMA (Op. cit.), a regularização fundiária dessas UCs ainda se confronta com o problema da dupla afetação, esta provocada por diferentes políticas que tiveram como consequência a sobreposição entre as UCs e outras terras públicas, a exemplo de áreas indígenas, assentamentos de reforma agrária e terras de comunidades remanescentes de quilombos. Os Parques Nacionais de Aparados da Serra (SC/RS), Serra Geral (SC/RS), Jaú (AM/RR), Cabo Orange (AP), Araguaia (TO) e Pico da Neblina (AM), entre outros, são exemplos de UCs que apresentam esse problema da dupla afetação, sendo esta, em alguns casos, a razão de conflitos de grande repercussão envolvendo Parques Nacionais, ou outras categorias de UCs do SNUC.

E deixando explícita a dimensão do problema no Parque Nacional Pico da Nablina (AM), apenas uma entre as diversas UCs onde ocorre a dupla afetação, o ICMBIO (2009c, s.n.), fazendo referência a 22 comunidades assentadas no seu interior e a outras nove comunidades do seu entorno e a despeito de qualquer conflito relacionado às mesmas, observou que este Parque Nacional "[...] se encontra entremeado e sobreposto a um complexo

de áreas protegidas, sendo entre elas terras indígenas do Médio Rio Negro II, Balaio e Yanomami e da Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos – unidade de conservação estadual."

A criação de um Parque Nacional, portanto, implica, além dos problemas ocasionados por possíveis casos de dupla afetação, reassentamentos e indenizações por benfeitorias ou desapropriações e indenizações de propriedades por ele abrangidas. Mas o que ocorre na realidade em relação a essa questão é que grande parte dessas UCs permanece sem regularização fundiária. Enquanto essa situação se mantém, os moradores de diversos Parques Nacionais, sabedores da situação provisória que lhes é imposta, continuam a ocupá-los, devendo, porém, obedecer a uma série de restrições ao seu uso. Assim sendo, por vezes, mesmo antes de serem obrigados a deixar as terras onde vivem, esses moradores entram em conflito com os gestores da UC, e, a depender de cada caso, esse conflito pode ser aberto, sendo fácil percebê-lo, ou pode assumir uma forma velada.

Lembra-se que a primeira desapropriação de terras do Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA) só ocorreu em 23 de fevereiro de 2012, e observe-se, por exemplo, que em uma localidade do seu interior conhecida como Pati ocorre um desses conflitos velados. Somente é possível chegar ao Pati através de trilhas que são percorridas a pé ou em mulas. A sua população pratica tradicionalmente a policultura, o extrativismo vegetal e a caça. Contudo, nas últimas décadas, essa população também passou a desenvolver o ecoturismo, oferecendo, para quem visita o lugar, hospedagem em compartimentos das suas residências e nas áreas organizadas para acampamento, refeições, serviço de guias e aluguel de mulas (Figura 06). Conforme H. de A. F., professor que lecionou em uma escola municipal no Pati, hoje desativada, nesta localidade residem aproximadamente 25 pessoas[40]. E quanto à possibilidade de os seus moradores serem obrigados a deixar o lugar em razão de o mesmo fazer parte de um Parque Nacional, H. de A. F. afirmou:

> Eles acham um absurdo, devido à morarem no vale há mais de 70 anos. Muitos nasceram no Pati, passaram lá toda a sua infância e adolescência e criaram seus filhos. Não saem por nada, pois sua história está ali, onde tiram seu sustento e onde são felizes. E não vão conseguir viver em nenhum outro lugar.

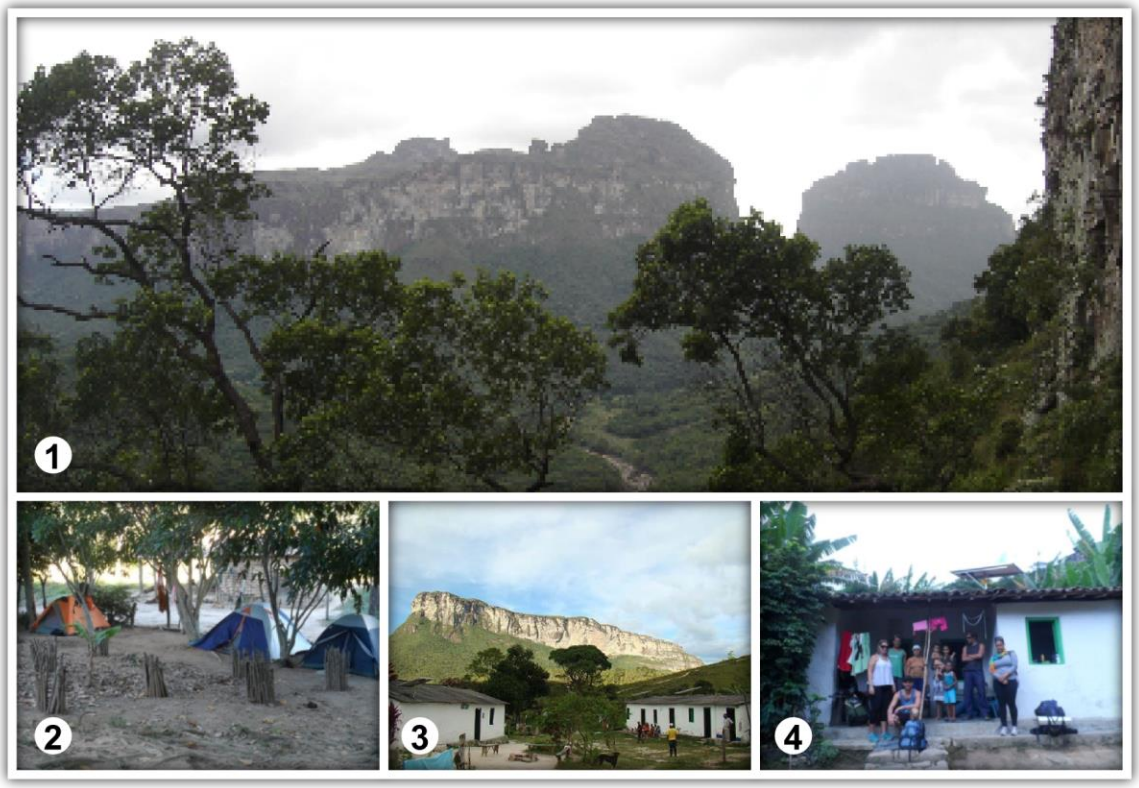
Analisando as transformações provocadas pelo crescimento da atividade turística nessa localidade, GUANAES (2006) registrou o depoimento de um dos seus moradores. E, ocorre que, mesmo sendo esse depoimento, que está transcrito a seguir, dado oito anos antes

[40] H. de A. F. foi entrevistado em 21 de abril de 2013.

da primeira desapropriação de terras nesse Parque Nacional, ele já revelava uma das faces do conflito velado relacionado à sua questão fundiária.

> Meu quintal não é parque! O IBAMA se quiser pode mandar da cerca prá fora, cá prá dentro é meu, minha casa, minha família, meus cachorros, meus passarinhos, minha rocinha no fundo do quintal, minha beira de rio, é tudo meu! Eu durmo com a escritura debaixo de um braço e com um facão debaixo do outro, se qualquer um chegar aqui para tomar o que é meu, eu pico o sujeito todinho e meto dentro dum saco... Mas...seu Humberto (último chefe do IBAMA) não vai fazer isso não, porque ele garantiu que nós vamos ficar aqui sim, o pessoal do IBAMA é nosso amigo, já vieram aqui, já beberam umas pingas com a gente e Humberto eu conheço de Andaraí, ele não vai faltar com a palavra dele, essa conversa de tirar a gente, isso é coisa dos turistas que ficam falando... e dos guias também viu seu Mira?! Mas o IBAMA mesmo nunca mandou a gente sair daqui, nunca incomodaram a gente... pode anotar isso, mas se você gravar e botar em jornal eu digo que é mentira...(seu Eduardo, fevereiro de 2004) (GUANAES, 2006, p. 202).

Figura 06: Parque Nacional da Chapada Diamantina: visitação no Pati



Legenda: 1 – Vale do Pati; 2, 3 e 4 – Aspecto da hospedagem de turistas no Pati.
Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2011 e 2013. Arquivo de Diego Silva Leite.

Mas apesar dos inúmeros conflitos observados nos Parques Nacionais em razão da sua regularização fundiária, ou mesmo em razão do temor de que esta tenha início, a presença da população que ainda os habita, muitas vezes uma população formada por comunidades

tradicionais de pequenos agricultores, extrativistas, pescadores, quilombolas ou indígenas, continua a ser avaliada, ao contrário da presença de turistas, como incompatível com os seus objetivos. E desse modo, uma parte da população dessas UCs, em face da à política que exige que seja deixado o lugar em que se vive ou impõe restrições às suas atividades produtivas ou culturais, muitas vezes tradicionais, enquanto se promove o desenvolvimento da atividade turística, por vezes é tomada de espanto, e mesmo de fúria, como quando se está diante de algo inadmissível.

4.3.5 A que serve a política implementada pelo Estado nos Parques Nacionais

Neste sistema do capital, que revolucionou a vital relação homem-natureza, corrompendo-a, e que produz continuamente a degradação da natureza, que sempre participou do processo de reprodução do capital, e do homem, que antes de tudo é parte da natureza, a condição pós-moderna contemporânea, na qual os capitalistas devem explorar todas as possibilidades, na essência nada muda.

Permanecendo o metabolismo social sob o controle do capital, diante da ascensão de formas culturais pós-modernas e da emergência de modos mais flexíveis de acumulação, do mesmo modo que se observou em diferentes épocas com tantas outras políticas desenvolvidas em todo o mundo, nas últimas décadas ganhou forma no Brasil uma política que promove para o homem um "retorno à natureza" nos Parques Nacionais do SNUC, a qual é implementada pelo Estado, em proveito da reprodução e da expansão do capital. E nessas UCs são criadas pelo Estado as condições necessárias ao processo de mercantilização das suas paisagens naturais. Para tanto, são planejadas e desenvolvidas ações para que os homens que habitam as cidades, alienados da natureza desde a produção da falha metabólica, satisfazendo mais uma das suas necessidades criadas, possam consumir no seu tempo livre, convertido em tempo de produção e do capital, paisagens naturais que, tornadas raras no decorrer da história, foram transformadas em mercadorias.

Um olhar atento da realidade desses Parques Nacionais e dos seus entornos evidencia acerca dessa política implementada pelo Estado, de mercantilização das paisagens naturais dessas UCs com o desenvolvimento do ecoturismo, o qual constitui uma forma singular de explorar a raridade da natureza produzida com o metabolismo social sob o controle do capital, que as suas implicações não são tão somente a preservação da natureza em seus limites e o desenvolvimento econômico local ou regional que são anunciados, em outros termos, o desenvolvimento sustentável.

Quanto à preservação da natureza que é anunciada com a política de desenvolvimento do ecoturismo nos Parques Nacionais, note-se que, entre outras questões, figura no objetivo básico das UCs dessa categoria, estabelecido no artigo 11, do capítulo III, da Lei nº 9.985, a "preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica". E não é possível negar, diante da forçosa necessidade da interação entre o homem e a natureza que lhe é exterior e em face das implicações do processo de degradação da natureza com a mediação do capital na relação homem-natureza, a importância do trabalho desenvolvido com vistas à imperativa proteção das suas condições naturais. Todavia, é preciso perceber que, com o crescimento do ecoturismo nos Parques Nacionais, a preservação da natureza em seus limites serve cada vez mais à reprodução do capital.

Mas também é preciso notar sobre a questão que, nos moldes que está em vigor, essa preservação dos seus ecossistemas naturais mostra-se uma tarefa que, além de não ser razoável e genuína, visto que desconsidera qualquer responsabilidade das suas populações para a sua preservação até então, é extremamente complexa ou mesmo impraticável. Isto, mesmo porque, como é possível verificar em muitas notícias do ICMBIO listadas no Apêndice C, nesses Parques Nacionais a população que habita o seu interior e os seus entornos continua a infringir as restrições que lhe são impostas com tal propósito, sendo sabido que tal desobediência em seus limites é motivada por diferentes razões.

E neste sentido é preciso lembrar que os valores referentes à natureza, tanto ambientais como estéticos, de grande parte da população que reside no interior e no entorno desses UCs, divergem dos valores de outros sujeitos, a exemplo dos seus gestores e dos seus visitantes. Parte dessa população, por exemplo, mantém intensos vínculos com a terra transformada em Parque Nacional. Estes não se referem apenas a atividades produtivas, que podem ser desde atividades muito lucrativas a atividades que atendem apenas necessidades de subsistência. Tradicionalmente essas terras também são usadas para práticas culturais, entre as quais, religiosas, medicinais e de lazer; todas elas, por vezes, reprimidas por seus gestores.

Quanto ao desenvolvimento que é anunciado com essa política, são evidentes em diferentes proporções nos limites e nos entornos de vários Parques Nacionais transformações que o denunciam nos marcos da lógica do capital. E, nesses termos, em diversas UCs dessa categoria e nos seus entornos são reproduzidos, a despeito das suas singularidades, muitos dos aspectos socio-espacias comuns aos lugares nos quais o turismo se sobressai entre as atividades econômicas de destaque.

No coração do Brasil, por exemplo, assiste-se no interior do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO) e no seu entorno a um conjunto de transformações produzidas

em decorrência da territorialização do capital com o ecoturismo. Esse Parque Nacional encontra-se a apenas 260 km da cidade de Brasília, capital do país, e é reconhecido como Patrimônio Natural Mundial da Humanidade, sendo apontado como uma das UCs dessa categoria beneficiadas, entre outros projetos oficiais, com o Programa Turismo nos Parques, o Projeto de Fomento ao Turismo em Parques Nacionais e Entorno e o Projeto Parques da Copa.

As estruturas criadas para atender aos turistas que visitam os atrativos naturais dessa UC, bem como aos turistas que visitam os atrativos naturais localizados em diversas propriedades rurais dos municípios do seu entorno, concentram-se sobretudo nos municípios do estado de Goiás onde o Parque Nacional está localizado, Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás. Sendo Alto Paraíso de Goiás um município que foi emancipado do município de Cavalcante, e cujo desenvolvimento deu-se com a agricultura e a pecuária que atendiam inicialmente à demanda suscitada pelo garimpo de ouro neste. Mas é nas proximidades do povoado São Jorge, que pertence ao município de Alto Paraíso de Goiás e que se originou por volta de 1912 com o garimpo de cristal de quartzo realizado na área onde hoje está localizada a UC, que se encontra a portaria de acesso ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

As inúmeras questões relacionadas à criação dessa UC e ao desenvolvimento de sua atividade turística levantadas nas falas de moradores dessa localidade, quando perguntados a seu propósito, oferecem uma demonstração de como é percebido por esses sujeitos o processo em tela. Assim, a seguir são expostos alguns trechos de depoimentos oferecidos, em entrevistas, por alguns dos seus moradores:

> O tempo todo tem turista, mas nesse feriado, no carnaval, no ano novo, aí é que tem muita gente mesmo. [...] Todo mundo daqui trabalha com o turismo. Um tem uma pousadinha, outro vende uma coisinha, outros são guia. [...] Quem tinha sua casinha, fez seu negócio. Quem não tinha, no preço de hoje, não bota nada. Quem não tem nada e quiser trabalha no negócio do parente... [...] terra aqui mesmo, ninguém tem... a que tem é assim, não presta... (A. F. de A., condutor de visitantes).

> Aqui em casa dois é guia e os outros trabalham cuidando da nossa pousada. [...] Tem conhecidos que trabalha em pousada e restaurante de gente de Brasília. Limpando, cozinhando... Sempre tem um serviço. [...] Tem dono de negócio aqui que é de fora e que mora aqui e que mora fora, mas sempre vem (M. B. P., proprietária de pousada).

> Aqui era calmo, não tinha nada disso não, só umas casinhas de pouca gente. [...] Tinha muita festa da gente... O povo daqui agora nem vem pra festa. Tá tudo trabalhando ou tem vergonha... [...] Tinha gente que vinha banhar nos rios. Pouca gente. Agora cresceu muito. É barulho até tarde, droga é muita

> mesmo, essa bagunça... [...] Tá tudo desenvolvido. Casa só tem aqui, agora pra lá é só restaurante e outros trabalhos (E. dos S., agricultor aposentado).

> Ai de nós sem o turista. Tava todo mundo como? Morrendo de fome. [...] A gente mais velho cresceu trabalhando e brincando aí [na área da UC]. [...] Cristal que você encontrar vendendo por aí é de fora, de outro lugar. Pode crer. Ninguém pode mais trabalhar no garimpo, nem pegar uma lasca, um remédio, uma flor, uma lenha. Não pode entrar aí pra nada não. [...] Se o cara tiver com turista, trabalhando de guia deles, aí pode (F. P. S., ex-garipeira e empregada em restaurante).

Com essas falas emblemáticas, bem como com o depoimento de outros tantos sujeitos que também foram ouvidos, ficou evidente que muitos moradores desse povoado, sempre ressaltando que o garimpo de cristais não permitia a satisfação das necessidades mais básicas, reconhecem que para a população local, houve, de modo geral, uma melhoria do poder aquisitivo e das condições de vida a partir da implementação da atividade turística na UC. Mas também ficou evidente que isto, de modo algum, fez desaparecer a insatisfação de alguns desses moradores com diversas transformações decorrentes da criação da mesma e do desenvolvimento do turismo.

No Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros não existem serviços relacionados ao uso público, prestados por empresas concessionárias. A visitação à UC está aberta oficialmente, mas a venda de ingressos encontra-se suspensa temporariamente desde a entrada em vigor da Portaria Nº 157, de 13 de maio de 2009, do MMA. E quanto ao número médio de seus visitantes, este foi superior a 20.000 nos últimos anos. Um número que, embora comemorado, é recorrentemente citado como baixo diante do potencial turístico da UC, sobretudo por quem planeja e desenvolve o turismo nessa região.

No entanto, em São Jorge, que possui somente cerca de 500 habitantes e que é servido por apenas uma linha diária de ônibus que sai de Brasília, em abril de 2011 foram identificados 36 meios de hospedagens, entre pousadas, albergues e *campings*, 16 estabelecimentos que serviam refeições prontas, entre restaurantes, lanchonetes e cafés, além de inúmeros locais que comercializavam produtos diversos, a exemplo do artesanato com cristais da região. E foi verificado que a estrada que dá acesso ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com cerca de um quilômetro, e que tem início nesse povoado, fica tomada, tais quais as suas ruas, por automóveis particulares nos períodos em que a UC apresenta maior fluxo de turistas. Mesmo porque, nesses períodos, a área utilizada como estacionamento dessa UC, junto à sua portaria, somente comporta uma pequena parte dos automóveis dos seus visitantes (Figura 07).

Figura 07: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: portaria e estrada de acesso tomada para estacionamento.



Legenda: 1 – Portaria; 2 – Estrada de acesso.
Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2011.

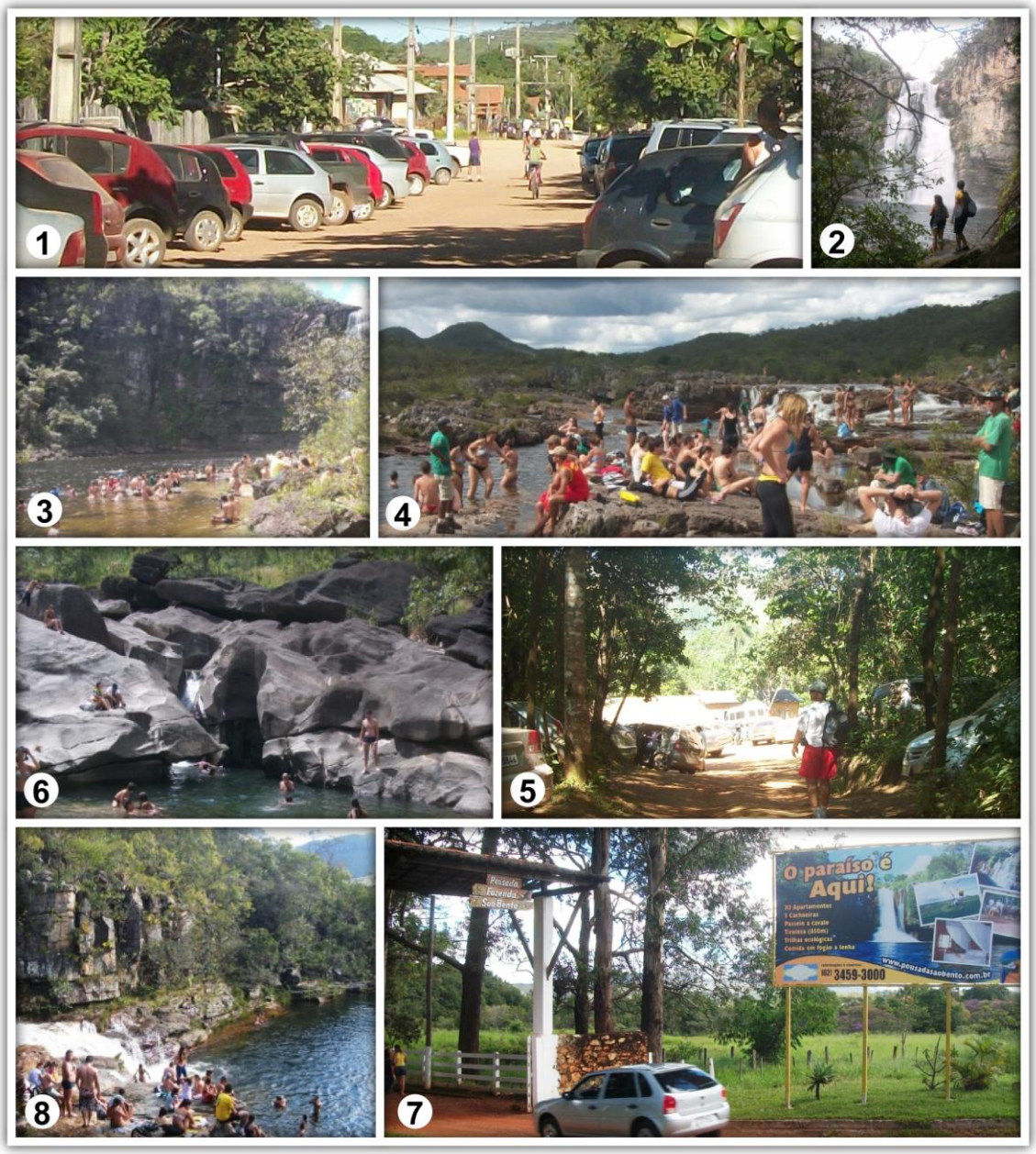
Além das estruturas voltadas para os seus funcionários, usadas com fins administrativo e residencial, a UC possui entre as estruturas voltadas para os seus visitantes, mirantes, trilhas sinalizadas e o centro de visitantes, que conta, entre outros equipamentos, com bilheteria, sanitários e espaços para auditório, loja de conveniências e lanchonete. De acordo com o seu Chefe, o ecoturismo é a modalidade de turismo praticada com maior frequência na UC. A presença de visitantes de outros estados, além de Goiás, é uma das características da sua atividade turística[41]. E, conforme o EMBRATUR (2002), por sua proximidade da capital do país, a UC constitui o principal destino de viagens de finais de semana da população de Brasília (Figura 08).

Desse modo, no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, bem como nas áreas urbanas onde se hospeda grande parte dos seus visitantes, e ainda em alguns atrativos naturais do seu entorno, onde é comum, sobretudo em alguns finais de semana prolongados por feriados e durante as férias escolares, um grande fluxo de turistas, também fica evidente a reprodução de aspectos comuns ao turismo convencional. E, da mesma forma que ocorre em outros Parques Nacionais e em seus entornos, o que se observa, ao menos em certas ocasiões, em relação à sua atividade turística, não se diferencia muito do que é observado com turismo de "sol e praia", próprio de muitas regiões litorâneas, com grande concentração de pessoas durante o dia nos locais de banho e durante a noite em bares e restaurantes. É pertinente, quanto a essa questão, observar o depoimento a seguir, prestado em uma entrevista por uma moradora de Brasília, a qual visitara a UC e encontrava-se hospedada em São Jorge, visto que ele expressa o que foi declarado por outros turistas e outros sujeitos envolvidos com o turismo local:

[41] As referidas informações acerca do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foram fornecidas por meio do questionário enviado, por e-mail, a todos os chefes dos Parques Nacionais do SNUC.

> Nós visitamos a Chapada e o Parque sempre. Quando não chove, essa é a nossa praia. [...] Quase sempre ficamos aqui [em São Jorge], mas em Cavalcante também é legal, tem outras pousadas, cachoeiras, tudo de bom. [...] Aqui as noites são animadas, depois de um bom jantar, sempre tem um barzinho... E pela manhã é aquela agitação, carros e poeira para todos os lados, uma trilha, uma cachoeira... (V.C.T. R. estudante universitária).

Figura 08: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e entornos: Semana Santa de 2011



Legenda: 1 – Povoado São Jorge; 2, 3 e 4 – Parque Nacional Chapada dos Veadeiros; 5, 6 – Propriedade rural do entorno: Vale da Lua; 7 e 8 - Propriedade rural do entorno: Pousada Fazenda São Bento.
Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2011.

Além do conflito de interesse entre empresas que desejavam desenvolver atividades de turismo de aventura no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e aqueles que defendiam a sua preservação sem nenhum tipo de uso, de acordo com o chefe dessa UC existia uma oposição por parte dos condutores de visitantes com relação à liberação da entrada de turistas no local sem o acompanhamento destes, isto, visando a uma reserva de mercado (Figura 09).

Figura 09: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: trabalho de condutores de visitantes



Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2011.

Em abril de 2011, o acesso ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros ainda estava condicionado – além do registro do visitante, com a informação de alguns dados pessoais, e a assinatura de um termo de responsabilidade – ao acompanhamento, para cada grupo de visitantes com um máximo de dez pessoas, de um condutor de visitantes credenciado pela administração da UC e pertencente aos quadros das suas associações conveniadas com o IBAMA. Cabe observar sobre essa questão que tal obrigatoriedade era motivo de reclamações por parte dos seus visitantes, bem como é preciso notar que o seu Plano de Manejo, publicado em 2009, prevê a contratação dos condutores de visitantes de modo opcional.

Durante um final de semana prolongado por um feriado entre os dias 22 e 24 de abril de 2011, esses trabalhadores cobravam R$100,00 para conduzir cada grupo de visitantes por uma das duas trilhas que, até então, estavam abertas à visitação. Alguns grupos de turistas já partiam de São Jorge para a UC acompanhados por um condutor de visitantes, mas a maior parte dos turistas somente formou os seus grupos e tentou contratar um condutor ao chegar ao local. E como o número de condutores de visitantes era insuficiente para atender à demanda naqueles dias, após muitos turistas desistirem de disputar pelos serviços de um daqueles trabalhadores e partirem para outros atrativos da região localizados em diversas propriedades rurais e após inúmeros protestos por parte dos turistas em relação à situação, a administração do Parque Nacional acabou por permitir a entrada de grupos de até 20 turistas para cada condutor de visitantes.

Três anos antes, Bourscheit (2008) já chamava atenção para essa questão. Segundo esse autor, o acompanhamento dos turistas por um condutor de visitantes no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros já era exigida há quase duas décadas. Existiam mais de 300 deles compondo seis associações criadas na região. Muitos deles eram ex-garimpeiros. E a possibilidade do fim da exigência em questão com a conclusão do Plano de Manejo da UC já causava apreensão entre eles.

O chefe desta na época, Daniel Borges, teria afirmado que a qualidade do serviço desses condutores de visitantes teria decaído ao longo do tempo, pois muitos não tinham compromisso com o trabalho, não se interessavam mais por capacitação e faziam da atividade um "bico". Também teria afirmado que em diversos feriados prolongados faltavam condutores de visitantes, sendo necessário sair à sua procura destes, bem como autorizar para cada um grupos maiores de visitantes do que o número permitido. E ainda teria afirmado que a falta de sinalização no interior da UC devia-se à depredação das placas de sinalização por parte de condutores de visitantes, realizada no intuito de forçar a contratação dos seus serviços pelos turistas. Essa "reserva de mercado" dos condutores de visitantes era contestada por Lucila Egydio, na época coordenadora sócio-ambiental da ABETA (BOURSCHEIT, 2008).

Todavia, para Cecílio Neto, ex-garimpeiro, condutor de visitantes desde 1987 e presidente da Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros – ACVCV, o que estava em questão era o futuro de muitas famílias da região, entre as quais muitos membros eram ex-garimpeiros, que tinham na atividade junto ao turista a única fonte de renda e que, mais uma vez, poderiam ficar sem trabalho. Explicando que muitas pessoas abandonaram o garimpo na esperança de lucrar com a visitação ao Parque Nacional, ele questionava quem iria contratar os vários condutores de visitantes, grandes conhecedores da região e do cerrado, que são analfabetos ou que têm até 60 anos de idade, caso o serviço por eles desenvolvido fosse terceirizado e passasse a ser exigido dos mesmos o ensino médio completo ou que eles falassem inglês. A seu ver, além disso, os condutores de visitantes contribuíam para a conservação da UC evitando que os turistas deixassem lixo no local e auxiliando no combate a incêndios e no manejo de trilhas. E quanto à capacitação dos 76 condutores de visitantes da ACVCV, ele teria informado que todos estavam com cursos de primeiros socorros em dia e que participavam de cursos de capacitação a cada seis meses (Op. cit.) (Figura 10).

É preciso esclarecer que, mesmo em Parques Nacionais onde as concessões de serviços turísticos para a iniciativa privada encontram-se consolidadas, não foi imposta, por seu órgão gestor, a terceirização para empresas do serviço de guiamento ou condução dos seus

visitantes. Tanto os condutores de visitantes como os guias de turismo prestam serviços aos visitantes nessas UCs como trabalhadores autônomos ou como trabalhadores de agências de turismo. O que ocorre em certos Parques Nacionais são as concessões para empresas da exploração de áreas e atividades específicas, com as quais se dá o emprego de trabalhadores para realizar diversos serviços, a exemplo dos serviços de acompanhamento dos visitantes. E assim, as empresas concessionárias, da mesma forma que as inúmeras empresas ligadas ao setor turístico que não têm concessões nos Parques Nacionais, mas participam de diversas formas da mercantilização das suas paisagens naturais, exploram a força de trabalho de inúmeros trabalhadores, que por vezes são condutores de visitantes e guias de turismo.

Figura 10: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: capacitação de condutores de visitantes da ACVCV



Legenda: 1 - Condutores de visitantes da ACVCV; 2, 3 e 4 - Curso de primeiros socorros; 5 e 6 - Capacitação em manejo de trilhas; 7 e 8 - Técnicas de caminhada de travessia.
Fonte dos dados: DAVID (2011).

No Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, onde até o presente momento não existem serviços relacionados à visitação prestados por empresas concessionárias, da mesma

forma que nas demais UCs dessa categoria não foi imposta a terceirização para empresas do serviço de guiamento ou condução dos seus visitantes. Nessa UC, bem como em seu entorno, continuam a ocorrer tanto a contratação do serviço desse trabalhador diretamente pelo turista como a prestação dos seus serviços a turistas intermediada por agências de turismo, ou mesmo por pousadas e outros empreendimentos que realizam a função destas. De qualquer forma, a situação de muitos desses trabalhadores deve sofrer mudanças, pois a obrigatoriedade do acompanhamento do condutor de visitantes nessa UC teve fim em janeiro de 2012.

Com a criação, pelo Estado, do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, muitos garimpeiros da região, impedidos de realizar as suas atividades, transformaram-se em condutores de visitantes. Mas em face da decisão em questão, para o emprego da sua força de trabalho deve lhe ser exigida, mais uma vez, a sua mobilidade. Ou seja, esses trabalhadores devem, adaptando-se mais uma vez a uma nova situação, tentar ser empregados em outras atividades, mesmo que para tanto eles sejam obrigados a deixar o lugar onde vivem. Agora, nesse território do ecoturismo ou em outro espaço de acumulação, confirmando-se as expectativas expostas por diferentes sujeitos quanto à redução da procura dos serviços desses trabalhadores, o destino destes, ou ao menos o destino de parte deles, está inteiramente à mercê do mercado. E nestes termos, o Estado, seguindo a lógica do capital, cumpre a sua parte na relação Estado-capital, participando mais uma vez do processo que transforma o homem que vive do seu próprio trabalho explorando a natureza, em mão de obra a ser explorada no mercado de trabalho. Mesmo porque, a própria existência e o crescimento das atividades do setor turístico atreladas à visitação na UC, como pousadas e restaurantes, exige tal mobilidade desses trabalhadores.

Segundo o ICMBIO (2013a), a obrigatoriedade da contratação de condutores para os visitantes da UC, estabelecida em 1991, era uma estratégia para ordenar o seu uso público e criar uma alternativa econômica para os garimpeiros que atuavam na sua área. Hoje, com a existência na região de diferentes oportunidades econômicas relacionadas ao turismo, ela não se justifica. A contratação dos condutores de visitantes continuará a ser incentivada, mas a não obrigatoriedade desta integra um conjunto de medidas que pretendem aperfeiçoar a gestão do ecoturismo e oferecer para os visitantes da UC novas e melhores experiências. Do ponto de vista de Sônia Kinker, coordenadora-geral de Uso Público e Visitação do ICMBIO:

> "Um visitante não é igual ao outro, e estas diferenças precisam ser respeitadas. Nossa preocupação, nesse sentido, tem sido oferecer nos parques nacionais um leque cada vez mais variado de opções de contato com a natureza que atendam aos diversos perfis de visitantes, que vão de grupos

> escolares, a familiares, passando pelo público mais especializado, como é o caso de escaladores, montanhistas e observadores de aves" [...] (ICMBIO, 2013a, s.n.).

Conforme Pedro de Castro da Cunha e Menezes, diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBIO, a decisão em questão foi tomada após um longo processo de discussão. Deste, participaram a comunidade local e grupos interessados em visitar a UC. E se acredita que, com a condição de desenvolvimento do turismo observada em São Jorge, parte daquela mão de obra, que totaliza aproximadamente 130 condutores de visitantes, será absorvida por seus empreendimentos turísticos, enquanto a outra parte continuará a trabalhar na atividade (ICMBIO, 2013a). Neste sentido, ele afirma:

> "Hoje, o desenvolvimento do turismo na região, já criou outras alternativas de renda como hotéis e restaurantes. Está na hora de darmos o próximo passo. Aumentar as opções de visitação fará com que a procura pela Chapada dos Veadeiros aumente. Mais visitantes significará mais oportunidades de emprego e renda. Queremos dessa forma dar continuidade ao ciclo virtuoso estabelecido entre visitação e conservação ambiental. Estamos seguindo o modelo adotado com sucesso em parques argentinos, sul-africanos e chilenos, onde as unidades de conservação oferecem ampla oportunidade de visitação e servem de esteio econômico para as comunidades do entorno" [...] (ICMBIO, 2013a, s.n.).

E anunciando que naquela UC, num curto e médio prazo, deveriam ser criadas novas trilhas e travessias – o que já começou a se concretizar, em junho de 2013, com a abertura da sua primeira trilha com pernoite em área de *camping* –, promovidas melhorias nas áreas de *camping* e ofertada a atividade de canionismo, foi afirmado[42]:

> A expectativa é de que os investimentos realizados no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, que Integra o Projeto Parques da Copa, cheguem a mais de R$ 4 milhões, o que possibilitará o recebimento de mais visitantes com a consequente geração de emprego e renda advindas das novas oportunidades econômicas relacionadas ao ecoturismo para a região. O parque recebe hoje cerca de 20 mil visitantes por ano, e a expectativa é no mínimo dobrar esse número ainda em 2013, aumentando assim a procura por pousadas e a demanda por restaurantes, transportes e outros serviços de apoio a visitação (ICMBIO, 2013a, s.n.).

Para o presidente da ACVCV, C. N., sem a obrigatoriedade do acompanhamento do condutor de visitantes, o que houve foi um retrocesso no turismo local. No Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros o turista foi substituído pelo "farofeiro", bem como pelo

[42] O canionismo consiste em seguir um curso de rio transpondo os obstáculos naturais, com o uso de técnicas como o rapel, a tirolesa e o salto.

lixo deixado por este nos seus atrativos. E em São Jorge, enquanto os proprietários dos empreendimentos turísticos reclamam de prejuízos, com a diminuição do número de turistas que frequentavam a UC e utilizavam os serviços por eles ofertados, muitas famílias de condutores de visitantes, sem a sua fonte de renda, já estão migrando. No entanto, com a medida em questão, não eram esses os resultados prometidos pelos gestores da UC[43].

Ocorre que a mercantilização da paisagem natural nesse Parque Nacional e no seu entorno, da mesma forma que em outras UCs dessa categoria, assume outros conteúdos e apresentam novas implicações com o aprofundamento do processo de territorialização do capital com o ecoturismo. E é revelado, com o aprofundamento desse processo, que as contradições não desaparecem; somente mudaram de feições. Mesmo porque os conflitos entre diferentes sujeitos envolvidos de alguma forma com a questão mais uma vez se inflamam.

Essa política implementada pelo Estado, nos marcos da lógica do capital, de mercantilização das paisagens naturais dos Parques Nacionais, com o desenvolvimento do ecoturismo, com a qual se promete o desenvolvimento sustentável, acaba por interferir na produção do espaço, reproduzindo as mesmas condições que prevalecem no conjunto dos espaços de acumulação. É o que fica evidente, cada vez mais, em relação às UCs dessa categoria e seus entornos, onde o processo em questão se encontra mais avançado, apresentando significativa interferência na produção do espaço e implicações distintas em cada realidade.

Ao final, essa política que propõe ao homem um "retorno à natureza" também participa do processo que produz a desigualdade entre as classes sociais. Ainda que as populações residentes no interior e nos entornos dessas UCs mantenham com as suas terras vínculos mais antigos e mais enraizados que os vínculos mantidos por seus visitantes, estes passam a ter sobre os Parques Nacionais, cujas terras devem ser tornadas públicas, os mesmos direitos. Mas na prática, tais visitantes, invariavelmente constituídos por uma parcela da elite do Brasil e de outros países que vivem em cidades, são os únicos que têm as condições impostas, no presente, para fazerem uso de tais UCs, participando como consumidores do processo de mercantilização das suas paisagens naturais.

Nessa condição, os Parques Nacionais, que em muitos casos ainda constituem tradicionais territórios de diversas práticas produtivas e culturais da sua população e da população dos seus entornos, cada vez mais são transformados, em benefício da reprodução

[43] Depoimento dado em entrevista realizada, por meio de telefone, em 25 de agosto de 2013.

do capital, unicamente em produtos e territórios do ecoturismo para usufruto de classes sociais privilegiadas economicamente, e não para usufruto da totalidade dos sujeitos sociais[44].

Como em qualquer outro espaço de acumulação, nos Parques Nacionais, criados pelo Estado e que devem estar sob sua posse, bem como em seus entornos, é o lucro obtido com a exploração do trabalho que impulsiona o desenvolvimento das atividades relacionadas à sua visitação, a exemplo de agências de turismo e de meios de hospedagem. Assim, enquanto alguns homens tomam parte da mercantilização das suas paisagens naturais como consumidores e como capitalistas, outros homens, os quais muitas vezes residem nessas UCs ou em seus entornos, tomam parte dessa forma particular de acumulação porque são necessários como força de trabalho a se explorar.

Mas deve-se notar que, nos Parques Nacionais e em seus entornos é criada, com a emergência da mercantilização da paisagem natural, uma forma específica de se obter renda da terra[45]. O Estado, em diversos Parques Nacionais que apresentam áreas com situação fundiária regularizada, como também um número crescente de proprietários de terras do entorno dessas UCs ou mesmo do interior destas, exercendo o direito de proprietários fundiários, arrendam as suas terras para que outros explorem turisticamente os atrativos naturais presentes nelas, com vantagens para as duas partes, obtendo assim a renda da terra,

---

[44] Note-se desse modo, que, a despeito da massificação do turismo e lembrando a recente promoção de viagens de turistas ao espaço, Vieitez (2002) esclarece que, apesar da melhoria alcançada nas condições de vida de muitos trabalhadores [...] em relação às condições vividas por estes no século XIX, a diferença das condições de lazer entre os trabalhadores e a burguesia foi, com o passar do tempo, sofrendo uma ampliação.

[45] Lima (2009) explica que nas relações não capitalistas a renda em trabalho, a renda em produto e a renda em dinheiro eram as formas de obtenção da renda fundiária. A renda em trabalho se constituía por meio dos dias de trabalho obrigatório em terras do senhor feudal, a quem pertencia o resultado desse trabalho, e a renda em produto implicava a concessão de uma fração do resultado do trabalho do produtor ao proprietário da terra, seja ele o senhor feudal ou o Estado. Nestas formas de renda, como o trabalho excedente não remunerado é posto na mão do proprietário da terra, não é possível diferenciar a renda da mais-valia. Com a renda em dinheiro os produtores necessitam comercializar o produto excedente, no intuito de pagar o proprietário da terra. E, como nas formas de renda anteriores, a mais-valia e a renda continuam equivalentes. No entanto, tal renda foi crucial para a introdução de relações capitalistas no campo. A expansão do comércio e o crescente assalariamento dos trabalhadores do campo agiram como condicionantes da transformação capitalista das antigas formas de extração da renda da terra. Em substituição ao domínio das formas de renda pré-capitalistas surge a renda capitalista da terra. O capitalismo nasce de um processo de mudanças principiadas no período feudal, as quais geram novas relações sociais de produção. Nesse processo, que teve a participação do Estado, é retirado do trabalhador os instrumentos de produção e a terra é convertida em um meio de produção cuja finalidade é a acumulação de capital. Como não é resultado do trabalho humano, a terra não é capital. Entretanto, a terra tem preço, e este preço é associado a sua condição de proporcionar renda. Com o "embate e/ou pactuação" entre os proprietários de terras e os capitalistas que as arrendam, se criam as condições para a existência da renda capitalista da terra. Mas a primeira condição para a concretização do modo capitalista no campo é o assalariamento do camponês. Afinal, a renda fundiária é a porção da mais-valia arrancada dos trabalhadores, a partir de então, pelo capitalista, e entregue ao proprietário rentista. Toda renda fundiária é mais-valia, fruto de trabalho excedente. "Na forma menos desenvolvida, é diretamente produto excedente, a renda natural. Mas, no modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente)" (MARX, 2008 apud LIMA, 2009, p. 110-111). "'A renda deixa de ser a forma normal da mais-valia [...] para reduzir-se a sobra [...] [do] trabalho excedente, a qual aparece depois de deduzida a parte de que se apropria o explorador capitalista sob a forma de lucro"' (Op. cit., p. 110).

que constitui o pagamento de um taxa ao proprietário fundiário por seu uso. Neste sentido, fazem-se necessárias as seguintes ressalvas a respeito dessa renda:

> [...] os agricultores efetivos são trabalhadores agrícolas, empregados por um capitalista, o arrendatário, que explora a agricultura como campo particular de aplicação de capital, como investimento de seu capital numa esfera particular de produção. Esse capitalista arrendatário paga ao proprietário das terras [...] pelo consentimento de empregar seu capital nesse campo especial de produção. Chama-se essa quantia de renda fundiária, e tanto faz que seja paga por terra lavradia, ou por terreno de construção, mina, pesca, florestas etc. (MARX, 2008 apud LIMA, 2009, p. 109).

É evidente que se multiplicaram as atividades econômicas praticadas no campo desde quando foram feitas essas observações. Hoje, com a atribuição de valor à natureza em si, é comum verificar nos Parques Nacionais e em seus entornos comunidades que antes viviam sobretudo das atividades agrícolas, abandonando-as, parcial ou inteiramente, e desenvolvendo atividades relacionadas ao turismo, como proprietários ou, principalmente, trabalhadores de áreas de lazer, *campings*, pousadas, restaurantes etc.. Cabe observar, no entanto, que nesses Parques Nacionais e em seus entornos, a renda da terra exibe aspectos singulares, a depender da relação estabelecida entre os proprietários da terra e a outra parte, que explora nessas UCs e nas propriedades rurais dos seus entornos os seus atrativos naturais, prestando serviços turísticos diversos aos seus visitantes.

Entre os sujeitos que compõem essa outra parte citam-se os condutores de visitantes, os guias de turismo autônomos, os pequenos empresários que desenvolvem diferentes atividades turísticas, a exemplo de esportes radicais, e os proprietários de agências de turismo, os quais prestam serviços aos turistas, tanto nos Parques Nacionais como nas propriedades localizadas em seus entornos, e ainda os proprietários de empresas que têm a concessão de serviços de apoio à visitação nas UCs.

E, nesses termos, nos Parques Nacionais e em seus entornos o "direito à natureza" exercido pelo homem, na sua condição de alienado e de consumidor da natureza da qual é parte, cada vez mais é mediado pelo capital e está subordinado à sua condição de classe social. A negação de tal subordinação quanto ao uso público dessas UCs, nas quais paulatinamente se aprofunda a fusão Estado-capital, constitui em si uma tentativa consciente de ocultar o que a realidade deixa explícito. Ou, o que é ainda mais preocupante, evidencia que a análise da realidade está impregnada de uma cegueira dominante que naturaliza qualquer fato ou processo denunciador da desigualdade social.

5. OS PARQUES NACIONAIS DO ITATIAIA E DO IGUAÇU

Constitui o objetivo central deste capítulo analisar as implicações do processo de mercantilização da paisagem natural que ocorre com o desenvolvimento do turismo em dois Parques Nacionais emblemáticos entre as UCs dessa categoria que constituem o SNUC. São estes o Parque Nacional do Itatiaia (MG/RJ), o qual se destaca por ser o primeiro Parque Nacional criado no Brasil, e o Parque Nacional do Iguaçu (PR), que merece um tratamento especial por ser considerado um modelo de visitação a ser seguido por outras UCs. E, apresentando as implicações do processo em tela relativas a esses dois Parques Nacionais, ainda se pretende oferecer ao leitor tanto uma visão dos aspectos mais comuns que marcam o processo de territorialização do capital turístico em diversos Parques Nacionais, como uma mostra do que é planejado para ser realizado nessas UCs com vistas ao crescimento do turismo nestas. Neste sentido, o capítulo tem início com considerações quanto às origens, condições e valorização no contexto regional do Parque Nacional do Itatiaia, quanto a particularidades de um conflito fundiário que persiste na UC e ainda quanto à caracterização da sua atividade turística. Em seguida, o capítulo traz considerações iniciais sobre o Parque Nacional do Iguaçu, faz referência a aspectos das condições naturais da UC e ao processo de ocupação da região onde a mesma está inserida e, ao final, trata da concessão de serviços turísticos para a iniciativa privada nos seus limites.

5.1 Itatiaia: O Primeiro dos Parques Nacionais

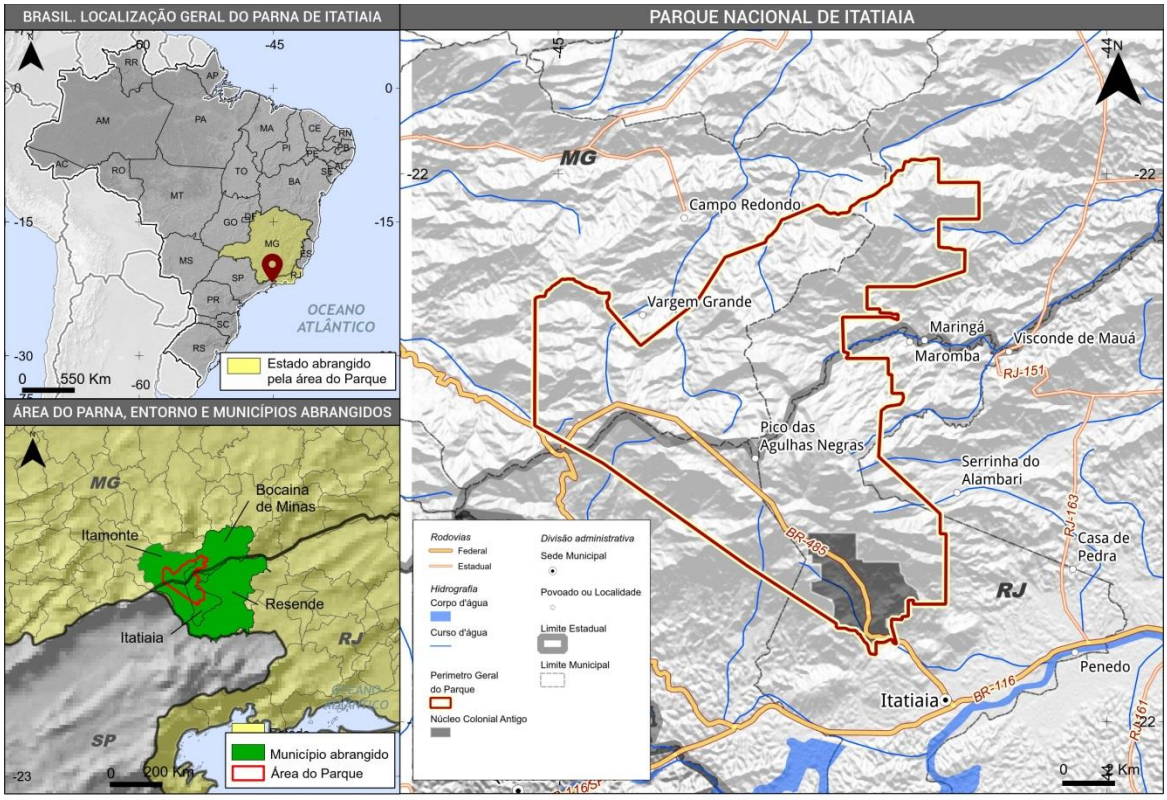
5.1.1 Origens, condições e valorização no contexto regional de um território do ecoturismo

O primeiro Parque Nacional do Brasil, que também foi a primeira UC do país, foi criado com o nome de Parque Nacional do Itatiaia[46]. Sua criação se deu por meio do Decreto-Lei nº 1.713, de 14 de junho 1937, abrangendo uma área de 11.943 hectares. Com o Decreto-Lei nº 87.586, de 20 de setembro de 1982, sua área foi ampliada para aproximadamente 30.000 hectares. E hoje a UC, que está localizada na divisa dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, ocupa terras do município do Itatiaia e Resende, no sudoeste do

[46] Uma denominação que, tendo o topônimo Itatiaia, origem nos vocábulos da língua tupi ita e tiããi, cujos significados são, respectivamente, pedra e ponta, é uma alusão às formas pontiagudas do relevo da serra da Mantiqueira, entre as quais se destaca o pico das Agulhas Negras.

estado do Rio de Janeiro, e dos municípios de Itamonte e Bocaina de Minas, no sudoeste do estado de Minas Gerais, entre as coordenadas 44º34’-44º42’W e 22º16’-22º28’S (Figura 11).

Figura 11. Parque Nacional do Itatiaia



MUNICÍPIOS QUE ABRAGEM O PARQUE NACIONAL DE ITATIAIA: INFORMAÇOES GERAIS

GEOCODIGO	NOME	UF	POPULAÇÃO ABSOLUTA ESTIMADA (2013)	IDH-M (2010)	PIB*	ÁREA TOTAL (Km²)	ÁREA ABRANGIDA PELO PARNA (Km²)**	PERCENTUAL DE ÁREA MUNICIPAL NO PARQUE
3107208	Bocaina de Minas	MG	5.163	0,645	5.658,29	503,793	56,5	11,2
3133006	Itamonte	MG	14.855	0,705	19.139,63	431,792	97,5	22,6
3302254	Itatiaia	RJ	29.744	0,737	48.855,42	245,147	81,0	33,0
3304201	Resende	RJ	123.385	0,768	53.565,13	1.095,253	45,5	4,2

OBSERVAÇÕES:* PIB per capita a preços correntes; ** cálculo efetuado considerando a área territorial gráfica.
Fonte dos dados: PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (2010), INPE (2008), IBGE (2007), IBGE (2010), IBGE (2013), GADM (2012).

A região em que o Parque Nacional do Itatiaia está localizado já constituiu, durante a evolução histórica das atividades que lá já foram desenvolvidas, uma área de captura de indígenas para o trabalho escravo, de tráfego comercial de ouro, de cafeicultura, da atividade canavieira, de criação de gado leiteiro, bem como de atividades extrativistas diversas e de estudos de naturalistas realizados desde o século XIX.

De acordo com Crespo e Carneiro (2000), para as lideranças que atuam no Parque Nacional do Itatiaia e/ou nos municípios do seu entorno, essa região não apresenta somente

uma vocação econômica[47]. As atividades econômicas lá tradicionalmente praticadas, como a pecuária leiteira, dividiam cada vez mais as atenções com outras atividades. E, apesar da presença do discurso da preservação ambiental nas suas falas, a ideia de desenvolvimento era sempre associada à expansão industrial, tendo sido identificada, inclusive, uma especulação imobiliária no entorno do Parque Nacional do Itatiaia, com o fracionamento das propriedades e o crescimento dos loteamentos, que aumentavam a pressão antrópica sobre a UC e o passivo de saneamento básico para os municípios, em função da atração que a área de preservação exercia sobre técnicos, engenheiros e administradores das indústrias que eram instaladas nos seus municípios.

Era controversa a inclusão do Parque Nacional do Itatiaia na questão do desenvolvimento; mas era observado que a região apresentava a segunda maior rede hoteleira do estado do Rio de Janeiro e que entre as vantagens para atrair investimentos do setor turístico estavam as suas belezas naturais, com destaque para a UC. E, apesar de existirem polêmicas, como a ideia da impossibilidade de ampliar a sua visitação devido aos riscos de destruí-la, havia uma concordância quanto à importância desta para o desenvolvimento sustentável e fortalecimento do turismo local (CRESPO E CARNEIRO, 2000).

Para os representantes das empresas da região, o turismo era a segunda força econômica a ser desenvolvida; porém, o turismo de "classe média" era o mais viável, em virtude de o turismo voltado para a elite exigir investimentos elevados e o turismo popular destruir o ambiente em que ocorre. Seguindo esse pensamento, para os representantes das prefeituras da região, os quais se fundamentavam nos acontecimentos relativos à degradação observada em localidades ali existentes, o turismo a ser praticado no entorno da UC deveria ser um "turismo seletivo". As localidades de Visconde de Mauá, Penedo, Maromba, Maringá e Serrinha do Alambari (Figura 11) eram citadas como polos turísticos da região que se encontravam em vias de saturação do ponto de vista ambiental. Contudo, havia consenso em torno das seguintes ideias: ainda existiam muitos municípios que ofereciam atrativos naturais a um turismo seletivo e que eram pouco explorados; o crescimento da atividade turística deveria ser disciplinado por critérios ambientais, visto que a região não toleraria um turismo de massa; os municípios, unidos, precisavam trabalhar uma identidade para o seu turismo, com o "eco-lazer ou turismo ecológico" (Op. cit).

[47] "[...] a região é vista como bastante diversa [...], permitindo diferenciar três principais micro-regiões em termos do desenvolvimento econômico: a primeira é especialmente concentrada e congrega um forte conglomerado de indústrias e serviços em Resende; a segunda é formada pelos complexos turísticos que vão do Circuito das Águas (que muitos vêem como decadente) aos municípios de Itatiaia e Resende; a terceira, formada por uma maioria de municípios mineiros, concentra pequenas fazendas de criação de gado extensivo e pequenos laticínios" (CRESPO e CARNEIRO, 2000, p. 74).

Todos os setores reconheciam a importância do Parque Nacional do Itatiaia, tanto para a economia como para a qualidade de vida dos moradores dos municípios do seu entorno, sendo raras as alusões unicamente sobre a sua importância ambiental. Mas a ideia dominante a respeito da UC não era a de um "patrimônio natural coletivo", e sim a de um "complexo natural com alto valor turístico"; ou seja, um importante recurso natural que deveria servir ao desenvolvimento local (CRESPO E CARNEIRO, 2000).

O dinamismo da região, para as suas lideranças, desse modo, encontrava-se no polo industrial do município de Resende e no turismo ecológico. Este, que era considerado a "moeda a ser fortalecida", mostrava-se na paisagem dos municípios do entorno do Parque Nacional do Itatiaia com meios de hospedagens, restaurantes, lojas diversas e outros negócios que surgiam com o desenvolvimento da atividade. A natureza da região era apreendida como capital a ser explorado. E, no entorno da UC, surgia um "cinturão turístico" (Op. cit).

Cabe observar, desse modo, que, o Decreto-Lei nº 1.713, de 14 de junho 1937, estabeleceu que a criação do Parque Nacional do Itatiaia se dava, entre outras questões: "Considerando que, além das suas finalidades de caráter científico, é preciso atender também às de ordem turística, que se apresentam em condições de fazer do Parque um centro de atração para viajantes, assim nacionais como estrangeiros [...]". E ainda: "Considerando que, tendo sido alienados a particulares [...] lotes de terras [...] nas que foram conservadas na posse e domínio [...] da União, torna-se imprescindível que tais lotes voltem a esse domínio, para que as terras ocupadas pelo Parque não sofram soluções de continuidade prejudiciais aos seus objetivos [...]". E, além de outras deliberações, foi estabelecido no parágrafo único, do artigo 5º: "Das terras devolutas do domínio da União, existentes nas proximidades do Parque, serão observadas as que forem necessárias para a localização de hotéis e instalações que facilitem o movimento turístico na região".

Menos de um ano depois da sua criação, no Decreto nº 337, de 16 de março de 1938, foi afirmado que, considerando, entre outras questões, a conveniência de naquele momento pôr em vigor medidas favoráveis ao turismo da região e tornar mais forte a proteção da sua fauna e flora, criava-se a Comissão do Parque Nacional do Itatiaia no Ministério da Agricultura, eram definidos e disponibilizados recursos para as despesas com as primeiras obras de aparelhamento e, além de outras deliberações, foi estabelecido:

> Art. 4º – Fica o governo autorizado a cobrar taxas de ingresso e de acampamento no Parque bem como a arrendar os imóveis de serventia pública que nele construir.

> Parágrafo único – A renda arrecadada pela Comissão será recolhida aos cofres públicos e incorporada à receita geral da União, na forma da legislação em vigor.
> Art. 5º – Ficarão sob a jurisdição da Comissão todos os lotes urbanos e os rurais de número 60, 114 e 116 do ex-Núcleo Colonial do Itatiaia e todos os lotes urbanos e rurais e terras devolutas do ex-Núcleo Colonial Visconde de Mauá, pertencentes à União.
> Parágrafo único – Essas terras poderão, igualmente, ser dadas em arrendamento para construção de hotéis, pousos, postos de reabastecimento e outras instalações que favoreçam o movimento turístico na região, podendo também o Governo permutá-las pelos lotes, situados dentro da área do Parque, imprescindíveis ao mesmo.

Hoje, não admira que o crescimento da atividade turística no Parque Nacional do Itatiaia e em seu entorno, assim como nos demais Parques Nacionais criados após este por todo o Brasil, constitua mais uma das metas perseguidas pelo Estado, embora a sua situação fundiária se encontre apenas parcialmente regularizada e se verifiquem em seus limites, e também no seu entorno, conflitos decorrentes da ocupação das suas terras e a exploração dos seus recursos naturais. E também não admira que, visando alcançar aquela meta, tenha sido afirmado em 2012, ano em que a UC completou 75 anos de criação, que na atualização do seu Plano de Manejo o seu potencial de uso público será valorizado.

Em meio às notícias divulgadas pelo ICMBIO, foram muitas as referências ao Parque Nacional do Itatiaia. E é certo que grande parte dessas matérias versava sobre diferentes aspectos do trabalho desenvolvido na UC, no intuito da proteção dos seus ecossistemas, o que, da mesma forma, também pode ser observado em relação às notícias divulgadas por esse Instituto sobre os demais Parques Nacionais. Entretanto, a análise do conjunto das notícias divulgadas pelo Instituto, diretamente a respeito do Parque Nacional, também evidencia que a implementação de ações vinculadas ao crescimento do turismo nessa UC, do mesmo modo que em outras UCs dessa categoria, acontece paralelamente à execução de medidas relacionadas à sua regularização fundiária e ao seu Plano de Manejo, bem como à execução de medidas relativas à proteção das suas condições naturais.

Desse modo, antes de observar no Quadro 07 a sequência dessas notícias, note-se que não é por acaso que essas questões são abordadas conjuntamente em diversas matérias. É preciso trazer à memória que, a regularização fundiária e a elaboração do Plano de Manejo dos Parques Nacionais são apontadas como condições para a abertura oficial de áreas dessas UCs à visitação. E ainda é preciso lembrar que a manutenção das suas condições naturais é recorrentemente citada por diferentes sujeitos, a exemplo dos gestores dessas UCs e dos

agentes de turismo, como fator primordial para o desenvolvimento do ecoturismo nos Parques Nacionais e nos seus entornos.

Quadro 07: Parque Nacional do Itatiaia: notícias publicadas pelo ICMBIO diretamente relacionadas à UC entre os anos de 2008 e 2012

DATA	NOTÍCIA	TEMA(S) ABORDADO(S)
28/05/08	Meia entrada incentiva moradores do entorno a visitarem parte alta do Itatiaia	Atividade turística
23/06/09	Carlos Minc assina ato administrativo que revitaliza Parque Nacional do Itatiaia	Atividade turística Concessão de serviços Plano de Manejo Questão fundiária
19/02/10	Mais de 100 mil pessoas visitaram o Parque Nacional do Itatiaia em 2009	Atividade turística Concessão de serviços Parceria
09/05/11	Parque Nacional do Itatiaia inicia revisão do Plano de Manejo	Plano de Manejo
22/06/11	Trilha é reaberta no parque nacional do Itatiaia	Atividade turística Impacto da visitação
17/10/11	ICMBIO promove curso de manejo de trilhas e monitoramento de impactos da visitação	Atividade turística Impacto da visitação Parceria
21/11/11	Serviços de abrigo e camping do Parque Nacional do Itatiaia podem ser agendados pela internet	Atividade turística
07/12/11	Fiscais do ICMBIO apreendem 400 kg de palmito	Proteção da natureza
22/12/11	Cachoeira do escorrega passa a integrar área do Parque do Itatiaia	Atividade turística Questão fundiária
13/01/12	Parque Nacional do Itatiaia renova sinalização	Atividade turística Parceria
28/02/12	Itatiaia reforça consolidação da área do escorrega	Atividade turística Parceria Questão fundiária
06/03/12	Parna do Itatiaia debate Plano de Manejo e Plano Diretor	Plano de Manejo
09/03/12	Parque Nacional do Itatiaia ganha novo abrigo	Questão fundiária
13/03/12	ICMBIO combate extração ilegal de palmito em Itatiaia	Proteção da natureza
21/03/12	Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia destaca o uso público	Atividade turística Plano de Manejo
11/06/12	Parque Nacional do Itatiaia completa 75 anos	Atividade turística Questão fundiária
13/06/12	Nos 75 anos do Itatiaia, Presidente dá posse a novo Chefe	Atividade turística Questão fundiária
22/10/12	Detido homem que caçava no entorno do Parque do Itatiaia	Proteção da natureza
OBSERVAÇÃO: A seleção e a análise das notícias listadas tiveram início com a produção e divulgação destas na segunda metade de 2007, após a criação do ICMBIO, e foram encerradas em 2012, sendo que este trabalho em grande parte foi inviabilizado entre 23/02/10 e 16/03/11 em razão da criação de seu novo sítio na internet e que pode ocorrer a diferença de um dia na data das notícias.		

Fonte dos dados: ICMBIO (2008-2012).

Diante da interferência na produção do espaço das ações implementadas pelo Estado, com vistas ao desenvolvimento das atividades turísticas no Parque Nacional do Itatiaia, é pertinente observar o que ainda foi anunciado sobre essa UC por seu órgão gestor. Foi publicado pelo ICMBIO (2013b) que, contando com a participação do presidente desse órgão, Roberto Vizentin, além de lideranças locais, prefeituras, militantes socioambientais e ONGs ambientalistas, um encontro realizado no mês de janeiro de 2013 teve como objetivo discutir o papel das UCs, como vetores de desenvolvimento do ecoturismo no Mosaico da Mantiqueira, do qual o Parque Nacional do Itatiaia faz parte junto a outras 16 UCs[48]. E, expondo as melhorias almejadas e que deviam ser implementadas ainda no decorrer daquele ano, no intuito de expandir as alternativas de visitação a esse Parque Nacional, foi afirmado:

> Um exemplo são projetos que o Instituto implementará e que integram o Plano de Manejo do parque. Um deles é a construção de um portal de visitação na entrada da parte alta do parque [...].
> O projeto já está pronto e prevê, ainda, as reformas do atual posto de controle de visitantes e do Abrigo Rebouças. Está prevista também a manutenção da BR-485 [...] em parceria com o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes [...]. No parque há uma construção de um antigo hotel, que funciona atualmente como uma área de camping. "Nossa ideia é executar o que está previsto no Plano de Manejo e construir um hotel para visitantes em permanecer mais tempo visitando o Itatiaia", frisou Vizentin.
> Com isso, o parque contará com este novo hotel e o Abrigo Rebouças reformado, voltado mais para atender o público de montanhistas e adeptos do camping. "Parabenizo iniciativas como esta de reunir e mobilizar a comunidade do entorno da unidade, como o Itatiaia para discutir a gestão de um mosaico estratégico para a conservação da biodiversidade como é o da Mantiqueira. O potencial do ecoturismo como vetor do desenvolvimento regional é imenso nesta região", reiterou Vizentin (ICMBIO, 2013b, s.n.).

As considerações antes apresentadas acerca do Parque Nacional do Itatiaia evidenciam, desse modo, que a mercantilização da sua paisagem natural, que interfere no processo de produção do espaço no seu interior e no seu entorno, foi levada em conta desde a transformação da área ocupada por essa UC em um Parque Nacional. Entretanto, tais considerações também deixam evidente, entre outras questões, que o desenvolvimento da sua atividade turística, quase sempre enaltecido nas referências feitas à UC por seu órgão gestor, também se dá, como ocorre em outras UCs dessa categoria, em meio a conflitos de interesse.

[48] Note-se que o Parque Nacional do Itatiaia "[...] faz parte do Mosaico de Unidades de Conservação da Serra da Mantiqueira, conforme a Portaria nº 351/2006, do Ministério do Meio Ambiente, o Corredor Ecológico da Serra da Mantiqueira, que está inserido no Corredor da Serra do Mar e faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela UNESCO, além de estar classificado pelo Ministério do Meio Ambiente como área de prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade [...]" (ICMBIO, 200-?b).

E isto é verificado, inclusive, entre os sujeitos envolvidos com o planejamento e o desenvolvimento do seu turismo, a exemplo de lideranças locais e seus gestores.

5.1.2 Particularidades de um conflito fundiário que persiste

É sabido que no Brasil a criação e a manutenção de Parques Nacionais são acompanhadas quase sempre de conflitos. Estes, de modo geral, estão relacionados a questões fundiárias e/ou uso da terra, já que nas UCs dessa categoria não deve existir população residindo nem o uso direto dos recursos naturais. O Parque Nacional de Itatiaia, mesmo constituindo-se a primeira UC criada no país, não é uma exceção. E algumas das notícias divulgadas pelo próprio ICMBIO, diretamente a respeito desse Parque Nacional, dão exemplos dos conflitos observados no seu interior e no seu entorno (Quadro 07).

A depender de cada caso, esses conflitos apresentam desdobramentos vários e particularidades diversas. Mas quando se discute a mercantilização da paisagem natural nos Parques Nacionais do SNUC, o conflito relacionado ao ex-núcleo colonial Itatiaia, que resulta em discussões acaloradas em ocasiões e meios diversos, é emblemático e merece atenção especial. E o porquê desta se deve ao fato de esse conflito envolver diretamente, além de propriedades usadas como residências, casas de veraneio e hotéis, evidenciando que, nessa UC, como ocorre em outros Parques Nacionais por diferentes razões, o desenvolvimento da atividade turística também se dá em meio a conflitos.

De acordo com as notícias divulgadas em 2009 no sítio da internet Pela Integridade do Parque Nacional do Itatiaia, ocasionalmente eram lançadas propostas para o seu desmembramento. A Associação Amigos do Itatiaia – AAI, que reúne veranistas e pessoas que residem ou possuem hotéis na parte baixa dessa UC, lançou no ano de 2008 uma proposta de desmembrar a área do ex-núcleo colonial Itatiaia, localizada naquela parte baixa do Parque Nacional, para transformá-la em Monumento Natural. Em razão dessa proposta, o MMA ordenou que o ICMBio fizesse um estudo a respeito da situação da UC, e a partir deste, deliberou, descartando tal proposta, pela manutenção da sua integridade.

Já no sítio da internet da Associação dos Amigos do Itatiaia – AAI, que foi criada em 1951, em meio a outras observações, foi afirmado em relação à questão que o objetivo da sua proposta seria pôr um fim ao conflito fundiário relacionado ao Núcleo Colonial Itatiaia, que dura 70 anos, e proteger o seu "patrimônio ambiental, ecológico, turístico e cultural". E,

referindo-se ao momento da incorporação da sua área ao Parque Nacional do Itatiaia como sendo a ampliação da UC decretada em 1982, também foi afirmado:

> Essa decisão precipitada gerou as circunstâncias que prevalecem até hoje e fazem com que o Núcleo Colonial Itatiaya esteja ameaçado de desaparição, levando no limite à sua destruição física e ao apagamento de sua memória cultural. O Núcleo Colonial Itatiaya, resultado de um século de interação do homem com a natureza, a uma paisagem cultural, patrimônio dos brasileiros, que revela de forma exemplar a convivência sustentável da exuberante Mata Atlântica com os herdeiros da tradição européia de hospitalidade e profundo respeito e admiração pela natureza que lhes dá sustento e moradia (ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ITATIAIA, 200-?c, s.n.).

Na sua origem, conforme a AAI, o Núcleo Colonial Itatiaia era formado por 130 lotes rurais e 96 lotes urbanos, somando cerca de 3.500 hectares. Quando a Reserva Florestal do Itatiaia foi criada, foram a ela incorporados os lotes da parte norte do Núcleo Colonial que não tinham sido vendidos aos colonos. E em 31 de maio de 1916, mediante o Decreto nº 12.083, o Núcleo Colonial foi emancipado, e a venda dos lotes coloniais tornou-se possível. Depois da emancipação, algumas propriedades particulares dessa área foram subdivididas. Certo número de colonos refugiados da Primeira Guerra Mundial, valendo-se do clima e das paisagens locais, voltam-se para o turismo e determinadas propriedades são transformadas em hotéis e pousadas. E quando o Parque Nacional do Itatiaia foi criado, o Núcleo Colonial do Itatiaia estava consolidado como centro turístico, na medida em que:

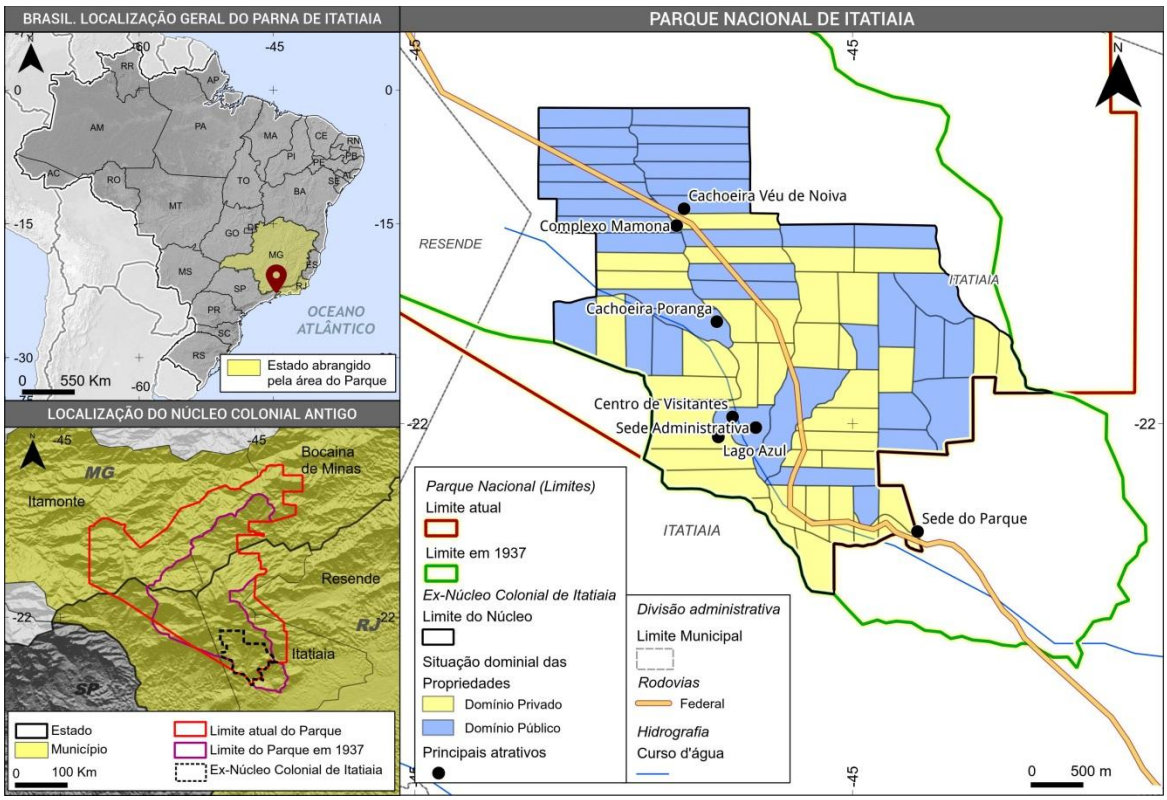
> O desenvolvimento do turismo local começa com o recebimento de hóspedes nas casas dos colonos e avança com [...] rapidez. Nos anos 20 ali já funcionava uma hospedaria [...], a Pensão Walter [...]. Foi ali onde, em 1923, se hospeda o alemão Josef Simon, que compra o lote 90. Nesse lote, no início dos anos 30, surge o Hotel Simon, inicialmente funcionando como pousada, com o nome de Sítio Mosela. O alemão Robert Donati [...] adquire em 1924 o Sítio Itaoca. Mais tarde, em 1931, compra a Pensão Walter e abre as portas do primeiro hotel, o Hotel Repouso, hoje Hotel Donati (ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ITATIAIA, 200-?a, s.n.).

Com a ampliação da área do Parque Nacional, segundo a AAI, uma parte dos lotes privados do Núcleo Colonial ficou no interior dos seus novos limites enquanto outros lotes de propriedade privada ficaram fora deles. Porém, o seu Plano de Manejo recomendou, além de novos limites para as partes norte e leste, a criação na parte sul de uma nova UC, um Parque Natural, o que corresponderia à área dos lotes remanescentes do Núcleo Colonial ltatiaia.

> As áreas particulares do Núcleo Colonial Itatiaya abrigam hoje em torno de 143 sítios com 200 casas, assim como 5 hotéis. Há 50 famílias com residências permanentes, com 57 proprietários ou locatários e 66 funcionários. As condições de urbanização destas áreas, já constatadas em 1982 no Plano de Manejo, são reconhecidas como tais por parte da Prefeitura Municipal de Itatiaia, com cobrança de IPTU, coleta de lixo [...], ônibus escolar, rede telefônica fixa [...] e fornecimento de energia elétrica [...] (ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ITATIAIA, 200-?b, s.n.).

Segundo as notas divulgadas pelo Parque Nacional do Itatiaia, há divergências entre os fatos narrados pela AAI e os documentos que regulam a situação fundiária da UC e embasam a sua gestão. A área referida na proposta da AAI é parte do ex-núcleo colonial de Itatiaia, onde foi criado o Parque Nacional do Itatiaia. Todavia, antes da criação deste, como pode ser observado na Figura 12, aquela área já havia sido incorporada ao patrimônio do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. E, além de importantes atrativos naturais para a visitação e da sua pedra fundamental, entre as estruturas da UC localizadas na área que se pretendia separar, têm-se o seu centro de visitantes, a sua sede administrativa e a sua entrada principal.

Figura 12. Parque Nacional do Itatiaia: limites em 1937 e 1982 e atrativos e estruturas da UC na área do ex-núcleo colonial de Itatiaia



Fonte dos dados: PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA (2010), INPE (2008), IBGE (2007), GADM (2012).

Em 1908, o Governo Federal adquiriu sete fazendas, totalizando 48.000 hectares, e, visando à colonização da região, criou os Núcleos Coloniais de Itatiaia e de Visconde de Mauá. Em 1914, com o fracasso do Núcleo Colonial de Itatiaia, foi criada, em 11.943 hectares da sua área, a Reserva Florestal de Itatiaia. "O Núcleo fracassou [...] e deixou de existir, quando o Presidente Wenceslau Braz P. Gomes assina o Decreto Nº 12.083, de 31 de maio de 1916 declarando-o emancipado, ou seja, neste momento o Núcleo é extinto definitivamente [...]" (PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA, 2009, s.n.), e a Reserva Florestal de Itatiaia passou a se denominar Estação Biológica de Itatiaia, que ficou subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1927. Em 1937, enfim, a área foi transformada no Parque Nacional do Itatiaia, o primeiro do país, sendo que, além dos lotes públicos, a sua decretação determinou a aquisição de outros lotes privados. O seu Plano de Manejo foi elaborado em 1982, sendo a sua área ampliada de 11.943 para 30.000 hectares. E como as terras da UC não tinham sido regularizadas, foi indicado que a área do ex-Núcleo Colonial Itatiaia, localizada na sua parte baixa, fosse transformada em um Parque Natural, uma categoria de UC que não foi validada com a Lei 9.985/2000. Mas a indicação de transformação da parte baixa do Parque Nacional do Itatiaia em Parque Natural nunca foi institucionalizada.

A principal premissa que embasa a proposta apresentada pela AAI, de acordo com as notas tornadas públicas pelo Parque Nacional do Itatiaia, coloca as áreas de seus lotes como parte incorporada ao Parque Nacional do Itatiaia apenas em 1982, quando a UC foi ampliada. Contudo, o que aconteceu nesse ano foi a exclusão de uma parte do ex-núcleo colonial Itatiaia dos limites originais do Parque Nacional do Itatiaia. O objetivo da exclusão foi retirar dos seus limites a área do Centro de Recuperação de Itatiaia, que pertencia ao Exército e que foi incorporada à UC em 1937. E, com isso, uma área com lotes privados do ex-núcleo colonial foi excluída da sua área.

> A área remanescente — e que aqui é o objeto de discussão — continuou a integrar o Parque por uma fundamental razão: está encravada no setor de maior importância do Parque, onde estão localizados os atrativos naturais de maior visitação e quase toda a estrutura administrativa da Unidade, incluindo o seu Centro de Visitantes [...] (PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA, 2010, s.n.).

Além disso, verifica-se que:

> As características ambientais existentes na área do ex-núcleo, bem como de todo o PNI, são próprias de um parque nacional. A área apresenta Mata Atlântica com alto grau de regeneração, alta biodiversidade, grande riqueza de espécies de aves, que o faz destino consagrado internacionalmente para

> observação de aves, possui inúmeras cachoeiras com beleza cênica, trilhas para diferentes grupos-alvo, dispõe localmente de uma rede suficiente de equipamentos de hospedagem e diversificadas opções na gastronomia, inclusive internacional, para o turismo (PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA, 2009, s.n.).

Ainda de acordo com as notas tornadas públicas pelo Parque Nacional do Itatiaia, a área do ex-núcleo colonial inserida no Parque Nacional do Itatiaia totaliza 1.870 hectares, dos quais 97,7% são áreas florestadas. A maior parte dos seus lotes que permaneceu na área da UC após 1982 nunca deixou de ser de domínio público. Dos seus 68 lotes originais, somente 32 haviam sido vendidos a particulares, e desses, 12 lotes não têm nenhuma edificação. Mas, em decorrência do parcelamento dos 32 lotes, eles totalizam 131 propriedades particulares. E entre essas 131 propriedades particulares, 15 são ocupadas por proprietários residentes e as demais são usadas como segunda residência, ou seja, são casas de campo ou de veraneio. Por fim, até que seus proprietários sejam indenizados, esses imóveis podem ser comercializados. Mas a área do Parque Nacional do Itatiaia, para efeitos da lei, é rural, sendo preciso respeitar a legislação que rege as áreas rurais e seu parcelamento. Ocorre que o parcelamento de alguns lotes não respeitou o módulo rural mínimo da região. E, inclusive, em desrespeito ao Código Florestal, do total de 85 propriedades particulares com edificações, muitas delas apresentam construções na área de preservação permanente.

Ainda em 2006, Carlos Minc, na condição de deputado estadual e de presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, e observando que frequentava a região onde está localizado o Parque Nacional do Itatiaia e que conhecia seus ambientalistas, hoteleiros e moradores, afirmou ter sido surpreendido pela decisão de procuradores do IBAMA de São Paulo de desapropriar nove hotéis da área da UC[49]. Tal medida, do seu ponto de vista, teria um custo financeiro demasiadamente alto, consumindo recursos que faltam às demais UCs do estado do Rio de Janeiro, e um impacto político extremamente negativo, colocando em risco "a aliança, histórica e necessária," entre os setores ambiental e turístico. O diretor executivo do IBAMA do Rio de Janeiro e o diretor nacional de Unidades de Conservação teriam argumentado para Carlos Minc que, estabelecendo o uso concedido em licitação, a lei do SNUC proíbe terminantemente a ocupação privada nos Parques Nacionais. Teriam argumentado também que a UC, prestes a

[49] Note-se que Lobo (2009) afirmou no ano de 2009 que, segundo dados oficiais da sua chefia, essa UC comportava no seu interior, entre as 131 propriedades particulares lá existentes, cinco hotéis, e que foi esclarecido através de e-mail por seu coordenador de Uso Público e Negócios, Leonardo Cândido, em 23 de abril de 2013, que existem três hotéis no seu interior.

completar 70 anos na época, deveria dar o exemplo de cumprimento da lei (MINC, 2006). Todavia, Minc, que cerca de dois anos depois assumiria o MMA, ressaltou:

> Defendo o conceito de Hotel-Parque, com normas precisas e restritivas de defesa ambiental, e que no caso de Itatiaia estes não configuram ameaça ambiental, que vem do gado, caçadores, palmito, incêndios, que a maior parte destes hotéis advertem e ajudam a combater. Defendo um TAC – termo de ajustamento de conduta – que expressará de forma clara os compromissos e as vedações, tanto para hoteleiros como para os moradores antigos, e que será formatada pelo Ministério Público. Conversei [...] com a Ministra Marina Silva, expondo detalhadamente esta apreensão e lhe advertindo de forma companheira dos prejuízos políticos da desapropriação. A Ministra então pediu que eu buscasse, com todos os atores, uma solução jurídica, que respeitasse a lei, defendesse o Parque e sinalizasse para a sociedade o combate à impunidade ambiental e a defesa dos ecossistemas (Op. cit, s.p.).

Por sua vez, deixando explícita a controvérsia entre aqueles que, em algum momento, estiveram à frente das políticas relacionadas aos Parques Nacionais, Marina Silva, quando já havia deixado o MMA, afirmou sobre a questão que, valendo-se da política do fato consumado que atinge de modo perverso as UCs do país, a expansão da ocupação no Parque Nacional do Itatiaia ocorreu após a sua criação, por meio de parcelamentos irregulares e de um atuante mercado imobiliário ilegal. Essa UC, ao seu ver, era emblemática, e era necessário liquidar as pendências com os seus moradores e garantir a sua integralidade. Isto, sem evasivas, como o argumento de que a permanência dos seus ocupantes é vantajosa para os propósitos ambientais (MARINA SILVA, 2009). E sobre essa questão, afirmou:

> Não é assim, e todos sabemos o quanto será valorizada uma propriedade ou um empreendimento comercial praticamente dentro de um Parque Nacional, ainda que numa área desmembrada, com outro nome simplesmente para chancelar situação que não deve ser tolerada. Mesmo que os moradores irregulares se comprometam a observar regras de proteção ambiental, nada justifica o privilégio indevido de se apropriarem de parte de uma [...] UC que pertence à sociedade [...] e deve estar inteiramente dedicada ao cumprimento dos propósitos da política nacional de meio ambiente (Op. cit, s.p.).

A propósito de algumas das questões levantadas por esses dois ex-ministros, observem-se as seguintes declarações. Segundo informações de O Globo (2006), o advogado que esteve reunido com proprietários de hotéis e sítios do Parque Nacional do Itatiaia, afirmou que os incêndios dentro e no entorno da UC teriam impelido a ministra Marina Silva a decidir pela desapropriação dos seus imóveis. Mas os proprietários daqueles hotéis, que iriam propor a criação de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, abrangendo-os, explicaram que os incêndios eram provocados por fogueiras ou queimadas que fogem ao controle dos

fazendeiros do seu entorno, e que, como é a fauna e a flora da UC que atraem turistas para os seus hotéis, eles são os seus maiores defensores. Por outro lado, conforme nota divulgada pelo Parque Nacional do Itatiaia (2010, s.n.), a sua criação evitou uma desenfreada especulação imobiliária na sua área, o que aconteceu, e ainda acontece, em áreas importantes para a atividade turística do seu entorno. É o caso de Penedo, bem como de Visconde de Mauá, que também foi um núcleo colonial no passado. E, de acordo com Loes (2009), a perspectiva de uma reclassificação da parte baixa da UC teria, por si só, inflacionado o mercado imobiliário.

Pegurier (2006), que defende soluções de mercado para a conservação ambiental, observa que o chefe do Parque Nacional de Itatiaia, na época Walter Behr, ao ler em uma placa colocada na margem da estrada que leva à cachoeira Véu da Noiva, uma das maiores atrações turísticas da UC, que a área era particular e a entrada no local era proibida, teria lamentado a sua presença dentro de um Parque Nacional. Mas o mesmo tinha a missão difícil de ser a ponta de lança da sua regularização fundiária. O IBAMA teria decidido que resolver o problema fundiário do Parque Nacional do Itatiaia antes do seu aniversário de 70 anos, com a desapropriação das áreas particulares existentes no seu interior, era uma prioridade. E neste sentido, o órgão criou um grupo de trabalho com o objetivo de fazer a regularização fundiária dessa UC, como também do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Para o autor, os proprietários de residências e hotéis localizados no Parque Nacional do Itatiaia são privilegiados. Eles devem admitir que são subsidiados, pois usufruem de amenidades e de proteção pagas pelos contribuintes brasileiros. Hóspedes de hotéis e moradores afirmam na guarita de entrada da UC que não sairão dessas propriedades e, sem garantia de que isto ocorrerá, ficam isentos do pagamento da taxa de ingresso[50]. Conforme o que é planejado, a atividade hoteleira no Parque Nacional do Itatiaia continuará existindo. Todavia, ela será realizada em regime de concessão, o qual é empregado para operações de hotelaria e ecoturismo em Parques de diversos países do mundo. E, como antes de se concretizar as concessões, os proprietários de residências e hotéis da UC devem ser indenizados, essa mudança custará caro[51].

[50] Fazendo uma crítica ao valor do ingresso, ele observa: "A maioria dos visitantes [...] é de classe média-alta [...]. Irrita ver carros bons, câmeras digitais reluzentes, botas e mochilas das melhores marcas, e pensar que o parque não leva quase nada. Não faz sentido que o ingresso de um parque nacional seja mais barato que uma ida ao cinema. É mais uma maneira de pobre financiar rico no Brasil. Em casos especiais, como visitantes de baixa renda [...] e visitantes assíduos, poderia ser cobrada uma tarifa diferenciada" (PEGURIER, 2006, s.n.).

[51] Notando que o IBAMA divulgou no ano de 2006 a possível desapropriação dos hotéis localizados no Parque Nacional do Itatiaia e lembrando que a União já adquiriu bens de sua propriedade, Bessa (2006) ressaltou que se faz necessário identificar "quem é o dono de quê". Para justificar a sua observação, chamou atenção para a constatação de irregularidades verificadas nos processos de aquisição de terras inseridas nas áreas demarcadas para os Parques Nacionais das Serras dos Órgãos e da Bocaina. E, ao abordar um desses casos irregulares, ainda advertiu que "até o mar já foi desapropriado".

Quando chegou aos jornais, de acordo com Aldé (2006), a notícia de que os hotéis e sítios localizados na parte baixa do Parque Nacional do Itatiaia seriam desapropriados, a repercussão não poderia ser mais negativa. O chefe da UC auferiu antipatia de uma parte significativa dos moradores e proprietários, e o local se tornou um "barril de pólvora". Há uma insatisfação, por parte dos moradores, com as mudanças implantadas por sua chefia. Eles não concordam, por exemplo, em não ser mais possível ter acesso, sem pagar, a atrativos turísticos localizados na UC e fora de suas propriedades. E, desse modo, foram observados protestos contra as medidas tomadas no Parque Nacional, com afirmações que atentam contra os seus responsáveis, por parte de seus moradores e proprietários, sendo que estes, por sua vez, tratavam-se de pessoas abastadas que tinham influência política. E ao fazer essa observação, o autor enfatiza sobre a questão: "Situação bem diferente de boa parte das áreas protegidas, onde os irregulares são caiçaras, quilombolas ou caboclos — ou, mais simples ainda, meros invasores — cuja retirada não é tão delicada politicamente" (ALDÊ, 2006, s.p).

Ainda conforme as notas publicadas pelo Parque Nacional do Itatiaia, apesar da falta de vontade política e da não priorização por parte do governo para realizar a regularização fundiária da sua parte baixa, as iniciativas de seus ex-chefes relacionadas à sua efetivação foram inúmeras, sendo preciso observar que, além da área em questão, outras áreas da UC ainda são ocupadas[52]. E a despeito da problemática envolvendo a situação fundiária de casas de veraneio e de hotéis que há décadas já promovem a mercantilização da paisagem natural no Parque Nacional, foi afirmado, estabelecendo uma relação entre a necessidade da sua regularização fundiária e o desenvolvimento da sua atividade turística, o seguinte:

> A construção de soluções para o PNI passa pela sua regularização fundiária definitiva e por uma nova leitura para o turismo e a visitação. Assim, a análise do desmembramento do PNI passa pela proposta de se zelar pela sua integridade, reestruturando-o e renovando seus instrumentos de manejo e gestão para bem cumprir seus objetivos de criação. Tudo isso passa pela atualização de uso das áreas indenizadas, pela destinação adequada das edificações desapropriadas e pela indicação de novos equipamentos e estruturas para a visitação, bem como a definição e busca de novas parcerias público-privadas (PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA, 2009, s.n.).

[52] Segundo Richter et al. (200-?), por exemplo, o seu setor norte, onde tem início a maior parte dos incêndios que atingem a área, é o mais impactado, sobretudo pela pecuária, uma atividade que vem sendo substituída pelo turismo. Ressalte-se que no município de Itamonte, que responde por cerca da metade das áreas alteradas da UC, existem construções na vila de Vargem Grande, que apresenta novas edificações com predominância de segundas residências, e ao longo da estrada de acesso ao pico das Agulhas Negras (Figura 11).

E acontece que, ao tempo em que foi esclarecido pelo coordenador de Uso Público e Negócios do Parque Nacional do Itatiaia, L. C., que não há nenhum acordo com os responsáveis pelos três hotéis situados no interior da UC em relação à situação fundiária dos mesmos, também foi esclarecido por esse representante da UC sobre a questão da construção de um novo hotel nos limites do Parque Nacional do Itatiaia: "Há um desejo de se implantar um novo meio de hospedagem na parte alta do Parque que seria público administrado pela iniciativa privada por meio de delegação de serviços"[53].

Nesses termos, lembrando que, conforme o que está estabelecido em lei, os hotéis privados localizados nessa UC devem passar para o domínio público, é possível perceber com essa afirmação acerca do Parque Nacional do Itatiaia, o planejamento de mais uma ação a ser implementada em um Parque Nacional, que ao final levará, mais uma vez, a sua participação na "fusão econômico-estatal", uma fusão que sempre serviu à manutenção do sistema do capital e que marca o atual regime de acumulação flexível, que nada muda na essência.

5.1.3 Caracterização da atividade turística

Considerado "uma ilha de conservação da biodiversidade" entre as duas maiores e mais importantes metrópoles do Brasil, o Parque Nacional do Itatiaia está situado no bioma Mata Atlântica, mais precisamente na Serra da Mantiqueira. Ainda em 1913, o naturalista suíço J. Hubmayer referiu-se em uma conferência à região onde hoje está localizado o Parque Nacional. Na ocasião, ele já destacava, além do seu potencial para a pesquisa científica, o seu potencial para o turismo, em virtude da sua proximidade em relação às cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo (SANTOS e ZIKAN, 2000). E hoje são visitados diversos locais dessa UC, que já eram atrativos turísticos naturais quando da sua criação, a exemplo de paisagens com fauna e flora exuberantes, cachoeiras e piscinas naturais alcançadas por trilhas e ainda mirantes e picos com vistas panorâmicas.

Segundo o ICMBIO, o Parque Nacional do Itatiaia conta com diversos atrativos naturais. Na sua parte alta, por exemplo, encontram-se o pico das Agulhas Negras. É possível realizar na UC caminhadas, montanhismo, escalada, travessias, observação da fauna, piquenique nas áreas permitidas, pernoite autorizado nos abrigos e banhos de cachoeira. Assim, esse Instituto divulgou que, em março de 2012, foi proposto um novo sistema de

[53] Esse esclarecimento do coordenador de Uso Público e Negócios do Parque Nacional do Itatiaia foi prestado através de e-mail enviado em 23/04/2013.

trilhas e travessias para a UC, ampliando as opções de visitação, objetivando a sua inclusão no circuito internacional de belas caminhadas em Parques Nacionais.

Transformado em atrativo turístico natural, o Parque Nacional do Itatiaia, da mesma forma que outros Parques Nacionais, é anunciado como local dotado de grande beleza cênica a ser apreciada e como local propício a atividades de lazer e de aventura. Isso é algo observado não somente por parte do seu órgão gestor, mas também por parte de outros órgãos oficiais, diversos meios de comunicação e, evidentemente, por parte de empresas do setor turístico.

A edição de 03 de maio 2013 do Jornal Hoje, que é exibido na rede Globo de televisão, por exemplo, apresentou em uma reportagem sobre o Parque Nacional de Itatiaia, além de uma sequência de imagens e de depoimentos de visitantes da UC, o texto a seguir:

> Vamos levar você ao Parque Nacional do Itatiaia, no estado do Rio. Lá é possível caminhar, fazer escaladas e mergulhar em piscinas naturais. Primeiro parque nacional do país, ali estão 1.500 espécies de plantas nativas e mais de 400 espécies animais. São oito cachoeiras e 15 trilhas que são exploradas por mais de 80 mil visitantes todos os anos. O acesso ao Parque Nacional de Itatiaia é pela Via Dutra, perto do Distrito de Engenheiro Passos, em Resende. O ingresso custa R$11 por pessoa. Por mais R$11, o turista que quiser escalar as famosas Prateleiras ou chegar ao Pico das Agulhas Negras pode se hospedar em um dos abrigos oferecidos pela direção do parque. O abrigo Rebouças fica a 2.350 metros de altitude. Tem instalações simples, que podem acomodar até 16 pessoas. O camping para até 30 pessoas custa R$6 por pessoa. Um lago natural é um dos atrativos do abrigo. O banho é permitido, mas é preciso coragem pois no inverno, ele chega a congelar e no verão, a temperatura da água, nunca ultrapassa 10 graus. A trilha para o Pico das Agulhas Negras exige três horas de caminhada. Ela é feita entre rochas e montanhas. Agulhas Negras é o quinto ponto mais alto do Brasil, com 2.791 metros. Ali dá pra se sentir acima das nuvens. Mas se você não quiser ir tão alto, pode fazer caminhadas nas trilhas cercadas pela vegetação da Mata Atlântica. Elas levam ao museu, aos três hotéis espalhados pelo parque e à mais famosa das cachoeiras, a do Véu da Noiva, com uma fantástica queda d´água de quarenta metros de altura. Para quem busca águas mais calmas, sugerimos um mergulho no Lago Azul. Ele fica bem no meio da parte baixa do parque a seis quilômetros da entrada. È uma piscina natural, com temperatura média da água de 12 graus, no coração do rio Campo Belo. No mirante mais famoso e visitado do parque, o nome tem tom de despedida, o Último Adeus. Mas quando se chega ali e se depara com o cenário, nem dá vontade de ir embora.

E a Figura 13, por sua vez, apresenta alguns exemplos de imagens de paisagens naturais do Parque Nacional do Itatiaia usadas para a sua divulgação por órgãos oficiais e empresas.

Figura 13: Parque Nacional do Itatiaia: divulgação de paisagens naturais em sítios da Internet



Legenda: 1- ICMBIO; 2 - Folha de São Paulo; 3 - Ecoviagens; 4 - Prefeitura de Itatiaia.
Fonte dos dados: ICMBIO (200-?), FOLHA DE SÃO PAULO (2011), ECOVIAGENS (2010), PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA (2013c).

Vale destacar, desse modo, a exploração turística de dois dos principais atrativos naturais do Parque Nacional do Itatiaia, a sua riqueza em espécies de pássaros e o pico das Agulhas Negras. Para tanto, observe-se a presença destes no material publicado por uma agência de turismo, a empresa de turismo de aventura RioXtreme, que oferece pacotes para turistas nacionais e estrangeiros com atividades de ecoturismo e turismo de aventura na UC e em outros locais. Além das fotos apresentadas na Figura 14, essa empresa, em 04 de julho de 2012 e em 08 de abril de 2013, postou em seu *blog* os seguintes textos:

> A RioXtreme agora está oferecendo um novo passeio de observação de aves no Rio de Janeiro. Passaremos dois dias no Parque Nacional de Itatiaia, um paraíso de espécies raras e pássaros exóticos da Mata Atlântica. Nossos tours de observação de aves no Rio de Janeiro são sempre acompanhados de um experiente ornitologista e guia local, nascido e criado na região. O parque fica a apenas duas horas de distância do Rio em uma linda serra com montanhas, florestas e cachoeiras. Foi o primeiro parque a ser criado no Brasil, em 1937. Passaremos a noite em um hotel charmoso com todas as refeições inclusas, perfeito para observadores de aves. Não esqueça de trazer sua câmera! Para saber mais sobre ecoturismo no Rio de Janeiro, veja nossos passeios de aventura ou entre em contato! (BLOG – RIOXTREME TRAVEL AGENCY, 2012a, s.n.).

> Um dos melhores passeios de trekking no Rio de Janeiro é a trilha do Pico das Agulhas Negras, a montanha mais alta do estado do Rio de Janeiro, com 2791m de altitude. Dentro do Parque Nacional de Itatiaia, o primeiro a ser

> criado no Brazil, em 1937, é uma trilha avançada e cheia de aventuras! A trilha das Agulhas Negras leva aproximadamente 4 horas até o topo, com duas seções de pedra onde usamos equipamento de segurança, mas que é perfeitamente segura, basta ter disposição. Do topo do Pico das Agulhas Negras, a vista para o planalto de Itatiaia é sensacional! A parte alta de Itatiaia é coberta por campos de altitude e formações rochosas incríveis, perfeitas para escalada e esportes radicais. Se você estiver no Rio, não deixe de participar de nossa trilha do Pico das Agulhas Negras! Saiba mais sobre trekking no Rio de Janeiro e turismo de aventura em Itatiaia ou entre em contato! (BLOG – RIOXTREME TRAVEL AGENCY, 2013, s.n.)

Figura 14: Parque Nacional do Itatiaia: divulgação de pacotes turísticos da Empresa de Turismo de Aventura RioXtreme



Legenda: 1 - Aves observadas na UC; 2 - Trilha do Pico das Agulhas Negras.
Fonte dos dados: BLOG – RIOXTREME TRAVEL AGENCY (2012a), BLOG – TRAVEL AGENCY RIOXTREME (2012b).

Conforme informações oferecidas por seu chefe, G. W. T., e por seu coordenador de Uso Público e Negócios, L. C.[54], o Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia refere-se ao turismo no seu interior, tal qual está previsto na Lei do SNUC, instituindo normas e projetos de desenvolvimento segundo o zoneamento, como um dos seus objetivos. Todavia, foi destacado, quanto à existência de conflitos de interesse envolvendo o desenvolvimento dessa atividade turística, o desenvolvimento de um "turismo clandestino" na UC, com o uso de áreas que não se encontram abertas à visitação para atividades turísticas, e ainda, com esse "turismo clandestino", a existência de disputas entre os guias de turismo que lá trabalham.

Cândido (2013, s.n.) esclarece que: "As disputas ocorrem entre guias que seguem as normas e regulamentos do parque e os que não seguem, os primeiros se sentem prejudicados por agirem corretamente e perderem clientes e cobram ação do Parque para que

[54] As informações de G. W. T. e de L. C. acerca do Parque Nacional do Itatiaia foram fornecidas por meio do questionário enviado, por e-mail, a todos os chefes dos Parques Nacionais do SNUC.

coíbam a atuação dos segundos". E vale notar sobre essa questão que, anos antes, Magro e Vieira (2000b) registraram a promoção de diversas atividades proibidas aos visitantes, no interior do Parque Nacional do Itatiaia, por parte de hotéis localizados na sua parte baixa, a exemplo de travessias, excursões noturnas e passeios a cachoeiras e poços em áreas privadas, além da abertura de trilhas próprias, no intuito de promover a observação de pássaros.

Há de se ressaltar, quanto a esta questão, que não foram feitas observações por parte dos representantes do Parque Nacional do Itatiaia a respeito da situação fundiária das propriedades privadas existentes no seu interior, as quais são usadas como residências, casas de veraneio e hotéis. Isto, embora a presença de propriedades privadas nos limites das UCs dessa categoria seja considerada prejudicial ao desenvolvimento da atividade turística, visto que, como já foi mencionado, não é possível abrir oficialmente a visitação os atrativos turísticos localizados nessas propriedades, bem como os seus donos têm o direito de cercear o acesso de visitantes da UC aos atrativos turísticos das mesmas.

Os impactos da atividade turística no Parque Nacional de Itatiaia, também conforme o seu chefe e o seu coordenador de Uso Público e Negócios, são, de modo geral, positivos. O turismo na UC colabora para o desenvolvimento econômico da região e para a conscientização dos seus visitantes em relação à importância das áreas de proteção da natureza. No entanto, também se observam impactos negativos da atividade na UC, a exemplo da presença de lixo e de pichações, da alimentação imprópria da fauna silvestre e da sobrecarga de veículos na sua área.

O turismo convencional e o ecoturismo são as modalidades de turismo desenvolvidas no interior do Parque Nacional do Itatiaia, sendo apontadas as seguintes práticas, relacionadas à atividade turística, notadas na UC: observação da natureza, caminhadas em trilhas com e sem pernoite, banhos em rios com poços e cachoeiras, escaladas, rapel e observação de pássaros (ou, como foi citado, *birdwatching)*. Os seus equipamentos voltados aos visitantes são os seguintes: bilheteria, centro de visitantes, estacionamento, auditório, biblioteca, hotel, pousada, camping, abrigo para pernoite, alojamento, trilha sinalizada, mirante e sítio histórico. E os principais obstáculos para o crescimento da atividade turística nessa UC são a deficiência da sua infraestrutura física, a carência de seus recursos humanos, a falta de manutenção das estradas e, ainda, a falta de oferta de pacotes turísticos nos centros emissores com destino ao local.

Note-se que, mesmo antes dos anos de maior visitação ao Parque Nacional do Itatiaia, Magro e Vieira (2000b) já observaram na UC, além de um grande número de visitantes durante alguns períodos do ano em certas trilhas e em outros locais, a presença de

pessoas em áreas proibidas, principalmente no mês de julho, e acidentes, principalmente nos períodos chuvosos. Os autores avaliaram 12 trilhas da UC, entre aquelas oficiais e não oficiais, nas suas partes alta e baixa. Cada uma dessas trilhas levava, em geral, a um atrativo turístico. E foi verificada, com a avaliação das suas condições, a necessidade de manutenção, sinalização e recuperação da vegetação em trilhas não oficiais.

Os visitantes do Parque Nacional do Itatiaia, ainda segundo os seus representantes, são de origem local, de outros estados do Brasil, além do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e ainda de outros países. Tanto existem pessoas que visitam a UC sem o acompanhamento de condutores ou guias, como existem pessoas que a visitam acompanhadas de condutores treinados para atuar no local, acompanhadas de guias autônomos ou através de empresas de turismo locais. E aos seus visitantes é cobrada uma taxa de ingresso no valor de R$ 22,00, sendo oferecido um desconto de 50% para as pessoas que residem no Brasil.

Além desses valores em vigor, das taxas de ingresso para a visita de brasileiros e estrangeiros ao Parque Nacional do Itatiaia, o ICMBIO (200-?a) informa que o visitante que permanecer na UC por mais de um dia tem um desconto, em relação aos valores do ingresso integral individual, de 50% nos finais de semana e feriados e de 90% nos outros dias. Também informa que estão isentos do pagamento da taxa de ingresso para a visita à UC os menores até 12 anos de idade e maiores a partir de 60 anos. E ainda informa que a taxa de estacionamento não será cobrada temporariamente, bem como que serão divulgadas, através de portaria, novas regras e formas de cobrança.

A Tabela 12, elaborada com base nos dados fornecidos pelos representantes do Parque Nacional do Itatiaia, apresenta o número de seus visitantes no período entre os anos de 2002 e 2012. Como pode ser observado, foram registrados entre os anos de 2002 e 2004 os maiores números de visitantes daquele período no Parque Nacional do Itatiaia. Mas, na contramão do que ocorreu com a visitação ao conjunto das UCs dessa categoria que fizeram o controle dessa atividade no período entre os anos de 2006 e 2011 (Figura 04), o número de visitantes dessa UC não se manteve em crescimento nos últimos anos.

Tabela 12: Parque Nacional do Itatiaia: número de visitantes do período 2000-2012

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de visitantes	119.729	125.678	132.082	78.004	79.458	72.703	85.017	100.454	84.140	77.700	96.039

Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012-2013.

A realização, no ano de 2013, da capacitação de funcionários da Secretaria de Turismo de Itatiaia, nesse Parque Nacional, entretanto, dá mostras de que na região onde essa UC está localizada o crescimento da atividade turística junto à natureza ainda figura entre os objetivos perseguidos por seus governantes (Figura 15). Vale apresentar, sobre essa atividade desenvolvida com funcionários do município de Itatiaia, o que foi ressaltado por sua secretária de turismo, Roberta Dias de Oliveira:

> "Há quatro anos a capacitação é feita e o objetivo dela é fazer com que as pessoas que trabalham diretamente com o turista vivenciem e conheçam os pontos turísticos da nossa cidade para que possam prestar um melhor serviço ao turista. Nossa equipe já visitou Penedo, a Região de Visconde de Mauá, onde estão localizados os bairros de Maromba e Maringá, a parte alta do Parque Nacional e agora a parte baixa. Eles conheceram todos os museus, cachoeiras e atrações naturais e culturais do nosso município e agora podem passar com mais detalhes todas essas informações às pessoas que nos visitam" (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA, 2013a, s.p.).

Figura 15: Parque Nacional do Itatiaia: capacitação de funcionários da Secretaria de Turismo de Itatiaia



Fonte dos dados: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA (2013a).

E cabe observar que, de acordo com a Prefeitura Municipal de Itatiaia (2013b), com o objetivo de estimular o turismo local nesse Parque Nacional, entrou em vigor, no último mês de abril, o "desconto entorno", efetuado pela administração da UC e pelo ICMBIO. Os moradores dos municípios do seu entorno, mediante a apresentação de comprovante de residência e documento de identidade com foto, passaram a ter, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, 90% de desconto no valor da taxa de ingresso, que passou a custar R$ 2,20, um fato sobre o qual também foi afirmado por sua secretária de turismo:

> Após anos o Parque Nacional do Itatiaia conseguiu atender às expectativas dos moradores. Muitos não o conheciam por questões financeiras. É através

> desta descoberta, deste contato com o parque que a população vai preservar, defender e conhecer mais um atrativo do município [...] (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA, 2013b, s. n.).

Nesse sentido, observe-se que, segundo Magro e Vieira (2000b), eram frequentes as reclamações quanto ao valor da taxa paga pelos visitantes do Parque Nacional do Itatiaia. Muitas vezes, na sua parte baixa, os visitantes da região voltavam para as suas cidades sem conhecer a UC. Também existiam pessoas que indagavam se havia meios de hospedagens no seu interior, como hotéis e pousadas, mas não chegavam a entrar. Na época, conforme os autores explicam, havia apenas uma área oficial de acampamento na UC, a qual estava localizada na sua parte alta, nas proximidades do abrigo Rebouças. A área de *camping* citada no Plano de Manejo, localizada na sua parte baixa, fora desativada devido a conflitos com moradores da UC e por sua localização na zona de uso especial. Porém, foram identificadas diversas áreas irregularmente utilizadas para acampamentos no seu interior. E, nestas áreas, ficaram em evidência, como resultado desse uso, danos à vegetação e problemas de saneamento.

Apresentada essa breve caracterização da atividade turística que ocorre no Parque Nacional do Itatiaia, cabe observar que diversos aspectos relacionados ao processo de territorialização do capital turístico que são verificados no mesmo, assim como em seus entornos, são comuns a muitas outras UCs dessa categoria, instituídas por todo o país. Entretanto, apesar de ser o Parque Nacional do Itatiaia a primeira UC e o primeiro Parque Nacional criado no Brasil, o Parque Nacional apontado como modelo de visitação a ser seguido pelas demais UCs dessa categoria é o Parque Nacional do Iguaçu.

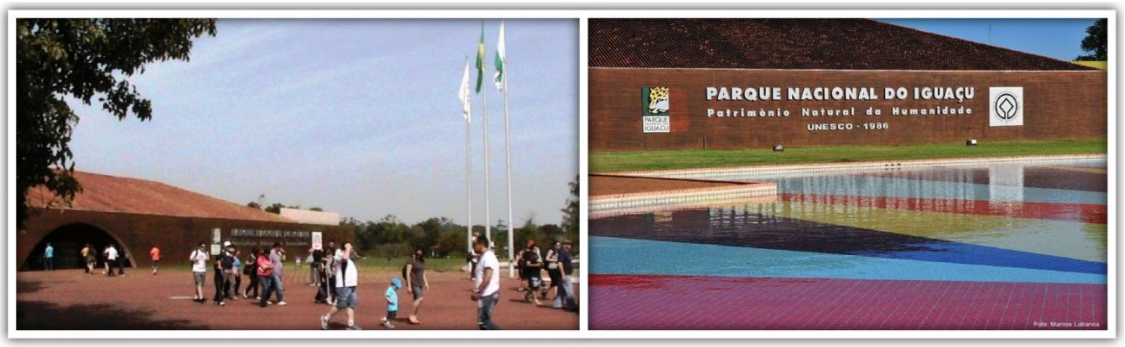
5.2 Iguaçu: um Modelo de Visitação para os Parques Nacionais do SNUC

5.2.1 Considerações iniciais

A criação do Parque Nacional do Iguaçu, o segundo Parque Nacional do país, ocorreu através do Decreto-Lei nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939, dois anos após a criação do primeiro Parque Nacional do Brasil, o Parque Nacional do Itatiaia, e cinco anos após a criação do vizinho Parque Nacional Iguazú, na Argentina (Figura 16). Com o Decreto nº 653, de 28 de julho 1916, uma área de 1.008 hectares, junto as Cataratas do Iguaçu, foi declarada de

utilidade pública[55]. Em 1930, com o objetivo expresso de criação de um Parque Nacional, outro decreto estadual expandiu a área desapropriada em 1916, doando-a ao governo federal. Em 1944 a UC foi ampliada e ganhou novos limites. Isto ocorreu mais uma vez em 1981, quando foram estabelecidos os seus atuais limites. E em 1986, o Parque Nacional do Iguaçu recebeu o título, concedido pela UNESCO, de Patrimônio Natural da Humanidade, constituindo-se no primeiro sítio natural brasileiro a receber tal título.

Figura 16: Parque Nacional do Iguaçu: uso do título de Patrimônio Natural da Humanidade no Centro de Visitantes

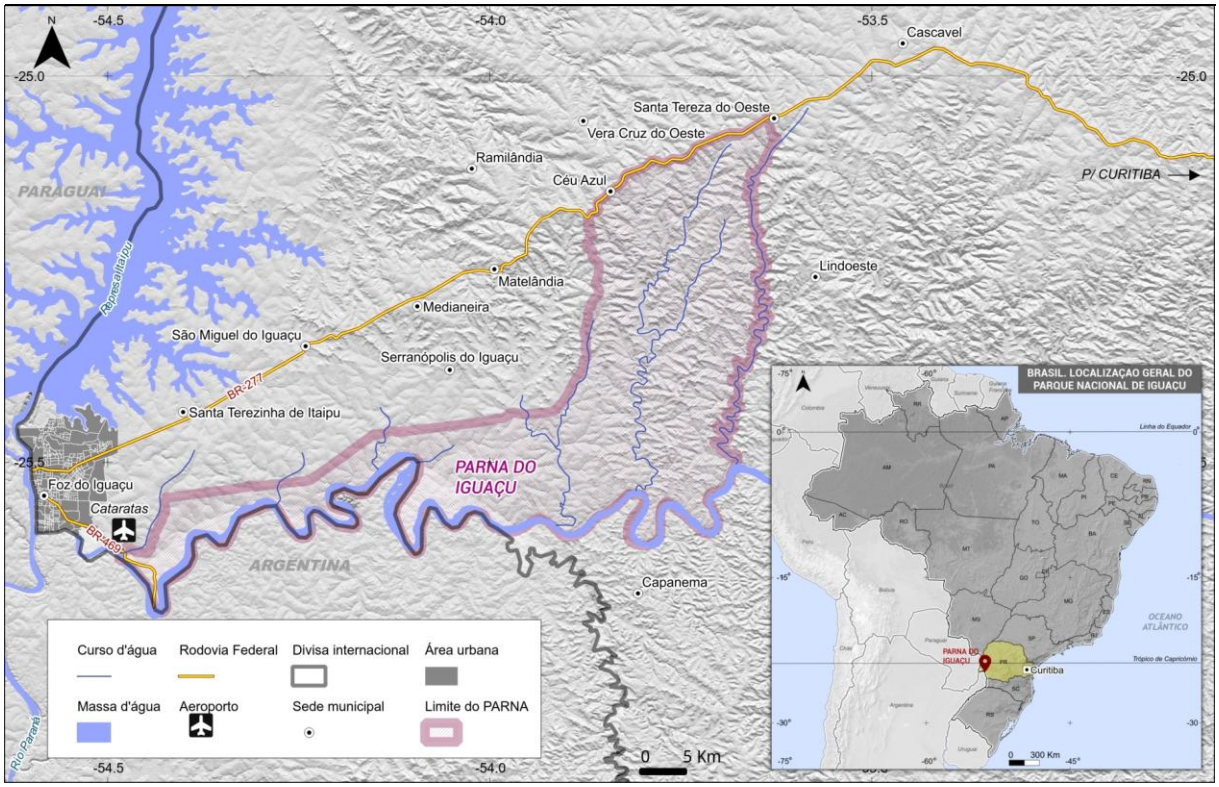


Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012.

Hoje, essa "ilha de floresta" localizada no extremo sudoeste do estado do Paraná, mais precisamente entre 25º05' e 25º41' de latitude sul e 53º40' e 54º38' de longitude oeste, possui uma área de 185.262,5 ha. Chega-se ao local a partir da capital do estado, Curitiba, pela rodovia BR-277, percorrendo-se 630km até a cidade de Foz do Iguaçu, seguido desta por mais 23km, pela rodovia BR-469, ou ainda a partir do Aeroporto Internacional Cataratas, localizado nas proximidades dessa rodovia, a 2km da entrada da UC e a 12km do centro da cidade de Foz do Iguaçu (Figura 17).

[55] Conforme a maior parte das fontes pesquisadas, a história do Parque Nacional do Iguaçu tem início em 1916, com a visita de Alberto Santos Dumont às Cataratas do Iguaçu. Convidado a conhecê-las pelo primeiro prefeito do então município de Vila Iguaçú, ele hospedou-se em um pequeno hotel junto às Cataratas do Iguaçu, uma filial do hotel de propriedade dos primeiros hoteleiros de Foz do Iguaçu. Por vezes, todavia, se ressalta que ainda no ano de 1876 tenha sido proposta para o local por André Rebouças ao Imperador D. Pedro II a criação de um Parque Nacional, acompanhando uma tendência que havia se iniciado nos Estados Unidos quatro anos antes com a criação do Parque de Yellowstone. Após a visita, Santos Dumont firmara o compromisso de requerer ao presidente do estado do Paraná a desapropriação e transformação em patrimônio público daquela área, que na época pertencia a um uruguaio. Se encontra registrado por meio de vídeo, em Parque Nacional do Iguaçu (2009. s. n.), o seguinte depoimento de uma neta do proprietário do hotel onde se hospedou Santos Dumont na ocasião, relatando os fatos mencionados: "[...] ele foi pras Cataratas, ficou lá três dias nas Cataratas. [...] [Ele] bateu no ombro do meu avô e disse [...], essas maravilhas não podem pertencer a uma pessoa, e muito menos a um estrangeiro. E aí eu vou ao governo do Paraná para que isso seja desapropriado. E assim ele fez" (I. R. P)**.** E Santos Dumont, lembrado como o fundador do Parque Nacional, hoje é homenageado com uma estátua instalada em frente a um ponto privilegiado de observação das suas quedas d'água.

Figura 17: Parque Nacional do Iguaçu



Fonte dos dados: MMA/CNUC (201-?), IBGE (2007), IBGE (2010), INPE (2008b), GADM (2012).

No presente, o Parque Nacional do Iguaçu é apresentado como modelo de visitação para as demais UCs dessa categoria. Entretanto, antes de ser transformada em um território turístico onde paisagens naturais raras atraem visitantes, a área na qual esse Parque Nacional se encontra foi um território guarani e, mais tarde, também foi território de colonizadores que ocupavam as terras da região de fronteira na qual está localizado[56]. E, como ocorre em geral com as UC dessa categoria, o processo de implantação do Parque

[56] Foi o povo guarani que deu às águas do rio, que descem às suas quedas d'água, hoje visitadas por turistas de várias partes do Brasil e do mundo, o nome de Iguaçu, cujo significado é "água grande. E como sucedia com inúmeros elementos da natureza presentes, em maior ou menor grau, no seu cotidiano, uma das suas lendas explanava sobre o surgimento das Cataratas do Iguaçu: "Muitas lendas indígenas contam a formação do maior conjunto de quedas d'água do planeta. Uma delas diz que os índios caingangues, que habitavam às margens do Rio Iguaçu, acreditavam que o mundo era governado por M'Boy, o deus serpente, filho de Tupã. O cacique da tribo, Ignobi, tinha uma bela filha chamada Naipi. Por causa de sua beleza, Naipi seria consagrada ao deus M'Boy, passando a viver somente para seu culto. Havia, no entanto, entre os caingangues um jovem guerreiro chamado Tarobá, que se apaixonou por Naipi. No dia em que foi anunciada a festa de consagração da bela índia, quando o cacique e o pajé bebiam cauim (bebida feita de milho fermentado) e os guerreiros dançavam, Tarobá fugiu com Naipi em uma canoa, que seguiu rio abaixo, arrastada pela correnteza. M'Boy ficou furioso quando soube da fuga e penetrou nas entranhas da terra. Retorcendo seu corpo, produziu uma enorme fenda que formou uma catarata gigantesca. Envolvidos pelas águas, os fugitivos foram tragados pela imensa cachoeira. Naipi foi transformada em rocha logo abaixo da cachoeira, fustigada pelas águas revoltas. Tarobá foi convertido em uma palmeira, situada à beira do abismo. Debaixo dessa palmeira existe uma gruta, de onde o monstro vingativo vigia eternamente suas vítimas" (PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU, 2013).

Nacional do Iguaçu foi marcado por conflitos relacionados à posse das suas terras e ao uso dos seus recursos naturais.

No Plano de Manejo da UC lançado em 1981, o qual seria revisado no ano de 1999, foi afirmado que em 1972 existiam 457 famílias na sua área, ocupando 12.000 hectares. Hoje, no Parque Nacional do Iguaçu não há mais moradores, e a sua situação fundiária se apresenta totalmente regularizada. Mesmo porque, acompanhando a promulgação dos diversos decretos que incorporaram à UC novas áreas, eram realizadas desapropriações das suas novas terras.

Desde a criação da UC, destacam-se como a sua principal atração turística as Cataratas do Iguaçu (Figura 18). E sendo essas quedas d'água consideradas algumas das paisagens naturais mais espetaculares do mundo, elas também são atualmente uma das principais atrações turísticas do Brasil (Figura 19)[57].

Figura 19: Parque Nacional do Iguaçu: observação das Cataratas do Iguaçu por turista em 2012



Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012.

Os registros fotográficos da visitação às Cataratas do Iguaçu e seus entornos, por parte da população local, e também os depoimentos de membros dessa população, não deixam dúvidas, no entanto, de que, antes de tal área compor o Parque Nacional do Iguaçu e muito antes da sua paisagem natural ser transformada em um dos principais produtos do turismo nacional e internacional brasileiros, ela já fazia parte do cotidiano dos moradores da região como um lugar frequentemente usado para o seu lazer.

[57] As Cataratas do Iguaçu se estendem em uma frente semicircular de 2.700 metros de extensão, dos quais 800 metros estão em terras brasileiras e 1.900 metros em terras argentinas. Seu número oscila entre 150 e 270 conforme o volume de água, com altura máxima de 80 metros. E a despeito da poesia que invade tanto a percepção dos fenômenos e dos elementos naturais da paisagem revelada na lenda guarani que explica o seu surgimento, como as memórias de frequentadores dessas quedas d'água, que, séculos mais tarde, as usavam para o lazer cotidiano, é pertinente observar que o conjunto de quedas d'água que formam as Cataratas do Iguaçu é resultado sobretudo de um longo processo erosivo sobre uma formação rochosa originada de um grande derramamento vulcânico.

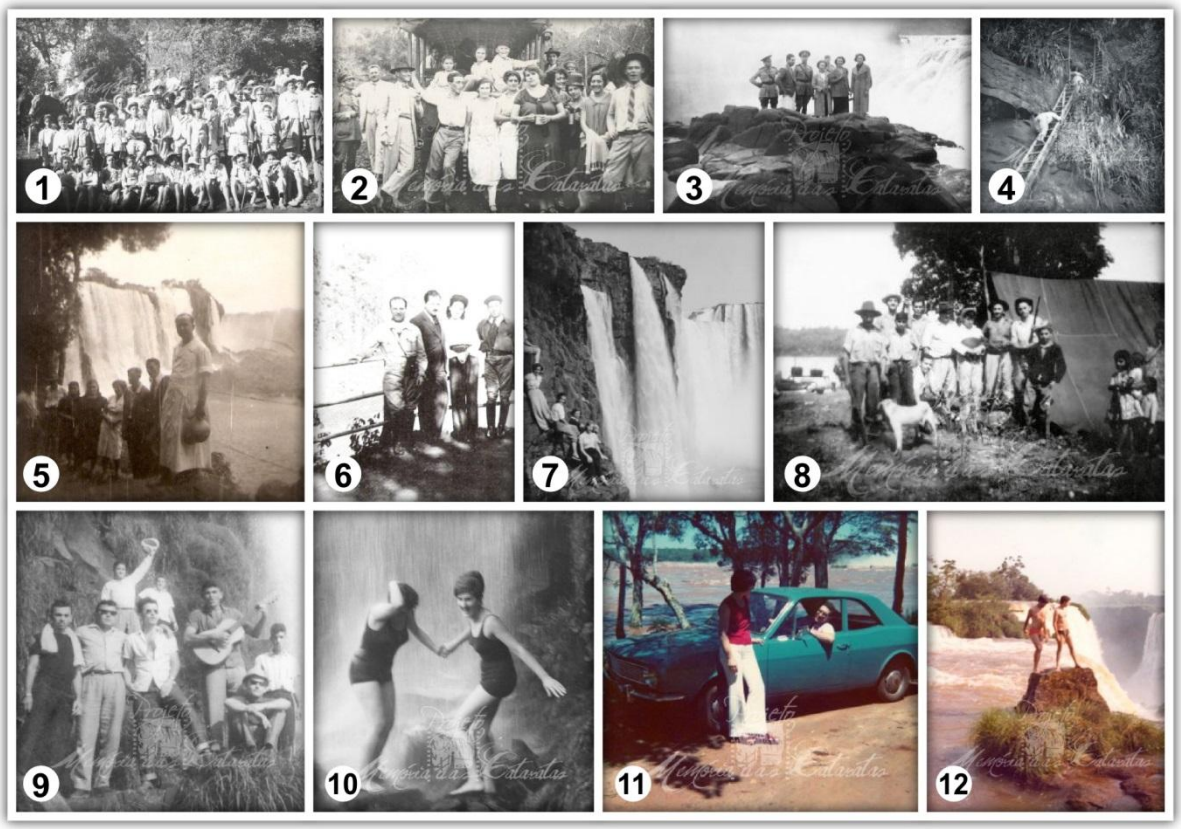
Figura 18: Parque Nacional do Iguaçu: as Cataratas do Iguaçu no mapa turístico



Adaptado de: CATARATAS DO IGUAÇU S.A. (20--).

Entre os registros fotográficos de membros da população local que dão mostras da sua relação com as Cataratas do Iguaçu estão as fotografias expostas na Figura 20.

Figura 20: Parque Nacional do Iguaçu: antigos registros fotográficos da visitação às Cataratas do Iguaçu e seus entornos.



Legenda: 1 e 2 – Década de 1920; 3 e 4 – Década de 1930; 5 e 6 – Década de 1940; 7 e 8 – Década de 1950; 9 e 10 – Década de 1960; 11 e 12 – Década de 1970.
Fonte dos dados: PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU (2009).

E entre os depoimentos de membros da população local que explanam a respeito da sua relação, em "outros tempos", com as Cataratas do Iguaçu, os quais se encontram registrados por meio de vídeos em Parque Nacional do Iguaçu (2009. s. n.), estão as declarações transcritas a seguir:

> Costumava-se vir ver as Catatatas e namorar à noite aqui. Então... E... Aqui tem muita história... (M. L. D.)
> E esse era o ponto de encontro do Iguaçu, todo domingo era aqui [...] tem diversas fotografias que aparece os militares, o prefeito, o padre, enfim, toda cidade vinha. [...] Trazíamos salame, pão, mortadela... (I. B.)
> Arrumava um caminhão... Um... E... Geralmente um Ford 46 era do Parque Nacional. Nos alugava, pagava o combustível e tudo e pegava o caminhão e daí ele ia lá e juntava o pessoal tudo, aí levava carne, tudo pra comer (C.E.G.).

> Vinha [...] [a gurizada] lá do centro de Foz do Iguaçu e tomava um banho ali. E o mais interessante, não tinha carro na época. A gente vinha... Como!? Andando! A pé! Saía cedo do centro de Foz do Iguaçu pra chegar tipo dez horas da manhã aqui nas Cataratas... (F. A. B.)
> Antigamente a gente podia com... Com a carroça de boi. O meu pai podia ir lá pras Cataratas... (M. T.)
> Conforme mesmo as chuvas seis horas daqui de carroça até lá. Outras vezes quatro horas né... [...] Degraus na própria terra né, nas pedras, assim... Degraus poucos, mais tinha. Por isso é era difícil de chegar lá né... (I. R. P)
> De carroça ou de caminhão... É que... Ônibus não existia. Meio de transporte... Era quem tinha, colaborava com os que não tinha... (D. B. R.)
> Lá era apenas picadas pra você visitar as Catarata [...]. Tinha que segurar com um pau, pra poder se, se apoiar, pra não escorregar e não caí lá em baixo. [...] Tudo... Pra visitar todas as quedas (J. S. F.).

Nesses termos, fica evidente que antes de o Parque Nacional do Iguaçu, onde se encontram as Cataratas do Iguaçu e outros locais usados pela população para atividades de lazer desde antes da sua criação e nas décadas que se seguiram, constituir-se um dos mais importantes produtos turísticos do cenário nacional, ele já representava, além de um território de outros usos tradicionais, um importante território do lazer para a população da região na qual a UC está localizada.

5.2.2 O processo de ocupação de uma região de fronteira

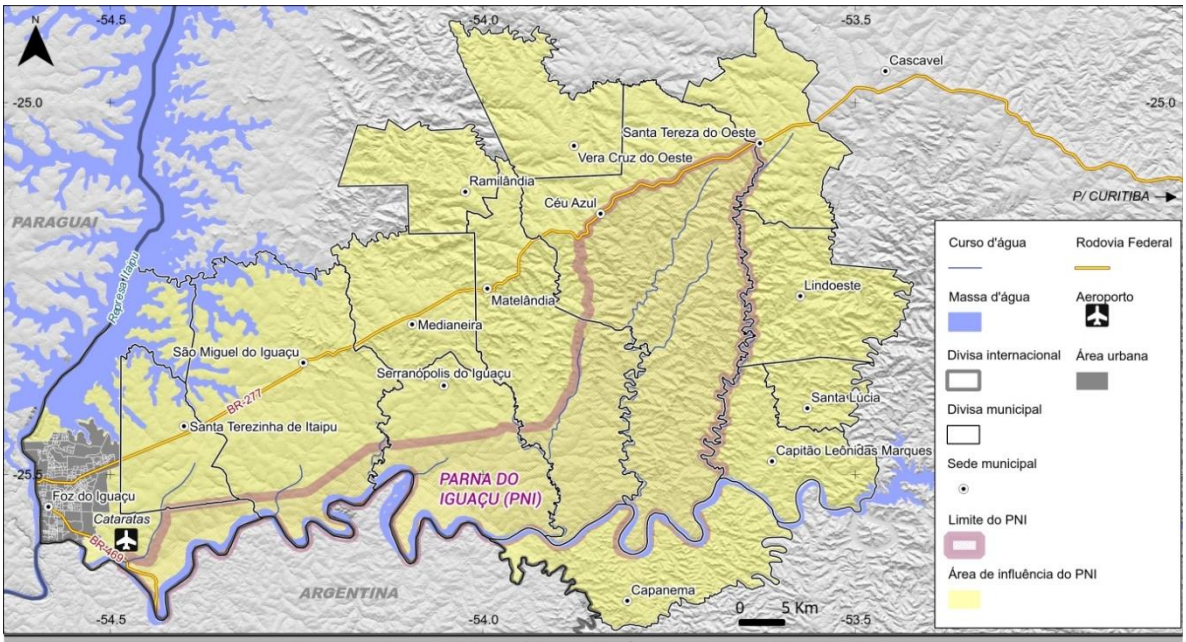
Segundo a Prefeitura de Foz do Iguaçu (2006?), o Parque Nacional do Iguaçu "[...] potencializou um aumento na importância do turismo para a economia local [...]". E, em entrevista acerca da atividade turística de Foz do Iguaçu e a sua relação com a UC, o secretário do turismo do município, F. G., afirmou[58]:

> O turismo de compras foi e continua a ser importante para Foz do Iguaçu. Mas nos últimos anos o número de turistas que chega à cidade para conhecer as Cataratas e o Parque Nacional é cada vez maior. [...] Hoje o turismo no Parque é tão importante para o município quanto o turismo de compras no Paraguai. [...] A parceria entre a Prefeitura, os empresários e a administração do Parque existe e é importante, todos saem ganhando com ela.

No Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, ao qual a quase totalidade dos visitantes chegam a partir do município de Foz do Iguaçu, é afirmado sobre os municípios da sua Área de Influência – AI (Figura 21)[59].

[58] Entrevista concedida no dia 02 de agosto de 2012.
[59] A AI do Parque Nacional do Iguaçu, formada por municípios com bacias que drenam para o seu interior, compreende os catorze municípios a seguir: Céu Azul, Foz do Iguaçu, Matelândia, São Miguel do Iguaçu e

Figura 21: Parque Nacional do Iguaçu: Municípios da Área de Influência



Nº	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE DO MUNICÍPIO (Km²)	% DO MUNICÍPIO NO PNI	% DA ÁREA DO PNI NO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ABSOLUTA ESTIMADA (2013)	PIB*	IDH-M (2013)
1	Capanema	418,705	0,00	0,00	19.182	15.416,36	0,706
2	Capitão Leônidas Marques	275,748	0,00	0,00	15.592	32.977,63	0,716
3	Céu Azul	1.179,449	73,05	50,98	11.528	25.468,84	0,732
4	Foz do Iguaçu	617,700	19,94	7,29	263.508	26.398,58	0,751
5	Lindoeste	361,367	0,00	0,00	5309	13.531,00	0,666
6	Matelândia	639,746	45,65	17,28	17026	16.655,34	0,725
7	Medianeira	328,732	0,00	0,00	44149	17.485,16	0,763
8	Ramilândia	237,196	0,00	0,00	4332	11.097,62	0,630
9	Santa Lúcia	116,858	0,00	0,00	3997	12.499,72	0,687
10	Santa Tereza do Oeste	326,190	0,00	0,00	10548	17.895,13	0,705
11	Santa Terezinha de Itaipu	259,393	0,00	0,00	22127	9.492,69	0,738
12	São Miguel do Iguaçu	851,301	11,99	6,04	26920	20.194,59	0,704
13	Serranópolis do Iguaçu	483,658	64,30	18,40	4667	16.144,90	0,762
14	Vera Cruz do Oeste	327,090	0,00	0,00	9081	12.118,45	0,699
TOTAIS		**6.423,133**		**100,00**			

Fonte dos dados: MMA/CNUC (201-?), IBGE (2007), IBGE (2010), INPE (2008b), GADM (2012).

> Praticamente todos os municípios que compõem a AI do PNI partilham do mesmo histórico, ou seja, surgiram a partir de projetos de colonização, que se instalaram na região a partir dos anos 50 [...]. Inicialmente eram povoamentos que, com o passar dos anos, puderam ser instalados como municípios autônomos. O município mais antigo é o de Foz do Iguaçu, [...]

Serranópolis do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Capitão Leônidas Marques, Capanema, Medianeira, Ramilândia, Santa Lúcia e Vera Cruz do Oeste. A UC abrange os municípios de Céu Azul, Foz do Iguaçu, Matelândia, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu. Estão ligados por divisas comuns às da UC os municípios de Santa Terezinha de Itaipu, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Capitão Leônidas Marques e Capanema. O município de Medianeira é o único município da sua AI situado na microrregião sudoeste do Paraná. E foi do município de Foz do Iguaçu, desmembrado em 1943 do município de Guarapuava, este localizado hoje na porção central do Paraná, que seriam desmembrados, de forma direta ou indireta, oito municípios que hoje compõem a AI do Parque Nacional do Iguaçu.

> instalado em [...] 1943. Foz do Iguaçu, situado entre a fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, é o município-sede do PNI e a capital do turismo no Estado do Paraná, assumindo um papel de destaque no âmbito nacional, graças às cataratas do rio Iguaçu [...] (IBAMA, FUPEF. 1999, s.n.).

Os vestígios mais antigos da presença do homem na região onde Foz do Iguaçu está localizada datam de 6000 a.C.. Mas as Cataratas do Iguaçu foram vistas pela primeira vez por uma expedição colonizadora em 1542. Depois da passagem dessa expedição pelas terras que viriam a ser o município sucederam diversos acontecimentos relacionados aos indígenas, às missões jesuítas e às disputas entre portugueses e espanhóis pelo domínio do território. Entretanto, somente em fins do século XIX tem início o seu processo de colonização.

Aqueles que seriam considerados os seus "primeiros habitantes" chegaram a Foz do Iguaçu em 1881. Nessa época, o Ministério da Guerra examinou a necessidade de estabelecer um destacamento da Marinha e uma Colônia Militar na foz do rio Iguaçu. Em 1889, dando início ao povoamento regular da região, foi estabelecida a Colônia Militar, considerada o marco inicial do município de Foz do Iguaçu. E chegaram novos colonizadores, principalmente imigrantes europeus.

Mas tarde, segundo o IBAMA e FUPEF (1999), com a participação de Companhias Colonizadoras, a frente sulista de ocupação trouxe os gaúchos. Com esses colonos teve início o desenvolvimento da agricultura. A atividade, nessa fase, era praticada predominantemente em pequenas propriedades. Mas note-se que no Parque Nacional do Iguaçu, como em outras UCs, famílias de agricultores foram desapropriadas, isto, em meio ao processo de ocupação da região de fronteira na qual se acha. E, a análise da questão, realizada com base em Prefeitura de Foz do Iguaçu (2006?), Vencatto (2009, 2010), Mensageiro (2011) e Seixas (2012, 2012?), deixa evidente que há um silêncio sobre a história das aproximadamente 450 famílias que viveram na área onde hoje se encontra a UC .

A partir da década de 1940, o oeste do Paraná, considerado um "eldorado", era o destino de muitos migrantes que participavam da ocupação da fronteira nacional e agrícola. Neste contexto, agricultores que migraram principalmente dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se instalaram na década de 1960 em terras, que em parte foram escrituradas, onde hoje é a UC. Quanto a esta, todavia, eles não tinham conhecimento. Aquela terra, para os mesmos, era mais uma área que seria colonizada. A empresa que construía a ferrovia São Paulo - Rio Grande teria direito, como parte do pagamento pela obra, a essas terras no oeste

do Paraná. E estas terras teriam passado para outras mãos até serem vendidas por colonizadoras aos agricultores[60].

Com aqueles colonos tiveram origem as comunidades de São José do Iguaçu, Santo Alberto, Dois Irmãos, São Luis e Santa Luzia. Estas constituíram comunidades de pequenos proprietários que viviam da terra, que se mantinham integradas e que eram visitadas por moradores das cidades próximas, inclusive em suas festas. E as famílias que ali moravam, em geral numerosas, contavam, por exemplo, com escola, igrejas, salão de festas, serrarias e cemitérios. Mas já na década de 1970 efetivou-se o processo de desapropriação desses colonos, os quais, na maior parte, seriam indenizados apenas pelas benfeitorias por eles realizadas, para a ampliação da UC, na época sob a responsabilidade do coronel reformado Jaime de Paiva Bello, sendo divulgadas em revista de grande circulação nacional prisões de agricultores que continuavam a desenvolver as suas atividades, resistindo ao processo em curso, com denúncia de espancamentos e perseguições pela Polícia Florestal, como também problemas com os critérios utilizados nas suas desapropriações.

Ocorre que, na década de 1970, a região sofre importantes mudanças em razão da política governamental, que estimula a monocultura da soja, substituindo a produção camponesa. E sobrevêm, a partir da década de 1980, mudanças na estrutura fundiária e a migração do campo para a cidade (IBAMA e FUPEF, 1999). Hoje, segundo Urban (2002), o Parque Nacional do Iguaçu, visto do alto, constitui uma "solitária ilha de floresta" que compartilha a paisagem com imensos campos cultivados de soja e o lago de Itaipu. A zona de amortecimento no entorno da UC não foi implantada. E a agropecuária, com alta mecanização e com uso intensivo de agrotóxicos, é a principal atividade na sua zona de transição.

É possível que a falta de informação tenha movido os agricultores a comprarem terras destinadas a constituir o Parque Nacional, mas o próprio Governo Federal, que ampliou a área da UC e que devia ter conhecimento de que as suas terras logo não seriam mais deles, autorizou para estes empréstimo para investimentos em mecanização. E o desconhecimento da legislação ou o medo do regime militar por parte destes, mais tarde, enfraqueceram reações mais intensas de resistência[61].

---

[60] "A viagem de mudança, extremamente difícil e perigosa, levava geralmente 14 dias até a passagem pela Estrada do Colono", relata Schossler. Depois, o trabalho de abrir picadas, derrubar a mata virgem, construir moradias e fazer lavouras para o plantio do milho, e da mandioca, base de alimentação para os porcos, principal fonte de economia (MENSAGEIRO, 2011,s.p.).

[61] Na década de 70 o regime militar calava os movimentos sociais e a possibilidade de resistência por parte dos colonos não seria diferente. Considerando ainda que a grande maioria deles fosse de pequenos proprietários de terra e que o fato acontecia em uma região de fronteira internacional (SEIXAS, (2012?, s.n.).

Aqueles agricultores, inconformados por serem forçados a deixar as terras que compraram e nas quais trabalharam durante anos, foram em grande parte reassentados na região do Ocoy, no município de São Miguel do Iguaçu, com o Projeto Integrado de Colonização Ocoy. Os colonos assentados na região do Ocoy II ainda viveram mais uma desapropriação, com a criação do reservatório da hidroelétrica de Itaipu, que também atingiu um aldeamento guarani. Alguns colonos se dirigiram para outros locais da região ou para outras regiões do país, enquanto outros foram para o Paraguai. Alguns agricultores foram indenizados, outros tantos foram indenizados parcialmente e outros foram lesados por advogados.

Somente por volta do ano de 1978 as últimas famílias de agricultores deixaram o lugar em que viveram no interior do Parque Nacional do Iguaçu. Na época, a atividade turística relacionada às Cataratas do Iguaçu, a qual apresentaria um grande crescimento nas décadas seguintes, já era importante. E, desse modo, essa atividade já era alvo de atenção da prefeitura de Foz do Iguaçu.

Atualmente, na região, as principais atividades continuam sendo a agricultura e a pecuária, com exceção do polo urbano de Foz do Iguaçu, que vive do turismo, comércio e serviços. O município de Foz do Iguaçu constitui o grande polo turístico da região, concentrando quase todo o setor da hotelaria, restaurantes, agências de viagens e atrações noturnas e diurnas. Além disso, é o terceiro parque hoteleiro do país e o segundo polo no país em termos de movimentação internacional. E os seus principais atrativos turísticos são as Cataratas do Iguaçu, o Parque Nacional do Iguaçu, a Usina Hidroelétrica de Itaipu, o comércio de *Ciudad del Leste* e a confluência dos rios Paraná e Iguaçu, que formam a fronteira entre Argentina, Paraguai e Brasil (IBAMA e FUPEF, 1999).

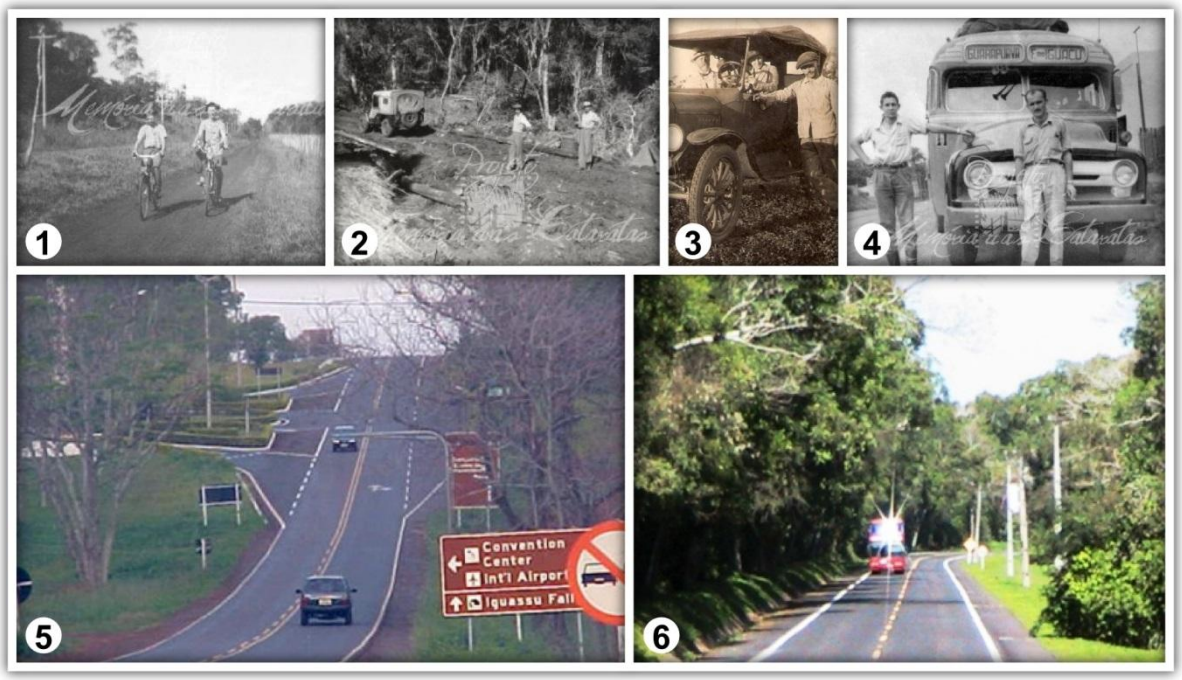
Algumas obras contribuíram para o crescimento da sua atividade turística, entre as quais: a rodovia BR-277; o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu/Cataratas; a Ponte Internacional da Amizade, que intensificou o comércio de Foz do Iguaçu com a atual Ciudad del Este, no Paraguai, e o turismo de compras; e a Hidrelétrica de Itaipu, que se tornou uma importante atração turística. São evidentes as transformações no espaço produzidas com o desenvolvimento da atividade turística no município. E seguindo o que foi ressaltado por outros habitantes da cidade de Foz do Iguaçu, quando indagados a respeito da economia local, uma moradora, funcionária de uma agência de turismos, afirmou:

> Tudo aqui gira em torno do turismo. Se a pessoa não trabalha no turismo, outras pessoas da família trabalham. Até o comércio vive do turismo. Se

> acabar o turismo a cidade também acaba. [...] As pessoas não terão como se manter, nem a prefeitura não vai empregar essas pessoas. [...] Não tem outra opção [...]. O emprego que tem é no turismo (A. N. R.).

A rodovia BR-469, conhecida como Avenida das Cataratas, liga a cidade de Foz do Iguaçu ao Parque Nacional, adentrando-o. Antes da criação dessa rodovia, em 1968, a estrada das Cataratas era usada por moradores da região com diversas finalidades, inclusive para estes visitarem as quedas d'água ou para transportar turistas ao local (Figura 22).

Figura 22: Foz do Iguaçu: feições de ontem e de hoje do caminho que leva às Cataratas



Legenda:Uso da estrada das Cataratas por veículos que transportavam a população local e turistas: 1- Ano 1948; 2 – Sem data; 3 – Década de 1920; 4 – Ford 56; BR-469: 5 - Trecho da rodovia fora da UC (2013); 6 - Trecho da rodovia dentro da UC (2012).
Fonte dos dados: PROJETO MEMÓRIA DAS CATARATAS (2010-2012), TERRINHA DAS ÁGUAS FOZ (20--), Trabalho de campo (2012), PORTAL FOZ DO IGUAÇU (2013).

As terras localizadas às margens dessa rodovia sofreram uma valorização. A presença de residências ou a prática de atividades agrícolas quase desapareceram. Poucos moradores resistiram às constantes propostas de compra das suas propriedades. Nestas, como em outras propriedades daquele lugar no passado, ainda é possível observar o uso da terra com pequenas culturas agrícolas e criações de animais. E, sobre a questão, foi afirmado por uma moradora: "Meu sogro recebe proposta todo dia para vender a propriedade para esse povo aí. Mas meu sogro jamais venderia esse pedacinho de terra. Daí ele nem quer saber o valor deles. [...] A gente vive da agricultura e vende caldo de cana" (L. S.).

Ao longo da rodovia, além de alguns restaurantes e lojas de artesanato, algumas pessoas, por vezes utilizando automóveis ou barracas, comercializam produtos diversos voltados para os turistas que se dirigem ao Parque Nacional do Iguaçu (Figura 23). Segundo esses vendedores, o número de pessoas que hoje trabalham nessa atividade, cerca de 20, é menor que no passado. Isto ocorre em função das pressões sofridas para que eles deixem o local, o que se dá por parte da polícia, da prefeitura de Foz do Iguaçu e, em relação aos vendedores que utilizam áreas mais próximas à entrada do Parque Nacional, dos responsáveis pela UC. Uma dessas pessoas fez as observações a seguir a propósito da questão:

> Eu trabalho com meu filho aqui há uns treze anos vendendo água de coco, mel e artesanato da Bahia e da Argentina. [...] Antes eu trabalhava na agricultura, mas hoje só trabalho aqui. [...] Hoje poucos vendem. Tem pressão de todo lado o tempo todo. [...] Não se pode cadastrar porque a rodovia é federal, daí fica tudo ilegais (A. G).

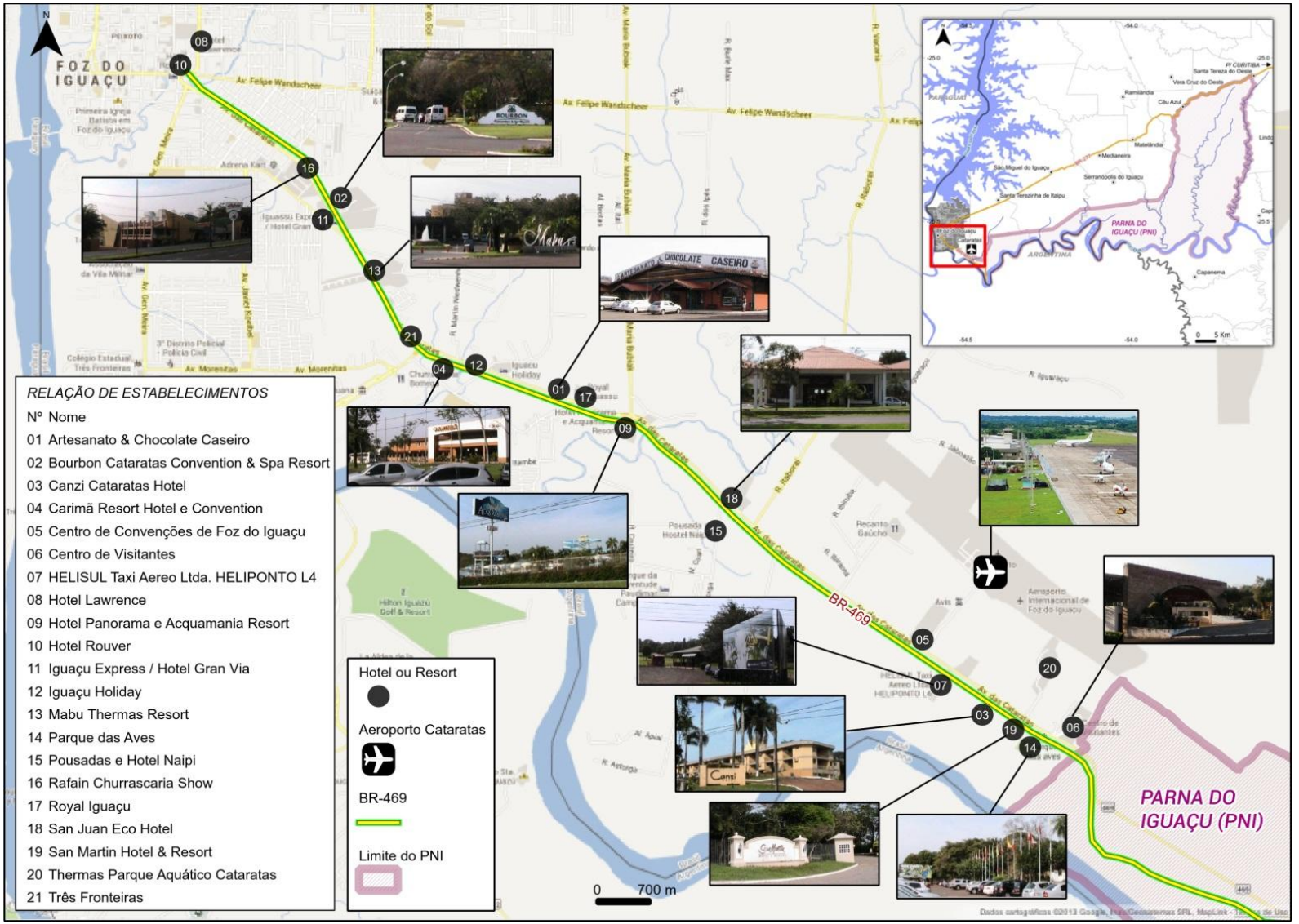
Figura 23: Foz do Iguaçu: comercialização de produtos às margens da BR 469



Legenda: 1 e 2 – Comercialização de alimentos; 3 e 4 – Comercialização de produtos artesanais.
Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012.

E as terras localizadas às margens dessa rodovia, a qual foi restaurada em 2012, além de apresentar condomínios residenciais e outras construções, cada vez mais são tomadas por empreendimentos atrelados ao setor turístico, como ocorre em geral com o entorno de muitos atrativos do turismo convencional (Figura 24).

Figura 24: Foz do Iguaçu: concentração de novos empreendimentos ligados ao setor turístico na BR-469.



Fonte dos dados: MMA/CNUC (201-?), IBGE (2007), IBGE (2010), GADM (2012), Trabalho de campo (2012), GOOGLE (2013).

Entre esses empreendimentos, que transformam um espaço antes usado para o desenvolvimento de atividades típicas das áreas rurais, se sobressaem na paisagem os meios de hospedagem de luxo, os quais são beneficiados pela proximidade do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu/Cataratas.

A Figura 25, desse modo, apresenta, além da distribuição de outros empreendimentos ligados ao setor turístico, a exemplo do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu, do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu/Cataratas e do Parque das Aves, este último localizado nas proximidades do Centro de Visitantes do Parque Nacional do Iguaçu, a distribuição de diversos hotéis e *resorts* por toda a extensão da rodovia BR-469.

No entanto, observa-se que um grande número de turistas que visitam o Parque Nacional do Iguaçu, assim como um grande número de pessoas que chegam a Foz do Iguaçu para participar do turismo de compras no Paraguai, hospeda-se em hotéis e pousadas distribuídos por diversos bairros da sede municipal. Mesmo porque, nesses bairros também são encontrados equipamentos urbanos voltados para o turismo.

5.2.3 A concessão de serviços para a mercantilização da paisagem natural

Um número superior a 4.200 turistas em média chegaram diariamente ao Parque Nacional do Iguaçu no ano de 2012, sobretudo para conhecer as Cataratas do Iguaçu. Nesse mesmo ano as suas quedas d'água, que constituem o seu principal atrativo turístico, passaram a ser anunciadas como "uma das novas sete maravilhas da natureza" (Figura 25). E, mais uma vez, a UC bateu seu recorde de visitação, com um total de 1.535.382 visitantes, entre turistas brasileiros e estrangeiros.

Figura 25: Parque Nacional do Iguaçu: uso do título dado às Cataratas do Iguaçu como uma das novas sete maravilhas da natureza no Centro de Visitantes



Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012.

Referindo-se à eleição que deu esse título às Cataratas do Iguaçu, ao tempo em que se ressaltou que aquele atrativo natural apresentou sucessivos recordes de visitação em 2011 e que, com o título, a expectativa era de que ele recebesse um número maior de visitantes, foi afirmado:

> A eleição coloca as Cataratas entre os destinos turísticos de excelência do mundo. A agência de viagens mais antiga do planeta, a britânica Cox & Kings, criada em 1758, é uma das empresas que incluiu, recentemente, um novo pacote para o Destino Iguaçu. Os números de visitação comprovam a procura pelo roteiro (CLICKFOZ, 2012, s.n.).

A pretensão do Estado de explorar a visitação de áreas naturais protegidas e dotadas de grande beleza cênica não é, de modo algum, um fato novo na história do Brasil. Há de se ressaltar que, quando da criação do Parque Nacional do Iguaçu ainda no ano de 1939, estando definido que a renda arrecadada por sua administração com a visita de pessoas ao local seria recolhida aos cofres públicos, ficou estabelecido que em um regulamento, a ser baixado pelo presidente da república, seriam "[...] reguladas a entrada e permanência de excursionistas e estabelecidas taxas módicas de acesso o permanência" (BRASIL, 1939).

Hoje, a visitação ao Parque Nacional do Iguaçu é mediada pelos serviços prestados por empresas concessionárias. A área designada à visitação pública, na qual se localizam os espaços sob a concessão dessas empresas, compreende aproximadamente 3% da UC. E, sempre ressaltado os benefícios do seu uso público tanto para a sua administração quanto para as comunidades do seu entorno, a visitação desenvolvida na UC é posta como modelo a ser seguido nas demais UCs dessa categoria que integram o SNUC.

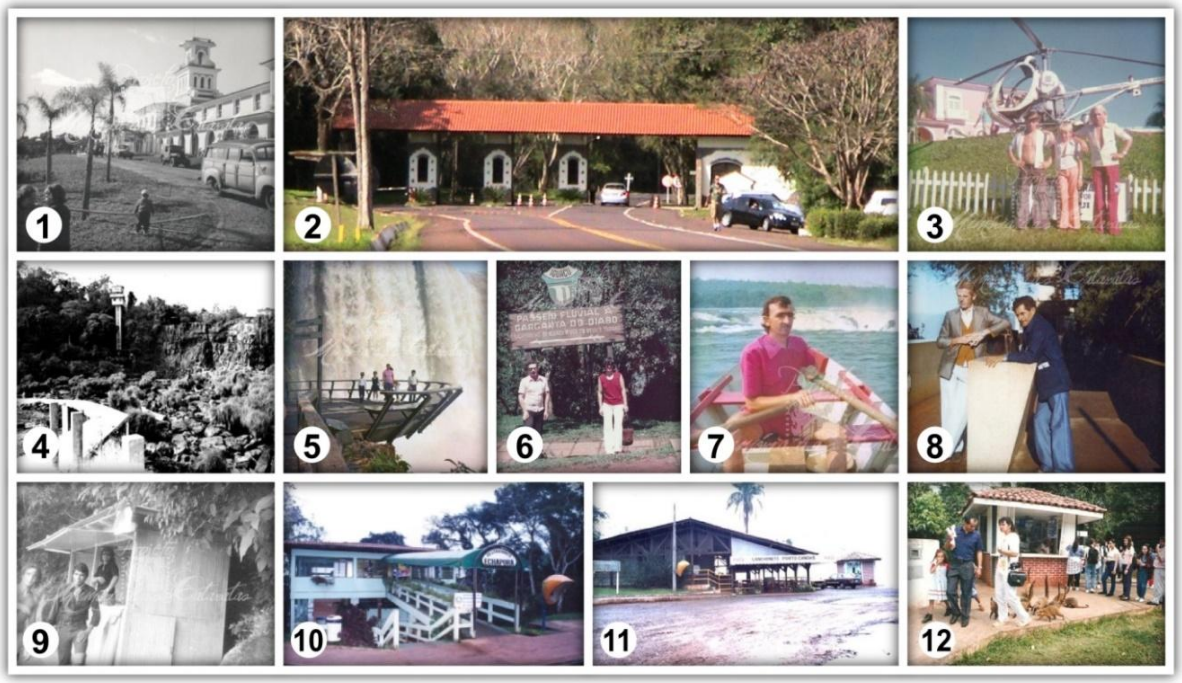
De acordo com Gorini et al. (2006), a implantação do modelo de concessão para a iniciativa privada administrar áreas e atividades relacionadas à visitação no Parque Nacional do Iguaçu, a partir de processos licitatórios realizados entre 1998 e 2002, somente foi possível em razão de a UC apresentar as seguintes condições:

> [...] (i) maturidade do seu plano de manejo – a revisão em 1999 permitiu várias correções e ajustes ao antigo plano; (ii) viabilidade econômica, em função do histórico já elevado de visitantes do parque – em 1990, esse número já era superior a 800 mil visitantes, tendo ultrapassado 1 milhão em 2005 [...]; (iii) equacionamento da questão fundiária, assim como da estrutura antiga de contratos permissionários, o que permitiu a implantação do novo modelo de concessões; e (iv) boa infra-estrutura externa de acesso ao parque (GORINI et al. 2006, p.188).

Quanto aos “contratos permissionários” anteriores às licitações em questão, é afirmado em O *Blog* de Foz (2009) que antes dos processos licitatórios realizados a partir de 1998 a área de visitação do Parque Nacional já apresentava concessões, mas, no período, estas tinham preços quase simbólicos. A cobrança de ingressos aos visitantes da UC, por sua vez, era realizada diretamente por funcionários do IBAMA. E a partir do ano de 2000, sob uma nova ótica, tanto os preços das concessões como da entrada dos visitantes deram um salto.

Desse modo, são apresentadas na Figura 26 algumas imagens no intuito de apresentar as antigas estruturas e equipamentos utilizados por visitantes da UC. Cabe observar que entre tais estruturas e equipamentos existiam alguns que funcionavam com contratos permissionários, em um período anterior às licitações realizados a partir de 1998, vencidas por empresas concessionárias que imprimiriam novas dinâmicas e feições ao local.

Figura 26: Parque Nacional do Iguaçu: algumas das antigas estruturas e equipamentos utilizados por visitantes



Legenda1 - Hotel das Cataratas (1962); 2 - Antiga entrada (2012); 3 - Heliporto junto ao Hotel das Cataratas (197-); 4 - Passarela em construção (1970); 5 - Mirante (1972); 6 - Sinalização (1973); 7 - Canoa usada em passeios com turistas (1974); 8 - Elevador antigo (197-); 9 - Quiosque de aluguel de capas e venda de souvenirs e sorvetes (1973); 10 - Restaurante (19--); 11 - Lanchonete (19--); 12 - Sorveteria (19--).
Fonte dos dados: O BLOG DE FOZ (2009, 2009b, 2010), PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU (2009), Trabalho de campo, 2012.

As empresas concessionárias que hoje exploram as atividades relacionadas à visitação no Parque Nacional do Iguaçu são a Cataratas do Iguaçu S.A., a Macuco Safári, a Cânion Iguaçu, a Macuco EcoAventura, a Orient Express e a Helisul Táxi Aéreo Ltda. De

acordo com Tornieri et al. (2012), a Macuco Safári, a Cânion Iguaçu e a Macuco EcoAventura são partes do Grupo Macuco. Estas e as demais empresas citadas possuem contratos de concessão para atuarem na UC, com duração entre 10 e 20 anos, os quais podem ser renovados. Essas empresas empregam mais de 700 trabalhadores.

A primeira empresa a obter a concessão de serviços turísticos no Parque Nacional do Iguaçu foi a Catarata do Iguaçu S.A., que passou a operar na UC a partir em 1999. Hoje essa empresa também é responsável por projetos turísticos no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, através da sua filial EcoNoronha, e no Parque Nacional da Tijuca. Inicialmente, a concessão no Parque Nacional do Iguaçu fora dada à empresa por um período de 15 anos, ou seja, até 2014, sendo mais tarde ampliada até o ano de 2020. Essa ampliação foi justificada por essa empresa ter investido nos últimos anos, por exemplo na implantação do Centro de Visitantes e no sistema de transporte, mais de R$ 42 milhões na UC. Com essa concessão, a empresa obteve o direito de explorar na área designada à visitação pública da UC o Centro de Visitantes, o transporte de visitantes e as áreas conhecidas como Espaço Porto Canoas, Espaço Naipi e Espaço Tarobá (Figura 27).

Figura 27: Parque Nacional do Iguaçu: Cataratas do Iguaçu S.A.



Legenda: 1, 2 e 3 – Centro de Visitantes; 4, 5 e 6 – Transporte de visitantes; 7, 8 e 9 – Espaço Porto Canoas; 10 e 11 – Espaço Naipi; 12 e 13 – Espaço Tarobá.
Fonte dos dados: CATARATAS DO IGUAÇU (201-?c).

O Centro de Visitantes, por exemplo, apresenta, além da sede da Cataratas do Iguaçu S.A. e do escritório do ICMBIO, bilheteria, balcão de informações, posto bancário, ponto de venda de passeios opcionais, fraldário, telefones públicos, sanitários, ambulatório, cafeteria, lojas que comercializam desde suvenires mais modestos como um lápis à joias, exposição ambiental, sala exclusiva de atendimento para guias e empresas de turismo e plataforma para embarque nos ônibus que levam às Cataratas do Iguaçu. Além dos equipamentos mencionados, junto ao Centro de Visitantes há o estacionamento que possui capacidade para 900 automóveis, 70 ônibus, 20 vans, 50 motocicletas e bicicletas.

As duas licitações vencidas pela empresa Cataratas do Iguaçu S.A., conforme Gorini et al. (2006, p.191-92) totalizam 12 unidades de receita e envolvem 57 obrigações:

> Contrato 1 – Período: 1998 a 2013. Composto por cinco unidades de receita: sistema de transporte, bilheteria, estacionamento, loja de suvenires (do Centro de Visitantes) e lanchonete. Um valor fixado em contrato destina-se ao Ibama via Orçamento da União, que está em torno de 8% do faturamento bruto dessas unidades.
> Contrato 2 – Período: 2005 a 2020. Composto por sete unidades de receita: Espaço Porto Canoas (restaurante, loja de suvenires, lanchonete e espaço digital) e Espaço Naipi (uma loja e dois quiosques). Está prevista para o ano de 2006 a construção do Espaço Tarobá, com investimentos de R$ 800 mil. Existia ainda neste contrato a Trilha da Represa e o Espaço Santos Dumont e estava prevista a construção de uma torre de observação, que geraria receita significativa para a concessionária. Sua construção, no entanto, foi vetada posteriormente pelo novo plano de manejo do parque, que entrou em vigor em 2000. É repassado ao Ibama, via Orçamento da União, um valor equivalente a 3% do faturamento bruto de todas as unidades desse contrato.
> Para compensar a perda de receita decorrente das modificações do Espaço Santos Dumont, que causou desequilíbrio financeiro ao Contrato 2 com o cancelamento da torre de observação, parte da receita da bilheteria do parque (no valor previsto de R$ 2,50 por bilhete) passou a ser destinada à Cataratas S.A. Outra medida de compensação financeira adotada no Contrato 2 foi a prorrogação de seu vencimento de 2014 para 2020.

A empresa Macuco Safári, por sua vez, é responsável por um dos passeios oferecidos aos turistas no Parque Nacional. Para tanto, a empresa mantém uma central de recepção, junto a uma das paradas de ônibus da rodovia que adentra a UC, estacionamento, trilhas, cais, carretas puxadas por carros elétricos e barcos infláveis (Figura 28).

Na central de recepção encontram-se balcão de informações, banheiros, vestiários e loja de *souvenirs*. É partir dela que o passeio oferecido pela empresa tem início. No seu primeiro trecho percorre-se uma trilha em meio à mata, em uma das carretas puxadas por carros elétricos. Um segundo trecho é percorrido com uma caminhada que conduz a uma cachoeira. Por fim, após chegar ao cais onde se entra em um dos barcos infláveis, percorre-se

um trecho do cânion do rio Iguaçu na direção das quedas d'água. E ao final do passeio de barco, o turista pode adquirir o DVD com vídeos e fotos do mesmo.

Figura 28: Parque Nacional do Iguaçu: Macuco Safári



Alguns equipamentos usados e atividades realizadas por visitantes.
Fonte dos dados: MACUCO SAFARI (201-?b).

A empresa Macuco EcoAventura explora as trilhas do Poço Preto, das Bananeiras, Linha Martins, além do passeio em botes a remo e do passeio Porto Canoas. Para tanto, essa empresa mantém uma central de recepção, bilheterias, casa suspensa na mata, banheiros nas bilheterias, trilhas, pontos de observação da natureza e portos. Também mantém cais, embarcações, carreta para o transporte de bicicletas, carro de apoio e binóculos (Figura 29).

Figura 29: Parque Nacional do Iguaçu: Macuco Eco Aventura



Alguns equipamentos usados e atividades realizadas por visitantes.
Fonte dos dados: MACUCO SAFARI (201-?f).

O trajeto da trilha do Poço Preto, por exemplo, inicia em uma passarela suspensa, seguida de uma trilha, que pode ser feita a pé, em veículo elétrico ou de bicicleta. Depois é

realizada a travessia de uma ponte pênsil que leva a uma trilha, ao final da qual existe uma casa suspensa, de onde se observam a floresta e a lagoa do Jacaré. A seguir ocorre uma navegação em barco a motor no rio Iguaçu, com a opção de passeio em *ducks*. E, ao final da atividade, o desembarque pode ser realizado nos portos Bananeiras ou Canoas.

A empresa Cânion Iguaçu, por sua vez, oferece aos turistas do Parque Nacional as seguintes atividades de aventura: o *rapel*, o arvorismo, a escalada em muro e o *rafting*. E a empresa mantém, para tanto, o campo de desafios, além de equipamentos específicos para cada atividade (Figura 30).

Figura 30: Parque Nacional do Iguaçu: Cânion Iguaçu



Alguns equipamentos usados e atividades realizadas por visitantes.
Fonte dos dados: MACUCO SAFARI (201-?a;201-?c;201-?d;201-?e).

Assim, por exemplo, para realizar o *rapel* com 55m de altura e vista para as quedas d'água, o turista é encaminhado, por uma trilha suspensa em meio à mata, até a plataforma na margem do rio Iguaçu, na qual a atividade tem início. E, por eles, é utilizado um equipamento individual de segurança, que é composto de cadeirinha, mosquetão, capacete, freio e corda.

A Helisul Táxi Aéreo Ltda. tem a concessão dos voos panorâmicos de helicóptero sobre o Parque Nacional do Iguaçu. A empresa foi fundada em 1972 com esse propósito. Os seus sobrevoos partiam inicialmente de um heliporto localizado no interior do Parque Nacional, nas proximidades do Hotel das Cataratas. Hoje a empresa se encontra junto ao centro de visitantes, fora dos limites da UC (Figura 31).

Figura 31: Parque Nacional do Iguaçu: Helisul Táxi Aéreo Ltda.



Alguns equipamentos usados e atividades realizadas por visitantes.
Fonte dos dados: CATARATAS DO IGUAÇU S.A. (201-?a).

Para operar esse passeio, além de outro passeio local, a empresa, que também realiza sobrevoos no Parque Nacional da Tijuca, mantém no local um heliporto com área de estacionamento e estrutura de recepção que conta com banheiros e ponto de venda de lanches e *souvenirs*. E, agregando valor ao serviço, ainda comercializa com os seus clientes CDs com imagens destes no passeio em seus helicópteros.

A concessão do uso do Hotel das Cataratas, único meio de hospedagem de visitantes localizado no interior do Parque Nacional do Iguaçu, e com mais de 50 anos de funcionamento, atualmente é do grupo internacional Orient Express (Figura 32).

Figura 32: Parque Nacional do Iguaçu: Hotel das Cataratas



Vista aérea e algumas dependências do Hotel da Cataratas.
Fonte dos dados: HOTEL DAS CATARATAS (201-?), CATARATAS DO IGUAÇU (201?b).

O hotel, construído com arquitetura colonial em uma área privilegiada nas proximidades das quedas d'água da UC, conta, entre outros equipamentos, com 203

apartamentos distribuídos em sete categorias, dois salões de conferência com capacidade total para mais de 200 pessoas, dois restaurantes, dois bares, piscinas aquecidas, lojas de souvenirs e agência de turismo.

Entre as empresas concessionárias aludidas, a Cataratas do Iguaçu S.A. apresenta um lugar de destaque com relação à promoção do turismo no Parque Nacional do Iguaçu. E de acordo com o MTUR (2008), segundo o qual essa empresa prioriza a contratação da mão de obra, a aquisição de materiais e a contratação de serviços dos municípios do seu entorno, com a concessão dos serviços turísticos na UCl:

> Foi feito um investimento nas instalações de recepção ao turista com bilheteria para cliente, visitante do parque, desde o momento em que o mesmo tem o primeiro contato com o negócio, que está num local organizado e estruturado para dar uma estrutura e um atendimento de alto nível. Tudo o que um turista possa precisar para ter suas principais necessidades atendidas são oferecidas logo no centro de visitantes (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p. 28-9).

A observação das estruturas criadas no Parque Nacional do Iguaçu e da oferta de atividades para os turistas que chegam ao local nessas estruturas e no sítio na internet da Cataratas do Iguaçu S.A. demonstra que esta mantém uma parceria com as demais concessionárias da UC. E quanto à parceria estabelecida entre essa empresa e os guias e agências de turismo, a mesma é explicitada na afirmação a seguir:

> Cada turista que está sendo acompanhado por um guia dentro do parque, utiliza uma pulseira que o identifica para a geração de comissionamento para o guia responsável e para a agência que realizou a venda. Esse sistema facilita o processo de parceria e contabilização de comissões e faz com que os guias priorizem levar seus grupos aos pontos de venda da empresa, uma vez que esse faturamento gera uma comissão para os mesmos; as agências também respondem à iniciativa montando programas que incluem em seus roteiros a passagem pelos pontos de venda com tempo para que o grupo realize as compras (Op. cit., p. 32).

Além do trabalho de centenas de funcionários empregados nas empresas concessionárias, destaca-se na atividade turística desenvolvida no interior do Parque Nacional do Iguaçu o trabalho dos guias de turismo. E a presença desses trabalhadores é marcante, principalmente junto aos grupos de turistas estrangeiros que visitam a UC (Figura 33). Segundo o seu presidente, S. dos R., o qual ressalta a boa relação do sindicato com as autoridades do município de Foz do Iguaçu, de forma geral esses guias de turismo são de origem local, e a atividades é a única fonte de renda deles. Todos eles possuem curso técnico

que os capacita a exercer a profissão, a exemplo do curso ofertado pelo colégio agrícola estadual em Foz do Iguaçu para quem já concluiu o ensino médio. Muitos deles apresentam formação superior, e somente trabalham na UC guias credenciados. O turismo na UC ocorre, em grande parte, de modo integrado ao turismo de compras no Paraguai, sendo que os mesmos guias conduzem turistas a outros atrativos locais, como a hidroelétrica de Itaipu, a tríplice fronteira e o Parque das Aves[62]. Do seu ponto de vista:

> As concessionárias investiram muito no Parque. Montaram toda a estrutura. Por exemplo, a concessionária que arrendou o hotel, a estrutura de transporte, a recepção de turistas, o restaurante, tudo aquilo lá. Mas ainda vai avançar mais. A estrutura vai ser de primeiro mundo.

Figura 33: Parque Nacional do Iguaçu: trabalho de guia de turismo



Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012.

O público total do Parque Nacional do Iguaçu em 2011 foi de 1.394.187, sendo 642.834 estrangeiros e 751.353 brasileiros. Do total de estrangeiros, mais de 257 mil eram argentinos, enquanto do total de brasileiros 288.720 eram do Paraná. São beneficiados pelo passe comunidade, com o abatimento de 90% no valor do ingresso e desconto no estacionamento e no transporte na UC, os moradores de 14 municípios do seu entorno, sendo que os valores dos ingressos variavam conforme as seguintes categorias: ingresso integral, desconto Mercosul, desconto Brasil e desconto entorno. E fizeram uso do passe comunidade 48.284 visitantes, sendo 40.668 destes moradores de Foz do Iguaçu (Figura 34)[63].

[62] Entrevista concedida em 2 de agosto de 2012.

[63] Os valores dos ingressos para a visitação do Parque Nacional do Iguaçu, com o detalhamento de taxas acrescidas e de descontos, bem como os valores pagos no seu estacionamento, encontram-se no item 4.2. A partir

Figura 34: Parque Nacional do Iguaçu: bilheterias



Legenda: 1 - Bilheteria - passe comunidade; 2 - Bilheteria - público em geral.
Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012.

Ao que tudo indica, em torno do desenvolvimento da atividade turística no Parque Nacional do Iguaçu constituiu-se uma espécie de aliança entre os diversos sujeitos envolvidos mais diretamente no processo. Isso porque representantes da UC, da administração do município de Foz do Iguaçu, das empresas concessionárias, das demais empresas do setor turístico e dos trabalhadores empregados na atividade, apesar das suas singularidades, apresentam expectativas comuns quanto ao que os alia. Mas ainda que essa aliança seja mantida em situações diversas, dando mostras de que, do mesmo modo que ocorre com outros Parques Nacionais, essa UC não escapa do conflito entre a preservação da natureza e o desenvolvimento econômico, o processo de territorialização do capital com a atividade turística no Parque Nacional do Iguaçu também é marcado por conflitos de interesses, o que, evidentemente, ocorre com reflexos para o seu entorno.

Um desses conflitos, por exemplo, surgiu com o anúncio de que seriam adotadas, a partir de 1º de agosto de 2012, novas regras para o acesso à UC. A interdição do tráfego de veículos de turismo no seu interior era discutida desde o ano 2000, quando foi realizada a revitalização da área de uso público, sendo que a discussão a respeito da presença de veículos na mesma ganhou força após a morte por atropelamento de uma onça pintada, em março de 2009. Mas as novas regras teriam sido tomadas a partir de uma liminar da Justiça Federal gerada com a ação civil pública, com a argumentação de impedir prejuízos ambientais, aberta por uma ONG sediada no estado do Rio Grande do Sul.

Com essas novas regras, o único acesso à UC seria através do Centro de Visitantes, por meio do sistema de transporte de uma das suas concessionárias. O acesso de

---

de 20 de setembro de 2013, o ingresso para visitar a UC, assim como as demais UCs do SNUC, teve o seu último reajuste. Este reajuste, de 21,21%, foi autorizado pelo ICMBIO por meio da Portaria nº 211, de 10 de julho, publicada no Diário Oficial da União em 22 de julho de 2013.

táxis e vans com turistas, desse modo, ficava proibido. Quanto aos hóspedes do Hotel das Cataratas, o acesso seria realizado apenas por meio de sistema de transporte do mesmo. Desse modo, como é possível observar na Figura 35, guias de turismo, taxistas, motoristas de vans e empresários ligados ao turismo no Parque Nacional do Iguaçu estavam entre os sujeitos que participaram dos protestos contra a medida em questão, tendo sido afirmado por S. dos R., presidente do SINGTUR, que a mesma surgiu

> em função de alguns ambientalistas conservadores que pensam somente no meio ambiente, diferente de outros que discutem a integração da preservação e do turismo. [...] Existe uma norma que diz que cada automóvel no Parque Nacional deve ter um guia. Não tendo esses carros diminui o número de guias no Parque[64].

Figura 35: Parque Nacional do Iguaçu: protesto na BR469 em 16/08/2012



Fonte dos dados: Trabalho de campo, 2012.

E em março do ano de 2013, contrariando interesses da maioria dos sujeitos que fazem parte da referida aliança, o presidente do ICMBIO assinou em Brasília uma portaria mantendo as normas previstas no Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, as quais proíbem o acesso de táxis e vans ao seu interior. Entretanto, no intuito de permitir a adequação da UC para pôr em execução as normas e impedir circunstâncias inesperadas às atividades turísticas e de prestação de serviços, foi admitida, em caráter excepcional, a entrada e a circulação desses veículos até o dia 29 de dezembro de 2013, quando o acesso ao local ficaria restrito aos veículos da concessionária que atua no transporte de turistas.

[64] Entrevista concedida em 2 de agosto de 2012.

6 A MEDIAÇÃO DO ESTADO E A MERCANTILIZAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL NOS PARQUES NACIONAIS E SEUS ENTORNOS

Tem-se com a apresentação deste capítulo o objetivo de analisar aspectos da mediação do Estado relacionados ao processo de mercantilização da paisagem natural nos Parques Nacionais e seus entornos. A fim de alcançar esses objetivos, este capítulo inicia com a apresentação das políticas públicas que implementam a atividade turística nessas UCs, destacando o crescimento do ecoturismo e refletindo acerca do uso do discurso do desenvolvimento sustentável. Na continuidade é apresentada uma dessas políticas, o Programa Turismo nos Parques, destacando os seus investimentos, e ainda são expostas outras ações da política pública de turismo, as quais colaboram para a evolução do processo em questão, a exemplo das concessões de serviços turísticos para a iniciativa privada nos Parques Nacionais. E finaliza o capítulo a discussão sobre a acumulação do capital turístico nos Parques Nacionais, que traz considerações sobre o fato de o Estado configurar-se provedor de estratégias de acumulação do capital e, ainda, sobre a funcionalidade do Estado para a configuração de territórios do ecoturismo.

6.1 A Política Pública com vista à Implementação da Atividade Turística nos Parques Nacionais

Seja no centro ou na periferia capitalista, o Estado empreende políticas públicas com vistas ao desenvolvimento do turismo. Esta é uma atividade econômica que tem o espaço como seu principal objeto de consumo e na qual tudo, até a miséria e os escombros de guerras, é explorado como mercadoria. E os governos de muitos países do mundo, reconhecendo o inegável crescimento e importância econômica da atividade, estimulam o turismo, sempre enaltecendo os seus benefícios e desconsiderando as demais implicações advindas do seu crescimento e a forte dependência da demanda turística em relação a fatores que fogem ao seu controle, a exemplo das crises econômicas ou políticas e da concorrência entre os territórios turísticos.

No Brasil, refletindo esse contexto, o Estado também empreende políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo. Ao tempo em que essas políticas públicas intervêm no turismo, com ações que promovem o crescimento dessa atividade econômica no país, o que resta das suas paisagens naturais passa ser visto por firmas e instituições como produto para o turismo. Uma parte dessas políticas públicas, acompanhando

uma tendência mundial e direta ou indiretamente, passa a promover o ecoturismo, que é tido como uma das modalidades de turismo alternativo e que é apresentado como uma atividade econômica capaz de promover o desenvolvimento sustentável. E, com essas políticas, é gerada uma expectativa de desenvolvimento a partir da atividade, com benefícios para a população e para os cofres públicos.

Cabe, no entanto, ao analisar a mercantilização da paisagem natural nos Parques Nacionais do SNUC, buscar apresentar os principais acontecimentos que marcam a história da presença do ecoturismo na política pública de turismo do Brasil como uma atividade a ser desenvolvida nos Parques Nacionais do SNUC.

6.1.1 Apontamentos acerca do crescimento da atividade turística

Um olhar atento em relação à atividade turística no Brasil, como também em relação à atividade em outros países, evidencia que o Estado, que na esfera federal favorece os interesses do capital, gestando políticas públicas que influenciam as condições de sua produção e reprodução, empreende políticas de turismo e de ecoturismo nas diversas escalas do poder, cumprindo sua função relativa ao processo de reprodução do capital. E, assim, nesse sistema do capital, sinalizando para a descentralização da política nacional de turismo, na Constituição Federal de 1988, foi estabelecido em seu artigo 180, do capítulo I, do título VII, "Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica": "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico."

De acordo com Cruz (2006), embora o espaço não se constitua um palco de ações de atores hegemônicos, ao menos com relação à atividade turística, a concepção de espaço, convertido em termos mais simples a atrativos naturais e culturais, sempre foi para os setores governamentais responsáveis pelo desenvolvimento do turismo a de receptáculo de suas ações, às quais devem se somar as ações dos agentes de mercado.

Diversos paradigmas marcam a história da relação entre o mercado e o Estado, observando-se desde a defesa do liberalismo à manifestação em favor do intervencionismo. Assim, por exemplo, enquanto com a internacionalização da economia, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, convoca-se o Estado para intervir e regular a economia, a década de 1990 é marcada por um aprofundamento da liberalização e da desregulamentação (CRUZ, 2006).

No que se refere ao turismo no Brasil, inicialmente há uma intervenção em atividades vinculadas diretamente ao setor, enquanto atualmente essa ação encontra-se especialmente caracterizada por uma indução ao desenvolvimento do mesmo. Mas há de se notar que, com a emergência do paradigma ambiental, o paradigma até então vigente do desenvolvimento econômico a qualquer custo – que deu a tônica à fase da história do Brasil, compreendida entre a década de 1950 e meados da década de 1970, conhecida como desenvolvimentismo – começa a ser trocado pelo desenvolvimento sustentável. E as políticas públicas de turismo no país, refletindo esse contexto político-ideológico mundial, incorporam em seus discursos e em suas ações elementos indicadores de tal mudança paradigmática (Op. cit.). Ainda com relação à questão, a autora lembra:

> A exuberância dos ecossistemas brasileiros esteve sempre presente no discurso público federal acerca do desenvolvimento do turismo, entendida como um dos principais atrativos turísticos nacionais.
> A consolidação do paradigma ambientalista nos anos 80 muda, todavia, a qualidade do discurso e da ação pública, em todas as escalas de governo, agregando ao discurso de valorização da atratividade turística dos recursos naturais a retórica da necessidade de sua proteção/preservação.
> As políticas públicas federais a partir dos anos 90 incorporam, assim, o discurso da sustentabilidade e os grandes programas de desenvolvimento do turismo a partir de então contemplam, em muitos casos, a criação de unidades de conservação (Op. cit., p. 348-49).

Kinker (2002), por sua vez, lembrando que a OMT já declarava em 1988 que o Estado, em todo o mundo, não poderia ficar impassível diante do fato de que o turismo, como atividade econômica, social, cultural e política, constituía um dos principais fenômenos daquele século, observara que, mesmo antes da criação do MTUR, entre os três temas que dominavam a política do turismo no Brasil, já estava, além da promoção de grandes complexos receptivos e *resorts* e do estímulo à descentralização, o desenvolvimento do ecoturismo. Mas, embora o país seja possuidor de uma grande diversidade biológica e cultural, apresenta um fluxo de turistas estrangeiros inferior a países como a Costa Rica.

Quanto a esse pequeno país, a autora, além de observar que ele é, junto ao Quênia e às Ilhas Galápagos, precursor no desenvolvimento do turismo de natureza, esclarece que o seu atrativo principal para os turistas é a natureza, que o seu sistema de Parques Nacionais, criado na década de 1970, abrange aproximadamente 25% da sua área e que o crescimento acelerado do seu ecoturismo foi estimulado pelo governo. Mas hoje, em função da ampla procura pelo ecoturismo e pelo turismo de aventura, a questão a ser solucionada é como conciliar a conservação da natureza com a sua atividade turística, já que a mesma dá a

impressão de que está em um estágio inicial de transformação em um turismo de massa (KINKER, 2002).

No Brasil, existe a expectativa de um progressivo aumento da visitação aos Parques Nacionais nos próximos anos, mesmo que a visitação pública a cada uma dessas UCs esteja condicionada à elaboração e aprovação de um Plano de Manejo, à existência de infraestrutura apropriada e, ainda, à regularização da situação fundiária das áreas abertas ao uso público, de acordo com o Plano de Manejo. E, para o crescimento da atividade turística nos Parques Nacionais é inegável a importância do planejamento, bem como das ações que são realizadas nesse intuito, por parte do Estado.

Mas é preciso notar que, além dos esforços empreendidos por representantes de órgãos oficiais diretamente ligados ao turismo ou às UCs, das diversas escalas de governo, tendo como alvo fomentar o turismo nos Parques Nacionais, bem como do papel desempenhado no mesmo sentido por indivíduos e empresas que desenvolvem atividades ligadas ao setor turístico nesses espaços de acumulação, também é observado o trabalho desenvolvido por representantes de outras instituições em prol do crescimento da atividade turística nessas UCs.

Observa-se a participação, direta ou indireta, no que se refere ao fomento da atividade turística em tais UCs, de distintos setores dos meios de comunicação social como a internet, as revistas e a televisão, de agências nacionais, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, de agências internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF), e de ONGs, a exemplo do Fundo Mundial para a Natureza – WWF e da Fundação SOS Mata Atlântica.

Nesse sentido, é cada vez mais comum nos meios de comunicações do país, programas e reportagens, tanto nas emissoras de televisão, em canais abertos ou fechados, como em revistas, de grande circulação ou especializadas, enaltecendo a riqueza e a beleza das paisagens naturais presentes nos Parques Nacionais.

Poder-se-ia citar como exemplo do estímulo à atividade turística em tais UCs por parte dos meios de comunicações a reportagem que foi ao ar em 21 de setembro de 2012, versando sobre os Parques Nacionais da Serra da Bodoquena (MS) e Superagui (SP/PR), apresentada pelo programa Globo Repórter da Rede Globo de Televisão, que atinge o grande público. E também poder-se-iam citar como exemplo, desta feita em uma revista

especializada que atinge um público relativamente restrito, as matérias publicadas pela revista Terra, da editora Azul, na edição especial “Paraísos Ecológicos Brasileiros”, a qual destacou a beleza, entre outros lugares, dos Parques Nacionais da Serra dos Órgãos (RJ), Marinho de Fernando de Noronha (PE), de Sete Cidades (PI), de Aparados da Serra (RS/SC), Marinho dos Abrolhos (BA), da Chapada Diamantina (BA), da Chapada dos Veadeiros (GO) e dos Lençóis Maranhenses (MA).

As implicações da territorialização do capital com o desenvolvimento do turismo, tanto no que se refere ao turismo convencional, quanto no que diz respeito as suas modalidades consideradas alternativas, tornam necessária uma reflexão crítica a propósito da legitimidade da busca que se observa em prol do desenvolvimento dessa atividade econômica. Todavia, a despeito dessas implicações, multiplicam-se em muitos países as políticas públicas de turismo. No Brasil, os indicadores referentes ao turismo, quando comparados aos números de outros países, são considerados baixos. Mas ocorre que os dados sobre a atividade no país, via de regra, são crescentes. E, desse modo, as informações apresentadas a seguir, desta feita do MTUR, demonstram o crescimento da atividade turística no mundo e no Brasil.

Na contemporaneidade, de acordo com o MTUR (2010, 2011, 2011b), o turismo representa 5% do Produto Interno Bruto – PIB global, 30% das exportações do setor de serviços e um em cada 12 postos de trabalho no mundo. Enquanto a receita cambial gerada pelo turismo no mundo em 2003 era de pouco mais de 525 bilhões de dólares, no ano de 2010, a despeito da crise econômica mundial, essa receita alcançou a marca de 919 bilhões de dólares. O financiamento para o turismo realizado por instituições financeiras federais – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia – passou de 1,09 milhão de reais, em 2003, para 6,68 milhões de reais, em 2010. Neste mesmo período a receita cambial gerada pelo turismo no país passou de 2.479 milhões de dólares, para 5.919 milhões de dólares. E o país, que no início da década de 1970 recebia menos de 300 mil turistas estrangeiros ao ano, atingiu pela primeira vez um número superior a 5 milhões de turistas de outros países em 1999, um número que também foi alcançado nos anos de 2000, 2005 e 2010.

Não obstante a importância do turismo para as economias mundial e brasileira, é mister observar, sobretudo ao se tratar da questão em tela, que entre os turistas que visitaram o Brasil em 2010, enquanto 23,3% declararam que vieram ao país a negócios, eventos e convenções e 30,6% declararam que vieram por outros motivos, 46,1% declararam como o principal motivo da viagem o lazer. Entre estes, enquanto 60,2% foram motivados por sol e praia, 8,5% pela cultura e 4,4% por outros motivos, 26,9% declararam que foram motivados

pela natureza, ecoturismo ou aventura. A motivação dos turistas por conhecer a cultura do país, ao longo dos anos, vem sendo substituída pela apreciação de sua natureza. E enquanto a cidade de São Paulo (SP) permaneceu o destino mais procurado por aqueles que viajam para o Brasil a negócios, eventos e convenções, concentrando 51,3% destes, seguida pela cidade do Rio de Janeiro (RJ) com 23,9%, entre os principais destinos daqueles que visitam o país, motivados pelo lazer, destacam-se as cidades do Rio de Janeiro, com 27,3%, seguida de Foz do Iguaçu (PR), com 23,4%, e Florianópolis (SC), com 19,3% (MTUR, 2010, 2011, 2011b).

Faz-se necessário notar, desse modo, que nas cidades do Rio de Janeiro e de Foz do Iguaçu, as quais constituem os dois principais destinos do turismo de lazer do Brasil, encontram-se respectivamente, os principais acessos aos Parques Nacionais da Tijuca (RJ) e do Iguaçu (PR). Estes Parques Nacionais constituem as duas UCs mais visitadas do Brasil e são apresentados, pelo MTUR e pelo MMA, como modelos de visitação a serem seguidos por todas as demais UCs dessa categoria.

Ainda em 2007, ano que marca a criação do ICMBIO, que administra as UCs federais, como a concentração da visitação pública aos Parques Nacionais em um número ínfimo de UCs, sobretudo relacionada a esses dois Parques Nacionais, já era percebida, a situação motivara a afirmação a seguir:

> [...] a estruturação de um maior número de Parques Nacionais tem sido reconhecida pelas instâncias responsáveis pela política de turismo e do meio ambiente como uma questão premente. Nos últimos dez anos foi adotada uma série de iniciativas destinadas a enfrentar as questões que constrangem o desenvolvimento do ecoturismo nos Parques, tido como de grande potencial face à diversidade de atrativos naturais e culturais disponíveis no Brasil (MMA, 2007, p. 98).

E, conforme matéria divulgada em setembro de 2012 pelo ICMBIO, para a sua coordenadora-geral de visitação, Sonia Kinker, a projeção de crescimento da visitação nos Parques Nacionais, que está relacionada com as metas institucionais, é um aumento anual de 10%. Em 2011, foram contabilizados em torno de 5 milhões de visitantes nessas UCs, a meta é que em 2014, ano da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, esse número chegue, ao menos, a 6,6 milhões de visitantes, e em 2016, com as Olimpíadas no país, espera-se que sejam contabilizados 8 milhões de visitantes (ICMBIO, 2012g).

A maior parte dos Parques Nacionais, segundo Sonia Kinker, recebe visitantes. Isto ocorre, todavia, em níveis diferentes de consolidação da visitação, em relação, entre outras questões, aos instrumentos de planejamento, normas para visitação e registro de

visitantes. Somente os Parques Nacionais do Pico da Neblina e do Araguaia estariam oficialmente fechados à visitação, em virtude de questões jurídicas relacionadas à sobreposição com terras indígenas. Inicialmente está se dando atenção ao ordenamento da visitação dos Parques Nacionais cuja visitação apresenta maior pressão, mas a meta do ICMBIO consiste em, num médio prazo, atender às demais UCs nos seus processos de ordenamento da visitação. Os maiores desafios do Instituto relacionados à visitação nos Parques Nacionais, e que exigem investimentos, são, entre outros, a regularização fundiária, a criação de uma cultura de visitação aos Parques Nacionais e outras UCs, a capacitação de equipes para planejamento, a implementação e monitoramento dessa visitação e as melhorias nas estruturas de recepção dos visitantes e de infraestrutura de acesso (Op. cit.). E, desse modo, a coordenadora-geral de visitação do ICMBIO ressalta sobre como atrair parceiros que trabalhem no intuito do desenvolvimento do turismo nos Parques Nacionais:

> Por meio de desenhos bem elaborados das atividades e serviços que podem ser operados por empresas, conferindo certa liberdade de criação aos privados, sem abrir mão, com isso, da prerrogativa do ICMBio de fiscalização e monitoramento dos contratos firmados. Além disso, é preciso ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do mercado privado e utilizar instrumentos e linguagens adequadas para atrair o interesse de parceiros privados (Op. cit., n.p.).

Nesse sentido, o Estado, por meio das suas instituições, intervém nos Parques Nacionais com políticas públicas que objetivam o desenvolvimento da atividade turística nos mesmos. E essa política pública de turismo, além de prover determinadas UCs dessa categoria com infraestruturas que favorecem o crescimento da visitação, estabelece a realização de licitações no intuito de permitir a concessão de serviços turísticos nos Parques Nacionais à iniciativa privada.

6.1.2 Uma abordagem histórica das políticas públicas de turismo e ecoturismo

Por meio dos principais acontecimentos que marcam a história da política pública de turismo implementada no Brasil, os quais são, de forma breve, apresentados a seguir, é possível identificar os movimentos mais importantes da intervenção do Estado com vistas ao desenvolvimento do ecoturismo nos Parques Nacionais.

O período compreendido entre 1938, quando se deu no Brasil a emissão do Decreto-Lei nº 406, que dispôs sobre a venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres, e 1966, quando foi promulgado o Decreto-Lei nº 55, que funda o Sistema Nacional de Turismo

– SISTUR, é conhecido como a pré-história jurídico-institucional das políticas nacionais de turismo (BASSO, 2007; SALGADO, 2007; TELES, 2009).

Esse período é marcado pela criação de organismos oficiais que ampliaram a atuação do Estado sobre a atividade, mas no qual a competência política governamental em relação à questão turística não era compreendida e seus assuntos e responsabilidades transitavam em diferentes departamentos com prejuízos para a gestão e a continuidade das políticas públicas. E em 1966, com a promulgação do Decreto-Lei nº 55, é constituída uma estrutura federal de administração da atividade, sendo criados o Conselho Nacional de Turismo – CNTUR (extinto em 1991), com função normativa, e a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, com função executiva. Contudo, a EMBRATUR, que a partir de 1991 passaria a denominar-se Instituto Brasileiro de Turismo e sua função passaria a ser sobretudo a promoção da atividade no exterior, deveria organizar e estimular o turismo no país. Esse estímulo foi favorecido por meio de incentivos fiscais para as empresas que investissem na atividade e com o surgimento de fundos para o financiamento de projetos de desenvolvimento, como Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, criado em 1971, e o Fundo de Investimento Setorial de Turismo – FISET, criado em 1974 (Op. cit.).

A ação do Estado voltada para o turismo no país se ocupava até 1966, segundo Cruz (2006), principalmente com a regulação do setor, com medidas relacionadas à venda de passagens e ao funcionamento de agências de viagens e de transportes. A partir desse ano, sua ação sobre o setor tornou-se mais abrangente, mas com destaque para o setor de hospedagem. E pela primeira vez no país, no "contexto de um regime autoritário e centralizador", o Estado se aparelha para a gestão pública da atividade em escala federal.

A autora lembra que, favorecido pela concepção de um sistema de estímulo ao setor composto por fundos especiais, o parque hoteleiro nacional cresceu expressivamente na década de 1970. Enquanto isto, as políticas de rodoviarização e, especialmente, a construção de rodovias paralitorâneas surgem com a finalidade de fomentar a ampliação do turismo no litoral. A execução de obras destinadas a aumentar a "fluidez do território" ou aprimorar as infraestruturais básicas é um exemplo das ações estratégicas para desenvolver o turismo no país. E, embora a adequação do território nacional ao uso turístico não fosse uma prioridade e tais ações estivessem insuficientemente, ou de nenhuma forma, articuladas, o principal objetivo dessas ações era tornar o território atraente para o capital.

É no contexto do desenvolvimento das políticas públicas de turismo no Brasil, apesar das diversas ações isoladas e da falta de continuidade dos projetos, que se dá a evolução das políticas de turismo destinadas às áreas naturais (BASSO, 2007). Quando ainda

não se falava em ecoturismo ou mesmo em turismo ecológico no país, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, uma autarquia federal atrelada ao Ministério da Agricultura e extinta em 1989, com a criação do IBAMA, apresentou a necessidade de estabelecer no Plano de Manejo a ser elaborado para cada UC um programa de visitação e uso público. Assim, em 1978, o IBDF elaborou para o Parque Nacional de Sete Cidades (PI) um Plano de Manejo no qual constava a proposta de um programa de uso público (PIRES, 2002).

Uma legislação, que, de alguma forma, apresentava relação com o desenvolvimento do ecoturismo foi criada no Brasil. Neste sentido citam-se: a Lei 4.771, de 1965, que instituiu o Código Florestal; a Lei 6.513, de 1977, que, entre outras providências, dispôs sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; a Lei 6.938, de 1981, que, entre outras coisas, estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente; o artigo 225 do capítulo VI, da Constituição Federal de 1988, o qual versou sobre o meio ambiente; e, por fim, a Lei 7.735, de 1989, que criou o IBAMA (CÂNDIDO, 2003).

Não obstante essa legislação, o envolvimento do Estado brasileiro com o desenvolvimento do ecoturismo no país, ou do turismo em áreas naturais, tem início na década de 1980, quando seus organismos setoriais passaram a desenvolver ações com a finalidade de promover o crescimento da atividade em diversas regiões país (PIRES, 2002; BASSO, 2007).

O ano de 1985, mais precisamente, marca o início da intervenção direta do Estado no turismo praticado em áreas naturais do Brasil. Nesse ano, o EMBRATUR, com a finalidade de ordenar a atividade turística em áreas naturais, deu início ao Projeto Turismo Ecológico. E, por volta desse mesmo ano, é firmado um acordo entre o EMBRATUR e o IBDF, no intuito de aproveitar o potencial dos Parques Nacionais, através do turismo de natureza, na campanha “Conhecer para Preservar” (Op. cit).

Para monitorar o Projeto Turismo Ecológico, foi criada, em 1987, uma Comissão Técnica Nacional composta por representantes do EMBRATUR, do IBDF e da Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA, esta também extinta com a criação do IBAMA. Diversas ações relacionadas à atividade turística em áreas naturais resultaram de tal iniciativa. São exemplos dessas ações: a composição de comissões técnicas estaduais nos estados do Amapá, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima e Sergipe; a classificação de 525 atrativos naturais; o estabelecimento de critérios com relação à preparação de roteiros ecológicos; a aprovação de 186 roteiros organizados por operadores de turismo; a classificação de atividades e de formas de uso dos recursos naturais a serem desenvolvidas; a

fixação do conteúdo mínimo para a capacitação de guias nos roteiros ecológicos; a execução de cursos de capacitação de guias nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro; o cadastramento de 294 guias de ecoturismo; e a preparação de campanha publicitária patrocinada pelo governo federal e pela iniciativa privada. E nesse mesmo ano a EMBRATUR lançou o que denominou de Produto Turismo Ecológico (Op. cit).

Os últimos anos da década de 1980, explica Cruz (2006), constituíram-se em um divisor de águas na história das políticas públicas de turismo do Brasil. Até o início da década de 1990, o planejamento e as ações estatais com o objetivo de promover o desenvolvimento do turismo restringiram-se a alguns aspectos da atividade. Entretanto, o turismo transformou-se mundialmente em uma importante atividade econômica, o que despertou nas diversas escalas de Estado, notadamente no governo federal, um grande interesse por seu crescimento.

Em 1991, numa conjuntura em que o Brasil se organizava para servir de sede para a Rio 92, o IBAMA, que havia sido criado em 1989, e o EMBRATUR, subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Regional naquele mesmo ano, firmaram um convênio que implantou uma nova fase do Projeto Turismo Ecológico. Outras ações são promovidas, dando continuidade ao desenvolvimento do ecoturismo. São publicadas versões preliminares do Programa Ecoturismo e do Manual Operacional de Ecoturismo, ressaltando-se que este último ganharia nova versão em 1993. Além disso, é realizada, pela então Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República, em parceira com ONGs, a primeira capacitação específica para recursos humanos em ecoturismo, o I Curso Básico de Condutor de Visitantes (PIRES, 2002; BASSO, 2007).

A realização da Eco-92 acende o interesse da sociedade pela natureza e impulsiona ações ambientalistas por parte do Estado. Desta forma, a relação dos organismos oficiais com o desenvolvimento do ecoturismo durante os preparativos e após esse evento não foi acidental. Essa relação era imposta por uma demanda internacional. Observou-se por parte do mercado turístico, nesse contexto, um aumento do interesse pelo ecoturismo, sendo que na Eco-92, visando atender aos visitantes estrangeiros, o EMBRATUR, em parceria com a ABAV, desenvolveu o primeiro portfólio oficial de produtos ecoturísticos do país, com 25 operadoras e 69 produtos nos seus mais importantes ecossistemas (Op. cit.).

Em 1993, o EMBRATUR, que, visando à promoção do ecoturismo, cria um banco de dados e de imagens da atividade e promove a difusão de informações, lança o Manual Operacional do Ecoturismo. Esse manual apresentou o ecoturismo, em substituição ao turismo ecológico, como a atividade a ser desenvolvida pelas políticas públicas de turismo para as áreas naturais. Ele trazia os fundamentos da atividade, a atribuição dos órgãos e das empresas

com participação no seu desenvolvimento e o processo de desenvolvimento do produto. Mas também apresentava um levantamento das UCs do Brasil e dos seus ecossistemas, assim como apresentava um levantamento dos atrativos naturais considerados como os mais importantes do país. E, apesar do seu título e de ser considerado incompleto, constituiu-se, de fato, em um inventário dos atrativos naturais do país, servindo, principalmente, para fomentar a inserção desses atrativos em roteiros e pacotes de turismo (Op. cit.).

Cruz (2006) esclarece que entre as décadas de 1980 e 1990, com as mudanças nos paradigmas orientadores das políticas públicas, foram expressivas as alterações na direção das ações do governo federal concernentes ao turismo. A lógica que passou a vigorar foi, cada vez mais, a "lógica do espaço-mercadoria". As ações do Estado relacionadas à atividade, a partir daquele momento, apresentaram uma maior racionalidade, manifestada na produção de planos, programas e projetos que tinham como objetivo promover um ordenamento do território nacional, com vistas ao seu uso por um turismo de massa e internacional. E como resultado daquele período da história marcado por uma ascensão do neoliberalismo, e pela natural redução da máquina administrativa estatal, tem-se o paradigma da descentralização e da gestão participativa, que impôs a municipalização.

Em 1994, ano do lançamento por parte do EMBRATUR do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, o qual se manteria influente no planejamento da atividade, apesar do seu fim em 2002, foi constituído um Grupo Interministerial de Trabalho – GIT, visando implantar uma Política Nacional de Ecoturismo. Este GIT era formado por representantes do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo – MICT, do MMA, do EMBRATUR e do IBAMA, mas também contou com a participação de representantes de diversas ONGs, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, do SEBRAE, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/SP, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, além de representantes de outras instituições.

Como resultado dos trabalhos desse GIT foi publicado nesse mesmo ano o documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Além de apresentar questões relativas à atividade, o documento indicou ações e estratégias para seu desenvolvimento no Brasil. E deixando evidente a responsabilidade do Estado para que esse processo se verificasse no futuro, como também a importância das UCs do SNUC, sobretudo dos seus Parques Nacionais, para a realização de tal processo, esse documento definiu oficialmente o ecoturismo como:

> [...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p. 19).

Com o objetivo de promover a implantação de infraestrutura e o desenvolvimento de tecnologias nos destinos ecoturísticos prioritários, dentre os quais estavam os Parques Nacionais, o documento já propunha as estratégias a seguir, que ficariam a cargo do EMBRATUR, do MICT, do MMA e do IBAMA: produzir estudos acerca dos benefícios socioeconômicos sucedidos da implantação de polos ecoturísticos; promover estudos no sentido da implantação de estratégias de apoio, assistência e proteção ao turista; estimular e promover, nos órgãos oficiais e privados, o desenvolvimento de tecnologias para equipamentos voltados à exploração do ecoturismo; pôr em execução a cooperação técnica internacional em proveito do intercâmbio de novas tecnologias para o segmento ecoturístico; sugerir aos estados e municípios que levem em conta o ecoturismo nos estudos no tocante ao uso e ocupação do solo; incentivar os órgãos competentes nas três esferas de governo para a implantação e ampliação nos destinos ecoturísticos prioritários de programas de saúde, saneamento, transporte e comunicação; prover as UCs de infraestrutura e recursos humanos vitais à visitação quando couber; estimular o ajuste de categorização das UCs para o ecoturismo, se necessário, por meio de critérios técnicos; elaborar plano de manejo para UCs prioritárias para o ecoturismo; priorizar a regularização fundiária das áreas das UCs prioritárias para o ecoturismo; impulsionar o conhecimento sobre a economicidade ecoturística dos recursos naturais em UCs; definir verba adequada às UCs prioritárias para o ecoturismo; pôr em execução, de preferência abrangendo comunidades locais, a terceirização dos serviços e equipamentos turísticos nas UCs; e determinar critérios e normas de controle para viabilizar concessões em UCs (BRASIL, 1994).

Tendo em vista o planejamento e a gestão de empreendimentos relacionados ao ecoturismo, foram promovidas por diferentes instituições governamentais iniciativas no intuito de formar recursos humanos para a atividade. Em diversos estados do Brasil, tiveram início a partir de 1994 oficinas de capacitação em ecoturismo, com o objetivo de treinar e capacitar agentes locais e regionais para desenvolver projetos públicos ou privados relacionados com a atividade. E a primeira iniciativa de alcance nacional para a capacitação dessa mão de obra, realizada pela empresa de consultoria Bioma – Educação e Assistência Ambiental, contou com o apoio do MMA, através da Secretaria de Coordenação da Amazônia, do MICT, através do EMBRATUR, da Superintendência do Desenvolvimento da

Amazônia e dos governos dos estados, além de entidades civis como o SEBRAE e o SENAC e de empresas privadas (PIRES, 2002).

Observando o que foi estabelecido nas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, em 1995 foi lançado o Programa Nacional de Ecoturismo. Este, por sua vez, institui o Grupo Técnico de Coordenação de Ecoturismo para a Amazônia Legal, compreendido pelos Estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso, do qual faziam parte os representantes de seis ministérios. E é apresentado posteriormente pelo MMA o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR, no qual se definem sete polos de ecoturismo, um em cada unidade da federação da região (KINKER, 2002; PIRES, 2002).

O Programa foi discutido e divulgado em diversos eventos, realizaram-se, em quase todas as unidades da federação, oficinas e *workshops*, no intuito de formar e capacitar planejadores e gestores de empreendimentos ecoturísticos e foi lançado o Manual Indígena de Ecoturismo. Além disso, receberam apoio projetos ecoturísticos em outras regiões, entre os quais: a Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, desenvolvida pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo; a Capacitação de Técnicos do Parque Nacional da Serra da Capivara, realizada pela Fundação Museu do Homem Americano; e os Polos Ecoturísticos do Sertão Central do Ceará e do Lagamar, implementados, respectivamente, pela Secretaria do Turismo do Estado do Ceará e pela Fundação SOS-Mata Atlântica (Op. cit.).

A partir de 1996, o EMBRATUR estabeleceu o formato de cursos de capacitação em ecoturismo oferecidos em algumas universidades ou em instituições, como o SENAC. Isto porque, depois de 1990, multiplicaram-se as iniciativas de instituições privadas, sobretudo de ensino superior, relacionadas à formação de mão de obra para o ecoturismo. O Instituto de Ecoturismo do Brasil – IEB, por sua vez, começou a formular a partir desse ano propostas de cursos de capacitação para guias de ecoturismo, como também começou a propor o reconhecimento dos mesmos no EMBRATUR. Assim, caso cumprissem os trâmites de registro exigidos pela instituição, era facultado aos concluintes dos cursos de guias de turismo especializados em atrativos naturais o direito ao credenciamento oficial para atuar profissionalmente. E no poder público, em suas esferas estaduais e municipais, multiplicaram-se, com relação ao ecoturismo, as ofertas de cursos em diversos formatos, os quais eram direcionados para os seus quadros internos de funcionários dos setores ambiental, de planejamento e de turismo. Convém salientar que esses cursos também podiam ser realizados com a participação de profissionais liberais, estudantes e empreendedores (PIRES, 2002).

Já no ano 2000, de acordo com o EMBRATUR (2002), foi lançado pelo IBAMA o Programa de Uso Público e Ecoturismo em Parques Nacionais – Oportunidade de Negócios. O EMBRATUR e o IBAMA realizavam esforços visando promover o ecoturismo no país. E, neste sentido, o IBAMA teria colaborado com esse Programa, cujo incremento traria numerosos benefícios para a sociedade, a exemplo de um aproveitamento mais satisfatório do potencial turístico e uma melhor conservação dos Parques Nacionais.

Pretendia-se em sua primeira fase atrair investimentos, com a finalidade de adequar infraestruturas que estimulassem a visitação aos Parques Nacionais, sendo ressaltado que a melhoria da infraestrutura de atendimento aos turistas por meio de investimentos do setor privado consiste no meio de financiamento mais apropriado para a conservação dos ecossistemas, diante da ausência dos recursos públicos necessários para esse fim. Considerando que o ecoturismo, compreendido como uma atividade estratégica para a criação de empregos, capacitação profissional e distribuição de renda às populações do entorno das UCs, pode transformar os Parques Nacionais na "porta de entrada" dos turistas no Brasil, é observado, que, com a cessão de áreas dessas UCs para exploração pela iniciativa privada, o projeto de abertura dos Parques Nacionais à atividade torna-se mais nítido (IBAMA, 2000?; EMBRATUR, 2002). E se enfatiza:

> O Programa de Uso Público e Ecoturismo em Parques Nacionais – Oportunidade de Negócios tem como objetivo primordial atualizar os padrões de uso destas unidades de conservação sob administração federal, de forma a viabilizar o cumprimento das suas finalidades básicas de preservação dos ecossistemas naturais, buscando em paralelo intensificar o aproveitamento do patrimônio natural e cultural do país. Ao mesmo tempo, reconhecendo as mudanças dos valores sociais ligados ao meio ambiente nas últimas décadas, refletidas de modo marcante nas formas de lazer e viagens voltadas para atividades que têm a natureza como cenário e objetivo, o Programa busca dar uma resposta à demanda da sociedade de contato direto com a natureza dos Parques (IBAMA, 2000?, s.n.).

E, listando os Parques Nacionais Marinho dos Abrolhos (BA), de Aparados da Serra (RS/SC), do Araguaia (TO), de Brasília (DF), do Caparaó (ES/MG), do Itatiaia (MG/RJ), do Jaú (AM/RR), da Lagoa do Peixe (RS), Marinho de Fernando de Noronha (PE), do Monte Pascoal (BA), da Serra dos Órgãos (RJ), de Sete Cidades (PI), da Tijuca (RJ) e de Ubajara (CE), são indicados como "oportunidades para atividades ecoturísticas" nas UCs: *trekking*, *hikking*, *rafting*, *cannyoning*, *canoeing*, *mountain-bikking*, tropeirismo, turismo rural, turismo esotérico, SPA ecoturístico, pesca esportiva, teal, montanhismo, espeleologia, mergulho, astronomia e observação da fauna e flora (IBAMA, 2000?; EMBRATUR, 2002).

Também no ano 2000, fruto do Programa Polos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil, que teve a participação do EMBRATUR e do IEB e cujo objetivo era a identificação de "áreas-polo" com potencial ecoturístico para constituir roteiros regionais, nacionais ou internacionais, resultou a divulgação do mapeamento em escala nacional de Polos de Ecoturismo. E ainda como resultado desse Programa, em 2001 seria publicado o documento Pólos de Ecoturismo: planejamento e gestão (PIRES, 2002).

Desse modo, cabem os esclarecimentos de Cruz (2006), a propósito da mudança observada na política de turismo. A autora explica que o Brasil da década de 1990, quando o Estado admite que o desenvolvimento de um turismo massivo e internacionalizado sofre a interferência dos problemas infraestruturais básicos, observou, talvez, o período mais veemente do processo de transição do Estado interventor a parceiro em relação ao mercado. Este fato, que se dá tendo se legitimado como paradigma econômico e político o neoliberalismo, reflete-se no turismo por meio de políticas públicas "[...] comprometidas com a produção e a reprodução do capital *vis à vis* as inversões públicas voltadas à criação de um novo sistema de objetos cuja materialidade é demandada pelo novo sistema de ações que se impõe" (CRUZ, 2006, p. 337). Observa-se um encadeamento de políticas públicas em prol do desenvolvimento do turismo, com a ampliação da ação do Estado. E este, além de criar o PNMT, que constituía o principal representante daquela mudança de paradigma, "[...] no afã de atrair o interesse de agentes de mercado, [...] realiza a primeira seleção espacial de lugares/regiões que devem ser contemplados por seus programas de desenvolvimento do turismo" (Op. cit., p. 344).

> Os anos 90 [...] viram emergir e consolidar-se o paradigma da descentralização da gestão e, atrelado a ele, as escalas regional e local como escalas prioritárias da ação pública. Se o PNMT é o representante mais fiel, naquela década, da valorização da escala local no planejamento governamental do turismo, o Programa de Regionalização do Turismo [...] tem o mesmo significado no que diz respeito à escala regional, para esses primeiros anos do século XXI (Op.cit., p. 348).

Diante do cenário turístico nacional e mundial, em 2003 deu-se a criação do MTUR, numa demonstração de que o seu governo da época, tal como governos anteriores que criaram ou mantiveram instrumentos para o desenvolvimento do turismo, como o CNTUR e a EMBRATUR, programas como o PNMT, ou fundos como o FUNGETUR e o FISET, reconhecia o crescimento da atividade no mundo e admitia no país o potencial econômico do setor turístico. E, dando um novo *status* à atividade turística no Brasil, a partir desse momento

o MTUR fica à frente da política nacional de turismo, inclusive lançando o Plano Nacional do Turismo – PNT 2003-2007 e, mais tarde, o segundo PNT 2007-2010.

Visando dar continuidade ao PNMT e alinhado com as políticas da Organização Mundial do Turismo – OMT, o MTUR lançou em 2004 o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – PRT. Desse programa, cuja finalidade era expor o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações para consolidar o desenvolvimento da atividade, e com o qual deveriam ser alcançadas algumas das metas do PNT 2003-2007, participaram, além de órgãos das três escalas governamentais, representantes de ONGs, da iniciativa privada, de entidades representativas e de outros componentes da cadeia produtiva da atividade. O ecoturismo, que é praticado nas áreas naturais e tido como um dos segmentos do turismo a ser ordenado, estruturado e qualificado em diferentes destinos turísticos nacionais, é abrangido pela regionalização e segmentação do turismo. E, de forma indireta, o PRT insere os polos de ecoturismo (BRASIL, 2004a, 2004b).

Note-se com relação a essa questão que, o PRT expôs como resultados, desde sua criação, 396 roteiros turísticos, abrangendo 1027 municípios e 149 regiões turísticas. Entre aqueles 396 roteiros turísticos apresentados, 237 foram qualificados pelas unidades da federação como roteiros ecoturísticos, envolvendo 129 regiões do país. Vale frisar que no PRT, os estados, por vezes, conservaram ou, em outros casos, modificaram os polos estabelecidos anteriormente no Programa Polos de Ecoturismo (BASSO, 2007).

Os estudos para a implantação de uma ação que seria chamada de Programa Turismo nos Parques começaram em 2006, quando foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial – GTI. Nesta ocasião, estavam à frente do MTUR e do MMA, respectivamente, o ministro Walfrido dos Mares Guia e a ministra Marina Silva.

O objetivo do GTI era promover o turismo nos Parques Nacionais, como instrumento para a conservação da biodiversidade e elemento dinamizador do desenvolvimento local. Esse GTI devia ser composto por representantes da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do MMA, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do MTUR, Secretaria Nacional de Programas de Turismo do MTUR, IBAMA e EMBRATUR. E a instituição desse GTI considerou a função dos Parques Nacionais, a necessidade de integrar as ações setoriais voltadas para a utilização sustentável destes, como também o Acordo de Cooperação Técnica firmado em agosto de 2004 entre o MMA e o MTUR, e o Acordo de Cooperação Técnica firmado em outubro do mesmo ano entre o IBAMA e o EMBRATUR (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2006).

Competia ao mencionado grupo: identificar as potencialidades e as lacunas no âmbito da visitação nos Parques Nacionais; elaborar um Plano de Ação visando à promoção do turismo nessas UCs inseridas no Programa de Visitação, considerando as ações prioritárias, o aporte de recursos financeiros, as responsabilidades das instituições envolvidas e o cronograma de implementação; identificar e implementar os instrumentos voltados para a divulgação dos Parques Nacionais, considerando o estágio de implementação da visitação nas respectivas áreas; definir estratégias que propiciassem uma maior aproximação entre as UCs dessa categoria e as organizações da sociedade civil, iniciativa privada e visitantes, com ênfase na sensibilização sobre a importância da conservação da biodiversidade e na sua utilização sustentável; e estabelecer mecanismos de promoção ao turismo nos Parques Nacionais de forma integrada com as políticas e projetos desenvolvidos por outras entidades governamentais, sobretudo as localizadas nas respectivas áreas (Op. cit).

Foi elaborado por esse GTI o documento "Plano de Ação para Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais". Neste, foram previstos investimentos em 25 UCs, que deveriam ser transformadas em modelo de visitação; e as UCs contempladas com o mesmo seriam os Parques Nacionais da Amazônia (AM/PA), de Aparados da Serra (SC/RS), de Brasília (DF), do Caparaó (ES/MG), da Chapada Diamantina (BA), da Chapada dos Guimarães (MT), da Chapada dos Veadeiros (GO), do Iguaçu (PR), do Itatiaia (MG/RJ), do Jaú (AM/RR), dos Lençóis Maranhenses (MA), Marinho dos Abrolhos (BA), Marinho de Fernando de Noronha (PE), do Pantanal Matogrossense (MS/MT), da Serra da Bocaina (RJ/SP), da Serra da Capivara (PI), da Serra da Canastra (MG), da Serra das Confusões (PI), da Serra do Cipó (MG), da Serra do Divisor (AC), de Serra Geral (RS/SC), da Serra dos Órgãos (RJ), de Sete Cidades (CE), da Tijuca (RJ) e de Ubajara (CE) (BRASIL, 2008; ICMBIO, 2008b).

Cerca de dois anos após a instituição do referido GTI, em meados de 2008, junto à divulgação de um diagnóstico elaborado pelo ICMBIO sobre a situação das UCs, foi anunciado pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, um conjunto de medidas que teria o objetivo de dotar as UCs federais de condições mínimas de fiscalização e gestão. Para o ministro, a visitação constituía uma eficiente ferramenta de proteção e fiscalização, as UCs visitadas estavam menos susceptíveis às invasões e o bom uso era a melhor defesa dos Parques Nacionais. Assim, entre aquelas medidas estava a implementação da atividade turística nos Parques Nacionais (ICMBIO 2008b).

Ainda no ano de 2008, o MTUR, o MMA, o EMBRATUR e o ICMBIO, visando ao incremento da atividade turística nos Parques Nacionais, lançaram o Programa Turismo

nos Parques[65]. E na ocasião do seu lançamento foi anunciado um conjunto de ações e investimentos voltados para seis UCs, foram assinadas a portaria interministerial que criou o Grupo de Trabalho Interministerial de Fomento ao Turismo com Sustentabilidade Ambiental, a portaria interministerial que definiu os parâmetros para o estabelecimento de estradas-parque no país e a instrução normativa que trata da condução de visitantes em UCs, e ainda foi anunciada uma nova política de concessão de serviços de apoio à visitação em quatro Parques Nacionais (BRASIL, 2008).

Outro GTI cujo objetivo era promover e estruturar o turismo nos Parques Nacionais e áreas de influência foi criado em 2009. Ele também era constituído de representantes do MMA, MTUR, ICMBIO e EMBRATUR. Foi estabelecido um prazo de dois anos para conclusão dos seus trabalhos, bem como a divulgação de relatórios semestrais com as principais atividades desenvolvidas. Esse GTI deveria: acompanhar a execução dos investimentos nos Parques Nacionais, sobretudo no que diz respeito aos impactos socioeconômicos e ambientais do turismo nos municípios onde se localizam essas UCs, promovendo as adequações necessárias à implementação das ações planejadas; definir estratégias que aproximassem os Parques Nacionais da sociedade, sensibilizando-a sobre a importância da conservação da biodiversidade destes e da sua utilização sustentável; e estabelecer mecanismos de promoção do turismo de forma integrada com as políticas e projetos desenvolvidos nos Parques Nacionais (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2009).

Com a parceria entre MTUR, ICMBIO, SEBRAE e ABETA, em 2010, foi lançado o Projeto de Fomento ao Turismo em Parques Nacionais e Entorno, o qual visava ao desenvolvimento de ações de integração dos Parques Nacionais com a cadeia produtiva da atividade turística dos seus entornos, bem como a qualificação e estruturação desta cadeia produtiva para o desenvolvimento e fortalecimento do turismo nos destinos priorizados. Convém salientar que os Parques Nacionais, neste projeto, são compreendidos como os atrativos turísticos que operam como elementos indutores da dinâmica integradora entre os diferentes atores da cadeia produtiva do turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011c).

Foram estabelecidos como objetivos da sua primeira fase a preparação de uma metodologia de assistência técnica para a cadeia produtiva do turismo e a avaliação da situação dos destinos turísticos priorizados, como também a identificação, o mapeamento e a divulgação dos produtos turísticos oferecidos nas UCs priorizadas e em seus entornos, e ainda o planejamento, a orientação estratégica, a mobilização, a articulação, o controle das ações e a

[65] O próximo item deste capítulo aborda especificamente os seus aspectos.

aferição dos resultados alcançados. Já para a sua segunda fase, foram estabelecidos como objetivos a integração, a qualificação e o relacionamento entre os elos da cadeia produtiva da atividade, bem como a elaboração e a publicação de estudos de caso (Op. cit).

Para o seu desenvolvimento foram selecionadas cinco UCs contempladas com o Programa Turismo nos Parques e as localidades dos seus entornos a seguir: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO) e no seu entorno, além da vila São Jorge, os municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcanti; Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ) e no seu entorno, os municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo; Parque Nacional de Aparados da Serra (RS/SC) e no seu entorno, os municípios de Cambará do Sul e Praia Grande; Parque Nacional de Anavilhanas (AM) e no seu entorno, os municípios de Novo Airão e Manaus; Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE) no Arquipélago de Fernando de Noronha. Entre essas UCs, a primeira a conhecer os seus resultados, já em 2012, foi o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: Estudo da Imagem da Biosfera Goyas, Mapas Turísticos do Parque, Plano de Marketing e Plano Municipal de Turismo (Op. cit).

Hoje, por fim, o que se observa é que o MTUR tem como foco os dois grandes eventos esportivos que serão sediados no Brasil; ou seja, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016, e isto, tanto com relação ao turismo de forma geral no Brasil, como em relação à atividade turística nos Parques Nacionais, tendo sido anunciado ainda em 2010 o Projeto Parques da Copa, seguindo os rumos da política de turismo nacional.

De acordo com ICMBIO (201-), a natureza, junto ao futebol, constitui uma das principais imagens do Brasil no exterior, sendo os Parques Nacionais a primeira alternativa dos viajantes interessados no turismo de natureza, e a realização da Copa do Mundo de Futebol no país é uma oportunidade para o mesmo se consolidar como um importante destino turístico. O Projeto Parques da Copa, que é uma parceria do ICMBIO com o MMA, MTUR e EMBRATUR, visa oferecer aos turistas que virão ao Brasil para esse evento a estrutura adequada em 27 Parques Nacionais que apresentam grande apelo turístico, localizados nas proximidades das cidades onde serão realizados os jogos. Até 2014, as UCs selecionadas para o Projeto deverão contar ao menos com portal de acesso, centro de visitantes com exposição interpretativa, sinalização bilíngue e no mínimo um atrativo acessível ao grande público, com estruturas de apoio e equipamentos facilitadores. Devem ser fortalecidas as estruturas de apoio à visitação fora das UCs, a exemplo dos meios de hospedagem e das vias de acesso, ficando o EMBRATUR responsável pela promoção desses destinos turísticos no exterior.

Entre as UCs federais selecionadas para o Projeto Parques da Copa estão os Parques Nacionais de Anavilhanas (AM), do Jaú (AM/RR), do Pantanal Matogrossense

(MS/MT), da Chapada dos Guimarães (MT), de Brasília (DF), da Chapada dos Veadeiros (GO), de Jericoacoara (CE), dos Lençóis Maranhenses (MA), de Ubajara (CE), Marinho de Fernando de Noronha (PE), da Serra da Capivara (PI), da Chapada Diamantina (BA), Marinho dos Abrolhos (BA), da Serra do Cipó (MG), do Caparaó (ES/MG), da Serra da Bocaina (RJ/SP), do Itatiaia (MG/RJ), da Tijuca (RJ), Serra dos Órgãos (RJ), da Restinga de Jurubatiba (RJ), do Iguaçu (PR), de Aparados da Serra (RS/SC) e da Serra Geral (SC/RS) (ICMBIO, 201-). E, desse modo, foi observado:

> Os ministérios do Meio Ambiente e do Turismo estão trabalhando na melhoria da estrutura dos parques [...] para receber os turistas que virão para [...] [a] Copa do Mundo [...] e assim prolongar seu tempo de permanência no Brasil. A ideia é juntar dois ícones da imagem do País no exterior – futebol e natureza – a partir de uma marca reconhecida internacionalmente: os parques. Os investimentos previstos totalizam aproximadamente R$ 668 milhões, entre recursos da União (R$ 543 milhões) e privados (R$ 125 milhões) (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2011, s.n).

Assim, vale observar que, de acordo com Medeiros e Young (2011) e Medeiros et. al. (2011), consideradas as estimativas de fluxo de turistas no Brasil projetadas para 2016, que é de aproximadamente 13,7 milhões de pessoas entre brasileiros e estrangeiros, a visitação no conjunto dos Parques Nacionais tem potencial para gerar para as regiões onde essas UCs estão localizadas cerca de R$ 1,6 bilhão por ano, em um cenário conservador, a R$ 1,8 bilhão por ano, em um cenário otimista, assegurando recursos para sua manutenção e contribuindo para a economia local. E além dos melhoramentos planejados pelos órgãos gestores, com a finalidade de consolidar a estrutura dessas UCs, estão previstos investimentos nas áreas de influência dos Parques Nacionais e Estaduais em virtude da Copa do Mundo de Futebol e das Olimpíadas que ocorrerão no Brasil. Dessa maneira, torna-se possível antever, com a tendência de crescimento na procura por atividades recreativas em ambientes naturais e a estruturação dessas UCs, um aumento dos benefícios que decorre do turismo para atender as suas necessidades financeiras para manutenção e para as economias locais. Conforme Medeiros e Young (2011, p. 113),

> [...] a estimativa de geração de renda nas economias locais pelo uso público em apenas 18 Parques Nacionais (R$ 459 milhões na estimativa conservadora), onde a visitação ainda é precária por falta de investimentos em manutenção e melhoria de infraestrutura, já é suficiente para ultrapassar o orçamento anual para todo o conjunto de 310 unidades de conservações federais (R$ 316 milhões para 2008). Se considerarmos o cenário potencial para os 67 parques nacionais, a estimativa encontrada é quase três vezes

> superior à necessidade estimada de investimento (R$ 611 milhões) em infraestrutura e planejamento capazes de permitir que minimamente as unidades de conservação cumpram sua finalidade e que os benefícios de sua criação sejam plenamente sentidos pela sociedade.

A contextualização das políticas públicas de turismo e de ecoturismo no Brasil abordou exclusivamente as principais ações oficiais de responsabilidade das instituições federais; isto, em virtude da complexidade que o tratamento das inúmeras ações implementadas pelos governos estaduais e municipais exigiria. Mas, não obstante considerar somente as suas ações, bem como a despeito dos resultados dessa sua política para a sociedade, para a natureza ou para a economia, e ainda apesar de essa política ter desdobramentos e implicações condicionados por fatores externos ao planejamento, não se pode negar as implicações na produção do espaço de tais políticas públicas de turismo e de ecoturismo. E a conclusão a que se chega, observando-se a realidade e refletindo sobre a questão, tendo como norte a perspectiva geográfica, é de que o Estado brasileiro, junto ao capital e em seu benefício, está à frente do processo que transforma os Parques Nacionais do SNUC, bem como os seus entornos, em novos territórios turísticos do país.

No entanto, os resultados alcançados pelas referidas políticas públicas apresentam no conjunto das UCs dessa categoria grandes diferenças. Enquanto alguns Parques Nacionais, mesmo nos casos em que estes ainda permanecem com moradores e/ou constituem tradicionais territórios de diversas práticas produtivas e de lazer, encontram-se dotados dos equipamentos e serviços considerados necessários ao desenvolvimento da atividade turística e apresentam um número relativamente grande de visitantes, outras UCs não apresentam qualquer equipamento voltado ao atendimento dos turistas e não são visitadas.

As diferenças apresentadas no interior dessas UCs em relação à presença de equipamentos e serviços turísticos também são observadas em seus entornos. E, quanto a estes, é possível verificar entornos de Parques Nacionais com diversos municípios cuja economia está atrelada ao turismo na UC e os quais apresentam evidências indiscutíveis da importância econômica da atividade nas suas paisagens, como também entornos de Parques Nacionais em que não foi produzida qualquer transformação em decorrência da atividade turística na UC.

Desse modo, os resultados dessas políticas públicas de turismo voltadas para os Parques Nacionais e seus entornos não alcançaram todas as UCs dessa categoria, mesmo porque este não constituía um objetivo das referidas políticas. Todavia, é preciso observar que as ações de algumas dessas políticas públicas ainda se encontram em andamento, bem como

que as afirmações de autoridades responsáveis por órgãos oficiais que as criam deixam subtendido que outras políticas visando ao desenvolvimento da atividade turística nesses Parques Nacionais e em seus entornos deverão ser lançadas no futuro.

E, no sentido de tornar evidente o porquê dessas afirmações, é pertinente apresentar as observações a seguir, relativas à política pública de turismo nos Parques Nacionais, divulgadas pelo MTUR em novembro de 2013.

> O ministério do Turismo vai financiar com R$ 10,4 milhões obras de acesso e sinalização em 11 parques nacionais em 2014. Outros cinco entrarão na lista para também receber recursos de divulgação e promoção no próximo ano. O objetivo é prepará-los para o aumento do número de visitantes durante a Copa do Mundo. O Brasil tem nas áreas protegidas seu principal atrativo turístico: o país é considerado o número 1 em atrativos naturais num ranking de competitividade em turismo do Fórum Econômico Mundial, que avalia 140 nações.
> Para 2016, a ideia é ter cadeias produtivas de turismo e concessões de serviços turísticos funcionando nos parques do Estado do Rio de Janeiro, sede da Olimpíada. Em 2020, serão 69 parques nacionais brasileiros abertos à visitação.
> Os parques nacionais poderiam gerar, só com visitação, pelo menos R$ 1,6 bilhão por ano, segundo estudo do Pnuma [...]. Isso sem contar as cadeias produtivas dentro e em volta desses parques, cujo potencial de negócios não foi nem sequer estimado. O ecoturismo é o segmento turístico que mais cresce no mundo (entre 15% e 25% ao ano), de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT).
> Os ministros Gastão Vieira (Turismo) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente) iniciaram nesta quinta-feira pelo Parque Nacional de Brasília um giro por unidades de conservação que receberão os recursos emergenciais na primeira fase da parceria entre as duas pastas.
> "Abrimos uma série de conversas com empresários, ambientalistas e governos locais para definir o plano de ação no médio prazo. Queremos ver os parques como um motivo pelos quais brasileiros e estrangeiros viajarão para as sedes do mundial", afirmou Gastão Vieira.
> A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, reforçou a importância desse turismo para a preservação. "Estamos identificando parques com potencial turístico, falando de turismo em grande escala, dentro de uma lógica de preservação. Porque só é possível proteger o que se conhece".
> O número de visitantes nos parques nacionais triplicou de 2006 para 2013: de 1,9 milhão para 6 milhões. "Ainda é menos do que recebe por ano o parque campeão de visitas dos EUA, o Great Smoky Mountains [...], com 9 milhões de usuários. Mas tamanho salto num período tão curto indica o potencial brasileiro", explicou o secretário de Políticas de Turismo do MTur, Vinícius Lummertz (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013, s.n.).

As UCs que devem receber, no ano de 2014, esses recursos, considerados adicionais, para aplicação em obras de acesso e sinalização, são, de acordo com o MTUR, os Parques Nacionais de Anavilhanas (AM), dos Lençóis Maranhenses (MA), de Jericoacoara (CE), de Ubajara (CE), Marinho de Fernando de Noronha (PE), da Chapada Diamantina

(BA), de Brasília (DF), da Chapada dos Guimarães (MT), da Chapada dos Veadeiros (GO), da Serra do Cipó (MG), da Tijuca (RJ), da Serra dos Órgãos (RJ), do Itatiaia (MG/RJ), do Iguaçu (PR), de Aparados da Serra (RS/SC) e da Serra Geral (RS/SC) (Op. cit.).

E, compreendendo que, com a emergência do paradigma ambiental e do desenvolvimento sustentável nesse sistema do capital, não se alteraram na prática a lógica deste e as implicações socioespaciais da atuação do mesmo, é preciso considerar, uma vez que são criadas pelo Estado as condições para a sua atuação, por meio de políticas públicas de turismo e de ecoturismo, que, como foi explicado por Cruz (2006), a economia de diversos lugares onde a atividade turística foi desenvolvida no país sofreu uma dinamização, e seus territórios apresentaram importantes transformações. Mas a distribuição espacial da riqueza não implica diretamente a distribuição estrutural da riqueza. Assim, as transformações ocorreram, diferentemente do modo como o discurso hegemônico referente ao turismo afirma, sem que as populações apresentassem necessariamente melhorias nas condições de vida e de renda.

6.1.3 Notas a propósito do discurso do desenvolvimento sustentável

Em face da crise ambiental e da definição oficial e características do ecoturismo, é recorrente o discurso oficial e das firmas, que se refere a este como uma atividade econômica capaz de promover o desenvolvimento sustentável. E visto que o discurso do desenvolvimento sustentável domina, contemporaneamente, o planejamento levado a efeito com o desenvolvimento de ações de implementação ou de ampliação dessa modalidade de turismo nos Parques Nacionais do SNUC, bem como em seus entornos, a seguir tem-se uma breve análise a respeito do tema, a partir de Fernandes (2002) e Moysés Rodrigues (2005), no intuito de dar a conhecer a concepção aqui assumida acerca dessa proposta.

No entanto, quando se pretende submeter à crítica a ideia de desenvolvimento sustentável, é oportuno, a princípio, fazer algumas ressalvas em torno da questão. A sustentabilidade, segundo Leff (2001), é o significante de uma falha de caráter essencial na história. Não é possível, conforme Foster (1999b), compreender o conjunto de problemas que são enfrentados no presente, sem abordá-los em relação à crítica da acumulação do capital. E, de acordo com Santos (1998), no espaço, tanto os objetos como as ações destes tempos não são usados ou produzidos desacompanhados de um discurso.

Nestes termos, observe-se que o desenvolvimento sustentável:

> É um princípio discursivo para tratar dos problemas ambientais que ocultam a complexidade da problemática ambiental. Desloca os conflitos de classes para a idéia abstrata de gerações. Desloca as formas de apropriação das riquezas territoriais, apropriadas privadamente, para a 'natureza', 'a biosfera', o 'meio ambiente' como bem comum. Obscurece, esconde a importância do território. Deslocam-se, também, algumas análises da produção para o consumo, que passa a ser objeto de programas da Agenda 21 e das Agendas 21 locais (MOYSÉS RODRIGUES, 2005, p. 96).

E o que a análise da realidade deixa evidente é que:

> Nos arranjos que orientam a sociedade moderna, não há evidência de que se adote uma preocupação legítima com a natureza como princípio para organizar a sociedade, como o próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável tende a induzir. É por meio da racionalidade econômica, que inclui o controle do crescimento populacional e a poupança dos recursos naturais, por parte de alguns grupos sociais, que são sistematizadas e direcionadas as políticas e as ações ambientais, sempre do ponto de vista do valor utilitário da natureza (FERNANDES, 2002, p. 252).

Do ponto de vista de Moysés Rodrigues (2005), não é possível negar a problemática ambiental. Porém, o uso do termo desenvolvimento sustentável, este mito que transformou a questão ambiental em agenda política, se dá desconsiderando a realidade concreta. O desenvolvimento sustentável constitui um ideário construído, uma ideia genérica, que, almejando achar, num futuro nunca alcançado, saídas para os problemas ambientais, esconde as suas razões e os seus resultados, torna difícil de entender o fato de existirem classes sociais, as formas de apropriação das riquezas e a importância do território, gera uma densa cortina de fumaça sobre a apropriação deste e torna difícil a análise crítica.

Entretanto, por meio da construção de um consenso internacional, observa Fernandes (2002), o desenvolvimento sustentável foi tido como a mais importante resposta à crise ambiental planetária. Criavam-se, assim, em proveito de governos dos países desenvolvidos e suas instituições, condições para a expansão das suas políticas ecológicas, com destino aos países do Sul, abrangendo seus governos e suas ONGs ambientalistas. Hoje, é a partir desse modelo de desenvolvimento proposto no Norte, o desenvolvimento sustentável, que estes governos e ONGs concebem políticas ambientais. E no Brasil, o MMA, com o consentimento do governo federal e do Congresso Nacional, é a principal instituição receptora dessas políticas ecológicas.

Todavia, conforme a autora, o que o desenvolvimento sustentável constitui é uma proposta de gestão, monitoramento e controle internacional dos recursos naturais, elaborada e implementada a partir dos países do Norte – nos quais o modelo de desenvolvimento

dominante, que se contrapõe à ideia de sustentabilidade dos ecossistemas, permanece sendo praticado – por instituições responsáveis por garantir a expansão do capital. Sua criação constitui um instrumento convincente para a constituição de uma ordem ecológica no interior da ordem econômica mundial. Do modo como está colocado no Relatório Brundtand, na construção do seu conceito se observa um pragmatismo da mesma maneira que ocorre com os demais processos gerenciais. E é tão somente no intuito da sua aceitação que essa política ambiental global é exposta como uma alternativa aos modelos de desenvolvimento perpetrados até então.

O atrelamento das palavras desenvolvimento e sustentável, para Moysés Rodrigues (2005), transformou-se em moda, senso comum para criação de políticas com o propósito de valer-se dos recursos naturais e prosseguir com o desenvolvimento vigente. Trata-se de uma adequação na nomenclatura, com a conservação do modo de produção dominante e conferindo-se os problemas aos desvios do modelo adotado por cada país; um tipo de solução que era definido, na década de 1960, como limites do desenvolvimento, na qualidade de crescimento econômico, e o meio ambiente – que se torna a questão mais importante do fim do século XX e começo deste século –, na qualidade de estoque de recursos naturais[66].

Esse novo modelo de desenvolvimento, de acordo com Fernandes (2002), que é influenciado por um ecologismo que não confronta a ética da competição e do lucro imediato e crescente, determinante dos modos e do ritmo de disponibilização dos recursos naturais perpetrados, a partir do surgimento da indústria, afasta-se de uma perspectiva crítica, em relação às formas capitalistas de apropriação da natureza. E seus defensores, fazendo referência às ideias de unidade planetária e considerando que os problemas ambientais atingem igualmente a todos, sugerem alianças entre os diferentes grupos e estratos sociais, em vez de questionarem o modelo capitalista de expropriação da natureza.

Sob o escudo do desenvolvimento sustentável, tal política ambiental global, prometendo atender aos interesses de todos, derrubando direitos de nações a exemplo da administração independente dos seus recursos naturais e consentindo a ininterrupção da lógica do capital, apresenta como principal preocupação em tempos de globalização e de crise ecológica garantir, por meio de acordos científicos e sócio-políticos e dando origem ao discurso da solidariedade intergeracional, a administração internacional dos ecossistemas

[66] "Em vez de 'ambiente' – que exprime a totalidade, a complexidade –, a ênfase é dada ao 'meio ambiente', que parece referir-se principalmente ao meio externo à sociedade, embora pudesse, na sua origem, referir-se à totalidade do meio físico e social" (MOYSÉS RODRIGUES, 2005 p. 03).

mais importantes; isto, no intuito de assegurar a obtenção de estoques de recursos naturais necessários ao desenvolvimento econômico, inclusive com a prorrogação do esgotamento de recursos naturais não renováveis, que devem atender às solicitações do sistema de produção, ampliando, desse modo, a capacidade de reprodução do sistema de produção que vigora (FERNANDES, 2002).

A análise do desenvolvimento sustentável sugere, portanto, que esse modelo de desenvolvimento – oferecido pelo centro do capitalismo para conduzir e legitimar, em conformidade com seu ritmo e lógica, as políticas ambientais globais, que não provoca desvio no rumo do desenvolvimento econômico e que está longe de efetivar-se – tem como principais objetivos reconhecer como legítima a ordem ecológica mundial, que gera uma divisão internacional ecológica, e o desenvolvimento, pelo centro do capitalismo mundial, de políticas de gestão e controle dos recursos naturais do planeta. Logo, o modelo de desenvolvimento econômico hegemônico não está dando lugar a um novo projeto de desenvolvimento sustentável (Op. cit.). "O que existe, efetivamente, são atividades de complementaridade entre o desenvolvimento econômico e o que é chamado de Desenvolvimento Sustentável, sendo as experiências de aplicação destes funcionais àqueles" (Op. cit., p. 254).

O fato é que, para Fernandes (2002), uma nova dinâmica de gestão, monitoramento e controle dos recursos naturais dos grandes nichos ecológicos é admitida como ação dotada de capacidade para gerar o desenvolvimento sustentável. Livre de discussões a respeito dos seus objetivos como política ambiental global, essa nova dinâmica das áreas ecológicas, a qual é apresentada como oposta ao projeto de desenvolvimento econômico dominante, mas que trabalha, como um processo subsidiário, a seu favor, é posta em execução. E proliferam-se as iniciativas definidas como de desenvolvimento sustentável, o qual tem como pressupostos a equidade, a eficiência econômica e a preservação dos recursos naturais em longo prazo. Afinal, das disfunções estruturais do sistema de produção dominante não resultam somente problemas ecológicos.

Para oferecer um novo projeto de organização social capaz de atingir a equidade social, a eficiência econômica e a preservação ambiental; ou seja, capaz de realizar os pressupostos do desenvolvimento sustentável, segundo a autora, as instituições que estão à frente do movimento ecológico internacional, a exemplo da ONU, do Banco Mundial e do G-7, necessitariam, abdicando das suas funções de baluartes da ordem em vigor, pôr em questão o ordenamento sócio-político-econômico atual. Todavia, é possível constatar entre o que é apresentado como experiências desse modelo de desenvolvimento, a exemplo das cem ações

relacionadas pelo MMA como as mais importantes experiências de desenvolvimento sustentável postas em prática no país, que, embora seja percebida uma valorização de inúmeros processos sociais tradicionais e locais, enquanto as ações preservacionistas são privilegiadas entre os seus pressupostos, a equidade e a eficiência econômica são praticamente esquecidas. Não há, assim, na maior parte das experiências que implementam o modelo de desenvolvimento sustentável, a exemplo dessas cem experiências catalogadas pelo MMA, indicativos concretos da produção da equidade. A ideia desta no conceito de desenvolvimento sustentável, enquadrando-se em um conjunto de categorias neutras, pode ser tida como conceito vazio destinado a ser proferido sem acarretar desdobramentos consequentes.

Cabe lembrar, segundo Moysés Rodrigues (2005), que a sociedade é dividida em classes sociais, entre ricos, que detendo o poder e o dinheiro também possuem o conhecimento e o domínio das técnicas, considerados os responsáveis pelo progresso e criação de empregos, e os pobres, que são reduzidos à força de trabalho e apontados como culpados pelos males que afligem a humanidade, considerados maiores responsáveis pela destruição das riquezas naturais e poluição. Mas, com o desenvolvimento sustentável, a biosfera passou a ser percebida como o bem comum, e todos passaram a responder igualmente pela depredação e preservação das riquezas naturais para as futuras gerações.

No entanto, é imprescindível observar que,

> [...] se, no presente, os recursos da natureza não são disponibilizados para todos, a preocupação em assegurar esses mesmos recursos para as gerações futuras não garante que as estruturas de acesso no futuro não tenderão a reproduzir as condições de acesso do presente. Como não há, naquela proposta, nenhuma indicação de socialização de riquezas, a solidariedade intergeracional significa assegurar no futuro, também, as riquezas naturais para os setores e grupos sociais que já são beneficiários no presente (FERNANDES, 2002, p. 251).

De tal modo, assevera Fernandes (2002), as políticas ambientais servem para conservar a supremacia desse modelo de sociedade, através do controle do meio ambiente. A exemplo da proposta de desenvolvimento sustentável, as políticas ambientais são criadas e desenvolvidas fundamentadas nas leis econômicas e no mérito dos recursos naturais como capital natural e força de produção econômica. E as ações em áreas ecológicas que propõem a sustentabilidade ambiental, fundamentadas no desenvolvimento sustentável, tendo em vista a observância do padrão de consumo dos países do Norte e em detrimento dos problemas a serem confrontados com a não observância dos limites ecológicos, respondem às exigências do mercado relativas à utilização de capitais naturais.

> A própria valorização e preservação da natureza se inscreve no contexto das forças de mercado, sendo, na verdade, a outra face da mesma moeda. É preciso que muitos valorizem e preservem as riquezas naturais para que estas possam estar à disposição das redes econômicas e sociais que as demandam e delas se apropriam (FERNANDES, 2002, p. 252).

Nesses tempos em que as contradições ecológicas do capital, antecipadas na obra de Marx e Engels e apresentadas mais tarde por Quaini (1979), são inegáveis, o desenvolvimento sustentável proclamado pelo mundo afora, nos discursos oficiais e da iniciativa privada, como meta possível de ser alcançada, por meio de atividades como o ecoturismo, pressupõem mudanças radicais para a sociedade de consumo. Desta feita, considera-se a preocupação com os aspectos sociais e ambientais antes dos econômicos.

Entretanto, como essa preocupação não constitui a finalidade do modo de produção capitalista, tal como sucede com o conjunto das atividades produtivas em qualquer espaço de acumulação, essa atividade turística é fomentada e cresce nos Parques Nacionais, com implicações para a produção do espaço destes e dos seus entornos e acompanhada do discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável presente nas políticas públicas ambientais e de turismo voltadas para as UCs, não contraditoriamente, de acordo com a lógica do mercado. Esta lógica faz parte da racionalidade dominante regulada mundialmente, que historicamente determinou a degradação ambiental e que hoje propõe um desenvolvimento sustentável.

Tem-se, desse modo, o porquê da negação de ser a implementação dessa atividade econômica a garantia de um desenvolvimento genuíno, haja vista, entre outras razões, a mesma se desenvolver seguindo, no final das contas, os princípios de um modelo de desenvolvimento sob a lógica do capital, bem como apresentar, desde já, impactos sobre certos ambientes naturais e comunidades locais refletidos em processos de degradação socioespacial.

6.2 O Programa Turismo nos Parques

Com vistas a estruturar e promover o turismo nos Parques Nacionais do SNUC, o MTUR, o MMA, o EMBRATUR e o ICMBIO lançaram, no dia 13 de setembro de 2008, o Programa Turismo nos Parques.

Na ocasião foi anunciada a sua primeira etapa, que contava com um conjunto de ações e investimentos no valor de R$ 28 milhões, que deveriam ser distribuídos entre seis

UCs. Também foram assinadas a portaria interministerial que criou o Grupo de Trabalho Interministerial de Fomento ao Turismo com Sustentabilidade Ambiental, a portaria interministerial que definiu os parâmetros para o estabelecimento de estradas-parque no país e a instrução normativa que trata da condução de visitantes em UCs. E ainda foi anunciada uma nova política de concessão de serviços de apoio à visitação em quatro Parques Nacionais[67].

É notória a importância de cada uma das medidas anunciadas na ocasião do lançamento do Programa Turismo nos Parques, as quais ganharam evidência no debate acerca do uso público dessas UCs, para a política de turismo que é implementada pelo Estado nos Parques Nacionais do SNUC com profundos reflexos na produção do espaço de diversas UCs dessa categoria e dos seus entornos. No entanto, é preciso notar que, especialmente as concessões de serviços turísticos para a iniciativa privada no interior dos Parques Nacionais, as quais já eram realizadas e cuja ampliação já era estimulada, colaboram de modo direto para o aprofundamento do processo de territorialização do capital turístico nessas UCs e a mercantilização das suas paisagens naturais.

6.2.1 Os investimentos previstos para a primeira etapa

Dados de um diagnóstico elaborado pelo ICMBIO informaram que no ano do lançamento do Programa Turismo nos Parques, 2008, o número de visitas registradas aos Parques Nacionais do SNUC somou 3,5 milhões. Diante do potencial dessas UCs para o turismo, esse número era avaliado como pouco significativo por diversos representantes dos órgãos oficiais, bem como por representantes do setor turístico, os quais planejavam o desenvolvimento da atividade no Brasil e especificamente nas suas UCs dessa categoria. Além disso, apenas os Parques Nacionais do Iguaçu (PR) e da Tijuca (RJ) concentravam cerca de 90% da visitação entre as UCs dessa categoria. E este fato era algo considerado inconcebível por representantes desses órgãos oficiais, como o MMA, ICMBIO, MTUR e EMBRATUR. Mesmo porque, para esses, o país possui muitos Parques Nacionais com potencial para o turismo e nos quais a atividade deve ser fomentada.

Não obstante a descontinuidade observada com relação às políticas públicas no Brasil, os discursos pronunciados durante o lançamento do Programa Turismo nos Parques, como em muitas outras ocasiões, nas quais os representantes das várias escalas de Estado referem-se aos Parques Nacionais, evidenciam que o desenvolvimento da atividade turística

[67] Mas na solenidade também foi assinado um decreto que ampliou a área do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e foram criadas novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN.

nessas UCs está entre as metas a serem alcançadas pelo Estado. E, desse modo, é pertinente trazer algumas das considerações observadas nos pronunciamentos das principais autoridades governamentais presentes no lançamento do referido Programa, relacionadas direta ou indiretamente ao desenvolvimento da atividade nas UCs dessa categoria.

O presidente da república na ocasião, Luís Inácio Lula da Silva, aprovou o acordo selado entre o MTUR e o MMA e, entre outras questões, observou que a sociedade é beneficiada com o acordo dos órgãos oficiais para promoção e conservação dos Parques Nacionais. Por sua vez, o presidente do ICMBIO na época, Rômulo Mello, afirmou que o MTUR investiria na infraestrutura do entorno daquelas UCs, com o intuito de possibilitar hospedagem e melhorias nas condições de acessibilidade dos visitantes dos Parques Nacionais. Já o ministro do Meio Ambiente na ocasião, Carlos Minc, que pretendia dobrar a visitação nos Parques Nacionais em dois anos com os investimentos anunciados pelo Programa, afirmou que o parque bem defendido é aquele que tem uso. Alem disso, entre outras questões, ressaltou que aquelas UCs são guardiãs de um potencial ainda não explorado totalmente pelo turismo, e que em outros países os Parques dão lucro e não existe razão para no Brasil eles produzirem prejuízo. E o ministro do Turismo de então, Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho, para quem a ideia de sustentabilidade norteia o conceito e a prática dessa atividade econômica, observou que, com o referido programa, foi assumido o compromisso de otimizar esforços e recursos visando à estruturação e proteção dos Parques Nacionais para transformá-los em grandes atrações do ecoturismo. Afirmou também que o estímulo ao turismo, aliado à defesa do meio ambiente, movimentaria a economia das regiões que abrigam aquelas UCs, pois paralelamente ao aumento de visitantes destas, o programa tinha o objetivo de incrementar a geração de emprego e renda nas atividades econômicas ligadas ao turismo.

A primeira etapa do Programa Turismo nos Parques contava com um conjunto de ações e investimentos no valor de R$ 28 milhões. Destes, R$ 10 milhões eram do MTUR e R$ 18 milhões do MMA. E esse valor devia ser distribuído entre os Parques Nacionais da Serra dos Órgãos (RJ), de Aparados da Serra (RS/SC), da Chapada dos Veadeiros (GO), dos Lençóis Maranhenses (MA), do Jaú (AM/RR) e da Serra da Capivara (PI).

Essas seis UCs foram selecionadas entre um conjunto de 25 que atendiam aos seguintes pré-requisitos: estar incluído nos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, que é um programa de canalização de investimentos do MTUR; ter pelo menos um bioma brasileiro; e apresentar necessidade de infraestrutura e demanda de visitação, tendo sido afirmado sobre essas 25 UCs que:

> Estas áreas, como também os municípios e as regiões abrangidas, encontram-se em diferentes estágios de implementação do turismo. Enquanto algumas delas encontram-se em fases preliminares de planejamento e consolidação, outras estão em estágio mais avançado de estruturação da visitação (BRASIL, 2008, p. 03).

O Parque Nacional de Aparados da Serra, que recebia anualmente uma média de 45 mil visitantes, devia ser beneficiado com R$ 4,1 milhões para revitalização das estruturas de recepção de visitantes e organização e identificação de trilhas. Desse montante, o MTUR já teria aplicado R$ 3 milhões, e R$ 1,1 milhão restante devia ser investido pelo MMA.

Já o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, que recebia anualmente uma média de 18 mil visitantes, devia receber um investimento de R$ 4,2 milhões para recuperação de estradas, das principais trilhas e do centro de visitantes. Desse total, R$ 2,2 milhões deviam ser investidos pelo MMA e os R$ 2 milhões restantes deviam ser aplicados pelo MTUR.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses devia ser beneficiado com investimentos realizados pelo MMA, com recursos de compensação ambiental, num total de R$ 5,08 milhões. Com estes recursos deviam ocorrer a construção do centro de visitantes, a implantação do projeto de sinalização de estradas e trilhas e a elaboração do projeto e construção do posto de informação e controle.

Enquanto isso, o Parque Nacional do Jaú, que recebia anualmente uma média de apenas 600 visitantes, devia receber um investimento de R$ 3,53 milhões. Deste total, R$ 2 milhões deviam ser investidos pelo MTUR e R$ 1,53 milhão pelo MMA. E estes recursos deviam servir para a construção de uma torre de observação e do centro de visitantes, implantação de sinalização informativa e interpretativa das trilhas e recuperação de estradas e das principais trilhas.

Por sua vez, o Parque Nacional da Serra da Capivara, que recebia anualmente uma média de 10 mil visitantes, devia ter um investimento de R$ 6,13 milhões. Deste montante, R$ 5,13 milhões deviam ser viabilizados pelo MMA e R$ 1 milhão pelo MTUR. Com estes recursos deviam ocorrer a contratação do projeto de implantação do sistema de radiocomunicação, aquisição de equipamentos para capacitação da comunidade do entorno, estruturação das trilhas interpretativas, recuperação e ampliação do centro de visitantes, sistema de iluminação do teatro e, ainda, construção e recuperação das passarelas.

E o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, que recebia em média 113 mil visitantes anualmente, foi o primeiro a receber os investimentos do Programa Turismo nos Parques. Do total dos R$ 5,03 milhões, R$ 2 milhões já teriam sido empenhados pelo MTUR,

R$ 2,37 milhões estariam sendo implementados pelo MMA e 660 mil já teriam sido investidos pelo Ministério da Cultura, via Lei Rouanet. Salienta-se que os recursos já teriam sido empregados na construção de dois centros de visitantes, um abrigo de montanha, recuperação da área de camping, restauração de uma capela do século XVIII e sinalização informativa e interpretativa das trilhas.

Entre esses Parques Nacionais, somente confirmaram terem sido beneficiados por algum investimento ou ação do Programa Turismo nos Parques, quando da aplicação do questionário de pesquisa enviado aos chefes das UCs dessa categoria, os Parques Nacionais da Serra dos Órgãos, de Aparados da Serra, dos Lençóis Maranhenses e do Jaú. E quanto aos Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e da Serra da Capivara foi respondido que estes não foram beneficiados por tal Programa.

Além dessas UCs, os Parques Nacionais da Chapada dos Guimarães (MT), de Anavilhanas (AM), de Serra Geral (SC/RS) e do Iguaçu (PR) também afirmaram ter sido beneficiados por algum investimento ou ação do Programa Turismo nos Parques. No entanto, o que chama atenção é que entre os 54 Parques Nacionais que responderam ao questionário, oito UCs não responderam a essa questão, o que pode indicar a falta de conhecimento, por parte dos seus gestores e outros representantes, quanto à origem de ações ou investimentos recebidos por essas UCs nos últimos anos.

Quanto aos benefícios observados nas UCs relacionados ao Programa Turismo nos Parques foram apresentadas informações nos questionários dos Parques Nacionais do Iguaçu (PR), de Aparados da Serra (RS/SC), da Serra Geral (RS/SC), da Chapada dos Guimarães (MT), do Jaú (AM/RR), de Anavilhanas (AM), da Serra dos Órgãos (RJ), dos Lençóis Maranhenses (MA), da Tijuca (RJ), de Jericoacoara (CE) e da Serra do Cipó (MG). E estas observações confirmam a execução de uma parte das ações e investimentos previstos para a primeira fase da referida política pública[68].

6.2.2 Ações adotadas por meio de portarias interministeriais e instrução normativa

Foram assinadas durante o lançamento do Programa Turismo nos Parques duas portarias interministeriais. A portaria interministerial nº 281, publicada no Diário Oficial da União em 17 de setembro de 2008, criou o Grupo de Trabalho Interministerial de Fomento ao Turismo com Sustentabilidade Ambiental. Já a portaria interministerial nº 282, também publicada no Diário Oficial da União em 17 de setembro de 2008, definiu os parâmetros para

[68] O item 5.2, no capítulo 5, traz, além da tabela 14 sobre a questão, essas observações.

o estabelecimento de estradas-parque no país. Na ocasião ainda foi assinada a instrução normativa do ICMBIO nº 8, que, por sua vez, foi publicada no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2008, e trata da condução de visitantes em UCs.

Quanto ao Grupo de Trabalho Interministerial de Fomento ao Turismo com Sustentabilidade Ambiental instituído pelo MMA e pelo MTUR, seu objetivo era planejar estratégias de desenvolvimento do turismo com base nos princípios de sustentabilidade ambiental, sendo que o mesmo sinalizava ao empresariado a disposição do governo de buscar soluções para questões relacionadas ao licenciamento ambiental de projetos turísticos.

Nos seus primeiros 15 dias, o GTI devia finalizar um plano de trabalho que detalhasse um diagnóstico da situação dos licenciamentos ambientais relacionados com projetos de implantação ou expansão de empreendimentos turísticos no país, realizados tanto por investidores nacionais como por estrangeiros. Também devia propor mecanismos de parceria interinstitucional voltada para a superação de dificuldades operacionais enfrentadas por esses investidores no que se refere a temas ambientais e de turismo. E, em três meses, devia apresentar suas conclusões aos dois ministérios.

A respeito das estradas-parque é ressaltado que estas visam permitir ao turista a contemplação da natureza nas UCs. É observado ainda que a ampliação do acesso aos Parques Nacionais com essas estradas deve ser autorizada quando construídas no interior dessas UCs, somente quando for de interesse para a gestão das mesmas. E, desse modo, para a sua implantação em UCs, foram estabelecidos critérios e procedimentos administrativos.

Quanto a estes, foi colocado que a pessoa física ou jurídica interessada na criação de uma estrada-parque deverá apresentar ao ICMBIO e ao IBAMA um projeto contendo os requisitos a seguir: Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA; inventário dos atributos da região; traçado com o curso menos impactante possível; contenções de encostas e cortes de taludes com o menor impacto paisagístico possível; pavimentação compatibilizando as necessidades de tráfego às especificidades locais e priorizando o uso de materiais menos danosos à natureza; redutores de velocidade; sempre que forem possíveis ciclovias e vias para pedestres, unindo pontos de parada e mirantes naturais e, quando necessário, à segurança dos mesmos; mirantes naturais sempre que existirem paisagens notáveis e as condições locais permitirem, com recuos que comportem estacionamento para possibilitar a contemplação; pontos de parada onde possam ser criados, se cabíveis, recuos com estacionamento para acesso, por exemplo, a serviços de alimentação e áreas de lazer; evitar ocupação lindeira, e quando esta ocorrer deve reduzir-se a trechos já alterados pela ação antrópica, privilegiando atividades voltadas para o turismo ecológico e

rural, o lazer e a valorização ambiental do entorno, sendo vetados os equipamentos publicitários na estrada-parque; possíveis guaritas para controle de acesso de veículos; zoopassagens no interior de UCs de proteção integral e em outros trechos quando necessário, para a passagem segura da fauna sob ou sobre a estrada-parque; pórticos na entrada e na saída do trecho contemplado como estrada-parque com informações úteis aos visitantes; centro de visitantes, almejado, que ofereça informações sobre temas pertinentes; e sinalização rodoviária e turística.

Na época da assinatura da portaria interministerial que definiu os parâmetros para o estabelecimento dessas estradas-parque no país, de acordo com o MMA (2008), o MTUR, através do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, já estava realizando dois investimentos-piloto no valor de R$ 40,3 milhões: a Estrada-Parque Parati-Cunha e a Estrada-Parque Penedo-Mauá.

A Estrada-Parque Parati-Cunha, no Parque Nacional da Bocaina (RJ/SP), devia receber um investimento de R$ 11,7 milhões, sendo R$ 6 milhões do MTUR e R$ 5,7 milhões do governo do estado do Rio de Janeiro. Já a Estrada-Parque Penedo-Mauá, no Parque Nacional de Itatiaia (MG/RJ) e na APA da Mantiqueira, devia receber investimentos no valor de R$ 28,6 milhões, sendo 14,6 milhões do governo do estado do Rio de Janeiro e 14 milhões do MTUR. A construção dessas obras foi marcada por profundos conflitos de interesses, envolvendo, por exemplo, ambientalistas e representantes do governo e do setor turístico.

A propósito da Instrução Normativa que dispõe sobre a Condução de Visitantes em UCs, esta disciplina nas UCs gerenciadas pelo ICMBIO a atividade dos condutores de visitantes estabelecendo estratégias de manejo da visitação, assim como normas e procedimentos visando à qualificação da atividade de condução de visitantes. Essa Instrução Normativa foi fruto de um processo iniciado no ICMBIO, quando foi realizada uma oficina para discutir aspectos relacionados à questão.

Esse documento, no qual é afirmado que o ICMBIO deve prover aos visitantes informações, entre outras questões, sobre os riscos inerentes às atividades a serem desenvolvidas na UC, estabelece, entre seus princípios, a não obrigatoriedade da contratação do condutor pelo visitante, bem como a recomendação por parte da UC da contratação do condutor aos visitantes. Essa recomendação é indicada principalmente nos seguintes casos: visitantes com interesse em aprofundar e/ou adquirir conhecimentos sobre a UC e seus atrativos específicos; visitantes em atividade pedagógica; visitantes crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais; visitantes que irão realizar caminhadas em trilhas de longa

distância e/ou de percurso duradouro com maior grau de dificuldade; e visitas em áreas de comunidades tradicionais.

Porém, a exceção da não obrigatoriedade da contratação do condutor pelo visitante é justificada em casos e situações em que a UC necessite adotar estratégias para garantir a integridade do seu patrimônio natural e sociocultural ou o bem-estar e a segurança dos visitantes e das comunidades residentes e, ainda, para visitação em ambientes que necessitam de proteção especial. O indicativo de obrigatoriedade da contratação do condutor de visitantes deverá constar no Plano de Manejo da UC. Este é o caso, por exemplo, de sítios arqueológicos e paleontológicos, recifes de corais, cavernas, falésias, dunas, bem como locais que recebem visitação em horários diferentes do funcionamento da UC e que apresentam alto índice de acidentes ou índices históricos de degradação.

É estabelecido no documento em questão que o condutor de visitantes é o indivíduo, que afora estar em condições de cooperar nas áreas de visitação com o monitoramento dos impactos socioambientais, é cadastrado pelo órgão gestor da UC, obteve capacitação específica e responde pela condução de visitantes aos locais abertos à visitação em segurança, desenvolvendo sobre o ambiente natural e cultural visitado atividades interpretativas.

6.2.3 As concessões de serviços turísticos para a iniciativa privada

Uma nova política de concessão de serviços de apoio à visitação em quatro Parques Nacionais, onde a atividade turística era significativa, foi anunciada durante o lançamento do Programa Turismo nos Parques em 2008. Esses eram os Parques Nacionais Marinho dos Abrolhos (BA), Marinho de Fernando de Noronha (PE), da Tijuca (RJ) e de Foz do Iguaçu (PR). Em 2010, noticiando o lançamento dos editais de concessão de serviços turísticos no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, uma dessas UCs, e também dos Parques Nacionais da Serra dos Órgãos (RJ) e do Itatiaia (MG/RJ), era ressaltado: “Os novos serviços oferecidos devem consolidar os parques nacionais como principal destino de ecoturismo e turismo de aventura no país, oferecendo estrutura no nível dos mais famosos parques nacionais do mundo” (ICMBIO, 2010a, s.n.).

O sistema de concessão de serviços turísticos está presente em Parques Nacionais de outros países da América, como a Costa Rica, os Estados Unidos e o Canadá, e em países de outros continentes, como a Austrália, a Nova Zelândia e a África do Sul. Diferentemente do que ocorria no Brasil quando foi lançado o Programa Turismo nos Parques,

aproximadamente 192 milhões de pessoas visitavam todos os anos os Parques dos Estados Unidos. E os Estados Unidos sempre eram citados como modelo por representantes dos órgãos oficiais brasileiros que planejavam o desenvolvimento da atividade turística nas UCs nacionais.

O coordenador do Bioma Costeiro-Marinho da Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral do ICMBIO, Ricardo Castelli, por exemplo, observou que naquele país existia uma cultura muito forte de uso dos Parques e que todos eles têm concessões. O Parque de Yellowstone, o mais antigo deles, contava com dez lojas de conveniências e seis hotéis, sendo que cada concessão retornava cerca de 2% dos lucros para o Parque e as concessionárias eram responsáveis pela manutenção da área que usavam. E, neste sentido, também observou que o Brasil tem muito que aprender com o seu sistema de concessões.

No Brasil, as concessões de serviços nos Parques Nacionais teve início em 1997, no Parque Nacional de Foz do Iguaçu, ou seja, pouco mais de uma década antes de esse Parque Nacional ser indicado, entre quatro UCs dessa categoria, para inaugurar a nova política de concessão de serviços de apoio à visitação anunciada na ocasião do lançamento do Programa Turismo nos Parques. No contexto de lançamento deste foi ressaltado: "O PN Iguaçu é o parque mais visitado do país e fornece várias lições relacionadas à concessão de serviços de apoio ao turismo" (BRASIL, 2008, p. 39).

Nessa UC primeiro foram realizadas as concessões para a iniciativa privada, relacionadas a prestações de serviços vinculados ao elevador panorâmico, restaurante, transporte, estacionamento, centro de visitantes e aos passeios. Em seguida, mais precisamente no ano de 2007, ocorreu o arrendamento do Hotel das Cataratas, de propriedade da União, pelo grupo hoteleiro inglês Orient Express, através da empresa Participações São Matheus, sendo o mesmo arrendado por R$ 868 mil/mês pelo prazo de 20 anos[69]. E os contratos das seis concessionárias que prestavam serviços relacionados à atividade turística na

[69] Esse contrato foi assinado pelos ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e do Turismo, Marta Suplicy, pelo procurador geral da Fazenda Nacional, Luiz Inácio Adams, e pelo arrendatário, Philip Steven Carruthers. O presidente do ICMBIO, João Paulo Capobianco, e o diretor do Parque Nacional do Iguaçu, Jorge Luiz Pegoraro, estavam na solenidade de assinatura. Ao novo grupo administrador caberia: estabelecer parceria com o ICMBIO; investir em torno de R$ 5 milhões em melhorias no Parque, incluindo apoio total a projeto de pesquisa sobre o comportamento dos felinos; a realização de obras no prédio, com investimento em melhorias de, no mínimo, R$ 18,9 milhões, totalizando um gasto de R$ 25,6 milhões. Também foi previsto no arrendamento seguro de risco de engenharia, de incêndio e de acidentes provocados por fatores climáticos.

UC em 2008 – Hotel das Cataratas, Cânion Iguaçu, Cataratas do Iguaçu S.A., Helisul, Macuco Ecoaventura e Macuco Safári – foram renovados por sua direção[70].

Anunciado, ainda em 2008, que o recorde de 1.084.239 visitas ao Parque Nacional de Foz do Iguaçu, contabilizadas em 2005, seria superado, o ministro do Meio Ambiente, na época Carlos Minc, afirmou que a intenção do governo federal era fazer com que outros Parques Nacionais seguissem os passos daquela UC. De acordo com o ministro, o modelo de concessão, que delegava à iniciativa privada a exploração de serviços dentro das UCs, era uma iniciativa bem sucedida. Observando que a gestão dos Parques Nacionais continuaria com o MMA, com ênfase na preservação dos seus recursos naturais, Carlos Minc ainda afirmou que essas UCs poderiam alavancar o turismo, movimentando a economia das regiões em que estão inseridos e gerando empregos.

Em julho de 2009, o ICMBIO publicou um edital de processo seletivo para contratar dez consultores, com formação em diversas áreas, para atuar em projetos de ecoturismo e concessão de serviços de uso público nos Parques Nacionais do Itatiaia (RJ/MG), de Sete Cidades (PI), de Ubajara (CE), da Chapada dos Guimarães (MT), da Chapada dos Veadeiros (GO) e do Caparaó (ES/MG). Quatro vagas seriam para consultores que atuariam na elaboração de estudos de viabilidade econômica dos Parques Nacionais do Itatiaia, do Caparaó, de Sete Cidades e de Ubajara, com vistas a realizar concorrências públicas para a concessão dos serviços de apoio à visitação, definidos em seus Planos de Manejo, tais como centro de visitante, estacionamento, cobrança de ingressos, camping, transporte interno, pousada, lanchonete, cafeteria, abrigo de montanha, lojas de souvenir e/ou conveniências, turismo de aventura e churrasqueira. Outras quatro vagas seriam destinadas a consultores que auxiliariam na elaboração de um Diagnóstico de Segurança dos atrativos turísticos e das trilhas do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, cujo objetivo era embasar o Programa de Uso Público que seria incluído no seu Plano de Manejo; e duas vagas seriam de consultores que trabalhariam na elaboração de projetos de abertura ou na manutenção de seis trilhas do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, bem como na elaboração de projetos de equipamentos facilitadores e instrumentos de apoio para trilhas previstas no seu Plano de Manejo.

Já em setembro de 2009 foi anunciado que, além dos Parques Nacionais Marinho dos Abrolhos (BA) e Marinho de Fernando de Noronha (PE), passavam por estudo de

[70] Também foi renovado o contrato da empresa Ecovitalle – Soluções Ambientais, contratada pelas concessionárias e responsável pela administração dos recursos financeiros para aquisição de materiais, equipamentos e contratação de um estagiário, bem como a parceria com o Programa AquaIGUAÇU, que monitora a qualidade das águas na região da UC.

viabilidade econômica para a concessão de serviços quatro das seis UCs mencionadas, os Parques Nacionais da Chapada dos Guimarães, de Sete Cidades, de Ubajara e do Caparaó, como também o Parque Nacional da Bocaina (RJ/SP), e que, para isso, o ICMBIO estaria promovendo para os seus funcionários oficinas de capacitação em terceirização de serviços de uso público nas UCs dessa categoria.

Uma licitação de serviços públicos em 11 Parques Nacionais foi anunciada pelo ICMBIO no mês de março de 2010, sendo que a meta do MMA era de que 40 UCs do país com potencial turístico tivessem serviços turísticos terceirizados. Este anúncio ocorreu na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que poderia financiar as empresas interessadas em participar do projeto. O primeiro lote de licitações devia incluir os Parques Nacionais do Iguaçu (PR), da Tijuca (RJ), Marinho dos Abrolhos (BA), Marinho de Fernando de Noronha (PE), da Restinga de Jurubatiba (RJ), do Caparaó (ES/MG), da Serra dos Órgãos (RJ), de Ubajara (CE), de Sete Cidades (PI), do Itatiaia (MG/RJ) e da Chapada dos Guimarães (MT). Nesse ano, contudo, foram publicados dez editais de licitação, os quais estavam relacionados a seis Parques Nacionais, sendo realizados somente três contratos. Estes envolveram o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e uma renovação no Parque Nacional do Iguaçu. Os editais de concessão que não tiveram êxito sofreram revisões.

Como resultado de uma parceria firmada entre o ICMBIO, o Serviço Florestal dos Estados Unidos e a ONG Fundo Estratégico de Conservação, em abril de 2010 foi realizado o curso Ferramentas Econômicas para a Conservação, com o propósito de habilitar analistas ambientais para a concepção de negócios que gerassem recursos para as áreas protegidas e fossem lucrativos para empresários vencedores de licitações. E com esse curso, funcionários do ICMBIO foram capacitados para elaborar termos de referência, editais e contratos para concessões de serviços em UCs e ainda para supervisionar posteriormente esses serviços.

Já em outubro de 2011 foi assinado um acordo de cooperação pelos Ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente, o qual previa, conforme o MMA (2011), a concessão à iniciativa privada de UCs federais por meio de Parcerias Público-Privadas – PPP. Os estudos para a estruturação dos projetos de concessão seriam efetivados com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas, com o uso de recursos do Fundo Multilateral de Investimentos, e o processo licitatório, em caso de viabilidade econômica e ambiental das concessões, seria gerido pelo ICMBIO. Mas foram escolhidos para fazer parte de um projeto-piloto justamente 10 Parques Nacionais, com potencial turístico reconhecidamente elevado,

entre os quais estavam os Parques Nacionais de Jericoacoara (CE), de Ubajara (CE), de Sete Cidades (PI), da Serra das Confusões (PI), dos Lençóis Maranhenses (MA), da Chapada dos Guimarães (MT) e Marinho de Fernando de Noronha (PE).

E os contratos de concessão de serviços de apoio à visitação nos Parques Nacionais para a iniciativa privada em vigor em setembro de 2012 seriam, de acordo com o ICMBIO (2012?a), os expostos no Quadro 08[71].

Quadro 08: Parques Nacionais: Contratos em vigor de concessão de serviços de apoio à visitação para a iniciativa privada

PARNA	CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO PARA A INICIATIVA PRIVADA EM VIGOR NOS PARQUES NACIONAIS	ANO DE INÍCIO	VIGÊNCIA INICIAL
do Iguaçu	Gestão do Centro de Visitantes, cobrança de ingressos, estacionamento e transporte interno.	1998	15 anos
do Iguaçu	Espaços Porto Canoas, Naipi e Tarobá: exploração comercial de lojas, lanchonetes e restaurantes.	1998	15 anos
do Iguaçu	Voo panorâmico de helicóptero.	2002	10 anos
do Iguaçu	Escalada e rapel.	2002	10 anos
do Iguaçu	Circuito M'Boy: passeio de barco e trilhas.	2002	15 anos
do Iguaçu	Linha Martins.	2002	15 anos
do Iguaçu	Trilha e passeio do Macuco: passeio de barco na Garganta do Diabo.	2010	10 anos
Marinho de Fernando de Noronha	Cobrança de ingressos, exploração comercial do Centro de Visitantes e dos postos de informação e controle e aluguel de bicicletas.	2010	15 anos
da Serra dos Órgãos	Cobrança de ingressos, operação de camping e abrigo de montanha, estacionamento e transporte interno.	2010	10 anos
da Tijuca	Cobrança de ingressos, transporte interno, estacionamento, exploração comercial no Centro de Visitantes.	2012	20 anos

Fonte dos dados: ICMBIO (2012?a).

Afora os referidos contratos de concessão, são realizadas autorizações e credenciamentos para exploração comercial da visitação nas UCs, especialmente quando não há investimentos expressivos em estruturas fixas nas mesmas ou quando a exploração pode ser executada por mais que um operador. Quanto a essas outras formas de terceirização, também foram publicadas, ainda conforme ICMBIO (2012?a), portarias de credenciamento ou autorização para os seguintes Parques Nacionais: dos Lençóis Maranhenses (MA), referente à condução de visitantes e passeio em veículo 4x4; Marinho de Fernando de

[71] Nessa data o ICMBIO publicou a matéria "Com o ICMBIO, parques receberam mais investimentos e visitação triplicou". A mesma trazia essas informações no anexo "Contratos em vigor de concessão de serviços de apoio à visitação para a iniciativa privada". A matéria ainda trazia o anexo "Previsão de novas delegações de serviços de apoio à visitação".

Noronha (PE), referente à condução de visitantes; da Restinga de Jurubatiba (RJ), referente a passeio de barco, passeio em veículo 4x4 e guias; e de São Joaquim (SC), referente à condução de visitantes. Outras concessões e autorizações ou permissões para a iniciativa privada explorar serviços de apoio à visitação nos Parques Nacionais eram planejadas por seu órgão gestor em setembro de 2012. Ainda para esse mesmo ano e para o ano seguinte, conforme ICMBIO (2012?c), estavam previstas as ações apresentadas no Quadro 09.

Quadro 09: Parques Nacionais: delegações de serviços de apoio à visitação previstas

ANO	PARNA	DELEGAÇÕES DE SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO PREVISTAS PARA OS ANOS DE 2012 E 2013
2012	Marinho dos Abrolhos	Portaria de cadastramento e autorização de uso para visitação embarcada e mergulho, com validade de um ano e visando formalizar a atividade das empresas que já atuam na UC e fornecer subsídios para que se realize um estudo de viabilidade econômico-financeira e posteriormente deleguem-se serviços por meio de permissão de uso ou concessão de uso.
2012	dos Lençóis Maranhenses	Concessão de uso para cobrança de ingressos, operação e exploração comercial do Centro de Visitantes e de postos de informação e controle.
2012	do Itatiaia	Permissão de uso para operação de abrigo de montanha e camping; portaria de credenciamento e autorização para condução de visitantes.
2012	Marinho de Fernando de Noronha	Portaria de credenciamento e autorização de uso para passeio de barco; permissão de uso para operação de atividades de mergulho; e autorização de uso experimental por um ano para operação de rapel na Falésia do Sancho.
2012	da Serra dos	Permissão de uso para operação de loja e lanchonete.
2012	da Tijuca	Concessão de uso de arvorismo no Setor Floresta.
2013	da Serra da Bocaina	Concessão de uso da cobrança de ingressos e controle da visitação na estrada Paraty-Cunha.
2013	da Tijuca	Concessão de uso do Trem do Corcovado, após entrega do imóvel pela Secretaria do Patrimônio da União ao MMA.
2013	do Iguaçu	Concessão de uso de diversos serviços e atividades de apoio ao uso público.
2013	da Serra dos Órgãos	Concessão de uso de pousada e restaurante.
2013	da Chapada dos Veadeiros	Permissão de uso para operação de loja e lanchonete, com possibilidade de cobrança de ingressos como contrapartida.

Fonte dos dados: ICMBIO (2012?c).

Para avaliar os serviços de uso público prestados pela iniciativa privada nos Parques Nacionais do Iguaçu (PR), Marinho de Fernando de Noronha (PE), da Serra dos Órgãos (RJ) e da Tijuca (RJ), o MMA criou, em dezembro de 2012, o Grupo de Trabalho de Avaliação das Concessões. Cabia aos seus integrantes desse GT indicar encaminhamentos e ações no sentido de aperfeiçoar os processos de concessão, abrangendo os critérios de seleção em licitações que estão por vir e o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, quanto à

atuação dos concessionários. E deviam ser avaliados por esse GT, além de outros aspectos: as licitações originais; o objeto e a forma das concessões; os contratos e as suas eventuais modificações; as condições financeiras; os meios de fiscalização e monitoramento; a forma de remuneração; a cobrança e repasse de valores para o ICMBIO e demais instituições públicas e privadas; a presente situação das concessões; a adequação da prestação do serviço e das instalações; e os valores cobrados.

6.3 A Produção do Espaço e a Acumulação do Capital com o Turismo nos Parques Nacionais

As considerações que remetem à totalidade não podem ser ignoradas quando se busca evidenciar que são as relações entre o Estado e o capital que definem o processo de mercantilização da paisagem natural nos Parques Nacionais do SNUC. Mesmo porque este processo, que se dá com o desenvolvimento da atividade turística nessas UCs e a territorialização do capital turístico nessas UCs e em seus entornos, apenas pode parecer desvinculado das questões que se referem à totalidade.

É pertinente lembrar que o ecoturismo fomentado nesses Parques Nacionais pelo Estado, o qual serve à reprodução do capital e já interfere na produção do espaço de algumas dessas UCs e de seus entornos, constitui uma modalidade de turismo, portanto é uma atividade econômica que, como as demais, segue os princípios impostos pela lógica do capital. É, contudo, uma forma particular de acumulação em projeção neste regime de acumulação flexível, na qual os homens, como em outros momentos da sua vida, fazem uso do seu tempo livre de modo subordinado à imperativa necessidade da reprodução do capital e mantêm uma relação com a natureza mediada pelo capital.

Ainda é pertinente esclarecer, antes de apresentar algumas considerações que concernem à totalidade e que guardam relação com a funcionalidade do Estado para a territorialização do capital nos Parques Nacionais com o ecoturismo, que, apesar da necessidade de analisar criticamente as implicações dessa territorialização para a produção do espaço dos Parques Nacionais e dos seus entornos, não é a crítica a essa atividade, de modo algum, que precisa ser realizada, mas sim a crítica ao sistema do capital.

6.3.1 O Estado provedor de estratégias de acumulação do capital

Historicamente, o Estado, através de suas ações, contribui para a criação de estratégias de reprodução do capital. E com a execução das políticas públicas de turismo, a

exemplo do Programa Turismo nos Parques e outras ações, que também proporcionam os meios para a territorialização do capital nos Parques Nacionais do SNUC e em seus entornos com o desenvolvimento do ecoturismo, mais uma vez essa lógica fica evidente. Cabe atentar, desse modo, para a relação estabelecida entre o Estado e o capital.

Do ponto de vista de Mészáros (2003, p. 29), há na ajuda externa do Estado ao capital uma hibridização:

> Sua principal dimensão é o sempre crescente envolvimento direto e indireto do Estado em salvaguardar a continuidade do modo de reprodução do metabolismo social do capital. Apesar de todos os protestos em contrário [...], o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado.

E de acordo com Debord (1997, p. 175):

> A fusão econômico-estatal é a tendência mais manifesta do século XX; ela se tornou o motor do desenvolvimento econômico recente. A aliança – defensiva e ofensiva – firmada entre essas duas forças, a economia e o Estado, garantiu-lhes os maiores ganhos comuns em todos os domínios: pode-se dizer que cada uma das duas possui a outra; é absurdo opor uma à outra, ou fazer uma distinção entre suas razões e desrazões.

O objetivo fundamental de Keynes, segundo Mészáros (2002, 2007), era descobrir um meio de socorrer o sistema pela injeção de fundos estatais para o benefício do empreendimento capitalista privado, de modo a regular continuamente o processo de reprodução como um todo dentro da estrutura de acumulação do capital. O monetarismo e o neoliberalismo, abandonando Keynes, renderam-se à ilusão de eliminar a intervenção estatal. Mas, na realidade, o papel do Estado no sistema capitalista contemporâneo é maior do que jamais foi.

Para o autor, nesse sistema do capital estabelecido – que é totalizante e incontrolável, cujo núcleo constitutivo é formado pelo tripé capital, trabalho e Estado, e do qual o capitalismo é uma das variantes históricas –, qualquer coisa que pretenda à legitimidade e à viabilidade socioeconômica deve adaptar-se a sua estrutura, sendo que o capital não consente a introdução de princípios de regulação socioeconômica que restrinjam sua expansão. Mesmo porque, para deslocar os problemas e as contradições que surgem no sistema do capital e criar a ilusão de que não é necessária uma mudança fundamental neste modo de controle sociometabólico, a expansão é absolutamente necessária.

O Estado, explica Harvey (2002, 2005), sempre esteve presente no processo de amadurecimento do capitalismo, embora mudasse suas formas e modos de funcionamento. É

um mito, neste sentido, a ideia de que o capitalismo já funcionou sem o firme envolvimento do Estado.

Hoje, conforme o autor, são muito poucos os aspectos da produção e do consumo que não se encontram, direta ou indiretamente, atingidos fortemente por políticas do Estado, uma vez que, como sempre, este deve exercer um importante papel na concepção de infraestruturas sociais e físicas e de bens públicos, os quais são condições necessárias para a produção e troca capitalista. E, além do fato de o Estado ser disciplinado por forças internas e por condições externas e de ser um instrumento de dominação de classe e árbitro entre os interesses conflitantes no interior da classe capitalista, o mesmo, com o intuito de promover estratégias de acumulação do capital, cria um sentido de comunidade e uma definição dos interesses públicos acima dos interesses e das lutas de classes e setores.

Constitui função do Estado, esclarece Smith (1988, p. 79), administrar a sociedade de classe de acordo com os interesses da classe dominante. Ele desempenha essa função por meio de suas armas militares, jurídicas, ideológicas e econômicas. E, desse modo, não se pode perder de vista que, além de o Estado ser "[...] um produto da sociedade, [...] um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque [...]" (ENGELS, 2004, p. 176-77) entre as classes com interesses antagônicos, "[...] e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'" (Op. cit., p. 177), ele também é o "[...] instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado" (Op. cit., p. 179). Nestes termos, "[...] o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns [...]" (MARX; ENGELS, 2002, p. 101).

Santos (1998), por sua vez, ressalta que antes da organização do homem em sociedade, a natureza em si era una, e, mesmo com as partições impostas pelo homem à Terra, ela prossegue do mesmo modo. Todavia, hoje, quando a economia se apresenta mundializada, há uma mudança importante. A natureza, socialmente fragmentada durante séculos, é unificada pela história em favor de firmas, Estados e classes hegemônicas, e diferentes capitais têm ao seu dispor as suas diversas frações.

No intuito de permitir a atuação das forças mundializadoras do mercado, ressalta o autor, o Estado é convocado a adaptar o meio ambiente construído. Para responder às necessidades das ações hegemônicas, vêm ao mundo novos objetos. Assim, estes objetos muitas vezes têm distante a explicação de sua presença em um determinado lugar, que é redefinido como ponto de encontro de interesses mundiais e locais.

Essas considerações remetem à totalidade. E, na totalidade das relações, deve-se observar que, concebendo e executando as políticas públicas de turismo que proporcionam os

meios para a territorialização do capital nos Parques Nacionais do SNUC e em seus entornos com o desenvolvimento do ecoturismo, o Estado cumpre a sua função, na relação estabelecida com o capital, uma vez que a acumulação capitalista realiza-se no espaço e, que, a necessidade da expansão desse processo exige, especialmente neste regime de acumulação flexível, a ampliação das formas de reprodução do capital.

6.3.2 A funcionalidade do Estado diante da configuração de territórios do ecoturismo

Considerando o que é pensado e planejado em torno do turismo e, mais especificamente, do ecoturismo, pode-se observar uma valorização, de forma generalizada, dos espaços, sobretudo periféricos, que ainda guardam alguma relação com a natureza, tornada rara. E, com a adoção de políticas públicas que incentivam o desenvolvimento da atividade turística nos Parques Nacionais do SNUC reforça-se a atribuição de valor à natureza.

Nesse sentido, a reflexão em torno da transformação dessas UCs em territórios do ecoturismo exige atentar, a princípio, para o fato de que somente apresentando a capacidade de ser trocada por outra mercadoria, comumente por dinheiro, é que a natureza é valorizada no capitalismo (FOLADORI, 2001).

Do mesmo modo que ocorre com qualquer atividade econômica em outros espaços de acumulação, o desenvolvimento da atividade turística é muitas vezes explicado fora do lugar, visto que depende de interesses econômicos que se encontram no seu exterior. E, mesmo sendo garantidos por políticas locais de turismo, esses interesses são alheios a eles e estabelecem relações de hierarquia verticais e autoritárias (RODRIGUES, 1997).

A defesa do cerceamento da natureza pode representar os interesses dos habitantes economicamente privilegiados das cidades, favorecendo a indústria do lazer, em detrimento dos interesses da população rural e das atividades agrícola e extrativa. Sem qualquer garantia de melhorias para populações locais tradicionais responsáveis pela conservação da natureza, as quais, comumente, são geograficamente isoladas e desprovidas de poder político e de instrução, as áreas protegidas beneficiam as populações urbanas que as visitam. No entanto, as disputas de poder relativas à natureza tendem a ser negligenciadas. Com um discurso que afirma o direito de todos à natureza, os turistas e as populações nativas, mesmo não apresentando o mesmo vínculo com ela, são postos em igualdade de direitos com relação à natureza. Entretanto, tal discurso, que não responsabiliza o turista, em relação as suas ações sobre a natureza, oculta as desigualdades presentes nesse sistema (BRUHNS, 2010).

A análise da realidade evidencia que, como se garantisse um direito costumeiro, o uso tradicional para práticas de lazer de inúmeros lugares hoje localizados nos limites dos Parques Nacionais, por parte dos seus moradores ou da população dos seus entornos, transformou-os em territórios do lazer. Entretanto, refletindo a expansão do ecoturismo acontecida nas últimas décadas em todo o mundo, advém um processo de exploração de numerosos territórios do lazer por essa atividade econômica. A crescente presença de ecoturistas nos Parques Nacionais, os quais quase sempre também se configuram como territórios de diversas atividades produtivas e os quais dão a impressão de resistir a toda sorte de degradação que lhes é imposta, faz dessas UCs territórios do ecoturismo. E nestes, o acesso do homem às paisagens naturais, efetivado em seu tempo livre conquistado pelo capital como os demais tempos da sua vida e transformado em momento de consumo, também começa a ser mediado pelo capital.

Cabe observar, nesses termos, que as características inerentes ao espaço, de acordo com Moraes e Costa (1999), não têm sentido em si, posto que quem o qualifica é a sociedade. Por exemplo, "'[...] [o] que faz com que uma região da Terra seja um território de caça é o fato das tribos caçarem nela [...]'" (MARX, apud MORAES e COSTA, 1999, p. 133-34). E, segundo Cruz (2000), embora a apropriação inicial de um lugar por turistas possa ou não resultar na inclusão do mesmo entre os destinos turísticos, uma vez que o modo como acontece a mudança de uma para outra condição é que determinará a natureza das transformações suscetíveis de advir nesse território em virtude do uso deste pelo turismo, o que caracteriza um lugar como turístico é a presença de visitantes nele.

Além disso, cabe observar que o capital, explica Mészáros (2007), é incompatível com o tempo livre empregado pelos homens de maneira independente e significativa e que, desse modo, ele expropria para si o tempo livre historicamente produzido. O tempo de trabalho explorável sempre foi a única modalidade de tempo de interesse para o capital, inimigo do tempo histórico; e neste sentido a ordem social do capital reduziu os seres humanos à condição reificada a fim de adequá-los aos limites da contabilidade do tempo do sistema, e, no intuito de poder ser dominado pela contabilidade do tempo do sistema, o tempo livre foi expropriado pelo capital e forçado a pôr a camisa de força da mais-valia[72]. Cabe

[72] Ainda conforme Mészáros (2007), o tempo disponível do indivíduo social, potencialmente emancipatório, é o seu tempo histórico real. Em uma estrutura sociometabólica qualitativamente superior à da ordem social do capital a força produtiva do conjunto dos indivíduos sociais livremente associados é que consiste, para Marx em "Grundrisse", na riqueza verdadeira, e o tempo disponível, em lugar do tempo de trabalho, é a medida da riqueza. "*O tempo de trabalho como medida de riqueza* estabelece a própria riqueza como fundada na pobreza, e o tempo disponível como existente tão-somente *na e pela oposição ao tempo de trabalho excedente* ou no e pelo

frisar que apenas é dada a possibilidade de tornar-se ativa a parte do tempo livre, transformado em lazer ocioso, que se submeter à exploração da indústria do lazer por meio da entrada no processo da expansão do capital.

E, não se pode perder de vista, nos Parques Nacionais, o processo em andamento de transformação de territórios do lazer e de práticas produtivas tradicionais em territórios do ecoturismo se dá, cada vez mais, a partir das iniciativas adotadas por parte do Estado. Este, não obstante as implicações desse processo, deve garantir, mais uma vez na história, a reprodução do capital, desta feita com a criação, nas referidas UCs, das condições necessárias à territorialização do capital, a partir do desenvolvimento dessa nova atividade econômica.

Antes de serem transformados em Parques Nacionais, na condição de territórios de várias práticas produtivas tradicionais, o trabalho de sucessivas gerações imprimia valor a esses lugares. Assim, é possível afirmar que os mesmos constituíam, além de valores-de-uso, valores-de-troca. Já na condição de territórios do lazer onde são usados os atrativos da sua paisagem natural, como esses lugares não têm a propriedade de ser produto do trabalho, que é o que determina o valor, eles não possuem valor. Contudo, uma "[...] coisa pode ser valor-de-uso sem ser valor. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho. Exemplos: o ar, [...] a madeira que cresce espontânea na selva etc." (MARX, 2004b, p. 62). Nestes termos, para a população que tradicionalmente faz uso dos Parques Nacionais para o lazer, estes são valores-de-uso. Mas se observe que apesar de o valor-de-troca não ser intrínseco a nada, nesta "[...] forma de sociedade [...] os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca" (Op. cit., p. 58).

> As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores-de-uso, de objetos materiais, como ferro, linho, trigo etc. É a sua forma natural, prosaica. Todavia, só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor. Por isso, patenteiam-se como mercadorias, assumem a feição de mercadoria, apenas na medida em que possuam dupla forma, aquela forma natural e a de valor (Op. cit., p. 69).

Então, quando o produto é "[...] transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio de troca [...]" (Op. cit., p. 63), ele se torna mercadoria. Dessa forma, embora se saiba que os "[...] valores-de-uso [...], as mercadorias, são conjunções de dois fatores, matéria fornecida pela natureza e trabalho [...]" (Op. cit., p. 65), e que o conjunto das formas naturais, ou seja, a paisagem natural, não é produto do trabalho, considera-se que a partir do momento

---

ato de pôr todo o tempo de um indivíduo como tempo de trabalho e, conseqüentemente, sua degradação a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho" (MARX, apud MÉSZÁROS, 2007, p. 256).

em que seu uso para o lazer é mediado pela troca, ela é valor. Assim, embora permaneça um valor-de-uso para alguns, a paisagem natural, com o ecoturismo, é um valor-de-troca.

A despeito das singularidades que a mercadoria paisagem natural apresenta, o fato é que, para o capital que é aplicado no interior ou nos entornos dos Parques Nacionais, com o desenvolvimento da atividade turística nessas UCs, a sua mercantilização constitui o instrumento que possibilita, como ocorre em qualquer outra atividade econômica, a exploração do trabalho e a extração da mais-valia.

Referindo-se ao turismo, do qual o ecoturismo é uma modalidade, Ouriques (2005), para quem essa atividade é uma forma de fetichismo e de dependência, explica sobre essa questão que, no turismo, a mercadoria-paisagem tem um caráter fantasioso. Da mesma maneira que toda a realidade social, as paisagens nessa atividade tornam-se espetáculos que devem ser consumidos; elas são mercadorias, como se isto lhe fosse uma característica inerente. Então, o fetichismo espacial é produzido por meio da valorização de lugares, nos quais os atributos da paisagem encantam os sentidos do homem. Os elementos da natureza inorgânica representam um preço sem relação com a produção do valor e são apropriados sem propriedade. Há, assim, um consumir simbólico da paisagem, mas este tem uma base material fundamentada na troca de mercadorias, pois, quando o turista participa desse consumo imaterial, ele, entre outras coisas, desloca-se, alimenta-se, hospeda-se, etc.

Os atributos da paisagem, explica esse autor, são o meio através do qual se realiza a relação entre o trabalho e o capital no turismo. Mas como em qualquer outra atividade econômica, no turismo, que a princípio é fundamentado na paisagem e vive da apropriação do estético, a base de sustentação é a exploração da força de trabalho. Assim, a expansão dessa atividade, que, entre outras coisas, paga salários inferiores à média da economia nacional, explora a mão de obra infantil e provoca entusiasmo nos capitalistas, antes de ser entendida como a criação de oportunidades, é uma forma específica de extrair mais-valia[73] (OURIQUES, 2005). Desse modo, cabe lembrar que os agentes privados identificam-se com o Estado e os planejadores na realização das condições da mercantilização (SCARIM, 2001). E não é só como seu viabilizador que o econômico exige a mediação do político. Este, além disso, deve atuar como controlador das contradições impostas pela reprodução ampliada da riqueza, cabendo-lhe manter a ordem da incoerência (ALFREDO, 2001).

[73] E no Brasil, a expansão do turismo "[...] tem sua razão de ser em virtude de aqui existir uma 'matéria-prima' fundamental: uma força de trabalho abundante e tornada disponível, tanto no litoral quanto no interior do país" (OURIQUES, 2005 131).

Segundo Knafou (1996 apud CRUZ, 2000)**,** além da presença do turista, que é a primeira fonte da turistificação, e dos planejadores, que fazem do planejamento territorial uma condição de sucesso de planos e políticas setoriais, há o mercado, que já não considera as potencialidades naturais e/ou culturais determinantes para implementação de estruturas destinadas ao turismo. E, de acordo com Rodrigues (1997), os *resorts*, que são reproduzidos em todo o mundo, são exemplos desse fenômeno, pois, apesar de eles representarem um modelo de produção do espaço turístico que se aproveita da paisagem natural, se no lugar onde eles são construídos a natureza não existe, ela é fabricada.

Entretanto, mesmo que em um Parque Nacional a presença de atributos considerados privilegiados na paisagem natural não seja razão suficiente para uma UC dessa categoria entre aquelas beneficiadas por políticas públicas que promovem a atividade turística tornar-se um destino explorado com ecoturismo, como se fosse a presença de tais atributos nas mesmas que determinasse os investimentos voltados ao desenvolvimento dessa atividade por parte do capital, e não a sua viabilidade econômica, evidencia-se muitas vezes nos Parques Nacionais e em seus entornos uma relação equivocada entre a presença de paisagens naturais de grande beleza cênica e/ou ecossistemas preservados e um consequente desenvolvimento do ecoturismo.

Isso é especialmente observado por parte de sujeitos diretamente envolvidos com essas UCs, como os seus chefes e os moradores e administradores dos municípios localizados nos seus entornos. Trata-se de um equívoco quase sempre alimentado por representantes de órgãos oficiais, que gera em muitos Parques Nacionais e em seus entornos uma expectativa de desenvolvimento econômico a partir dessa atividade, mas que muitas vezes não é percebido na realidade.

Inserindo a questão na dialética entre homogeneização e diferenciação social e espacial, convém observar que, conforme Moraes (2002b), nessa dialética, a economia capitalista objetiva-se como a hierarquização de lugares, com uma divisão espacial do trabalho e áreas com funções definidas, porém, onde os espaços periféricos, em razão de renovações no centro, são permanentemente reavaliados e revalorizados. A expansão, uma qualidade básica da espacialidade do capitalismo, submete à sua lógica todos os lugares, e o capital, em uma seletividade espacial, elege para sua aplicação e concentração determinados lugares. Essa relação entre a expansividade do capitalismo e a seletividade do capital gera, por sua vez, uma das alavancas da dinâmica desse modo de produção: a diferença entre os lugares. Nesse processo são definidos, a cada momento e em várias escalas, espaços marginais que cumprem, na ótica do capital, o papel de fundos territoriais – reservas de

espaço e de recursos para valorização futura. E tais fundos territoriais, em função de outra característica da espacialidade capitalista, que é a tendência do capitalismo e do capital de concentrar e centralizar objetos, atividades e pessoas, são levados a persistir apesar dos processos de expansão territorial impelidos pelo capital.

Apesar da concentração espacial do capital, Moraes e Costa (1999) esclarecem que a lógica à qual está submetida a escolha dos espaços para sua aplicação e que comanda as práticas espaciais atinge todos os lugares. Nessa lógica, é a viabilidade econômica que determina a disposição do capital em se instalar em um ou em outro espaço, definindo conforme a possibilidade de ele se autovalorizar, se realizará ou não a valorização de determinado espaço. Deve-se atentar, dessa feita, para a questão que é observada por Smith (1988, p. 149), quando este faz ver que atualmente "[...] apresenta-se em contornos mais nítidos em todas as escalas espaciais do que em qualquer outro período anterior" o desenvolvimento desigual. Este é "[...] a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo" (SMITH, 1988, p. 139)**.** Para esse autor, os padrões geográficos resultantes desse desenvolvimento desigual do capitalismo "[...] são completamente determinados (no sentido oposto de 'determinista')" (SMITH, 1988, p. 16).

Vê-se com a complexidade que envolve a produção do espaço neste sistema do capital, cuja lógica da busca incessante de lucro não é transformada com a condição pós-moderna, o porquê das diferentes realidades observadas entre os diversos Parques Nacionais e seus entornos com relação aos resultados das políticas de turismo e de ecoturismo planejadas e postas em execução pelo Estado, objetivando o desenvolvimento da atividade turística nessas UCs. Observa-se na essência dos fatos que a distribuição espacial das atividades econômicas por todo o mundo, as quais, cada vez mais, independem das condições naturais, é resultado do papel que o espaço tem a cumprir na divisão regional e internacional do trabalho, e é determinada também por interesses de uma minoria privilegiada da população. Com relação ao turismo no Brasil não é diferente.

E, nesse sentido, o que ocorre com os espaços reservados à exploração com essa atividade econômica no país, como os Parques Nacionais nos quais o Estado estimula o processo de mercantilização das paisagens naturais, é explicado pelas mesmas razões. Desse modo, os fatores relacionados à viabilidade econômica, em lugar dos atributos das paisagens naturais dessas UCs, no final, determinam se as empresas, ou mesmo os prestadores de serviços turísticos individuais, devem desenvolver ou não projetos voltados para a exploração desses espaços de acumulação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o sistema do capital, este se configurou o mediador entre os homens, entre o homem e a sua própria vida e entre o homem e a natureza que lhe é exterior. A generalização do valor de troca, desse modo, foi a relação que se estabeleceu entre o homem, que é parte da natureza e que desta foi alienado, e a natureza. Assim sendo, a satisfação das necessidades do homem foi subordinada à sua condição de ser, ou não, possuidor de capital. E hoje, torna-se uma necessidade do capital um suposto retorno do homem à natureza.

Seguindo a lógica do capital, são efetivados por parte do Estado, sobretudo com a participação de representantes dos órgãos oficiais diretamente responsáveis pela gestão das UCs do SNUC e a promoção do turismo, o planejamento e o desenvolvimento de ações nesse sentido, assistindo-se à territorialização do capital com o desenvolvimento do ecoturismo nos Parques Nacionais, um processo observado de modo crescente nos últimos anos. Os representantes das comunidades dos entornos dessas UCs, dos setores da iniciativa privada envolvidos com a atividade turística e das ONGs envolvidas com as UCs são outros agentes do processo que, via de regra, participam desse planejamento.

E, confirmando a hipótese de que, sem desconsiderar as mudanças observadas com a ascensão de formas culturais pós-modernas, são as relações entre o Estado e o capital que definem o processo de mercantilização da paisagem natural com o desenvolvimento do ecoturismo nesses Parques Nacionais, observa-se que o Estado, desde sempre imprescindível para a perpetuação do sistema do capital, participa como elemento determinante do referido processo, atuando no sentido de estabelecer as condições necessárias para a realização do mesmo.

Além da própria criação de novas UCs dessa categoria, poder-se-ia destacar, entre tais condições estabelecidas com a política implementada pelo Estado nesse sentido, o desenvolvimento de ações visando ao ordenamento dessa atividade em seus Planos de Manejo ou Planos de Uso Público; a desapropriação prioritária de terras localizadas em seus limites nas quais existem atrativos turísticos naturais; o estabelecimento de inúmeras parcerias entre diferentes órgãos oficiais e entre estes e órgãos não oficiais para o planejamento e/ou execução de ações com esse intuito; a criação em seus limites e em seus entornos de parte da infraestrutura necessária ao desenvolvimento da atividade, e, ainda, a divulgação das suas paisagens naturais dotadas de grande beleza cênica e dos seus ricos ecossistemas.

Nesses Parques Nacionais criados e mantidos pelo Estado, desse modo, é institucionalizada a territorialização do capital turístico, sendo possível observar em diversas

UCs dessa categoria, bem como em seus entornos, diversas implicações da territorialização do capital com o desenvolvimento da atividade turística. Essas implicações puderam ser observadas nos Parques Nacionais da Tijuca, Aparados da Serra, Chapada dos Veadeiros, Foz do Iguaçu e Chapada Diamantina, visitados durante a realização da pesquisa de campo deste trabalho.

Poder-se-ia citar, a título de exemplo, entre os resultados da territorialização do capital com o desenvolvimento da atividade turística observados no interior dos Parques Nacionais, a criação, por parte sobretudo do Estado e, em alguns casos, por parte da iniciativa privada, de estruturas utilizadas por seus visitantes, como também a prestação de serviços por agentes do turismo. Mas vale ressaltar que a depender da UC, essas estruturas e serviços apresentam grandes diferenças. E assim, enquanto no interior de um dos Parques Nacionais visitados durante a pesquisa foi observada a presença de um hotel de alto padrão e a oferta de passeios de helicóptero e de lancha, em outra UC visitada não existia meio de hospedagem, bem como era proibido acampar, e o único serviço prestado ao turista era o de condutor de visitantes, cuja contratação era obrigatória. Ressalte-se, todavia, que nesse segundo Parque Nacional já é possível a realização de trilha com pernoite em área de acampamento e que os seus visitantes já estão desobrigados de contratar os serviços dos condutores de visitantes.

Já nos entornos dessas UCs poder-se-ia citar, a título de exemplo, entre as consequências da territorialização do capital com o desenvolvimento da atividade turística, o avanço de empreendimentos turísticos, sobretudo de meios de hospedagem e de alimentação, sobre áreas rurais e urbanas dos entornos dos Parques Nacionais, onde antes predominavam apenas outras atividades que não o turismo, uma transformação no espaço que apresenta singularidades a depender da UC, e que, obviamente, é seguida por mudanças na estrutura socioeconômica.

Nos entornos de todos os Parques Nacionais visitados durante a realização desta pesquisa, da mesma forma que nos entornos de tantas outras UCs dessa categoria, as transformações decorrentes do desenvolvimento da atividade turística nos Parques Nacionais são incontestáveis, existindo, inclusive, casos em que o turismo desenvolvido na UC é considerado a principal atividade econômica do município que lhe dá acesso e uma importante atividade para a economia de outros municípios do seu entorno. Mas, diferentemente do que ocorre nestes casos, nos entornos de outros Parques Nacionais nos quais não há atividade turística, ou esta é incipiente, as transformações se dão sem relação com essa atividade.

Uma vez observadas as mencionadas implicações da territorialização do capital com o desenvolvimento da atividade turística nos Parques Nacionais, faz-se necessário ressaltar que, sendo percebidos como paradoxos os fatos de a atividade turística constituir a única atividade produtiva admitida nos Parques Nacionais e a criação destes implicar a desapropriação dos seus moradores e no impedimento, em seus limites, da continuidade de tradicionais práticas produtivas e de lazer desses mesmos moradores e de moradores dos seus entornos, são comuns por parte de moradores do interior e dos entornos de diversas UCs dessa categoria manifestações de insatisfação com relação a sua criação e com relação ao seu uso por turistas e agentes de turismo.

Ademais, é necessário sublinhar que, não obstante grande parte dos Parques Nacionais constituírem, além de tradicionais territórios de várias práticas produtivas, tradicionais territórios de lazer dos seus moradores e das populações dos seus entornos, a abertura dos mesmos à visitação não garante que todos aqueles que desejam manter-se em contato com a natureza nessas UCs tenham essa aspiração satisfeita, haja vista o custo proibitivo que a satisfação desse desejo pode representar para uma parcela dos visitantes.

O que se observa, cada vez mais, com a crescente territorialização do capital nos Parques Nacionais e em seus entornos é a elevação desse custo. Este fato se reflete em uma elitização da visitação a essas UCs, com o aumento da presença de parcelas da população das grandes cidades com poder aquisitivo relativamente elevado, nas quais é mais enraizado o mito da natureza intocada.

Por certo, as despesas pagas por visitantes dos Parques Nacionais, por exemplo, com transporte, alimentação, hospedagem e guias, além das taxas de ingresso cobradas em alguns deles, participam como fatores impeditivos para o acesso das pessoas das classes mais pobres aos mesmos. Isto, sem considerar os preços pagos por inúmeros serviços e produtos oferecidos aos turistas que os visitam, como passeios diversos e lembranças do local. E é comum entre tal população que habita no entorno dessas UCs, bem como entre os trabalhadores de empreendimentos turísticos, como pousadas e restaurantes beneficiados pela presença dos Parques Nacionais, a afirmação de que não os conhecem ou não fazem uso dos mesmas para o lazer, em razão do seu custo. O que ocorre, mesmo não sendo necessário para essas pessoas, uma vez que residem nas proximidades da UC, pagar por alguns dos serviços utilizados por turistas, como transporte e hospedagem.

Mas a desigualdade quanto ao acesso das diferentes classes sociais a alguns Parques Nacionais e, ainda, aos serviços e produtos comercializados nestes é somente um dos aspectos que caracterizam a atividade turística desenvolvida nessas UCs e em seus entornos.

Outros problemas, a exemplo deste, comuns aos demais espaços de acumulação onde o capital é aplicado no desenvolvimento do turismo, relativos tanto à estrutura socioeconômica, quanto a questões ambientais, desses destinos turísticos, são observados nos Parques Nacionais e em seus entornos, a partir do surgimento e do crescimento dessa atividade nos mesmos.

Sob tais circunstâncias e mesmo não se percebendo em diversos Parques Nacionais e em seus entornos a exploração da força de trabalho com vistas à reprodução do capital a partir do ecoturismo, são desenvolvidas pelo Estado, nas diversas escalas espaciais, e sobretudo na escala federal, iniciativas que antecipam as condições necessárias para que, no futuro, quando for do interesse do capital, possa concretizar-se a mercantilização das suas paisagens e a transformação desses Parques Nacionais em territórios do ecoturismo. E, do ponto de vista defendido, a criação por parte do Estado das condições necessárias à mercantilização das paisagens naturais dos Parques Nacionais, servindo ao propósito de perpetuar a imperativa reprodução do capital, é mais uma das suas respostas a este, perante a ascensão de formas culturais pós-modernas e a emergência de modos mais flexíveis de acumulação.

É natural que neste sistema do capital, o Estado siga cumprindo seu papel garantidor do processo capitalista também no caso da implementação da atividade turística nos Parques Nacionais e ainda que sejam comuns teorias e discursos que pretendam demonstrar a possibilidade de conciliar os interesses das classes sociais no tocante ao desenvolvimento de tal atividade econômica nessas UCs. Entretanto, quando se analisa a questão a partir do que a realidade expressa, fica evidente que o que ocorre com relação à política posta em prática por órgãos oficiais como o MMA e o MTUR, com vistas a promover a mercantilização da paisagem natural com o desenvolvimento do ecoturismo nos Parques Nacionais, é a continuidade do conflito de interesses entre as classes sociais.

Tendo em vista as implicações para a produção do espaço e, por conseguinte, para o homem e a natureza que lhe é externa das ações determinadas por aquela classe social que detém poder econômico e político, é imperativo este conflito estar no centro das atenções de quem se ocupa em analisar a espacialidade dos fenômenos sociais e econômicos, como a mercantilização da paisagem natural, que é proposta pelo Estado para ser implementada nos Parques Nacionais. Afinal, esta classe social, que, usando o discurso do desenvolvimento sustentável, impõe a lógica capitalista, realiza as transformações pretendidas nos espaços onde faz os seus investimentos, para que estes espaços sirvam, antes de tudo, à reprodução do capital.

E, diante dos resultados da mediação do capital na relação homem-natureza, é imperativo propor a continuidade, sob um olhar crítico, da análise apresentada sobre os Parques Nacionais do SNUC, inclusive com a realização de estudos de caso sobre UCs dessa categoria com diferentes estágios de territorialização do capital turístico. Mesmo porque, conforme o que é planejado pelo Estado para as UCs dessa categoria, e ainda a despeito das questões relacionadas ao mercado, a produção do espaço observada no presente com o processo de mercantilização das paisagens naturais dos Parques Nacionais, a partir da territorialização do capital com o ecoturismo, encontra-se em curso, ou mesmo apenas se inicia.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Lorenzo. **Água na Fervura**. 2006. Disponível em: http://www.amigosdoitatiaia.org.br/smidia/a_fervura.html. Acesso em: 25 out 2012.

ALFREDO, Anselmo. A cidade capitalista: uma centralidade que impõe a descentralização. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odette C. de L. (org.). **O espaço no fim do século:** a nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 137-43.

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In: BOROM, Atilio A.; AMADEO, Jaier, GONZÁLEZ, Sabrina (org.). **A teoria marxista hoje:** problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006. p. 327-49.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000. 261 p.

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO ITATIAIA. **Ecoturismo**. 200-?a. Disponível em: http://www.amigosdoitatiaia.org.br/ecoturismo.htm. Acesso em: 25 out 2012.

_____. **Evolução**. 200-?b. Disponível em: http://www.amigosdoitatiaia.org.br/evolucao_NCI.htm Acesso em: 25 out 2012.

_____. **Relevância**. 200-?c. Disponível em: http://www.amigosdoitatiaia.org.br/relevancia_NCI.htm. Acesso em: 25 out 2012.

BASSO, Karen G. Furlan. **Políticas públicas do turismo em áreas naturais e evolução do conceito de ecoturismo no Brasil.** 2007. Disponível em: www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo51.pdf. Acesso em: 21 fev. 2012.

BESSA Paulo. **Tanto Mar.** 2006. Disponível em: http://www.amigosdoitatiaia.org.br/smidia/tanto_mar.html. Acesso em: 25 out. 2012.

BLOG – RIOXTREME TRAVEL AGENCY. **Rio de Janeiro birdwatching tours! Rare and exotic birds in Itatiaia National Park!** 2012a. Disponível em: http://blog.rioxtreme.com/xtremetours/rio-de-janeiro-birdwatching-tours-rare-and-exotic-birds-in-itatiaia-national-park. Acesso em: 11 abr. 2013.

_____. **Trilha do Pico das Agulhas Negras.** 2012b. Disponível em: <http://rioxtremecdn2.w3web.com.br/Images/fotos_tour/744_g.jpg>. Acesso em: 20 DEZ. 2012.

_____. **Trilha do Pico das Agulhas Negras**. 2013. Disponível em: http://blog.rioxtreme.com/tag/pico-das-agulhas-negras. Acesso em: 11 abr. 2013.

BOURSCHEIT Aldem. **Um plano para Veadeiros.** 2008. Disponível em: http://www.oeco.com.br/reportagens/19265-um-plano-para-veadeiros. Acesso em: 09 mar. 2013.

BRASIL. **Chapada dos Veadeiros ganha produtos turísticos sustentáveis**. 2012. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/04/03/chapada-dos-veadeiros-ganha-produtos-turisticos-sustentaveis. Acesso em: 25 out. 2012.

_____. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Decreto-Lei nº 337, de 16 de março 1938**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-337-16-marco-1938-350729-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 07 abr. 2013.

_____. **Decreto-Lei nº 1.035, de 10 de Janeiro de 1939**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1035-10-janeiro-1939-372797-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 14 de ago. 2012.

_____. **Decreto-Lei nº 1.713, de 14 de junho 1937**. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/itatiaia.pdf. Acesso em: 07 abr. 2013.

_____. **Decreto-Lei Nº 87.586 de 20 de setembro de 1982**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87586-20-setembro-1982-437906-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 09 abr. 2013.

_____. **LEI nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 20 jul. 2007.

_____. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR/IBAMA. Brasília, 1994. 48 p.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil**. Brasília. 2004a. Disponível em www.turismo.gov.br. Acesso em 09 set.2006.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: diretrizes operacionais**. Brasília, 2004b. 61 p.

_____. **Programa Turismo nos Parques**. 2008. Disponível em: www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que.../revistafinal.pdf. Acesso em: 30 jul. 2011.

BRUHNS, Heloisa. O ecoturismo e o mito da natureza intocada. **Acta Scientarum Human and Social Sciences**. 2010. Disponível em: http://www.thefreelibrary.com/O+ecoturismo+e+o+mito+da+natureza+intocada.-a0243635563. Acesso em: 05 dez. 2011.

CÂNDIDO, Leonardo. **Esclarecimento sobre resposta dada no questionário** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: merciacarmelita@superig.com.br em: 23 abr. 2013.

CÂNDIDO, Luciane Aparecida. **Turismo em áreas naturais protegidas**. Caxias do Sul: Educs, 2003. 303p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da "geografia abstrata" à "geografia concreta" In: **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer. MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, geográfico Márcia da (orgs). Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009. p. 73-90.

CATARATAS DO IGUAÇU S.A. **Helisul Panoramic Flights.** 201-?a Disponível em: <http:// www.cataratasdoiguacu.com.br/portal/paginas/71-helisul-panoramic-flights.aspx>. Acesso em: 27 JUN 2013.

_____. **Hotel das Cataratas.** 201-?b Disponível em: <http://www.cataratasdoiguacu.com.br/portal/paginas/22-hotel-das-cataratas.aspx>. Acesso em: 27 JUN 2013.

_____. **Mapa Turístico do Parque Nacional.** 20--. Disponível em: <http://www.cataratasdoiguacu.com.br/portal/paginas/41-cataratas-do-iguacu-mapa-do-parque.aspx>. Acesso em: 20 JAN.2012.

_____. **Sítio Institucional.** 201-?c Disponível em: <http:// www.cataratasdoiguacu.com.br>. Acesso em: 27 JUN 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo:Xamã, 1996. 335 p.

_____. **As origens comuns da crise econômica e da crise ecológica**. 2009. Disponível em: http://oolhodahistoria.org/n13/artigos/chesnais.pdf. Acesso em: 10 mar. 2010.

CLICKFOZ. **Cataratas do Iguaçu são confirmadas como uma das 7 Maravilhas da Natureza**. 2012. Disponível em: http://www.clickfozdoiguacu.com.br/foz-iguacu-noticias/cataratas-do-iguacu-sao-confirmadas-como-uma-das-7-maravilhas-da-natureza. Acesso em: 21 abr. 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987. 91 p.

CRESPO, Samyra; CARNEIRO, Leandro Piquet. **Perfil Sócio-demográfico-ambiental e Identificação das Demandas do Entorno: pesquisa com lideranças.** In: FBDS. Cadernos FBDS 3: O Parque Nacional do Itatiaia. 2000. p. 73-92.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Planejamento governamental do turismo**: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. **América Latina: cidade, campo e turismo.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 337-50.

_____. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.167 p.

DANTAS, Gilson. Marxismo e ecologia: uma relação dialética. In: SILVA, Michel Goulart da (Org.). **Marxismo e natureza:** ecologia, história e política. Pará de Minas, MG: Editora VirtualBooks, 2010. p. 70-118.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238 p.

DECCA, Edgar Salvadori de. E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas. In: BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). **Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes**. São Paulo: Chronos, 2002. p. 57-74.

DAVID, Ion. **Cadeias Produtivas e Parques Nacionais.** 2011. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/salao/nucleo_conhecimento/Programacao_20

11/Download_Apresentacoes/Ion_David_Travessia_EcoturismoxAutorizadox.pdf>. Acesso em: 05 MAI.2012.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Portaria Interministerial Nº 171, de 22 de maio 2009**. 2009. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/diarios/676306/pg-79-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-05-2009. Acesso em: 25 de mai. 2010.

_____. **Portaria Interministerial Nº187, de 6 de junho de 2006**. 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/882ADABA/PortariaComissaoPNAP.pdf. Acesso em: 14 de jan. 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos. Desenvolvimento sustentado, gerenciamento geoambiental e o de recursos naturais. **Cadernos Fundap**. São Paulo – Ano 9 – Nº 16 – p. 33-45 – jun/1989.

_____. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloísa Turini (orgs.). **Viagens à natureza**: Turismo, cultura e ambiente. Campinas, SP : Papirus, 1997. p. 85-102.

ECOVIAGENS. **Parque Nacional do Itatiaia. Para todas a idades, para toda família!** 2010. Disponível em: <http://ecoviagem.uol.com.br/blogs/naiana-natureza/viagens-nacionais/parque-nacional-do-itatiaia-11966.asp>. Acesso em: 25 Mar.2011.

EMBRATUR. **Estudo sobre o turismo praticado em ambientes naturais: relatório final**. 2002. Disponível em : www.dadosefatos.**turismo**.gov.br/.../relatorioparques_29_06_06.pdf. Acesso em: 29 nov 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo; Centauro, 2004. 191 p.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento sustentável — antinomias de um conceito. **Raízes.** Vol. 21, Nº 02, jul.–dez./2002. Disponível em: www.ufcg.edu.br/~**raizes**/artigos/Artigo_73.pdf. Acesso em: 10 nov. 2011.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. **Revista Crítica Marxista**. Campinas/SP, 2001. Disponível em http://www.unicamp.br/. Acesso em: 14 fev. 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Em Itatiaia, 'frio alpino' é preservado em tríplice divisa**. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/turismo/946524-em-itatiaia-frio- alpino-e-preservado-em-triplice-divisa.shtml>. Acesso em: 15 DEZ.2011.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 418 p.

_____. Em defesa da história (Posfácio). In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (org.). **Em defesa da História**: marxismo e pós-modernismo. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999a. pp. 196-206.

_____. Marx e o meio ambiente. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (org.). **Em defesa da História**: marxismo e pós-modernismo. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999b. pp. 161-174.

GADM. **Database of Global Administrative Areas**. JAN.2012. Disponível em: <http://www.gadm.org/country>. Acesso em: 20 JUL.2012.

GASTÓN, Jordi; CAÑADA, Ernest. **O turismo e seus mitos**. 1ª ed. Managua: Enlace, 2007. 20 p. Disponível em: http://www.fundacionluciernaga.org/download/comic.pdf. Acesso em: 13 abr. 2009.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. O conceito marxista de mobilidade do trabalho ; Mobilidade do trabalho e produção de mais-valia. In: _____. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Lisboa: editorial Estampa, 1977. pp. 181-261.

GAZETA DO IGUAÇU. **Há 122 anos, era instalada a Colônia Militar do Iguaçu.** 2011?. Disponível em: <http://www.gazeta.inf.br/caderno1/ha-122-anos-era-instalada-a-colonia-militar-do-iguacu/>. Acesso em: 08 FEV.2012.

GORINI, Ana Paula Fontenelle et al. **Concessão de serviços e atrativos turísticos em áreas naturais protegidas:** o caso do Parque Nacional do Iguaçu. 2006. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2406.pdf. Acesso em: 20 fev. 2012.

GUANAES, Senilde Alcântara. **Meu quintal não é parque**!: Populações locais e gestão ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA. 2006. 337 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 251 p.

_____. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2002. 349 p.

IBAMA. **Programa de uso público e ecoturismo em parques nacionais**: **oportunidade de negócios**. 2000?. Disponível em: <http:// www.ibama.gov.br/revista/apresentacao.htm>. Acesso em: 04 fev. 2007.

HOTEL DAS CATARATAS. **Sítio do Hotel das Cataratas – Iguassu Falls.** 201-? Disponível em: <http://www.hoteldascataratas.com.br/web/ogua_pt/photo_tour.jsp>. Acesso em: 27 JUN 2013.

IBAMA, FUPEF. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu. Encarte 5 - Contexto Regional.** 1999. Disponível em: http://www.cataratasdoiguacu.com.br/manejo/siuc/planos_de_manejo/pni/html/encarte5/texto.htm. Acesso em: 10 fev. 2013.

IBGE. **Biomas do Brasil**. SET. 2005. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/shapes/biomas>. Acesso em: 20 MAI.2013.

_____. **Cadastro de localidades selecionadas.** 2010. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/localidades/>. Acesso em: 04 AGO.2013.

_____. **Cidades@ - Informações sobre municípios brasileiros**. 2013. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 24 OUT.2013.

_____. **Unidades da Federação e Municípios brasileiros**. 2007. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2007/escala_2500mil/proj_geografica_sirgas2000/>. Acesso em: 20 MAR.2012.

ICMBIO. **Anavilhanas ganha plano emergencial de visitação**. 2009a Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=74203. Acesso em: 25 nov. 2012.

_____. **Anavilhanas lança mapa e painel turístico**. 2012a. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=112482. Acesso em: 25 nov. 2012.

_____. **Chapada dos Veadeiros passará a oferecer opção de caminhada em trilhas sem a obrigatoriedade de contratação de guia**. 2013a. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/3606-chapada-dos-veadeiros-passara-a-oferecer-opcao-de-caminhada-em-trilhas-sem-a-obrigatoriedade-de-contratacao-de-guia.html. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. **Contratos de concessão atualmente em vigor nos parques nacionais**. 2012?a Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/concess%C3%B5es.pdf. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. **Copa 2014: os parques da copa 2014**. 201-. Disponível em**:** http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/copa-2014.html. Acesso em: 08 out. 2012.

_____. **Crescimento da Visitação nas Unidades de Conservação Federais**. 2012?b. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/CRESCIMENTO%20VISITAÇÃO.pdf. Acesso em: 01 out. 2012.

_____. Dos 69 parques nacionais, 26 estão oficialmente abertos ao turismo. 2012b. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral5/3280-dos-69-parques-nacionais-26-estao-oficialmente-abertos-ao-turismo.html**.** Acesso em: 10 set. 2012.

_____. **Em 4 anos ICMBIO já regularizou 9,6 milhões de hectares de UCs.** 2011a. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-geral/2149-regularizacao-fundiaregularizacao-fundria-das-unidades-de-conservacao-processo-em-franca-construcao.html. Acesso em: 09 dez. 2011.

_____. **Em entrevista, analista do ICMBIO fala sobre o recém-criado Parque Nacional de Furna Feia**. 2012c. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/3177-em-entrevista-analista-do-icmbio-fala-sobre-o-recem-criado-parque-nacional-de-furna-feia.html. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. **Estação Ecológica Anavilhanas vira Parque Nacional**. 2008. Disponível em: http://uc.socioambiental.org/noticia/estacao-ecologica-anavilhanas-vira-parque-nacional. Acesso em: 25 nov. 2012.

_____. **ICMBIO lança roteiro para manejo de impactos da visitação durante CONATUS 2011.** 2011b. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-geral/2307-icmbio-lanca-roteiro-para-manejo-de-impactos-da-visitacao-durante-conatus-2011.html. Acesso em: 09 dez. 2011.

_____. **Instituto desapropria 138 mil hectares e acelera regularização fundiária das UCs.** 2012d. Disponível: <http://www.icmbio.gov.br/portal/component/jnews/mailing/view/listid-1/mailingid-63/listype-1/Itemid-999.html>. Acesso: 08 out.2012.

_____. **Itatiaia terá reforma no abrigo e construção de um novo hotel**. 2013b. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/3634-itatiaia-tera-reforma-no-abrigo-reboucas-e-a-construcao-de-um-novo-hotel.html. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. **Lançados editais de terceirização de serviços turísticos em três parques nacionais**. 2010a. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=81809. Acesso em: 07 jun. 2010.

_____. **Minc anuncia medidas para estruturar unidades de conservação**. 2008b. Desponível em: http://uc.socioambiental.org/es/noticia/minc-anuncia-medidas-para-estruturar-unidades-de-conservacao. Acesso em: 10 jan. 2010.

_____. **Operação Poraquê apreende gerador de energia no Parque Montanhas do Tumucumaque**. 2009b. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=63822. Acesso em: 25 fev. 2013.

_____. **Parque do Pico da Neblina vai inaugurar nova sede com exposição de fotos e ritual** indígena. 2009c. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=77030&id_pov=32. Acesso em: 27 set. 2012.

_____. **Parque Nacional do Itatiaia. Guia do Visitante**. 200-?a. Disponìvel em: http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/guia-do-visitante.html. Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. **Parque Nacional do Itatiaia. Quem somos**. 200-?b. Disponìvel em: http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/quem-somos.html. Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. Parque que abriga o Dedo de Deus celebra 70 anos com várias novidades. 2009d. Disponível em: http://uc.socioambiental.org/noticia/parque-que-abriga-o-dedo-de-deus-celebra-70-anos-com-varias-novidades. Acesso em: 08 mar. 2013.

_____. **Plano de Manejo é aprovado após 5 anos de trabalho**. 2009e. Disponível em: http://uc.socioambiental.org/noticia/plano-de-manejo-e-aprovado-apos-5-anos-de-trabalho. Acesso em: 03 fev. 2012.

_____. **Previsão de novas delegações de serviços de apoio à visitação**. 2012?c. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/delega%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. **Ranking Visitação 2011.** 2012?d. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/parques%20ranking.pdf. Acesso em: 19 out. 2012**.**

_____. **UBAJARA: Grutas, cachoeiras e teleférico em plena caatinga**. 2010b. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=81775. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. **Um dia de muito sol e trabalho no Parque Nacional da Tijuca**. 2009f. Disponível em: http://uc.socioambiental.org/noticia/um-dia-de-muito-sol-e-trabalho-no-parque-nacional-da-tijuca. Acesso em: 03 out. 2012.

_____. **Parque da Ilha Grande demole casas de veraneio**. 2012e. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-geral/3539-parque-nacional-da-ilha-grande-retira-imoveis-ilegais.html. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia destaca o Uso Público**. 2012f. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/2676-plano-de-manejo-do-parque-nacional-do-itatiaia-destaca-o-uso-publico.html. Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. **"Queremos chegar a 8 milhões de visitantes/ano em 2016"**. 2012g. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-geral/3277-queremos-chegar-a-8-milhoes-de-visitantesano-em-2016.html. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. **Unidades de Conservação Federais do Brasil**. 2012h. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/Planilha_editada_versão_com_municipios_2012.pdf. Acesso em: 06 set. 2012.

_____. **Visitação nas unidades de conservação cresceu 17 % em 2011**. 2012i. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/2518-visitacao-nas-unidades-de-conservacao-cresceu-17-em-2011. Acesso em: 03 fev. 2012.

INPE. **Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil.** 2008. Folha 22S_45. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/topodata/>. Acesso em: 06 JUN.2013.

JORNAL LOCAL. **Ministro derruba barracos na Floresta da Tijuca e anuncia convênio para revitalizar o parque**. 2009. Disponível em: http://jornalocal.com.br/site/meio-ambiente/arquivo-5306/. Acesso em: 20 fev. 2013.

JORNAL HOJE. **Belezas naturais atraem turistas para Parque Nacional do Itatiaia**. 2013. Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/05/belezas-naturais-atraem-turistas-para-parque-nacional-do-itatiaia.html. Acesso em: 11 mai. 2013.

LIMA, Lucas Gama. A renda da terra. **Geonordeste**. 2009. Disponível em: http://200.17.141.110/pos/geografia/geonordeste/index.php/GeoNordeste/article/view/30/pdf. Acesso em: 03 set. 2011.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papiros, 2002. 224 p.

KRAMER, Randall; LANGHOLZ Jeff; SALAFSKY, Nick. O papel do setor privado no estabelecimento e manejo de áreas protegidas. In: TERBORGH et al. (Orgs.). **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. 1. ed. rev. Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002. p. 363-80

LEEF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 343 p.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 145 p.

LIMA, Maria Lúcia Costa. (Eco)turismo em Unidades de Conservação. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.) **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 71-87.

LOBO, Felipe. **Parabéns, Itatiaia**. 2009. Disponível em: http://pnitatiaia.wordpress.com/2009/03/10/pela-integridade-do-parque-nacional-do-itatiaia/. Acesso em: 20 set. 2012.

LOES, João. **Santuário ameaçado**. 2009. Disponível em: http://pnitatiaia.wordpress.com/2009/03/10/pela-integridade-do-parque-nacional-do-itatiaia/. Acesso em: 20 set. de 2012.

MACUCO SAFARI. **Arvorismo**. 201-?a. Disponível em: <http://www.macucosafari.com.br/br/canion-iguacu/arvorismo>. Acesso em: 25 JUN 2013.

_____. **Conheça o passeio mais fascinante das Cataratas do Iguaçu**. 201-?b. Disponível em: <http://www.macucosafari.com.br/br/macuco-safari>. Acesso em: 25 Jun. de 2013.

_____. **Cânion Iguaçu**. 201-?c. Disponível em: <http://www.macucosafari.com.br/br/canion-iguacu/canion-iguacu>. Acesso em: 25 JUN 2013.

_____. **Rafting**. 201-?d. Disponível em: <http://www.macucosafari.com.br/br/canion-iguacu/rafting>. Acesso em: 25 JUN 2013.

_____. **Rapel**. 201-?e. Disponível em: <http://www.macucosafari.com.br/br/canion-iguacu/rapel>. Acesso em: 25 JUN 2013.

_____. **Trilha Poço Preto**. 201-?f. Disponível em: <http://www.macucosafari.com.br/br/macuco-ecoaventura/trilha-poco-preto>. Acesso em: 25 Jun. de 2013.

MADUREIRA, Helena. **Paisagem urbana e desenvolvimento sustentável:** apontamentos sobre uma estreita relação entre geografia, desenvolvimento sustentável e forma urbana. Portugal, 2005. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X-_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/062.pdf. Acesso em: 21de nov. de 2011.

MAGRO, Teresa Cristina; VIEIRA, Valéria M. Freixêdas. **Uso Público no Parque Nacional do Itatiaia**: parte I: caracterização do uso público. In: FBDS. Cadernos FBDS 3: O Parque Nacional do Itatiaia. 2000a. p. 93-118.

_____. **Uso Público no Parque Nacional do Itatiaia**: parte II: resultado das avaliações de impacto. In: FBDS. Cadernos FBDS 3: O Parque Nacional do Itatiaia. 2000b. p. 119-146.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**, 1º capítulo: seguido das teses sobre Feuerbach / MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro. 2002. 119 p.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**, 1º capítulo: seguido das teses sobre Feuerbach / MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro. 2002. 119 p.

_____. Debates acerca da Lei sobre o Furto de Madeira. Partes I, II, III, IV e V. In: MÜNCHEN, Emil Asturig von (Org.). **Karl Marx e Friedrich Engels sobre o direito e o Estado, os juristas e a justiça**. Fev. 2007. Disponível em: HTTP://www.scientific-socialism.deKMFEDireitoCapa.htm. Acesso em: 12 fev. 2010.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004a. 175 p.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant' Anna. Livro I, volume 1, 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004b. 571 p.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant' Anna. Livro I, volume 2, 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988. 350 p.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant' Anna. Livro III, volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1974. 381 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Tradução de Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2004. 65 p.

MEDEIROS, R.. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 44p.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C.E.F. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011**.** 120p.

MENSAGEIRO. **Parque Nacional do Iguaçu já teve moradores**. Marinconta esta história. 2011. Disponível em: http://www.jornalmensageiro.com/materia.php?id=6053. Acesso em 20 ago. 2013.

MERCADANTE, Maurício. **Depoimento: avanços e retrocessos pós SNUC.** 2010?. Disponível em: http://uc.socioambiental.org/print/12333. Acesso em: 23 set. 2012.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006. 296 p.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. Tradução de Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 396 p.

_____. **O Século XXI**: socialismo ou barbárie? Tradução de Paulo Cezar Castanheira, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 116 p.

_____. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1102 p.

MINC, Carlos. **Defesa do Parque Nacional de Itatiaia: ecologia, turismo e patrimônio**. 2006. Disponível em: http://www.amigosdoitatiaia.org.br/smidia/arquivos/Carta%20Carlos%20Minc%2013.03.06%20-%20Alerj.pdf. Acesso em: 25 out. 2012.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Parques reestruturados para Copa**. 2011. Disponível em:< http://www.esporte.gov.br/ascom/noticiaDetalhe.jsp?idnoticia=6768>. Acesso em: 10 out. 2012.

MMA/CNUC. **Unidades de Conservação do Brasil.** 201-?. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>. Acesso em: 03 MAI.2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Governo assina acordo para viabilizar projetos de PPP em Unidades de Conservação**. 2011. Disponível em: http://www.mma.gov.br/informma/item/7357-governo-assina-acordo-para-viabilizar-projetos-de-ppp-em-unidades-de-conservacao. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. **Governo investirá R$ 28 milhões nos parques nacionais**. 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/informma/item/5063-governo-investira-r-28-milhoes-nos-parques-nacionais. Acesso em: 13 fev. 2009.

_____. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/areas-protegidas/category/51-unidades-de-conservacao >. Acesso em: 25 jul. 2012.

_____. **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. 2011?. Disponível em: http://www.mma.gov.br/publicacoes/areas-protegidas/category/51-unidades-de-conservacao. Acesso em: 25 jul. 2012.

_____. **Pilares para a Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/publicacoes/areas-protegidas/category/51-unidades-de-conservacao. Acesso em: 21 fev. 2011.

_____. **Sistema Nacional de Unidades Conservação – SNUC.** 2000?. Disponível em: http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc. Acesso: 10 nov.2012.

_____. **Tabela consolidada das Unidades de Conservação**. 2012. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protegidas/cadastro_uc/UCs%20consolidadas%20esfera%20de%20gestao%204.pdf. Acesso em 06 mar. 2013.

_____. **Unidades de Conservação por Bioma**. 2012b. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protegidas/cadastro_uc/UCs%20consolidadas%20por%20bioma%20e%20categoria%204.pdf. Acesso em 06 mar. 2013.

_____. **Usos Permitidos**. 2010?. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/usos-permitidos>. Acesso em: 31 jul. 2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico de Turismo – 2011**. 2011. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html. Acesso em: 01 de nov. de 2011.

_____. **Dados do turismo brasileiro**. 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html. Acesso em: 28 de nov. de 2011.

_____. **Estudo da demanda do turismo internacional no Brasil**. 2011b. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html. Acesso em: 30 de nov. de 2011.

_____. **Fomento ao turismo em parques nacionais e entorno: manual de orientações metodológicas**. 2011c. Disponível em: Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Manual_Orientacoes_Metodologicas_Fomento_ao_Turismo_em_Parques_e_Entorno.pdf. Acesso em: 29 nov. 2011.

_____. **Parques nacionais receberão 'kit' de infraestrutura**. 2013. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20131128-1.html. Acesso em: 30 de nov. 2013.

_____. **Relatório final. Vivências Brasil**: aprendendo com o turismo nacional 2008/2009. Foz do Iguaçu – ecoturismo em Unidades de Conservação. 2008. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/qualificacao_equipamentos/galeria_qualificacoees_equipamentos/Relatorio_Iguacu.pdf. Acesso em: 22 set. 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A geografia humana como história territorial. In: _____. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002a, p. 45-60.

_____, Antonio Carlos Robert. Localismo e isolamento: uma reflexão sobre o turismo e as populações tradicionais. In: BARRETTO, Margarita; TAMANINI, Elizabete (org.). **Redescobrindo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002b. p. 101-110.

_____; COSTA, Wanderley M. da. **Geografia Crítica**: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1999. 196 p.

MOYSÉS RODRIGUES, Arlete. A abordagem ambiental unifica as geografias? In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (orgs). **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009. p. 167-80.

_____. **Problemática Ambiental = Agenda Política - Espaço, território, classes sociais**. 2005. Disponível em : http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/rodrigues_probl_ambiental.pdf. Acesso em: 22 fev. 2013.

NATURAL EARTH. **Natural Earth I with Shaded Relief**. 201-?. Disponível em: <http://www.naturalearthdata.com/downloads/10m-natural-earth-1/natural-earth-1-with-shaded-relief/>. Acesso em: 10 Set. 2013.

O BLOG DE FOZ. **Memória de Foz do Iguaçu: Parque Nacional do Iguaçu**. 2010. Disponível em: http://blogdefoz.blogspot.com.br/2010/05/memoria-de-foz-do-iguacu-parque.html. Acesso 13 ago. 2013.

_____. **Parque Nacional do Iguaçu antes da Concessão: lembranças**. 2009. Disponível em: http://blogdefoz.blogspot.com.br/2009/02/parque-nacional-do-iguacu-antes-da.html. Acesso 13 ago. 2013.

_____. **Parque Nacional do Iguaçu antes da Concessão: lembranças II**. 2009b. Disponível em: http://blogdefoz.blogspot.com.br/2009/05/blog-post.html. Acesso 13 ago. 2013.

O GLOBO. **Hoteleiros de Itatiaia propõem TAC com Ibama.** 2006. Disponível em: http://uc.socioambiental.org/noticia/hoteleiros-de-itatiaia-propoem-tac-com-ibama. Acesso em: 20 set. 20012.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas: Editora Alínea, 2005. 159 p.

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. **Projeto memórias das Cataratas**. 2009. Disponível em: http://projetomemoriadascataratas.wordpress.com/. Acesso em: 13 abr. 2013.

PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA. **Esclarecimentos sobre a proposta de desmembramento de área do Parque Nacional do Itatiaia**. 2010. Disponível em: http://pnitatiaia.wordpress.com/2009/03/10/pela-integridade-do-parque-nacional-do-itatiaia/. Acesso em: 20 set. 2012.

_____. **Redução do Parque Nacional do Itatiaia e transformação da sua parte baixa em Monumento Natural**. 2009. Disponível em: http://pnitatiaia.wordpress.com/2009/03/10/pela-integridade-do-parque-nacional-do-itatiaia/. Acesso em: 20 set. 2012.

PEGURIER, Eduardo. **Entrada Proibida**. 2006. Disponível em: http://www.amigosdoitatiaia.org.br/smidia/entrada_proib.html. Acesso em: 25 out. 2012.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002. 272 p.

PORTAL FOZ DO IGUAÇU. **Diretor-geral Brasileiro de Itaipu anuncia duplicação da BR-469.** 2013. Disponível em: <http://www.portalfoz.com.br/noticia.php?id=645>. Acesso em: 05 MAI 2013.

PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU. **A Lenda das Cataratas**. 2013. Disponível em: http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/722/748/A-Lenda-das-Cataratas. Acesso em: 21 abr. 2013.

_____. **Cronologia Histórica do Município**. 2006? Disponível em: http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/984/1009/Cronologia-da-Historia. Acesso em: 20 ago. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA. **Funcionários da Secretaria de Turismo recebem capacitação no Parque Nacional do Itatiaia.** 2013a. Disponível em: http://www.itatiaia.rj.gov.br/. Acesso em: 01 mai. 2013.

_____. **Moradores de Itatiaia têm 90% de desconto na entrada do Parque Nacional**. 2013b. Disponível em: http://www.itatiaia.rj.gov.br/noticia/218/moradores-de-itatiaia-tem-90--de-desconto-na-entrada-do-parque-nacional. Acesso em: 10 mai. 2013.

_____. **Município de Itatiaia e destinos turísticos.** 2013c. Disponível em: <http://www.itatiaia.rj.gov.br/video/15/%20municipio-de-itatiaia-e- destinos-turisticos-2013-03-26>. Acesso em: 25 Abr. 2013.

PROJETO MEMÓRIA DAS CATARATAS. **Resgate do Passado Preservando Nossa História de Amor à Natureza**. 2010-2012. Disponível em:<http://projetomemoriadas cataratas.wordpress.com/>. Acesso em: 15 DEZ.2012.

PROST, Catherine. O falso consenso sobre a defesa do meio ambiente. In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. (orgs). **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009. p.181-200.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Tradução de Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 155 p.

RICHTER, Monika et al. (200-?) **O uso de produtos de sensoriamento remoto como suporte ao planejamento e gestão do Parque Nacional do Itatiaia.** Disponível em: http://www2.sorocaba.unesp.br/professor/robertow/Arquivos%202011/SR_2011/Artigo%20SR%201.pdf. Acesso em: 22 mai. 2013.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo e espaço:** rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997. 158 p.

SALAMUNI, R. et al. **Parque Nacional do Iguaçu, PR:** Cataratas de fama mundial. In: Schobbenhaus, C. et al (Edits.). Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. 1. ed. Brasilia: DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2002. v. 01: 313-321. Disponível em: http://www.unb.br/ig/sigep/sitio011/sitio011.pdf. Acesso em: 28 de ago 2012.

SALGADO, Lúcia Helena (Coord.) **Organização Industrial do Turismo**. 2007. Disponível em: www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/OI**Turismo**.pdf. Acesso em: 07 jul 2012.

SANTANA, Paola Verri de. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odette C. de L. (org.). **O espaço no fim do século:** a nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 177-89.

SANTOS, Ângelo A. dos; ZIKAN, Carlos Eduardo. Descrição Geral do Parque Nacional do Itatiaia. In: **O Parque Nacional de Itatiaia**. Rio de Janeiro: Cadernos FBDS, abril de 2000. P. 93-119. Disponível em: http://www.fbds.org.br/IMG/doc-15.pdf. Acesso em: 22 de jul. de 2011.

SANTOS FILHO, João dos. Espelho da história: o fenômeno turístico no percurso da humanidade. **Revista Espaço Acadêmico**. Julho/2005. Disponível em: http://www.espacoacademico. com.br/. Acesso em: 23 dez. 2005.

_____. O turismo em nossa latinidade: uma nova forma de colonização (I) **Revista Espaço Acadêmico**. Setembro/2002. Disponível em: http://www.espacoacademico. com.br/. Acesso em: 23 dez. 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec. 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico–científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1998. 189 p.

SCARIM, Paulo Cesar. A "rara" propriedade. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odette C. de L. (org.). **O espaço no fim do século:** a nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 172-76.

SEIXAS, Lara Luciana Leal. **Memória dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu: as fronteiras do cotidiano em terras (i) legais?** 2012. Disponível em: http://tede.unioeste.br/tede/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes%5B%5D=981&processar=Processar. Acesso em: 20 ago. 2013.

SEIXAS, Lara Luciana Leal. **Memória e identidade dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu**. 2012?. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=170&Itemid=171&limitstart=100. Acesso em: 20 ago. 2013.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloísa Turini (orgs.). **Viagens à natureza**: Turismo, cultura e ambiente. Campinas, SP : Papirus, 1997. p. 103-24.

SILVA, Josilene H. da; MAIA, Fabiana B. de A. O Turismo no Parque Nacional do Catimbau: avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 10, nº 02. p. 204 – 220, mai/ago. 2008. Disponível em: www.univali.br/revistaturismo. Acesso em: 05 out. 2012.

SILVA, Marina. **SOS para o Itatiaia**. 2009. Disponível em: http://pnitatiaia.wordpress.com/2009/03/10/pela-integridade-do-parque-nacional-do-itatiaia/. Acesso em: 20 set. 2012.

SKYSCRAPERCITY. **As 80 Maiores Cidades do Paraná.** 2008. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=704562>. Acesso em: 15/03/2012.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250 p.

TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. **Movimento ambientalista e modernidade**: sociabilidade, risco e moral. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001. 226 p.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá. **Fundamentos geográficos do turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 163 p.

TERBORGH, John; PERES, Carlos A. O problema das pessoas nos parques. In: TERBORGH et al. (Orgs.). **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. 1. ed. rev. Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002. p. 334-46.

TERBORGH, John; SCHAIK, Carel Van. Por que o mundo necessita de parques. In: TERBORGH et al. (Orgs.). **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. 1. ed. rev. Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002. p. 25-36.

TERRINHA DAS ÁGUAS FOZ. **Foz dos tempos idos mas não esquecidos.** 20--. Disponível em: <http://terrinhadasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/>. Acesso em: 07 DEZ 2012.

TESIN, Renata Campos (Og.). **Foz do Iguaçu:** Terra das Cataratas. Suplemento do Município: História e Geografia. 2001.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia de Letras, 2010, p.537.

TORNIERI, Sandra et al. **Parque Nacional do Iguaçu: contribuição das práticas de gestão estratégica de pessoas para a redução de barreiras internas à implementação da orientação para o mercado**. 2012. Disponível em: http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/3382/2406. Acesso em: 23 mai. 2013.

URBAN, Teresa. **Parque Nacional do Iguaçu:** caminho aberto para a vida. Curitiba: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, Rede Verde de Informações Ambientais, 2002.

VENCATTO, Rudy Nick. **“Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato”: memórias dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu**. 2010. Disponível em: http://tede.unioeste.br/tede//tde_arquivos/6/TDE-2011-02-13T182327Z-523/Publico/Rudy_Nick_Vencatto.pdf. Acesso em: 20 ago. 2013.

VENCATTO, Rudy Nick. **Memórias Silenciadas: desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (sudoeste do Paraná 1974-2009)**. 2009. Disponível em: http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/520.pdf. Acesso em: 20 ago. 2013.

VIEITEZ Cândido Giraldez. Marx, o trabalho e a evolução do lazer. In: BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). **Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes**. São Paulo: Chronos, 2002. p. 123-48.

VAN SCHAIK, Carel; TERBORGH, John; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu. Fazendo os parques funcionarem: passado, presente e futuro**.** In: TERBORGH et al. (Orgs.). **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. 1. ed. rev. Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002. p. 501-14.

XAVIER, Herbe. Educação ambiental: caminho para a sustentabilidade ecológica no turismo. In: BARRETTO, Margarita; TAMANINI, Elizabete (org.). **Redescobrindo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p. 71-91.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS CHEFES DOS PARQUES NACIONAIS DO SNUC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

QUESTIONÁRIO

Identificação:

Nome do Parque Nacional: _____

Nome do Chefe do Parque Nacional: _____

Questões:

1- O Parque Nacional possui Plano de Manejo?
   ( ) Sim ( ) Não
2- O que o Plano de Manejo estabelece a propósito da visitação ou da atividade turística no PN?

_____

3- O PN está oficialmente aberto para visitação?
   ( ) Sim ( ) Não
4- O Parque Nacional recebe visitantes?
   ( ) Sim ( ) Não
5- O Parque Nacional realiza o controle da visitação?
   ( ) Sim ( ) Não
6- Qual foi o número de visitantes do Parque Nacional registrado nos anos de:
   2000: _____
   2001: _____
   2002: _____
   2003: _____
   2004: _____
   2005: _____
   2006: _____

2007: _____

2008: _____

2009: _____

2010: _____

2011: _____

Observações:

_____

7- Quais características se destacam na atividade turística do Parque Nacional?

( ) Presença de visitantes locais

( ) Presença de visitantes de outros estados

( ) Presença de visitantes de outros países

( ) Presença de visitação sem acompanhamento de condutores ou guias

( ) Trabalho de guias autônomos

( ) Trabalho de condutores treinados para atuar no PN

( ) Trabalho de guias vinculados a empresas

( ) Atuação de empresas turísticas locais

( ) Atuação de empresas turísticas de outros estados

( ) Atuação de empresas turísticas de outros países

Observações:

_____

8- Qual (is) modalidade (s) de turismo é (são) praticada (s) com maior frequência no Parque Nacional?

( ) Turismo convencional

( ) Ecoturismo

( ) Turismo de aventura

( ) Turismo ecológico

( ) Outro. Qual?

_____

9- Quais atividades são praticadas pelos visitantes do PN?

( ) Observação da natureza

( ) Caminhadas em trilhas

( ) Caminhadas em trilhas com pernoite

( ) Banhos em rios, poços ou cachoeiras

( ) Escaladas

( ) Rapel

( ) Exploração de cavernas

( ) Arvorismo

( ) Tirolesa

( ) Ciclismo

( ) Cavalgada

( ) Voo livre (parapente ou asa delta)

( ) Balonismo

( ) Canoagem

( ) Rafting

( ) Flutuação

( ) Boia cross

( ) Mergulho com uso de máscara e snorkel

( ) Mergulho com uso de cilindro de ar

( ) Outras. Quais?

_____

10- Quais equipamentos voltados aos visitantes são encontrados no Parque Nacional?

( ) Bilheteria

( ) Centro de Visitantes

( ) Estacionamento

( ) Restaurante

( ) Lanchonete

( ) Loja de Conveniências

( ) Hotel

( ) Pousada

( ) Camping

( ) Abrigo para pernoite de visitantes

( ) Trilha (s) sinalizada (s)

( ) Mirante (s)

( ) Outro (s). Qual (is)?

_____

11- Há cobrança de ingresso para os visitantes do Parque Nacional?

( ) Sim ( ) Não

12- Qual o valor do ingresso cobrado ao visitante do Parque Nacional?

_____

13- Qual o destino dos recursos arrecadados com os ingressos pagos pelos visitantes do Parque Nacional?

_____

14- Quais os principais obstáculos para o crescimento da atividade turística no Parque Nacional?

( ) Inexistência ou insuficiência de atrativos no Parque Nacional

( ) Deficiência da infraestrutura física do Parque Nacional

( ) Carência de recursos humanos no Parque Nacional

( ) Dificuldade de acesso ao Parque Nacional

( ) Ausência de divulgação do Parque Nacional

( ) Insuficiência da demanda turística para o Parque Nacional

( ) Falta de interesse da administração do Parque Nacional pelo desenvolvimento da atividade

( ) Falta de interesse dos administradores municipais do entorno do Parque Nacional pela atividade

( ) Ausência de infraestrutura turística no entorno do Parque Nacional

( ) Falta de oferta de pacotes turísticos nos centros emissores com destino ao Parque Nacional

( ) Valor do ingresso pago pelo visitante do Parque Nacional

( ) Valor total das despesas do visitante do Parque Nacional, incluindo gastos como transporte, hospedagem, alimentação, ingresso, guia etc.

( ) Outros. Quais?

_____

15- Existem serviços relacionados à visitação no Parque Nacional prestados por empresas concessionárias?

( ) Sim ( ) Não

16- Quais empresas concessionárias prestam serviços relacionados ao turismo no Parque Nacional?

_____

17- Quais serviços ligados ao turismo são prestados por empresas concessionárias no Parque Nacional?

( ) Venda de ingresso para visitantes do PN

( ) Estacionamento para visitantes do PN

( ) Transporte de visitantes no interior do PN

( ) Registro de imagens do visitante no PN (fotografias ou filmes)

( ) Comercialização de *suvenires* no PN

( ) Comercialização de alimentos no PN

( ) Atividade (s) praticada (s) por visitantes no PN. Qual (is)?

_____

( ) Outros. Quais?

_____

18- Qual o benefício, direto ou indireto, do Parque Nacional com a concessão de serviços turísticos para empresas privadas?

_____

19- Qual a avaliação da administração do Parque Nacional em relação ao sistema de concessões de serviços relacionados à visitação para empresas privadas?

_____

20- O Parque Nacional foi beneficiado por algum investimento ou ação do Programa Turismo nos Parques?

( ) Sim ( ) Não

Qual (is) ?

_____

21- Quais os impactos da atividade turística para o Parque Nacional e para o seu entorno?

_____

22- Existem conflitos de interesse envolvendo o desenvolvimento da atividade turística no Parque Nacional?

( ) Sim ( ) Não

23- Quais conflitos de interesse envolvendo o desenvolvimento da atividade turísticas no Parque Nacional são observados?

_____

APÊNDICE B: CHEFES DOS PARQUES NACIONAIS DO SNUC NA OCASIÃO DA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS DA PESQUISA

Nº[74]	Parque Nacional	Chefe do Parque Nacional
01	Parque Nacional dos Campos Amazônicos	Renato Diniz Dumont
02	Parque Nacional Caverna do Peruaçu	Evandro Pereira da Silva
03	Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	Cintia Maria S. da C. Brazão
04	Parque Nacional da Amazônia	Assor Egon Fucks
05	Parque Nacional da Chapada das Mesas	Paulo Adriano Dias
06	Parque Nacional da Chapada Diamantina	Bruno Soares Lintomen
07	Parque Nacional Chapada dos Veadeiros	Leonard Schumm
08	Parque Nacional da Lagoa do Peixe	Luís Eduardo Torma Burgreño
09	Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	Carlos Alexandre Fortuna
10	Parque Nacional da Serra da Bocaina	Francisco Livino
11	Parque Nacional da Serra da Bodoquena	Sandro Roberto da Silva Pereira
12	Parque Nacional da Serra da Canastra	Darlan Alcântara de Pádua
13	Parque Nacional Serra da Capivara	Fernando Augusto T. Tizianel
14	Parque Nacional Serra da Cutia	José Arnaldo da Silva
15	Parque Nacional Serra da Mocidade	Inara Auxiliadora Rocha Santos
16	Parque Nacional da Serra do Pardo	Michele Monteiro Ferreira
17	Parque Nacional da Serra das Confusões	José Wilmington P. L. Ribeiro
18	Parque Nacional da Serra do Cipó	Fábio Luís Vellozo de Mello
19	Parque Nacional Serra do Divisor	Paulo Oliveira de Sousa
20	Parque Nacional da Serra do Itajaí	Viviane Daufemback
21	Parque Nacional da Serra dos Órgãos	Leandro do N. Goulart
22	Parque Nacional da Tijuca	Denis Helena Rivas[75]
23	Parque Nacional das Araucárias	Juliano Rodrigues Oliveira
25	Parque Nacional das Sempre-Vivas	Márcio Lucca
26	Parque Nacional Anavilhanas	Priscila Maria da Costa Santos
27	Parque Nacional de Aparados da Serra	Deonir Geolvane Zimmermann
29	Parque Nacional de Ilha Grande	Romulo Pulzatto Neto
30	Parque Nacional do Itatiaia	Gustavo Wanderley Tomzhinski
31	Parque Nacional de Jericoacoara	Wagner Elias Cardoso
32	Parque Nacional de Pacaás Novos	Carlos Rangel da Silva
33	Parque Nacional da Serra Geral	Deonir Geolvane Zimmermann
34	Parque Nacional de São Joaquim	Michel Omena
36	Parque Nacional de Ubajara	Francisco Humberto S. Bezerra
38	Parque Nacional do Cabo Orange	Ricardo Motta Pires
41	Parque Nacional do Descobrimento	Aristides S. Guimarães Neto
42	Parque Nacional do Iguaçu	Jorge Luiz Pegoraro
44	Parque Nacional do Jaú	Mariana Macedo Leitão
45	Parque Nacional do Juruena	Lourdes Iarema

[74] A indicação numérica apresentada segue a mesma numeração da Figura 03 e do Quadro 02.

[75] O espaço do questionário reservado ao nome do Chefe do Parque Nacional da Tijuca foi preenchido com o nome do seu Coordenador de Uso Público, acima citado.

49	Parque Nacional do Pico da Neblina	Flávio Bocarde
50	Parque Nacional do Alto Cariri	Adriana Cilene R. Prestes
51	Parque Nacional do Rio Novo	Alexandre Silva de Oliveira
52	Parque Nacional do Superagui	Marcelo Chassot Bresolin
54	Parque Nacional dos Campos Gerais	Marcio Ricardo Ferla
55	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	Adriano Ricardo D. R. de Souza
57	Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal	Raquel Mendes Miguel
60	Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	Ricardo Araújo
61	Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	Ricardo Jerozolimski
62	Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Cristina Castro Lima Aguiar
63	Parque Nacional da Serra das Lontras	Bruno Cascardo Pereira
64	Parque Nacional de Boa Nova	Osmar Barreto Borges
65	Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque	Christoph Jaster
66	Parque Nacional Nascente do Lago Jari	Marcelo Henrique de Carvalho
67	Parque Nacional de Saint-Hilaire /Lange	Rogério José Florenzano Júnior
68	Parque Nacional Serra de Itabaiana	Marleno Costa

APÊNDICE C – NOTÍCIAS DIVULGADAS PELO ICMBIO RELACIONADAS A DIFERENTES USOS NOS/DOS PARQUES NACIONAIS DO SNUC ENTRE 2008 E 2012[76]

21/01/08 Com o apoio do Ibama Parque Nacional da Tijuca fecha o cerco às ocupações ilegais.

03/03/08 Parque do Cabo Orange reassenta posseiros, retira búfalos e recupera áreas degradadas.

24/03/08 Acordo retira gado do interior de parque que vai investir em divulgação.

26/05/08 Apenas pescadores cadastrados poderão pescar no litoral de Jericoacoara.

30/06/08 Ibama, MPF e fazendeiros assinam termo para recuperar passivo no Parque Nacional das Emas.

12/09/08 Operação Ponta de Lança continua por mais uma semana em parque ecológico da Amazônia.

22/09/08 Fiscalização do Jaú detém três pessoas e apreende 260 quelônios e 8.760 ovos.

30/09/08 Operação desmonta carvoarias clandestinas e garimpo ilegal em Parque Nacional no interior de Minas.

14/11/08 Instituto vistoria propriedades no interior de parque no Rio de Janeiro.

08/01/09 ICMBio regulamenta procedimentos para concessão de autorização relativa a atividades ou empreendimentos que tragam impacto às unidades de conservação federais.

02/02/09 Operação Poraquê apreende gerador de energia no Parque Montanhas do Tumucumaque.

04/02/09 Decisão sobre quilombolas em parques no Sul é adiada.

31/08/09 Conselho consultivo do Parna da Amazônia é contra instalação de hidrelétrica no Tapajós.

22/11/10 Instituto assina termos de ajustamento de conduta com pescadores.

[76] A seleção e a análise das notícias listadas teve início com a produção e divulgação destas na segunda metade de 2007, após a criação do ICMBIO, e foi encerrada no final de 2012, sendo que este trabalho em grande parte foi inviabilizado entre 23/02/2010 e 16/03/2011 em razão da criação de seu novo sítio na internet e que pode ocorrer a diferença de um dia na data de algumas das notícias listadas.

13/01/11 Operação conjunta fiscaliza pesca do camarão no Parque Nacional da Lagoa do Peixe.

26/01/11 Operação prende cinco caçadores no entorno do Parque Nacional do Descobrimento.

23/05/11 Operação búfalo zero rende mais de r$ 15 milhões em multas a infratores.

01/08/11 ICMBIO e PF encerram operação de combate à pesca e caça ilegais em Foz do Iguaçu.

07/09/11 Operação de fiscalização coíbe caça no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

19/09/11 Operação retirada coíbe ilícitos ambientais no parna Pau Brasil.

25/09/11 Programa de proteção atua no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

09/10/11 Construção irregular terá que sair do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

19/10/11 Casas irregulares no Parque Nacional da Tijuca deverão ser desocupadas até novembro.

21/12/11 ICMBIO e IBAMA apreendem mais de 300 tartarugas em Roraima.

18/01/12 Gado é retirado da serra da Bodoquena .

05/02/12 Edificações irregulares são demolidas no Parque Nacional da Serra da Bocaina

08/02/12 ICMBIO multa extratores de areia na Chapada Diamantina.

12/02/12 Quiosques irregulares são demolidos em Trindade

12/02/12 Operação apreende 100 kg de camarão na zona marinha dos Lençóis Maranhenses

15/02/12 Construção ilegal é demolida no parque de Brasília.

26/02/12 ICMBIO desapropria a primeira área do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

13/03/12 ICMBIO combate extração ilegal de palmito em Itatiaia

27/03/12 Instituto fecha o cerco ao plantio ilegal de soja transgênica.

24/04/12 Seis autuados no Parque Nacional da Serra do Itajaí.

02/05/12 Fiscalização na Serra do Itajaí encontra acampamento recém instalado.

10/05/12 Fiscalização de pesca ilegal no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

23/05/12 ICMBIO embarga obras irregulares em Brasília.

30/05/12 Operação caçador apreende 38 pássaros.

31/05/12 ICMBIO e MP avaliam embargo de obras em Brasília.

19/06/12 Parque do Iguaçu promove operação urutau.

25/06/12 ICMBIO e IBAMA realizam operação de fiscalização em Abrolhos.

25/06/12 ICMBIO apreende armas e munição em Santa Catarina.
06/07/12 ICMBIO diz que embargo a obras do noroeste continua valendo.
12/07/12 Dois autuados por retirar madeira de parque no Paraná.
12/07/12 Invasões beneficiam privilegiados e prejudicam moradores.
12/07/12 Instituto busca reverter situação e estruturar a UC
17/07/12 Itajaí desmonta armadilha e apreende armas e munição.
06/08/12 Operação apreende armas na Chapada dos Veadeiros
15/08/12 Operação combate caça ilegal em parque catarinense.
22/08/12 Pesca da sardinha em Noronha terá regras claras.
09/10/12 ICMBIO apreende 637 cabeças de palmito em Santa Catarina.
22/10/12 Detido homem que caçava no entorno do Parque do Itatiaia
24/10/12 Parque da Serra dos Órgãos age contra caça ilegal.
20/11/12 Forçatarefa destrói acampamento de caçadores no Itajaí.
03/12/12 Parque da Ilha Grande demole casas de veraneio
21/12/12 Parque da Serra da Bocaina fará operação réveillon

Fonte: Sítio na internet do ICMBIO.

APÊNDICE D – NOTÍCIAS DIVULGADAS PELO ICMBIO RELACIONADAS À VISITAÇÃO AOS PARQUES NACIONAIS DO SNUC ENTRE 2007 E MARÇO DE 2013[77]

19/11/07 Parque Nacional da Amazônia terá mirante e trilha temática

19/11/07 Jaú terá centro de visitantes e pousada flutuante

19/11/07 Cabo Orange será aberto à visitação pública

28/11/07 Analistas preparam plano de manejo do parque da Chapada Diamantina

13/12/07 Viruá será 1º parque de Roraima aberto à visitação e qualifica técnicos para isto

19/12/07 Parque Nacional da Serra da Canastra ganha mais 33 guias turísticos

14/01/08 Parque de Brasília é reaberto à visitação pública

21/02/08 Parque Marinho de Abrolhos dá cursos e adota plano para evitar acidentes de mergulho com os visitantes

06/03/08 Parque Nacional Chapada Diamantina regula visitação em mais de 70 atrativos naturais

24/03/08 Acordo retira gado do interior de parque que vai investir em divulgação

27/03/08 Ministra inaugura novo sistema de acesso ao Corcovado

05/05/08 Instituto Chico Mendes promove inclusão social por meio de ecoturismo na Paraíba

08/05/08 Dez escaladas abrem temporada de montanhismo no Parque Nacional Serra dos Órgãos

28/05/08 Meia entrada incentiva moradores do entorno a visitarem parte alta do Itatiaia

02/06/08 Parque Nacional da Chapada dos Guimarães será parcialmente reaberto em um mês

05/06/08 Frio vira atração no Parque Nacional Aparatos da Serra, no RS

16/06/08 Conselho consultivo debate reabertura da Chapada dos Guimarães à visitação

04/07/08 Parque Nacional de São Joaquim consolida visitação nos seus 47 anos

[77] A seleção e a análise das notícias listadas teve início com a produção e divulgação destas na segunda metade de 2007, após a criação do ICMBIO, e foi encerrada no final de março de 2013, sendo que este trabalho em grande parte foi inviabilizado entre 23/02/2010 e 16/03/2011 em razão da criação de seu novo sítio na internet e que pode ocorrer a diferença de um dia na data de algumas das notícias listadas.

08/07/08 Minc anuncia medidas para estruturar unidades de conservação

10/07/08 Cânion Itaimbezinho revela beleza do Parque Nacional Aparatos da Serra aos turistas

16/07/08 Parque Nacional da Tijuca recebe hotel

28/07/08 Instituto investe na infra-estrutura do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha

25/08/08 Seminário discutirá o futuro do Hotel das Paineiras

15/09/08 Minc quer dobrar visitação nos parques nacionais

19/09/08 "O que falta aos nossos parques é infra-estrutura e divulgação", diz coordenador

29/09/08 Parque da Serra do Cipó vai monitorar capivaras, controlar o capimbraquiária e fortalecer o turismo e a pesquisa

03/10/08 ICMBIO e Governo do Mato Grosso assinam acordo para estruturar o turismo na Chapada dos Guimarães

07/10/08 Cavernas da Chapada Diamantina terão novo reordenamento turístico

15/10/08 Direção do parque Lençóis Maranhenses já faz planos de investimento

15/10/08 Turismo em parque no extremo norte do País beneficia ribeirinhos

06/11/08 Projeto atrai turistas franceses ao Parque Nacional do Cabo Orange

10/11/08 Primeira parcela dos R$ 11 milhões que serão investidos por empresa em três parques deve sair ainda este ano

24/11/08 Ministro comemora milionésimo visitante no Parque Nacional do Iguaçu neste ano

28/11/08 Minc participa neste domingo da festa de aniversário de parque no Rio e lança parceria com prefeituras

02/12/08 Parque Nacional Serra dos Órgãos recebe R$ 3,5 milhões para infraestrutura

16/12/08 Parque do Iguaçu renova contrato das concessionárias por mais um ano

17/12/08 Instituto quer ampliar visitação no Parque Nacionalde Sete Cidades

06/01/09 Belezas do Parque Nacional de São Joaquim encantam pelo frio e neve

07/01/09 Parque Nacional do Iguaçu comemora 70 anos de criação

07/01/09 Expectativa de parques nacionais brasileiros é de receber ainda mais turistas neste verão

11/02/09 Ministro defende integração do ecoturismo e educação ambiental em UCs fluminense

04/03/09 Parceria entre ICMBIO e bombeiros dá mais segurança a visitantes da Chapada dos Veadeiros

07/04/09 Parque Nacional do Iguaçu monta esquema para receber mais de 20 mil turistas no feriado da Páscoa

08/04/09 Complexo turístico do Corcovado será revitalizado

20/04/09 Rodovia de acesso ao Parque Nacional do Iguaçu será de concreto

22/04/09 Concurso escolherá projeto para revitalização do Parque da Tijuca

24/04/09 Boa opção de viagem no feriadão, Capivara e Ubajara abrigam tesouros arqueológicos e belezas naturais

15/05/09 Parque da Chapada dos Veadeiros reabre à visitação com entrada gratuita

18/05/09 Portaria autoriza reabertura da visitação no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães

25/05/09 Governo cria grupo de trabalho para reforçar turismo nos parques nacionais

25/05/09 Parque de Foz do Iguaçu estuda proposta para reduzir tráfego de carros no interior da unidade

10/06/09 Portaria oficializa plano de manejo e normas de visitação no Parque da Chapada dos Guimarães

23/06/09 Empresa de turismo CVC firma termo de compromisso com Instituto Chico Mendes

23/06/09 Carlos Minc assina ato administrativo que revitaliza Parque Nacional de Itatiaia

24/06/09 Concurso escolherá projeto para o Hotel das Paineiras e terá resultado divulgado em agosto

07/07/09 Parque de Fernando de Noronha substitui escada de acesso à praia do Sancho

10/07/09 Consultoria vai elaborar plano de ecoturismo e terceirização de serviços para seis parques nacionais

13/07/09 Instituto ministra cursos de montanhismo e visitação em parques nacionais

29/07/09 ICMBIO prepara Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu para receber visitantes

14/08/09 Analistas enfrentam quatro dias de caminhada para cruzar os 70 km dos Lençóis Maranhenses

28/08/09 Aos dois anos, ICMBio mostra resultados na proteção da biodiversidade brasileira

10/09/09 Frequentadores voltam ao Parque Nacionalda Tijuca e elogiam melhorias

17/08/09 Noronha vai regular trabalho dos guias de turismo

15/09/09 Vencedor do concurso, projeto prevê museu e restaurante panorâmico em hotel no Parna da Tijuca

17/09/09 ICMBIO e Abeta assinam acordo para investir em turismo de aventura nos parques

23/09/09 Editais de terceirização de serviços em Abrolhos e Noronha saem até o fim do ano

02/10/09 Jardins suspensos, museu ao ar livre e restaurante panorâmico

16/10/09 Serviços ofertados em 22 Unidades de Conservação recebem reajuste após defasagem de nove anos

06/10/09 Plano prevê investimentos de R$ 8,5 milhões em dez anos no parque dos Lençóis Maranhenses

06/10/09 Iguaçu monta esquema especial para receber 20 mil turistas no feriadão

16/10/09 Bilhete para acesso ao Corcovado passará de R$ 13 para R$ 15 a partir de janeiro

20/10/09 Parque Nacional da Serra dos Órgãos lança pacote de melhorias aos 70 anos

20/10/09 Pesquisa avalia impactos sobre a trilha do Sino no Parque Nacional da Serra dos Órgãos

22/10/09 ICMBIO inicia estudos para terceirizar serviços turísticos no Parque Ubajara

30/10/09 ICMBIO vai ordenar turismo na Rota das Emoções

30/10/09 Passeio de macuco em Iguaçu terá nova licitação

30/10/09 Coordenação prepara Itajaí para receber turistas

30/10/09 Anavilhanas ganha plano emergencial de visitação

06/11/09 Final do mês Parque Nacional da Serra dos Órgãos completa 70 anos

25/11/09 Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha cadastra condutores de visitantes

26/11/09 Parque que abriga o Dedo de Deus celebra 70 anos com várias novidades

27/11/09 Parque Nacional Serra da Cutia inaugura sede na sexta-feira

30/11/09 Livro traz roteiro de trilhas, cachoeiras e montanhas

02/12/09 Presidente do ICMBIO assina nesta quarta parceria para melhorar gestão do Parque do Caparaó

03/12/09 Novos preços do ingresso no Parque do Iguaçu entram em vigor na terçafeira

21/12/09 Parque Pico da Neblina vai inaugurar nova sede com exposição de fotos e ritual indígena

21/12/09 Iguaçu atinge a marca de um milhão de visitantes

24/12/09 Canopy será a mais nova atração do Parque Nacional da Tijuca

30/12/09 Definidas regras para turismo nos corais de Maragogi, em Alagoas

05/01/10 Parque Nacional de Brasília reajusta preço do ingresso a partir do dia 11

08/01/10 O Parna da Tijuca inicia novo modelo de relacionamento com guias, condutores e empresas

14/01/10 Blog divulga maior índice de visitantes no Parna Serra da Canastra

18/01/10 Ingresso ao Parque Nacional de Brasília fica 75% mais barato para famílias de baixa renda

10/02/10 Parque da Serra dos Órgãos bate novo recorde de visitação

18/02/10 Cerca de 60 mil turistas já passaram pelo Parque da Chapada dos Guimarães desde a sua reabertura

19/02/010 Mais de 100 mil pessoas visitaram o Parque Nacional de Itatiaia em 2009

17/03/10 Instituto anuncia licitação de serviços públicos em 11 parques nacionais

17/03/10 MMA e ICMBio lançam nesta sexta edital de concessão do Hotel das Paineiras

26/03/10 CAPARAÓ: Visitantes podem curtir caminhadas, cachoeiras e piscinas naturais

26/03/10 UBAJARA: Grutas, cachoeiras e teleférico em plena caatinga

26/03/10 SERRA DOS ÓRGÃOS: Trilha suspensa e banho quente no abrigo de montanha

26/03/10 NORONHA: Um mergulho no mundo encantado dos golfinhos

26/03/10 Parques são boa opção de viagem na Semana Santa

29/03/10 Lançados editais de terceirização de serviços turísticos em três parques nacionais

07/05/10 Curso sobre concessão de serviços em áreas protegidas prepara 28 analistas ambientais na Acadebio

22/11/10 Instituto normatiza atividades de condução de visitantes no Parque Nacional da Serra dos Órgãos[78]

02/12/10 Parna Marinho de Fernando de Noronha ganha concessionário para serviços de apoio à visitação pública e cobrança de ingresso[79]

27/12/10 Parque Nacional do Iguaçu recebe prêmio inglês[80]

8/12/20 Parque Nacional de Jericoacoara organiza Operação Reveillon[81]

04/01/11 Parque Nacional do Iguaçu bate recorde de visitação turística em 2010[82]

12/01/11 Parque Nacional da Serra dos Órgãos bate novo recorde de visitação em 2010[83]

17/01/11 Balanço da Operação Reveillon foi positivo em Jericoacoara[84]

06/04/11 visitantes do Parque Nacional da Serra dos Órgãos já podem comprar ingresso pela internet

12/04/11 Parque Nacional do Iguaçu deve receber 30 mil pessoas na páscoa

12/04/11 Parque Nacional do Iguaçu reajusta valor do ingresso no dia 1º de julho

19/04/11 Parque Nacional apóia movimento pela reforma da estrada da Bocaina

26/04/11 Grupo sem autorização é multado no Parque Nacional do Monte Roraima

03/05/11 Iguaçu vira "laboratório" para curso de pós-graduação em ecoturismo

05/05/11 Fiscais aplicam multas no valor de r$ 11 mil em Jericoacoara

09/05/11 Pesquisa mostra potencial turístico do Veadeiros

09/05/11 Parque Nacional do Itatiaia inicia revisão do plano de manejo

15/05/11 Movimento apoia criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela

17/05/11 Estudo mostra contribuição das UCs para a economia nacional

18/05/11 Anavilhanas organiza turismo com botos-cor-derosa

05/06/11 Lançado guia para observação das aves do Parna de Brasília

08/06/11 Estudo mostra que UCs podem gerar bilhões para a economia nacional

15/06/11 Espetáculo das baleias começa mais cedo este ano

[78] Notícia selecionada a partir dos arquivos cedidos por Sandra Tavares da ASCOM/ICMBIO.
[79] Ibem.
[80] Ibem.
[81] Ibem.
[82] Ibem.
[83] Ibem.
[84] Ibem.

17/06/11 ICMBIO terá que ser consultado para liberação de cruzeiros em Noronha

23/06/11 Trilha é reaberta no Parque Nacional do Itatiaia

10/07/11 Kitsurfe está proibido em lagoas internas do Parque Nacional de Jericoacoara

17/07/11 Parque Nacional Restinga de Jurubatiba assina acordo com a Petrobras

20/07/11 ICMBIO renova nesta sexta gestão compartilhada no Parque Nacional da Tijuca

21/07/11 Parques Nacionais são destaque no 6° salão do turismo

27/07/11 Blog do Parque Nacional da Tijuca atinge marca de 50 mil acessos

27/07/11 Parques Nacionais do Iguaçu e Iguazú lançam mapa integrado de passeios e serviços

10/08/11 Parque Nacional Marinho dos Abrolhos revitaliza trilha do Marobá

14/08/11 Proibida prática de windsurf no Parque Nacional de Jericoacoara

05/09/11 Parque Nacional da Tijuca reinaugura a estrada da pedra bonita

11/09/11 Parque Nacional das Emas ganha carrosafári e portal com réplicas gigantes de animais

14/09/11 Parque Nacional da Serra da Canastra receberá r$ 13 milhões em investimentos

21/09/11 Parque Nacional Marinho dos Abrolhos recebe jornalistas do Brasil e de Portugal

22/09/11 Programa do SBT grava no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

27/09/11 Parque Nacional da Serra dos Órgãos lança edital de concessão para pousada e restaurante

03/10/11 Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba é tema de programa televisivo

03/10/11 Beleza dos parques nacionais será mostrada no Casapark

06/10/11 Uso de quadriciclos no Parque Nacional Lençóis Maranhenses está sob restrições

09/10/11 Construção irregular terá que sair do Parque Nacional da Serra da Bocaina

16/10/11 ICMBIO promove curso de manejo de trilhas e monitoramento de impactos da visitação

27/10/11 ICMBIO e WWF realizam expedição ao Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

30/10/11 ICMBIO participa do Road Ecology Brazil 2011 em Lavras (MG)

06/11/11 ICMBIO lança roteiro para manejo de impactos da visitação durante CONATUS 2011

17/11/11 TV Senado debate concessões em parques

20/11/11 Serviços de abrigo e camping do Parque Nacional de Itatiaia podem ser agendados pela internet

23/11/11 Novo site do Iguaçu investe em interatividade

27/11/11 Bom Dia DF será transmitido direto do Parque Nacional de Brasília

28/11/11 Revista recomenda Abrolhos como destino nas férias

29/11/11 Equipe do Tumucumaque recebe capacitação da WWF Brasil

29/11/11 Abrolhos capacita condutores de ecoturismo subaquático

29/11/11 Choro e jazz são a atração desta semana em Jericoacoara

30/11/11 Iguaçu vai comercializar cotas de publicidade

04/12/11 Iguaçu deve bater novo recorde de visitantes

13/12/11 Tijuca lança portal na internet

19/12/11 Chapada dos Guimarães terá guias e trilhas suspensas

21/12/11 Cachoeira do Escorrega passa a integrar área do Parque do Itatiaia

27/12/11 Sai edital de licitação do complexo das Paineiras

01/01/12 Parque Nacional do Iguaçu bate novo recorde de visitantes

09/01/12 Turistas de 160 países visitaram o Parque Nacional do Iguaçu em 2011

12/01/12 Parque Nacional do Itatiaia renova sinalização

15/01/12 Portaria estabelece normas para visitação em Jurubatiba

17/01/12 Tijuca realiza cadastro dos guias de turismo

19/01/12 Serra dos Órgãos é destaque como destino de aventura

22/01/12 Parque Nacional de Aparados da Serra conta com novo horário de visitação

26/01/12 Visitação nas unidades de conservação cresceu 17 % em 2011

30/01/12 Google homenageia as Cataratas do Iguaçu

05/02/12 Iguaçu recebe 198 mil visitantes em janeiro

06/02/12 Rodovia é restaurada no Parque Nacional do Iguaçu

06/02/12 ICMBIO promove exposição na Câmara dos Deputados

08/02/12 Chapada dos Veadeiros monta esquema para o carnaval

12/02/12 Quiosques irregulares são demolidos em Trindade

15/02/12 Concessão de serviços do complexo das Paineiras revitaliza parque da Tijuca

16/02/12 Chapada Diamantina inicia operação carnaval

22/02/12 Turistas buscam tranquilidade em Abrolhos durante carnaval

26/02/12 ICMBIO desapropria a primeira área do Parque Nacional da Chapada Diamantina

28/02/12 Itatiaia reforça consolidação da área do escorrega

05/03/12 Parna do Itatiaia debate plano de manejo e plano diretor

07/03/12 Parque Nacional Marinho dos Abrolhos é parceiro na arena mult esportes

08/03/12 Parque Nacional do Itatiaia ganha novo abrigo

11/03/12 Monte Roraima pode ser visitado com autorização especial

13/03/12 Serra das Confusões é destaque na tv nesta sexta

20/03/12 UCs da Amazônia recebem investimentos de r$ 60 milhões

21/03/12 Plano de manejo do Parque Nacional do Itatiaia destaca o uso público

22/03/12 Expedição registra imagens do Parque Nacional de SaintHilaire/Lange

26/03/12 Jericoacoara terá investimentos de r$ 1,5 milhão

11/04/12 Portaria estabelece normas para visitação no Parque de Anavilhanas

16/04/12 Sinalização de trilha desobriga visitante de contratar guia

18/04/12 Parque da Bodoquena atrai grupos de observadores de aves

23/04/12 ICMBIO realiza expedição técnica na trilha do tigre preto

24/04/12 Anavilhanas lança mapa e painel turístico

25/04/12 Certificação em turismo nas UC é tema de palestra

07/05/12 Fernando de Noronha recebe investimentos em infraestrutura

10/05/12 Lançada pedra fundamental na Restinga de Jurubatiba

11/05/12 Nova modalidade de turismo em Fernando de Noronha

18/05/12 ICMBIO participa do congresso brasileiro de guias de turismo

28/05/12 ICMBIO diz que interdição de heliponto está "equacionada"

04/06/12 Parques Nacionais são atração no metrô de São Paulo

14/06/12 Tijuca inaugura domingo maior sistema sinalizado de trilhas

26/06/12 Curso de planejamento de trilhas mostra resultados

12/07/12 Mutirão vai recuperar trilhas na pedra da gávea

12/07/12 ICMBIO luta para ordenar uso de praia no Parque da Bocaina

12/07/12 Consolidação do parque trará desenvolvimento para a região

12/07/12 Estudo destaca potencial turístico da Bocaina

12/07/12 Mutirão vai recuperar trilhas na Pedra da Gávea

18/07/12 Trilha leva cadeirantes ao mirante dos golfinhos

19/07/12 Vizentin confirma investimento nos parques nacionais

27/07/12 Pau Brasil monta estrutura para receber visitantes

31/07/12 Portaria regulamenta visitação no Parque de São Joaquim

31/07/12 Em entrevista, analista do ICMBIO fala sobre o recémcriado Parque Nacional de Furna Feia

01/08/12 Iguaçu anuncia mudanças no acesso a visitantes

15/08/12 Tijuca amplia prazo para cadastramento de guias

28/08/12 Jericoacoara sinaliza áreas para a prática de esportes náuticos

06/09/12 Dos 69 parques nacionais, 26 estão oficialmente abertos ao turismo

06/09/12 “Queremos chegar a 8 milhões de visitantes/ano em 2016”

06/09/12 Com o ICMBIO, parques receberam mais investimentos e visitação triplicou

11/09/12 Um milhão de turistas já visitaram o Iguaçu neste ano

20/09/12 Instituto Chico Mendes abre caminhos na serra do mar

20/09/12 Globo repórter exibe belas e preservadas reservas do ICMBIO

20/09/12 Ilha Grande treina condutores de visitantes

17/10/12 Jericoacoara já planeja operação réveillon

17/10/12 Do grão de areia às dunas, Lençóis avança na visitação

18/10/12 Iguaçu recebe certificado de excelência da Tripadvisor

23/10/12 PM vai reforçar ações de proteção das UC no Maranhão

25/10/12 Chefe de parque na África do Sul dá palestra no Rio

10/12/12 Jericoacoara receberá investimentos via ppp

10/12/12 Instituído GT para avaliar concessões em parques

11/12/12 ICMBIO promove oficina sobre trilhas

12/12/12 ICMBIO lança caminhos da serra do mar

17/12/12 Bodoquena vai oferecer mergulho em cavernas

20/12/12 Tijuca começa a sinalizar a trilha Transcarioca

26/12/12 Abrolhos aprova novas regras de visitação

28/12/12 Tijuca terá circuito de arvorismo em 2013

28/12/12 Iguaçu atinge marca de 1,5 milhão de visitantes

28/12/12 Passaporte verde sugere visita a parque nestas férias

09/01/13 Chapada dos Veadeiros passará a oferecer opção de caminhada em trilhas sem a obrigatoriedade de contratação de guia

17/01/13 Vizentin destaca importância do Parque Nacional do Iguaçu

18/01/13 Itatiaia terá reforma no abrigo e construção de um novo hotel

22/01/13 Parque Nacional do Iguaçu repassa r$ 1,3 milhão ao Fundo Iguaçu

23/01/13 Visite as Cataratas em noite de lua cheia

28/01/13 ICMBIO debate projeto para criação da trilha Transmantiqueira

30/01/13 Serra dos Órgãos bate recorde de visitação em 2012

30/01/13 CECAV/ICMBIO divulga balanço dos sete meses da Furna Feia

31/01/13 Tijuca realiza obras de recuperação do açude Solidão

05/02/13 ICMBIO e SEBRAE investem r$ 13 milhões em Parques da Copa

07/02/13 Noronha torna praia acessível a cadeirantes

08/02/13 Parque Nacional do Iguaçu espera 30 mil visitantes no carnaval

08/02/13 ICMBIO assina parceria com o fotógrafo Araquém Alcântara

19/02/13 Avança regularização fundiária na Chapada Diamantina

25/02/13 Tripadvisor: praia de Fernando de Noronha entre as melhores do mundo

25/02/13 Parque Nacional da Tijuca revitaliza o lago das fadas

01/03/13 ICMBIO mantém normas para veículos no parque do Iguaçu

04/03/13 Abrolhos avalia impacto de mergulho recreativo em corais

11/03/13 Noronha receberá este ano R$ 2,5 milhões em investimentos

12/03/13 Tijuca restaura açude da solidão

13/03/13 Parque da Chapada dos Veadeiros capacita condutores

15/03/13 Portaria regula condução de visitantes na Canastra

18/03/13 Ministra visita Parques no Rio Grande do Sul

Fonte: Sítio na internet do ICMBIO.

ANEXO

Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 36278-1	Data da Emissão: 01/10/2012 18:44	Data para Revalidação*: 31/10/2013

* De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

Dados do titular

Nome: Mércia Carmelita Chagas Alves Santos	CPF: 343.922.115-68
Título do Projeto: O Desenvolvimento da Atividade Turística nos Parques Nacionais do SNUC	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	CNPJ: 13.031.547/0001-04

SISBIO

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mes/ano)	Fim (mes/ano)
1	Trabalho de campo no PN do Iguaçu: observação das características e das implicações da atividade	11/2012	11/2012
2	Aplicação de questionário, enviado por email, a todos os responsáveis pela administração dos Parq	11/2012	12/2012
3	Trabalho de campo no PN da Chapada dos Veadeiros: observação das características e das implicaçõe	12/2012	12/2012

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa IBAMA nº 154/2007 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen.
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		GO	PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS	UC Federal
2		PR	PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

SISBIO

Código de autenticação: 69237588

ANEXO

Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 36278-1	Data da Emissão: 01/10/2012 18:44	Data para Revalidação*: 31/10/2013

* De acordo com o art. 33 da IN 154/2009, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

Dados do titular

Nome: Mércia Carmelita Chagas Alves Santos	CPF: 343.922.115-68
Título do Projeto: O Desenvolvimento da Atividade Turística nos Parques Nacionais do SNUC	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	CNPJ: 13.031.547/0001-04

SISBIO

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mes/ano)	Fim (mes/ano)
1	Trabalho de campo no PN do Iguaçu: observação das características e das implicações da atividade	11/2012	11/2012
2	Aplicação de questionário, enviado por email, a todos os responsáveis pela administração dos Parq	11/2012	12/2012
3	Trabalho de campo no PN da Chapada dos Veadeiros: observação das características e das implicaçõe	12/2012	12/2012

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa IBAMA nº 154/2007 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen.
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		GO	PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS	UC Federal
2		PR	PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº154/2007. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

SISBIO

Código de autenticação: 69237588